

3º CICLO

HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA

Dinâmica Artística na Antiga Comarca Eclesiástica da Feira

Sofia Nunes Vechina

D

2017



Sofia Nunes Vechina

DINÂMICA ARTÍSTICA NA ANTIGA COMARCA ECLESIAÍSTICA DA FEIRA

Direito de Padroado nas Igrejas Paroquiais. Repercussão das normativas conciliares de
Trento a Vaticano II.

Tese realizada no âmbito do Doutoramento em História da Arte Portuguesa, orientada pelo
Professor Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Janeiro de 2017

Tese de Doutoramento realizada com Bolsa de Investigação (SFRH / BD / 73075 / 2010), atribuída pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, financiada pelo POPH-QREN – Tipologia 4.1. – Formação Avançada, participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério da Educação e Ciência, com início a 1 de abril de 2011 e término a 30 de março de 2015.



NOTA: O texto respeita o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em concordância com as normas requeridas pela Universidade do Porto, prescritas por despacho reitoral de 18 de abril de 2011, no qual se estabeleceu a adoção do novo Acordo Ortográfico na redação de todos os documentos oficiais e de trabalho, produzidos na Universidade do Porto a partir de 1 de setembro de 2011, em harmonia com a Resolução do Conselho de Ministros nº 8/2011 de 25 de janeiro.

A D. Domingos de Pinho de Brandão e a António Nogueira Gonçalves, pelo legado extraordinário que deixaram à História da Arte e pelo grande contributo que deram a este trabalho.

À memória daqueles que tendo partido deixaram em mim bem viva a dádiva do amor puro e incondicional, que me impulsiona e dá força. De sangue e de coração. Aos meus bisavós João, Maria do Rosário e Adelaide. Aos meus avós Manuel, Armandina, José Nunes e José Caçador. À minha tia-avó Luz.

Aos que vivamente acompanharam a par e passo este trajeto e nunca desistiram de me apoiar em tudo, com muito amor e paciência. Aos meus pais, Manuel Alberto e Crisolinda. Ao meu amigo e companheiro, que sentiu na pele todas as minhas angústias e foi essencial no meu equilíbrio emocional.

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA	9
AGRADECIMENTOS	11
RESUMO	13
ABSTRACT	14
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES	15
ÍNDICE DE TABELAS	26
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	27
NOTA INTRODUTÓRIA	29
DO TERRITÓRIO AOS CONCÍLIOS	31
1. A COMARCA ECLESIASTICA DA FEIRA	33
1.1. O que é uma comarca?	33
1.2. Para que serve uma comarca eclesiástica?	34
1.3. Alguns apontamentos sobre a comarca eclesiástica da Feira	35
1.4. As freguesias, os eclesiásticos, a população e os rendimentos	37
1.5. Dos Senhores das Terras de Santa Maria e Condado da Feira à Casa do Infantado	56
1.6. As Capelas	59
1.7. Após a Comarca Eclesiástica da Feira	80
2. AS IGREJAS DA COMARCA DA FEIRA E AS NORMATIVAS CONCILIARES TRIDENTINAS	82
2.1. Criação de novas paróquias	82
2.2. Reparação das igrejas	83
2.3. Igrejas arruinadas, reedificações, construções e reparações	84
2.3.1. Uso dos materiais retirados de uma igreja	86
2.3.2. Licença para a construção ou reedificação de templos	87
2.3.3. Características da igreja, administração e culto	88
2.3.3.1. Administração dos espaços dentro da igreja	88
2.3.3.2. A arquitetura	89
2.3.3.3. Talha	92
2.3.3.4. Imaginária	93
2.3.3.5. Culto ao Santíssimo Sacramento	95
3. APÓS A COMARCA. ENTRE TRENTO E VATICANO II. ALGUNS APONTAMENTOS	102
3.1. Estilos artísticos	102
3.2. Arte e Arquitetura	104
3.2.1. Necessidades prementes relativas às igrejas	105
PADROADOS NA COMARCA ECLESIASTICA DA FEIRA	109
4. PADROADO	111

4.1.	Designação e características	111
4.2.	Da origem à extinção	112
4.2.1.	Padroado como parte do direito de igreja própria	120
4.2.1.1.	Direitos e abusos dos padroeiros de igrejas próprias	121
4.2.2.	Dissolução do sistema de igreja própria. Afirmação e exercício do direito de padroado. Legislação conciliar e régia.	125
4.2.3.	Normativas tridentinas na regulamentação do padroado.....	130
4.2.3.1.	Acesso ao direito de padroado	131
4.2.3.2.	Correlação e organização eclesiástica	132
4.2.3.3.	Direito de apresentação do pároco	133
4.2.3.4.	Extorsão, retenção e venda de benefícios.....	136
4.2.3.5.	União de benefícios paroquiais	137
4.2.3.6.	Obtenção de padroados recentes	138
4.2.4.	O padroado nos territórios da expansão portuguesa.....	139
4.2.5.	A Extinção do direito de padroado em Portugal	141
4.2.5.1.	Expulsão dos jesuítas e 1759	141
4.2.5.2.	Extinção de mosteiros dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em 1770	144
4.2.5.3.	Direito de padroado esvaziado e extinto	150
5.	APRESENTAÇÃO DOS PADROADOS NA COMARCA DA FEIRA – ALGUNS ASPECTOS DA SUA ADMINISTRAÇÃO	157
5.1.	Tipologia dos padroados.....	159
5.1.1.	Padroados Eclesiásticos	166
5.1.1.1.	Ordem de Stº Agostinho	166
5.1.1.2.	Ordem de Malta	172
5.1.1.3.	Ordem de Cristo	173
5.1.1.4.	Companhia de Jesus.....	183
5.1.1.5.	Ordem de S. Bento.....	186
5.1.1.6.	Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista	193
5.1.1.7.	Ordem dos Frades Menores	194
5.1.1.8.	Ordem dos Pregadores	196
5.1.1.9.	Ordem de Cister.....	196
5.1.1.10.	Bispo do Porto	197
5.1.1.11.	Cabido da Sé do Porto	203
5.1.1.12.	Arcediago de Oliveira da Sé do Porto.....	205
5.1.2.	Padroados Seculares e Padroado Real	206
5.1.2.1.	Condado da Feira e Casa do Infantado	206
5.1.2.2.	Morgado de Campo Belo.....	208
5.1.2.3.	Morgado de Fermedo.....	209
5.1.2.4.	Morgado de Pigeiros.....	211

5.1.2.5.	Morgado de Vilar do Paraíso	214
5.1.2.6.	Marqueses de Marialva	215
5.2.	Especificidades artísticas do padroado.....	216
5.2.1.	Garantir com diligência o cumprimento das Leis da Igreja.....	216
5.2.2.	Garantir a manutenção temporal das igrejas	221
	PADROADOS ECLESIÁSTICOS.....	227
6.	PADROADOS DA ORDEM DE STº AGOSTINHO	229
6.1.	Os cônegos Regrantes de Santo Agostinho e o Mosteiro de S. Salvador de Grijó	231
6.2.	O Padroado do Mosteiro de S. Salvador de Grijó	233
6.2.1.	Fundação e Padroeiros	233
6.2.2.	Jurisdição Eclesiástica e Benesses	235
6.2.3.	Deslocação do Mosteiro para a Serra de S. Nicolau e as suas implicações na administração do padroado	238
6.2.3.1.	O Padroado do Mosteiro de S. Salvador de Grijó e a Sua Divisão com o Mosteiro de Santo Agostinho da Serra	243
6.2.4.	As Igrejas do Padroado do Mosteiro de S. Salvador de Grijó	247
6.2.4.1.	Arquitetura.....	247
6.2.4.2.	Talha.....	258
6.3.	O Padroado do Mosteiro de Stº Agostinho da Serra	268
6.3.1.	Arquitetura.....	268
6.3.2.	Talha.....	280
6.4.	A Ordem dos Ermitas Calçados de Stº Agostinho e o Padroado da Igreja de Stº Isidoro de Romariz.....	286
7.	PADROADO DA ORDEM DE MALTA.....	289
7.1.	A Comenda de Rio Meão.....	291
7.1.1.	Arquitetura.....	294
7.1.2.	Talha.....	303
8.	PADROADOS DA ORDEM DE CRISTO	309
8.1.	AS COMENDAS DA ORDEM DE CRISTO.....	311
8.1.1.	Comenda de S. Miguel de Arcozelo	313
8.1.2.	Comenda de Stª Marinha de Avanca.....	324
8.1.3.	Comenda de S. Tiago de Beduído.....	341
8.1.4.	Comenda de S. Pedro de Canedo	352
8.1.5.	Comenda de Stº André de Lever	360
8.1.6.	Comenda de S. Miguel de Oliveira de Azeméis.....	361
8.1.7.	Comenda de S. Félix da Marinha.....	371
8.1.8.	Comenda de S. Vicente de Pereira.....	373
8.1.9.	Comenda de S. Miguel do Souto	383
8.1.10.	Comenda de S. Pedro de Castelões	389

9.	PADROADOS DA COMPANHIA DE JESUS	393
9.1.	Colégio de Jesus de Coimbra.....	395
9.2.	Colégio de S. Lourenço do Porto.....	410
9.3.	Colégio do Espírito Santo de Évora.....	412
10.	PADROADOS DA ORDEM DE S. BENTO	413
10.1.	Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria	415
10.2.	Mosteiro de S. Martinho de Cucujães	436
10.3.	Mosteiro de Paço de Sousa	442
11.	PADROADOS DA CONGREGAÇÃO DOS CÓNEGOS SECULARES DE S. JOÃO EVANGELISTA	445
11.1.	Convento do Espírito Santo	447
11.2.	Mosteiro de Stª Cruz de Lamego	458
12.	PADROADOS DA ORDEM DOS FRADES MENORES	461
12.1.	Mosteiro de Santa Clara.....	463
12.2.	Convento da Madre Deus de Monchique.....	471
13.	PADROADOS DA ORDEM DOS PREGADORES	475
13.1.	Mosteiro do Corpus Christi.....	477
14.	ORDEM DE CISTER.....	481
14.1.	Mosteiro de Stª Maria de Arouca	483
15.	PADROADOS DA SÉ DO PORTO.....	491
15.1.	Bispo do Porto	493
15.2.	Cabido da Sé do Porto	532
15.3.	Arcediagado de Oliveira da Sé do Porto	550
	PADROADOS SECULARES.....	553
16.	CONDADO DA FEIRA / CASA DO INFANTADO	555
17.	MORGADO DE CAMPO BELO.....	572
18.	MORGADO DE FERMEDO	574
19.	MORGADO DE PIGEIROS	576
20.	MORGADO DE VILAR DO PARAÍSO.....	578
21.	MARQUESES DE MARIALVA	580
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	583
	Cronologia: igrejas paroquiais da antiga comarca da Feira	589
	Glossário	615
	FONTES E BIBLIOGRAFIA	641
	Fontes Manuscritas.....	643
	Fontes Impressas	651
	Bibliografia	657

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro que a presente tese é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio constitui um ilícito académico.

Porto, janeiro de 2017

Sofia Nunes Vechina

AGRADECIMENTOS

A execução deste trabalho é o resultado visível do auxílio que recebi de muitas pessoas e instituições, que com muito trabalho e dedicação, propiciaram todas as condições necessárias à realização deste projeto, e às quais estou profundamente grata.

Primeiramente, quero transmitir o meu mais sentido reconhecimento ao meu Mestre, Professor Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha, orientador científico deste projeto, que há mais de dez anos me acompanha profissionalmente. Orientou-me em Seminário de Projeto na licenciatura em História da Arte (2005/2006), na dissertação de Mestrado em História da Arte Portuguesa (2009/2010) e desafiou-me para este magnífico projeto de doutoramento (2011/2016). Pautado por um profissionalismo excecional, rigoroso, exigente, muito claro e transparente na transmissão de conhecimento, sempre muito dedicado e preocupado com os seus orientandos, foi essencial em todas as fases do projeto, ajudando-me a desbravar um caminho por vezes inóspito e sem aparente resolução, tranquilizando-me e apoiando-me nos momentos de maior angústia, incentivando-me nas conjunturas mais favoráveis, sendo extremamente humano e compreensivo em situações mais difíceis, nomeadamente pessoais.

Não posso deixar igualmente de agradecer ao Professor Doutor Luís Alexandre Rodrigues, que durante um período de baixa médica do nosso orientador, de janeiro a julho de 2012, assegurou com entusiasmo a orientação científica deste projeto.

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia agradeço o apoio financeiro concedido.

À Faculdade de Letras da Universidade do Porto, minha casa-mãe de formação, e ao Departamento de Ciências e Técnicas do Património, em especial a todos os Professores de História da Arte, Arqueologia, História, Arquitetura e Filosofia que fizeram parte do meu percurso académico, agradeço o acolhimento e o conhecimento transmitido.

À Professora Doutora Lúcia Rosas, diretora do 3º ciclo, e ao Professor Doutor Agostinho Araújo, seu antecessor, o meu sincero agradecimento pela sempre pronta colaboração em todas as questões burocráticas.

Aos párocos, sacristãos(ãs), zeladores(as), funcionários e todas as restantes pessoas com quem contactei durante o levantamento fotográfico e documental nas diversas paróquias por onde passei, agradeço toda a colaboração, dedicação, atenção e entusiasmo com que receberam este trabalho. Jamais esquecerei que em algumas situações tive o privilégio de conhecer e analisar espaços e documentos inacessíveis ao público. Obrigado pela confiança!

Ao Arquiteto Nelson Resende agradeço a cedência de informação sobre as intervenções nas igrejas de Arada e Travanca.

Aos funcionários do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, da Biblioteca Nacional, da Biblioteca Pública Municipal do Porto, da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, da Biblioteca e Arquivo Municipal de Ovar, da Biblioteca e Arquivo Municipal de Santa Maria da Feira, da Biblioteca e Arquivo Municipal de Aveiro, da Biblioteca Municipal de Estarreja, da Biblioteca Municipal de Vila Nova de Gaia, o meu muito obrigado pelo gentil acompanhamento, informação e ajuda prestada.

Um especial agradecimento aos funcionários do Arquivo Episcopal do Porto, que reuniram todas as condições possíveis para a concretização do levantamento documental. Quando procurei o Arquivo Episcopal do Porto e solicitei o acesso a tanta documentação, rapidamente percebi que o horário bastante limitado do arquivo e a falta de uma secretária de trabalho para investigadores ia dificultar um pouco a tarefa, mas logo os funcionários cederam parte das suas secretárias, até encontrarem uma secretária onde eu poderia trabalhar sem causar tanto transtorno aos serviços, e ainda me permitiram fotografar alguns documentos, nomeadamente projetos de arquitetura, regalia que ajudou bastante. É de louvar o esforço da Diocese do Porto para disponibilizar publicamente o seu arquivo e a dedicação dos seus funcionários.

Ao Monsenhor João Gonçalves Gaspar, o meu mais profundo reconhecimento por me ter recebido na Casa Episcopal de Aveiro e ter tratado de tudo para que fosse possível consultar o arquivo privado da Cúria Diocesana de Aveiro. Não há palavras suficientes para agradecer tamanha generosidade e o apoio que recebi. Este agradecimento estende-se naturalmente ao Chanceler da Cúria Diocesana, P. Alberto Nestor Sobral, que muito gentilmente me acolheu e permitiu o acesso direto às salas do arquivo.

Do ponto de vista pessoal não posso deixar de agradecer as palavras motivadoras da Isabel, da Liliane, da Maria João, do Professor Fernando Martins e de três pessoas que partiram recentemente, mas as palavras e gestos carinhosos permanecerão sempre no meu coração, Ti Orquídea, D. Isabel e Ti Zé. Porém o meu agradecimento mais especial vai para os meus pais e o meu grande amigo Manuel, pelo apoio incondicional.

RESUMO

Balizado entre os concílios de Trento e Vaticano II, este trabalho analisa a dinâmica artística das igrejas paroquiais da extinta Comarca Eclesiástica da Feira.

A comarca da Feira é referida pela primeira vez no *Catálogo dos Bispos do Porto*, de 1623, e era um espaço único de administração eclesiástica, com cento e quatro freguesias: noventa das quais afetas à Diocese do Porto, doze à Diocese de Coimbra e duas à Diocese de Viseu. Em 1840 D. Jerónimo José da Costa Rebelo subdivide as comarcas da Diocese do Porto em distritos eclesiásticos, ficando a comarca da Feira fracionada em quatro distritos. A partir daí a comarca passa a ser meramente uma denominação geográfica. Em 1916 procede-se a uma nova reorganização eclesiástica e as comarcas deixam de existir, passando a figurar definitiva e unicamente os novos distritos eclesiásticos.

As freguesias que constituíam a comarca da Feira, estavam, na sua maioria, subjugadas à jurisdição episcopal, que garantia a boa administração da paróquia através do envio de visitantes que verificavam o estado espiritual e temporal e obrigavam todos os responsáveis a cumprir com o necessário para a dignidade da freguesia e do culto divino.

Porém, os encargos com a igreja paroquial recaíam sobre diversas entidades. As igrejas encontravam-se sujeitas ao exercício do direito de padroado. Por norma, o padroeiro recebia os dividendos da freguesia e estava obrigado à edificação, reedificação e manutenção das residências paroquiais, da capela-mor e da sacristia do templo, bem como do provimento de toda a paramentaria e alfaías religiosas necessárias ao culto. À freguesia competia todo o restante edifício. Sempre que existiam irmandades afetas a um determinado retábulo, seriam os seus mordomos os responsáveis por tudo o que lhe disse-se respeito. Naturalmente, o facto de existirem tutelas diferentes dentro do mesmo espaço vai ter implicações ao nível arquitetónico e artístico e criar dinâmicas diferenciadas.

As igrejas da comarca da Feira não tinham todas a mesma tutela, dependiam do direito de padroado que diversas entidades exerciam sobre elas. É este o elo de ligação que seguiremos para compreender estas igrejas do ponto de vista artístico, atendendo à diversidade dos patronos.

Porém o direito de padroado será extinto em 1833 e a comarca subdividida em distritos eclesiásticos em 1840, e independentemente do direito de padroado ou da circunscrição administrativa, existiam normativas conciliares e diocesanas a seguir. Neste período, obviamente, há que considerar as normativas do Concílio de Trento (1545-1563) e as constituições diocesanas que dele derivam, para compreender o impacto que tiveram nestas igrejas, sem descorar as intervenções, alterações, demolições, etc., que, entretanto, estas igrejas sofreram, incluindo a interpretação que se fez das normativas imanadas pelo Concílio de Vaticano II (1962-1965).

Palavras-chave: Comarca Eclesiástica da Feira; Direito de Padroado; Igreja Paroquial; Arquitetura

ABSTRACT

This thesis analysis the artistic dynamics of the parish churches within the extinct Ecclesiastical County of Feira, between the Councils of Trent and Vatican II.

The county of Feira is referred to for the first time in the *Catalogue of the Bishops of Porto*, dated from 1623, and it was a unique space within ecclesiastical administration, with a hundred and four parishes. Ninety of these were governed by the Porto Diocese, twelve by the Coimbra Diocese, and two, the Viseu Diocese. In 1840, Bishop Jerónimo José da Costa Rebelo subdivided the counties of the Porto diocese into ecclesiastical districts, and the county of Feira was partitioned into four ecclesiastical districts. From this time, the county became merely a geographical designation. A new ecclesiastic reorganization took place in 1916, and the counties cease to exist, leaving only and definitively the new ecclesiastical districts.

The parishes comprising the county of Feira were, in their majority, subject to episcopal jurisdiction, which ensured the good governance of the parish through the envoy of visitors, who were charged with inspecting the spiritual and temporal state. They could also oblige the parish leaders to comply with the necessary requirements to uphold the dignity of the parish and divine cult.

The expenses with the parish church, however, were divided among several bodies. The churches were subject to the right of patronage (Pt., *padroado*). In general terms, the patron would receive the parish's dividends and was obliged to build, restore, and maintain the parish residences, the main chapel and the temple sacristy, as well as ensure the provision of all ecclesiastical vestments and religious objects required for the cult. The parish was in charge of the maintenance of all the other buildings. Whenever there were brotherhoods linked to a certain altar retable, their stewards were responsible for all aspects related with it. The fact there were different tutelages within the same space would naturally come to have implications on the architectural and artistic dimensions and different dynamics would emerge.

The churches of the Feira county were not all governed by the same authority, as they depended on the right of patronage the different bodies exercised over them. This is the link we will follow to understand these churches from an artistic point of view, taking into account the different patrons.

The right to patronage was extinguished in 1833 and the county was divided into ecclesiastical districts in 1840. Regardless, however, of the right to patronage or the administrative circumscription, there were council and diocesan directives to be followed. In this period, we must consider the directives of the Council of Trent (1545-1563) and the resulting diocesan constitutions, to understand the impact they had on these churches, we cannot also neglect the interventions, alterations, demolitions, etc., these churches were to suffer over time, as well as the interpretation made of the directives from the Council of Vatican II (1962-1965).

Keywords: Ecclesiastical County of Feira; Right of Patronage; Parish Church; Architecture

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

1. Ruínas do Paço dos Condes da Feira, no Castelo, demolido em 1929 (AMSMF – Postal nº 4, Comissão de Vigilância do Castelo de Stª Maria da Feira, 1909)	58
2. Pedra encontrada pela Câmara Municipal de Ovar, que teria pertencido à Capela de S. Tomé (Ovar). A inscrição diz o seguinte “ESTA CAPELLA HE DOS CONDES DA FR ^A / ANO DE 1643”, ao centro tem as armas dos Pereiras. A capela foi demolida em 1844. A pedra encontra-se nas reservas da Rede Museológica de Ovar, na freguesia de Arada.	61
3. Capela de N. Srª das Areias – S. Jacinto, Aveiro	62
4. Capela de N. Srª de Entre Águas – Válega, Ovar (AMO – <i>Património Religioso, Válega, Capela de Entreáguas</i> , 1970) – A casa à esquerda era a casa do ermitão, hoje já não existe.	62
5. Atuais concelhos aos quais pertencem as freguesias da antiga comarca da Feira	80
6. Localização das freguesias da antiga comarca da Feira (a cinzento) no contexto dos atuais concelhos	81
7. Portas principais da igreja do Mosteiro de S. Salvador de Grijó	92
8. ACMAS - Retábulo do Sr. dos Aflitos na igreja de S. Cristóvão de Ovar, s.d.	93
9. Interior da igreja de Stª Maria de Fervedo	97
10. Vista para o coro-alto da igreja de S. Vicente de Pereira	104
11. Presbitério da igreja de S. Tiago de Beduído	106
12. Batistério da igreja de Arrifana	106
13. Pormenor do presbitério da igreja do Mosteiro de S. Salvador de Grijó	107
14. Capela-mor da igreja de S. Félix da Marinha	107
15. Interior da Basílica Constantiniana de S. Pedro de Roma antes da reconstrução dos séculos XVI e XVII. Fresco de Gagliardi, 1650.	114
16. Pormenor da sepultura em madeira de D. Rodrigo Sanches	115
17. <i>Padrão Velho</i> , junto ao atual cemitério. Do lado direito ergue-se o muro da antiga cerca do mosteiro	115
18. Sepultura em pedra de Ançã de D. Rodrigo Sanches, hoje numa dependência anexa ao claustro do mosteiro de Grijó	116
19. Cenotáfio onde esteve a sepultura em madeira com as ossadas de D. Rodrigo Sanches – capela-mor do mosteiro de Grijó	117
20. Túmulos da família Camelo e pedras de armas, na capela-mor da Igreja de Vilar do Paraíso	118
21. Capela-mor do Convento do Espírito Santo da Feira	119
22. Cenotáfio do lado da Epístola	119
23. <i>O Trabalho Perdido</i> (alegoria à expulsão dos jesuítas), gravura de Joaquim Carneiro da Silva, publicada em 1771 pela Tipografia Régia (in Biblioteca Nacional)	142
24. Mapa dos padroados da comarca da Feira. A cinzento escuro os padroados eclesiásticos (86), a branco e a cinzento claro os seculares (18). Os seculares a cinzento claro (12) correspondem ao padroado dos condes da Feira.	163
25. Mapa dos padroados eclesiásticos da comarca da Feira. As freguesias que pertenciam a unidades monásticas a azul (38), a comendas da Ordem de Cristo a amarelo (26), a entidades ligadas à Sé do Porto a cor de rosa (22)	164
26. Mapa dos padroados na comarca da Feira (Legenda: 1. Ordem de Stº Agostinho; 2. Ordem de Malta; 3. Ordem de Cristo; 4. Companhia de Jesus/Coroa; 5. Ordem de S. Bento; 6. Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista; 7. Ordem dos Frades Menores; 8. Ordem dos Pregadores; 9. Ordem de Cister; 10. Bispo do Porto; 11. Cabido do Porto; 12. Morgado de Vilar do Paraíso; 13. Arcediagado de Oliveira; 14. Condes da Feira/Casa do Infantado; 15. Morgado de Campo Belo; 16. Marqueses de Marialva; 17. Morgado de Fervedo; 18. Morgado de Pigeiros	165
27. Igreja de S. Martinho de Travanca, demolida c. 1999 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Travanca OAZ)	168
28. Igreja de S. Martinho de Travanca, inaugurada em 2007 no lugar da antiga	168

29. Igreja de S. Miguel de Travassô	168
30. Igreja de Stª Eulália de Eirol.....	168
31. Igreja de Stª Maria de Medas, em Gondomar, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954, Medas).....	176
32. À direita, antiga <i>Casa da Balança</i> de Ovar – celeiro do Cabido da Sé do Porto; à esquerda, a casa de piso térreo, Casa do Despacho da Ordem Terceira de S. Francisco de Ovar; ao centro, igreja de S. Cristóvão de Ovar, 1915 (AMO)	205
33. Pedra que encimava o portal de acesso à <i>Casa da Balança</i> , hoje no Museu de Ovar	205
34. Palácio do Freixo (Porto).....	209
35. Lateral da Casa de S. Tomé, onde está colocada a pedra de armas (Ovar)	212
36. Pedra de armas dos Morgados de Pigeiros, na Casa de S. Tomé	212
37. Igreja de Rio Meão, ainda com o muro que delimitava o adro da igreja, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Rio Meão)	226
38. [Na página anterior] Frontispício do Mosteiro de S. Salvador de Grijó visto do portal de acesso ao terreiro	230
39. O Mosteiro encontra-se hoje junto ao lugar de padrão. Mais acima é o lugar de Murraceses	237
40. Vista sobre a cidade do Porto, a partir da cúpula da Igreja do Mosteiro de Santo Agostinho da Serra	241
41. Mosteiro de Santo Agostinho da Serra / antigo Mosteiro de S. Salvador da Serra, mais conhecido por Mosteiro da Serra do Pilar (freguesia de Vila Nova de Gaia).....	242
42. Pormenor das traseiras do portal nobre, de acesso ao terreiro	248
43. Igreja do Mosteiro de Grijó, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Grijó).....	251
44. Epígrafe existente na torre sineira da igreja de Perosinho	253
45. Inscrição na base do púlpito, deslocado para junto do arco cruzeiro em 1983, aquando da demolição das paredes da nave na igreja de Serzedo	255
46. Igreja de Perosinho, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954, Perosinho.)	256
47. Igreja de Serzedo, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954, Serzedo.)	256
48. Igreja de Argoncilhe	258
49. Igreja de Perosinho	258
50. Igreja de Serzedo	258
51. Vista para a capela-mor do Mosteiro de S. Salvador de Grijó – retábulos colaterais de 1711	259
52. Capela-mor do Mosteiro de S. Salvador de Grijó – retábulo de 1735.....	259
53. Retábulo de Cristo Crucificado (falta a imagem de Cristo), na Igreja de S. Martinho de Travanca (pormenor de uma fotografia do SIPA)	263
54. Stº António – Mosteiro de S. Salvador de Grijó	265
55. Retábulo do Santíssimo Sacramento (antigo retábulo-mor da igreja de Travanca), Capela de Besteiros.....	268
56. N. Srª com o Menino, igreja de Serzedo	268
57. N. Srª da Purificação, igreja de Perosinho.	268
58. S. Leonardo, igreja de Serzedo.	268
59. Interior da igreja de Anta c. 1981 (GONÇALVES, A. Nogueira – <i>Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte</i> . Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1981, Est. XXXV).....	269
60. Igreja de S. Martinho de Anta na atualidade.....	269
61. Fig. 1 do anteprojeto de ampliação da igreja de Anta, agosto de 1979 (AEP – Proc. 396)	270
62. Igreja S. Martinho de Anta atualmente	270
63. Igreja de Stº André de Canidelo	271
64. Pormenor do remate do portal principal da igreja de Stª André de Canidelo, com datação da fachada (1739).....	271
65. Igreja de Stª Maria Madalena	273
66. Igreja de S. Cristóvão de Mafamude	275
67. Igreja de S. Martinho de Mozelos.....	276

68. Igreja de Mozelos, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Mozelos)	276
69. Cruzeiro e igreja de Mozelos, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Mozelos)	276
70. Pormenor do arco cruzeiro da igreja de S. Martinho de Mozelos	277
71. Igreja de Mozelos, c. 1981 (GONÇALVES, A. Nogueira – <i>Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte</i> . Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1981, Est. CXVI)	277
72. Igreja de S. Martinho de Mozelos	277
73. Igreja de S. Miguel de Milheirós de Poiares	278
74. Inscrição na fachada	278
75. Igreja de Milheirós de Poiares, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Milheirós de Poiares)	278
76. Púlpito da igreja da Madalena	279
77. Púlpito da igreja de Canidelo	279
78. Pormenor de um dos púlpitos da igreja de Milheirós de Poiares	279
79. Retábulo-mor da igreja de S. Miguel de Milheirós de Poiares	281
80. Interior da igreja de Milheirós de Poiares, c. 1981 (GONÇALVES, A. Nogueira – <i>Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte</i> . Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1981, Est. CXV)	281
81. Interior da igreja de S. Miguel de Milheirós de Poiares, atualmente	281
82. Arco cruzeiro da igreja de Stº André de Canidelo	282
83. Arco cruzeiro e capela-mor da igreja de Stª Maria Madalena	284
84. Antiga igreja de Stº Isidoro de Romariz, demolida na década de 1920 (SANTOS, P. M. Fernandes dos – <i>A Minha Terra. Breves apontamentos sobre Romariz</i> . Porto: Tip. Sociedade e Papelaria, 1940, p. 266)	287
85. Atual igreja de Stº Isidoro de Romariz	288
86. [Na página anterior] Igreja Matriz de Rio Meão	290
87. Igreja de S. Tiago de Rio Meão, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Rio Meão)	296
88. Pormenor do remate do arco cruzeiro da igreja de S. Martinho de Arada (fotografia do Arq. Nelson Resende, 2005)	301
89. Igreja de Rio Meão	301
90. Igreja de Arada	301
91. Igreja de Maceda	301
92. S. Tiago, igreja de Rio Meão	303
93. S. Martinho, igreja de Arada	303
94. Retábulo-mor da igreja de S. Tiago de Rio Meão	305
95. S. Tiago, feito c. 1723	305
96. Igreja de Rio Meão, retábulo colateral do lado do evangelho	306
97. Igreja de Maceda, retábulo colateral do lado do evangelho	306
98. Igreja de Rossas, retábulo colateral do lado da epístola	306
99. Igreja de Frossos (Albergaria-a-Velha)	307
100. S. Pedro, feito c. 1772	308
101. [Na página anterior] Pormenor da janela da Sala do Capítulo do Convento de Cristo em Tomar	310
102. Púlpito da igreja de S. Miguel de Arcozelo	319
103. Base do Púlpito da igreja de S. Miguel de Arcozelo	319
104. Retábulo-mor da igreja de S. Miguel de Arcozelo	320
105. Teto da capela-mor da igreja de S. Miguel de Arcozelo	321
106. Igreja de S. Miguel de Arcozelo, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Arcozelo)	322
107. Interior da igreja de S. Miguel de Arcozelo	322
108. Inscrição no frontispício da igreja de S. Paio de Oleiros	323

109. Pormenor de uma das páginas do <i>Catalogo da Fabrica Cerâmica e de Fundição das Devezas. António Almeida da Costa & C^a. Vila Nova de Gaia: Real Typ. Lith. Lusitana, 1910.</i>	323
110. Igreja de S. Paio de Oleiros em dia de Festa, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Oleiros).	323
111. Interior da igreja de S. Paio de Oleiros em dia de Festa, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Oleiros).	323
112. Porta principal da igreja de St ^a Marinha de Avanca.	326
113. Porta travessa da igreja de Avanca	326
114. Interior da igreja de St ^a Marinha de Avanca – retábulo-mor e os quatro retábulos feitos por José Martins Tinoco	328
115. Púlpito, igreja de St ^a Marinha de Avanca	329
116. Retábulo colateral de N. Sr ^a do Rosário, igreja de St ^a Marinha de Avanca	329
117. Igreja de St ^a Marinha de Avanca	330
118. Fachada da igreja de St ^a Marinha de Avanca	331
119. ANTT – <i>Ornatos da Capela mor e Sacristia da igreja de Santa Maria de Avanca</i> . Ministério do Reino, Colecções de plantas, mapas e outros documentos iconográficos, nº 12.	333
120. Retábulo-mor da igreja de St ^a Marinha de Avanca	333
121. ANTT – <i>Baranda e Janela para as Frestas da Capela Maior na [igreja de Santa Maria de Avanca]</i> . Ministério do Reino, Colecções de plantas, mapas e outros documentos iconográficos, nº 11.	334
122. Janela da capela-mor da igreja de St ^a Marinha de Avanca	334
123. Capela-mor da igreja de S. Mateus do Bunheiro	335
124. Janela da capela-mor da igreja do Bunheiro	335
125. Alçado posterior e lateral da igreja de S. Mateus do Bunheiro	336
126. Fachada da igreja de Bunheiro	336
127. Igreja de S. João de Loureiro	338
128. Nicho e inscrição na fachada da Igreja de S. João de Loureiro	338
129. Antiga igreja de Madail (AREDE, P. João Domingos – Madail, do Concelho de Oliveira de Azeméis, Bispado do Porto. <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> . Coimbra: Tip. Coimbra Editora. Vol. XIX, nº 73 (1953), p. 9.)	339
130. Igreja de S. Mamede de Madail	339
131. Igreja de S. Pedro de Pardilhó	341
132. Capela-mor da igreja de S. Pedro de Pardilhó	341
133. Portal principal da igreja de S. Tiago de Beduído	343
134. Púlpito (1668) da igreja de S. Tiago de Beduído	343
135. Fachada da igreja de S. Tiago de Beduído	343
136. Pormenor com a data de 1910, na fachada da igreja de Beduído	343
137. Janela do corpo da igreja de Beduído	343
138. Interior da igreja de S. Tiago de Beduído antes das intervenções da década de 1960 (GONÇALVES, A. Nogueira – <i>Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...</i> , 1981, EST. XL).	344
139. Interior da igreja de S. Tiago de Beduído na atualidade	344
140. Retábulo do Santíssimo Sacramento, capela de Santa Barbara, Beduído	347
141. Pormenor da data	347
142. Retábulo do Santíssimo Sacramento, igreja de St ^a Maria de Arrifana	347
143. Pormenor da data	347
144. Interior da igreja de St ^a Maria da Murtosa	348
145. Retábulo-mor da igreja da Murtosa	348
146. Antigo retábulo lateral da igreja da Murtosa, hoje dedicado a S. Miguel	350
147. Antigo retábulo lateral da igreja da Murtosa, hoje dedicado a N. Sr ^a da Conceição	350
148. Antigo retábulo colateral da igreja da Murtosa, hoje dedicado ao Sagrado Coração de Jesus	350
149. Antigo retábulo colateral da igreja da Murtosa, hoje dedicado a N. Sr ^a de Fátima	350

150. Fachada da igreja de S. Bartolomeu de Veiros	351
151. Interior da igreja de S. Bartolomeu de Veiros	351
152. Fachada da igreja de Stª Maria da Murtosa	352
153. Pormenor da torre sineira da igreja de S. Bartolomeu de Veiros	352
154. Pormenor da torre sineira da igreja de S. Tiago de Beduído	352
155. Fachada da igreja de S. Pedro de Canedo	353
156. Batistério da igreja de Canedo	353
157. Interior da igreja de S. Pedro de Canedo	354
158. pormenor da base do varandim na capela-mor da igreja de S. Pedro de Canedo	355
159. Base da varanda da casa de S. Lourenço, na Rua Dr. José Falcão, em Ovar	355
160. Retábulo-mor da igreja de S. Tiago de Lobão	356
161. Pormenor do frontispício do arco cruzeiro da igreja de Lobão	356
162. Fachada da igreja de S. Tiago de Lobão	357
163. Interior da igreja de S. Tiago de Lobão	357
164. Inscrição na parte de trás do retábulo-mor da igreja de S. Tiago de Lobão	357
165. Inscrição de gratidão pelas obras custeadas pelo Conde de S. Tiago de Lobão entre 1894 e 1917	357
166. Igreja de S. Vicente de Louredo, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954)	359
167. Pormenor do retábulo-mor da igreja de Louredo	359
168. Igreja de S. Vicente de Louredo	359
169. Igreja de Stº André de Lever (<i>Velha</i>), c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Lever)	361
170. Nova igreja de Stº André de Lever	361
171. Igreja de S. Miguel de Oliveira de Azeméis, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Oliveira de Azeméis)	363
172. Retábulo-mor da igreja de S. Miguel de Oliveira de Azeméis, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Oliveira de Azeméis)	363
173. Fachada da igreja de S. Miguel de Oliveira de Azeméis	365
174. Pormenor da fachada da igreja de Stº Ildefonso (Porto)	365
175. Roda do Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria, no Porto (AMP - <i>Convento de São Bento de Avé-Maria: roda</i> , 1890-1894)	366
176. Portal de acesso à sacristia da igreja de S. Miguel de Oliveira de Azeméis	366
177. Interior da igreja de S. Miguel de Oliveira de Azeméis	366
178. Estampa do tratado de Serlio (SERLIO, Sebastiano – <i>D'Architettura</i> . Venetia: Francesco Senese & Znane, 1566, fl. 3 – <i>libro straordinario</i>)	367
179. Estampa do tratado de Serlio (SERLIO, Sebastiano – <i>D'Architettura</i> . Venetia: Francesco Senese & Znane, 1566, fl. 18 – <i>libro straordinario</i>)	367
180. Interior engalanado da igreja de S. Miguel de Oliveira de Azeméis, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Oliveira de Azeméis)	369
181. Fachada da igreja de S. Tiago de Riba Ul	370
182. Interior da igreja de S. Tiago de Riba Ul antes das últimas intervenções, c. 1984 (AEP – <i>Proc.</i> 548)	370
183. Interior da igreja de S. Tiago de Riba Ul, atualmente	370
184. Igreja de S. Félix da Marinha, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – S. Félix da Marinha)	372
185. Retábulo colateral de Cristo Crucificado – S. Félix da Marinha	372
186. Igreja de Stº Estevão de Guetim, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Guetim)	372
187. Fachada da igreja de S. Vicente de Pereira	378
188. Retábulo-mor da igreja de S. Vicente de Pereira	378
189. Interior da Igreja de S. Vicente de Pereira	378

190. Igreja de S. Martinho da Gândara, c. 1956 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – S. Martinho da Gândara, resposta dada em 1956).....	381
191. Interior da igreja de S. Martinho da Gândara (GONÇALVES, A. Nogueira – <i>Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte</i> . Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1981, Est. CLXXVII.).....	381
192. Retábulo lateral na igreja de S. Martinho da Gândara	382
193. Porta travessa no interior da igreja de S. Martinho da Gândara	382
194. Vista para o coro-alto da igreja de S. Martinho da Gândara	382
195. Vista para o coro-alto da igreja de S. Vicente de Pereira.....	382
196. Pormenor de porta travessa no exterior da igreja de S. Martinho da Gândara	383
197. Pormenor da fig. 105 de POZZO, Andrea – <i>Perspectivae Pictorum at que Architectorum</i> . Tomo II. Augsburg: Johann Friederich, 1709.	383
198. Fachada da igreja de S. Miguel do Souto.....	384
199. Igreja de Stº André de Mosteirô, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Mosteirô).....	387
200. Fachada da igreja de Stº André de Mosteirô	388
201. Nicho da fachada da igreja de Stº André de Mosteirô.....	388
202. Porta travessa da igreja de Stº André de Mosteirô	388
203. Interior da igreja de Stº André de Mosteirô, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Mosteirô).....	389
204. Inscrição na nave da igreja de S. Pedro de Castelões.....	390
205. Armas da Casa Pereira (ANTT – <i>Livro do Armeiro-Mor</i> , 1509, fl. 52v – in http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4162406).....	390
206. Nave da Igreja de S. Pedro de Castelões (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Castelões)	391
207. Nave da Igreja de S. Pedro de Castelões na atualidade	391
208. Fachada da Igreja de S. Pedro de Castelões (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Castelões)	392
209. Igreja de S. Pedro de Castelões na atualidade.....	392
210. [Na página anterior] Pormenor do tímpano do frontão interrompido que remata o portal de acesso à igreja do Colégio de S. Lourenço (Porto)	394
211. Portal principal da igreja de S. Pedro de Pedroso	396
212. Igreja de S. Pedro de Pedroso antes da reedificação, c. 1909 (ARROYO, António; FORTES, José; QUEIROZ, Manuel Monteiro; LEITÃO, Joaquim – <i>Mea Villa de Gaya</i> . Porto: Guia Ilustrado de Portugal, 1909, p. 37.....	397
213. Igreja de Pedroso, c. 1956 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Pedroso, resposta dada a 20 de novembro de 1956)	397
214. Cruzeiro da igreja de Stº André de Macinhata da Seixa.....	398
215. Pormenor da fachada da igreja de Stº André de Macinhata da Seixa	398
216. Igreja de Stº André de Macinhata da Seixa.....	400
217. Interior da igreja de Stº André de Macinhata da Seixa	400
218. Arco cruzeiro e capela-mor da igreja de Stº André de Macinhata da Seixa	401
219. Imagem de Stº André no retábulo-mor da igreja de Macinhata da Seixa	401
220. Igreja de Stª Eulália de Sanguedo em 1972 (AEP – <i>Proc.</i> 298.).....	402
221. Nicho na fachada da igreja de Stª Eulália de Sanguedo	402
222. Interior da igreja de Stª Eulália de Sanguedo (GONÇALVES, A. Nogueira – <i>Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte</i> ..., 1981, Est. CXXVII).....	403
223. Guarda do púlpito da igreja de Stª Eulália de Sanguedo	403
224. Igreja de Stª Maria de Seixezelo, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Seixezelo).....	404
225. Igreja de Stª Maria de Seixezelo na atualidade	404

226. Interior da igreja antes das obras de ampliação (GONÇALVES, A. Nogueira – <i>Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...</i> , 1981, Est. CXXXVIII)	405
227. Igreja de S. Mamede de Vila Maior	406
228. Interior da igreja de Vila Maior atualmente	406
229. Igreja de Stº Tirso de Paramos, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Paramos)	407
230. Interior da igreja de Stº Tirso de Paramos, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Paramos)	407
231. Igreja de Stª Maria do Vale	410
232. Interior da igreja e Stª Maria do Vale, c. 1979 (GONÇALVES, A. Nogueira; DIAS, Pedro – <i>Concelho de Vila da Feira. História e Arte</i> . Coimbra: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 1979, p. 51)	410
233. Igreja nova de Stª Maria do Vale	411
234. Igreja de S. Miguel do Mato, c. 1956 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – S. Miguel do Mato – resposta dada a 2 de março de 1956)	412
235. Púlpito na atual igreja de S. Miguel do Mato	412
236. [Na página anterior] Pormenor da fachada principal do Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria, 1890-1894 (Arquivo Municipal do Porto - nº 29 8755)	414
237. Retábulo lateral do lado do Evangelho, igreja de Stº André de Escariz	415
238. Púlpito da igreja de Stº André de Escariz	415
239. Interior da igreja de Stº André de Escariz, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Escariz)	416
240. Igreja de Stº André de Escariz, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Escariz)	417
241. Igreja de Stº André de Escariz na atualidade	417
242. Igreja de Stª Cristina de Mansores	418
243. Púlpito da igreja de Stª Cristina de Mansores	418
244. Fachada da igreja de Stº André de Gião	419
245. Capela-mor da igreja de Stº André de Gião, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Gião)	419
246. Calvário no adro da igreja de Stº André de Gião	420
247. Coro-alto da igreja de Stº André de Gião	420
248. Igreja nova de Gião	421
249. Igreja de S. Martinho de Fajões (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Fajões)	423
250. Remate do portal principal da igreja de S. Martinho de Fajões	423
251. Base do púlpito da igreja de S. Martinho de Fajões	423
252. Retábulo lateral do lado do Evangelho	424
253. Retábulo lateral do lado da Epístola	424
254. Retábulo lateral do lado da Epístola	424
255. Igreja de Stª Maria de Sandim	425
256. Interior da igreja de Stª Maria de Sandim	425
257. Frontispício do arco cruzeiro da igreja de S. Mamede de Guisande	429
258. Pormenor do retábulo colateral do lado do Evangelho da igreja de Rio Meão	429
259. Pormenor do retábulo colateral do lado do Evangelho da igreja de Maceda	429
260. Pormenor do retábulo colateral do lado do Evangelho da igreja de Maceda	429
261. Retábulo-mor da igreja de S. Mamede de Guisande	430
262. Pia batismal da igreja de Guisande	430
263. Púlpito da igreja de Guisande	430
264. Igreja de S. Mamede de Guisande, c. 1957 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Guisande, resposta dada a 15 de outubro de 1957)	432
265. Igreja de S. Mamede de Guisande atualmente	432

266. Igreja de S. João da Madeira, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – S. João da Madeira).....	433
267. Pormenor do interior da igreja de S. João da Madeira em 1965 (AEP – <i>Proc. 161.</i>).....	433
268. Portal principal da igreja de S. João da Madeira.....	435
269. Pormenor da fig. 104 de POZZO, Andrea – <i>Perspectivae Pictorum at que Architectorum</i> . Tomo II. Augsburgo: Johann Friederich, 1709.	435
270. Fachada da igreja de S. Martinho de Cucujães	437
271. Interior da igreja de S. Martinho de Cucujães, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Cucujães).....	438
272. Retábulo na sacristia da igreja de Cucujães, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Cucujães.).....	441
273. Estado atual do arco onde se inseria o retábulo, sacristia da igreja de S. Martinho de Cucujães	441
274. Antigo retábulo da sacristia, hoje colocado no batistério da igreja de Cucujães	441
275. Antiga igreja de S. Pedro de Ossela.....	442
276. Inscrição colocada na nave da antiga igreja de S. Pedro de Ossela.....	442
277. Interior da antiga igreja de S. Pedro de Ossela, hoje capela de S. Sebastião	443
278. Atual igreja de S. Pedro de Ossela vista a partir da capela-mor, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Ossela – resposta dada a 17 de dezembro de 1954).....	444
279. Atual igreja de S. Pedro de Ossela.....	444
280. [Na página anterior] Igreja do Convento do Espírito Santo de Santa Maria da Feira.....	446
281. Interior da igreja do Convento do Espírito Santo, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Feira)	450
282. Igreja do Convento do Espírito Santo vista da capela-mor	451
283. Empena do transepto, lado sul	451
284. Empena do transepto, lado norte.....	451
285. Convento do Espírito Santo da Feira (AMSMF – O convento dos Loios, Foto Paul, déc. de 1930)	452
286. Retábulo da capela atualmente dedicada a N. Sr ^a de Lurdes	453
287. Retábulo lateral do transepto, lado da Epístola	453
288. Retábulo-mor.....	453
289. Fachada da igreja de Nogueira da Regedoura, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Nogueira da Regedoura)	455
290. Fachada da igreja de S. Cristóvão de Nogueira da Regedoura, atualmente.....	455
291. Interior da igreja de S. Martinho de Travanca, déc. 1970 (GONÇALVES, A. Nogueira – <i>Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte</i> ..., 1981, CXXXVI)	456
292. Interior da Igreja de S. Mamede de Travanca	456
293. Fachada da igreja de S. Mamede de Travanca	457
294. Inscrição na escada de acesso à torre sineira da igreja de Travanca	457
295. Convento de St ^a Cruz de Vila de Rei, Lamego (atualmente quartel militar)	459
296. Igreja de St ^a Maria de Fiães, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Fiães)	460
297. [Na página anterior] Portal de acesso à Igreja do Mosteiro de St ^a Clara do Porto	462
298. Fachada da igreja de Vilar de Andorinho	463
299. Interior da igreja de S. Salvador de Vilar de Andorinho	465
300. Pormenor do retábulo-mor da igreja de Vilar de Andorinho.....	465
301. Pormenor da fachada posterior da igreja de S. Jorge (nicho).....	467
302. Igreja de S. Jorge, antes das últimas obras, 2000 (AEP – <i>Proc. 842.</i>)	468
303. Pintura mural de um dos arcos laterais da igreja de S. Jorge	468
304. Igreja de S. Jorge, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – S. Jorge)	469
305. Interior da igreja de S. Jorge, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – S. Jorge)	469
306. Fachada da atual igreja de S. Silvestre de Duas Igrejas	470

307. Pormenor do campanário da antiga igreja de S. Silvestre de Duas Igrejas (SÁ, P. Manuel Francisco de – <i>Monografia de Duas Igrejas do Termo da Feira</i> . 2ª ed. Porto: Oficina Gráfica «O Comércio do Porto», 1968, p. 140).....	470
308. Fachada da igreja de Stª Maria de Pindelo	472
309. Pormenor do arco cruzeiro da igreja de Stª Maria de Pindelo	472
310. Atual igreja de Stª Maria de Pindelo	473
311. [Na página anterior] Mosteiro do Corpus Christi, Vila Nova de Gaia	476
312. Fachada da igreja de S. Salvador de Valadares	477
313. [Na página anterior] Mosteiro de Stª Maria de Arouca	482
314. Fachada da igreja de Stª Maria de Vila Chã, atualmente.....	483
315. Interior da igreja de Stª Maria de Vila Chã	487
316. Retábulo-mor da igreja de Vila Chã	487
317. Fachada da igreja de Vila Chã, antes da construção da segunda torre (GONÇALVES, António Nogueira – <i>Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona de Nordeste</i> . Vol. XI. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1991, Est. CCXLII)	488
318. Interior da igreja de Vila Chã em meados do século XX (GONÇALVES, António Nogueira – <i>Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona de Nordeste</i> . Vol. XI. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1991, Est. CCXLII)	488
319. [Na página anterior] Pormenor da fachada da Sé do Porto	492
320. Frontão do portal principal da igreja de S. Pedro de Avintes	494
321. Igreja de S. Pedro de Avintes, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Avintes.)	495
322. Retábulo-mor da igreja de S. Pedro de Avintes, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Avintes.)	495
323. Pormenor do portal principal	495
324. Fachada da igreja de S. João de Canelas	499
325. Arco cruzeiro da igreja de Canelas	499
326. Base do púlpito da igreja de Canelas	499
327. Antiga igreja de Stª Marinha de Cortegaça (Desenho de Reimão Marques Faria, publicado em: <i>O Povo de Cortegaça</i> , 1 de dezembro de 1989, p. 1)	500
328. Igreja de Stª Marinha de Cortegaça, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Cortegaça)	501
329. Igreja de S. Tiago de Silvalde, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Silvalde.)	502
330. Pormenor da cimalha da capela-mor da igreja de Espargo	503
331. Batistério da igreja de S. Tiago de Espargo	503
332. Igreja de S. Tiago de Espargo, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Espargo)	504
333. Interior da igreja de S. Tiago de Espargo.....	504
334. Planta da igreja de S. Pedro de Sanfins, 1946 (AEP – <i>Proc. 6.</i>)	506
335. Fachada da igreja de S. Pedro de Sanfins, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Sanfins.)	506
336. Interior engalanado da igreja de S. Pedro de Sanfins, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Sanfins.).....	506
337. Igreja de S. Pedro de S. Roque (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – S. Roque)	507
338. Interior da igreja de S. Roque (GONÇALVES, A. Nogueira – <i>Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...</i> , 1981, Est. CLXXXII)	507
339. Interior da igreja de S. Pedro de S. Roque	509
340. Nicho de S. Salvador na fachada da igreja de S. Salvador de Fornos	510
341. Igreja de S. Salvador de Fornos, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Fornos)	510

342. Interior engalanado da igreja de S. Salvador de Fornos, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Fornos)	512
343. Interior da igreja de S. Salvador de Fornos, atualmente.....	512
344. Fachada da igreja de Stª Maria de Gulpilhares	512
345. Interior da igreja de Stª Maria de Gulpilhares.....	512
346. Igreja de S. Tiago de Lourosa, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Lourosa)	516
347. Arco cruzeiro e capela-mor da igreja de S. Tiago de Lourosa	517
348. Pormenor do arco cruzeiro da igreja de S. Tiago de Lourosa	517
349. Pintura de S. Jerónimo, retábulo colateral do lado do Evangelho, igreja de Lourosa.....	518
350. Pintura de S. João Batista, retábulo colateral do lado da Epístola, igreja de Lourosa	518
351. Fachada da igreja de S. Cipriano de Paços de Brandão	520
352. Retábulo-mor da igreja de S. Cipriano de Paços de Brandão.....	521
353. teto da capela-mor da igreja de S. Cipriano de Paços de Brandão	521
354. Interior da igreja de S. Cipriano de Paços de Brandão.....	522
355. Igreja de S. João de Ver, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – S. João de Ver)	523
356. Interior da igreja de S. João de Ver	523
357. Igreja nova de S. João de Ver	524
358. Fachada da igreja de S. Martinho de Escapães	526
359. Igreja de S. Pedro de Sermonde, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Sermonde)	528
360. Base do púlpito da igreja de S. Pedro de Sermonde.....	528
361. Igreja de Stª Maria de Lamas	529
362. Retábulo-mor da igreja de Stª Maria de Lamas	529
363. Retábulo colateral do lado do Evangelho, igreja de Stª Maria de Lamas – antigo retábulo de S. Tiago da Sé do Porto	530
364. Retábulo colateral do lado da Epístola, igreja de Stª Maria de Lamas – antigo retábulo de S. Gonçalo da Sé do Porto	530
365. Fachada da igreja de Stª Maria de Ul.....	531
366. Interior da igreja de Stª Maria de Ul	531
367. Interior da igreja de S. Cristóvão de Ovar	534
368. Teto da capela do Sr. dos Passos, igreja de Ovar	535
369. Igreja de S. Cristóvão de Ovar.....	535
370. AMO – <i>Risco do retábulo da Capela Santíssimo Sacramento</i> , Manuel António da Fonseca, Feira, s/ data, pasta 1547	536
371. Fachada da igreja de Stª Marinha	538
372. Interior da igreja de Stª Marinha.....	541
373. Retábulo das Almas, igreja de Stª Marinha.....	541
374. Igreja de Stª Maria de Válega, 1943 (Espólio dos Herdeiros de Mons. Miguel de Oliveira)	545
375. Retábulo-mor da igreja de Stª Maria de Válega.....	545
376. Interior da igreja de Stª Maria de Válega.....	545
377. Fachada da igreja de Stª Maria do Olival.....	546
378. Vista para o coro alto da igreja de Stª Maria do Olival	546
379. Igreja de Stª Maria de Crestuma, c. 1955 (AEP – <i>Proc. 101.</i>)	548
380. Sacristia da igreja de Ovar	550
381. Oratório da sacristia da igreja de Válega	550
382. Fachada da igreja de Stª Eulália de Oliveira do Douro	550
383. Capela-mor da igreja de Oliveira do Douro	550
384. Retábulo lateral da igreja de Oliveira do Douro	550
385. Igreja de S. Mamede de Castanheira do Vouga	555
386. Retábulo-mor da igreja de S. Mamede de Castanheira do Vouga.....	555

387. Igreja de Stª Maria Madalena de Agadão.....	557
388. Retábulo-mor e um dos antigos colaterais da igreja de Agadão.....	557
389. Fachada da igreja de S. Salvador de Carregosa.....	558
390. Pormenor da empena da capela-mor da igreja de Carregosa.....	558
391. Igreja de S. João de Cepelos.....	559
392. Inscrição existente na antiga igreja de Cepelos.....	559
393. Inscrição existente na antiga igreja de Cepelos.....	559
394. Igreja de S. Tiago de Codal, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Codal).....	560
395. Retábulo colateral do lado da Epístola, igreja de Codal.....	560
396. Igreja de Stª Maria de Macieira de Cambra.....	561
397. Capitel jónico da antiga capela do Santíssimo Sacramento, na igreja de Macieira de Cambra.....	561
398. Púlpito da igreja de Macieira de Cambra.....	561
399. Interior da igreja de Stª Maria de Macieira de Cambra.....	561
400. Igreja de S. Salvador de Roge.....	562
401. Porta travessa da igreja de S. Salvador de Roge.....	562
402. Interior da igreja de S. Salvador de Roge.....	562
403. Pormenor do retábulo-mor da igreja de S. Salvador de Roge.....	563
404. Retábulo-mor da igreja de S. Salvador de Roge.....	563
405. Igreja de S. João de Vila Cova de Perrinho, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Vila Cova de Perrinho).....	564
406. Arco cruzeiro e capela-mor da igreja de Vila Cova de Perrinho.....	564
407. Igreja de S. Simão de Arões.....	565
408. Retábulo-mor da igreja de S. Simão de Arões.....	565
409. Antiga igreja de S. Miguel de Junqueira.....	565
410. Nova igreja de S. Miguel de Junqueira.....	565
411. Igreja de Stª Maria de Arrifana.....	566
412. Interior da igreja de Stª Maria de Arrifana.....	566
413. Risco da fachada a igreja de Esmoriz por António Pereira da Costa (APE - <i>Projecto para a reconstrução da Igreja d'Esmoriz</i> , 11 de junho de 1891.).....	571
414. Fachada da igreja de Stª Maria de Esmoriz.....	571
415. Fachada da igreja de S. Pedro de Cesar, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Cesar.).....	572
416. Interior da igreja de S. Pedro de Cesar.....	572
417. Pormenor do antigo portal da capela paroquial de Macieira de Sarnes.....	573
418. Antiga igreja de Stª Eulália de Macieira de Sarnes, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Macieira de Sarnes.).....	574
419. Atual igreja de Stª Eulália de Macieira de Sarnes.....	574
420. Fachada da igreja de Stª Maria de Fermedo.....	575
421. Vista para o coro-alto da igreja de Stª Maria de Fermedo.....	575
422. Capela-mor da igreja de Stª Maria de Fermedo.....	576
423. Antigo retábulo do Santíssimo Sacramento da igreja de Stª Maria de Fermedo.....	576
424. Fachada da igreja de Stª Maria de Pigeiros.....	577
425. Capela-mor da igreja de S. Pedro de Vilar do Paraíso.....	579
426. Fachada da igreja de S. Pedro de Vilar do Paraíso.....	579
427. Igreja de S. Cristóvão de Nogueira do Cravo, c. 1954 (AEP – <i>Inquérito à Diocese do Porto</i> , 1954 – Nogueira do Cravo).....	581
428. Interior da igreja de S. Cristóvão de Nogueira do Cravo.....	581
429. Portal principal da igreja de S. Cristóvão de Nogueira do Cravo.....	582
430. Porta travessa da igreja de S. Cristóvão de Nogueira do Cravo.....	582
431. Porta de acesso à sacristia da igreja de S. Cristóvão de Nogueira do Cravo.....	582

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Freguesias da Comarca Eclesiástica da Feira	37
Tabela 2 – População da Comarca Eclesiástica da Feira	45
Tabela 3 – Rendimentos das Freguesias da Comarca Eclesiástica da Feira	51
Tabela 4 – Ermidas/Capelas e nichos na Comarca da Feira (1623-1758).....	62
Tabela 5 – Santíssimo Sacramento nas igrejas da Comarca da Feira.....	97
Tabela 6 – Igrejas construídas na segunda metade do século XX na área geográfica da antiga comarca da Feira.....	107
Tabela 7 – Padroados da Ordem de Stº Agostinho na Comarca da Feira.....	167
Tabela 8 – Padroado da Ordem de Malta na Comarca da Feira	172
Tabela 9 – Padroados da Ordem de Cristo na Comarca da Feira	173
Tabela 10 – Padroados da Companhia de Jesus na Comarca da Feira	184
Tabela 11 – Padroados da Ordem de S. Bento na Comarca da Feira	187
Tabela 12 – Padroados da Congregação dos Cónegos Seculares na Comarca da Feira	193
Tabela 13 – Padroados dos Frades Menores na Comarca da Feira	194
Tabela 14 – Padroado da Ordem dos Pregadores na Comarca da Feira	196
Tabela 15 – Padroado da Ordem de Cister na Comarca da Feira	197
Tabela 16 – Padroado do Bispo do Porto na Comarca da Feira	197
Tabela 17 – Padroado do Cabido da Sé do Porto na Comarca da Feira	203
Tabela 18 – Padroado do Arcediago de Oliveira da Sé do Porto	206
Tabela 19 – Padroado do Condado da Feira / Casa do Infantado na Comarca da Feira	207
Tabela 20 – Padroado do Morgado de Campo Belo na Comarca da Feira	208
Tabela 21 – Padroado do Morgado de Fermedo na Comarca da Feira	209
Tabela 22 – Padroado do Morgado de Pigeiros na Comarca da Feira	211
Tabela 23 – Padroado do Morgado de Vilar do Paraíso na Comarca da Feira	214
Tabela 24 – Padroado dos Marquês de Marialva na Comarca da Feira	216
Tabela 25 – Datação das principais obras de arquitetura das igrejas do isento do Mosteiro de S. Salvador de Grijó	257
Tabela 26 – Datação formal e documental dos atuais retábulos das igrejas do isento do Mosteiro de S. Salvador de Grijó	262
Tabela 27 – Invocações dos retábulos das igrejas do isento do Mosteiro de S. Salvador de Grijó....	264
Tabela 28 – Artistas que trabalharam nas igrejas do isento do Mosteiro de S. Salvador de Grijó	265

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACDA	Arquivo da Cúria Diocesana de Aveiro
ACMAS	Arquivo da Casa Museu de Arte Sacra de Ovar
AEP	Arquivo Episcopal do Porto
AMO	Arquivo Municipal de Ovar
AMP	Arquivo Municipal do Porto
AMSMF	Arquivo Municipal de Santa Maria da Feira
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
AP	Arquivo Particular
APA	Arquivo Paroquial de Arada
APC	Arquivo Paroquial de Cortegaça
APE	Arquivo Paroquial de Esmoriz
APM	Arquivo Paroquial de Maceda
APO	Arquivo Paroquial de Ovar
APRM	Arquivo Paroquial de Rio Meão
APSVP	Arquivo Paroquial de S. Vicente de Pereira
APV	Arquivo Paroquial de Válega
BN	Biblioteca Nacional
Arq.	Arquiteto
c.	Cerca de
c/	Com
cap.	Capítulo
Cf.	Confrontar
Coord.	Coordenador
cp.	Capela
cx.	Caixa
Dir.	Diretor
ed.	Edição
Eng.	Engenheiro
fl.	Fólio
Fr.	Frei
liv.	Livro
lg.	Lugar
Mons.	Monsenhor
ms.	Manuscrito
N.	Nossa / Nosso
nº	Número
n.a.	Não aplicável
n.i.	Não identificado

p.	Página/páginas
P.	Padre
Proc.	Processo
S.	São
s.d.	Sem data
s.e.	Sem editor
s.i.	Sem informação
s.l.	Sem local
Sr^a	Senhora
St^a	Santa
St^o	Santo
v.	Verso
Vd.	Vide
Vol.	Volume
Vols.	Volumes

NOTA INTRODUTÓRIA

(...) esperamos em certos pontos encontrar o nosso alimento, mas sabemos que noutros teremos de continuar com a nossa fome. Porque os frutos da nossa busca arrojada dependem inteiramente da densidade, da qualidade dos vestígios, daquilo que os documentos ensinam, todos eles, os textos em primeiro lugar, as fontes escritas, mas também os objectos, e depois as imagens esculpidas ou pintadas que pretenderam representar um determinado quadro de vida. E se o conteúdo da obra se encontra disposto de uma maneira talvez surpreendente, isso deve-se ao facto de a nossa informação ser lacunar, para além de muito desigualmente repartida, no espaço e ao longo dos (...) séculos que optámos por considerar.

(DUBY, Georges – Advertência. In *História da Vida privada. Da Europa Feudal ao Renascimento*. Vol. 2. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 10)

Quando nos propuseram estudar a antiga Comarca da Feira, dando de algum modo continuidade ao percurso que vínhamos a trilhar desde a licenciatura, depois de alguma reflexão, acedemos com grande ânimo, por se tratar de um desafio aliciante que nos retiraria da nossa área de conforto obrigando a um maior desenvolvimento intelectual, ao alargamento de horizontes. Contudo, depressa percebemos a complexidade da investigação que nos esperava.

A comarca eclesiástica que pretendíamos estudar não pertenceu unicamente a uma diocese e foi necessário mergulhar em largas dezenas de documentos para finalmente percebermos qual a área geográfica concreta que constituía a comarca eclesiástica da Feira.

Seguiu-se a leitura bibliográfica, o trabalho de campo e recolha documental. Era necessário entrar nas igrejas, fotografar, analisar e procurar ter acesso a algum documento que pudesse existir, livros de visitas, contas de irmandades, processos de obras, etc. Encontrávamo-nos completamente dependentes da disponibilidade e confiança que em nós depositavam os párocos. Nuns sítios tivemos o privilégio de fotografar, consultar documentação e falar com algumas pessoas mais velhas sobre as transformações do edifício. Noutras foi necessária alguma persistência. Quanto à documentação à guarda do pároco, tivemos acesso em alguns casos, em diversas situações fomos informados de que não existia, noutras não tivemos acesso.

Atualmente estas freguesias pertencem às Dioceses do Porto e de Aveiro. O Paço Episcopal do Porto tem arquivo público. Relativamente a Aveiro foi graças ao Monsenhor

João Gaspar Gonçalves que conseguimos consultar a tão importante documentação. A documentação recolhida nestes arquivos foi fundamental para compreender os edifícios no tempo longo.

Porém, estávamos perante um universo de 104 freguesias e 112 edifícios, sendo que algumas paróquias construíram nova igreja e felizmente preservaram a antiga. Era imprescindível uma boa base de dados. Seguindo os trilhos percorridos em mestrado, adaptámos a esta realidade a ficha de inventariação que tínhamos desenvolvido na dissertação de mestrado, procurando, mais do que a análise formal, ter para cada edifício uma base de dados documental. Estas fichas foram fundamentais no desenvolvimento deste trabalho. Todavia, inicialmente estas igrejas pareciam díspares, sem elo de ligação, e até compreender que o elo de ligação era o direito de padroado ainda foi preciso percorrer um longo caminho.

A partir deste ponto fomos procurando dar resposta às várias interrogações que nos foram surgindo, percorrendo outros arquivos e bibliotecas, e o trabalho foi ganhando forma.

De todos os documentos analisados, existem quatro que se destacam por abrangerem todas ou quase todas as igrejas paroquiais da Comarca Eclesiástica da Feira, revelando algumas questões bastante significativas para a leitura artística do objeto: as imprescindíveis *Memórias Paroquiais*, de 1758, publicadas recentemente por um projeto coordenado por Viriato Capela; o livro de visitas de Joaquim Thorel da Cunha Manuel, visitador da Diocese do Porto, responsável, em 1769, por esta comarca; o livro de visitas do abade de St^a Maria de Válega, P. António Sousa Dias e Castro, nomeado visitador da comarca da Feira, em 1824, pelo bispo do Porto – este livro encontra-se amputado e foi continuado por outros visitantes em 1864; e o *Inquérito à Diocese do Porto*, promovido por D. Domingos de Pinho Brandão, em 1954, que contém inclusivamente fotografias dos templos.

Da bibliografia consultada devemos evidenciar o *Inventário Artístico de Portugal* no distrito de Aveiro que descreve e documenta fotograficamente as igrejas a quando da visita de António Nogueira Gonçalves, revelando diversos edifícios antes da realização de obras que vieram alterar a sua configuração.

No trabalho que agora se apresenta, procurámos primeiramente compreender a comarca eclesiástica da Feira e de que forma os concílios de Trento e Vaticano II intervieram nas igrejas desta área geográfica. De seguida mergulhámos no direito de padroado para compreendermos com rigor a administração destas igrejas e só depois partimos para cada padroado analisando as igrejas que lhe pertenciam e procurando compreender a encomenda artística em cada um deles. Por forma a tornar tudo mais claro, construímos ainda um glossário e uma tabela cronológica que elenca todas as igrejas em estudo.

DO TERRITÓRIO AOS CONCÍLIOS

1. A COMARCA ECLESIASTICA DA FEIRA

1.1. O que é uma comarca?

A palavra Comarca deriva do termo de origem germânica *Mark*, confim, limite, marca, originalmente usado para definir um território limítrofe ou região fronteira.¹

Segundo Raphael Bluteau, a Comarca é constituída por “(...) *um certo numero de villas* (...)” e os seus habitantes vivem debaixo da mesma vara de justiça.² Portanto, trata-se de uma divisão de território, um limite, uma região ou fronteira de circunscrição judicial ou **eclesiástica**³, de grande extensão⁴, “*célula básica de la estructura geográfica de un país*”⁵, que compreende várias populações.⁶

É em finais da Idade Média, que o termo *comarca*, adquire o significado de território concreto.⁷ Segundo Pedro José Marques, as comarcas, no contexto civil, nasceram a quando “(...) *da conquista do solo português, sem obedecer a qualquer princípio de boa administração da justiça; aliás cada Comarca era presidida por um corregedor que englobava vastas funções administrativas, judiciais e fiscais*”.⁸

¹ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero, Geographico, Geometrico, Gnomonico, Hydrographico, Homonymico, Hierologico, Ichtyologico, Indico, Ifagogico, Laconico, Liturgico, Lithologico, Medico, Musico, Meteorologico, Nautico, Numerico, Neoterico, Ortographico, Optico, Ornithologico, Poetico, Philologico, Pharmaceutico, Quidditativo, Qualitativo, Quantitativo, Rhetorico, Rustico, Romano, Symbolico, Synonimico, Syllabico, Theologico, Therapeutico, Technologico, Uranologico, Xenophonico, Zoologico...* Vol. II. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712, p. 386.

Cf. ROCHA, J. L. Moraes – Comarca. In CHORÃO, João Bigote (dir.) – *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura. Edição Século XXI*. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1998, p. 520-521.

MARQUES, Pedro José – *Diccionario Geographico abreviado das oito provincias dos Reinos de Portugal e Algarves com a designação dos concelhos, comarcas, districtos, provincias, dioceses, oragos, freguezias, congruas respectivas, legoas de distanci, correios, e feiras. Seguido de interessantes noticias corograficas e históricas; assim como, d’uma tabella demostnrativa das Comarcas judiciaes, Concelhos, numero de fogos, etc.* Porto: Typographia Commercial, 1853, p. III – XII.

SERRÃO, Joel – *Dicionário de história de Portugal*. Volume I. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, p. 816.

² BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino ...* Vol. II..., p. 386-387.

Cf. *Salvat Universal*. Vol. 7. Navarra: Salvat Editores, 1999, p. 3254.

³ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino ...* Vol. II..., p. 386-387.

⁴ *Enciclopedia Vniversal Ilustrada Europeo-Americana*. Tomo 14. Madrid: Editorial Espasa Calpe, 1991, p. 521.

⁵ *Salvat Universal*. Vol. 7. Navarra: Salvat Editores, 1999, p. 3254.

⁶ *Diccionario Enciclopedico Universal*. Vol. 2. Leon: Editorial Everest, 1986, p. 711.

Gran Enciclopedia Espasa. Vol. 8. Espanha: Espasa Galpe, 2002, p. 3429.

⁷ *Salvat Universal*. Vol. 7. Navarra: Salvat Editores, 1999, p. 3254.

⁸ MARQUES, Pedro José – *Diccionario Geographico abreviado...* p. III-XII.

De origem muito diversa, estão na sua maioria relacionadas com feitos concretos seja físico, de situação, histórico, de importância agrícola, ou de área de influência de um núcleo concreto.⁹

1.2. Para que serve uma comarca eclesiástica?

As comarcas eclesiásticas garantiam à diocese uma distribuição concreta de serviços que permitiam gerir todas as paróquias que lhe pertenciam.

Cada comarca tinha um provedor ao qual as paróquias tinham de prestar contas, nomeadamente as irmandades, como está documentado, em 1758, pelo pároco de Avintes que refere que as quatro irmandades existentes na igreja, com estatutos, “(...) *todas ellas dão contas ao provedor da comarca*”.¹⁰

Para garantir a dignidade destas igrejas no espiritual e temporal, eram nomeados visitantes, por comarca, para procederem à análise das condições em que se encontrava cada igreja. Sobre as igrejas da comarca da Feira afetas à Diocese do Porto encontrámos dois livros de visitas. O primeiro é um livro de anotações pessoais do visitador Joaquim Thorel que em 1769¹¹ fez visita a todas as igrejas da comarca, exceto as que estavam isentas de jurisdição episcopal. O segundo livro foi começado pelo pároco de Válega que tinha sido nomeado para proceder à visita das igrejas da Comarca da Feira em 1824, continuado por outros visitantes no ano de 1864.¹²

Havia ainda um juiz eclesiástico do bispado que, por exemplo, numa situação em que o padroeiro da igreja não cumprisse com as suas obrigações, o pároco e os fregueses deveriam fazer parte dele ao juiz eclesiástico, levando o capítulo de visita em que o assunto fosse explicado. Esta informação está conforme diversos capítulos de visita analisados, mas iremos ter oportunidade de documentar esta situação, concretamente, no capítulo correspondente ao padroado de Cister.

⁹ *Salvat Universal*. Vol. 7. Navarra: Salvat Editores, 1999, p. 3254.

¹⁰ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 755.

¹¹ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*.

¹² AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088.

1.3. Alguns apontamentos sobre a comarca eclesiástica da Feira

A Comarca Eclesiástica da Feira, está intrinsecamente ligada às Terras de Santa Maria, que correspondiam a uma região administrativa eclesiástica, circunscrita a Norte pelo rio Douro, a Leste pelo rio Arda, a Sudeste e a Sul pelo rio Antuã, com fácil comunicabilidade com o Porto e Coimbra através da velha estrada romana existente na região.¹³ Era uma região abundante em trigo, centeio, milho, azeite, vinho, gado, caça e peixe, servida por bons portos comerciais.¹⁴

As Terras de Santa Maria pertenciam à Diocese de Coimbra, só com a reestruturação das dioceses, efetuada entre 1112-1136, transitaram quase todas para a Diocese do Porto, sendo anexadas ao arcediagado denominado de *Além Douro*, extinto no pontificado de D. Martinho Pires (1186-1189) e substituída a denominação por *Terras de Santa Maria*, mais tarde território da Comarca da Feira.¹⁵

A Comarca Eclesiástica da Feira, é referida pela primeira vez no ano de 1623, por D. Rodrigo da Cunha, que corrobora o que acabámos de dizer: “*tomou esta Comarca o nome da terra da Feira, de que ocupa grande parte (...)*”.¹⁶ A diocese do Porto ocupava uma parte, sendo a restante ocupada pelas dioceses de Coimbra e Viseu.

Sobre o ano exato da sua criação não temos qualquer informação, mas sabemos que como espaço único de administração eclesiástica deixa de existir em 1840, ano em que D. Jerónimo José da Costa Rebelo subdivide as quatro comarcas da diocese do Porto em distritos eclesiásticos, ficando a comarca da Maia dividida em três distritos, a Feira em quatro, Penafiel em cinco e Sobretâmega em três.¹⁷ A partir daqui cada distrito seria administrado individualmente. Como diz Pinho Leal “*a comarca da Feira era uma das maiores de*

¹³ MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny*. Vol.12. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002, p.56. – MATTOSO, José – *A Terra de Santa Maria na Idade Média. Limites Geográficos e Identidade Peculiar*. Santa Maria da Feira: Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, 1993. – MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia – *A Terra de Santa Maria no século XIII. Problemas e Documentos*. Santa Maria da Feira: Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, 1993.

¹⁴ FREIRE, Antonio de Oliveira – *Descripçam Corografica do Reyno de Portugal, que contem huma exacta relaçam de suas Provincias, Comarcas, Cidades, Villas, Freguezias, montes, rios, portos com a fua situação, extenção, e limites, a qualidade de cada paiz, as fortalezas, o numero, coftumes, e commercio dos fues habitantes, as principaes dignidades Ecclesiasticas, os títulos honoríficos de fua Nobreza, a ferie, e acçoens mais famifas de feus Reys, e tudo o mais memorável defta antiga, e illustre Monarchia*. Lisboa Occidental: Officina de Miguel Rodrigues, 1739, p. 47-48.

¹⁵ SANTOS, Cândido Augusto dos – *O Censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da Diocese nas vésperas do Concílio de Trento*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1973, p. 35-36.

¹⁶ CUNHA, D. Rodrigo da – *Catalogo & Historia Dos Bispos do Porto*. Porto: João Rodriguez. Impressor de sua Senhoria, 1623, p. 242.

¹⁷ FERREIRA, Cónego J. Augusto – *Memórias Archeologico Historicas da Cidade do Porto (Fastos Episcopales e Políticos)*. Sec. VI – Sec. XX. Tomo II. Braga: Livraria Cruz, 1924, p. 499.

Portugal” e depois da extinção das ordens religiosas abandonou a sua mais alargada configuração.¹⁸

A 3 de setembro de 1840, o visitador da igreja de Gulpilhares, identifica-se como “*Jose Bento Lopes dos Reis, Parocho actual da Freguesia de Santa Maria de Sandim e Vigario da Vara do 1º Destricto da Comarca da Feira (...)*”,¹⁹ já a comarca da Feira tinha deixado de ser um espaço administrativo uno.

Em 1882, o Cardeal D. Américo Ferreira dos Santos Silva, por incumbência papal fica responsável pela nova circunscrição diocesana do continente português e cria duas novas comarcas na diocese do Porto, Arouca e Amarante, cada uma dividida em quatro distritos.²⁰

Em 1916 o *Boletim Diocesano* de 1 de novembro, apresenta a nova organização dos distritos eclesiásticos e extingue definitivamente as comarcas, que desde 1840 não passavam de meras denominações geográficas onde existiam diversas administrações eclesiásticas.²¹

É ainda de referir que a reforma de 1882 do espaço administrativo vem na sequência da extinção da diocese de Aveiro, transitando para o Porto algumas freguesias que a integravam.

A Diocese de Aveiro, tinha sido criada em 1774, a pedido de D. José I, pelo papa Clemente XIV e confirmada a 24 de março de 1775, abrangendo uma área destacada do território da Diocese de Coimbra. Em 1881 dá-se a sua extinção pela bula de Leão XIII, confirmada a 4 de setembro de 1882. A sua restauração chegou pela bula papal de Pio XI no dia 24 de agosto de 1938, dando-lhe novos limites, com oitenta e duas freguesias de dez concelhos, desagregados das dioceses de Coimbra (Águeda, Anadia, Aveiro, Ílhavo, Oliveira do Bairro e Vagos), do Porto (Albergaria-a-Velha, Estarreja e Murtosa) e de Viseu (Sever do Vouga).²² No contexto deste trabalho percebemos que efetivamente esta alteração não teve reflexo no património artístico das igrejas que lhe pertenceram (concelhos de Estarreja e Murtosa), porque a administração continuava a ser feita com base nos padroados.

¹⁸ LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário Geographico, Estatístico, Chorographico, Heráldico, Arqueológico, Histórico, Bibliographico e Etymologico de todas as Cidades, Vilas e Freguezias de Portugal e de Grande Número de Aldeias*. Vol. 2. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1874, p. 157. (Américo Costa fala também do mesmo assunto e reforça as palavras de Pinho Leal - COSTA, Américo – *Dicionário Chorographico de Portugal Continental e Insular. Hydrographico, Histórico, Orographico, Biographico, Archeologico, Heráldico, Etymologico*. Vol. VI. Vila do Conde: Typografia Privada do Dicionário Chorografico Azurara, 1938, p. 638.)

¹⁹ COSTA, Francisco Barbosa da; SOUSA, João de – *Visitações de Gulpilhares*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1986, p. 237.

²⁰ FERREIRA, Cónego J. Augusto – *Memórias Archeologicas Historicas da Cidade do Porto...*, p. 580.

²¹ FERREIRA, Cónego J. Augusto – *Memórias Archeologicas Historicas da Cidade do Porto...*, p. 623.

²² GASPAR - João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua História*. Aveiro: Edição da Cúria Diocesana de Aveiro, 1964, p. 37-51, 219-228, 281-291.

1.4. As freguesias, os eclesiásticos, a população e os rendimentos

Efetivamente nem todas as freguesias de Terras de Santa Maria integraram a diocese do Porto, porém, permaneceram integradas na circunscrição territorial eclesiástica inicialmente denominada *Terras de Santa Maria* e mais tarde *Comarca da Feira*. O facto de pertencerem a dioceses distintas fez com que diversos documentos produzidos a partir da Diocese do Porto, sobre a comarca da Feira, omitissem a existência das freguesias desta circunscrição que não lhe estavam afetas, por isso, procedemos a um levantamento documental que nos permitisse aferir qual a verdadeira dimensão desta comarca. Como podemos verificar na tabela seguinte existem documentos que só referem as freguesias da diocese do Porto, outros que são omissos em relação a algumas freguesias, por isso, o inquérito de 1758 foi fundamental para retirar qualquer dúvida que restasse. As freguesias apresentadas na tabela seguinte, são efetivamente as freguesias que constituíram a Comarca Eclesiástica da Feira do século XVII ao século XIX.

37

Tabela 1 – Freguesias da Comarca Eclesiástica da Feira

FREGUESIA	ORAGO	COMARCA CIVIL	BISPADO	COMARCA ECLESIASTICA DA FEIRA							
				1623 ²³	1706/ 1708 ²⁴	1758 ²⁵	1769 ²⁶	1788 ²⁷	1801 ²⁸	1856 ²⁹	1882 ³⁰
Agadão	S ^a Maria Madalena	Esgueira	Coimbra	-	x	x	-	-	x	-	-
Anta	S. Martinho	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x

²³ CUNHA, D. Rodrigo da – *Catalogo & Historia Dos Bispos do Porto*. Porto: João Rodriguez. Impressor de Sua Senhoria, 1623.

²⁴ COSTA, P. Antonio Carvalho da – *Corografia Portuguesa, e descripçam topográfica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contêm; Varoens illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos; antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & couzas curiosas observaçoens*. I Tomo. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706. / COSTA, P. Antonio Carvalho da – *Corografia Portuguesa...* II Tomo..., 1708.

²⁵ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga: Edição José Viriato Capela, 2011.

CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; MATOS, BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga: Edição José Viriato Capela, 2009.

²⁶ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*.

²⁷ COSTA, Agostinho Rebelo da – *Descrição Topográfica e História da Cidade do Porto*. 3^a ed. Porto: Frenesi, 2001. (o documento original é de 1788)

²⁸ AMORIM, Inês – *Descrição da Comarca da Feira – 1801 Feita pelo Desembargador, Corregedor Columbano Pinto Ribeiro de Castro*. Separata da Revista da Faculdade de Letras. II série. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 1994. p. 227-285.

²⁹ *Almanak Ecclesiastico do Bispado do Porto para 1857*. Porto: Typographia de Sebastião José Pereira, 1856.

³⁰ *Relação Geral das Freguezias da Diocese do Porto*. Porto: Typographia da «Palavra», 1882.

FREGUESIA	ORAGO	COMARCA CIVIL	BISPADO	COMARCA ECLESIASTICA DA FEIRA							
				1623 ²³	1706/ 1708 ²⁴	1758 ²⁵	1769 ²⁶	1788 ²⁷	1801 ²⁸	1856 ²⁹	1882 ³⁰
Arada	S. Martinho	Esgueira	Porto	x	x	x	-	x	x	x	x
Arcozelo	S. Miguel	Porto	Porto	x	-	x	x	x	-	x	x
Argoncilhe	S. Martinho	Esgueira	Porto	x	x	x	-	x	x	x	x
Arões	S. Simão	Esgueira	Viseu	-	-	x	-	-	x	-	-
Arrifana	Stª Maria / N. Srª da Assunção	Esgueira	Poto	x	x	x	x	x	x	x	x
Avanca	Stª Marinha	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Avintes	S. Pedro	Porto	Porto	x	x	x	x	x	-	x	x
Beduído	S. Tiago	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	-	x	x
Bunheiro	S. Mateus	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	-	x	x
Canedo	S. Pedro	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Canelas	S. João	Porto	Porto	x	x	x	x	x	-	x	x
Canidelo	Stº André	Porto	Porto	x	-	x	x	x	-	x	x
Carregosa	S. Salvador	Esgueira	Coimbra	-	x	x	-	-	x	-	-
Castanheira do Vouga	S. Mamede	Esgueira	Coimbra	-	x	x	-	-	x	-	-
Cepelos	S. João	Esgueira	Coimbra	-	x	x	-	-	x	-	-
Cesar	S. Pedro	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	-
Codal	S. Tiago	Esgueira	Coimbra	-	x	x	-	-	x	-	-
Cortegaça	Stª Marinha	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Crestuma	Stª Marinha	-	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Cucujães	S. Martinho	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Duas Igrejas	S. Silvestre	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Escapães	S. Martinho	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x

FREGUESIA	ORAGO	COMARCA CIVIL	BISPADO	COMARCA ECLESIASTICA DA FEIRA							
				1623 ²³	1706/ 1708 ²⁴	1758 ²⁵	1769 ²⁶	1788 ²⁷	1801 ²⁸	1856 ²⁹	1882 ³⁰
Escariz	Stº André	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Esmoriz	Stª Maria / N. Srª da Assunção	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Espargo	S. Tiago	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Fajões	S. Martinho	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Fernedo	Stª Maria / N. Srª da Expectação	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Fiães	Stª Maria	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Fornos	S. Salvador	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Gião	Stº André	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Grijó	S. Salvador	Porto	Porto	x	x	x	-	x	-	x	x
Guetim	Stª Estêvão	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	-	x	x
Guisande	S. Mamede	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Gulpilhares	Stª Maria / Srª da Expectação	Porto	Porto	x	x	x	x	x	-	x	x
Junqueira	S. Miguel	Esgueira	Viseu	-	-	x	-	-	x	-	-
Lever	Stº André	Porto	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Lobão	S. Tiago	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Louredo	S. Vicente	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Loureiro	S. João	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	-	x	x
Lourosa	S. Tiago	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Maceda	S. Pedro	Esgueira	Porto	x	x	x	-	x	x	x	x
Macieira de Cambra	Stª Maria / N. Srª da Natividade	Esgueira	Coimbra	-	x	x	-	-	x	-	-

FREGUESIA	ORAGO	COMARCA CIVIL	BISPADO	COMARCA ECLESIASTICA DA FEIRA							
				1623 ²³	1706/ 1708 ²⁴	1758 ²⁵	1769 ²⁶	1788 ²⁷	1801 ²⁸	1856 ²⁹	1882 ³⁰
Macieira de Sarnes	Stª Eulália	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Macinhata da Seixa	Stº André	-	Coimbra	-	x	x	-	-	x	-	-
Madail	S. Mamede	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Madalena	Stª Maria Madalena	Porto	Porto	x	x	x	x	x	-	x	x
Mafamude	S. Cristóvão	Porto	Porto	x	x	x	x	-	-	x	x
Mansores	Stª Cristina	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Milheirós de Poiães	S. Miguel	Esgueira	Porto	-	x	x	x	x	x	x	x
Mosteiró	Stª André	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Mozelos	S. Martinho	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Murtosa	Stª Maria / N. Srª da Natividade	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	-	x	x
Nogueira da Regedoura	S. Cristóvão	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Nogueira do Cravo	S. Cristóvão	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Oleiros	S. Paio	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Olival	Stª Maria / N. Srª da Assunção	?	Porto	x	x	x	x	x	-	x	x
Oliveira de Azeméis	S. Miguel	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Oliveira do Douro	Stª Eulália	Porto	Porto	x	-	x	x	x	-	x	x
Ossela	S. Pedro	Esgueira	Coimbra	-	x	x	-	-	x	-	-
Ovar	S. Cristóvão	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Paços de Brandão	S. Cipriano	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Paramos	Stº Tirso	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Pardilhó	S. Pedro	Esgueira	Porto	-	x	x	x	x	-	x	x

FREGUESIA	ORAGO	COMARCA CIVIL	BISPADO	COMARCA ECLESIASTICA DA FEIRA							
				1623 ²³	1706/ 1708 ²⁴	1758 ²⁵	1769 ²⁶	1788 ²⁷	1801 ²⁸	1856 ²⁹	1882 ³⁰
Pedroso	S. Pedro	Porto	Porto	x	x	x	x	x	-	x	x
Perosinho	S. Salvador	Porto	Porto	x	x	x	-	x	-	x	x
Pigeiros	Stª Maria	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Pindelo	Stª Maria	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Riba Ul	S. Tiago	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Rio Meão	S. Tiago	Esgueira	Porto	x	-	x	-	x	x	x	x
Roge	S. Salvador	Esgueira	Coimbra	-	x	x	-	-	x	-	-
Romariz	Stº Isidoro	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
S. Félix da Marinha	S. Félix	Porto	Porto	x	x	x	x	x	-	x	-
S. João da Madeira	S. João	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
S. João de Ver	S. João	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
S. Jorge	S. Jorge	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
S. Martinho da Gândara	S. Martinho	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
S. Miguel do Mato	S. Miguel	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	-	x	x
S. Pedro de Castelões	S. Pedro	Esgueira	Coimbra	-	x	x	-	-	x	-	-
S. Roque	S. Pedro	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
S. Vicente de Pereira	S. Vicente	Esgueira	Porto	x	-	x	x	x	x	x	x
Sandim	Stª Maria / Srª da Expectação	Porto	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Sanfins	S. Pedro	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Sanguedo	Stª Eulália	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Seixezelo	Stª Maria	Porto	Porto	x	-	x	x	x	-	x	-
Sermonde	S. Pedro	Porto	Porto	x	x	x	x	x	-	x	x

FREGUESIA	ORAGO	COMARCA CIVIL	BISPADO	COMARCA ECLESIASTICA DA FEIRA							
				1623 ²³	1706/ 1708 ²⁴	1758 ²⁵	1769 ²⁶	1788 ²⁷	1801 ²⁸	1856 ²⁹	1882 ³⁰
Serzedo	S. Mamede	Porto	Porto	x	x	x	-	x	-	x	x
Silvalde	S. Tiago	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Souto	S. Miguel	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	-	x	x
Stª Maria da Feira	Espírito Santo	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Stª Maria de Lamas	Stª Maria	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Stª Marinha	Stª Marinha	Porto	Porto	x	x	x	x	-	-	-	-
Travanca	S. Mamede	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Ul	Stª Maria	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	-	x	x
Valadares	S. Salvador	Porto	Porto	x	x	x	x	x	-	x	x
Vale	Stª Maria	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Válega	Stª Maria / N. Srª do Amparo	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Veiros	S. Bartolomeu	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	-	x	x
Vila Chã	Stª Maria	Esgueira	Coimbra	-	x	x	-	-	x	-	-
Vila Cova de Perrinho	S. João	Esgueira	Coimbra	-	x	x	-	-	x	-	-
Vila Maior	S. Mamede	Esgueira	Porto	x	x	x	x	x	x	x	x
Vilar de Andorinho	S. Salvador	Porto	Porto	x	x	x	x	x	-	x	x
Vilar do Paraíso	S. Pedro	Porto	Porto	x	x	x	x	x	-	x	x

Ao todo são 104 freguesias, 90 na diocese do Porto, 12 na diocese de Coimbra e 2 na diocese de Viseu.

Curiosamente, as duas freguesias da diocese de Viseu e oito freguesias afetas à diocese de Coimbra pertenciam ao padroado dos Condes da Feira, nomeadamente as duas freguesias que se encontram separadas das restantes freguesias da comarca, Castanheira do Vouga e

Agadão.³¹ O facto destas freguesias terem como donatário os condes da Feira fez certamente com que fossem integradas nesta comarca.

No que diz respeito às freguesias da comarca da Feira, afetas à diocese do Porto, em 1769, o visitador Joaquim Thorel da Cunha Manuel, fez uma descrição detalhada que importa destacar, porém, note-se que existem sete igrejas que não constam desta descrição por pertencerem aos padroados do Mosteiro de S. Salvador de Grijó e da Comenda de S. Tiago de Rio Meão, isentos de jurisdição episcopal e por tanto sem visita feita pelo bispo, nem obrigação alguma com ele, unicamente com a Santa Sé.

Seguindo a descrição de Joaquim Thorel, a comarca tem principio em Vila Nova de Gaia seguindo até à capela de N. Sr^a das Areias, em Ovar, e terminando nas freguesias de Beduído e Veiros, junto ao rio Vouga que serve de marco divisório entre a Diocese do Porto e a Diocese de Coimbra:

A Comarca da Feira, Bispado do Porto, esta situada na Provincia da Beira. Tem o seu principio em Vila Nova de Gaia e decendo pelo rio Douro até a barra de S. Joam da Fóz, se estende pelas práias do mar até junto da cidade de Aveiro em distancia de uma legoa, aonde se acha a Capela do Senhor das Areas, que pertence á freguezia de Ovár da mesma Comarca.

Ali desembóca no mar o rio Vouga, que divide esse Bispado do de Coimbra na freguezia de Murtoza da dita Comarca. Pára logo á freguezia de Veiros, e desta á de Biduido, que sam as mais distantes, em sete légoas ao Porto; e esta confina com a de S. Martinho de Sálrêu dáquele Bispado. Segue-se a de S. Joam de Loureiro; e a divide do mesmo Bispado o rio d'Úl. Fica imediata a freguezia de S^{ta} Maria d'Úl; e logo a de Oliveira de Azeméis: e confina esta com a de Casteloins, Oséla, e Macinhata da Seixa, todas tres do mesmo Bispado. Seguem-se as freguezias de Cezár, e Fajoins; e ambas confinam com a da Carregóza do dito Bispado; e tambem a de Escariz, a qual juntamente confina com a de lhave, Bispado de Lamêgo. A de Mansôres confina com a mesma lhave; e com a de Tripêro; e com a de S. Pedro do Paraizo d'aquele Bispado confina a de Fermêdo. Hé contigua a esta a de S. Miguel do Mato; á qual se segue a de Canêdo em distancia de legoa, e meia; e em outra tanta distancia fica imediata a de Crestúma, que hé a ultima desta Comarca, junto ao rio Douro, em distancia de duas legoas a esta Cidade, ou pouco mais, pelo mesmo rio. Ele divide tambem a dita Comarca da de Penafiel até

³¹ Cf. com mapa da página 81.

*esta Cidade; e d'aqui até S. Joam da Fóz a divide juntamente da Comarca da Maia.*³²

Da diocese do Porto são contabilizadas 83 freguesias (no total eram 90), com 76.194 pessoas, não contando as menores de sete anos que não constam do rol da desobriga e por isso, sendo este levantamento feito a partir desse documento não os contabiliza. Quanto aos eclesiásticos ao todo são 412, sobre os quais são apontados alguns vícios, mas indicando o visitador que acha o clero mais *reformado*:

*Comprehende 83. freguezias com 22.547. fogos; 55.692. pessoas maiores ~ 8.194. Menores; e 5.498. Auzentes; que ao todo sam 76.194. Pessoas. Os seus parochos prin[ci]pais sam 27. Abbades; 19. Reitores; 12. Viagarios; e 25. Curas. Alem destes tambem tem outros Curas, ou Coadjutores muitas das ditas freguezias; e prezentemente sam 27. Os clerigos Presbiteros sam 229: um Diácono; 5. Subdiáconos; e 67 Minoristas; e ao todo sam 412. Eclesiásticos: mas todos tam poucos para esta Comarca, que em muitas freguezias nam há quem diga Misa dos Pastores, nem outras, a que sam obrigadas; e alguns Abbades nam tem Coadjutores, por nam acharem Clerigos, e os nam haver nas suas freguezias. O Vicio dominante desta Comarca, nam sei, qual dos dois será: se o que se prohibe no sexto preceito; se o do segundo. Náquele estão relaxadissimos muitas freguezias, á proporsam da qualidade dos seus Parochos: neste o estarão talvez todas: e se os Parochos nam sam muito ambiciozos, e Vingativos, só se declara no juramento aquilo, que eles querem. O da ebriedade sempre foi particular desta Comarca: mas ao Cléro achei com reforma nesta parte: Assim de fora mais instruído no Moral, e Ritos Sagrados, em que hé grande, e quasi geral a falta. Muitas freguezias tambem nam conhecem a observancia dos Domingos, e dias Santos; e entre elas, se distinguem nesta falta as de Romariz, Canêdo, e Giam.*³³

Sobre o **corpo eclesiástico**, Joaquim Thorel, diz-nos ainda que destes 412 eclesiásticos só 339 sacerdotes viviam na comarca da Feira, retirando os abades, reitores, vigários e curas, que eram 83, restavam 256 sacerdotes. Retirando a este valor os que como curas ou coadjutores auxiliavam os párocos, que eram 27, ficavam 229. Retirando ainda os sacerdotes que “(...) se acham inúteis, ou por moléstias, ou pela sua incapacidade”, que eram 50, e mais 6 com mais

³² AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. I-II.

³³ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. II.

de oitenta anos e 2 que ultrapassavam os noventa anos, ficavam 171 eclesiásticos, dois quais: 25 estavam na freguesia de St^a Marinha, outros 25 em Ovar, 12 na Murtosa, 9 em St^a Maria da Feira, 8 em Bunheiro, 8 em Válega e 6 em Veiros. Os restantes 54 encontravam-se espalhados pelas 79 freguesias.³⁴

Importa destacar que as freguesias de St^a Marinha, Ovar e Válega, pertenciam ao padroado do Cabido da Sé do Porto. Santa Maria da Feira era, para além de igreja paroquial, igreja do Convento do Espírito Santo, de Cónegos Seculares de S. João Evangelista. As restantes pertenciam a padroados da Ordem de Cristo: Avanca e Bunheiro – eram duas das cinco freguesias da Comenda de St^a Marinha de Avanca; Beduido, Murtosa e Veiros – formavam a Comenda de S. Tiago de Beduído.

Quanto à **população**, e desta vez considerando todas as freguesias, em tabela por ordem descendente, rapidamente percebemos que justamente Ovar, St^a Marinha, Avanca, Murtosa e Válega, estão entre as mais numerosas. Ovar é um caso excecional porque a sua freguesia comportava para além da atual freguesia de Ovar, as atuais freguesias de S. Jacinto, Torreira, S. João de Ovar e a paróquia experimental de S. Pedro do Furadouro, sendo em termos de área geográfica a maior de todas as freguesias da comarca.

Tabela 2 – População da Comarca Eclesiástica da Feira

FREGUESIA	POPULAÇÃO (nº de pessoas)		
	1623	1758	1788
Ovar	1368	7111	8864
St ^a Marinha	1786	4383	-
Avanca	658	2894	3096
Murtosa	698	2885 ³⁵	3009
Válega	636	2389	3124
Pedroso	805	2073	2311
Canedo	845	1873	1655
Beduído	1031	1810	1932

³⁴ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 137.

³⁵ Incluindo menores de sete anos

FREGUESIA	POPULAÇÃO (nº de pessoas)		
	1623	1758	1788
Bunheiro	710	1780	2150
Cucujães	501	1660	1918
Pardilhó	-	1527	1649
S. Pedro de Castelões		1420	-
Grijó	-	1416	1406
Veios	-	1332	1685
Mafamude	209	1328	-
Arões	-	1281	-
Loureiro	324	1238	1608
Lourosa	289	1234	1008
Avintes	366	1192	1517
Oliveira de Azeméis	702	1150	1303
Macieira de Cambra	-	1135	-
Argoncilhe	-	1026	1103
Oliveira do Douro	387	1000	1277
Ossela	-	c.1000	-
Stª Maria da Feira	634	980	1248
Carregosa	-	979	-
Roge	-	939	-
Arcozelo	158	927	1014
Lobão	437	925	1046
S. João da Madeira	309	906	1112

FREGUESIA	POPULAÇÃO (nº de pessoas)		
	1623	1758	1788
S. Martinho da Gândara	350	876	1018
Sandim	523	869	1021
Arrifana	493	s.i. ³⁶	855
Romariz	435	850	1055
Souto	304	755	910
Fiães	286	733	806
S. Félix da Marinha	242	722	858
S. João de Ver	376	722	881
Vilar de Andorinho	245	715	754
Perosinho	-	698	856
Cepelos	-	680	-
Olival	308	679	872
Vilar do Paraíso	150	675	964
Junqueira	-	671	-
Ul	152	671	514
Esmoriz	346	656	809
Serzedo	-	643	855
Fernedo	457	639	745
Cortegaça	102	632	680
S. Vicente de Pereira	329	632	765
Vale	469	625	782

³⁶ Não apresenta a população da freguesia só os vizinhos da igreja.

FREGUESIA	POPULAÇÃO (nº de pessoas)		
	1623	1758	1788
Pindelo	267	s.i. ³⁷	617
Arada	-	614	692
Canidelo	169	613	715
Louredo	317	582	644
Fajões	398	580	685
Canelas	204	571	650
Vila Chã	-	561	-
Escariz	474	550	383
Riba Ul	353	550	712
S. Pedro de Vila Chã / S. Roque	250	542	602
Cesar	296	536	653
S. Miguel do Mato	312	528	519
Paramos	176	521	624
Sanguedo	186	510	592
Macinhata da Seixa	-	500	-
Mozelos	212	495	667
Travanca	223	493	583
Anta	174	491	608
Mansores	355	489	654
Milheirós de Poiares	-	483	605
Silvalde	173	483	567

³⁷ Só apresenta as pessoas vizinhas à residência paroquial, 22 pessoas.

FREGUESIA	POPULAÇÃO (nº de pessoas)		
	1623	1758	1788
Valadares	205	460	561
Rio Meão	-	440	489
Vila Maior	203	437	358
Espargo	123	433	365
Nogueira da Regedoura	153	432	450
Crestuma	150	423	395
Gulpilhares	242	412	507
Castanheira do Vouga	-	409	-
S. Jorge	248 c/ Duas Igrejas	406	490
Guisande	247	398	506
Gião	168	395	383
Fornos	156	380	369
Pigeiros	141	369	436
Escapães	167	344	371
Madalena	122	343	468
Codal	-	337	-
Agadão	-	325	-
Madail	98	319	339
Lever	190	310	354
Nogueira do Cravo	-	298	325
Macieira de Sarnes	150	294	314
Sanfins	107	290	335

FREGUESIA	POPULAÇÃO (nº de pessoas)		
	1623	1758	1788
Mosteirão	203	288	348
Oleiros	113	264	307
Stª Maria de Lamas	99	250	363
Paços de Brandão	114	228	312
Seixezelo	71	217	205
Sermonde	79	176	186
Maceda	-	157	704
Vila Cova de Perrinho	-	156	-
Guetim	87	154	135
Duas Igrejas	v. S. Jorge	139	137

Relativamente aos **rendimentos** que auferiam as freguesias, a documentação não é precisa e em muitas situações os valores devem corresponder aos rendimentos do pároco e não aos dízimos que o padroeiro recebia, portanto não temos dados seguros. E temos de fazer a devida ressalva para o facto do padroado do Mosteiro de Grijó (Grijó, Argoncilhe, Perosinho e Serzedo) e o Padroado da Comenda de Rio Meão (Rio Meão, Arada e Maceda) serem isentos de jurisdição episcopal e não serem obrigados a dar estes dados.

Dos dados que temos, e sempre conscientes que não são rigorosos, dentro das dez primeiras freguesias mais rendosas estão as freguesias de Avintes, Canelas, S. João de Ver e Gulpilhares, do padroado do bispo do Porto; Ovar e Válega, do padroado do cabido da Sé do Porto; Macieira de Cambra e Esmoriz do padroado dos Condes da Feira / Casa do Infantado; Oliveira de Azeméis e Avanca, sedes de comendas da Ordem de Cristo; Mafamude do padroado do Mosteiro de Stº Agostinho da Serra; Fermado do padroado do Morgado de Fermado. Relativamente à freguesia de Avanca os rendimentos correspondem a toda a comenda e não só à freguesia de Avanca.

Tabela 3 – Rendimentos das Freguesias da Comarca Eclesiástica da Feira

FREGUESIA	RENDIMENTOS (...mil réis – valores aproximados)			
	1623	1758	1769	1788
Macieira de Cambra	-	1000	-	-
Avintes	200	900	920	1200
Oliveira de Azeméis	300	900	220	400
Canelas	170	800	900	1200
Mafamude	180	600	900	-
Ovar	500	600	800	1200
S. João de Ver	240	500	800	1000
Esmoriz	180	200	1000	800
Avanca	700 ³⁸	700 ³⁹	500	250
Fermedo	180	700	560	800
Gulpilhares	130	600	800	800
Válega	260	600	700	800
Cortegaça	80	600	600	700
S. João da Madeira	140	600	730	700
Roge	-	600 ⁴⁰	-	-
Arões	-	560	-	-
Stª Marinha	320	500	600	-
S. Jorge	150	500	480	600
Carregosa	-	500	-	-
Stª Maria de Lamas	100	366	400	550

³⁸ Embora o documento não refira este rendimento deve corresponder a toda a comenda de Avanca.³⁹ Rendimento de Avanca, Bunheiro, Loureiro, Madaíl e Pardilhó.⁴⁰ Rendimentos de Roge e Vila Cova de Perrinho.

FREGUESIA	RENDIMENTOS (...mil réis – valores aproximados)			
	1623	1758	1769	1788
Agadão	-	480	-	-
Vila Chã	-	400	-	-
Arrifana	100	400	400	500
Cesar	160 ⁴¹	430 ⁴²	500	500
Guisande	120	400	400	500
Vale	200	350	594	130
Lourosa	100	400	500	500
Olival	160	400	500	500
Pigeiros	170	400	300	500
S. Miguel do Mato	120	400	400	500
Vilar do Paraíso	-	400	400	150
Milheirós de Poiares	-	400	50	50
Silvalde	150	350	600	500
Ul	80	340	380	500
Canedo	vd. Lobão	370	300	400
Fornos	60	330	350	400
Junqueira	-	320	-	-
Paços de Brandão	60	300	300	400
S. Roque	80	320	550	400
Cepelos	-	380	-	-
Sermonde	80	360	340	400

⁴¹ Rendimento de Cesar e Macieira de Sarnes.⁴² Rendimento de Cesar e Macieira de Sarnes.

FREGUESIA	RENDIMENTOS (...mil réis – valores aproximados)			
	1623	1758	1769	1788
Espargo	100 ⁴³	-	500	360
Nogueira do Cravo	80	300	300	350
S. Martinho da Gândara	-	300	1300	350
Beduído	650	100	500	300
Escapães	100	240	400	300
Sandim	200	240	36	300
Vilar de Andorinho	120	200	280	300
Loureiro	vd. Avanca	vd. Avanca	150	250
Pedroso	130	-	320	250
Romariz	200	800	600	250
Souto	150	170	150	250
Vila Maior	vd. Pedroso	200	200	230
Arcozelo	150	170	300	200
Lobão	600 ⁴⁴	180	180	200
Codal	-	150	-	-
Paramos	180	120	300	200
Sanguedo	120	170	200	200
Fajões	250	-	100	160
S. Félix da Marinha	200 ⁴⁵	-	200	160
Macinhata da Seixa	-	130	-	-

⁴³ Rendimento de Espargo e Sanfins.

⁴⁴ Com a freguesia de Canedo.

⁴⁵ Rendimentos de S. Félix da Marinha e Guetim.

FREGUESIA	RENDIMENTOS (...mil réis – valores aproximados)			
	1623	1758	1769	1788
Canidelo	160	120	140	150
Murtosa	vd. Beduído	100	300	150
Oliveira do Douro	200	100	130	150
Rio Meão	-	115	-	150
Arada	-	100	-	140
Maceda	-	100	-	140
Cucujães	500	-	715	130
Fiaes	-	700	120	130
Louredo	vd. Lobão	80	145	130
Castanheira do Vouga	-	330	-	-
Veiros	vd. Beduído	80	160	130
Lever	120	100	80	120
S. Vicente de Pereira	200	100	200	120
Stª Maria da Feira	200	-	48	120
Argoncilhe	-	12	-	100
Duas Igrejas	-	-	40	100
Escariz	300	23	100	100
Gião	75	-	281	100
Grijó	670 ⁴⁶	-	-	100
Nogueira da Regedoura	100	70	70	100
Oleiros	vd. Arcozelo	80	90	100

⁴⁶ Rendimento das freguesias de Argoncilhe, Perosinho e Serzedo.

FREGUESIA	RENDIMENTOS (...mil réis – valores aproximados)			
	1623	1758	1769	1788
Riba Ul	v. Oliveira de Azeméis	90	80	100
Serzedo	-	-	-	100
Valadares	140	570	200	100
Bunheiro	vd. Avanca	vd. Avanca	350	90
Mozelos	100	320	60	90
Anta	100	70	100	80
Perosinho	-	60	-	80
Pindelo	86	65	70	80
Sanfins	40	60	40	80
Madail	vd. Avanca	vd. Avanca	60	70
Madalena	100	515	80	70
Travanca	120	40	40	70
Guetim	vd. S. Félix da Marinha	-	50	60
Mosteiró	vd. Souto	50	134	60
Mansores	vd. Escariz	9	70/80	50
Pardilhó	-	vd. Avanca	250	50
Seixezelo	vd. Pedroso	-	35	50
Crestuma	vd. Olival	-	40	40
Macieira de Sarnes	vd. Cesar	-	40	40
Ossela	-	15	-	-
S. Pedro de Castelões	-	-	-	-

FREGUESIA	RENDIMENTOS (...mil réis – valores aproximados)			
	1623	1758	1769	1788
Vila Cova de Perrinho	-	vd. Roge	-	-

1.5. Dos Senhores das Terras de Santa Maria e Condado da Feira à Casa do Infantado

As Terras de Santa Maria, entretanto comarca eclesiástica da Feira, eram terras com donatário, os condes da Feira, que por serem Senhores de Castanheira do Vouga, se justifica que duas freguesias tão distantes da restante comarca lhe pertencessem. Mas como surgem estes Senhores da Feira?

56

D. João I eleito rei a 6 de abril de 1395 logo reconheceu a lealdade de D. Álvaro Pereira, que o tinha apoiado na sucessão ao trono, fazendo-lhe doação, a 8 de abril de 1395, de *juro e herdade* das terras de Santa Maria, Cabanões (Ovar), Cambra e Refoios de Riba de Ave, com seus julgados e termos. Com o falecimento de D. Álvaro Pereira (1º senhor), D. João I, a 19 de agosto de 1386, entregou a seu filho, João Álvares Pereira (2º senhor), seus filhos, netos e descendentes, todas as terras que eram de seu pai. A 5 de abril de 1453 é Fernão Pereira (que fazia parte do conselho do rei), filho de João Álvares Pereira, quem recebe estas terras⁴⁷, às quais acrescentará as de Castanheira do Vouga.⁴⁸

Fernão Pereira (futuro 3º senhor), ainda antes da morte de seu pai comunicou a D. Afonso V que o Castelo da Feira se encontrava bastante arruinado e sendo D. João Álvares Pereira senhor destas terras, e esperando como filho legítimo maior suceder a seu pai, solicitava ao rei que lhe conferisse a benesse de obter o castelo de *juro e herdade*, garantindo que faria todas as obras necessárias. A 19 de novembro de 1448 obteve a mercê pedida.⁴⁹

⁴⁷ FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. 2ª ed. Vol. 1. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, p. 309-311. – FERREIRA, Vaz – Condes da Feira. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Coimbra Editora. Vol. XIX, nº 74 (1953), p. 81-84.

⁴⁸ Numa carta de confirmação da jurisdição da terra e couto de Castanheira, realizado no dia 13 de abril de 1511, ao confirmar-se a jurisdição de D. Manuel Pereira, filho de D. Diogo Pereira, diz-se que esta confirmação tinha sido feita outras vezes, aos seus antecessores, e a mais antiga delas teria sido a 21 de dezembro de 1467, na qual se explicava como Fernão Pereira tinha obtido esta terra.

(ANTT – *A Dom Manuel Pereira, Filho de Dom Diogo Pereira, Conde da Feira, Confirmação da Jurisdição cível e crime, mero e misto império da Terra do Couto da Castanheira, no Almoxarifado de Aveiro*. Chancelaria de D. Manuel I, liv. 15, fl. 132v.)

⁴⁹ FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra...*, p. 311.

No dia 21 de dezembro de 1467, as terras e o castelo foram entregues ao seu filho, Rui Pereira (c.1428/31-1486), 4º Senhor das Terras de Santa Maria, que viria a receber, de D. Afonso V, a 12 de janeiro de 1475, a mercê de ser o 1º conde da Feira.⁵⁰ Num alvará de 16 de maio de 1481 é identificado como Conde D. Rodrigo Pereira. Terá falecido em 1486.⁵¹

A 7 de dezembro de 1486 sucedeu-lhe, seu filho D. Diogo Pereira (c.1457/61-1509), 2º Conde da Feira. Com a sua morte a 17 de agosto de 1509, foi o seu filho D. Manuel Pereira (c. 1488-1552) que lhe sucedeu, obtendo confirmação de 3º conde da Feira a 2 de janeiro de 1515. D. Manuel, como os seus antecessores recebeu diversas benesses régias, frequentou a corte e teve uma grandiosa casa em Lisboa e faleceu a 4 de outubro de 1552⁵², sendo sepultado na igreja paroquial de S. Nicolau de Stª Maria da Feira, posteriormente trasladados os seus restos mortais para o Convento do Espírito Santo, para um cenotáfio na capela-mor, do lado do evangelho.

D. Diogo Forjaz Pereira (1514-1579), filho primogénito de D. Manuel Pereira, será o 4º conde da Feira, confirmado a 17 de outubro de 1556. Em 1549, com o intuito de fundar em Stª Maria da Feira um convento, começa a garantir-lhe património: nesse ano adquire a igreja paroquial de S. Nicolau (Feira) e sua anexa, S. Mamede de Travanca; a 6 de maio de 1560 é lançada a primeira pedra daquele que viria a ser o Convento do Espírito Santo da Feira; e a 14 de junho de 1560 a igreja de S. Cristóvão de Nogueira da Regedoura é anexada à igreja de S. Nicolau. Como os seus antecessores, esteve ligado à corte e viveu em Lisboa, cidade onde veio a falecer a 26 de novembro de 1578, sem ver as obras do convento concluídas.⁵³ Terá sido D. Diogo a vender, em 1539, a Manuel Cirne, a terra de Refoios de Riba de Ave.⁵⁴

Deveria ter-lhe sucedido o seu primogénito, D. Manuel Pereira (c.1537- déc. 1570), que faleceu antes do 4º conde da Feira, devendo o título passar para D. Diogo Forjaz Pereira de Menezes (1562-1587/95), filho de D. Manuel e neto do 4º conde. Porém, D. Diogo foi assassinado na sua casa em Madrid, quando procurava que lhe reconhecessem o título de conde da Feira. Perante o sucedido, foi 5º conde da Feira, seu irmão, D. João Forjaz Pereira (c. 1563-1608), com carta de confirmação do título dada a 20 de abril de 1596. Em 1608 foi nomeado vice-rei da Índia e ao partir morreu a bordo da nau *Vencimento do Carmo*, a 15 de maio de 1608.⁵⁵

⁵⁰ FERREIRA, Vaz – Condes da Feira. *Arquivo do Distrito de Aveiro...*, p. 86.

⁵¹ FERREIRA, Vaz – Condes da Feira. *Arquivo do Distrito de Aveiro...*, p. 312-313.

⁵² FERREIRA, Vaz – Condes da Feira. *Arquivo do Distrito de Aveiro...*, p. 91-95.

⁵³ FERREIRA, Vaz – Condes da Feira. *Arquivo do Distrito de Aveiro...*, p. 95-96.

⁵⁴ BRITO, António Pedro da Costa Mesquita de – *Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes do Porto, 1500-1580*. Porto: Arquivo Histórico; Câmara Municipal do Porto, 1997, p. 44.

⁵⁵ FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra...*, p. 313-314. – FERREIRA, Vaz – Condes da Feira. *Arquivo do Distrito de Aveiro...*, p. 97-98.

Como só teve uma filha, D. Joana, que casou com um primo, D. Manuel Forjaz Pereira Pimentel, foi a ele que coube o título de 6º conde da Feira, confirmado a 14 de outubro de 1628. D. Manuel Forjaz Pimentel, ao serviço do rei foi alcaide de Antuérpia, onde viria a falecer por volta de 1647. D. Joana de regresso a Portugal, ter-se-á fixado no palácio que tinham no Castelo da Feira. Foi ela a responsável pela reconstrução c.1652 do palácio dos condes da Feira (demolido em 1929 na sequência de um parecer do arquiteto Ventura Terra) e da capela de N. Sr^a da Encarnação, junto ao Castelo, no ano de 1656.

No regresso a Portugal, seu filho, D. João Forjaz Pereira Pimentel, a 12 de abril de 1648, é confirmado como 7º conde da Feira, mas não deixando descendência, com a sua morte, em 1660, é o seu irmão, D. Fernando Forjaz Pereira Pimentel, que recebe o título de 8º conde da Feira, confirmado a 10 de outubro de 1669. D. Fernando faleceu a 15 de janeiro de 1700 sem descendência legítima.⁵⁶



1. Ruínas do Paço dos Condes da Feira, no Castelo, demolido em 1929 (AMSMF – Postal nº 4, Comissão de Vigilância do Castelo de St^a Maria da Feira, 1909)

D. João V, na sequência desta morte sem legítimo sucessor, entrega, a 10 de fevereiro de 1708, os bens outrora do Condado da Feira, ao donatário da Casa do Infantado, Infante D. Francisco.⁵⁷

A Casa do Infantado tinha sido criada por D. João IV em 1654, para *os filhos segundos da coroa*, com o objetivo de assegurar a sua sucessão e aumentar o seu domínio, e o seu

⁵⁶ FERREIRA, Vaz – Condes da Feira. *Arquivo do Distrito de Aveiro...*, p. 99-102.

⁵⁷ FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra...*, p. 312.

património foi sendo constituído essencialmente por uma sequência de doações régias,⁵⁸ de “(...) vilas, lugares, castelos, padroados, terras, foros, direitos e tributos”.⁵⁹

Foi seu primeiro donatário, D. Pedro de Bragança (rei D. Pedro II a partir de 1683), que em 1704 entregou a Casa do Infantado a D. Francisco de Bragança, seu segundo filho. Este faleceu em 1742, sucedendo-lhe D. Pedro de Bragança, segundo filho de D. João V. D. Pedro casou com D. Maria I e em 1777 subiu ao trono como co-monarca, denominado D. Pedro III. Na Casa do Infantado sucedeu-lhe D. João de Bragança, seu filho. O irmão de D. João, D. José de Bragança, legítimo sucessor ao trono, morreu em 1788 e é D. João que em 1816 assume o trono, ficando na Casa do Infantado D. Miguel, alegadamente seu filho.

A Casa do Infantado foi extinta por D. Pedro IV, através do decreto de 18 de março de 1834, sendo os seus bens integrados na Fazenda Nacional, à exceção dos palácios destinados à realeza.⁶⁰

1.6. As Capelas

59

Para além das igrejas existiam ermidas e capelas, que em diversas situações serão cruciais para as freguesias, nomeadamente quando se construía uma igreja e durante alguns anos era uma das capelas da freguesia que substituíra a igreja paroquial, como aconteceu em Avanca (capela de Stº António), Fajões (capela de N. Srª da Lapa), Fiães (capela de N. Srª da Conceição), Ovar (capela de N. Srª da Graça), Válega (capela de S. Gonçalo) e Arrifana, como veremos em capítulo próprio. A administração destes templos também tinha diversas facetas, curiosas e de interesse, chegando a envolver os padroados da igreja paroquial.

Na comarca da Feira, entre 1623 e 1758, existiram 291 capelas/ermidas e um nicho (em Canelas). Falando de capelas públicas/da freguesia, os documentos são pouco precisos quanto ao facto de se tratar de uma ermida ou capela, mas foram identificadas 189, sendo que 26 estavam sujeitas ao direito de padroado, na sua generalidade correspondendo ao padroado da igreja paroquial:

⁵⁸ LOURENÇO, Maria Paula Marçal – *A Casa e o Estado do Infantado: 1654-1706. Formas e práticas administrativas de um património senhorial*. Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995, p. 25-71.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. Vol. V – A Restauração e a Monarquia Absoluta [1640-1750]. 2ª ed. Póvoa do Varzim: Editorial Verbo, 2006, p.128-131.

⁵⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. Vol. V..., p. 129.

⁶⁰ *Collecção de decretos e Regulamentos Mandados Publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das Camaras Legislativas*. Terceira série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1836, p. 100-101.

1. Mosteiro de S. Salvador de Grijó: N. Sr^a das Neves e Sr^a do Campo, em Argoncilhe; Sr^a de Fontes, em Serzedo.
2. Mosteiro de St^o Agostinho da Serra: S. Paio, em Canelas.
3. Mosteiro de S. Marinho de Cucujães: St^a Luzia, em Cucujães.
4. Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria: N. Sr^a da Purificação e S. Plácido, em Sandim;
5. Religiosos de S. Bento: Sr^a do Crasto, em Ossela.
6. Convento da Madre Deus de Monchique (Miragaia): Bom Jesus da Agonia, em Pindelo.
7. Mosteiro de St^a Clara (Porto): S. Lourenço, em Vilar de Andorinho.
8. Comenda de Canedo: St^a Luzia e S. Paio, em Canedo; N. Sr^a de Vila Seca, em Louredo.
9. Comenda de Veiros: St^a Luzia e S. Gonçalo, e Veiros.
10. Comenda de Oliveira de Azeméis: St^a Ana, N. Sr^a do Rosário e Sr. da Campa, em Riba Ul.
11. Companhia de Jesus (Coimbra): S. Frutuoso, em Ossela; N. Sr^a da Encarnação, S. Bartolomeu e St^a Marinha, em Pedroso; S. Bartolomeu, em Sanguedo.
12. Morgado de Vilar do Paraíso: S. Martinho, em Vilar do Paraíso.
13. Condes da Feira/Casa do Infantado/Coroa: Sr^a do Ó, em Arrifana; Sr. do Calvário, em Macieira de Cambra.

A grande diferença entre estas capelas com padroeiro e as capelas de freguesia é o facto de estas terem um padroeiro com obrigações de manutenção espiritual e temporal do templo, enquanto nas de freguesia toda a manutenção era da responsabilidade dos fregueses. No entanto, nos dois casos, tratava-se de capelas públicas. As capelas particulares, normalmente associadas a solares e casas mais abastadas eram da inteira responsabilidade do seu proprietário.

Particulares eram 102, destacando-se os casos de Avintes, Oliveira do Douro e St^a Marinha, onde existiam mais capelas, curiosamente todas em Gaia. Portanto:

1. Com uma capela: Arrifana, Bunheiro, Canelas, Canidelo, Cesar, Cortegaça, Espargo, Gulpilhares, Lobão, Loureiro, Mansores, Mosteirô, Murtosa, Nogueira do Cravo, Pardilhó, S. João de Ver, S. Pedro de Castelões, S. Vicente de Pereira, Serzedo, Silvalde, Travanca, Ul, Vale, Veiros, Vila Maior.
2. Com duas capelas: Argoncilhe, Crestuma, Fajões, Grijó, S. Martinho da Gândara, S. Roque, Sandim, Válega.

3. Com três capelas: Beduído, Canedo, Olival, Ovar, S. Félix da Marinha, Vilar de Andorinho.
4. Com quatro capelas: Avanca, Pedroso.
5. Com cinco capelas: Stº Maria da Feira.
6. Com seis capelas: Oliveira de Azeméis
7. Com oito capelas: Avintes, Oliveira do Douro.
8. Com nove capelas: Stª Marinha.

Destas capelas particulares:

1. Oito pertenciam a morgados: uma em Cesar, Fermedo, Canelas, Olival, Oliveira de Azeméis e Vila Maior; e duas em Stª Marinha. Destes morgados destaca-se o Morgado de Campo Belo com duas capelas (Cesar e Stª Marinha) e o Morgado de Fermedo com uma capela no seu paço, os dois padroeiros de igrejas da Comarca da Feira.
2. Três tinham pertencido aos condes da Feira, Stº António, na freguesia de Olival, S. Tomé em Ovar e N. Srª da Encarnação / do Castelo em Stª Maria da Feira.
3. Em Avanca a capela de N. Srª da Esperança estava ligada à Honra de Tonce.
4. Em Avintes a capela de S. Brás pertencia aos Condes de Avintes.



2. Pedra encontrada pela Câmara Municipal de Ovar, que teria pertencido à Capela de S. Tomé (Ovar). A inscrição diz o seguinte “ESTA CAPELLA HE DOS CONDES DA FRª / ANO DE 1643”, ao centro tem as armas dos Pereiras. A capela foi demolida em 1844. A pedra encontra-se nas reservas da Rede Museológica de Ovar, na freguesia de Arada.

De todas estas capelas destacam-se duas, públicas, por considerarem as suas invocações milagrosas e por isso fazerem-lhe grande romaria: a capela de N. Srª das Areias, hoje igreja paroquial de S. Jacinto, na altura capela da freguesia de Ovar; e a capela de N. Srª de Entre Águas, na freguesia de Válega, próxima de Ovar.

Sobre estas duas invocações fala Fr. Agostinho de Santa Maria em 1716:

1. A lenda da N. Sª das Areias refere-se a uns pescadores que andavam perdidos e pedindo-lhe ajuda a obtiveram. Já em terra, estavam a fazer uma caldeirada quando

avistaram, enterrado na areia, o campanário de uma ermida. Moveram todos os seus esforços e com intervenção divina logo puderam entrar e ver “(...) *a Senhora com grande fermosura*”.⁶¹

2. Pela tradição a imagem de N^a S^a *de entre duas ribeiras*, estava dentro de uma barca de pedra, da qual os romeiros retiravam pó para beber em suas enfermidades e, segundo Fr. Agostinho de St^a Maria, “*foy achada junto a huma fonte, aonde ainda hoje por memoria se comserva huma Cruz de pedra*”.⁶²



3. Capela de N. Sr^a das Areias – S. Jacinto, Aveiro



4. Capela de N. Sr^a de Entre Águas – Válega, Ovar (AMO – Património Religioso, Válega, *Capela de Entreáguas*, 1970) – A casa à esquerda era a casa do ermitão, hoje já não existe.

A referência a estas duas imagens no santuário mariano reforça o que a restante documentação indicou, uma forte devoção, que lhes mereceu destaque no contexto da comarca da Feira.

Tabela 4 – Ermidas/Capelas e nichos na Comarca da Feira (1623-1758)

FREGUESIA	ERMIDAS / CAPELAS E NICHOS		
	1623 ⁶³	1706/1708 ⁶⁴	1758 ⁶⁵
Agadão	-	-	St ^a . Barbara

⁶¹ MARIA, Fr. Agostinho de Santa – *Santuário Mariano E Historia das Imagens milagrosas de Nossa Senhora E das milagrosamente aparecidas, que se venerão no Bifpados do Porto, Vizeu & Miranda*. Tomo Quinto. Edição Fac-Símile (1716). Vila Viçosa: Alcalá, 2007, p. 49-50.

⁶² MARIA, Fr. Agostinho de Santa – *Santuário Mariano...*, p. 54.

⁶³ CUNHA, D. Rodrigo da – *Catalogo & Historia Dos Bispos do Porto*. Porto: João Rodriguez. Impressor de sua Senhoria, 1623, cap. XXXXIV, 242-251.

⁶⁴ COSTA, P. Antonio Carvalho da – *Corografia Portuguesa, e descriçam topográfica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contém; Varoens illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos; antiguidades, maravilhas da natureza, edifícios, & couzas curiosas observaçoens*. I Tomo. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706. / COSTA, P. Antonio Carvalho da – *Corografia Portuguesa...* II Tomo..., 1708, p. 98-177.

⁶⁵ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho; LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – *Arouca – Notas Monográficas*. Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1991. – BASTOS, Manuel Pires – *O Concelho de Ovar nas «Memórias Paroquiais» (1758)*. Ovar: Paróquia de Ovar, 1984. – CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias*,

FREGUESIA	ERMIDAS / CAPELAS E NICHOS		
	1623 ⁶³	1706/1708 ⁶⁴	1758 ⁶⁵
			N. Sr ^a da Paz Menino Deus S. Bartolomeu St ^o André
Anta	-	-	-
Arada	-	-	Sr. do Calvário Sr ^a do Desterro
Arcozelo	Espírito Santo	-	Espírito Santo
Argoncilhe	-	-	Sr ^a das Neves Sr ^a do Campo ⁶⁶ N. Sr ^a da Assunção ⁶⁷ St ^o António ⁶⁸
Arões	-	-	S. Domingos S. Barnabé Sr ^a da Vitória Espírito Santo St ^o António S. Tiago
Arrifana	St ^a Maria de Manhouce St ^o Estevão	St ^a Maria de Manhouce St ^o Estevão	St ^a Estevão Sr ^a da Assunção ⁶⁹ Sr ^a do Ó ⁷⁰ S. José ⁷¹
Avanca	S. Salvador	S. Salvador	St ^o António ⁷²

História e Património. Braga: Edição José Viriato Capela, 2011. – CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga: Edição José Viriato Capela, 2009.

⁶⁶ As capelas da Sr^a das Neves e da Sr^a do Campo pertenciam ao padroado do Mosteiro de S. Salvador de Grijó (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga: Edição José Viriato Capela, 2011, p. 360.)

⁶⁷ Capela particular, na Quinta da Minhoteira, de D. Mariana de Brito. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 360.)

⁶⁸ Capela particular, de Felícia de Campos, viúva de Paulo Moreira (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 360.)

⁶⁹ Antigamente era a igreja da freguesia (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 361.)

⁷⁰ Capela que tem por padroeiro a Coroa (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 361.)

⁷¹ Capela particular, na Quinta do Corgo, de Manuel Marques Ferreira, da freguesia de Mosteirô, p. 361-362.

⁷² Capela da freguesia, próxima da igreja de Avanca, “(...) que por grande e capaz serviu de igreja em quanto esta se reedificou” (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 266.)

FREGUESIA	ERMIDAS / CAPELAS E NICHOS		
	1623 ⁶³	1706/1708 ⁶⁴	1758 ⁶⁵
	S. Sebastião Stº André	S. Sebastião Stº André	S. Sebastião N. Srª da Paz / Stª Ana S. Salvador Stº André Stª Bárbara S. Francisco ⁷³ S. Francisco de Paula ⁷⁴ S. Bernardo ⁷⁵ N. Srª da Esperança ⁷⁶
Avintes	-	-	Srª do Bom Sucesso ⁷⁷ Stº António ⁷⁸ S. Julião ⁷⁹ Stº Inácio ⁸⁰ Srª dos Prazeres ⁸¹ Stº António ⁸² S. Brás ⁸³ Srª da Conceição ⁸⁴

⁷³ Capela particular, mandada edificar, em 1736, por um cônego secular de S. João Evangelista, Manuel Cabral Soeiro (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 265-266.)

⁷⁴ Capela particular, construída nas casas de João Pereira de Andrade, com primeira missa celebrada a 3 de dezembro de 1747 (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 266)

⁷⁵ Capela particular, construída nas casas do capitão de ordenança de Pardilhó, Diogo Tavares de Resende (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 266)

⁷⁶ Capela particular, na Quinta da Casa da Barca, pertencente à honra de Tonce, em 1758 administrada por D. João de Magalhães e Menezes (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 263, 267.)

⁷⁷ Capela particular. Na Quinta de José Pedro da Fonseca Queirós. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga: Edição José Viriato Capela, 2009, p. 756.)

⁷⁸ Capela particular. Na Quinta do Dr. José António de Oliveira. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 756.)

⁷⁹ Capela particular. Na Fazenda de António Alves. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 756.)

⁸⁰ Capela particular. Na Quinta de Ana Maria. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 756.)

⁸¹ Capela particular. Na Quinta de Lourenço Huet Bacelar Sotto Maior. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 756.)

⁸² Capela particular. Na Quinta de Manuel José de Távora. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 756.)

⁸³ Capela particular. Na Quinta do Conde de Avintes. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 756.)

⁸⁴ Capela particular. Na Quinta de Bento Gomes. ((CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 756.)

FREGUESIA	ERMIDAS / CAPELAS E NICHOS		
	1623 ⁶³	1706/1708 ⁶⁴	1758 ⁶⁵
Beduído	N. Sr ^a da Piedade St ^a Amaro St ^a Luzia	N. Sr ^a da Piedade St ^a Amaro St ^a Luzia	St ^o António S. Filipe de Néri St ^o Amaro St ^a Bárbara S. Joaquim N. Sr ^a da Conceição ⁸⁵ St ^a António ⁸⁶ S. Gonçalo ⁸⁷
Bunheiro	S. Pedro S. Gonçalo S. Silvestre	S. Pedro S. Gonçalo S. Silvestre	S. Gonçalo S. Silvestre S. Simão ⁸⁸
Canedo	St ^a Luzia Cp. na Quinta da Vargea	St ^a Luzia Cp. na Quinta da Vargea	Sr ^a da Piedade St ^a Bárbara St ^o Amaro St ^a Luzia ⁸⁹ S. Paio ⁹⁰ S. Roque ⁹¹ Sr ^a do Amparo ⁹² S. Lourenço ⁹³
Canelas	St ^a Isabel	-	St ^a Isabel

⁸⁵ Capela particular, do licenciado Vitorino Pereira da Cruz (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 271.)

⁸⁶ Capela particular, pertença do sargento mor da comarca de Esgueira, João Ribeiro de Morais, natural e morador desta freguesia de Beduído (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 271.)

⁸⁷ Capela particular, do licenciado Manuel Pires. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 271.)

⁸⁸ Capela particular, do P. Francisco Barbosa, da Murtosa. É lugar de romagem: “(...) vem muita gente à capella de Sam Simam a vezitar o santo e repartir muntas broas de pam aos pobres, na mesma capella, pelos muntos milagres que faz o milagroso santinho de tirar maleitas”. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 303.)

⁸⁹ Capela de padroeiro. Pertence à Comenda de Canedo. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 363.)

⁹⁰ Capela de padroeiro. Pertence à Comenda de Canedo. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 363.)

⁹¹ Capela particular, de António Rodrigues Souto, da cidade do Porto. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 363.)

⁹² Capela particular, de António Dias. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 363.)

⁹³ Capela particular, pertencente a Constantino Dias dos Reis. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 363.)

FREGUESIA	ERMIDAS / CAPELAS E NICHOS		
	1623 ⁶³	1706/1708 ⁶⁴	1758 ⁶⁵
			Nicho do Sr. das Bocas/das Três Fontes ⁹⁴ S. Tomé ⁹⁵
Canidelo	S. Paio	-	S. Paio ⁹⁶ S. João Evangelista ⁹⁷
Carregosa	-	-	-
Castanheira do Vouga	-	3 ermidas n.i.	Espírito Santo S. João Batista N. Sr ^a da Assunção St ^a Cruz Sr ^a da Conceição N. Sr ^a Bom Despacho S. Sebastião S. Jorge ⁹⁸ S. Gonçalo ⁹⁹
Cepelos	-	-	St ^o António N. Sr ^a do Remédio Espírito Santo N. Sr ^a da Ouvida

⁹⁴ Na aldeia de Migide, “(...) *junto à estrada, muito frequentada de todo o povo desta comarca (...)*”. Tratava-se de um nicho com uma cruz de madeira pintada com a figura de Christo Crucificado, popularmente designado por Senhor das Bocas ou Senhor das Três Fontes, por existirem três bicas de água a sair junto ao pé da cruz. Esta água é descrita como cristalina e saborosa e muito procurada pelos fiéis: “*E as suas vertentes se recolhem a huma que sahindo fora do nicho della se aproveitam não só o povo e passageiros, mas muitas pessoas que de grande distancia a mandam buscar com devoção e que para alivio remedio de suas enfermidades e pelo decurso de todo o anno, hé frequentada de romeiros e algumas esmolos*”. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 758.)

⁹⁵ Capela particular. Na Quinta da Costa, dos Morgados dos Baldaia. O Morgado dos Baldaia estava instituído na capela da Santíssima Trindade no Convento de S. Domingos da cidade do Porto e tinha pertencido ao *mestre de campo* Tomé da Silva Baldaia. Em 1758 tinha transitado para a sua filha, D. Maria Clara Baldaia de Sousa Menezes e Tovar, casada com João Alvares Pamplona Carneiro Rangel, fidalgo da Casa Real, Senhor do Morgado de Beire, na comarca de Penafiel. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 758.)

⁹⁶ Capela com padroeiro. “*Tem ermitão cuja capella pertence aos reverendos Piores do Mosteiro da Serra*”. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 759.)

⁹⁷ Capela particular. Na Quinta do britânico João Neucl. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 759.)

⁹⁸ Capela de S. Jorge “(*...*) *que se acha emcorporada na igreja velha, que tem hum legado de duas missas semanárias a qual instituo hum homem natural desta freguezia chamado André Jorge que falleceo nas Índias de Espanha, na cidade do México (...)*”. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 137.)

⁹⁹ Capela particular, de José de Lemos, de Viseu. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 137.)

FREGUESIA	ERMIDAS / CAPELAS E NICHOS		
	1623 ⁶³	1706/1708 ⁶⁴	1758 ⁶⁵
Cesar	N. Sr ^a da Graça Ermida nova	2 ermidas n.i.	N. Sr ^a da Esperança N. Sr ^a da Graça ¹⁰⁰ St ^a Luzia ¹⁰¹
Codal	-	-	-
Cortegaça	-	-	S. José ¹⁰²
Crestuma	-	-	St ^a Ana ¹⁰³ Cp. na Quinta do Nogueira ¹⁰⁴
Cucujães	St ^a Luzia St ^o António S. Sebastião	St ^a Luzia St ^o António S. Sebastião	St ^o António St ^a Luzia ¹⁰⁵ S. Sebastião
Duas Igrejas	-	-	-
Escapães	St ^o António	St ^o António	St ^a António S. Gonçalo
Escariz	-	-	Sr ^a do Remédio S. Miguel
Esmoriz	N. Sr ^a da Penha de França	N. Sr ^a da Penha de França	N. Sr ^a da Penha de França Sr. das Febres
Espargo	-	-	St ^a Quitéria ¹⁰⁶
Fajões	S. Pedro S. Marcos	S. Pedro S. Marcos	S. Marcos Sr ^a da Ribeira Sr ^a da Lapa ¹⁰⁷

¹⁰⁰ Capela sob alçada da igreja de Cesar. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 310.)

¹⁰¹ Capela particular, na Quinta, casa de habitação, de José Bernardo de Vasconcelos Pereira Cabral e Almeida. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 310.)

¹⁰² Capela particular, benzida há poucos meses, tendo o seu proprietário falecido. (BASTOS, Manuel Pires – *O Concelho de Ovar nas «Memórias Paroquiais» (1758)*. Ovar: Paróquia de Ovar, 1984, p. 14)

¹⁰³ Capela particular do licenciado António Vieira Baptista, morador na cidade do Porto. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 760.)

¹⁰⁴ Capela particular ainda sem invocação, como afirma o documento: “*Há outra principiada ainda, sem imagem algumas (...)*”, na Quinta do Nogueira, de Cristóvão de Melo Ferrão, da cidade do Porto. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 760.)

¹⁰⁵ Capela que tem por padroeiro o próprio Mosteiro de S. Martinho de Cucujães. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 337.)

¹⁰⁶ Capela particular, do bacharel João da Costa Lima. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 367.)

¹⁰⁷ Capela particular, de Francisco Xavier Dias. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 311.)

FREGUESIA	ERMIDAS / CAPELAS E NICHOS		
	1623 ⁶³	1706/1708 ⁶⁴	1758 ⁶⁵
			Sr ^a das Dores ¹⁰⁸
Fermedo	N. Sr ^a da Cela S. Sebastião	N. Sr ^a da Cela S. Sebastião	N. Sr ^a Conceição St ^o António ¹⁰⁹ St ^a Doroteia ¹¹⁰
Fiães	N. Sr ^a Conceição	N. Sr ^a Conceição	N. Sr ^a da Conceição ¹¹¹
Fornos	-	-	Sr ^a da Boa Morte ¹¹²
Gião	-	-	-
Grijó	-	-	St ^o António ¹¹³ S. João ¹¹⁴ N. Sr ^a da Graça ¹¹⁵
Guetim	-	-	-
Guisande	-	-	-
Gulpilhares	-	-	St ^o Isidoro

¹⁰⁸ Capela particular, do P. Baltazar Pereira de Pina. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 311.)

¹⁰⁹ Capela da freguesia, com padroeiro, o Senhor de Fermedo, cujas armas se imponham no frontispício da capela. (BRANDÃO, D. Domingos de Pinho; LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – *Arouca – Notas Monográficas*. Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1991, p. 116)

¹¹⁰ Capela particular, junto ao Paço do Senhor de Fermedo. (BRANDÃO, D. Domingos de Pinho... – *Arouca – Notas Monográficas...*, p. 116)

¹¹¹ Tem imagem de pedra de Anã, representando N. Sr^a com e Menino. No retábulo colateral/lateral dedicado a N. Sr^a do Carmo, foi instituída em c. 1751^a Irmandade de Nossa Senhora do Carmo, que em 1758 já apresentava 1500 irmãos, desta freguesia e das freguesias vizinhas. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 374.)

¹¹² “*Hé cappela publica sujeita à jurisdição do parochio, mas hé de hum cavalleiro do Habito de Christo chamado Manoel Pinto Tavares, que no dito lugar tem humas cazas, às quais está pegada a capela, que a mandou fazer há pouco mais de vinte anos para ouvir missa e mais a sua família. Sobre a porta tem as em pedra do mesmo cavalleiro, que são as dos Pintos. Hé uma capela ordinaria, de hum só corpo, tem capela maior com hum altar e huma tribuna, toda de emtalha dourada, tem a imagem da Senhora da Boa Morte (...) em hum oratório de vidraça, sobre o altar. No meio da tribuna sobre o dito oratório huma imagem de Christo Crucificado, tem mais a imagem de Santa Anna, a de Sam Jozé, e de Santa Apolonia, tem hum púlpito [de forrados de Treceiro] e nos [panneis] tem pintados meios corpos de vários santos. Fica com a porta para o Norte, para onde fica o lugar, no fim delle faz correr [podencia] hum cruzeiro de pedra sntado em huma vaze de pedras com hum lampião que em muitas noites está aceso pr devoção dos moradores daquelle lugar*” (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 378-379.)

¹¹³ Capela da freguesia, administrada pelo Mosteiro de S. Salvador de Grijó. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 762.)

¹¹⁴ Capela particular, do capitão Francisco Ferreira da Cunha. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 762.)

¹¹⁵ Capela particular, do P. Luís Vieira Leal. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 762.)

FREGUESIA	ERMIDAS / CAPELAS E NICHOS		
	1623 ⁶³	1706/1708 ⁶⁴	1758 ⁶⁵
			Cp. da Quinta da Portela ¹¹⁶
Junqueira	-	-	S. Tiago Sr ^a da Piedade Cp. de Currais Sr ^a do Bom Sucesso
Lever	S. Sebastião	S. Sebastião	S. Sebastião ¹¹⁷
Lobão	-	-	St ^o Ovídio S. João Baptista ¹¹⁸
Louredo	N. Sr ^a de Vila Seca	N. Sr ^a de Vila Seca	S. Cipriano ¹¹⁹ N. Sr ^a de Vila Seca ¹²⁰
Loureiro	N. Sr ^a da Alumieira St ^a António	N. Sr ^a da Alumieira St ^a António	St ^o António N. Sr ^a da Alumieira ¹²¹
Lourosa	S. Silvestre	S. Silvestre	S. Silvestre
Maceda	-	-	S. Geraldo
Macieira de Cambra	3 ermidas não identificadas		Sr. do Calvário ¹²² St ^a Cruz S. Bartolomeu St ^o Aleixo
Macieira de Sarnes	-	-	-
Macinhata da Seixa	-	-	-
Madail	-	-	-

¹¹⁶ Capela particular, de Manuel de Sousa Monteiro. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 764.)

¹¹⁷ Desativa por não estar digna de culto. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 765.)

¹¹⁸ Capela particular, pertencente ao subdiácono Francisco José. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 385.)

¹¹⁹ Em ruínas: “(...) esta já cahida, e se tirou a imagem para a igreja até se reedificar (...)”. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 385.)

¹²⁰ Que “(...) está suspença por estar arruinada, suas facturas pertencem ao Excelentissimo Conde de Sam Lourenço pella commenda de Sam Thiago de Lobam”. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 385.)

¹²¹ Capela particular, de Francisco José Teixeira, de Vila Real, com uma confraria de clérigos instituída nesta capela. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 313.)

¹²² Esta capela é sustentada no espiritual e temporal pelo pároco da freguesia, as restantes pelos fregueses. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 447-448.)

FREGUESIA	ERMIDAS / CAPELAS E NICHOS		
	1623 ⁶³	1706/1708 ⁶⁴	1758 ⁶⁵
Madalena	-	-	-
Mafamude	Stº Ovídio	-	Sr. do Padrão Stº Ovídio
Mansores	N. Srª dos Remédios S. Miguel	N. Srª dos Remédios S. Miguel	N. Srª do Rosário Stº António ¹²³
Milheirós de Poiães	-	-	S. Geraldo S. João Batista
Mosteirô	-	-	N. Srª do Carmo ¹²⁴
Mozelos	N. Srª	N. Srª	S. José N. Srª da Assunção
Murtosa	S. Lourenço	S. Lourenço	Stº António S. Lourenço S. Roque ¹²⁵
Nogueira da Regedoura	-	-	-
Nogueira do Cravo	-	-	Stº Antão N. Srª dos Prazeres ¹²⁶
Oleiros	-	-	-
Olival	S. Mateus Stº António	S. Mateus Stº António	S. Miguel ¹²⁷ S. Mateus ¹²⁸ N. Srª da Coroa ¹²⁹

¹²³ Capela particular, “(...) no lugar das Agradas, que morreu seu dono e administrador sem ter filhos, e quer ser seu herdeiro um João André por dizer he (...) parente (...) da mulher que também já morreu”. (BRANDÃO, D. Domingos de Pinho... – Arouca – Notas Monográficas..., p. 123)

¹²⁴ Capela particular, “(...) que mandaram fazer dois moradores do dito lugar, os coais já faleceram. E de presente estão senhores della o capitão Manoel Marques Ferreira, e Salvador Carvalho (...). Está com porta, pública e bem ornada”. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 389.)

¹²⁵ Capela particular, de António Marques e sua mulher, Maria Rodrigues, Francisco Mateus e sua mulher, Teresa Fernandes, Mateus Antão e sua mulher, Mariana Rodrigues, Rafael Antão e sua mulher Maria João, Domingos João Cascais e sua mulher Inês João, Agostinho João Oiã e sua mulher, Maria Silva, Pedro Fernandes Rendeiro e sua mulher, Jacinta João e Manuel, solteiro, filho de Batista João. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 305.)

¹²⁶ Capela particular, do P. João Saraiva, abade da igreja de Manhuncelos, na diocese do Porto p. 317

¹²⁷ A sua construção foi custeada pelo lavrador Baltazar Gomes, “(...) por ter-se há annos demolido outra da mesma invocação, que [há]avia na mesma aldeia”. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 769.)

¹²⁸ Feita com apoio régio, retirando um real do produto de sal e de vinho. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 769.)

¹²⁹ Capela particular, sita na Quinta da Lebre, e nela foi instituído um vínculo de Morgado, por Domingos de Freitas Guimarães, mercador da cidade do Porto. Em 1758 na posse de D. Francisca Joana de Freitas, viúva de

FREGUESIA	ERMIDAS / CAPELAS E NICHOS		
	1623 ⁶³	1706/1708 ⁶⁴	1758 ⁶⁵
			S. João Baptista ¹³⁰ Stº António ¹³¹
Oliveira de Azeméis	Stº António	-	Stº António ¹³² S. João Batista ¹³³ S. Sebastião ¹³⁴ S. Bartolomeu ¹³⁵ S. Lourenço ¹³⁶ Srª do Amparo ¹³⁷ Stº António do Cruzeiro ¹³⁸ S. Caetano ¹³⁹ Srª do Carmo ¹⁴⁰ Stª António ¹⁴¹

Luís de Freitas, cavaleiro da Ordem de Cristo. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p.769.)

¹³⁰ Capela particular, na Quinta do Casalinho, de José de Almeida Coutinho, da cidade do Porto. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 769.)

¹³¹ Capela particular. Na “(...) *Quinta do Paço, assi chamada por ter sido Paço dos Condes da Feira e hoje hé de Luis Soares de Avelar, cidadão do Porto e a [h]ouve por dote*”. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 769.)

¹³² Foi reedificada em 1721 “(...) com o legado de duzentos mil réis, que lhe deixou o reitor de Avanca, João Sares de Pinho, natural desta freguezia (...)”. Em 1754 foi-lhe acrescentado um *pateo em roda*. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 319.)

¹³³ Renovada em 1749 pelo reitor Manuel de Oliveira Ferreira. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 319.)

¹³⁴ Reedificada a partir de 1745 e solenemente benzida a 11 de fevereiro de 1751. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 319.)

¹³⁵ Em 1758 já tinha sido demolida, embora ainda existissem vestígios das suas ruínas. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 319.)

¹³⁶ Capela particular, na Quinta do Covo. Em 1758 já tinha sido demolida, embora ainda existissem vestígios das suas ruínas. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 319.)

¹³⁷ Capela particular, de Anselmo de Carvalho. Reedificada em 1710. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 319.)

¹³⁸ Capela particular, “(...) *vinculada ao morgado que instituiu no anno 1697 o capitão Domingos Dias dos Reis e Vasconcellos, e nella se canta missa no dia do santo, com reponso por sua alma, e dão aos sacerdotes assistentes jantar esplendido os administradores que nella elegem sepultura (...)*”. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 319.)

¹³⁹ Capela particular, edificada em 1709, no lugar de Vilar, por ordem do Bispo José de Santa Maria, “(...) *pera commodo administração dos sacramentos aos enfermos do dito lugar, remoto da matriz, com rio profundo de Inverno (...)*”. Foi renovada em 1757. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 319.)

¹⁴⁰ Capela particular, mandada construir em 1749 pelo licenciado Manuel Dias de Carvalho e solenemente benzida a 31 de outubro de 1750. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 319.)

¹⁴¹ Capela particular, mandada fazer em 1750 por Manuel ferreira do Sacramento, que em 1758 ainda não tinha sido benzida e, portanto, ainda não estava operacional. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 319.)

FREGUESIA	ERMIDAS / CAPELAS E NICHOS		
	1623 ⁶³	1706/1708 ⁶⁴	1758 ⁶⁵
Oliveira do Douro	S. Salvador S. Tiago Stº Aleixo	Stº António	S. Tiago N. Srª da Saúde ¹⁴² N. Srª da Penha de França ¹⁴³ N. Srª do Rosário ¹⁴⁴ S. Domingos ¹⁴⁵ Stº Aleixo ¹⁴⁶ N. Srª da Conceição ¹⁴⁷ S. Salvador ¹⁴⁸ N. Srª da Conceição ¹⁴⁹
Ossela	-	-	Srª da Lapa Stº António Srª da Graça S. Frutuoso ¹⁵⁰ Srª do Crasto ¹⁵¹
Ovar	N. Srª das Areias ¹⁵² N. Srª da Graça Stª Catarina S. Domingos	N. Srª das Areias ¹⁵³ N. Srª da Graça Stª Catarina S. Domingos	5 cp. dos Passos N. Srª da Graça Stº António

¹⁴² Capela particular, dos herdeiros de Gabriel de Matos Rebelo. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais* ..., p. 772.)

¹⁴³ Capela particular, do Capitão Galvão Lopes. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais* ..., p. 772.)

¹⁴⁴ Capela particular, de Francisco Oliveira Cirne. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais* ..., p. 772.)

¹⁴⁵ Capela particular, dos herdeiros de Rosa Fernandes de Almeida. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais* ..., p. 772.)

¹⁴⁶ Capela particular, de Francisco Barreto. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais* ..., p. 772.)

¹⁴⁷ Capela particular, do P. Francisco Pereira de Sampaio. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais* ..., p. 772.)

¹⁴⁸ Capela particular, de Gualter de Andrade Pinto. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais* ..., p. 772.)

¹⁴⁹ Capela particular, na Quinta de Diogo Francisco Leite. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais* ..., p. 772.)

¹⁵⁰ Capela com padroeiro. Dos padres da Companhia de Jesus. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra* ..., p. 321.)

¹⁵¹ Capela com padroeiro. Dos religiosos de S. Bento. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra* ..., p. 321.)

¹⁵² Capela de muita devoção e romagem pelos muitos milagres feitos. (CUNHA, D. Rodrigo da – *Catalogo & Historia Dos Bispos do Porto*. Porto: João Rodriguez. Impressor de sua Senhoria, 1623, cap. XXXIV, p. 248.)

¹⁵³ Segundo o P. Carvalho da Costa, N. Srª das Areias é “*imagem milagrosa, & de muita romagem*”. (COSTA, P. Antonio Carvalho da – *Corografia Portuguesa, e descripçam topográfica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contêm; Varoens illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos; antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & couzas curiosas observaçoens*. II Tomo. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1708, p. 175.)

FREGUESIA	ERMIDAS / CAPELAS E NICHOS		
	1623 ⁶³	1706/1708 ⁶⁴	1758 ⁶⁵
	S. Guldrofe S. João S. Tomé S. Sebastião	S. Guldrofe S. João S. Tomé S. Sebastião	S. Pedro ¹⁵⁴ S. Miguel S. Donato ¹⁵⁵ S. Domingos S. João S. Sebastião Stª Catarina N. Srª do Bom Sucesso N. Srª das Areias S. Tomé ¹⁵⁶ Srª da Saúde ¹⁵⁷ Stª Apolónia ¹⁵⁸
Paços de Brandão	-	-	-
Paramos	Stº André	-	Srª da Guia
Pardilhó	-	-	N. Srª dos remédios ¹⁵⁹
Pedroso	N. Srª do Monte N. Srª da Assunção S. Bartolomeu S. Sebastião	-	N. Srª da Encarnação S. Bartolomeu Stª Marinha ¹⁶⁰ N. Srª da Assunção S. Sebastião ¹⁶¹

¹⁵⁴ Com passo do Calvário em frente. (BASTOS, Manuel Pires – *O Concelho de Ovar nas «Memórias Paroquiais» (1758)...*, p. 32.)

¹⁵⁵ Antigamente de S. Guldrofe. (BASTOS, Manuel Pires – *O Concelho de Ovar nas «Memórias Paroquiais» (1758)...*, p. 32.)

¹⁵⁶ Capela particular, pertença dos Condes da Feira. (BASTOS, Manuel Pires – *O Concelho de Ovar nas «Memórias Paroquiais» (1758)...*, p. 32.)

¹⁵⁷ Capela particular, do licenciado Francisco Pinto Brandão. (BASTOS, Manuel Pires – *O Concelho de Ovar nas «Memórias Paroquiais» (1758)...*, p. 32.)

¹⁵⁸ Capela particular, do P. Manuel Ferreira de Amorim. (BASTOS, Manuel Pires – *O Concelho de Ovar nas «Memórias Paroquiais» (1758)...*, p. 32.)

¹⁵⁹ Capela particular, do P. Constantino Caetano dos Santos e Maria Josefa dos Santos. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 276.)

¹⁶⁰ Capelas com Padroeiro. Estas três capelas, N. Srª da Encarnação, S. Bartolomeu e Stª Marinha, pertencem ao Colégio das Artes de Coimbra “(...) e por sua conta as manda reedificar correndo com todo o preciso e necessario. E por isso dellas percebe os ofertas e donativos que os fiéis dão que algum dia pertenciam ao paroco”. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 774.)

¹⁶¹ Capela particular, pertença do bacharel António Alvares Correia, de Pedroso. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 774.)

FREGUESIA	ERMIDAS / CAPELAS E NICHOS		
	1623 ⁶³	1706/1708 ⁶⁴	1758 ⁶⁵
			S. Brás ¹⁶² Stº António ¹⁶³ S. João ¹⁶⁴
Perosinho	-	-	N. Srª do Crasto Stª Marinha
Pigeiros	-	-	-
Pindelo	-	-	Bom Jesus da Agonia ¹⁶⁵
Riba Ul	-	-	Stª Ana N. Srª do Rosário Sr. da Campa ¹⁶⁶
Rio Meão	-	-	Stº António
Roge	-	-	Stª Cruz N. Srª do Desterro
Romariz	N. Srª da Portela S. Tiago S. Miguel	N. Srª da Portela S. Tiago S. Miguel	N. Srª dos Remédios N. Srª da Portela S. Tiago
S. Félix da Marinha	-	-	3 cp. particulares ¹⁶⁷
S. João da Madeira	Stº António	Stº António	Stº António
S. João de Ver	Stº André	Stª André	Stº André S. Bento Srª da Natividade ¹⁶⁸

¹⁶² Capela particular, pertença dos herdeiros de Pedro da Cunha Sotto Maior, moradores em Braga. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 774.)

¹⁶³ Capela particular, de José Pereira Valente, morador na freguesia de São Paio de Favões, no concelho de Bem Viver. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 774.)

¹⁶⁴ Capela particular, de Alberto Caetano Adrionis, advogado da Relação do Porto. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 774.)

¹⁶⁵ Capela da freguesia, administrada pelo pároco. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 324.)

¹⁶⁶ Estas três capelas pertencem à freguesia e são administradas pelo pároco. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 327.)

¹⁶⁷ “*Tem esta freguezia três capellas de pessoas particulares do Porto, que aqui têm Quintas*”. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 778.)

¹⁶⁸ Capela particular, da quinta de habitação de João Soares de Sequeira, natural da cidade do Porto. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 404.)

FREGUESIA	ERMIDAS / CAPELAS E NICHOS		
	1623 ⁶³	1706/1708 ⁶⁴	1758 ⁶⁵
S. Jorge	-	-	-
S. Martinho da Gândara	Stº André	-	Stº André Srª da Prece S. Sebastião ¹⁶⁹ S. Lázaro ¹⁷⁰
S. Miguel do Mato	S. Lourenço Stª Cecília	-	Stº António Stª Cecília S. Lázaro
S. Pedro de Castelões	-	-	Srª da Luz Srª da Piedade N. Srª das Necessidades N. Srª da Saúde S. Sebastião Jesus, Maria, José ¹⁷¹
S. Roque	-	-	Stº António ¹⁷² Stª Ana ¹⁷³
S. Vicente de Pereira	S. Lourenço Stª Cristina	S. Lourenço Stª Cristina	S. Geraldo S. Lourenço S. José ¹⁷⁴
Sandim	S. Brás S. Paio	S. Brás S. Paio	N. Srª da Purificação ¹⁷⁵ S. Miguel S. Plácido ¹⁷⁶

¹⁶⁹ Capela particular, junto à casa de Paulo de Almeida, seu proprietário. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 329.)

¹⁷⁰ Capela particular, de Caetano Marques. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 329.)

¹⁷¹ Capela particular, de José Leite Neves. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 451.)

¹⁷² Capela particular, na Quinta do Covo, propriedade de Sebastião de Castro de Lemos. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 330.)

¹⁷³ Capela particular, de João Pereira. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 330.)

¹⁷⁴ Capela particular, junto das casas de D. Joana Leite, da cidade do Porto. (BASTOS, Manuel Pires – *O Concelho de Ovar nas «Memórias Paroquiais» (1758)...*, p. 38.)

¹⁷⁵ Foi “(...) antigamente a capella mor das religiosas Bentas do Porto e com as mesmas paredes e cornije em volta de cantaria ainda conservadas desde aquele tempo para este, que serão quazi quinhentos annos e naquelle sitio se vem ruinas muito antigas, porém poucas. E pretence o reparo desta capella às mesmas religiosas de Sam Bento do Porto”. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 777.)

¹⁷⁶ Capela com padroeiro. Está localizada no lugar da Várzea da freguesia de Canedo “(...) porém como foi na demarcação desta pertence a metade do reparo della às ditas religiosas de Sam Bento e outra ametade della à comenda de Canedo”. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 777.)

FREGUESIA	ERMIDAS / CAPELAS E NICHOS		
	1623 ⁶³	1706/1708 ⁶⁴	1758 ⁶⁵
			N. Sr ^a da Penha de França ¹⁷⁷ St ^a Bárbara ¹⁷⁸
Sanfins	-	-	-
Sanguedo	St ^o António	St ^o António	S. Bartolomeu ¹⁷⁹
Seixezelo	-	-	-
Sermonde	-	-	-
Serzedo	-	-	N. Sr ^a da Conceição / N. Sr ^a de Fontes ¹⁸⁰ N. Sr ^a da Conceição ¹⁸¹
Silvalde	-	-	N. Sr ^a das Dores ¹⁸²
Souto	N. Sr ^a da Guia S. Silvestre	N. Sr ^a da Guia S. Silvestre	N. Sr ^a da Guia
St ^a Maria da Feira	S. Nicolau N. Sr ^a de Campos N. Sr ^a do Castelo S. Francisco St ^o André St ^a Margarida St ^a Luzia	S. Nicolau ¹⁸³ N. Sr ^a de Campos N. Sr ^a da Encarnação / do Castelo S. Francisco St ^o André St ^a Margarida	N. Sr ^a da Piedade St ^o André N. Sr ^a de Campos Oratório de St ^o António ¹⁸⁴ N. Sr ^a da Encarnação ¹⁸⁵ S. Miguel ¹⁸⁶

¹⁷⁷ Capela particular, na Quinta de D. Bernarda Maria, viúva de Inácio Diogo de Caminha Falcão, da Rua Nova do Porto. ((CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 777.)

¹⁷⁸ Capela particular, na Quinta do P. Francisco da Silva Couto. ((CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 777.)

¹⁷⁹ Capela da freguesia, administrada pelo pároco. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 401.)

¹⁸⁰ Capela com padroeiro. Esta capela popularmente designada de N. Sr^a de Fontes, com a invocação de N. Sr^a da Conceição pertencia ao padroado do Mosteiro de S. Salvador de Grijó. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 782.)

¹⁸¹ Capela particular, na Quinta do capitão José Alves Maciel. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 782.)

¹⁸² Capela particular de Pantaleão Alves da Silva. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 261.)

¹⁸³ Antiga igreja matriz.

¹⁸⁴ Em frente à Câmara, onde funcionava a cadeia. Nele se dizia missa aos presos. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 371.)

¹⁸⁵ No Castelo da Feira, feita a expensas de D. Joana Forjaz Pereira Meneses e Silva, da casa dos Condes da Feira. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 371.)

¹⁸⁶ Capela particular, de Manuel de Gouveia. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 371.)

FREGUESIA	ERMIDAS / CAPELAS E NICHOS		
	1623 ⁶³	1706/1708 ⁶⁴	1758 ⁶⁵
		Stª Luzia S. Miguel Arcanjo Todos os Santos	S. Bento ¹⁸⁷ Todos os Santos ¹⁸⁸ S. José ¹⁸⁹
Stª Maria de Lamas	-	-	-
Stª Marinha	N. Srª da Piedade N. Srª das Neves S. Roque Stº António S. Nicolau S. Pedro Stº Antão Vera Cruz S. Jerónimo Bom Jesus de Gaia S. Marcos N. Srª do Prato S. Lourenço N. Srª do Castelo	(1706) N. Srª das Neves S. Roque Stº António S. Nicolau S. Pedro Stº Antão Vera Cruz S. Jerónimo Bom Jesus de Gaia S. Marcos N. Srª do Prato S. Lourenço N. Srª do Castelo	Sr. d'Além ¹⁹⁰ N. Srª da Piedade da Areia S. Roque Sr. do Calvário ¹⁹¹ S. Lourenço ¹⁹² S. Marcos Srª da Piedade Srª do Castelo Stº Antão Stª. Barbara Sr. da Vera Cruz Bom Jesus de Gaia ¹⁹³ Cp. do Baldaia ¹⁹⁴ S. Bento ¹⁹⁵ Stº António ¹⁹⁶

¹⁸⁷ Capela particular, de Manuel Pereira Falcão. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 371.)

¹⁸⁸ Capela particular, que mudou de proprietário, sendo em 1758 de Dionísio Ferreira. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 371.)

¹⁸⁹ Capela particular, de José de Freitas. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 371.)

¹⁹⁰ Antigamente dedicada a S. Nicolau e S. Bartolomeu, cujas imagens levou uma cheia ocorrida no ano de 1739. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 786.)

¹⁹¹ Trata-se de um dos Passos da Paixão de Cristo. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 786.)

¹⁹² Foi reedificada de novo em 1757. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 786.)

¹⁹³ Esta capela servia de igreja filial à igreja de Stª Marinha. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 786.)

¹⁹⁴ Capela particular. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 786.)

¹⁹⁵ Capela particular, na Quinta dos herdeiros de D. Antónia de Calvos. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 786.)

¹⁹⁶ Capela particular, na Quinta do Felgueiras. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 786.)

FREGUESIA	ERMIDAS / CAPELAS E NICHOS		
	1623 ⁶³	1706/1708 ⁶⁴	1758 ⁶⁵
			Sr^a das Neves ¹⁹⁷ Sr ^a do Remédio ¹⁹⁸ St ^a Eugénia ¹⁹⁹ S. João ²⁰⁰ N. Sr^a da Conceição ²⁰¹ S. Bartolomeu ²⁰²
Travanca	-	-	N. Sr ^a do Pilar ²⁰³
UI	-	-	S. Nicolau Tolentino ²⁰⁴
Valadares	-	-	-
Vale	-	-	S. Tomé ²⁰⁵
Válega	N. Sr ^a de Entre Águas N. Sr ^a da Mamoa S. Miguel S. Gonçalo S. João S. Bento	N. Sr ^a da Mamoa S. Miguel N. Sr ^a de Entre Águas ²⁰⁶ S. Gonçalo S. João S. Bento	S. Miguel S. João N. Sr ^a Entre Águas N. S ^a da Mamoa S. Bento S. Gonçalo N. Sr ^a das Febres ²⁰⁷

¹⁹⁷ Capela particular, na Quinta do morgado António de Freitas e Faria. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 786.)

¹⁹⁸ Capela particular, junto à casa de Manuel Soares Ferreira. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 786.)

¹⁹⁹ Capela particular, na Quinta da Cambada, em 1758 do tenente de Infantaria Nicolau Pereira. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 786.)

²⁰⁰ Capela particular, na Quinta do Maravedil. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 786.)

²⁰¹ Capela particular, na Quinta do morgado de Campo Belo. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 787.)

²⁰² Capela particular, na Quinta do Cavaco. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 787.)

²⁰³ Capela particular, de João Castro de Moura Coutinho, da Vila de Mesão Frio, que a recebeu por herança de seu tio Manuel Soares Coelho, que morou na Quinta de Tarei. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra ...*, p. 410.)

²⁰⁴ Capela particular, na Quinta de Adães, pertencente à viúva e filhas de Manuel Pais Ribeiro Pereira. CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 332.)

²⁰⁵ Capela particular, pertença do provedor de Esgueira. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra ...*, p. 412.)

²⁰⁶ Considerada uma “imagem milagrosa”. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra ...*, p. 175.)

²⁰⁷ Capela particular, de Jacinto Leite do Amaral. (BASTOS, Manuel Pires – *O Concelho de Ovar nas «Memórias Paroquiais» (1758) ...*, p. 42.)

FREGUESIA	ERMIDAS / CAPELAS E NICHOS		
	1623 ⁶³	1706/1708 ⁶⁴	1758 ⁶⁵
			N. Sr ^a do Bom Sucesso ²⁰⁸
Veios	St ^a Luzia	St ^a Luzia	St ^a Luzia S. Geraldo ²⁰⁹ Sr ^a da Ajuda ²¹⁰
Vila Chã	-	-	S. João de Deus N. Sr ^a da Ribeira St ^o António
Vila Cova de Perrinho	-	-	-
Vila Maior	-	-	S. João Batista ²¹¹
Vilar de Andorinho	-	-	S. Lourenço ²¹² Cp. de Vilar ²¹³ Cp. da Quinta de Soeima ²¹⁴ Cp. do lg. da Serpente ²¹⁵
Vilar do Paraíso	S. Martinho	-	S. Martinho ²¹⁶

²⁰⁸ Capela particular, do licenciado João Vaz Correia. (BASTOS, Manuel Pires – *O Concelho de Ovar nas «Memórias Paroquiais» (1758)...*, p. 43.)

²⁰⁹ As capelas de St^a Luzia e S. Geraldo são da freguesia, administradas pelo pároco. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 277.)

²¹⁰ Capela particular, do alferes Domingos João Vaz. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 277.)

²¹¹ Capela particular, na quinta de um fidalgo de Lisboa, D. José de Lancastre, vedor da Casa da Rainha, onde foi instituído um vínculo de morgado em 1665 pelo Sr. Francisco Távora de Miranda e sua mulher, D. Guiomar Pereira, muito próximos dos condes da Feira. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra...*, p. 413.)

²¹² Capela do padroado do Mosteiro de St^a Clara do Porto. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 789.)

²¹³ Capela particular, na Quinta de José Pinto Monteiro. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 789.)

²¹⁴ Capela particular, de D. Joana Casimira, religiosa do Mosteiro de St^a Clara, da cidade do Porto. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 789.)

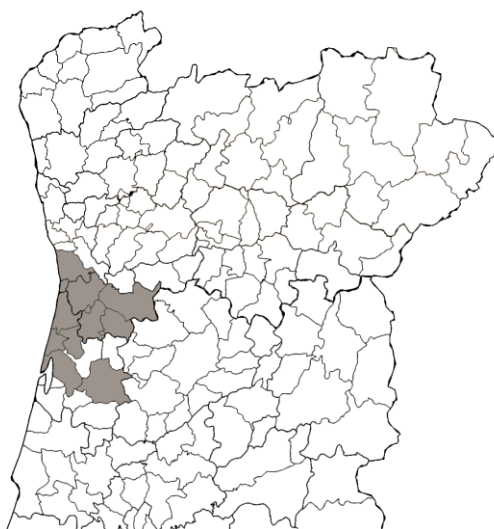
²¹⁵ Capela particular, na Quinta de Tomé Ribeiro, assistente na cidade do Porto. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 789.)

²¹⁶ Capela afeta à igreja de Vilar do Paraíso. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais ...*, p. 790.)

1.7. Após a Comarca Eclesiástica da Feira

As 104 freguesias que pertenceram à comarca da Feira atualmente encontram-se distribuídas pelos concelhos de Vila Nova de Gaia, Espinho, Ovar, Estarreja, Murtosa, Feira, Arouca, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, Vale de Cambra, Águeda e a nova freguesia de S. Jacinto em Aveiro.

Do século XIX até ao século XX esta área territorial foi sendo alterada e novas paróquias surgiram. Há, no entanto, um caso excecional, em 1843, a freguesia de Duas Igrejas que foi reduzida a lugar da freguesia de Romariz. Eclesiasticamente já se encontrava integrada na freguesia de Romariz desde 1835.²¹⁷



5. Atuais concelhos aos quais pertencem as freguesias da antiga comarca da Feira

Quanto às novas freguesias que se formaram:

1. Torreira e São Jacinto – foram lugares da freguesia de Ovar até 1855;²¹⁸
2. Espinho – pertenceu a Anta até 1889;²¹⁹
3. Monte – foi lugar da Murtosa até 1933;²²⁰
4. Afurada – pertenceu à freguesia de Santa Marinha até 1952;²²¹

²¹⁷ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 75.

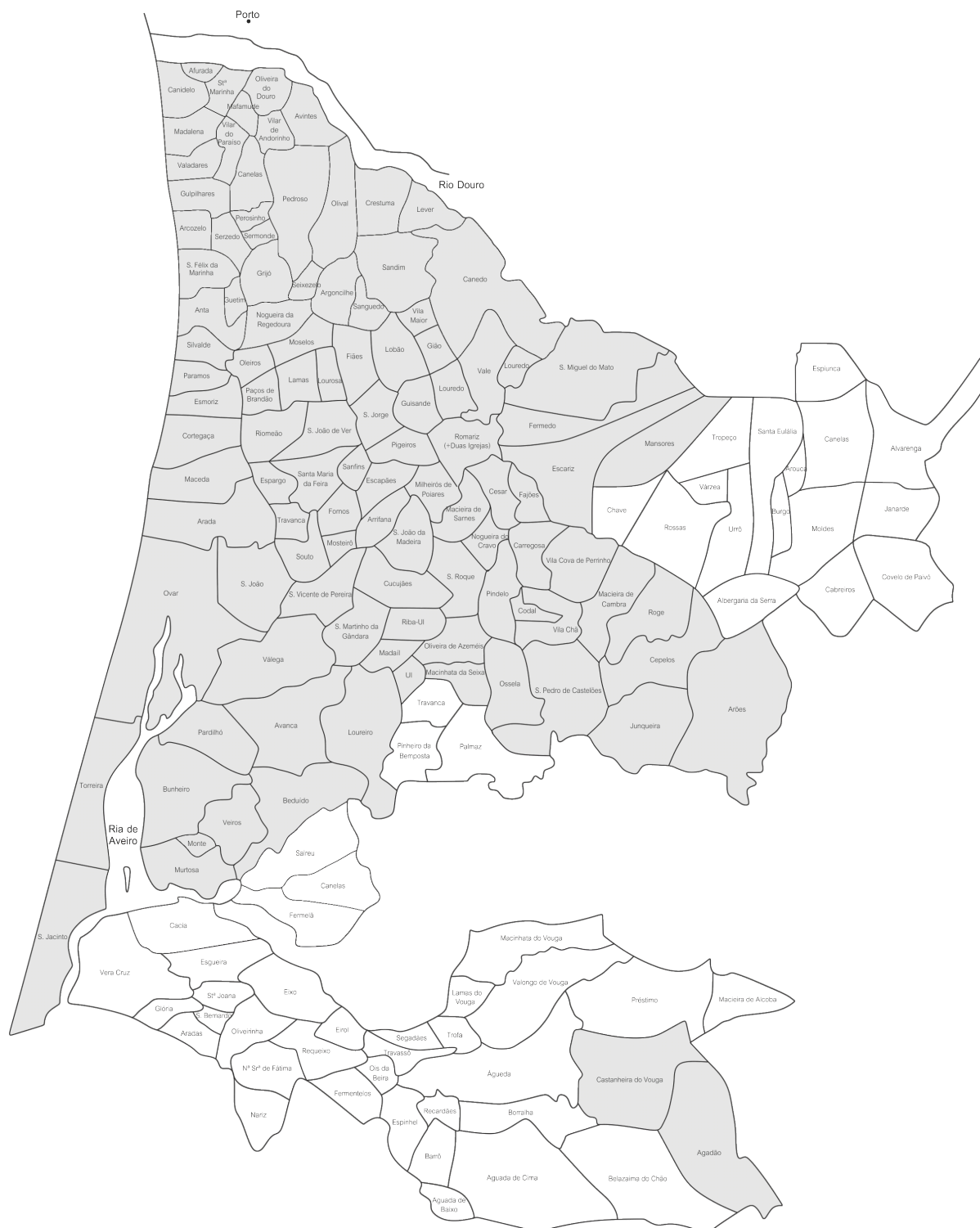
²¹⁸ LAMY, Alberto Sousa – *Monografia de Ovar. Freguesias de São Cristóvão e de São João de Ovar*. 922-1865. 4Vols. Ovar: Câmara Municipal de Ovar – Divisão da Cultura, Biblioteca e Património Histórico, 2001.

²¹⁹ QUINTA, João – *Espinho*. Espinho: edição de autor, 1999.

²²⁰ ROCHA, Manuel Olívio da – *Santo António do Monte. Bodas de Ouro*. Murtosa: Paróquia de Santo António do Monte, 1982.

²²¹ ARAÚJO, Pe. Joaquim – *História da Afurada*. Cucujães: Junta de Freguesia de S. Pedro da Afurada; Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1992.

5. São João – foi lugar da freguesia de Ovar até 1985;²²²
6. S. Pedro do Furadouro – é neste momento uma paróquia experimental que deriva da freguesia de Ovar.



6. Localização das freguesias da antiga comarca da Feira (a cinzento) no contexto dos atuais concelhos

²²² LAMY, Alberto Sousa – *Monografia de Ovar. Freguesias de São Cristóvão e de São João de Ovar*. 922-1865. 4Vols. Ovar: Câmara Municipal de Ovar – Divisão da Cultura, Biblioteca e Património Histórico, 2001.

2. AS IGREJAS DA COMARCA DA FEIRA E AS NORMATIVAS CONCILIARES TRIDENTINAS

A comarca eclesiástica da Feira surge num contexto pós-tridentino, de necessidade de afirmação e reforma da Igreja Católica Apostólica Romana, portanto, regia-se pelas normativas do Concílio de Trento e das Constituições Sinodais, filiais desse concílio. É neste contexto que iremos analisar primeiramente as igrejas da comarca da Feira quanto às questões arquitetónicas e artísticas.

Como verificámos na descrição de 1769 o clero estava mais *reformado* dos inúmeros vícios que tinha, certamente para esse facto contribuíram as normativas conciliares e diocesanas, como se verifica a 11 de novembro de 1779 na visita à igreja de Sandim, em que o visitador diz expressamente que “ (...) *o fim das vizitas [é] arrancar os vícios, plantar as virtudes e conduzir os fieis a verdadeira caridade pas e innacencia que fazem o character de hum cristão e dependendo a reforma dos costumes de que os Reverendos Parochos e mais sacerdotes dados pela Igreja para os ajudarem na salvação dos povos vivão como exemplares das boas obras assim em doutrina como em gravidade (...)*”.²²³

Como diz José Sebastião da Silva Dias, o Concílio de Trento “(...) *transformou a face moral do clero e deu uma alma nova ao corpo da Igreja*”,²²⁴ porém, como terá contribuído para a renovação artística?

2.1. Criação de novas paróquias

Os decretos do Concílio de Trento dão especial atenção às populações rurais, obrigando os prelados a residir nas suas igrejas²²⁵ e os bispos a garantir um número suficiente de sacerdotes para administração dos Sacramentos nas igrejas paroquiais. Se não estiveram garantidas todas as condições de acesso da população ao culto divino, seja pelo elevado

²²³ COSTA, Francisco Barbosa da; FONTES, José Joaquim – *Livro de Visitações de Sandim desde 1754*. In MORENO, Humberto Carlos Baquero (dir.) – *Gaya*. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia. Vol. III (1985), p. 108.

²²⁴ DIAS, José Sebastião da Silva – *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*. Tomo I. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960, p. 91.

²²⁵ REYCENDE, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento Em Latim, e Portuguez: Dedicado, e Confagrado aos excell., Rev. Senhores Arcebispos, e Bispos da Igreja Lusitana*. Tomo I. Lisboa: Na Officina Patriarc. de Francisco Luiz Ameno, 1781, p. 157. (Sessão VI, Capítulo I)

número populacional ou pela distância a que se encontra da igreja, recomenda o concílio tridentino que se crie uma nova paróquia:

*(...) em que o Povo he tão numeroso, que hum Reitor não pode bastar para administrar os Sacramentos Ecclesiasticos, e celebrar o Culto Divino Naquellas Igrejas porém, em que pela distancia dos lugares, ou dificuldade, não podem os Parochianos vir receber os Sacramentos, nem assistir aos Officios Divinos sem grande incommodo, ainda contra vontade dos Reitores, poderão constituir novas Parochias (...).*²²⁶

A freguesia de Veiros, é claramente o resultado desta disposição, que até aos primeiros anos do século XVII pertenceu à paróquia de Beduído, mas dada a distância a que se encontravam dessa igreja solicitaram ao bispo do Porto a criação da paróquia de Veiros, consequentemente, em 1608 é iniciada a construção da igreja paroquial de Veiros.²²⁷

2.2. Reparação das igrejas

Segundo as normativas conciliares os bispos deveriam garantir a visita a todas as igrejas da sua diocese, independentemente da administração que tivessem, para verificar em que condições se encontravam e mandar reparar tudo o que fosse necessário:

*Os Ordinários dos lugares sejam obrigados a visitar, com autoridade Apostolica, todas as Igrejas de qualquer modo isentas, e dar providencia com os remedios oportunos de direito, para que as que necessitam de reparo se reparem; e de nenhum modo sejam defraudadas do cuidado das almas, se a ellas estiver commettido, e das mais devidas obrigações; excluindo totalmente as appelações, privilégios e costumes em contrário, ainda os que tiverem prescrevido por tempo immemorial.*²²⁸

²²⁶ REYCEDE, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento...* Tomo II..., p. 65 e 67. (Sessão XXI, Capítulo IV)

²²⁷ CUNHA, José Tavares Afonso e – *Notas Marinhoas. Noticias históricas do concelho da Murtosa e das suas freguesias Marinhoas do concelho de Estarreja*. Vol. II. Murtosa: Livraria Ramos, 1972. – GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 34.

²²⁸ REYCEDE, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento...* Tomo I..., p. 201. (Sessão VII, Capítulo IX)

Este será um ponto no qual iremos tocar diversas vezes ao longo deste trabalho, porque os livros de visitas a que tivemos acesso dão conta deste decreto,²²⁹ procedendo o visitador a todas as determinações necessárias para assegurar a dignidade espiritual e temporal da igreja, e todas as reparações necessárias têm de ser cumpridas. Se houver alguma situação em que os responsáveis pela reparação de uma determinada parte do templo não cumpram estão previstas sanções. Para os padroeiros, que eram obrigados à reparação da capela-mor e da sacristia, pode chegar ao sequestro dos seus rendimentos na freguesia, como iremos ver no padroado da Ordem de Cister.

2.3. Igrejas arruinadas, reedificações, construções e reparações

Apesar de ser necessário garantir a boa manutenção dos templos, segundo as normativas conciliares, se algum estivesse arruinado deveriam ser transferidas as invocações desses templos para a igreja matriz ou para novo ou já existente altar ou capela.

Quanto às igrejas paroquiais, independentemente da sua administração, deveriam ser reedificadas, recuperadas ou até transferidas, neste último caso seria erguido um cruzeiro em sua memória.

Devendo-se cuidar muito, em que as cousas, que estão dedicadas aos Ministerios sagrados, se não percão por injuria dos tempos, e caiam da memoria dos homens; possão tambem os Bispos (...) a seu arbítrio, transferir os Benefícios simples (ainda os de direito de Padroado) das Igrejas cahidas por antiguidade, ou por outra causa, e que por causa da sua pobreza se não podem restaurar, para as Igrejas Matrizes, ou outras do mesmo lugar, ou dos visinhos: chamados aquelles a quem pertencem. E nas mesmas Igrejas, erijão Altares, ou Capellas com as mesmas invocações; ou as transfirão para Altares, ou Capellas já erezidas, com todos os emolumentos, e encargos impostos ás primeiras Igrejas. Quanto ás Igrejas Parochiaes, que estiverem cahidas, ainda que sejam de direito de Padroado, as procurem refazer, e restaurar com quaisquer fructos, e rendas, que de qualquer

²²⁹ Tomando por mero exemplo o livro de visitas da igreja de sandim, numa das visitas é claramente referida a obrigação decretada por Trento: “Fazemos saber em como confromandonos com as disposições e do sagrado Concilio Tridentino visitamos pessoalmente este Paroquial Igreja de Santa Maria de Sandim aos 23 de Abril de 1754” (COSTA, Francisco Barbosa da; FONTES, José Joaquim – *Livro de Visitações de Sandim desde 1754*. In MORENO, Humberto Carlos Baquero (dir.) – *Gaya*. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia. Vol. III (1985), p. 93.)

*modo pretenceram ás mesmas Igrejas; os quaes se não forem sufficientes, obriguem com todos os remedios oportunos ao sobredito todos os Padroeiros, e outros que perceberem os fructos das ditas Igrejas, ou na sua falta os Parochianos; removida qualquer appellação, exempção, e contradicção. E se todas forem mui pobres, sejam transferidas as Igrejas Matrizes, ou as mais visinhas; com faculdade de converter tanto as ditas Igrejas Parochiaes, como as outras destruidas em usos profanos, que não sejam sórdidos, levantando ahi huma Cruz.*²³⁰

Sobre a transferência de edifícios em locais despovoados, falam-nos, entre outras, as constituições sinodais de 1591 da Diocese de Coimbra. Os visitantes deveriam verificar o local de implantação das igrejas, se alguma estivesse em lugar despovoado deveria ser mudada de sitio ou demolida e transferidos os serviços paroquiais para outra igreja:

*Verão se as Igrejas estam em povoado ou em lugar tão hermo, onde corram perigo de serem profanadas ou roubadas, & achando algua Igreja em semelhantes despovoados, sendo Igreja parrochial a farão mudar pera o mais coveniente & aprovado lugar q ouver na freguezia, donde melhor se possa reger, & os Parrochos residião: & sendo Hermidas necessarias as farão outro si mudar a lugares honestos: & não sendo necessarias nem avendo que por sua devoção queyra mudalas, as faram derrubar: & avendo algua Igreja, ou anexa de tão poucos rendimentos, cujos fregueses sejam tão pobres que a não possam mudar, nem reparar, poderão transferir a freguezia toda a outra Igreja onde possa ser governada guardando a forma do Concilio Tridentino.*²³¹

O mesmo documento, faz uma referência exata ao decreto conciliar em questão, ao falar do procedimento dos visitantes em relação a templos arruinados: “*E quanto as Igrejas que acharem ruinosas, & caídas, & que pola pobreza sua se não pode restaurar nem redificar no lugar onde estão, guardarão inteiramente o Decreto do Concilio tridentino na cessão 21. Cap. 7 que nisto prove como convem*”.²³²

²³⁰ REYCEDE, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento...* Tomo II..., p. 73 e 75. (Sessão XXI, Capitulo VII)

²³¹ *Constituições Sidodas do Bispado de Coimbra*. Coimbra: Antonio de Mariz Impressor da Universidade, 1591, fl.175-175v.

²³² *Constituições Sidodas do Bispado de Coimbra*. Coimbra: Antonio de Mariz Impressor da Universidade, 1591, fl.110.

No inquérito de 1758 são documentadas duas situações, na comarca da Feira, em que as igrejas paroquiais recebem imagens provenientes de templos demolidos ou desativados. Na igreja de S. Martinho de Anta, no retábulo-mor encontrava-se uma imagem de “(...) *Sam Mamede, por se demolir a sua igreja veio para esta (...)*”.²³³ Na igreja de Stº André de Lever a imagem de S. Sebastião que se encontrava em veneração nesta igreja era proveniente de uma ermida paroquial que tinha sido desativada “(...) *por se nam achar ornada com decência e agora se acha na mesma forma e pertence aos freguezes e sua fabrica*”.²³⁴

Quanto à recuperação, reedificação e transferência das igrejas, ainda na atualidade se verifica e ao longo deste trabalho teremos oportunidade de comprovar a importância deste ponto. Das inúmeras situações que poderíamos referir, apontamos a título de exemplo alguns casos, que serão devidamente fundamentados quando tratarmos do respetivo padroado.

A igreja paroquial de Ossela foi transferida em 1909 para um novo edifício, distante do antigo que estava mais distante do centro populacional de inícios do século XX, todavia, foi mantida a igreja anterior, agora com funções de capela. Em 1910 é iniciada a construção de uma nova igreja de Stª Marinha de Cortegaça, em frente à antiga, concluídas as obras a anterior é demolida e onde se encontrava é colocado um cruzeiro. Em Crestuma sucede o mesmo na década de 1950.

Das inúmeras igrejas que foram reedificadas está devidamente documentado o caso de Esmoriz, que iremos abordar no padroado correspondente aos Condes da Feira/Casa do Infantado. Durante o século XIX houve diversas tentativas de recuperação do edifício, mas sem efeito, por isso, em 1892 inicia-se a reedificação.

2.3.1. Uso dos materiais retirados de uma igreja

Quanto aos materiais que se tiravam das igrejas no decorrer de intervenções de manutenção ou reedificação, não deveriam ser vendidos nem empregar em obra profana. Deveriam ser reutilizados em espaços sacros. Se as madeiras não servissem deveriam ser queimadas. A pedra deveria ser guardada para outra obra religiosa: “(...) *a madeyra & pedra, ou telha que se tirar de água Igreja não se venderá nem dará para uzo ou obra profana se não para outra Igreja ou Oratório: & não podendo servir em outra Igreja ou Oratório a*

²³³ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga: Edição José Viriato Capela, 2011, p. 254.

²³⁴ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga: Edição José Viriato Capela, 2009, p. 765.

*madeyra por ser velha, se queymará, & a pedra se guardará tee poder servir em algua obra da mesma ou doutra Igreja”.*²³⁵

Este elemento é comum quer na arquitetura quer a talha, iremos constatar diversas situações de reaproveitamento de materiais de construções anteriores em edifícios reedificados ou feitos de novo.

2.3.2. Licença para a construção ou reedificação de templos

As constituições sinodais de Coimbra de 1591, são claras quanto à construção de qualquer templo, é obrigatório solicitar a devida autorização ao bispo:

*(...) não pode edificar Igreja, Mosteyro, nem Hermida, nem alevantar Altar sem licença dos Prelados & sua aprovação. (...) & fazendo o contrario, alem das ditas penas em que será condenado sem remissão, pola desobediencia lhe será derribado tudo o que assi sem licença tevere feyto.*²³⁶

87

O pedido de construção teria de ser acompanhado de algumas informações essenciais, o local onde se pretendia construir, a invocação do templo, como será constituído e quais os bens que garantem a sua sustentabilidade:

*E quando se [h]ouver de edificar algua Igreja ou Hermida, antes de se começar, se nos dará conta do lugar onde se quer fazer, que não será Hermo, & da invocação do Sancto, de modo & decencia que ha de ter, & dos bens & rendas q para sustentação & reparação della, da fabrica, & ornamentos se lhe aplica.*²³⁷

A construção só seria aprovada caso o templo fosse necessário, estivesse em lugar decente e com rendas suficientes para a sua construção e manutenção:

²³⁵ *Constituições Sidodas do Bispado de Coimbra*. Coimbra: Antonio de Mariz Impressor da Universidade, 1591, fl.112.

²³⁶ *Constituições Sidodas do Bispado de Coimbra*. Coimbra: Antonio de Mariz Impressor da Universidade, 1591, fl. 108v.

²³⁷ *Constituições Sidodas do Bispado de Coimbra*. Coimbra: Antonio de Mariz Impressor da Universidade, 1591, fl. 108v.

*(...) & achando nós que o lugar he decente, & o Mosteyro necessario, & que tem edificios & Igreja capaz, & rendas sufficientes para sustentar com as esmolos dos fieys & moradores no lugar onde o tal Mosteyro se edifica & vezinhos derredor, lhe daremos licença & taxaremos, o numero de Religiosos, ou Religiosas que ha de aver que das rendas e esmolos se pode comodamente sustentar, sem diffculdade: o qual se não poderá alterar depois que for per nós hua vez taxado, por assi ser conforme a direyto & Concilio Tridentino.*²³⁸

No caso da Diocese do Porto, a mesma situação também se verifica. Nenhum templo se podia construir ou reedificar, depois de ruir, sem autorização do bispo: “*Não se pode, conforme a direito Canonico, & Sagrado Concilio Tridentino, edificar de novo, nem reedificar, depois de cahida, & arruinada alguma Igreja, Ermida, Capella, ou Mosteiro, sem que primeiro preceda autoridade, & licença do Ordinario*”.²³⁹

Veremos, quando falarmos do padroado dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista, que foi solicitada autorização para a sua construção e houve uma grande preocupação, por parte dos condes da Feira, de garantir-lhe rendimentos e património suficiente para a sua manutenção. Esta licença ainda hoje é obrigatória, como veremos em inúmeros processos que foram consultados para as 104 freguesias.

2.3.3. Características da igreja, administração e culto

Seguindo as constituições sinodais da Diocese do Porto e da Diocese de Coimbra, verificamos algumas exigências concretas no que respeita à arquitetura, talha, imaginária e culto, que importa destacar.

2.3.3.1. Administração dos espaços dentro da igreja

A construção, reedificação e manutenção da capela-mor e metade do arco cruzeiro era responsabilidade de quem auferia os rendimentos da igreja: “*(...) a edificação, reparação &*

²³⁸ *Constituições Sidodas do Bispado de Coimbra*. Coimbra: Antonio de Mariz Impressor da Universidade, 1591, fl. 108v.

²³⁹ *Constituições Sinodas do Bispado do Porto*. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1735, p. 361.

*fabrica da Capella Mayor com a metade do Cruzeyro pertença aos Priores, & Comendadores, ou pessoas que levão os fruytos da Matriz (...)*²⁴⁰

A nave e a outra metade do arco cruzeiro era encargo dos fregueses: “(...) *o corpo da Igreja com tudo o que nella for necessário com a metade do Cruzeyro facção, repayrem, & fabriquem os fregueses (...)*”²⁴¹

Esta característica vai criar uma dinâmica artística própria em cada igreja. A capela-mor, e como veremos a sacristia, era da obrigação dos padroeiros, o restante edifício da freguesia, por isso, não é possível compreender estas igrejas, no tempo da comarca da Feira, sem as considerarmos à luz do direito de padroado.

2.3.3.2. A arquitetura

As igrejas deveriam estar localizadas em lugar decente e ser arquitetonicamente bonitas e decentes, com o seu interior provido de todo o necessário ao culto divino: “(...) *as Igrejas que são casas de orações, sejam tão fermosas em os edifícios, edificadas é tam decentes lugares, & tão ornadas de todas as cousas necessárias ao culto divino, que não se possa ver em ellas cousa que offenda ou escandalize, ou falte em algua das cousas necessarias*”²⁴²

89

Deveriam estar em sítio mais elevado, sem humidade e suficientemente distantes de mercados, açougues, currais e fornos. Ao seu redor deveria haver espaço para se fazerem procissões:

*(...) as igrejas se devem fundar, & edificar em lugares decentes, & accõmodados. Pelo que mandamos (...) se edifique em sitio alto, & lugar decente, livre de humidade, & desviado, quanto for possível, de lugares imundos, & sórdidos, & de casas particulares, & de outras paredes, em distancia, que possam andar as procissões ao redor della, & apartado dos lugares, em que se fazem mercados ordinários, açougues, currais, & fornos (...).*²⁴³

²⁴⁰ *Constituições Sidodas do Bispado de Coimbra*. Coimbra: Antonio de Mariz Impressor da Universidade, 1591, fl.109v.

²⁴¹ *Constituições Sidodas do Bispado de Coimbra*. Coimbra: Antonio de Mariz Impressor da Universidade, 1591, fl.109v.

²⁴² *Constituições Sidodas do Bispado de Coimbra*. Coimbra: Antonio de Mariz Impressor da Universidade, 1591, fl.174v.

²⁴³ *Constituições Sinodas do Bispado do Porto*. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1735, p. 362.

Quase todas as igrejas da comarca da Feira cumprem este requisito exceto as igrejas paroquiais integradas em unidade monástica.

À entrada das portas, sobretudo na principal, deveriam ser colocadas pias de água benta de pedra bem lavrada, com hissopo: “(...) *si que nas entradas das portas mayormente da principal, haja pias pequenas de agoa benta*”,²⁴⁴ “(...) *bem lavrada, com seu izope, & cada Domingo se enchera de agua limpa para se benzer*.”²⁴⁵

As igrejas deveriam encontrar-se em bom estado de conservação, com os telhados devidamente conservados, e ter sino, campanário, boas portas, púlpito de boa madeira, pia batismal fechada e sacristia com capacidade para guardar toda a paramentaria e alfaias religiosas. A tudo isto deveriam estar atentos os visitantes:

*(...) vejão particularmete a Igreja toda se esta em algua parte Ruinosa, ou se chove em algua parte della, se tem sinos, ou Campanayro, se tem boas portas & se se fechão de noyte, & de dia a horas necessarias: se são forradas ao menos atee os Altares de fora, & achando alga que não seja forrada mandarão que se forre, da melhor madeyra que ouver na terra, assinando pera isso o tempo que lhe parecer conforme a renda do Prior, ó possibilidade das pessoas que a isso são obrigadas: & isso mandarão principalmente em a Capella môr & sobre os Altares de fora, que se faça cõ muyta brevidade: & sendo Igrejas Collegiadas verão o Coro que tem para nelle se cantarem & rezarem os divinos officios. Proverão que aja em todas as Igrejas Pulpito, ao menos de boa madeyra, Pia de bautizar fechada, & (...) sanchristia capaz com seus cayxões pera os ornamentos em a qual se possam bem vestir os Sacerdotes.*²⁴⁶

As sacristias deveriam ser de boa qualidade e bem fechadas, com mobiliário de boa madeira: “*Averá em todas as Igrejas Sanchristias boas e bem fechadas, cõ seus Almarios de boa madeyra & bem lavrados onde se guardem os ornamentos & se revistão os que ouverem de dizer Missa*”.²⁴⁷

²⁴⁴ *Constituições Sidodas do Bispado de Coimbra*. Coimbra: Antonio de Mariz Impressor da Universidade, 1591, fl.175.

²⁴⁵ *Constituições Sidodas do Bispado de Coimbra*. Coimbra: Antonio de Mariz Impressor da Universidade, 1591, fl. 111v.

²⁴⁶ *Constituições Sidodas do Bispado de Coimbra*. Coimbra: Antonio de Mariz Impressor da Universidade, 1591, fl.174v-175.

²⁴⁷ *Constituições Sidodas do Bispado de Coimbra*. Coimbra: Antonio de Mariz Impressor da Universidade, 1591, fl.104-104v.

Todas as igrejas, matrizes e anexas, tinham de ter pia batismal suficientemente grande para mergulhar completamente as crianças, fechadas á chave: “*E é todas as Igrejas Parrochiaes, hora sejam Matrizes, hora Filiaes, ou Anexas [h]averá Pias de Bautizar que sejam capazes de tanta agua q as crianças se possam meter todas nella quando se bautizarem, como he de obrigação & louvável costume. E todas estarão cobertas & fechadas com chave*”.²⁴⁸

As constituições sinodais do Porto, ainda são mais precisas. O corpo da igreja deveria ser de nave única ou de três naves, de abobada, com forro de madeira, pavimento lajeado ou ladrilhado, com vãos de iluminação que lhe permitam uma boa entrada de luz, uma porta axial e uma ou duas portas travessas, de boa madeira e seguras. No caso de existirem duas portas travessas, deveriam estar proporcionadamente colocadas uma em frente da outra. Nas igrejas de maior dimensão na fachada podiam existir três portas, a do meio mais alta do que as restantes.

*Será o corpo da Igreja de hua nave, ou de tres, de abobada, ou forro de madeira, o pavimento lajeado, ou ladrilhado (...) & terá as frestas necessarias, como fica dito na Capela mor, & hua porta principal em direitura do altar mór, & nas Igrejas principais poderá aver no frontespicio na entrada dellas tres portas, a saber hua principal, & mayor, que ficará no meyo; & duas collaterais proporcionadamente mais pequenas, & se parecer aos nossos Visitadores, que pera mais commodidade das Igrejas, & freguesias convem, ou hua, ou duas portas travessas, ordenarão, que se fação em parte proporcionada do corpo da Igreja, & avendo de ser duas, ficará hua diante da outra, & todas serão de boa madeira fortes, & seguras.*²⁴⁹

Todas estas características foram acatadas nas igrejas da comarca da Feira, até no que respeita à possibilidade de haver três portas principais, sendo a do meio mais alta do que as outras duas. Falamos do caso excecional da igreja do Mosteiro de S. Salvador de Grijó. Quanto à nave única é a solução esmagadoramente mais utilizada, só a igreja de S. Pedro de Castelões e Ovar foram contempladas pelas três naves. No caso da igreja de Pedroso as três naves são obra do século XX, anteriormente era de nave única. E excecionalmente vamos encontrar duas igrejas com duas naves (Souto e Fermedo – atualmente só resta a igreja de duas naves de

²⁴⁸ *Constituições Sinodais do Bispado de Coimbra*. Coimbra: Antonio de Mariz Impressor da Universidade, 1591, fl. 104.

²⁴⁹ *Constituições Synodais do Bispado do Porto*. Porto: Joseph Ferreyra, 1687.

Fermado). As portas travessas, são geralmente duas, exatamente com as características enumeradas.



7. Portas principais da igreja do Mosteiro de S. Salvador de Grijó

2.3.3.3. Talha

Sobre a talha é indicada a necessidade de se cobrirem os retábulos após as celebrações:

*Tanto que as Missas se cabarem se cubrirão logo os Altares & Retabolos, & se sacudirão do pô, principalmente onde estiver o Sanctissimo Sacramento, o qual terá Cortinas com que se cubra, & Alampada continuamente acesa de dia & de noyte (...). E assi estará, como as mais Alampadas que nas Igrejas & suas Capellas ouver, estarão sempre limpas e providas do necessario (...).*²⁵⁰

²⁵⁰ *Constituições Sidodas do Bispado de Coimbra*. Coimbra: Antonio de Mariz Impressor da Universidade, 1591, fl. 111v.

O facto de existirem cortinas que protegiam os retábulos, revela a verdadeira função de muitas sanefas que durante o século XX e XXI foram sendo retiradas, mas no espólio documental fotográfico que recolhemos esta característica ainda se faz notar, nomeadamente no caso do retábulo de N. Sr. dos Aflitos, da igreja Matriz de Ovar que aqui apresentamos.



8. ACMA - Retábulo do Sr. dos Aflitos na igreja de S. Cristóvão de Ovar, s.d.

2.3.3.4. Imaginária

Relativamente a este assunto, o Concílio de Trento afirma a veneração das imagens de Cristo, N. Senhora e dos Santos: “*Quanto às Imagens de Chrifto, da Mai de Deos, e de outros Santos, se devem ter, e conservar, e se lhes deve tributar a devida honra, e veneração (...)*”.²⁵¹

Como diz o decreto, as imagens servem para instruir os fieis, por isso, devem venerar-se:

Ensinem pois os Bispos com cuidado, que com as historias dos mysterios da nossa redempção, com as pinturas, e outras semelhanças se instrue, e confirma o povo, para se lembrar, e venerar com frequência os Artigos da Fé; e que tambem de todas as sagradas imagens se recebe grande fructo, não so por que se manifestão

²⁵¹ REYCEDE, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento...* Tomo II..., p. 351.

*ao povo os beneficios, e mercês, que Christo lhes concede, mas tambem por que se expoem aos olhos dos Fiéis os milagres, que Deos obra pelos Santos (...).*²⁵²

No entanto as imagens deveriam ser bem concebidas: “*toda a superstição pois na invocação, e sagrado uso das Imagens seja extincta; todo o lucro sórdido desterrado; toda a lascívia evitada: de modo que as Imagens não sejam pintadas com formosura dissoluta (...)*”.²⁵³

Segundo as constituições sinodais de Coimbra, as imagens de N. Senhora, de Cristo, de Anjos ou Santos canonizados ou beatificados, deveriam ser decentes, proporcionadas e com vestimentas convenientemente esculpidas ou pintadas:

*(...) mandamos que nas Igrejas deste Bispado não aja em Altar ou parede Imagem que não seja de nosso Senhor ou nossa Senhora & seus mysterios, ou dos Anjos & Sanctos Canonizados, ou Beatificados & as que ouver sejam tão convenientes & decentes q conformem com os misterios, vida & milagres dos Sanctos que representão: & assi na honestidade dos rostros, & proporção dos corpos, & no ornamento dos vestidos sejam esculpidas ou pintadas, cõ tanta honestidade que provoquem a lhes ter a devoção que convem.*²⁵⁴

Todas as imagens que não cumprissem estes requisitos deveriam ser retiradas do culto, como aconteceu em diversas igrejas. Por exemplo, na igreja de S. Martinho de Mozelos, a 13 de novembro de 1864, o visitador determina que “*a pequena imagem de Nossa Senhora e a de Santa Gertrudes devem ser compostas, ou tiradas de veneração dos fieis*”,²⁵⁵ por estarem indecentes e inapropriadas para o culto divino. Este é um exemplo da segunda metade do século XIX, mas em muitas igrejas da comarca de Feira, as imagens antigas foram guardadas na residência paroquial ou em dependências anexas à igreja e substituídas por imagens recentes. Portanto, ainda hoje se pratica, e na impossibilidade de restaurar uma imagem antiga substitui-se por uma nova.

Na comarca da Feira a propósito da compostura de imagens há um caso inusitado na igreja de Sandim, em que o visitador percebendo que os mordomos de algumas irmandades

²⁵² REYCENDE, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento...* Tomo II..., p. 351 e 353.

²⁵³ REYCENDE, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento...* Tomo II..., p. 353 e 355.

²⁵⁴ *Constituições Sidodaes do Bispado de Coimbra*. Coimbra: Antonio de Mariz Impressor da Universidade, 1591, fl. 105.

²⁵⁵ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 83v.

levavam as imagens para casa, para as consertar, determina que os consertos sejam feitos na igreja e sejam proibidos os mordomos de continuar a levar as imagens para fora da igreja:

*Sou informado que muitos mordomos costumão tirar da Igreja os Santos para os hirem compor as suas cazas de que resulta varias indecências, e desordens, e entre estas o quebrarem algumas vezes os braços das ditas imagens portanto da qui em diante não consinta o Parocho que os seus freguezes tirem mais os Santos da Igreja mas antes dentro da mesma os coporão e se algum fregues lhe desobedecer neste particular proceda contra ele como desobediente e de conta a juízo.*²⁵⁶

Relativamente ao culto mariano na comarca da Feira, há um caso excecional que nos revela a importância desta devoção no século XVIII. A 23 de outubro de 1724, na igreja de Rio Meão, o visitador manda que se faça uma imagem de N. Sr^a do Rosário, “(...) *per q^e a devoção de N. Sr^a he m^o necessária a todo os católicos e nesta Igr^a não tem hua sua Imagem, o q^e sucedera em poucas Igr^{as} Matrizes deste Reino (...)*”.²⁵⁷

2.3.3.5. Culto ao Santíssimo Sacramento

O concílio de Trento é bastante esclarecedor quanto ao culto ao Santíssimo Sacramento: “*Nenhum lugar há pois de dúvida, que todos os Fieis de Christo, segundo costume recebido sempre na Igreja, tributem a este SS. Sacramento a veneração, e culto de latria, que so se deve a Deos*”.²⁵⁸ Todos os fieis o devem venerar:

(...) que todos os que tem o nome de Christãos (...) creão e venerem estes sagrados Mysterios do seu Corpo, e Sangue, com tal constância, e firmeza de fé, com tal devoção de animo, e com tal piedade, e veneração, que possam receber frequentemente aquele Pão sobresubstancial, e este verdadeiramente seja para

²⁵⁶ COSTA, Francisco Barbosa da; FONTES, José Joaquim – *Livro de Visitações de Sandim desde 1754*. In MORENO, Humberto Carlos Baquero (dir.) – *Gaya*. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia. Vol. III (1985), p. 110.

²⁵⁷ APRM – *Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831*, fl. 11.

²⁵⁸ REYCENDE, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento...Tomo I...*(Sessão XIII, Capítulo I)

*elles vida da alma, e saude do espirito: com o vigor do qual confortados, pelo caminho desta miseravel peregrinação possão chegar à pátria celestial (...)*²⁵⁹

As constituições sinodais reforçam ainda mais esta necessidade de culto, incentivando à criação de condições para que todos os fieis possam ter acesso ao Santíssimo Sacramento:

*E se acharem algum lugar não longe da Igreja, que não possa comodamente trazerse della o Sanctissimo Sacramento da Cõmunhão aos que ai vivem, se no tal lugar não over Hermida, os nossos Visitadores a farão fazer à custa dos mesmos moradores: & sendo tão poucos & pobres que não bastem, contribuirão os Piores & os mais fregueses por via da esmola: para que quando se lhe ouver de dar a Sanctissima Cõmunhão aos fregueses do dito lugar, se possa nas taes Hermidas dizer Missa, & também possão os doentes hir a ella rezar & encomendar-se a Deos.*²⁶⁰

Mais nos diz, sobre a localização do sacrário, que preferencialmente deveria estar na capela-mor, mas também podia ter capela própria ou altar: “(...) o Sacrário em q estiver o Sanctissimo Sacramento ora seja em o Altar Mor como deve estar (...) ou em outra Capella ou Altar (...)”.²⁶¹

Vamos verificar ao longo do trabalho que na esmagadora maioria das igrejas efetivamente o Sacrário encontra-se na capela-mor, mas existem algumas situações em que se venera o Santíssimo nos retábulos colaterais ou ainda em capelas próprias.

Como teremos oportunidade de ver mais pormenorizadamente, ainda na década de 1830 se constrói a capela do Santíssimo Sacramento, na igreja de S. Cristóvão de Ovar, junto ao arco cruzeiro.

As duas situações que fogem à regra, mas que obviamente são reveladoras da importância deste culto são as igrejas de Souto e Fermedo, que em 1769 têm duas naves, sendo a nave lateral dedicada ao Santíssimo Sacramento. Não se trata, portanto, de uma igreja de três naves que não tenha sido acabada, ou de uma ampliação, mas de uma construção com um intuito próprio, a veneração do Santíssimo Sacramento.

²⁵⁹ REYCENDE, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento...* Tomo I..., p. 263.

²⁶⁰ *Constituições Sidodas do Bispado de Coimbra*. Coimbra: Antonio de Mariz Impressor da Universidade, 1591, fl.110-110v.

²⁶¹ *Constituições Sidodas do Bispado de Coimbra*. Coimbra: Antonio de Mariz Impressor da Universidade, 1591, fl. 103.



9. Interior da igreja de Stª Maria de Fermedo

Na documentação analisada nota-se um aumento considerável do culto ao Santíssimo Sacramento, entre 1623 e 1758. Em 1623 poucas igrejas tinham Santíssimo Sacramento, em 1758 quase todos os párocos o mencionam e só no caso de Duas Igrejas se diz expressamente, na visita de 1769, que não tinha Santíssimo Sacramento, havendo a possibilidade de existirem igrejas da comarca que em 1758 o tinham, mas não o mencionaram. Atentemos à tabela

97

Tabela 5 – Santíssimo Sacramento nas igrejas da Comarca da Feira

FREGUESIA	1623	1758
Agadão	-	x
Anta	-	x
Arada	-	x
Arcozelo	-	x
Argoncilhe	-	x
Arões	-	-
Arrifana	x	x
Avanca	x	x

FREGUESIA	1623	1758
Avintes	-	x
Beduído	x	x
Bunheiro	x	x
Canedo	x	x
Canelas	-	x
Canidelo	-	x
Carregosa	-	x
Castanheira do Vouga	-	x
Cepelos	-	x
Cesar	-	x
Codal	-	x
Cortegaça	-	x
Crestuma	-	x
Cucujães	x	x
Duas Igrejas	-	-
Escapães	-	x
Escariz	-	x
Esmoriz	-	x
Espargo	-	x
Fajões	-	-
Fermado	x	x
Fiães	x	x
Fornos	-	x

FREGUESIA	1623	1758
Gião	-	x
Grijó	-	x
Guetim	-	x
Guisande	-	-
Gulpilhares	-	x
Junqueira	-	-
Lever	-	x
Lobão	-	x
Louredo	-	x
Loureiro	-	x
Lourosa	-	x
Maceda	-	x
Macieira de Cambra	-	x
Macieira de Sarnes	-	x
Macinhata da Seixa	-	-
Madail	-	x
Madalena	-	x
Mafamude	-	x
Mansores	-	-
Milheirós de Poiares	-	x
Mosteirô	-	x
Mozelos	-	x
Murtosa	-	x

FREGUESIA	1623	1758
Nogueira da Regedoura	-	x
Nogueira do Cravo	-	x
Oleiros	-	x
Olival	x	x
Oliveira de Azeméis	x	x
Oliveira do Douro	x	x
Ossela	-	-
Ovar	x	x
Paços de Brandão	-	x
Paramos	-	x
Pardilhó	-	-
Pedroso	x	x
Perosinho	-	x
Pigeiros	-	x
Pindelo	-	x
Riba Ul	-	x
Rio Meão	-	x
Roge	-	-
Romariz	-	x
S. Félix da Marinha	x	x
S. João da Madeira	-	x
S. João de Ver	-	x
S. Jorge	-	x

FREGUESIA	1623	1758
S. Martinho da Gândara	-	x
S. Miguel do Mato	-	x
S. Pedro de Castelões	-	-
S. Roque	-	x
S. Vicente de Pereira	-	x
Sandim	x	-
Sanfins	-	x
Sanguedo	-	-
Seixezelo	-	x
Sermonde	-	x
Serzedo	-	x
Silvalde	x	x
Souto	x	x
Stª Maria da Feira	-	x
Stª Maria de Lamas	-	x
Stª Marinha	x	x
Travanca	-	x
Ul	-	x
Valadares	-	-
Vale	-	x
Válega	x	x
Veiros	-	x
Vila Chã	-	-

FREGUESIA	1623	1758
Vila Cova de Perrinho	-	-
Vila Maior	-	x
Vilar de Andorinho	-	x
Vilar do Paraíso	x	x

3. APÓS A COMARCA. ENTRE TRENTO E VATICANO II. ALGUNS APONTAMENTOS

Mesmo depois da extinção dos padroados e da extinção da Comarca Eclesiástica da Feira, as igrejas deste território seguiram as normativas conciliares de Trento, que como constatámos ainda hoje têm aplicabilidade. No entanto, entre 1962 e 1965, dá-se um novo concílio, mais focado em questões litúrgicas, no qual é escrita a Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium*,²⁶² com o capítulo VII dedicado aos “*Princípios artísticos*”, ligados a uma nova liturgia.

Não é nossa intenção de forma alguma explorar as questões relacionadas com este Concílio, porque está fora do âmbito cronológico deste trabalho, mas é necessário entender como estes edifícios chegaram até aos nossos dias para compreendermos como eram constituídos na Época Moderna, até porque muitas destas igrejas sofreram grandes alterações a partir da segunda metade do século XX. Por isso, passaremos a analisar unicamente os artigos da supracitada constituição conciliar (cap. VII), revelando algumas questões relacionadas com as igrejas da antiga Comarca da Feira.

3.1. Estilos artísticos

No artigo 123 é referido que a Igreja aceitou a linguagem artística de todas as épocas, e assim também aceita a arte contemporânea desde que cumpra os requisitos necessários e

²⁶² Disponível no Arquivo Online do Vaticano, onde consultámos todos os artigos citados. (http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html)

dignifique a Igreja, não esquecendo o riquíssimo legado artístico de que é detentora e o qual deve ser convenientemente conservado:

*A Igreja nunca considerou um estilo como próprio seu, mas aceitou os estilos de todas as épocas, segundo a índole e condição dos povos e as exigências dos vários ritos, criando deste modo no decorrer dos séculos um tesouro artístico que deve ser conservado cuidadosamente. Seja também cultivada livremente na Igreja a arte do nosso tempo, a arte de todos os povos e regiões, desde que sirva com a devida reverência e a devida honra às exigências dos edifícios e ritos sagrados. Assim poderá ela unir a sua voz ao admirável cântico de glória que grandes homens elevaram à fé católica em séculos passados.*²⁶³

Efetivamente esta área geográfica é constituída por igrejas do século XV até ao século XXI, cada uma representando a sua época de construção e o gosto de quem a encomendou. Quanto ao necessário cuidado com a preservação do legado artístico de épocas anteriores, nota-se uma maior preocupação na atualidade.

Em meados do século XX muitas igrejas foram completamente alteradas, na maior parte dos casos deixando unicamente a capela-mor e a fachada, como é, por exemplo, o caso de Paços de Brandão, Serzedo e Canelas. Também existiram intervenções em que as ilhargas da capela-mor se abriram para que a assembleia pudesse assistir à celebração eucarística a partir de dois corpos laterais. No caso de S. Vicente de Pereira, que viu as suas sacristias transformadas em espaços dedicados aos fieis, recentemente optaram por criar uma estrutura contemporânea por cima do coro-alto, sem o alterar, que recebesse mais pessoas, podendo assim fechar novamente as paredes laterais da capela-mor e restituir ao edifício as suas duas sacristias. Este é um bom exemplo da arquitetura contemporânea integrada num espaço setecentista.

²⁶³ Artigo 123.



10. Vista para o coro-alto da igreja de S. Vicente de Pereira

3.2. Arte e Arquitetura

No artigo 124 determina-se que todas as peças que não de adequem ao espaço religioso devem ser retiradas e os edifícios devem ser construídos tendo em conta a sua função:

104

*Tenham os Bispos todo o cuidado em retirar da casa de Deus (...) aquelas obras de arte que (...) ofendem o genuíno sentido religioso, quer pela depravação da forma, que pela insuficiência, mediocridade ou falsidade da expressão artística. Na construção de edifícios sagrados, tenha-se grande preocupação de que sejam aptos para lá se realizarem as acções litúrgicas e permitam a participação activa dos fiéis.*²⁶⁴

Quanto à exposição de imagens nas igrejas, deve permanecer, “*sejam, no entanto, em número comedido e na ordem devida (...)*”.²⁶⁵

Se considerarmos a descrição das imagens existentes no interior das igrejas da comarca da Feira em 1758, compreendemos melhor este artigo, uma vez que existem inclusive casos de repetição da mesma invocação no mesmo retábulo (uma imagem maior outra mais pequena).

Para que haja consenso entre a Igreja e os artistas, Vaticano II define a importância de criar uma comissão diocesana de arte sacra que promova a arte e dê a formação necessária aos

²⁶⁴ Artigo 124.

²⁶⁵ Artigo 125.

artistas, para que a obra seja concretizada com toda a decência e de acordo com as exigências cristãs. Neste trabalho iremos referir diversos projetos que são submetidos a aprovação das dioceses do Porto e de Aveiro, sendo analisados pelas respectivas comissões diocesanas de arte sacra, que têm um papel bastante ativo no decorrer das obras, deslocando-se às igrejas, verificando a adaptabilidade da obra projetada à sua utilização e comunicando com os responsáveis por forma a garantirem um bom resultado final.²⁶⁶

Mas não basta ter uma comissão que apoie os artistas, também é necessário que o corpo eclesial tenha alguma formação e sensibilidade para este assunto, por isso durante a sua formação, devem “*estudar a história e evolução da arte sacra, bem como os seus princípios em que deve fundar-se*”.²⁶⁷

3.2.1. Necessidades prementes relativas às igrejas

O artigo 128 determina como necessidade urgente a revisão dos modelos de construção *funcional e digna* dos templos, a forma e organização dos altares, disposição das imagens, segurança dos sacrários e funcionalidade do baptistério:

*Revejam-se o mais depressa possível (...) os cânones e determinações eclesiais atinentes ao conjunto das coisas externas que se referem ao culto, sobretudo quanto a uma construção funcional e digna dos edifícios sagrados, erecção e forma dos altares, nobreza, disposição e segurança dos sacrários, dignidade e funcionalidade do baptistério, conveniente disposição das imagens, decoração e ornamentos. Corrijam-se ou desapareçam as normas que parecem menos de acordo com a reforma da Liturgia; mantenham-se e introduzam-se as que forem julgadas aptas a promovê-la. Neste particular e especialmente quanto à matéria e forma dos objectos e das vestes sagradas, o sagrado Concílio concede às Conferências episcopais das várias regiões a faculdade de fazer a adaptação às necessidades e costumes dos lugares (...).*²⁶⁸

²⁶⁶ Artigos 126 e 127.

²⁶⁷ Artigo 129. (último artigo desta matéria)

²⁶⁸ Artigo 128.

Este artigo não anula de maneira nenhuma os outros, só incita a uma reflexão perante uma nova liturgia. A situação mais urgente era a colocação de um altar *versus populum* e de um ambão no presbitério, o que naturalmente veio obrigar a algumas adaptações.

Quando o artigo refere o desaparecimento das normas que não se coadunem com a reforma litúrgica, não estava a recomendar que se demolissem os púlpitos, retirassem todas as grades e amputassem os altares dos retábulos. O artigo 123 é claro, o legado patrimonial deve ser mantido com cuidado.

Era urgente a adaptação cuidadosa dos espaços antigos e uma reflexão profunda sobre os novos. Porém, parece que houve uma leitura de algum modo errónea do artigo, talvez consequência de uma alteração que se queria rápida e, portanto, nem sempre terá tido tempo suficiente para ser refletida.

Nessa sequência muitos batistérios que se encontravam inseridos na estrutura da torre sineira deixaram de ter essa localização e passaram diretamente para o presbitério, como é o caso de Beduído, por volta de 1969.



11. Presbitério da igreja de S. Tiago de Beduído



12. Batistério da igreja de Arrifana

Só recentemente se começa a projetar com mais dignidade a zona do batistério, como é o caso de Arrifana, fruto de uma intervenção iniciada em 2001.

Quanto ao presbitério, houve situações em que se manteve a estrutura só se acrescentaram os elementos necessários, como foi o caso de Grijó, outras em que o presbitério se prolongou para a nave (como se vê na fotografia de Beduído) e ainda casos como Esmoriz e S. Félix da Marinha em que a assembleia passou a ter lugar na própria capela-mor. Neste último caso também será por uma questão de maior capacidade de acolhimento dos fiéis.



13. Pormenor do presbitério da igreja do Mosteiro de S. Salvador de Grijó



14. Capela-mor da igreja de S. Félix da Marinha

O que acabámos de exemplificar são adaptações, mas nesta área geográfica também existiram na segunda metade do século XX igrejas construídas de raiz. Algumas andavam a ser construídas aquando da realização do concílio e posteriormente tiveram algumas adaptações, como foi o caso de Crestuma. Outras foram feitas segundo a nova liturgia, como é o caso da igreja de S. Pedro do Furadouro, projeto do Arq. Januário Godinho que na memória descritiva refere essas novas normativas.²⁶⁹

Tabela 6 – Igrejas construídas na segunda metade do século XX na área geográfica da antiga comarca da Feira

CONSTRUÇÃO	FREGUESIA	ARQUITETO
1942-1963	Crestuma	Arq. António de Moraes Soares
1957-1980	Cepelos	Arq. Octávio Lixa Filgueiras (Porto)
1966-1968	S. Pedro do Furadouro (paróquia experimental)	Arq. Januário Godinho
1968-2008	S. João de Ver	Arq. Fernando Távora (Porto)
1969-1977	Lever	Arq. Mário Emílio de Azevedo (Porto)
1973	Vale	Arq. Mário de Moraes Soares
1979-1984	Pindelo	Arq. J. Gomes Fernandes (Porto)
1980	Arcozelo	Arq. Mário Emílio de Azevedo (Arcozelo)
1997-2000	Rio Meão	Arq. Ludgero Castro

Não nos iremos debruçar sobre estes edifícios, que são resultado de uma nova linguagem arquitetónica, constatamos unicamente que são na sua maioria espaços de planta

²⁶⁹ VECHINA, Sofia Nunes – Arquitetura Religiosa de Januário Godinho em Ovar e Válega. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto, vol. IX-XI, (2010-2012), p. 439-461.

centralizada, ao contrário dos edifícios que iremos analisar, consequência da importância dada, na nova liturgia, à participação da assembleia no culto divino.

PADROADOS NA COMARCA
ECLESIÁSTICA DA FEIRA

4. PADROADO

4.1. Designação e características

Por padroado entende-se um conjunto de regalias ou benefício eclesiástico concedidos pela Igreja ao fundador de um templo, nomeadamente direito de apresentação do pároco, direito de emolumento, de gestão do respetivo património e direitos honoríficos, como, entre outros, a possibilidade de colocação das suas armas no edifício. Adquire-se a condição de patrono/padroeiro pelo dote/renda concedida, pela construção, pela doação de terra ou, ainda, pela sucessão. Estes direitos podem ser parciais ou partilhados. O patrono tem a obrigação de zelar pelas Leis da Igreja e sustentar o templo, edificando ou restaurando, e provê-lo de alfaia para o culto. Comummente, no espaço arquitetónico, a manutenção da capela-mor e da sacristia era da responsabilidade do padroado e a da nave dos fregueses. Ao templo acresce ainda a responsabilidade de garantir a manutenção da residência paroquial, naturalmente associada à manutenção do benefício eclesiástico. Quanto ao retábulo da capela-mor a obrigação do padroeiro ficava unicamente pelo retábulo *liso*, ou seja, sem tribuna. Sempre que a freguesia ou a Confraria do Santíssimo Sacramento pretendesse construir no retábulo uma tribuna, teria de ser por eles custeada, quanto à construção e manutenção.²⁷⁰

Podemos, desde já, referir que os patronos vão ser determinantes na encomenda artista, como ficou comprovado, relativamente à pintura mural no norte de Portugal, por Paula Bessa.²⁷¹

²⁷⁰ Esta definição deriva da análise de vários documentos manuscritos (autos de petição para a construção de capelas, livros de visitas, contratos de obra, corografias da Época Moderna, etc.) e da consulta de diversas obras, nomeadamente: BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero, Geographico, Geometrico, Gnomonico, Hydrographico, Homonymico, Hierologico, Ichtyologico, Indico, Ifagogico, Laconico, Liturgico, Lithologico, Medico, Musico, Meteorologico, Nautico, Numerico, Neoterico, Ortographico, Optico, Ornithologico, Poetico, Philologico, Pharmaceutico, Quidditativo, Qualitativo, Quantitativo, Rhetorico, Rustico, Romano, Symbolico, Synonymico, Syllabico, Theologico, Therapeutico, Technologico, Uranologico, Xenophonico, Zoologico...* Vol. VI. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1720, p. 178. – PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial no Antigo Regime*. Porto, 2002, Dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 105-110. – BRAZÃO, Eduardo – *Colecção de Concordatas Estabelecidas entre Portugal e a Santa Sé de 1238 a 1940*. Lisboa: Bertrand, [s.d.]. – AZEVEDO, Carlos Moreira – *História Religiosa de Portugal*. Vol. II e III. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001. – AMARAL, Luís Carlos – *S. Salvador de Grijó na Segunda Metade do Século XIV. Estudo de Gestão Agrária*. Porto, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987, p. 247-251. – *Dicionário Enciclopédico Alfa*. 2 vol. (M-Z). Lisboa: Publicações Alfa, 1992, p. 867.

²⁷¹ BESSA, Paula Virgínia de Azevedo – *Pintura Mural do Fim da Idade Média e do Início da Idade Moderna no Norte de Portugal*. Braga: Instituto de Ciências Sociais, 2007. Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, religioso franciscano, alicerçando-se num documento de 1303, apresenta, em 1798²⁷², o termo *padrom* como sinónimo de padroeiro:

*Não só se diz hoje do santo tutelar, e patrono de um lugar de piedade, ou santuário; mas também se disse do que tinha direito de apresentar o Parocho ou de Beneficiados.*²⁷³

Como se constata pela transcrição o termo *padrom*, no sentido de padroado, teria sido utilizado anteriormente, estando em desuso em finais do século XVIII.

Esclarecidas as características da administração de um padroado e as suas denominações, importa não o confundir com outros sistemas de proteção de igrejas, mesmo que os seus protetores fossem igualmente chamados de patronos.

Segundo a *Enciclopedia Vniversal Ilustrada Evropeo-Americana* existia um sistema, muito frequente na Idade Média, com algumas semelhanças com o padroado, mas de natureza diferente. Tratava-se do sistema de advocacia, um direito normalmente sucessório, que põe uma igreja debaixo da proteção de uma pessoa ou família poderosa, recorrentemente com a denominação de patrono. Porém, o titular tinha direito a receber certos emolumentos tais como “un censo, cierta cantidad de víveres, alimentos y otros semejantes”, mas, contrariamente ao padroado, não tinha acesso a mais nenhum privilégio ou obrigação.²⁷⁴

4.2. Da origem à extinção

O conceito que deu origem ao padroado surgiu entre o século IV e inícios do século V, com a conversão de famílias ricas ao cristianismo. O padroado difundiu-se sobretudo a partir do século XII e estava sujeito a jurisdição eclesiástica.²⁷⁵

²⁷² A primeira edição desta obra é de 1798. Neste texto utilizamos a 2ª edição, revista, publicada postumamente. (Vd. VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*. Tomo 2. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1798.)

²⁷³ VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*. 2ª ed. Tomo 2. Lisboa: Editor A. J. Fernandes Lopes, 1865, p. 133.

²⁷⁴ *Enciclopedia Vniversal Ilustrada Evropeo-Americana*. Tomo 42..., p. 890.

²⁷⁵ FALCÃO, Manuel Franco – *Enciclopédia Católica...*, p. 379. – MATOS, Manuel Cadafaz – *Italica Monvmenta Sinica. Dos primeiros contactos da Europa com a Ásia Extrema. Para o estudo da missão*

Tratava-se de um direito outorgado pela Igreja aos seus benfeitores, recompensando a generosidade da fundação de templos ou de grandes benefícios a favor do culto e consequentemente das almas. Paralelamente a Igreja desejava estimular a piedade dos fiéis e a contribuição ativa para o culto.²⁷⁶

A constituição do direito de padroado, foi morosa e resultou de várias disposições particulares que se foram generalizando até constituírem uma fórmula universal, e o direito de apresentação (o mais importante de todos) não terá sido concedido logo de início.²⁷⁷

Inicialmente concedia-se ao patrono certas distinções honoríficas ou espirituais, como o direito a citar o seu nome em preces públicas, gravá-lo na igreja ou até atribuí-lo ao templo. O direito de padroado estava circunscrito aos ofícios, não se transmitia aos descendentes do patrono, e os bens oferecidos à Igreja eram distribuídos entre o bispo, os clérigos e os pobres. Só a partir do século V parte desses bens passaram a ser administrados por um eclesiástico, o pároco, e ter-se-á iniciado a concessão do direito de apresentação.²⁷⁸ Paulatinamente a concessão transformou-se em direito e tornou-se direito sucessório.²⁷⁹

Relativamente a estes privilégios podemos mencionar alguns exemplos, que ao longo de vários séculos se estenderam, além dos padroeiros, igualmente aos benfeitores que, sem direitos nem encargos com o templo, promoviam o aumento do seu domínio, concedendo-lhe propriedades ou rendimentos em troca de certas obrigações:

1. Se recuarmos até ao tempo do Imperador Constantino, convertido ao cristianismo em 314, constatamos que os edifícios religiosos iniciados sob a sua alçada ficaram conhecidos como basílicas constantinianas, nomeadamente a primitiva Basílica Maior de S. Pedro de Roma, totalmente reconstruída entre os séculos XVI e XVII.²⁸⁰

italiana em terras do Padroado português do Oriente na China. Aristóteles e as edições na China. Coleção de Obras Completas de Manuel Cadafaz de Matos, Estudos de História da Expansão (nos séculos XVI e XVII), Série III, Vol. III. Lisboa: Centro de Estudos de História do Livro e da Edição; Edições Távola Redonda, [2010], p. 63. – *Enciclopedia Vniversal Ilustrada Evropeo-Americana*. Tomo 42..., p. 890. – PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial no Antigo Regime*. Porto, 2002, Dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 105. – OLIVEIRA, P. Miguel – *As Paróquias Rurais. Sua origem e formação*. Lisboa: União Gráfica, 1950, p. 125- 148.

²⁷⁶ *Enciclopedia Vniversal Ilustrada Evropeo-Americana*. Tomo 42..., p. 890.

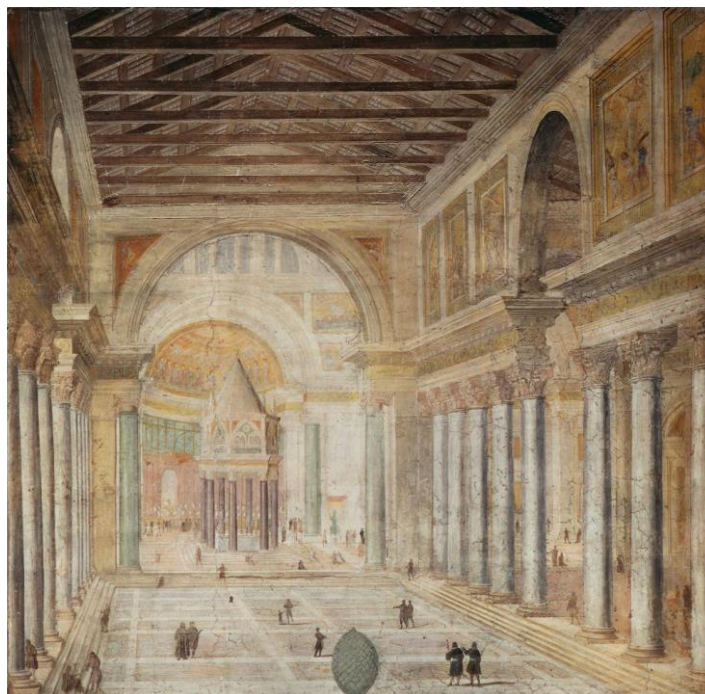
Vd. *Enciclopédia Fundamental Verbo*. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1982, p. 1160. – CHORÃO, João Bigote – *Grande Dicionário Enciclopédico Verbo*. Vol. II. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1997, p. 105-106.

²⁷⁷ *Enciclopedia Vniversal Ilustrada Evropeo-Americana*. Tomo 42..., p. 890.

²⁷⁸ *Enciclopedia Vniversal Ilustrada Evropeo-Americana*. Tomo 42..., p. 890.

²⁷⁹ *Enciclopédia Fundamental Verbo*. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1982, p. 1160.

²⁸⁰ – ODAHL, Charles Matson – *Constantine and the Christian Empire*. 2ª ed. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2010, p. 121-161. – ROQUE, Maria Isabel Rocha – *Altar Cristão. Evolução até à Reforma Católica*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2004, p. 31. – ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.) – *História da vida privada. Do Império Romano ao ano mil*. 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 1989, p. 259-263. – HUMPHREY, Caroline; VITEBSKY, Piers – *Arquitectura Sagrada. Modelo do cosmo. Forma simbólica e ornamento. Tradições do Leste*



15. Interior da Basílica Constantiniana de S. Pedro de Roma antes da reconstrução dos séculos XVI e XVII.
Fresco de Gagliardi, 1650.

2. A 12 de janeiro de 1129, D, Ausenda Honorigues doa ao Mosteiro de S. Pedro de Pedroso, entre outros bens as igrejas de St^a Maria de Seixezelo, St^a Eulália de Sanguedo e St^o André de Macinhata da Seixa, em troca de algumas missas por sua alma.²⁸¹
3. No Mosteiro de S. Salvador de Grijó os religiosos agostinhos celebravam duas missas diárias, cantadas, designadas de *Sacrifício de Louvor*, por Nuno Soares (padroeiro do mosteiro), pelos reis e rainhas e por todos os benfeitores desta unidade monástica.²⁸²
4. Soeiro Fromarigues e Elvira Nunes, pais de Nuno Soares e padroeiros do Mosteiro de S. Salvador de Grijó, bem como outros familiares, nomeadamente o próprio Nuno Soares, terão sido sepultados no mosteiro. Dessa tradição fúnebre deixou prova a doação feita por Soeiro Soares, irmão de Nuno Soares, que no ano de 1150 doou as igrejas de Santa Maria de Várzea e de S. Tiago do Mato aos religiosos de Grijó em troca de sepultura no mosteiro.²⁸³

e do Oeste. Singapura: Evergreen; Taschen, 2002, p. 54-55, 126-127. – BARRAL I ALTET, Xavier – *A Alta Idade Média. Da antiguidade tardia ao ano mil*. Alemanha: Taschen, 1998, p. 26-29.

²⁸¹ FERNANDES, Maurício António; BASTOS, Manuel Pires – *Macinhata da Seixa. Documentada mostragem da terra e evolução de seu povo*. Oliveira de Azeméis: Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, 1985, p. 29-30, 329-331.

²⁸² CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 98v.

²⁸³ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 14, 15v, 18v-19.

5. Ainda, no Mosteiro de S. Salvador de Grijó está sepultado um filho de D. Sancho I e D. Maria Pais Ribeira (a *Ribeirinha*), D. Rodrigo Sanches, que segundo consta do epitáfio da sua sepultura em madeira, guardada neste mosteiro, morreu em 1245.



16. Pormenor da sepultura em madeira de D. Rodrigo Sanches

D. Rodrigo tinha vários elos de ligação a este mosteiro. Era tetraneto de Soeiro Fromarigues e trineto de Nuno Soares, padroeiros do mosteiro. Seu pai, D. Sancho I doou ao Mosteiro de S. Salvador de Grijó, em 15 de agosto de 1204, a ermida de Santa Maria de Vagos, “(...) *antiga em romagem e sempre de m^a devoção*”.²⁸⁴ Nuno Sanches, seu irmão, professava no Mosteiro de Grijó. Afonso Rodrigues, seu filho e de D. Constança Afonso, foi criado neste mosteiro.²⁸⁵

Aquando de uma batalha da qual saiu ferido foi transportado para o Mosteiro de Grijó²⁸⁶ e, segundo a tradição, “(...) *veyo acabar de morrer junto ao Mosteyro, em hum sitio onde hoje se chamão o Padrão velho, por antiguamente ali se levantar hum Padrão, em memoria desta morte* (...)”.²⁸⁷



17. Padrão Velho, junto ao atual cemitério. Do lado direito ergue-se o muro da antiga cerca do mosteiro

²⁸⁴ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 95-96.

²⁸⁵ BARROCA, Mário Jorge – As quatro faces de Rodrigo Sanches..., p. 154.

²⁸⁶ BARROCA, Mário Jorge – As quatro faces de Rodrigo Sanches. *Portvgalia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nova série, vol. 34 (2013), p. 152-153.

²⁸⁷ COSTA, P. Antonio Carvalho da – *Corografia Portuguesa*..., p. 244, 245.

D. Constança, freira no Convento das Donas de S. João em Coimbra (junto a Santa Cruz de Coimbra), após o sucedido, doou várias propriedades ao Mosteiro de S. Salvador de Grijó para a celebração de uma missa diária e uma missa cantada no aniversário da sua morte, pela sua alma e pela alma de D. Rodrigo Sanches, seu irmão.²⁸⁸ As missas seriam rezadas no altar dedicado a Nossa Senhora, que D. Constança Sanches tinha mandado fazer no Mosteiro de S. Salvador de Grijó e onde o seu irmão teria sepultura em pedra de Ançã, também ela encomendada por D. Constança, provavelmente nas oficinas de Coimbra, que terá chegado a Grijó por volta do dia 31 de agosto de 1264, data em que entre outras propriedades, o mosteiro de Grijó recebeu de D. Constança²⁸⁹ o padroado da igreja de Cortegaça²⁹⁰, em troca das referidas missas.²⁹¹



18. Sepultura em pedra de Ançã de D. Rodrigo Sanches, hoje numa dependência anexa ao claustro do mosteiro de Grijó

Os religiosos de Grijó, perante “*tam grande Princepe*” trataram logo de o sepultar, junto ao referido altar, com a devida magnificência “(...) *p^a con parte lhe*

²⁸⁸ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 91v.

²⁸⁹ D. Constança morreu no dia 8 de agosto de 1269 e foi sepultada no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

²⁹⁰ D. Constança recebeu este padroado de sua mãe, D. Maria Pais Ribeira. Em setembro de 1163 Garcia Gonçalves já tinha doado ao Mosteiro de S. Salvador de Grijó os direitos que tinha nessa igreja, certamente estes direitos que seriam partilhados com D. Maria Pais Ribeira. Cf. DURAND, Robert – *Le Cartulaire Baio-Ferrado...*, documento 44, p. 55.

²⁹¹ BARROCA, Mário Jorge – *As quatro faces de Rodrigo Sanches...*, p. 155-158.

CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 93-93v, 94, 100.

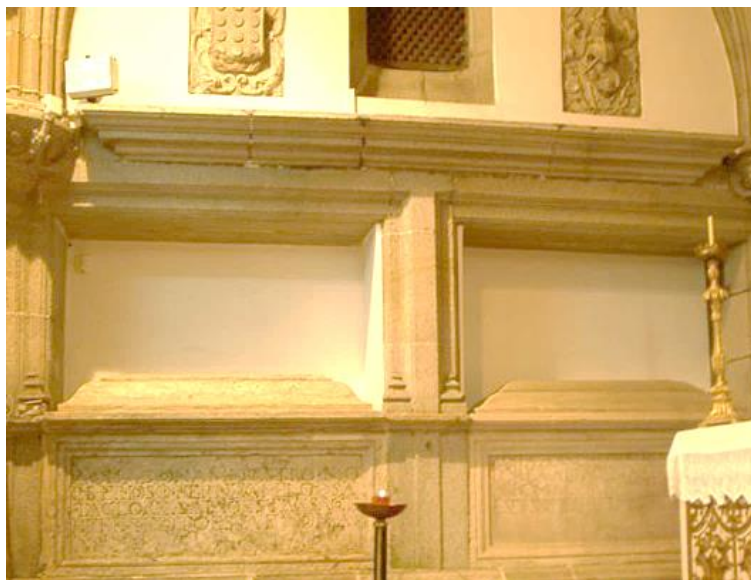
satisfazerem a merçe, q lhes fes, e a seu mosteiro de com sua presença os honrar”. Dada a importância de D. Rodrigo Sanches, posteriormente, a sua sepultura foi mudada “(...) p^a a Capella mayor da parte do evangelho”. Construído o atual mosteiro, os ossos de D. Rodrigo ficaram em sepultura de madeira (fig. 2), colocada num cenotáfio erguido na capela-mor (lado do evangelho) e “(...) por lembrança do passado pareceu bem meterse a sepultura velha sem os ossos do Infante na claustra nova na parede da Igreja, onde se pos no anno de 1626 a qual sepultura nos annos antigos costumava estar sempre cuberta com hum pano rico”.²⁹²



19. Cenotáfio onde esteve a sepultura em madeira com as ossadas de D. Rodrigo Sanches – capela-mor do mosteiro de Grijó

6. Em 1546, na Igreja de Vilar do Paraíso o seu patrono, Fernando Camelo de Miranda é sepultado em capela própria, no interior da igreja, e o seu nome é gravado na sua sepultura. Posteriormente na mesma capela foi sepultada a sua esposa, D. Maria de Castro, reforçando a pertença deste espaço à família Camelo. Por cima das suas sepulturas existem ainda duas pedras de armas.

²⁹² CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 91.



20. Túmulos da família Camelo e pedras de armas, na capela-mor da Igreja de Vilar do Paraíso

7. Francisco de Santa Maria, Cónego de S. João Evangelista, descreve a fundação do Convento do Espírito Santo da Feira, da seguinte forma:

118

*Aqui vivião pelos annos de 1560 o quarto Conde da Feira D. Diogo Forjaz, & sua mulher a Condeça D. Anna de Meneses, os quaes desejavam ter naquela Villa hum convento de religiosos, em beneficio seu, & de seus vassallos. Seu, porque em quanto vivos terião no convento quem lhe fizesse cõpanhia, & assitencia, & depoes de mórtos terião quem lhe dêsse sepultura, & lhe rogasse pela alma.*²⁹³

No dia 4 de outubro de 1552 D. Manuel Pereira, terceiro Conde da Feira, filho de D. Diogo Pereira, faleceu e foi sepultado na Igreja Matriz de S. Nicolau de Santa Maria da Feira, junto de sua mulher, D. Isabel de Castro.

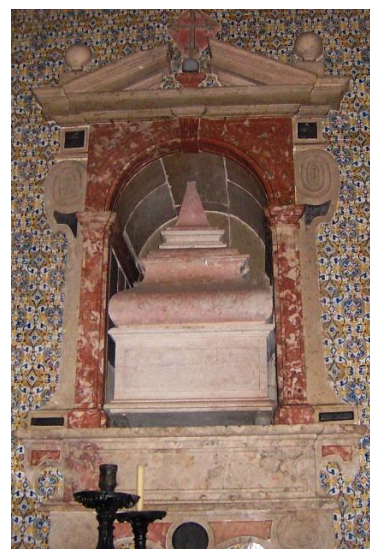
Em 1560, foi lançada a primeira pedra para a construção do Convento do Espírito Santo da Feira, sendo a capela-mor custeada por D. Inês de Castro, filha de D. Manuel Pereira. Na capela-mor ergueram-se dois cenotáfios, um que recebeu as ossadas de D. Manuel Pereira e D. Isabel de Castro, outro onde repousa D. Diogo Forjaz, quarto Conde da Feira, filho de D. Manuel Pereira.

²⁹³ SANTA MARIA, Francisco de – *O Ceo Aberto na Terra. Historia das sagradas Congregações dos Conegos Seculares de S. Jorge em Alga de Venesa & de S. João Evangelista em Portugal*. Lisboa: Officina de Manoel Lopes Ferreyra, 1697, p. 534.

Segundo o cronista dos Cónegos de S. João Evangelista foram sepultados neste convento outros elementos da família dos Condes da Feira, nomeadamente “*D. João Forjaz Pereira de Meneses, o qual indo por Vice-Rey para a India, morreo na jornada, & sendo trasido seu corpo a Lisboa, foi depositado em o nosso convento de xabregas, donde os nossos Conegos o levãrão ao da Feira*”.²⁹⁴



21. Capela-mor do Convento do Espírito Santo da Feira



22. Cenotáfio do lado da Epístola

8. Em 1758 o P. João Carlos da Rocha Tavares diz que no pavimento da igreja está sepultado o seu antecessor, P. Francisco de Matos Soares, e os predecessores deste, bem como o padroeiro da igreja “(...) *Salvador da Rocha Tavares, morgado de Ovar, e sua mulher Dona Anna Maria de Souza Vareiro e Avilla, e huma necta filha do prezente padroeiro e de sua mulher Dona Brites Margarida Pacheco Soares*”.²⁹⁵ O marido de D. Brites era Manuel Alberto da Rocha Tavares Pereira e o P. Francisco de Matos Soares, era irmão do antigo padroeiro, Salvador da Rocha Tavares, morgado de Pigeiros e Ovar.²⁹⁶

²⁹⁴ SANTA MARIA, Francisco de – *O Ceo Aberto na Terra. Historia das sagradas Congregações dos Conegos Seculares de S. Jorge em Alga de Venesa & de S. João Evangelista em Portugal*. Lisboa: Oficina de Manoel Lopes Ferreyra, 1697, p. 535-537.

²⁹⁵ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga: Edição José Viriato Capela, 2011, p. 394.

²⁹⁶ Vd. Apresentação do padroado do Morgado de Campo Belo.

4.2.1. Padroado como parte do direito de igreja própria

O padroado terá surgido, de uma forma mais clara, na sequência da necessidade de transformar o direito de propriedade de igrejas próprias em simples direito de padroado. Os senhores das igrejas próprias eram detentores do direito de padroado, mas a este acrescia o autoproclamado direito de propriedade, denominado de igreja própria.

Segundo Monsenhor Miguel de Oliveira, expressões como *ecclesia mea propria*, *hereditate mea própria* ou *monasterio meo próprio*, são muito recorrentes na documentação medieval portuguesa, do século IX ao século XII. “*Eram igrejas próprias as que se tornavam objecto de contrato*”, correspondendo a:

1. Oratório particular de uma pessoa ou família importante;
2. Templo construído por um grande proprietário, em terreno próprio e a expensas suas, sobre o qual recebia alguns benefícios, nomeadamente o poder de nomear o eclesiástico responsável pelo culto e o direito de gerir o património correspondente. Tratar-se-ia de um edifício privativo usado pela família fundadora do templo e pelas famílias circunvizinhas, que ocorriam com oferendas para manutenção do culto;
3. Templo (igreja, mosteiro, capela) público ao qual uma pessoa ou família poderosa fez uma importante doação, contribuindo para a sua fundação²⁹⁷, dignificação ou alargamento patrimonial.²⁹⁸

Pouco a pouco a apropriação de uma igreja pública/paroquial tornou-se bastante acessível para uma pessoa ou família rica e poderosa²⁹⁹, sob o subterfúgio de lhe conferir uma

²⁹⁷ Cedendo um terreno para a sua construção e dotando a igreja de terras, inalienáveis para fins temporais, que tinham tendência a aumentar com o número de doações.

²⁹⁸ OLIVEIRA, P. Miguel – *As Paróquias Rurais...*, p. 125- 130

²⁹⁹ Proprietários temporais que podiam ser leigos ou eclesiásticos, bispos ou mosteiros.

O rei era também detentor de muitas igrejas, e veja-se o interesse que sempre houve de fundação de igrejas pelo poder régio, mas também a teoria, desde o reinado de Afonso III, que “tudo o que se ia reconquistando” seria pertença do rei. Muitas foram também as doações de igrejas feitas pelos reis de Portugal à nobreza. (OLIVEIRA, P. Miguel – *As Paróquias Rurais...*, p. 132.)

As igrejas que fossem construídas em terras eclesiásticas ou que não fossem reclamadas por nenhum senhorio eram atribuídas ao bispo. A ele também pertenciam as igrejas doadas pelo poder régio e por particulares, que o faziam para salvação da sua alma. Porém, “ao passar de mãos leigas para as mãos do bispo, a «igreja própria» mudava apenas de senhor”. (OLIVEIRA, P. Miguel – *As Paróquias Rurais...*, p. 133.)

O bispo também podia fundar o templo, mesmo que fora da sua diocese, obviamente sem poder espiritual sobre ela. No século XIII o bispo do Porto, D. Pedro Salvadores, comprou a vila de Lamegal (diocese de Viseu) e fundou uma igreja. O seu sucessor, D. Vicente Mendes, permutou-a com D. Afonso III, pela igreja de São Cristóvão de Cabanões (Ovar).

Quanto aos mosteiros, em Portugal, sabe-se que fundaram igrejas nas suas terras, contribuindo ativamente para a formação de novas paróquias, e receberam igrejas doadas por leigos.

(OLIVEIRA, P. Miguel – *As Paróquias Rurais...*, p. 133-135.)

proteção especial. Alegavam o direito por sucessão desde os fundadores ou o título de compra e pretendiam, para além da questão devocional, retirar dividendos desse direito³⁰⁰.

O Censual do Cabido da Sé do Porto regista, relativamente às Terras de Santa Maria, alguns documentos sobre a venda de padroados ou troca por um determinado benefício. Falamos, portanto, das igrejas próprias:

1. Em 1123 Pelágio Midiz “doou”, por 50 maravedis (*pro caritate*), a quarta e oitava parte da igreja de S. Veríssimo de Paranhos ao bispo D. Hugo;
2. Em 1154 João Midiz recebeu, do bispo D. Pedro III, 30 maravedis pela metade da igreja de Santo André de Canidelo;
3. Em 1171 Rodrigo Afonso entrega o padroado da igreja de Santo André de Canidelo ao bispo do Porto, D. Pedro, que por sua vez teria de nomear cónego um filho de Rodrigo Afonso;
4. Em fevereiro de 1202 o Mosteiro de Grijó deu 100 maravedis pela doação da igreja de S. Tiago de Lobão;
5. Em 1288 o bispo do Porto cedeu ao mosteiro de Ferreira a censória anual que recebia do mosteiro e de três igrejas do seu padroado, em troca do padroado da igreja de Válega.³⁰¹

4.2.1.1. Direitos e abusos dos padroeiros de igrejas próprias

Segundo Viterbo o abuso de dispor do poder temporal e do eclesiástico aumentou consideravelmente a partir de finais do século X e teve continuidade no século XI e XII.³⁰²

(...) por todo o século XI e princípios do século XII as igrejas, e mosteiros eram apanagens, morgados, ou patrimónios de gente leiga; reservada unicamente a frugal, e limitada porção para os clérigos, ou monges, que ali serviam a Deus,

³⁰⁰ “Sem desviar a igreja dos seus fins religiosos nem tocar nos bens que eram seu dote especial, o senhor dispunha dos rendimentos como dos de qualquer construção utilitária, deduzidos os encargos com a sustentação do culto e do clero”. (OLIVEIRA, P. Miguel – *As Paróquias Rurais...*, p. 131.)

³⁰¹ SANTOS, Cândido Augusto Dias dos – *O Censual da Mitra do Porto...*, p. 102-105.

³⁰² VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidario ...* Tomo 2..., 1865, p. 34-36

*ministravam os sacramentos, catequizavam os rudes, ensinavam algumas letras, e curavam espiritualmente os povos.*³⁰³

Algumas igrejas chegaram a ter mais de duzentos patronos, herdeiros³⁰⁴ do fundador, e como esclarece Henrique da Gama Barros,

*As igrejas e mosteiros de padroado particular deviam por direito tradicional aos seus fundadores e aos descendentes d'elles a prestação de serviços, que muitas d'essas corporações mal podiam supportar, não tanto pela obrigação em si mesma, como sobretudo pelo abuso do direito correlativo.*³⁰⁵

A primeira lei portuguesa que tentou legislar os direitos de padroado, neste sistema de igreja própria, é de março de 1261³⁰⁶ e determina que por direito as igrejas e mosteiros deviam dar aos seus fundadores/descendentes, uma vez por ano no caso dos templos mais pobres e três vezes por ano no caso dos mais ricos³⁰⁷:

1. Aposentadoria/Pousadia - podiam-se aposentar nas igrejas ou mosteiros do seu padroado;

³⁰³ VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidario ...* Tomo 2..., 1865, p. 36.

³⁰⁴ Segundo João Pedro Ribeiro, os descendentes do fundador eram designados de herdeiros *naturais*, os não descendentes eram simplesmente *herdeiros*. (RIBEIRO, João Pedro - *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*. Tomo IV, 2ª parte. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1819, p. 124.)

Gama Barros diz que a lei “parece não auctorisar a distinção”, utilizando o termo *herdeiros* como sinonimo de *naturais*. (BARROS, Henrique da Gama – *Historia da Administração Publica em Portugal nos Seculos XII a XV*. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885, p. 343.)

“O direito de padroado podia ser transmitido por herança, por doação, por troca ou por compra e venda, por enfiteuse e por prescrição. Por herança, o padroado transmitia-se quer *ex testamento*, que *ab intestato*. (...), pertencia ao herdeiro que recebesse o respectivo imóvel. Os herdeiros de um padroado pessoal leigo exerciam o direito sob o regime de igualdade de deveres e obrigações. Nestes termos, o padroado era hereditário se passasse aos herdeiros do fundador, ainda que não fossem de família. Se se designasse no testamento o herdeiro do padroado, este seria o único padroeiro. Designando-se vários no testamento ou herdando todos *ab intestato*, todos eram padroeiros, exercendo-se o direito por estirpes. Por exemplo, se o fundador e primeiro padroeiro tivesse três filhos – Pedro, Paulo e João –, os três herdavam o padroado cada um com o seu voto. Por mais que fossem os filhos destes três irmãos, os votos continuavam a ser três, mas agora respeitantes a cada estirpe. Ou seja, um voto tinham os filhos do Pedro, outro os do Paulo e o terceiro tinham os do João. O padroado podia ser familiar, passando apenas aos descendentes masculinos directos. Exercia o direito o mais velho ou o mais próximo parente do fundador. Sendo o padroado gentílico, era transmitido não só aos descendentes directos, mas também a todos os parentes, inclusivamente, colaterais, homens ou mulheres”. (PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 106)

³⁰⁵ BARROS, Henrique da Gama – *Historia da Administração Publica...* Tomo I., p. 342.

³⁰⁶ BARROS, Henrique da Gama – *Historia da Administração Publica...* Tomo I., p. 344.

³⁰⁷ BARROS, Henrique da Gama – *Historia da Administração Publica...* Tomo I., p. 344.

2. Pensão de Comedoria/Comedura/Colheita/Jantar – tinham direito a receber aí alimento;³⁰⁸
3. Pensão de Cavalaria – subsídio que era cobrado quando o patrono pretendia armar um filho cavaleiro ou retirá-lo de cativoiro;³⁰⁹
4. Pensão de Casamento – subvenção que o patrono recebia quando casava uma filha.³¹⁰

Os direitos de aposentadoria e comedoria estendiam-se ilimitadamente aos descendentes dos fundadores. Estes exigiam o cumprimento dos respetivos encargos mais vezes do que a lei permitia “(...) e até em benefício de pessoas estranhas que ou acompanhavam os naturais ou se lhes agregavam depois”.³¹¹

O clero afirmava que “o abuso por parte dos herdeiros (...) ia até ao ponto de se aposentarem nos mosteiros com seus cães e cavalgaduras, e até levando prostitutas consigo: os claustros, os dormitórios dos monges eram invadidos, e nem ainda a propria cella do abbade respeitavam sempre”.³¹²

Um pouco por todo o país haviam igrejas ou mosteiros com um grande número de padroeiros, nem sempre concordantes entre si. Em Terras de Santa Maria destacam-se os mosteiros de Pedroso e de Grijó, e as igrejas de Válega e de Stº André de Lever:

1. O Mosteiro de S. Pedro de Pedroso, em 1363 tinha 374 pessoas com direito de comedoria, sendo reduzidos em 1365. Entre os descendentes dos antigos padroeiros “(...) havia 25 ricos homens, 109 infanções e 140 cavaleiros e escudeiros, que ficaram reduzidos, respectivamente a 15, 70 e 100”.³¹³
2. O Mosteiro de S. Salvador de Grijó entre padroeiros, fidalgos, infanções, cavaleiros e escudeiros que tinham comedorias que o mosteiro lhe tinha dado ou que as receberam por carta do rei, assinada pelo mosteiro, chegou a ter 208 comedorias, no ano de 1369, das quais se identificam 28 fidalgos, 106 infanções e 67 cavaleiros e escudeiros.³¹⁴

³⁰⁸ BARROS, Henrique da Gama – *Historia da Administração Publica...* Tomo I., p. 342.

SANTOS, Cândido Augusto Dias dos – *O Censual da Mitra do Porto...*, p. 100.

³⁰⁹ BARROS, Henrique da Gama – *Historia da Administração Publica...* Tomo I., p. 342.

SANTOS, Cândido Augusto Dias dos – *O Censual da Mitra do Porto...*, p. 100.

³¹⁰ BARROS, Henrique da Gama – *Historia da Administração Publica...* Tomo I., p. 342.

SANTOS, Cândido Augusto Dias dos – *O Censual da Mitra do Porto...*, p. 100.

³¹¹ BARROS, Henrique da Gama – *Historia da Administração Publica...* Tomo I., p. 344.

³¹² BARROS, Henrique da Gama – *Historia da Administração Publica...* Tomo I., p. 344.

Vd. SANTOS, Cândido Augusto Dias dos – *O Censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da Diocese nas vésperas do Concílio de Trento*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1973, p. 100.

Vd. OLIVEIRA, P. Miguel – *As Paróquias Rurais...*, p. 141.

³¹³ COSTA, Francisco Barbosa da – *S. Pedro de Pedroso. Notas Monográficas*. Canelas: Gailivro, 2003, p. 45.

³¹⁴ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 57.

Segundo Fr. Marcos da Cruz, o mosteiro não tinha para dar...

*“(...) tanto, quanto eles queriam, por cujo respeito vinham alguães vezes ao mosteiro tomarlhe o q queriam; e outras entravam com mam armada nas suas quintas, cazaes, e mais fazenda, tomando, o q achavam, e dando m^a pancada nos creados, e as vezes nos próprios religiosos, se lho empediam. Contra os quais como eram pessoas poderozas, nam podia o mosteiro e de mais diziam, q eles tomavam o q era seu”.*³¹⁵

A 12 de janeiro de 1318, por carta, D. Dinis intercede pelo bem estar do mosteiro manifestando “*perante todas as justiças*” a sua vontade de terminar com esta situação abusiva.³¹⁶

D. Afonso IV, a 7 de julho de 1328, vê-se obrigado a reiterar este apoio régio ao mosteiro de Grijó³¹⁷, todavia, apesar da diminuição paulatina destas situações só com o reinado de D. João II se extinguíram totalmente³¹⁸.

3. A igreja de Válega “*(...) era perseguida por alguns 15 fidalgos que nela costumavam «pousar» com a família*”.³¹⁹
4. No século XII a freguesia e igreja de Santo André de Lever pertencia a dois irmãos que não tinham filhos varões, mas cada um tinha cinco filhas. Após uma contenda um assassinou o outro. As dez raparigas casaram e os seus maridos receberam direito de padroado dessa igreja, que posteriormente transitou para os filhos destes que “*resolveram, alguns deles, doar o seu quinhão à Sé do Porto. Martinho Pais testou uma décima parte; Mendo Pais, presbítero, doou em 1141 metade de uma décima com a condição de o fazerem cónego; outros, a terça ou a sétima parte de uma décima...*”.³²⁰

O Censual da Mitra do Porto³²¹, relativamente às Terras de Santa Maria, regista alguns falsos patronos:

³¹⁵ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 56v.

³¹⁶ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 56v.

³¹⁷ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 57.

³¹⁸ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 58.

³¹⁹ OLIVEIRA, P. Miguel – *As Paróquias Rurais...*, p. 141.

³²⁰ OLIVEIRA, P. Miguel – *As Paróquias Rurais...*, p. 140-141.

³²¹ SANTOS, Cândido Augusto Dias dos – *O Censual da Mitra do Porto...*, p. 103-104

1. D. Dinis (rei de 1279 a 1325) recebeu do bispo e do cabido da Sé do Porto uma acusação relativa à igreja de Canidelo. Os herdeiros do patrono da igreja de Canidelo pretendiam usufruir do direito de aposentadoria, embora o seu pai, Rodrigo Afonso, tivesse entregado, por carta, o padroado à Sé do Porto;
2. Na era de 1331 João Nogueira confessou que não era herdeiro do padroado da igreja de Válega e pediu perdão ao bispo e cabido do Porto;
3. O Mosteiro de Moreira disputou o padroado da igreja de S. Fins (Feira) com Martim Esteves, Gil Esteves do Avelal, Afonso Madeira e outros cavaleiros.

4.2.2. Dissolução do sistema de igreja própria. Afirmação e exercício do direito de padroado. Legislação conciliar e régia.

Os constantes e graves abusos por parte dos padroeiros contribuíram indelevelmente para a ruína de várias igrejas e mosteiros e impulsionou, para além das questões régias e legislativas, algumas determinações conciliares.³²²

Na Península Ibérica, a primeira manifestação de oposição ao sistema de *igreja própria* terá ocorrido no Concílio de Coiança, em 1055³²³.

Gregório VII, papa de 1073 a 1085, estabeleceu que as coisas espirituais não podem estar nas mãos de leigos porque são uma competência exclusiva da Igreja. A estes só podem ser reconhecidos interesses temporais num regime de *jus patronatos*.³²⁴

Mas só na segunda metade do século XII se começou a obter resultados concretos, com a intervenção de Alexandre III, papa de 1159 a 1181. As paróquias de senhorio eclesiástico não foram alteradas. Quanto às paróquias de domínio laico Alexandre III retirou-lhes o direito de propriedade e transformou o direito de padroado em privilégio benevolente outorgado pela Igreja aos seus fundadores ou herdeiros.³²⁵

Naturalmente no início, pelo menos no século XII,³²⁶ a igreja própria ainda tentou resistir e só paulatinamente foi admitindo a generosa prerrogativa concedida pela igreja, direito de padroado, em detrimento do direito de propriedade,

³²² SANTOS, Cândido Augusto Dias dos – *O Censual da Mitra do Porto...*, p. 100-101.

³²³ Normalmente é atribuído o ano de 1050, no entanto alguns estudos revelaram ter ocorrido em 1055. Vd. OLIVEIRA, P.º Miguel de – *História Eclesiástica de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1994, p. 70. (edição revista e atualizada)

³²⁴ SANTOS, Cândido Augusto Dias dos – *O Censual da Mitra do Porto...*, p. 101-102.

³²⁵ OLIVEIRA, P. Miguel – *As Paróquias Rurais...*, p. 137-138.

³²⁶ SANTOS, Cândido Augusto Dias dos – *O Censual da Mitra do Porto...*, p. 102.

OLIVEIRA, P. Miguel – *As Paróquias Rurais...*, p. 140.

*(...) e não faltavam no seu exercício violências e escândalos. Era vulgar os reis e outras pessoas poderosas usurparem padroado alheio ou querem transformar o direito de apresentação do clérigo em direito de nomeação. A reserva de rendas, a imposição de hospedagem e a cobrança de subsídios convertiam-se, não raro, em exploração que reduzia à miséria igrejas e mosteiros.*³²⁷

Em Portugal, a lei de 1261³²⁸ tentou reprimir as usurpações praticadas pelos padroeiros, mas não sendo eficaz foi corroborada em 1272, por D. Afonso III, numa lei que vai mais longe e isenta as igrejas e mosteiros de aposentadorias e comedorias, dado o estado de pobreza em que algumas delas se encontravam. Naturalmente houve resistência a esta alteração, por isso, D. Dinis, em 1281, isenta por dois anos os mosteiros e igrejas do bispado do Porto, considerando a pobreza em que se encontravam por darem aposentadoria e comedoria aos seus patronos. No entanto, várias leis se sucederam até que no ano de 1322 se indica que a lei de 1272 não está a ser cumprida pelo que se deve colocar em prática.³²⁹

Mesmo assim, as referências legislativas ao incumprimento destas leis permanecem até finais do século XIV. Contudo, e segundo as palavras de Gama Barros:

(...) para o fim do século XIV, as vicissitudes por que passou o reino, as transformações operadas nas diferentes classes da sociedade, desaparecendo a maior parte da antiga nobreza e subindo á categoria de nobres muitos indivíduos da classe inferior, deviam ter modificado profundamente as relações entre os padroeiros e as corporações, como effectivamente modificaram outras relações sociaes. (...) Os capítulos dos fidalgos nas côrtes de Coimbra de 1398 (...) o que se repetia com frequencia era a discordia entre os padroeiros e os ecclesiasticos quando vagavam as igrejas, nascendo d'aqui desintelligencias e litigios, sobre o

³²⁷ OLIVEIRA, P. Miguel – *As Paróquias Rurais...*, p. 140.

³²⁸ Alexandre Herculano sobre esta lei diz que é “(...) contra as oppressões que por mais de um modo os seculares praticavam nas igrejas e mosteiros, acto que, conciliando as vontades do clero, serve, talvez, para explicar as concessões, até certo ponto vantajosas, que no parlamento a coroa obteve á custa das classes tributarias”. A firma ainda que “procurou-se, enfim, nas varias disposições da lei remediar todos aquelles gravames por cuja causa, com maior ou menor razão, o corpo ecclesiastico tinha a queixar-se da prepotencia da fidalguia”. HERCULANO, Alexandre – *História de Portugal. Desde o começo da monarchia até o fim reinado de Affonso III*. 8ª ed. Tomo V. Paris – Lisboa: Livrarias Aillaud & Bertrand, [1875], p. 198-199, 200.

³²⁹ BARROS, Henrique da Gama – *Historia da Administração Publica...* Tomo I., p. 344-346.

*direito do padroado e sobre a administração dos bens da igreja vaga, em que de ordinário se comettiam aggravos reciprocos.*³³⁰

A partir de meados do século XV deixou-se de referir os abusos por aposentadorias, comedorias e outros direitos acessórios, ficando como questão principal a apresentação do pároco.³³¹

Para por cobro aos sucessivos escândalos nos padroados leigos, através da circular de 28 de junho de 1515 dirigida aos juízes, vereadores, procurador, homens bons e fregueses de Urros (Torre de Moncorvo), D. Manuel I manifesta interesse em obter algumas igrejas que tinham muitos padroeiros leigos:

*Nos soubemos como em algumas Comarcas de nossos Regnos avia Igrejas, que eram Padroeiros leiguos, e que por sserem muytos os Padroeiros sse ssegiam escandolos taes, per que sse ofreçiam arruydo, e voltas, e ainda mortes, donde principalmente sse ssegia as Igrejas nam sserem asy bem sservidas, como devya por sserviço de nosso Senhor, e estarem de todo deneficadas, e ssem ornamentos, e outros danos muito desserviço de Deos, e nosso; e por sse evitarem mandamos requerer aos ditos Padroeiros, que nos fizessem serviço dos ditos Padroados, por que destarem em nosa mão ssera nosso Senhor sservido, e as mesmas Igrejas servidas e aproveitadas, como devem, e sse escusaryam os ditos escandolos, por que estas as prinçipaes cousas que nos moveram, e aprouve a todos os que mandamos rrequerer de nisso nos sservir, asy como de nosa parte lhe foy rrequerido: aguora soubemos como em esse Conçelho avia huma Igreja, em que hos fregueses tem çerta parte da pressentaçom, emcarregamos a Pero Vaz nosso Corregedor dessa Comarquia, que de nosa parte vos falasse, e emcomendando-vos que nos sservisses com aquella parte de que ssoes Padroeiros, ssegundo largamente vollo dira.*³³²

Neste documento é notória a preocupação de D. Manuel I com a incapacidade espiritual e temporal destas igrejas, desempenhada pelos padroeiros, que se apresentavam com estruturas

³³⁰ BARROS, Henrique da Gama – *Historia da Administração Publica...* Tomo I., p. 346.

³³¹ BARROS, Henrique da Gama – *Historia da Administração Publica...* Tomo I., p. 346-347.

³³² RIBEIRO, João Pedro - *Dissertações chronologicas e críticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*. Tomo III, 2ª parte. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1813, p. 145-146.

arquitetónicas e provavelmente artísticas danificadas e impróprias, e sem os necessários ornamentos que dignificam o culto divino.

O direito de padroado foi entendido, convenientemente, de forma errada, como propriedade sobre o terreno cedido para a construção do templo, sobre o edifício fundado e sobre as rendas de dotação do benefício. Todavia, a consagração ou sacralização de um edifício, previa a doação à Igreja e o direito de propriedade particular cessava.³³³

Os vários abusos cometidos pelos patronos levaram a Igreja a ver o padroado como uma limitação à sua ação, sendo vulgarmente infrutíferas as diferentes tentativas de regar este direito.³³⁴

Ao longo dos séculos, diversos autores deram voz ao desassossego vivido com os padroados leigos, através de exemplos concretos.

Em 1549, João de Barros descreve, em terras de Entre Douro e Minho, o poder que o rei concedia, em mosteiros e igrejas paroquiais, aos Senhores e fidalgos do Reino, como forma de gratidão pelos serviços prestados à Coroa, revelando que esta prática era um costume antigo que impedia o desenvolvimento da região.

*Como quer q. esta terra de q. escrevo seja tão fértil rendosa e abastada (...) se grande parte he ajuda pera sustentam.^o do estado dos reis deste Reino porq. Com muitas couzas q. em ella há satisfazem a muytos S.^{ores} e fidalgos seus serviços, assim como com os grandez mosteiros da terra que seg.^o antigo costume (...) são da apresentação dos Reis, e por isso El Rei nosso S.^{or} tem apresentação de todos em seus reinos e assim tem S. A. muitas comendas da ordem militar de nosso Senhor Jesus Christo, assim velhas como novas (...), com q. satisfaz a m.^{tos} cavalleiros de Africa, e assim tem m.^{tas} igrejas parochiais, e outros benefícios de sua apresentação e muitos morgados da Coroa (...) e porq. destas Pq.^{as} trataõ em seu lugar, e assi dos most.^{os} porem neste titullo os morgados q. nesta terra há (...).*³³⁵

Em 1623, D. Rodrigo da Cunha ao referir-se à Comarca da Feira descreve o patrono de São Pedro de Vilar do Paraíso da seguinte forma:

³³³ *Enciclopedia Vniversal Ilvstrada Evropeo-Americana*. Tomo 42..., p. 890.

³³⁴ Vd. *Enciclopedia Vniversal Ilvstrada Evropeo-Americana*. Tomo 42..., p. 891.

³³⁵ BARROS, João de – *Libro das antiguidades e cousas notaveis de antre Douro, e Minho, e de outras m.^{tas} de España e Portugal*, 1549 (cópia do século XVII existente na Biblioteca Nacional), fl. 44-44v.

*Come os frutos desta Igreja com título de Capella, certo morgado, com obrigações de certas missas, e de dar azeite para a alampada do Santissimo Sacramento.*³³⁶

D. Rodrigo da Cunha refere-se aos herdeiros de Fernão Camelo de Miranda, morgado desta freguesia, sepultado na igreja de Vilar do Paraíso em capela própria, no ano de 1546.³³⁷

Este caso serve de exemplo de um padroado leigo, no qual o patrono tem direito a sepultura e inscrição do seu nome em capela própria e usa para seu benefício os frutos da igreja, dando ao Cura ou Vigário “*unicamente o rendimento do pé d’altar*”³³⁸.

O mesmo templo, mereceu, em 1708, referência do P. António Carvalho da Costa que confunde a igreja de Vilar do Paraíso com a de Vilar de Andorinho e refere o patrono de Vilar do Paraíso no item de Vilar de Andorinho, dizendo:

*(...) Vigayraria, que apresenta hum secular, o qual faz as vezes do Paroquo, lê as estaçoens aos Freguezes, & come os benezes da Igreja por breve de Sua Santidade (...)*³³⁹

129

Aqui não só nos é apresentado o morgado de Vilar do Paraíso como um usurpador dos rendimentos da igreja, como a substituir o pároco em funções que não eram da sua competência.

A propósito destes abusos, e referindo-se concretamente aos templos com numerosos padroeiros, Fortunato de Almeida diz que “*eram muito frequentes as contestações e pleitos sobre o direito de padroado, já quanto à posse desse direito, já quanto ao exercício dele, se eram muitos os padroeiros da mesma igreja*”.³⁴⁰

³³⁶ CUNHA, D. Rodrigo da – *Catalogo & Historia Dos Bispos do Porto*. Porto: João Rodriguez. Impressor de sua Senhoria, 1623, p. 249.

³³⁷ Data inscrita na lápide sepulcral.

Vd. LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno. Diccionario geográfico, estatístico, chorographico, heráldico, histórico, biográfico e etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e de grande numero de aldeias*. Lisboa: Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão, 1886, p. 1256-1259.

³³⁸ LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno...*, p. 1258.

³³⁹ COSTA, P. Antonio Carvalho da – *Corografia Portuguesa, e Descrição Topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contém; Varoens illufires, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos; antiguidades, maravilhas da natureza, edíficios, & outras curiosas obfervaçoens*. Tomo II. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1708, p. 168.

³⁴⁰ ALMEIDA, Fortunato de – *História da igreja em Portugal*. Vol. II. Lisboa; Porto: Civilização, 1968, p. 78.

4.2.3. Normativas tridentinas na regulamentação do padroado

Com todos os abusos provenientes do direito de Padroado seria natural que a Igreja se mostrasse interessada em eliminar esta benesse, no entanto, mostra-se prudente e vai reduzindo progressivamente o seu raio de ação, resgatando o maior número possível de padroados. Como afirmou Monsenhor Miguel de Oliveira:

Tratava-se, não só de aumentar o património da mitra, mas de libertar a autoridade episcopal de injunções leigas. Nem sempre o resgate era a favor dos bispos. Também se beneficiavam os cabidos. Em todo o caso, reconstituía-se a propriedade eclesiástica. (...)

Assim se foram eliminando os padroeiros particulares: continuou, porém, o padroado da Coroa, de algumas casas nobres, de Ordens religiosas e de corporações eclesiásticas (...).³⁴¹

Os decretos tridentinos, são uma prova disso mesmo e esclarecem que “*não he justo abolir o legitimo direito dos Padroados, nem violar as vontades pias dos Fiéis na sua instituição*”, porém também não permitirá “*(...) que com esta côr os Benefícios Ecclesiasticos sejam reduzidos a escravidão*”.³⁴²

Sem deixar de respeitar os direitos adquiridos a Igreja tentou, acima de tudo, por cobro aos excessos e obrigar os patronos a respeitar a autoridade eclesiástica. Naturalmente um direito tão antigo tinha de ser tratado com muito cuidado, caso contrario traria graves danos à Igreja. Além disso, a fundação ou dotação de templos eram uma ajuda preciosa num tempo de absoluta necessidade de afirmação da Igreja e do poder papal. Todavia, era necessário consolidar a Igreja, disciplinar o clero e obrigar os padroeiros a seguirem as regras eclesiásticas, mostrando-lhes uma hierarquia sólida e eficaz. O Concílio de Trento é muito claro quanto à necessidade de restringir e regular esta prática, dando indicações de procedimento a vários níveis, nomeadamente quanto a questões relacionadas com a edificação ou conserto de templos, porém, este assunto será abordado em capítulo próprio. Os restantes serão analisados de seguida.

³⁴¹ OLIVEIRA, P. Miguel – *As Paróquias Rurais...*, p. 146-147.

³⁴² REYCENDE, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento Em Latim, e Portuguez: Dedicado e Confagrado aos excell., Rev. Senhores Arcebispos, e Bispos da Igreja Lusitana*. Tomo II. Lisboa: Na Officina Patriarc. de Francisco Luiz Ameno, 1781, p. 443. (Sessão XXV, Capítulo IX)

4.2.3.1. Acesso ao direito de padroado

O acesso ao direito de padroado é circunscrito, pelos decretos conciliares, e exclusivamente alcançável através de duas modalidades: fundação ou reconstrução de um templo ou benefício; dotação apropriada em templo edificado com dote insuficiente.³⁴³

*Ninguém, de qualquer Dignidade Ecclesiastica, ou Secular que seja, possa nem deva adquirir, ou obter direito de Padroado, por qualquer razão que seja, se não fundando, erigindo de novo alguma Igreja, Beneficio, ou Capella; ou estando já erigida, mas sem dote sufficiente, dos seus proprios bens patrimoniais a dotar competentemente. Mas em caso de Fundação, e Dotação, a Instituição será reservada ao Bispo, e não a outro.*³⁴⁴

131

Todavia qualquer uma destas situações teria de ser confirmada “(...) *com authenticico documento, e o mais que requer o direito; ou tambem com multiplicadas apresentações, que excedão a memoria dos homens; ou de outro modo segundo a disposição do direito*”³⁴⁵.

Sempre que de forma clara fosse possível presumir a usurpação do direito de padroado por uma pessoa, comunidade ou universidade, seria exigida uma prova cabal, sem ser considerada a questão de apresentação do pároco por tempo imemorial, exceto se “(...) *provarem, tambem com Escrituras authenticas, apresentações continuadas pelo espaço não menos de cincoenta annos*”.³⁴⁶

Exceto os padroados sobre igrejas catedrais, ou padroados que pertencessem ao Rei ou estivessem “(...) *em favor dos Estudos Geraes* (...)”, os restantes padroados em benefícios

³⁴³ “Por fundação entendia-se a doação do prédio. Por edificação, o pagamento da construção. Por dotação, a doação de bens suficientes para a conservação, o culto e o sustento dos ministros. (...) Sem necessidade expressa de reserva, quem doasse um terreno necessário para a fundação, ou erguesse uma igreja, ou a dotasse do suficiente para a sua conservação e sustentação do culto e dos eclesiásticos, ou ainda aumentasse simplesmente a dotação, adquiria o direito de padroado e tornava-se, por isso, padroeiro – se os três títulos fossem exercidos pela mesma pessoa – ou compadroeiro – se fosse por pessoas diferentes. Se o acto de fundação não proibisse, o padroeiro podia mudar a forma do direito de padroado, depois de obtido consentimento da autoridade eclesiástica. Enquanto delegados da Santa Sé, os bispos deviam inquirir, no entanto, sobre a real necessidade de conferir um padroado por aumentar o dote do benefício. No seguimento da divisão de um benefício, o pároco da igreja matriz adquiria o direito de padroado na igreja sucursal. Por prescrição podia também ser adquirido o padroado, mas era indispensável a prova do exercício desse direito por tempo imemorial e das apresentações que se tivessem feito, ininterruptamente e sem contestação, ao longo de 50 anos”. (PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial*..., p. 106)

³⁴⁴ REYCENDE, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento Em Latim, e Portuguez: Dedic, e Confagra aos excell., Rev. Senhores Arcebispos, e Bispos da Igreja Lusitana*. Tomo I. Lisboa: Na Officina Patriarc. de Francisco Luiz Ameno, 1781, p. 391-392. (Sessão XIV, Capítulo XII)

³⁴⁵ REYCENDE, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento*... Tomo II..., p. 443. (Sessão XXV, Capítulo IX)

³⁴⁶ REYCENDE, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento*... Tomo II..., p. 443 e 445. (Sessão XXV, Capítulo IX)

“(…) assim *Seculares, como Regulares, ou Parochiaes, ou Dignidades, ou quaesquer outros Benefícios na Igreja Cathedral, ou Collegiada, ou Faculdades e Privilegios concedidos tanto com força de Padroado, como com qualquer outro direito, de nomear, eleger, apresentar (…)*”, após vagarem seriam completamente abolidos e os seus benefícios tornados livres.³⁴⁷

*(…) para isto possa o Bispo repelir os presentados pelos Padroeiros, se não forem idôneos. E se a instituição pertencer a inferiores, sejam examinados pelo Bispo, conforme o decretado (...): de outro modo seja nulla, e vã a instituição que fozerem os inferiores.*³⁴⁸

4.2.3.2. Correlação e organização eclesiástica

Até ao concílio tridentino era frequente a desagregação das paróquias em relação às dioceses, e o benefício paroquial de uma determinada diocese podia estar unido a outra. Situação que os decretos conciliares vieram revogar.

*E como com summo direito as Dioceses, e Paroquias tem sido distinctas, e a cada rebanho se derão próprios Pastores, assim como às Igrejas inferiores Reitores, e Curas, para que cada hum tenha cuidado do seu rebanho; para se não confundir a ordem Ecclesiastica, e huma Igreja não venha a ser em certo modo de duas Dioceses, não sem grave prejuízo dos que forem seus súbditos; não poderão os Benefícios de huma Diocese, ainda que sejam Igrejas Paroquiaes, Vigairarias perpéctuas, Benefícios simples, Prestimonios, ou Porções prestimoniais, unir-se perpetuamente a Beneficio, Mosteiro, ou Collegio, ou Lugar pio de outra Diocese, ainda por motivo de augmentar o culto Divino, ou o número dos Beneficiados, ou por outra qualquer outra causa (...).*³⁴⁹

Na Comarca da Feira, a Igreja de Fiães, pertenceu ao padroado do Mosteiro de Recião (concelho de Lamego), dos Cónegos Seculares de São João Evangelista (Loios) e apesar das

³⁴⁷ REYCENDE, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento...* Tomo II..., p. 445. (Sessão XXV, Capitulo IX)

³⁴⁸ REYCENDE, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento...* Tomo II..., p. 445 e 447. (Sessão XXV, Capitulo IX)

³⁴⁹ REYCENDE, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento...* Tomo I..., p. 387. (Sessão XIV, Capitulo IX)

normativas conciliares serem contra esta correlação entre uma paróquia territorialmente implementada num território pertencente a uma diocese diferente daquela à qual pertence o mosteiro padroeiro, esta ligação permaneceu durante toda a Época Moderna, tratando-se do único caso existente nesta comarca.

Por volta de 1438 o Mosteiro de Recião encontrava-se profundamente arruinado. Lourenço Mourão Homem, preocupado com esta situação, instituiu o Convento de Santa Cruz (cidade de Lamego) no ano de 1595, para nele se instalarem os religiosos de Recião. As obras de Santa Cruz iniciaram-se em 1596 e em 1632 deu-se a sagração da igreja.³⁵⁰

Os frades do Mosteiro de Recião ter-se-ão transferido para Santa Cruz entre finais do século XV e inícios do século XVI. Com esta alteração a igreja de Fiães passou a estar unida ao Convento de Santa Cruz de Lamego.

Em 1623 a igreja de Fiães é identificada como um curato da apresentação do Mosteiro de Recião.³⁵¹ Em 1708 é reconhecida como um curato do Convento de Santa Cruz³⁵² e em 1769 é declarada como um curato da apresentação do reitor dos Loios de Lamego³⁵³, portanto do Convento de Santa Cruz.

4.2.3.3. Direito de apresentação do pároco

O padroeiro tinha o dever de proceder à apresentação de um sacerdote digno e idóneo, com o consenso do bispo³⁵⁴, mas os alegados desleixos ou abusos dos padroeiros terão sido tão frequentes e gravosos que motivaram diversas referências normativas, a este direito, no Concílio de Trento.

Na Idade Média já se havia notado que, com a sucessão de herdeiros ao direito de padroado, diversas vezes os compadroeiros discordavam entre si e não apresentavam o pároco, ou não o faziam por simples desleixo das suas funções. Por isso, a lei de março de 1261, estabelece que quando essa situação ocorre o direito de apresentação transita para o bispo³⁵⁵.

³⁵⁰ FLÓRIDO, Abel Montenegro – O Convento de Santa Cruz de Lamego. *Revista Artes e Letras*, Lisboa. n.º 42 (1967).

³⁵¹ CUNHA, D. Rodrigo da – *Catalogo & Historia Dos Bispos do Porto...*, p. 243.

³⁵² COSTA, P. Antonio Carvalho da – *Corografia Portuguesa...*, p. 166.

³⁵³ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 14v-15.

³⁵⁴ “O padroeiro apenas se contentava com o direito de apresentar o seu candidato, que seria examinado juntamente com outros e provido no benefício se, pela prova, merecesse a preferência, pois o direito de guardar e governar a igreja vacante, tanto no espiritual como no temporal, pertencia ao prelado”. (PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial no Antigo Regime*. Porto, 2002, Dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 107. - Vd. p. 105-108.) *Enciclopédia Vniversal Ilustrada Evropeo-Americana*. Tomo 42..., p. 890.

³⁵⁵ BARROS, Henrique da Gama – *Historia da Administração Publica...* Tomo I, p. 343.

Apesar do direito ser meramente de apresentação, terão existido muitos casos de nomeação direta do pároco pelo patrono. Caso assim não fosse os decretos tridentinos não precisariam de esclarecer o seguinte:

*Os que forem apresentados, elegidos, ou nomeados, por quaisquer pessoas (...) não sejam instituídos, nem confirmados, nem admitidos; ainda com o pretexto de qualquer privilegio, ou costume, ainda prescripto por tempo imemorial; se não forem primeiro examinados pelos Ordinarios dos lugares, e achados idoneos.*³⁵⁶

As normativas tridentinas estabelecem que a instituição de um benefício paroquial feita pelo padroeiro, sem autorização do bispo, será considerada subversiva e terá como sentença a sua anulação. No caso de uma igreja sem privilégio de padroado seria o bispo o responsável pelo provimento do benefício paroquial, numa igreja com patrono, este tem obrigatoriamente de ser submisso ao bispo.³⁵⁷

Quando o bispo recebesse notícia de uma igreja paroquial estar vaga deveria tratar rapidamente de a prover de um Encomendado, caso fosse necessário e até que fosse nomeado novo pároco³⁵⁸.

*(...) pôr nella hum Vigario idóneo, com assignação cômgrua de fructos, a seu arbítrio: cujo Vigario satisfaça as obrigações da dita Igreja, até ser provida de Vigario.*³⁵⁹

Não sendo o bispo o padroeiro da igreja, o patrono do templo tinha de apresentar ao bispo os sacerdotes que considerava terem condições de desempenhar condignamente a função

³⁵⁶ REYCENDE, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento...* Tomo I..., p. 207. (Sessão VII, Capitulo XIII)

³⁵⁷ “Não poderá o Padroeiro, com o pretexto de privilegio algum, presentar de nenhum modo a algum sujeito para os Benefícios do seu Padroado, se não somente ao Bispo Ordinário do lugar, a quem pertenceria o Provimento, ou Instituição do mesmo Benefício de direito, se não houvesse privilegio: aliás a apresentação, e instituição que seguirão, sejam nullas, e havidas por taes.” (REYCENDE, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento...* Tomo I..., p. 393. (Sessão XIV, Capitulo XIII))

³⁵⁸ Nas paróquias com Cura normalmente este ficava como Encomendado até ser nomeado o novo pároco. (Ver Glossário: Cura e Encomendado)

³⁵⁹ REYCENDE, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento...* Tomo II..., p. 323. (Sessão XXIV, Capitulo XVIII)

Os decretos tridentinos não fazem, neste ponto, diferença entre o Vigário, o Pároco e o Encomendado, no entanto o Vigário provido até à entrada de novo Vigário, refere-se concretamente ao período em que uma igreja era administrada por um Encomendado, até ser atribuído um novo benefício paroquial perpetuo – pároco. (Ver Glossário: Abade e Encomendado)

de pároco na igreja. Depois de examinados os eclesiásticos apresentados, o bispo pronunciava-se aceitando um candidato ou declinando todas as propostas.

O Bispo, e aquelle, que tem direito de Padroado, dentro de dez dias, ou outro tempo que o Bispo prescrever, nomeará alguns Clerigos idóneos para governar a Igreja, na presença de Examinadores, que para isto se deputarão. (...) para que depois se possa fazer diligente inquirição da idade, costumes, e sufficiencia de cada hum. (...) Passado o tempo prefixo, todos (...) serão examinados pelo Bispo, ou estando este impedido, pelo seu Vigario Geral, e por outros Examinadores³⁶⁰, que não sejam menos de três; e sendo os votos destes iguaes, ou singulares, poderá o Bispo, ou Vigario, juntar o seu áquelles, que lhe parecer. (...) Feito o exame se declararão todos os que nelle forem julgados idóneos, por idade, costumes, doutrina, prudencia, e outros predcados accommodados ao governo da Igreja vacante; e destes eleja o Bispo aquelle, que julgar mais idoneo que os outros; e este, e não outro será colado na Igreja por aquelle, a quem pertence o conferilla.³⁶¹

Se o padroado fosse eclesiástico o bispo elegeria um dos clérigos apresentados e o padroeiro seria o responsável pela instituição. Se o padroado fosse leigo os clérigos apresentados teriam de ser submetidos à análise dos examinadores, aferindo e garantindo a sua idoneidade.

Se porém for do direito de Padroado Ecclesiastico, e a instituição pertencer ao Bispo, e não a outro algum, então eleja o Bispo (...) dos que lhe apresentar o Padroeiro, a quem pertence a instituição. E se o direito de padroado for laical, deve o que for apresentado ser examinado pelos Deputados na forma sobredita, e não ser administrado senão sendo idoneo.³⁶²

³⁶⁰ A equipa de examinadores teria os seguintes requisitos:

1. Mestres, Doutores ou Licenciados em Teologia ou em Direito Canónico;
2. Outros clérigos ou regulares, mesmo que fossem da Ordem dos Mendicantes, ou seculares idóneos que jurassem perante os Evangelhos que exerceriam a sua obrigação de forma isenta.

Se algum deles recebe-se alguma coisa antes ou depois do exame seria condenado por simonia e abandonaria o seu cargo. (REYCENDE, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento...* Tomo II..., p. 327. (Sessão XXIV, Capitulo XVIII))

³⁶¹ REYCENDE, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento...* Tomo II..., p. 323, 325, 327 e 329. (Sessão XXIV, Capitulo XVIII)

³⁶² REYCENDE, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento...* Tomo II..., p. 329. (Sessão XXIV, Capitulo XVIII)

4.2.3.4. Extorsão, retenção e venda de benefícios

Os rendimentos associados ao benefício paroquial deviam ser geridos exclusivamente pelo beneficiado, não devendo o padroeiro intrometer-se na sua receção e gestão.

O direito de padroado jamais poderia ser objeto de venda, troca ou qualquer outra situação, caso contrário ser-lhes-ia retirado o direito de padroado.

A existência destas normativas revela a subsistência de atos de extorsão e retenção do benefício paroquial, bem como da venda/troca do direito de padroado. Tal como as trocas/vendas de templos, referidas anteriormente, feitas durante a Idade Média, ainda sob o sistema de igreja própria.

Os Padroeiros pois dos Benefícios, de qualquer Ordem, Dignidade, que sejam, ainda Comunidades, Universidades, e quaesquer Collegios de Clerigos, ou Leigos, de nenhum modo, e por nenhuma causa se intromettão na percepção dos fructos, rendimentos, e observações de quaesquer Benefícios, ainda que por fundação, e dotação fossem verdadeiramente do direito do Padroado; mas deixem que o Reitor, ou Beneficiado os distribua livremente, sem obstar qualquer costume. Nem pertendão contra as determinações dos Canones, transferir a outros o dito direito de Padroado, com o titulo de venda, ou qualquer outro; e fazendo o contrario fiquem sujeitos ás penas de Excomunhão, e Interdicto, e ipso jure privados do dito direito de Padroado.³⁶³

Qualquer individuo que impeça a boa gestão ou que promova a extorsão para uso próprio dos rendimentos, benefícios, direitos, bens ou rendas de uma igreja, que os deveria aplicar nas necessidades dos pobres e dos que os servem, será excomungado até que restitua à Igreja o que desviou. Se este ato tiver sido cometido pelo padroeiro, perderá o direito de padroado.

“Se algum Ecclesiastico, ou Leigo, de qualquer dignidade que seja, ainda que seja Imperador, ou rei, tiver seu coração tão cheio de avareza (...), que se atreva a converter em seu próprio uso, e usurpar para si mesmo, ou para outrem, por força, ou por ameaças, e ainda por meio de interpostas pessoas, Ecclesiasticas, ou Seculares, com qualquer arte, ou sob qualquer pretexto, e côr que possa ser, as

³⁶³ REYCENDE, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento...Tomo II...*, p. 447. (Sessão XXV, Capitulo IX)

*jurisdições, bens, censos, direitos, ainda feudais, e emphyteuticos, os fructos, emolumentos, e quaesquer rendas, que sejam de alguma Igreja; ou qualquer Beneficio Secular, ou Regular, Montes de piedade, ou quaesquer outros lugares de devoção que seja, que devem ser empregados nas necessidades dos pobres, e dos que os servem; ou impedirem pelas mesmas vias, que os ditos bens sejam recebidos por aquelles, a quem de direito pertencem; fique sujeito a anathema; até que elle tenha inteiramente tornado, e restituído á Igreja, e a seu Administrador, ou Beneficiado, as ditas jurisdições, bens, efeitos, direitos, fructos, e rendas, de que se tiver apossado; ou que lhe vierem de qualquer modo que seja, ainda por doação de pessoa suposta, e que elle tenha obtido a absolvição do Summo Pontifice. E se elle for Padroeiro da dita Igreja, além das ditas penas, será privado della, e do direito de Padroado. E todo o Ecclesiastico, que tiver dado consentimento, e favor a semelhantes usurpações, e empresas execráveis, será sujeito ás mesmas penas, privado de todos os Beneficios, inhabilitado para quaesquer outros; e ainda depois de inteira satisfação, e absolvição, será suspenso do exercicio das Ordens, em quanto for vontade do ordinario.*³⁶⁴

4.2.3.5. União de benefícios paroquiais

Segundo as normativas tridentinas a união de benefícios paroquiais livres, ou quaisquer outros benefícios, a igrejas com direito de padroado, transformando estes direitos livres em direitos sob a tutela do padroeiro, são considerados fraudulentos, e não serão exercidos. Após vagarem regressariam à sua condição inicial, livre.

(...) os ajuntamentos feitos por via de união dos beneficios livres ás Igrejas do direito do Padroado, ainda de pessoas leigas, ou seja de Igrejas Parochiaes, ou de quaesquer outros Beneficios, ainda simples, ou Dignidades: de modo que os ditos Beneficios sejam tornados efeitos da mesma natureza, que aquelles a quem eles ainda não tiverem o seu pleno, e inteiro effeito serão tidos por sobrepticios, assim como os que daqui em diante se concederem á instancia de quem quer que for, e por qualquer authoridade que possa ser, ainda Apostolica, e por tão obtidos por surpresa como as mesmas uniões; não obstantes quaesquer termos que alli sejam

³⁶⁴ REYCENDE, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento...Tomo II...*, p. 139 e 141. (Sessão XXII, Capítulo XI)

*enxeridos, e qualquer derrogação que se dê por exprimida, e nunca serão postos em execução; mas os mesmos Benefícios unidos, quando vagarem, se confirão livremente, como antes da união.*³⁶⁵

4.2.3.6. Obtenção de padroados recentes

Em 1563, o Concílio de Trento determina que os padroados aceites e confirmados há quarenta anos deveriam ser examinados. Se comprovadamente algum tivesse sido obtido por um ato dissimulado (ob-repção) ou por uma ocultação intencional de factos que levariam à não concessão do padroado (sub-repção), declarar-se-ia nulo o padroado e as suas uniões, e os benefícios deveriam ser separados e entregues a outros elementos.

Quanto aos direitos de padroado com menos de quarenta anos ou que se pudessem vir a adquirir futuramente, através da edificação ou reabilitação de um templo, estariam sujeitos a normas mais apertadas, sendo analisada com rigor a autenticidade e indispensabilidade do benefício a ser reconhecido ou revogado pelo bispo. Caso o direito de padroado não fosse reconhecido ou fosse anulado os bens doados deveriam ser devolvidos ao padroeiro/pretendente a padroeiro.

Quanto aos que se tem feito há quarenta annos, e conseguido seu effeito, e plena incorporação, ainda assim sejam estas incorporações revistas, e examinadas pelos Ordinarios (...) e as que forem obtidas por obrepção; sobreção, se declarem nullas junto com as uniões; e os mesmos Benefícios sejam separados, e dados a outros. Semelhantemente, tambem todos os direitos de Padroado sobre as Igrejas, ou sobre quaesquer Benefícios, e ainda sobre Dignidades dantes livres, adquiridas depois de quarenta annos, ou que se adquirirem para o diante; ou por ter feito algum novo edificio, ou por outra alguma causa semelhante, ainda por authoridade da Sé Apostolica, serão cuidadosamente reconhecidos pelos mesmos Ordinarios (...); sem que possam nisto ser impedidos por faculdades, ou privilégios de ninguém. E os que eles acharem, não serem estar legitimamente estabelecidos com alguma precisão, e necessidade manifesta, da Igreja, Beneficio, ou Dignidade, serão por eles inteiramente revogados, e os Benefícios remetidos em seu primeiro estado de liberdade; sem detrimento porém algum dos que os possuírem, e

³⁶⁵ REYCEDE, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento...Tomo II...*, p. 447 e 449. (Sessão XXV, Capitulo IX)

*restituindo aos Padroeiros o que eles haviam dado pela aquisição deste direito; não obstante todos Privilegios, Costumes, e Constituições, ainda de tempo immemorial.*³⁶⁶

4.2.4. O padroado nos territórios da expansão portuguesa

No decorrer deste trabalho, notámos que a bibliografia portuguesa sobre este tema dedicasse maioritariamente ao estudo do padroado português no Oriente. Embora não seja o nosso objeto de análise, importa saber que no século XV, quando o direito de padroado já estava muito enraizado em Portugal e se iniciavam as conquistas portuguesas no norte de África, a Igreja encarou a expansão portuguesa como uma oportunidade de evangelização, dando a Portugal o privilégio de “(...) *apresentação de pessoas idóneas para o desempenho de funções eclesiásticas nos territórios ultramarinos*”.³⁶⁷ Com esta posição da Santa Sé o direito de padroado ganha um novo vigor.

Como afirma Roland Jacques “*le patronat en général et le padroado en particulier se donnent comme une noble collaboration entre l’Église et le pouvoir civil*”.³⁶⁸

Pródiga na concessão de privilégios a Igreja outorgou vários documentos a Portugal, dos quais se destacam as bulas de 1455 e 1456, por se tratar dos dois primeiros documentos a definirem este direito.

A 8 de janeiro de 1455, o papa Nicolau V, através da bula *Romanus Pontifex*, concedeu a D. Afonso V, seus sucessores e ao Infante D. Henrique a propriedade perpétua dos territórios conquistados e por conquistar, onde tinham o direito de fundar e edificar igrejas, mosteiros e outros lugares santos, enviando voluntariamente eclesiásticos, seculares e regulares, de todas as ordens, nomeadamente mendicantes, com licença dos seus superiores.³⁶⁹

A 13 de março de 1456, Calisto III, concedeu a bula *Inter Coetara*. Este documento confirma as disposições da bula anterior e entrega perpetuamente o poder espiritual e a

³⁶⁶ REYCENDE, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento...* Tomo II..., p. 449 e 451. (Sessão XXV, Capitulo IX)

³⁶⁷ *Enciclopédia Fundamental Verbo*. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1982, p. 1160.

³⁶⁸ JACQUES, Roland – *De Castro Marim à Faiço: Naissance et développement du padroado portugais d’Orient des Origines à 1659*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, p. 31.

³⁶⁹ JACQUES, Roland – *De Castro Marim à Faiço...*, p. 41-47. MATOS, Manuel Cadafaz – *Italica Monymenta Sinica. Dos primeiros contactos da Europa com a Ásia Extrema. Para o estudo da missionação italiana em terras do Padroado português do Oriente na China. Aristóteles e as edições na China*. Obras completas de Manuel Cadafaz de Matos. Estudos de história da expansão (nos séculos XVI e XVII). Nº 6. Lisboa: Centro de Estudos de História do Livro e da Edição, 2010, p. 62. *Dicionário Enciclopédico Alfa*. 2 vol. (M-Z). Lisboa: Publicações Alfa, 1992, p. 867. JACQUES, Roland – *De Castro Marim à Faiço...*, p. 41-47.

jurisdição ordinária à Ordem de Cristo de que era grão-mestre o Infante D. Henrique. Fica igualmente estabelecido um acordo que determina a área de exploração de Portugal e Espanha, dividindo o mundo numa linha imaginária³⁷⁰ e determinando que todas as terras descobertas a oeste dessa linha seriam territórios de Espanha e a leste de Portugal. E confirma as disposições da bula.³⁷¹

Em 1572, a Santa Sé, cada vez mais atenta à missionação, cria a *Propaganda Fide*, que em 1622 se transformou em Sagrada Congregação para a Propaganda da Fé. Em 1640, com a Independência de Portugal, a Santa Sé não reconhece Portugal como um reino independente e os bispados que vão vagando por morte dos seus titulares não vêm substituto, ficando durante longos anos em Sé Vacante. Com este enquadramento o Padroado Português ficou limitado no seu raio de ação e só com D. João V será revitalizado.³⁷²

Contudo, em 1759 dá-se a expulsão dos Jesuítas, em 1833 o corte de relações diplomáticas entre o regime liberal e a Santa Sé e em 1834, o mesmo regime, extingue as ordens religiosas. Foi mais um duro golpe para o direito de padroado, quer em Portugal, quer no mundo português. A partir daqui entra-se num período de declínio, Portugal vai perdendo o seu domínio no Oriente, e nem as concordatas assinadas entre Portugal e a Santa Sé, em 1857, 1886³⁷³ resolveram completamente o problema.

Com a implementação da República em 1910 e a postura anticlerical manifestada e posta em prática com a Lei da Separação, de 20 de abril de 1911, a crise do padroado português no oriente sofreu um novo agravamento. As negociações entre Portugal e a Santa Sé continuaram e ainda se assinaram três importantes acordos, em 1928, 1929 e 1950, e uma concordata em 1940, relativos ao padroado na Índia. Porém, com a independência da Índia em 1947, a situação ficou insustentável. A 18 de julho de 1950 o governo português renuncia a apresentar prelados para várias dioceses e desliga-se completamente da diocese de Bombaim. A 25 de outubro de 1953 a Santa Sé confia as poucas missões que restavam a Portugal na diocese de Goa aos ordinários locais e em 1961 os territórios portugueses são tomados à força

³⁷⁰ A Coroa portuguesa descontente com a localização da linha imaginária que dividia o mundo, negociou um novo meridiano e acabou por assinar o Tratado de Tordesilhas no dia 7 de julho de 1494. Segundo o Tratado de Tordesilhas, todas as terras descobertas até o limite de 370 léguas (em vez das 100 léguas previstas pela bula de 1456) a oeste de Cabo Verde seriam de domínio português, sendo as restantes de posse espanhola.

³⁷¹ JACQUES, Roland – *De Castro Marim à Faião...*, p. 47-49.

MATOS, Manuel Cadafaz – *Itálica Monvmenta Sinica...*, p. 62.

³⁷² REGO, António da Silva – *O Padroado Português no Oriente e a sua Historiografia (1838-1950)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1978, p. 19-21. *Dicionário Enciclopédico Alfa*. 2 vol. (M-Z). Lisboa: Publicações Alfa, 1992, p. 867. MATOS, Manuel Cadafaz – *Itálica Monvmenta Sinica...*, p. 62-63.

³⁷³ A concordata de 21 de janeiro de 1857 tratava da circunscrição exata das dioceses sufragâneas da arquidiocese de Goa. A de 23 de junho de 1886 pretendia retificar a anterior. REGO, António da Silva – *O Padroado Português no Oriente...*, p. 29-33. ALPOIM, C. Lopes – *O Padroado em face da política do Vaticano e da política da República*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1928, p. 5.

pela união indiana, fechando definitivamente este ciclo.³⁷⁴ O padroado no Oriente terminou em 1953, sendo definitivamente afastado em 1961.

4.2.5. A Extinção do direito de padroado em Portugal

A política religiosa de D. José I veio afirmar “*o poder temporal superior ao poder espiritual, confinando a autoridade dos bispos no quadro da obediência devida à coroa*”.³⁷⁵ Esta nova postura trouxe consigo uma série de acontecimentos que viriam alterar para sempre a estrutura religiosa portuguesa e levariam posteriormente à extinção do padroado e das ordens religiosas em Portugal.

4.2.5.1. Expulsão dos jesuítas e 1759

A 3 de setembro de 1759 é escrita a *Ley porque Vossa Magestade he servido exterminar, proscrever, e mandar expulsar dos seus Reinos, e Dominios os Regulares da Companhia de Jesus e prohibir que com elles se tenha qualquer comunicação verbal ou escrito; pelos justíssimos, e urgentíssimos motivos, assima declarados, e debaixo das penas nella establecidas*. Nesta lei D. José I declara os religiosos da Companhia de Jesus como:

(...) *corrupidos; deploravelmente alianados do seu Santo Instituto; e manifestamente indispostos com tantos, tão abomináveis, tão inveterados, e tão incorrigíveis vícios para voltarem á observância delle; por Notorios Rebeldes, Traidores, Adversarios, e Aggressores, que tem sido, e são actualmente, contra a minha Real Pessoa, e Estados, contra a paz publica dos meus Reinos, e Dominios, e contra o Bem-commum dos meus fieis Vassalos: Ordenando, que como taes sejam tidos, havidos, e reputados: E os hei desde logo em efeito desta prezente Ley por desnaturalizados, proscriptos, e exterminados: Mandando que effectivamente*

³⁷⁴ REGO, António da Silva – *O Padroado Português no Oriente...*, p. 34-42. LOPES, P. António – *Diocese fundadas nos territórios e padroado português a partir de Lisboa com seus respectivos bispos (e substitutos no governo das Dioceses)*. Cucujães: Conferência Episcopal Portuguesa - Secretariado Nacional das Comemorações dos 5 séculos, 1994, p. 28, 59. ALPOIM, C. Lopes – *O Padroado em face da política do Vaticano...*, p. 5.

³⁷⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. Vol. VI – O Despotismo Iluminado [1750-1807]. 6ª ed. Póvoa do Varzim: Editorial Verbo, 2004, p. 116.

*sejão expulsos de todos os meus Reinos, e Dominios, para nelles mais não poderem entrar (...)*³⁷⁶

Os jesuítas, protegidos pela Santa Sé, da qual tinham recebido diversos privilégios³⁷⁷, pregadores, confessores, professores, com um cunho científico emanado através dos seus colégios e publicações, estavam intimamente ligados à evangelização, na qual entre outras situações defendiam os nativos dos abusos dos colonos. Estas características terão despertado a desaprovação régia. Como afirma Joaquim Veríssimo Serrão “os padres eram acusados de se imiscuírem no governo secular, tarefa considerada alheia às obrigações do sacerdócio”.³⁷⁸

Após diversas tentativas de subjugação dos jesuítas, em 1758 alguns religiosos desta congregação foram acusados de conspiração contra o rei e de envolvimento na tentativa de regicídio, de 3 de setembro do mesmo ano, o que constituía crime de *Lesma Majestade*.³⁷⁹ Exatamente um ano depois desta conjura, os jesuítas são expulsos.



23. *O Trabalho Perdido* (alegoria à expulsão dos jesuítas), gravura de Joaquim Carneiro da Silva, publicada em 1771 pela Tipografia Régia (in Biblioteca Nacional)

³⁷⁶ *Collecção das Leis, Decretos, e Alvarás, que compreende o Feliz Reinado Del Rei Fidelissimo D. José o I Nosso Senhor. Desde o anno de 1750 até o de 1760, e a Pragmatica do Senhor Rei D. João o V do anno de 1749.* Tomo I. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1797. (5 fls. não numeradas)

³⁷⁷ Fundada em 1540, a 15 de novembro de 1549, recebia de Paulo III isenção de quaisquer jurisdições, estando a Companhia de Jesus meramente debaixo da alçada da Santa Sé.

Paulo III “(...) livrou de toda a superioridade, jurisdição, e correcção de todos, e quaesquer Ordinarios, a mesma Companhia, e todos os seus Socios, e Bens, tomando a todos debaixo da sua protecção, e da da Sede Apostolica”. (*Collecção das Leis, Decretos, e Alvarás, que compreende o Feliz Reinado Del Rei Fidelissimo D. José o I Nosso Senhor.* Tomo III [1769-1777]. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1790, p. 412.)

³⁷⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. Vol. VI ..., p. 48.

³⁷⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. Vol. VI ..., p. 48-54.

Durante as contendas do poder régio com a Companhia de Jesus o papado solicitou sempre a complacência de D. José I,³⁸⁰ no entanto a expulsão dos jesuítas em Portugal marcou o início de um processo bastante mais complexo que envolveu outros países europeus³⁸¹. Com estes acontecimentos Clemente III, o papa regente, é pressionado a extinguir a Companhia de Jesus no mundo, situação que só acontece com o seu sucessor, Clemente XIV, a 4 de julho de 1773, através do *Breve do Santissimo Padre Clemente XIV pelo qual a Sociedade chamada de Jesus se extingue, e suprime em todo o orbe*.³⁸²

Quanto ao património da Companhia de Jesus em Portugal, a 4 de março de 1761 é registado o *Alvará porque Vossa Magestade conformando-se com o parecer dos Ministros do*

³⁸⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. Vol. VI ..., p. 48-54.

³⁸¹ Em 1764 os religiosos da Companhia de Jesus foram expulsos de França, por Luís XV. No mesmo ano, Carlos III, prende todos os jesuítas de Espanha. E em 1768 são expulsos de Parma e da Ilha de Malta.

³⁸² Nos argumentos que utiliza, Clemente XIV, diz que seguindo o exemplo dos seus antecessores quis fechar “inteiramente a porta ás controversias, ás disputas, ás dissensões, e ás animosidades, que sempre resultam dos diversos partidos” e reconhecendo a importância das ordens religiosas assume que a Igreja tem de ser firme no caso de alguma delas prejudicar as leis da Santa Igreja:

“Não se pôde duvidar de que as Ordens Regulares merecem o primeiro lugar entre as cousas, que melhor contribuem para o bem, e felicidade da República Catholica; e que dellas dimanou em todo o tempo o ornamento, o socorro, e a utilidade mais ampla da universal Igreja de Christo. Por isso esta Sede Apostolica não somente as approvou, e protegeo, mas tambem as enriqueceo com benefícios, izençoens, privilégios, e faculdades, para que melhor se animassem, e inflammassem no aumento da piedade, e religião; e edificassem os costumes dos Póvos com as suas palavras, e exemplos, praticando, e confirmando entre os fieis a união da Fé. Porém tanto que, pelo contrario, alguma ordem Regular ou deixou de produzir aquelles abundantes frutos, e desejado proveito, que o Povo Christão devia perceber, e para cuja producção tinham sio instituídas; ou parecêram prejudiciais, e mais próprias para perturbarem, do que para promoverem a tranquilidade dos Póvos; esta mesma Sede Apostolica nunca duvidou de as reformar com estatutos nóvos, e de as reduzir á sua antiga austeridade de vida; ou de totalmente abolir, e desfazer aquellas mesmas Ordens, para cuja fundação tinha empregado toda a sua authoridade, e diligencia”

Relativamente aos princípios fundadores da Companhia de Jesus,

“(…) esta Ordem fora instituída pelo seu Santo Fundador para procurar a salvação das Almas; a conversão dos que se apartaram da Igreja; muito principalmente a dos Infieis; e o augmento da piedade, e da religião: Que para efeito de se conseguir mais fácil, se consagrara a Deos pelo estreitíssimo voto de Pobreza Evangelica, tanto no comum, como no particular; exceptuando sómente os Collegios, ou Casas de Estudos, aos quaes se permittio poderem ter rendas debaixo da condição, de que a mesma Companhia não pudesse em tempo algum dependellas, ou convertellas em commodo, utilidade, e uso da sua Communidade”.

Aprovada a 27 de setembro de 1540, pelo papa Paulo III, logo a Companhia de Jesus recebeu diversos privilégios. Porém,

“(…) quasi desde o principio começaram a brotar na mesma Companhia varias sementes de discórdias, e emulaçoens; não só dos mesmos Socios entre si, mas tambem com as outras Ordens Regulares; com o Clero Secular; com as Academias; com as Universidades; com as Escolas Públicas; e até com os mesmos Principes, em cujos Dominios havia sido admittida a Companhia”.

“Chegou o risco, e perigo a tal estado, que até aquelles mesmos Principes, em quem a devoção, e liberdade para com a Companhia parecia ter passado como em Herança de seus Avós; e que por esse titulo se achavam louvadas geralmente por quasi todas as Nações, quaes são os muito Amados em Christo Filhos Nossas os Reis de França, das Hespanhas, de Portugal, e das duas Sicilias, se víram obrigados a exterminarem, e expulsarem de seus Reinos, Dominios, e Provincias os Socios da mesma Companhia: Julgando todos ser este o ultimo remedio, que lhes restava; e o que lhes era indispensavelmente necessario para impedirem que no mesmo Seio da Santa Madre Igreja se desafiasssem, provocassem, e dislacerassem mutuamente os Póvos Christãos”.

Perante isto, Clemente XIV extingue a Companhia de Jesus.

(*Collecção das Leis, Decretos, e Alvarás, que comprehende o Feliz Reinado Del Rei Fidelissimo D. José o I Nosso Senhor*. Tomo III [1769-1777]. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1790, p. 397-441.)

*seu Conselho, e Desembargo, que ouvio sobre esta matéria, he servido que os bens seculares, e consistentes em móveis (não imediatamente dedicados ao Culto Divino) em mercadorias de commercio, em fundos de terras, e casas, e em rendas de dinheiros, que os Regulares da Companhia denominada de JESU expulsos destes Reinos, e seus Dominios, possuíam nelles como livres sem encargos pios; sejam logo como bens vacantes incorporados no seu Fisco, e Camara Real: Declarando os outros bens, que sahirão da Coroa para os mesmos Regulares, com os seus Padroados por revertidos á mesma Coroa: E determinando, que dos outros bens seculares que estão affectos com encargos pios, se fação exactas Relações para lhes nomear Administradores, que os conservem, e bem cumprão com as suas respectivas pensoens: Tudo na forma acima declarada.*³⁸³ Portanto, os bens patrimoniais foram incorporados na Real Fazenda e os restantes, nomeadamente os padroados, que durante mais de dois séculos pertenceram à Companhia de Jesus, transitaram para a Coroa.

Na Comarca da Feira a Companhia de Jesus tinha o padroado das igrejas de Macinhata da Seixa, Sanguedo, Paramos, Pedroso, Seixezelo, Vila Maior, Vale e S. Miguel do Mato, que depois deste alvará, transitaram para o padroado real até 4 de julho de 1774, quando D. José I entrega à Universidade de Coimbra os bens da extinta Companhia de Jesus.

A expulsão dos jesuítas foi a primeiro grande passo para um percurso que contribuiria para a extinção do padroado e levaria, em 1834, à extinção das ordens religiosas e a prova disso são os acontecimentos seguintes.

4.2.5.2. Extinção de mosteiros dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em 1770

Foi igualmente durante o reinado de D. José I que Clemente XIV extinguiu nove mosteiros de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho e entregou os seus bens ao Real Convento de Mafra, através do *Breve do Santissimo Padre Clemente XIV pelo qual se suprimem os mosteiros dos Conegos Regulares de Santo Agostinho de Portugal nele declarados; e os seus Rendimentos se unem, e applicam ao Real Convento de Mafra do Padroado Real, Agora concedido, e assinado aos mesmos Conegos Regulares*, de 4 de julho de 1770.

³⁸³ *Collecção das Leis, Decretos, e Alvarás, que comprehende o Feliz Reinado Del Rei Fidelissimo D. José o I Nosso Senhor. Desde o anno de 1761 até o de 1769.* Tomo II. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1776. (3 fls. não numeradas)

Este documento declara que o afastamento dos princípios religiosos, o ócio, o desregramento e o desmazelo apresentados por estes cónegos era de tal modo³⁸⁴ que as casas monásticas mais “*distantes do Povoado*” e “*(...) muito longe de seus Superiores, e da Corte*” não teriam solução mais eficaz do que a extinção e consignação de todos os seus “*(...) bens móveis, e immoveis de qualquer género, e espécie que sejam, e todos os frutos, e rendas*” a “*hum só Grande Mosteiro*”,³⁸⁵ o Real Convento de Mafra, de Frades da Ordem dos Menores da Observância de São Francisco, reformados por S. Pedro de Alcântara e designados de Capuchinhos.

O Convento de Mafra, através deste Breve, foi instituído “*(...) em Mosteiro da dita Congregação, e Conegos*” agostinhos, com o devido consentimento de D. José I de quem era o padroado do convento de Mafra. Portanto, D. José I deixa de ser o padroeiro do convento franciscano fundado por D. João V, e passa a ser padroeiro do recém instituído mosteiro agostinho de Mafra, sendo-lhe concedido (a ele e aos seus sucessores), pela Santa Igreja, o direito de nomear “*o Prior, o Vigario, e os quatro Conselheiros por cada triennio*”.³⁸⁶

Os religiosos franciscanos que viviam em Mafra tinham o direito de “*livre, e licitamente todos, e cada hum, alguns, ou algum, largar o primeiro Habito da dita Ordem, e tomar, e trazer o outro da referida Congregação; e fazer nella expressamente a Profissão, que castumam (sic) os ditos Conegos Regulares*”,³⁸⁷ ou poderiam ainda integrar outras unidades monásticas da sua ordem.

A transmutação da regra monástica do convento franciscano, que segundo o Breve era de tão “*(...) singular magnificência, e vasta extensão parece não dizer bem com a summa pobreza, e austeridade de vida, que professam os ditos Frades (...)*”³⁸⁸, afigura-se de certa forma incoerente. O convento de Mafra fundado pelo rei D. João V, era palácio real, não

³⁸⁴ “*(...) fomos insformados, que a Congregação dos Conegos Regulares de Santo Agostinho em Portugal, sendo nos seus princípios instituída, para que os seus Alumnos não vivessem sómente para si solitários, mas pudessem também ser uteis aos Proximos por meio da doutrina, e do exemplo, e instruillos com aquella piedade, e caridade, que he propria de Homens Religiosos, nas letras, e boas Artes: Pelo decurso do tempo veio a affrouxar de tal sorte daquele bom, e exemplar modo de vida, o qual nos prncipios da mesma Congregação lhe conciliava a veneração dos Póvos; que sem aproveitarem os remedios, que por muitos annos se applicáram, em lugar de se restabelecer a Observancia Regular, vieram os seus Individuos a precipitar-se cada dia em maiores abusos, desordens, e excessos, com grandíssimo escândalo de todos os bons (...)*”

(*Collecção das Leis, Decretos, e Alvarás, que compreende o Feliz Reinado Del Rei Fidelissimo D. José o I Nosso Senhor*. Tomo III [1769-1777]. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1790, p. 78)

³⁸⁵ *Collecção das Leis, Decretos, e Alvarás, que compreende o Feliz Reinado Del Rei Fidelissimo D. José o I Nosso Senhor*. Tomo III [1769-1777]. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1790, p. 79-81.

³⁸⁶ *Collecção das Leis, Decretos, e Alvarás, que compreende o Feliz Reinado Del Rei Fidelissimo D. José o I Nosso Senhor*. Tomo III [1769-1777]. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1790, p. 83.

³⁸⁷ *Collecção das Leis, Decretos, e Alvarás, que compreende o Feliz Reinado Del Rei Fidelissimo D. José o I Nosso Senhor*. Tomo III [1769-1777]. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1790, p. 85.

³⁸⁸ *Collecção das Leis, Decretos, e Alvarás, que compreende o Feliz Reinado Del Rei Fidelissimo D. José o I Nosso Senhor*. Tomo III [1769-1777]. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1790, p. 82.

poderia certamente cingir-se a umas instalações comuns, e se apesar da sumptuosidade do edifício estes frades mantinham desde a fundação a disciplina monástica não seria motivo de castigo, mas de rejubilo. O facto de lhes ser retirado o convento de Mafra e ainda serem incentivados à mudança de hábito, para uma ordem supostamente decadente, reforça ainda mais essa incongruência.

Mais ainda, só os religiosos agostinhos “*mais capazes, e idóneos*”³⁸⁹, provenientes dos extintos mosteiros, passariam a viver, “*em número competente*”, em Mafra. O que revela uma estratégia bem definida, onde todos os personagens seriam minuciosamente escolhidos, contrariamente ao que pareciam ser as intenções de reforma dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho declaradas por Clemente XIV, que definiu nove unidades monásticas tendo em conta, não só o comportamento e distanciamento do poder superior, mas também, a inferior riqueza, o reduzido número de religiosos e a presumível capacidade que os cónegos das nove casas, unidos em Mafra teriam de influenciar doutrinalmente as quatro unidades monásticas sobreviventes:

*“(…) que sam mais opulentos, e onde habita maior numero de Conegos: a saber, no de Santo Agostinho da Serra, defronte da Cidade do Porto: no de Santa Cruz de Coimbra, e no Collegio, que chamam da Sapiencia na mesma Cidade de Coimbra: e no de São Vicente de Fóra em Lisboa”*³⁹⁰

Nomeado pelo papa, seria D. João Cosme, apelidado da Cunha, arcebispo de Évora, “(…) com consentimento, e conselho do mesmo Rei D. Jozé (...)”,³⁹¹ a:

1. Selecionar os cónegos que mais se adequavam ao perfil pretendido para integrarem a comunidade religiosa de Mafra;
2. Decidir, caso se justificasse, “*comutar, e repartir a favor de hum, ou mais Mosteiros, dos que se ficam conservando, os moveis, e bens*” dos extintos, para se servirem das casas, utilizarem e integrarem as igrejas, os mosteiros, os sacrários e alfaías religiosas, no todo ou em parte;

³⁸⁹ *Collecção das Leis, Decretos, e Alvarás, que compreende o Feliz Reinado Del Rei Fidelissimo D. José o I Nosso Senhor*. Tomo III [1769-1777]. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1790, p. 84.

³⁹⁰ *Collecção das Leis, Decretos, e Alvarás, que compreende o Feliz Reinado Del Rei Fidelissimo D. José o I Nosso Senhor*. Tomo III [1769-1777]. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1790, p. 82.

³⁹¹ *Collecção das Leis, Decretos, e Alvarás, que compreende o Feliz Reinado Del Rei Fidelissimo D. José o I Nosso Senhor*. Tomo III [1769-1777]. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1790, p. 444.

3. Criar, nos lugares que considerasse “*mais opportunos, algumas Igrejas Paroquiais, que fiquem toda a vida sujeitas aos seus respectivos Ordinários*”.³⁹²

Portanto, através “*da Reforma, e Direcção das Pessoas Religiosas, da Honra de Deos, e da vida exemplar, e augmento do culto Divino*” Gregório XIV pretendia “*remediar os referidos males*”, e para tal extinguiu, entre outras unidades monásticas, o Mosteiro de São Salvador de Grijó, na Comarca da Feira,³⁹³ que lhe mereceu um especial destaque:

*De motu próprio, e certa sciencia, e com madura deliberação nossa, e com a plenitude da Authoridade Apostolica, suprimimos, e extinguímos totalmente os Mosteiros abaixo nomeados da dita Congregação dos Conegos Regulares de Santo Agostinho: A saber. Primeiro: o Mosteiro, que chamam de **São Salvador de Grijó**, situado na Comarca da Feira, Bispado do Porto; o qual pelas muitas ruínas, com que se achava damnificado, e pelo máo sitio muito baixo, e muito húmido, tinha sido em outro tempo transferido para o outro Mosteiro de Santo Agostinho chamado da **Serra**, fronteiro á Cidade do Porto, sendo Rei de Portugal, e dos Algarves Dom João III de illustre memoria, por Decreto do Bispo, que então era do Porto, que fora confirmado com Authoridade Apostolica por Nosso Predecessor Paulo III de feliz recordação; succedeo depois, que não querendo alguns Conegos do dito Mosteiro de **Grijó** estar pela mudança, ficaram hum, e outro, tanto o de **Grijó**, como o da **Serra**, existindo separados, e cada hum com as suas respectivas rendas, como hoje actualmente existem; por virtude de hum Breve, que, como se diz, alcançáram clandestina, e subrepticamente de nosso Predecessor de santa memoria Pio V. Segundo: o Mosteiro de **Vila Boa do Bispo**, sito na Comarca de **Sobre-Tamaga**, Conselho de **Bem viver**, no referido Bispado do Porto. Terceiro: o Mosteiro de **S. Martinho de Carámos**, Termo de Guimarães, Arcebispado de Braga. Quarto: o Mosteiro de **Santa Maria de Landim**, distante quasi tres léguas da Cidade de Braga, e no mesmo Arcebispado. Quinto: o Mosteiro [sic] de **São Salvador de Paderne**, Comarca de **Valença do Minho**. Sexto: o Mosteiro de **São Simão da Junqueira**, Conselho de Faria, Termo de **Barcellos**. Setimo: o Mosteiro de **São Jorge**, junto á Cidade de Coimbra. Oitavo: o Mosteiro de **Santa Maria de***

³⁹² *Collecção das Leis, Decretos, e Alvarás, que comprehende o Feliz Reinado Del Rei Fidelissimo D. José o I Nosso Senhor*. Tomo III [1769-1777]. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1790, p. 84.

³⁹³ *Collecção das Leis, Decretos, e Alvarás, que comprehende o Feliz Reinado Del Rei Fidelissimo D. José o I Nosso Senhor*. Tomo III [1769-1777]. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1790, p. 79-80.

Refojos de Lima, junto a Vianna do Minho. Nono, e ultimo: o Mosteiro de **Moreira**, Comarca da **Maya**, distante quasi duas léguas da Cidade do Porto.³⁹⁴

Independentemente dos objetivos transmitidos no referido Breve, com esta tomada de posição Clemente XIV, que já tinha contribuído notavelmente para o reforço da autoridade régia com a expulsão dos jesuítas, vem reiterar esse poder subjugando ao rei uma importante ordem religiosa, os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, que desde o início sempre obtiveram proteção direta da Santa Sé e, à semelhança da Companhia de Jesus, dela receberam diversos benefícios, nomeadamente a isenção de qualquer jurisdição (mesmo que episcopal), estando única e diretamente sujeitos a Roma, como era o caso, desde o século XII, dos mosteiros de S. Salvador de Grijó e de Santa Maria de Refojos de Lima.

Em 1770 Mafra é transformado no principal mosteiro dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho e o rei adquire plenos poderes sobre os religiosos agostinhos de Mafra, inclusive no que respeita à nomeação dos cargos eclesiásticos, não dependendo do bispo ou do papa para o fazer. Naturalmente com a criação do mosteiro agostinho de Mafra, como sede da congregação, pretendia-se retirar poder aos mosteiros sobreviventes, especialmente à casa mãe, Santa Cruz de Coimbra. Prova disso é o facto de três anos depois, a 8 de maio de 1773, Clemente XIV entregar o Mosteiro de S. Vicente de Fora ao poder régio, através do *Breve do Santissimo Padre Clemente XIV pelo qual se concede a Igreja, e Mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa, e os seus rendimentos, e direitos a Igreja Patriarcal, e Mosteiro de Mafra, de Conselho, e Consentimento Regio. A arbítrio do E.^{mo} e R.^{mo} Cardeal da Cunha*.³⁹⁵ O Mosteiro

³⁹⁴ *Collecção das Leis, Decretos, e Alvarás, que comprehende o Feliz Reinado Del Rei Fidelissimo D. José o I Nosso Senhor*. Tomo III [1769-1777]. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1790, p. 80-81.

³⁹⁵ D. José pretendia transformar o Mosteiro de S. Vicente de Fora em Igreja Patriarcal, para isso alegou que após as sucessivas destruições da Igreja Patriarcal (em 1755 é destruída pelo terramoto; em 1769 a nova construção é devastada por um incêndio e transferida para o beneditino Mosteiro da Saúde é reduzida a cinzas em 1771) só o Mosteiro de S. Vicente de Fora reunia todas as condições apropriadas a esta função e que os seus rendimentos seriam de grande proveito se unidos ao Mosteiro agostinho de Mafra.

Clemente XIV anuiu a todas as solicitações que a Coroa portuguesa apresentou dizendo que D. José “(...) *tem por objecto a honra da Casa de Deos, e a utilidade, e comodidade de seus Ministros* (...)”, por isso delegava no Cardeal D. João da Cunha todo o poder necessário para proceder às alterações solicitadas:

“*Há pouco porém, que da parte do mesmo Rei D. Jozé nos expoz o amado Filho Francisco de Almada e Mendonça, Commendador da Ordem de Christo, e Ministro Plenipotenciario do mesmo Rei D. Jozé junto a Nós, e a esta Santa Sé: Que succedendo no anno de MDCCLV ficar destruída com os terremotos a Capella Real, que de muito tempo antes se achava servindo da Igreja Patriarcal; e edificando-se de novo com notável despeza no sitio da Cotovia a mesma Igreja Patriarcal com todos os aposentos necessarios, tudo isto fora tambem destruído pelo grande incendio, que se seguiu no anno de MDCCLXIX: E que ainda que o exercício dos Officios Divinos da sobredita Igreja Patriarcal se transferira depois para a Igreja (ainda não de todo acabada) do Mosteiro de S. Bento, que chamão da Saude, onde tambem com grande despeza se fabricaram todas as accomodaçoens, que pareceram necessárias para a comodidade, tanto da mesma Igreja Patriarcal, como de seus Principaes, e Ministros; com tudo outra vez fora tudo devorado por outro ainda maior incendio, que sobreveio no anno de MDCCLXXI: Que por isso depois de tantas, e tão grandes fatalidades, considerando pia, e prudentemente o mesmo Rei D. Jozé, que se devia escolher, e constituir para a sobredita Igreja Patriarcal hum Lugar, que fosse*

de S. Vicente de Fora foi transformado em Igreja Patriarcal e os seus religiosos integrados no mosteiro de Mafra ou nas três sobreviventes unidades monásticas de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Clemente XIV acaba por colocar mais um importante referencial dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho à disposição das necessidades e vontades de D. José I, enfraquecendo cada vez mais as ordens monásticas em geral e os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em particular.

D. Maria I, após a morte do pai (D. José I), procurou restituir, na medida do possível, a organização inicial destas ordens religiosas, decretando a 11 de abril de 1780 o regresso dos religiosos franciscanos a Mafra e a restituição dos mosteiros aos cónegos agostinhos, embora só depois da concessão da bula *Expositum Nobis*, a 3 de abril de 1792, por Pio VI, se daria efetivamente andamento a esse processo que culminou com o reactivamento dos mosteiros de Grijó, S. Vicente de Fora e Refojos de Lima. A partir de 30 de dezembro de 1794 a Congregação dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho passava a contar com os seguintes mosteiros e religiosos:³⁹⁶

1. Com oitenta religiosos, Santa Cruz de Coimbra;

não só illustre pela magnificência, mas também menos exposto a semelhantes perigos; não pudera achar outro mais apto, e acomodado, do que a Igreja do dito Mosteiro de S. Vicente de Fóra da referida Congregação dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho; o qual, segundo se acrescentava na mesma Exposição, era de Fundação, Dotação, e Padroado Real (...): E que assim julgará conveniente, que a Patriarcal, e os seus Principaes, e Ministros se transferissem para a sobredito Igreja, e Mosteiro. Como porém p sobredito Cardeal D. João, a quem (...) constituíramos Executor do sobredito Breve, conheceo, que para a manutenção dos Cónegos Regrantes do Mosteiro de Mafra, e para a conservação do Collegio dos Estudos, que com grandíssima utilidade dos mesmos Cónegos fora vontade do mesmo Rei, que nelle se erigisse, não eram bastantes as rendas actuaes dos Mosteiros suprimidos, e extintos da mesma Congregação; nem também bastava tudo, o que até agora se tinha percebido da alienação de huns Bens, que pela distancia de Mafra, não produzião frutos alguns, antes pediam que se fizessem com elles grandes despezas: E que além disso considerada a magnificência do sobredito Mosteiro, e a necessidade do sobredito Collegio, não parecia sufficiente o actual, e reduzido numero de setenta Cónegos Regrantes, nem todos de huma idade, nem do mesmo vigor; quando para se cumprir com as obrigações, encargos, e officios da mesma Comunidade apenas pareciam basar cem regulares: E que finalmente, considerada a distancia, em que está o sobredito Mosteiro de Mafra, nenhuma outra qualidade de rendas dos Mosteiros suprimidos se julgava conveniente para o seu uso, que não fosse a dos Censos, Contribuições, e certas outras Penções; visto que não só falta aquella comodidade tão necessária para a administração económica de huma Comunidade, que consta de grande numero de Pessoas; isto he, para a administração de Frutos, e de outras cousas, que se percebam de Bens próprios, e vizinhos; mas ainda se fazia necessario destinar huma Casa separada, para onde os sobreditos Cónegos pudessem ir com os mesmos Colegiaes ter alguma recreação: Para se prover pois a hum mesmo tempo, tanto ás necessidades da sobredito Igreja Patriarcal, como ás do sobredito Mosteiro de Mafra, era vontade do mesmo Rei D. José doar á referida Igreja Patriarcal o dito Mosteiro de São Vicente, mas também se accrescente o Patrimonio, de que necessita o ouro Mosteiro de Mafra; e por isso se lhe unão as Quintas, Penções, Rendimentos, e Direitos do sobredito Mosteiro de S. Vicente de Fóra, que parecerem necessarios para a manutenção, e conservação da Fabrica, e da referida Casa; e juntamente se transfiram para o Mosteiro de Mafra, ou para outro dos que ainda existem da dita Congregação, os Cónegos Regrantes, que agora habitam no dito Mosteiro de S. Vicente; do modo que for declarado ao mesmo Cardeal D. João (...)."

(*Collecção das Leis, Decretos, e Alvarás, que comprehende o Feliz Reinado Del Rei Fidelissimo D. José o I Nosso Senhor*. Tomo III [1769-1777]. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1790, p. 444-448.)

³⁹⁶ REIS, António Matos – O Património Artístico do Mosteiro de Refojos do Lima. In *Subsídios para a história do Convento de Refojos*. Ponte de Lima: Instituto Politécnico de Viana do Castelo, 1988, p. 40-43.

2. Com sessenta religiosos, S. Vicente de Fora,
3. Com trinta religiosos cada, S. Salvador de Grijó, Stº Agostinho da Serra e Stª Maria de Refojos.

Durante vinte e quatro anos (1770 a 1794) o padroado do mosteiro de Grijó, constituído, na comarca da Feira pela própria igreja conventual e paroquial de Grijó, e pelas igrejas de Argoncilhe, Perosinho e Serzedo, e ainda Travanca da Bemposta, Travassô e Eirol, fora da comarca da Feira e pertencentes ao bispado de Coimbra, ficou à mercê de uma administração longínqua (Mafra), que, através da documentação, percebemos ter dificuldade até de receber os dízimos a que tinha direito nestas freguesias. E quanto ao património construído? Será que teve capacidade para o salvar? Hoje constatamos que as igrejas deste padroado foram profundamente alteradas e o que chegou aos nossos dias, exceto no caso de Grijó, está muito longe da descrição existente nas memórias paroquiais de 1758. Bem sabemos que um pouco por toda a parte as remodelações pela incúria do tempo ou por uma questão de gosto foram uma constante, mas, não terá esta situação potenciado o desaparecimento de retábulos e a necessidade de nos primeiros anos do século XIX, proceder à reedificação de edifícios, como é o caso de Perosinho e Serzedo?

A segunda metade do século XVIII, abundante em decisões que abalaram profundamente as estruturas religiosas existentes, foi determinante para o que viria a suceder na primeira metade do século XIX.

4.2.5.3. Direito de padroado esvaziado e extinto

O padroado particular cessa definitivamente no período liberal, sendo até à data da sua extinção, regido pelas normativas conciliares tridentinas.

Este direito começa a ser esvaziado de uma forma mais evidente com o decreto de 30 de julho de 1832³⁹⁷, argumentado por José Xavier Mouzinho da Silveira³⁹⁸ e assinado por D.

³⁹⁷ *Collecção de decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde que assumiu a Regencia em 3 de Março de 1832 até à sua entrada em Lisboa em 28 de julho de 1833.* 2ª Série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1836, p. 208-210.

³⁹⁸ José Xavier Mouzinho da Silveira, no relatório que antecede os decretos de 30 de julho apresenta a argumentação que lhe permite justificar as medidas que vai tomar neste decreto e que irá reiterar a quando da extinção do padroado:

“Os Portuguezes se atormentam, se perseguem, e se matam uns aos outros, por não terem entendido que o Reino, tendo feito grandes Conquistas, viveu por mais de tres seculos do trabalho dos escravos, e que perdidos os escravos, era preciso crear uma nova maneira de existência, multiplicando os valôres pelo trabalho próprio. O ouro das Conquistas foi longo tempo a causa de poder durar um Governo, que nunca aprendeu quanto tinha, nem quanto gastava; e o habito deste abandono é ainda hoje o maior inimigo de Portugal; porque não é possível que se esqueçam de repente os Direitos recolhidos do Erario, e resgatados nas Conquistas, nem é possível que

venham de repente os hábitos de vender no meio da concorrência geral a getes, que por tanto tempo fixaram exclusivamente os preços de suas produções.

Possuindo dos factos, que determinaram um modo de estar facil mas precario, porque não fundado na immutavel natureza das cousas, vi na separação do Brasil um acontecimento ainda mais fértil em consequencias, do que foi a descoberta.

(...)

(...) levei ao conhecimento de Vossa Magestade Imperial varias medidas, nas quaes me tenho proposto a fazer mudar inteiramente o espirito de nossas Leis económicas, a fim de nos habilitar a vender a nos mercados geraes os géneros, que no antigo Systema só podíamos vender a escravos, ou a Nações, que nos faziam pagar bem caros os favores de nos comprar, e que nos pozeram ellas mesmas dentro de suas regras geraes.

Os Dizimos foram no Povo de Israel uma contribuição única; esse Povo nada mais pagava, e o seu Thesouro nada mais recebia.

O Salvador do Mundo não estabeleceu Dizimos; os Apostolos não os receberam, nem impozeram; e nos tres primeiros seculos da Igreja os Catholicos não os conheceram. Mas os Catholicos queriam, e deviam querer sustentar os Ministros do Altar, e as Oblações voluntarias começaram; e nos tempos, em que nem todos eram Christãos, e quando somente as terras melhores eram cultivadas, e o Commercio não dava sahida ao que sobrava, essas Oblações não eram gravosas, e ainda menos quando os Prelados, e os Ecclesiasticos, ou por virtudes superiores, ou por falta do mesmo Commercio davam aos pobres o sobrejo dos Dizimos, que hoje vendem.

Com os tempos a cultura foi augmentando, as Oblações degeneraram em costumes, os costumes em obrigações, e os Dizimos nasceram, e tanto augmentaram, que, á maneira do Povo de Israel, por muito tempo sustentaram o Clero, os Grandes, e os Soldados, e formaram o Systema inteiro das Finanças: daqui a origem das Commendas, e das Ordens Militares.

O Decreto, que reduziu os Dizimos, o das Sizas, o do acabamento dos Direitos de sahida, e dos obstaculos oppostos ao Commercio, o que proponho actualmente, e muitos outros, que faltam, são (...) meios de obter que seja possivel trabalhar, e viver vendendo os fructos do trabalho, a que nos chama a natureza das cousas. O meu objecto não é fazer, é deixar fazer; as minhas Finanças não estão na Contabilidade Arithmetica, estão na riqueza publica, no aumento da matéria contribuinte; a minha Contabilidade é resultado necessario da porção, que se póde tirar á matéria contribuinte, sem substar o seu progressivo accrescentamento: algum tempo teremos de sofrer privações, alguns interesses serão offendidos, mas o resultado é infallivel, e vem mais apressado do que se pensa.

Mas os Dizimos augmentaram, porque a Povoação cresceu, e porque a civilização progrediu; e quando o progresso foi sensível, o Commercio marítimo nasceu, e com elle veio o numerário, vieram Ordenados, Soldos, e Tributos, ao mesmo tempo que permaneceram os Dizimos, e as Commendas, que são modos de estar em Finanças, e com as luzes modernas: porque se há Commendas, é forçoso que não exista Decima, nem outras Contribuições; e cabe aos Commendadores o fazer a guerra, e pagar aos Soldados; e se elles não pagam Soldados, nem fazem a guerra, sem Soldado não devem existir Commendas. Tudo quanto o Dizimos fundaram de bom foi gasto pelos tempos, e já não vivem delles, nem os Soldados, nem os pobres; e tudo quanto elles fundaram de máu, que é a oppressão do Povo, muito mais forte depois de vexado com outras posteriores Contribuições, ficou permanecendo; e o Povo sente o absurdo de pagar contemporaneamente dous Systemas de Finanças. Mas (...) nesta matéria o ponto não está em formar muitas correntes da única nascente, qual é o suor dos Póvos, mas está em augmentar a nascente; porque de outra forma a corrente moderna das Finanças, está secca, em quanto existir a corrente anterior creada nos Dizimos.

Antes da Revolução de França os Dizimos obstavam ao nascimento das Finanças, a ponto que ellas dobravam sem custo, apenas elles foram abatidos; entre nós os Dizimos montam em somma muito superior á proveniente de todas as Contribuições restantes; a maior parte das Rendas Publicas, que não são Dizimos, é proveniente do rendimento das Alfandegas, as quaes sendo bem regidas, e administradas em Portugal, hão de produzir um resultado, que ninguém se atreve a presumir, quando os Dizimos estejam supprimidos.

São muitos os argumentos, que dictam a medida de extinguir os Dizimos, e de pagar ao Clero como se paga na Madeira, e Açores, e em alguns Bispados, e Parochias do Reino; até porque a base principal da Administração é a uniformidade, e só ella póde formar Nações; e sem ella não há mais que terras vizinhas, mas estranhas umas a outras, posto que os habitantes falem a mesma língua.

O primeiro argumento consiste no excesso, e desigualdade da Contribuição: o excesso é provado a quem contar o custo do que semêa, e o preço do que recolhe; a sua receita, liquida, é raras vezes igual ao Dizimo. A desigualdade consiste em que toda a Contribuição deve ser paga por todas as Classes, e os Dizimos são pagos somente pela Classe Agricultora.

O segundo argumento consiste em que não é possivel cultivar terras, que dariam, sobre a despeza da cultura, um ganho liquido de cinco até dez por cento; porque o Dizimo, levando dez por cento das despezas todas, e do ganho necessario para que exista uma empresa permanente, reduziria o Cultivador a uma perda de cinco por cento, ou a não ganhar; por esta razão estão incultas muitas terras do Reino.

Pedro (Duque de Bragança), Marquês de Palmela, José Xavier Mouzinho da Silveira, Agostinho José Freire e Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque. Com este decreto extinguem-se os dízimos, transformam-se as comendas num objeto meramente honorífico, e a apresentação de eclesiásticos passa a ser responsabilidade governamental:

1. O artigo 1º, extingue todos os dízimos pagos “(...) *dos fructos da terra, e das arvores, das pastagens, montados, e córtes de madeira, dos animaes; e dos despojos de animaes; e finalmente de todas as produções (...)*”, exceto onde ainda não se pagava décima dos prédios rústicos, como era o caso dos Açores e da Madeira. Porém só permaneceriam em substituição desta décima, até ser estabelecido um sistema de contribuições “igual em tudo ao do Continente” – artigo 2º.

Todos os contratos e arrendamentos gerais ou parciais relacionados com os dízimos ficam sem efeito e em cada Diocese deveria ser nomeada uma comissão especial que regulasse, “(...) *sem contendias judiciaes os interesses de cada um*” – artigo 5º. Igualmente seriam suprimidas, todas as receitas

O terceiro argumento consiste na necessidade de concorrer com os produtos de Nações, que não pagam Dizimos; e quando Portugal possa exportar qualquer producção pelo preço de França, o pagamento do Dizimo exclue do Mercado geral a Producção Portuguesa; porque o Francez vendendo por nove tem o mesmo lucro, que o Portuquez vendendo por dez.

O quarto argumento consiste em que, pagando os Póvos a Decima, elles pagam Dizimo do que Deos lhes dá; porque a Decima, é tomada da renda, e tudo quanto não rende é despesa empregada para obter renda; quero dizer, é riqueza, que Deos não tinha dado, e da qual já estava paga a Decima, e o Dizimo.

O quinto argumento consiste na impossibilidade de ter Commendadores, quero dizr Commandantes de Tropas, que nunca viram, nem fizeram guerra, em quanto na guerra vencem precisamente o Soldo dos que não tem Commendas aquelles, que, sendo Commendadores, fazem a guerra, não por terem Commendas, mas por terem Soldo, e Honras.

O sexto argumento consiste em que os Dizimos, posto que desde muito tempo tirados em grande parte ao Clero, ainda lhe deixam riquezas exorbitantes, que chamam para elle indivíduos sem vocação, que não são instructores dos Póvos, e vive no fasto, e no luxo sem trabalhar; porque nada póde haver de mais seguro do que é; que será sempre extraordinariamente desproporcionada a Classe, que tiver maior partilha de subsistências da que cabe em distribuição igual.

O septimo argumento consiste em que as Commendas, sendo por costume dadas a gerações, e não a indivíduos, formam uma Classe privilegiada dos que as alcançam, incompatível ccom o espirito da Carta, e monstruosa nas suas consequencias moraes, e económicas; moraes, porque toda a certeza de fortuna obtida pelo nascimento forma em regra um ente inimig do trabalho, e por consequência inepto; e económicas, porque não é possível pagar serviços pessoases, quando os prémios estão absorvidos pr certo numero de famílias.

O oitavo argumento consiste na desproporção dos lucros de quem tem Dizimos, e Commendas, comparado, ou com pessoas da mesma Classe, que as não tem, ou com os Ordenadoss, e Soldos das outras Classes: quem teve nunca em Portugal duzentos mil cruzados por anno, á excepção do Bispo de Coimbra? Porque razão há de um Prelado ter esta somma, em quanto outro não passa de ter sete mil cruzados? Porque terá um Bispo mais que um Embaixador, ou que um General em Chefe?”

(Collecção de decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde que assumiu a Regencia em 3 de Março de 1832 até à sua entrada em Lisboa em 28 de julho de 1833. 2ª Série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1836, p. 205-208.)

provenientes de dízimos destinadas aos juros dos empréstimos públicos – artigo 6º.

“Os Ecclesiasticos Seculares, de qualquer ordem, ou preeminencia, e os indivíduos de todas as Corporações Seculares, e Regulares de ambos os sexos, que recebiam Dizimos” passariam a receber, em regime de substituição indemnizatória e até à sua morte ou saída da corporação, uma cômgrua igual ao rendimento anterior, paga pelo Tesouro Público (artigos 7º e 8º).

Quanto às corporações, aos comendadores e outras pessoas que recebiam dízimos, *“não tendo Ordens sacras, nem Profissão Religiosa, que as faça compreender na doutrina do Artigo 1º, receberão, em lugar do rendimento liquido anterior, um, ou mais Predios rústicos, ou urbanos dos Bens Nacionaes, cujo rendimento seja, em termo medio dos quatro annos anteriores, igual á metade do rendimento do tero medio da mesma época, que lhes davam as Commendas, ou os Dizimos”*.

2. No artigo 3º, *“as Commendas de todas as Ordens, fundada em Dizimos, ficam sendo puramente honorarias (...), e nesta regra geral são compreendidas as que tinham obtido os mais altos Donatarios”*.
3. No artigo 4º, determina que a apresentação dos párocos e demais clérigos com benefícios eclesiásticos *“(...) fica revogada, e pertence exclusivamente ao Poder Executivo”*.

Na comarca da Feira existia uma comenda da Ordem de Malta, Comenda de S. Tiago de Rio Meão e dez da Ordem de Cristo: Comenda de S. Miguel de Arcozelo, Comenda de Stª Maria de Avanca, Comenda de S. Tiago de Beduído, Comenda de S. Pedro de Canedo, Comenda de Stº André de Lever, Comenda de S. Miguel de Oliveira de Azeméis, Comenda de S. Félix da Marinha, Comenda de S. Vicente de Pereira, Comenda de S. Miguel de Souto e Comenda de S. Pedro de Castelões. Com este decreto foram todas extintas.

A 31 de julho de 1833 é criada a *Comissão de Reforma Geral Eclesiástica*, e imediatamente ativa e instalada na Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça.³⁹⁹ Na sequência das propostas da *Comissão de Reforma Geral Eclesiástica*, a 5 de agosto do mesmo ano, são aprovados uma série de decretos (não numerados, assinados pelo duque de Bragança, D. Pedro e por José da Silva Carvalho), dos quais destacamos os seguintes:

³⁹⁹ *Collecção de decretos e Regulamentos Mandados Publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das Camaras Legislativas*. Terceira série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1836, p. 2.

1. Os arcebispados e bispados, confirmados por Roma são declarados vagos;
2. Qualquer noviciado está proibido de professar em ordem religiosa e deve sair da unidade monástica. Será o Estado, oportunamente, a criar “(...) *Seminarios para prover á educação da Mocidade, que fôr necessária para o serviço do Culto Divino*”;
3. Todos os padroados eclesiásticos, sem exceção, são extintos e a nomeação e apresentação de cargos clericais passam a ser da inteira responsabilidade do governo:⁴⁰⁰

Artigo primeiro. Ficam extintos, como se nunca tivessem existido, todos os Padroados Ecclesiasticos de qualquer natureza, ou denominação que sejam.

Artigo segundo. Só o Governo póde nomear, e apresentar os Arcebispados, Bispados, Dignidades, Priorados-Móres, Canonicatos, Parochias, Benefícios, e quaisquer outros Empregos Ecclesiasticos.

Estava definitivamente extinto o padroado. As igrejas e capelas da comarca da Feira, e de todo o país, estavam agora sujeitas ao poder político.

Um ano depois, através do decreto de 28 de maio de 1834, assinado por D. Pedro (Duque de Bragança) e Joaquim António de Aguiar, são extintos em Portugal e nos seus domínios “(...) *todos os Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospícios, e quaesquer Casas de religiosos de todas as Ordens Regulares, seja qual for a sua denominação, instituto, ou regra*”. Os seus bens transitariam para a Fazenda Nacional. Os vasos sagrados e paramentos seriam postos à disposição dos respetivos bispos para que fossem distribuídos pelas igrejas mais necessitadas. Os religiosos extintos receberiam, do Tesouro Público, uma pensão anual para sua sustentação até conseguirem trabalho de igual ou maior rendimento.⁴⁰¹

A 19 de maio de 1863, é assinada a *Carta de lei, pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das côrtes geraes da nação portugueza de 18 de maio de 1863, pelo qual ficam desde já abolidos todos os morgados e capellas actualmente existentes no continente do reino, ilhas adjacentes e províncias ultramarinas, e declarados allodiaes os bens de que se compõem, e se consignam varias regras e disposições relativas aos mesmos*

⁴⁰⁰ *Collecção de decretos e Regulamentos Mandados Publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das Camaras Legislativas*. Terceira série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1836, p. 5.

⁴⁰¹ *Collecção de decretos e Regulamentos Mandados Publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das Camaras Legislativas*. Terceira série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1836, p. 134.

morgados e capellas; determinando outrossim que o apanágio do principe real, sucessor á corôa, constituído em bens da casa de Bragança pela carta patente de 27 de outubro de 1645, continue a subsistir com as condições especiaes estabelecidas na mesma carta patente. Nesta carta declara-se a extinção dos morgados em que metade dos bens desvinculados “(...) será reservada para o imediato sucessor do morgado ou capella extincta, nascido ou concebido ao tempo da promulgação da presente lei, sendo descendente, irmão, filho ou neto de irmão do actual administrador” (artigo 2º), ficando o atual administrador com o usufruto dessa metade até à morte (artigo 4º). “Os bens desvinculados, em virtude das disposições d’esta lei, ficam civilmente livres dos encargos pios” (artigo 10º).⁴⁰²

Na comarca da Feira haviam diversas propriedades que pertenciam a morgados, nomeadamente aos morgados de Campo Belo, de Fermedo, de Pigeiros e de Vilar do Paraíso, aos quais pertencia, entre outras benesses, o direito de padroado das igrejas de Cesar e sua anexa Macieira de Sarnes, Fermedo e Vilar do Paraíso, respetivamente. Com esta carta os morgados foram extintos e as freguesias passaram a ter uma administração diferente. As capelas debaixo da alçada de morgados existentes na comarca da Feira, que com esta carta também foram extintas, eram as seguintes:

5. Morgado de Campo Belo: N. Sr^a da Graça, em Cesar; N. Sr^a da Conceição, em St^a Marinha.
6. Morgado de Fermedo: St^a Doroteia, no seu paço em Fermedo.
7. Morgado de Vilar do Paraíso: S. Martinho, em Vilar do Paraíso (afeta à igreja).
8. Morgado dos Baldaias: S. Tomé, em Canelas.
9. Morgado instituído por Domingos de Freitas Guimarães: N. Sr^a da Coroa, em Olival.
10. Morgado instituído por Domingos Dias dos Reis em 1697: St^o António do Cruzeiro, em Oliveira de Azeméis.
11. Morgado António de Freitas e Faria: Sr^a das Neves, em St^a Marinha.
12. Morgado instituído em 1665 por Francisco Távora de Miranda e sua mulher, Guiomar Pereira: S. João Baptista, em Vila Maior.

Após a implementação da República, surge a *Lei da Separação do Estado das Igrejas*, assinada a 20 de abril de 1911 por Joaquim Teófilo Braga, António José Almeida, Afonso

⁴⁰² VASCONCELLOS, José Maximo de Castro Neto Leite e – *Collecção Official da Legislação Portuguesa. Ano de 1863*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864, p. 200-201.

Costa, José Relvas, António Xavier Correia Barreto, Amaro de Azevedo Gomes, Bernardino Machado e Manuel de Brito Camacho, que em traços gerais, estabelecia, para além da fiscalização do culto por parte de organismos do estado, que os bens móveis e imóveis, incluindo catedrais, igrejas e capelas, afetos ao culto passavam a ser pertença do Estado, e os seus bens teriam obrigatoriamente de passar por um processo de arrolamento e inventário.⁴⁰³ Quanto à nomeação eclesiástica volta a ser uma responsabilidade dos bispos. Nas palavras de Mons. Miguel de Oliveira:

*“Sem de longe o imaginar, o autor da Lei da Separação restituiu aos Bispos, no regime paroquial, uma liberdade que eles não conheceram durante mais de mil anos”.*⁴⁰⁴

Com esta situação a Santa Sé corta relações diplomáticas com Portugal e só a partir da década de 1920 se iniciam esforços no sentido de uma reconciliação entre estes dois poderes.⁴⁰⁵

Em 1926, através dos decretos nº 11.887, de 6 de julho, e nº 12.485, de 13 de outubro, os bens imóveis e móveis, anteriormente da Igreja, desde que não estivessem a ser utilizados, voltariam à sua posse. Porém, o Estado poderia voltar a tomar posse deles caso não estivessem afetos ao culto.

A 25 de julho de 1940 o decreto de lei nº 30.165 reconhece à Igreja Católica a propriedade dos bens imóveis e móveis que ainda estavam na posse do Estado, exceto os que estivessem afetos a serviços públicos ou fossem classificados como monumentos nacionais ou imóveis de interesse público.

Com a lei de 1940, a situação começa a regularizar-se e as igrejas vão iniciar um período de adaptação a uma nova realidade, em que só dependem do seu bispo e da Sé Apostólica. No que respeita às obras de carácter arquitetónico e artístico, a partir daqui a iniciativa passa essencialmente pelo pároco, embora com a necessária aprovação do seu bispado, sempre de acordo com as normativas conciliares.

⁴⁰³ *Diário do Governo*. Nº 92, 21 de abril de 1911, p. 1619-1624.

⁴⁰⁴ OLIVEIRA, P. Miguel – *As Paróquias Rurais...*, p. 136.

⁴⁰⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal. A primeira República [1910-1926]*. Vol. XII. 2ª ed. Lisboa: Verbo, 2001, p. 42-45.

5. APRESENTAÇÃO DOS PADROADOS NA COMARCA DA FEIRA
– ALGUNS ASPECTOS DA SUA ADMINISTRAÇÃO

5.1. Tipologia dos padroados

Existiam os padroados particulares/leigos, reais, eclesiásticos e mistos. Os particulares/leigos pertenciam a um secular, eram sucessórios e entravam na herança familiar. Os reais permitiam ao rei a apresentação do pároco e todos os restantes privilégios e obrigações de um padroeiro. Os eclesiásticos pertenciam a instituições, entidades eclesiásticas, como por exemplo mosteiros, ou ainda a leigos que os entregavam à Igreja. Por um lado, quase todos os mosteiros possuíam direito de padroado de várias igrejas paroquiais, por outro, todas as igrejas paroquiais estavam sujeitas a jurisdição episcopal, sendo o bispo padroeiro ou não. Os mistos continham dois ou mais padroeiros, um leigo e outro eclesiástico, podendo ser simultâneo, se a apresentação do benefício paroquial fosse conjunta, ou alternativo. Para sermos rigorosos, o padroado só era realmente misto se a apresentação fosse conjunta.⁴⁰⁶

Em Terras de Santa Maria, posteriormente Comarca da Feira, existiam duas exceções à regra: o padroado do Mosteiro de Grijó e o padroado da Comenda de Rio Meão.

O padroado do Mosteiro de Grijó (igreja conventual de Grijó e igrejas paroquiais de Serzedo, Perosinho, Argoncilhe, Travanca, Travassô e Eirol), dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, recebeu a 27 de abril de 1139, de Inocêncio II a confirmação de proteção pontifical e a consequente imunidade e isenção da jurisdição episcopal⁴⁰⁷, reiterada várias vezes pelos seus sucessores, ao longo do século XII.⁴⁰⁸

Quanto ao padroado da Comenda de Rio Meão (igrejas paroquiais de Rio Meão, Arada e Maceda), da Ordem de Malta, não temos até ao momento referência documental à data em que passou a estar isento de jurisdição episcopal, mas em 1623 estava dispensado de qualquer obrigação perante o bispo, quando D. Rodrigo da Cunha refere o padroado de Grijó e de Rio Meão como exceções no contexto da Comarca da Feira e afirma que não obteve, relativamente ao padroado de Rio Meão, “(...) *por hora noticias do que rendem, nem que freguezes tem*”⁴⁰⁹, o que seria normal numa situação de isenção de jurisdição episcopal por não serem obrigados a dar informações sobre o seu domínio.

⁴⁰⁶ OLIVEIRA, P. Miguel – *As Paróquias Rurais...*, p. 140-146. PRAÇA, J. J. Lopes – *Ensaio sobre o Padroado Portuguez. Dissertação Inaugural para o acto de Conclusões Magnas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1869, p. 16-17. PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 108-110.

⁴⁰⁷ DURAND, Robert – *Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XI^e-XIII^e Siècles)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1971, p. 3.

⁴⁰⁸ DURAND, Robert – *Le Cartulaire Baio-Ferrado...*, p. 3. – MÁRTIRES, Fr. Timóteo dos – *Crónica de Santa Cruz*. Tomo II. Coimbra: Edição da Biblioteca Municipal, 1958, p. 142-143.

⁴⁰⁹ CUNHA, D. Rodrigo da – *Catalogo & Historia Dos Bispos do Porto*. Porto: João Rodriguez. Impressor de sua Senhoria, 1623, cap. XXXIV, p. 250-251.

Esta situação é reiterada em 1769, quando é escrito o livro de *Informasoins da Comarca da Feira*.⁴¹⁰ Mandado fazer “*Por ordem do Ill.^{mo}, e , R. ^{mo} S.^r Nicolau Joaquim Thorel da Cunha Manoel, do Conselho de S. Magestade Fidel.^{ma}, do Geral do S.^{to} Officio*”, Governador do mesmo Bispado”, descreve o clero, as igrejas, residências e passais das freguesias da Comarca da Feira afetas ao bispado do Porto, e é completamente omissa no que respeita aos padroados de Grijó e Rio Meão. Podemos concluir que esta ausência de informação se relaciona com o facto de serem isentos de jurisdição episcopal. Aliás ao falar das confrontações de algumas freguesias descritas, diz que esta ou aquela freguesia, vizinha da descrita, é do isento de Grijó ou do isento de Malta.

Interessa conhecer que género de padroados existiam na Comarca Eclesiástica da Feira, na época Moderna. Para tal, dos muitos documentos analisados encontrámos os elementos que necessitávamos, para saber a que padroado cada igreja pertenceu e como era administrado, em documentos impressos e manuscritos, tais como:

1. Catálogo dos bispos do Porto de 1623;⁴¹¹
2. Corografia de Carvalho da Costa, I e II volume, de 1706 e 1708;⁴¹²
3. Dicionário do P. Luís Cardoso de 1747 a 1751 – inquérito feito em 1732;⁴¹³
4. Memórias paroquiais de 1758;⁴¹⁴

⁴¹⁰ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*.

⁴¹¹ CUNHA, D. Rodrigo da – *Catalogo & Historia Dos Bispos do Porto*. Porto: João Rodriguez. Impressor de sua Senhoria, 1623, cap. XXXIV, 242-251.

⁴¹² COSTA, P. Antonio Carvalho da – *Corografia Portuguesa, e descriçam topográfica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contém; Varoens illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos; antiguidades, maravilhas da natureza, edifícios, & couzas curiosas observaçoens*. I Tomo. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706. / COSTA, P. Antonio Carvalho da – *Corografia Portuguesa...* II Tomo..., 1708, p. 98-177.

⁴¹³ CARDOSO, P. Luiz – *Diccionario Geografico ou Noticia Historica de todas as Cidades, Villas, Lugares e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as coufas raras, que nelles se encontraõ, affim antigas, como modernas, que escreve, e offerece ao muito alto, e muito poderoso Rey D. João V. Nosso Senhor*. Tomo I. Lisboa: Regia Officina Sylvianna, e da Academia Real, 1747.

CARDOSO, P. Luiz – *Diccionario Geografico....* Tomo II. ..., 1751.

⁴¹⁴ As primeiras Memórias Paroquiais que consultámos para as freguesias do atual **distrito de Aveiro**, foram, para o caso do atual concelho de Arouca: BRANDÃO, D. Domingos de Pinho; LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – *Arouca – Notas Monográficas*. Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1991; para o atual concelho de Ovar: BASTOS, Manuel Pires – *O Concelho de Ovar nas «Memórias Paroquiais» (1758)*. Ovar: Paróquia de Ovar, 1984. Entretanto foram publicadas todas as memórias paroquiais deste distrito num só volume, onde consultámos as restantes (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga: Edição José Viriato Capela, 2011.)

Para as freguesias do atual concelho de Vila Nova de Gaia, no **distrito do Porto**, embora já tivessem sido publicadas por Francisco Barbosa Soares (COSTA, Francisco Barbosa da – *Memórias Paroquiais*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1983.), optámos pela publicação mais recente: CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga: Edição José Viriato Capela, 2009.

5. Mapa de Portugal de João Batista de Castro de 1762;⁴¹⁵
6. Portugal sacro-profano de Paulo de Niza, segundo volume (II e III parte) de 1768;⁴¹⁶
7. Livro de visitas de 1769;⁴¹⁷
8. Descrição da cidade do Porto feita por Agostinho Rebelo da Costa em 1788;⁴¹⁸
9. Descrição da Comarca da Feira feita por Columbano Pinto Ribeiro de Castro, em 1801, analisado por Inês Amorim.⁴¹⁹

Os documentos de 1623 e 1769 só tratam das freguesias pertencentes à diocese do Porto. O dicionário do P. Luís Cardoso (1747-51) só trata das freguesias até à letra “c”. Dos restantes documentos, foi nas memórias paroquiais de 1758 que mais informações obtivemos. Todavia foi necessário proceder à comparação da informação dada nos vários casos, uma vez que existem situações omissas e até incorretas, sobre tudo no que respeita às corografias, dicionários e mapas de Portugal. Nota-se, igualmente, que alguns documentos impressos interpretam o direito de apresentação como requisito suficiente para se tratar do padroeiro, porém, apesar do direito de apresentação ser importante, mas não é a única benesse do direito de padroado e como veremos existem algumas exceções à regra, nomeadamente padroeiros que abdicaram do direito de apresentação.

Naturalmente estes dados foram cruzados com o restante levantamento documental, nomeadamente livros de visitas que encontrámos no decurso deste trabalho.

Existe ainda o dicionário de Pedro José Marques de 1853⁴²⁰, vinte anos após a extinção dos padroados, que ainda os refere, como se ainda existissem, muito possivelmente por ter

⁴¹⁵ CASTRO, João Bautista de – *Mappa de Portugal antigo, e moderno*. I e II Parte. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762.

⁴¹⁶ NIZA, Paulo Dias de – *Portugal sacro-profano ou catalogo alfabético de todas as freguezias dos Reinos de Portugal, e Algarves: das Igrejas com seus Oragos: do titulo dos Parocos, e annual rendimento de cada huma: dos Padroeiros, que apresentão: juntamente com as léguas de distancia da Metropoli do Reino e da cidade principal, e cabeça do Bispado, com o numero de fogos. Noticia das terras do Reino, que tem Correio, e as que o não tem, de que Correios se servem*. II e III Partes. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do santo Officio, 1768.

⁴¹⁷ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*. Ms.

⁴¹⁸ COSTA, Agostinho Rebelo da – *Descrição Topográfica e História da Cidade do Porto*. 3ª ed. Porto: Frenesi, 2001. (o documento original é de 1788)

⁴¹⁹ AMORIM, Inês – *Descrição da Comarca da Feira – 1801 Feita pelo Desembargador, Corregedor Columbano Pinto Ribeiro de Castro*. Separata da Revista da Faculdade de Letras. II série. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994, p. 227-285.

⁴²⁰ MARQUES, Pedro José – *Diccionario Geographico abreviado das oito provincias dos Reinos de Portugal e Algarves com a designação dos concelhos, comarcas, districtos, provincias, dioceses, oragos, freguezias, congruas respectivas, legoas de distancia, correios e feiras. Seguido de interessantes noticias corograficas e históricas; assim como, d'uma tabella demosntrativa das Comarcas judiciais, Concelhos, numero de fogos, etc.* Porto: Typographia Commercial, 1853.

absorvido essa informação em corografias anteriores. As obras de Pinho Leal⁴²¹ e Américo Costa⁴²², entre outros factos históricos também indicam, em algumas situações, o padroado a que pertenceram determinadas igrejas.

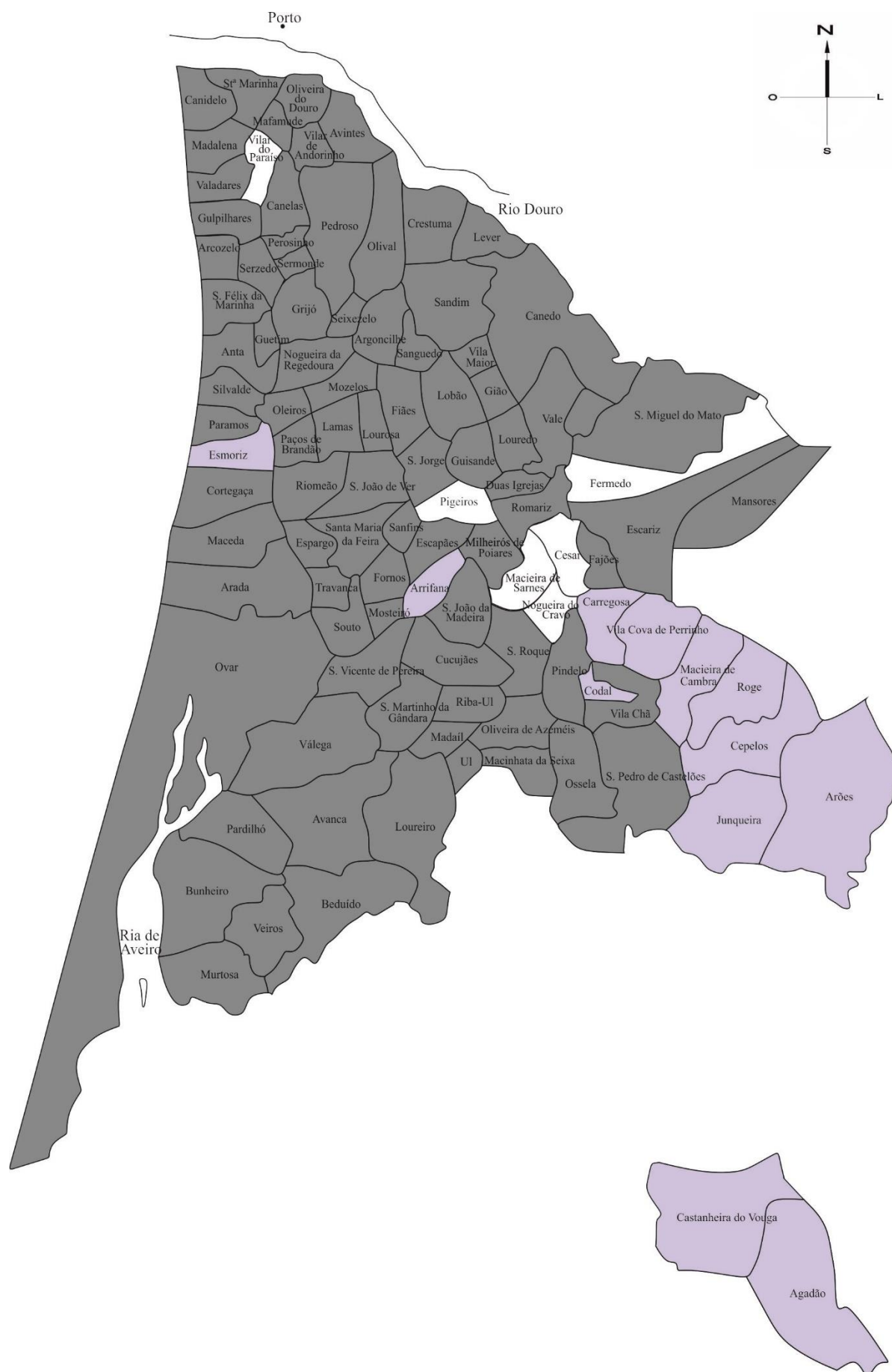
Na apresentação que faremos de seguida relativamente aos padroados teremos em conta a análise de todos estes documentos, mas como as memórias paroquiais e o livro de visitas da comarca da Feira em 1769 são os mais esclarecedores, serão eles os mais citados, porém, nunca estará descurada a análise referenciada. Quanto às dioceses iremos referir-nos às que vigoravam em meados do século XVIII, porque criada em 1774 a diocese de Aveiro só viveu a experiência com o direito de padroado durante escassos 59 anos.

Os padroados são estruturas administrativas complexas e sujeitas a diversas alterações, mas apesar de algumas mudanças associadas a factos político-religiosos, nota-se na época Moderna uma tendência para a estabilidade dos padroados, ao contrário da Idade Média, como teremos oportunidade de verificar de forma mais clara quando falarmos, em capítulo próprio, do padroado do Mosteiro de S. Salvador de Grijó, que ao longo da Idade Média foi sendo consideravelmente aumentado, estendendo o seu domínio e padroado por grande parte das Terras de Santa Maria. Como veremos, o mosteiro recebeu diversos legados que depois foi gerindo, por forma a ter um domínio rentável e mais próximo e o poder administrar convenientemente. Esta situação não é exclusiva deste mosteiro, aconteceu com todos os padroados, porém, na comarca da Feira, foi para o caso de Grijó que encontrámos mais documentação e informação, não para as questões artísticas (que neste padroado são escassas) mas para as respeitantes ao seu poderio.

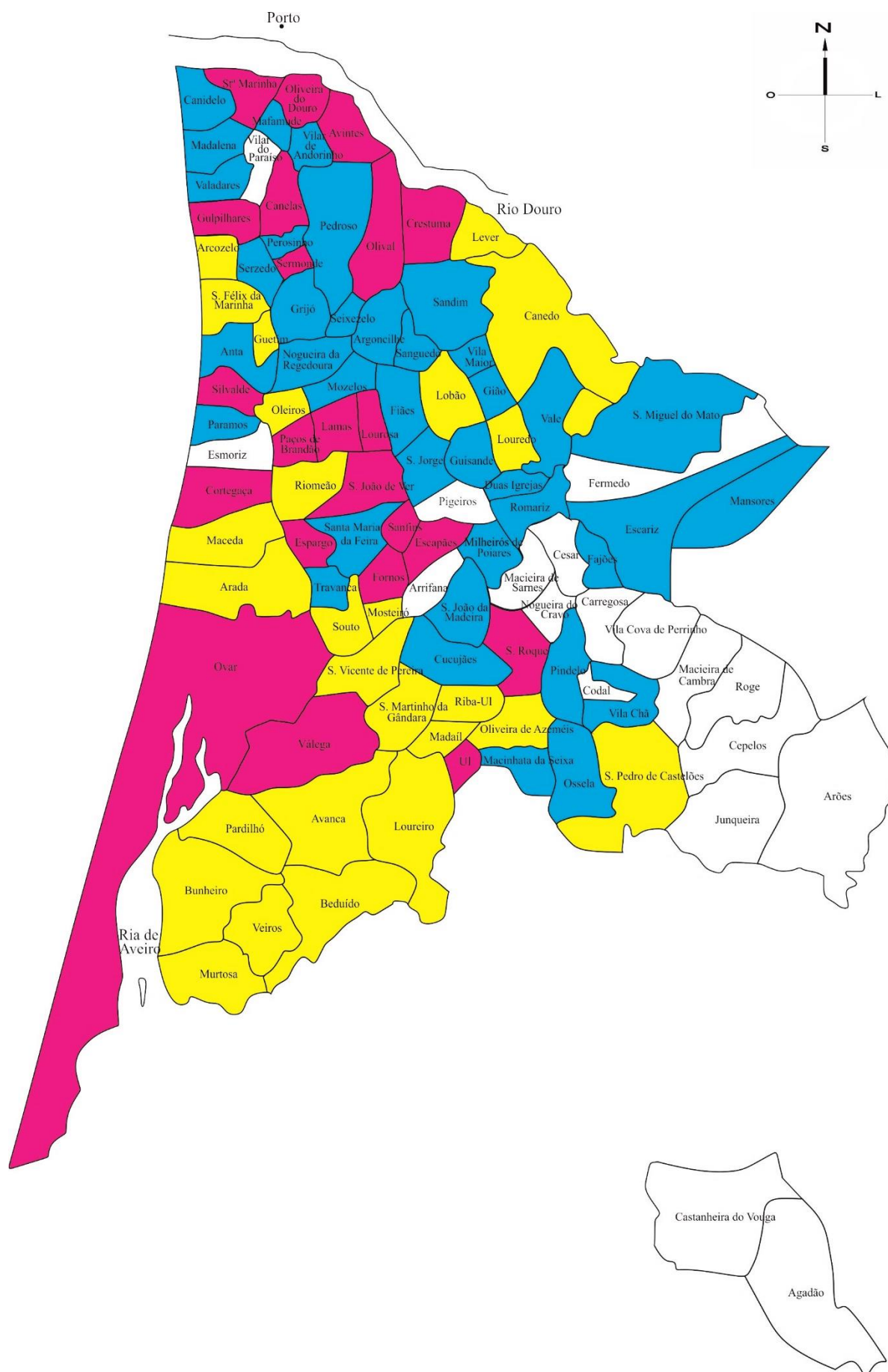
Neste ponto as nossas balizas cronológicas andam entre o século XVI e 1833, com a extinção dos padroados. Analisada a parte administrativa do direito de padroado pretendemos compreender os padroados na comarca da Feira do ponto de vista artístico. Naturalmente vamos encontrar alguns casos isolados outros em que o objeto se perdeu, os quais não nos poderão dar grandes indicadores quanto à encomenda artística.

⁴²¹ LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário Geographico, Estatístico, Chorographico, Heráldico, Archeológico, Histórico, Bibliographico e Etymologico de todas as Cidades, Vilas e Freguezias de Portugal e de Grande Número de Aldeias*. 12 vols. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1873-1890.

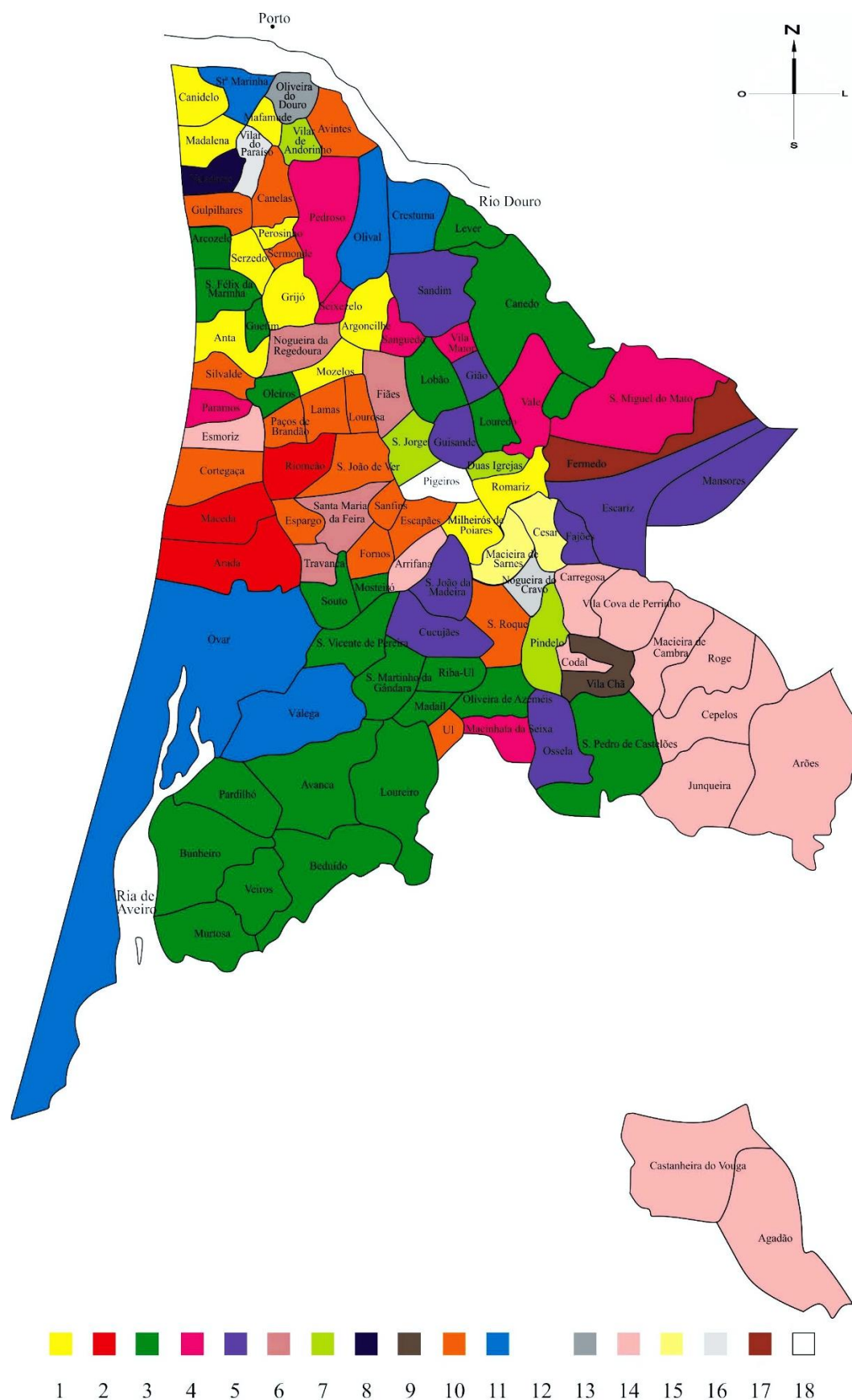
⁴²² COSTA, Américo – *Dicionário Chorographico de Portugal Continental e Insular. Hydrographico, Histórico, Orographico, Biographico, Archeologico, Heráldico, Etymologico*. 12 vols. Vila do Conde: Typografia Privada do Dicionário Chorografico Azurara, 1929-1949.



24. Mapa dos padroados da comarca da Feira. A cinzento escuro os padroados eclesiásticos (86), a branco e a cinzento claro os seculares (18). Os seculares a cinzento claro (12) correspondem ao padroado dos condes da Feira.



25. Mapa dos padroados eclesiásticos da comarca da Feira. As freguesias que pertenciam a unidades monásticas a azul (38), a comendas da Ordem de Cristo a amarelo (26), a entidades ligadas à Sé do Porto a cor de rosa (22)



26. Mapa dos padroados na comarca da Feira (**Legenda:** 1. Ordem de Stº Agostinho; 2. Ordem de Malta; 3. Ordem de Cristo; 4. Companhia de Jesus/Coroa; 5. Ordem de S. Bento; 6. Congregação dos Cônegos Seculares de S. João Evangelista; 7. Ordem dos Frades Menores; 8. Ordem dos Pregadores; 9. Ordem de Cister; 10. Bispo do Porto; 11. Cabido do Porto; 12. Morgado de Vilar do Paraíso; 13. Arcediagado de Oliveira; 14. Condes da Feira/Casa do Infantado; 15. Morgado de Campo Belo; 16. Marqueses de Marialva; 17. Morgado de Fervedo; 18. Morgado de Pigeiros)

5.1.1. Padroados Eclesiásticos

Passando a apresentar os padroados que existiram na comarca eclesiástica da Feira, começamos pelos eclesiásticos, em maior número, como seria de esperar dadas as normativas conciliares tridentinas que já analisámos. Dentro dos padroados eclesiásticos podemos ainda verificar que uma parte considerável pertencia a ordens religiosas e a outra à Sé do Porto, bispo e cabido.

Quanto aos padroados de ordens religiosas, como já dissemos, destacam-se dois isentos de jurisdição episcopal, um da Ordem de Santo Agostinho (padroado do Mosteiro de Grijó) e outro da Ordem de Malta (Comenda de Rio Meão). Evidenciam-se, ainda, as diversas comendas da Ordem de Cristo, também elas com vários privilégios concedidos pelo poder régio e papal, e a Companhia de Jesus. De seguida apresentamos a Ordem de S. Bento, pela importância que o Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria teve nesta comarca e concluímos este sector com a Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista (à qual pertenceu o Convento do Espírito Santo da Feira – paroquial de St^a Maria da Feira), e as Ordens de S. Francisco (Frades Menores), S. Domingos (Pregadores) e S. Bernardo (Cister), em menor número nesta comarca.

Relativamente à Sé do Porto, destaca-se o numeroso volume de igrejas afetas ao bispo do Porto, seu padroeiro, e um grupo interessante de igrejas do padroado do Cabido da Sé do Porto e ainda a igreja de Oliveira do Douro, sede do Arcediago de Oliveira da Sé do Porto.

5.1.1.1. Ordem de St^o Agostinho

Na comarca da Feira, a Ordem de St^o Agostinho tem presentes dois ramos, os Cónegos Regrantes de St^o Agostinho, com os padroados dos Mosteiros de S. Salvador de Grijó e de St^o Agostinho da Serra (Gaia), e os Eremitas Calçados de St^o Agostinho, com uma igreja que foi padroado do Mosteiro de Cete (Paredes), do Colégio da Graça de Coimbra e do Convento de São João Novo (Porto), como verificaremos adiante.

Os mosteiros de Cónegos Regrantes evidenciam-se pelo domínio a eles associados. Para além de muitas outras propriedades o Mosteiro de S. Salvador de Grijó era senhor dos coutos de Grijó, Brito e Tarouquela, e o Mosteiro de St^a Agostinho da Serra do couto de Aradas.⁴²³

⁴²³ Cf. AMORIM, Inês – *O Mosteiro de Grijó. Senhorio e Propriedades: 1560-1720 (formação, estrutura e exploração do seu domínio)*. Braga: Edição de autor, 1997.

Tabela 7 – Padroados da Ordem de Stº Agostinho na Comarca da Feira

TITULAR DO PADROADO	IGREJA	ORAGO	BENEFICO PAROQUIAL	APRESENTAÇÃO	BISPADO
Cónegos Regrantes de Stº Agostinho					
Mosteiro de S. Salvador de Grijó	Grijó	S. Salvador	Curato	Prior do Mosteiro de Grijó	Porto
	Argoncilhe	S. Martinho	Curato		
	Perosinho	S. Salvador	Curato		
	Serzedo	S. Mamede	Curato		
Mosteiro de Stº Agostinho da Serra (Gaia)	Anta	S. Martinho	Curato	Prior do Mosteiro da Serra	Porto
	Canidelo	Stº André	Curato		
	Madalena	Stª Maria Madalena	Curato		
	Milheirós de Poiães	S. Miguel	Curato		
	Mozelos	S. Martinho	Curato		
	Mafamude	S. Cristóvão	Abadia	Santa Sé e Prior do Mosteiro da Serra	
Ordem dos Ermitas Calçados de Stº Agostinho					
» Mosteiro de Cete (Paredes)	Romariz	Stº Isidoro	Reitoria	» Mosteiro de Cete	Porto
» Colégio da Graça de Coimbra				» Prior do Colégio da Graça de Coimbra, Santa Sé e bispo do Porto	
» Convento de S. João Novo (Porto)				» Prior do Convento de S. João Novo do Porto	

O **Mosteiro de S. Salvador de Grijó** era detentor de sete igrejas, isentas de jurisdição episcopal, três não pertenciam à comarca da Feira, mas eram-lhe relativamente próximas, falamos da Igreja de S. Martinho de Travanca (Oliveira de Azeméis), S. Miguel de Travassô (Águeda) e Stª Eulália de Eirol (Aveiro). Nas quatro pertencentes à comarca da Feira, em todas o prior do Mosteiro procedia à apresentação de cura, incluindo na igreja conventual. Eram os curas que asseguravam a paroquialidade e a *cura de almas*. No caso do mosteiro de Grijó, em que a igreja era simultaneamente conventual e paroquial, a documentação dá a entender, que o Prior do mosteiro assegurava todo o necessário ao bom funcionamento e administração do *convento* (religiosos) e o cura cuidava da paroquia.



27. Igreja de S. Martinho de Travanca, demolida c. 1999 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Travanca OAZ)



28. Igreja de S. Martinho de Travanca, inaugurada em 2007 no lugar da antiga



29. Igreja de S. Miguel de Travassô



30. Igreja de Stª Eulália de Eirol

Em 1758, o P. Firminiano José Brandão, de Grijó, esclarece que: “*O parocho hé cura anual, apresentado pelo Prelado do dicto Mosteiro de Grijó. Não tem renda sabida, mais de dez mil réis de congrua e o rendimento incerto do pé do altar*”⁴²⁴

Os curas das igrejas de Argoncilhe⁴²⁵, Perosinho⁴²⁶ e Serzedo⁴²⁷ tinham igualmente direito ao pé de altar e a cõngrua, que em embora só seja referida pelo cura de Argoncilhe

⁴²⁴ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 762.

⁴²⁵ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 359-360.

⁴²⁶ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 772.

⁴²⁷ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 782.

naturalmente a regra a aplicar-se-ia a todos. O mosteiro recebia os dízimos e cuidava do espiritual e temporal de cada templo.

O padroado do **Mosteiro de Stº Agostinho da Serra**, com seis igrejas, seguia a mesma administração que já vimos em Grijó, exceto na relação com a jurisdição episcopal. O prior do mosteiro apresentava em cada freguesia um cura sujeito a aprovação e nomeação do bispo do Porto. O mosteiro pagava, aos curas do seu padroado, cômgrua de nove mil réis, como refere o cura da igreja da Madalena, P. Nicolau Domingos Guerra⁴²⁸, e estes tinham direito ao pé de altar da igreja. A igreja de S. Cristóvão de Mafamude seria a única que tinha apresentação alternativa entre a Santa Sé e o Mosteiro de Stº Agostinho da Serra, ao qual caberia quatro meses:

*O parcho desta freguesia hé abade colado e formado e de padroado eclesiástico. E o seu padroeiro hé o dito Mosteiro da Serra dos Conegos Regulares de Santo Agostinho que fica na mesma Provincia e bispado, o coal Mosteiro apresenta coatro meses e oito são reservados a Sua Santidade, por alternativa.*⁴²⁹

Em 1762 o cura da igreja de Mafamude, P. João Moura Coutinho, foi “*provido por concurso nesta Igr.^a de q tomou posse em 7br.º (...)*”.⁴³⁰ Esta informação é interessante na medida em que vamos encontrar diversos padroados com a indicação de que a Santa Sé tem direito de apresentação e naturalmente que a cima do bispo está a Santa Sé e que esta o poderia fazer, mas parece-nos que delegaria essa função no respetivo bispo, seu representante, como terá sucedido no caso de Mafamude, sempre que se trata-se de uma situação normal. Para o caso da comarca da Feira os únicos casos que encontrámos de benefícios eclesiásticos onde a Santa Sé intervém, foi em situação de renúncia do eclesiástico detentor do benefício, uma situação que era considerada excecional.

Relativamente à residência paroquial, que também era uma obrigação do padroeiro, em 1762, é relatada uma situação insólita na freguesia de S. Martinho de Anta. Sendo pároco de Anta um religioso agostinho, o mosteiro de Stº Agostinho da Serra, por intervenção desse mesmo religioso mandou fazer nova residência paroquial, na qual foram reutilizados materiais da antiga residência. O documento dá a entender que o mosteiro da Serra, presumivelmente,

⁴²⁸ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 767.

⁴²⁹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 768.

⁴³⁰ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 122v.

entregaria o dinheiro necessário para a concretização da obra ao religioso agostinho para que procedesse aos respetivos pagamentos. Porém, o religioso ludibriou o mosteiro dando instruções a um criado seu para que fizesse prazo daquela terra e fosse o próprio a efetuar a liquidação das obras. O pároco dava-lhe o dinheiro, ele pagava e recebia os recibos em seu nome. Com a morte do pároco o criado fez valer os seus direitos legais perante a residência, obrigando o Mosteiro de Stº Agostinho da Serra a pagar-lhe aluguer para que pudesse ser usada pelo novo pároco, enquanto as diligencias efetuadas pelo mosteiro no sentido de reaver a residência não se resolvessem. Ao que indica o referido documento o criado seria um cura:

Não tem cazas de Rezidencia e as q o erão, q. são boas se achão litigiozas porq sendo Vigario nesta freg.^a um P.^e q tinha sido Cruzio e conseguindo do Mostr.^o da Serra, de q.^m hé Padroado e dizimos, q lhe manda-se fazer cazas da residencia e q muda se os materiaes da antiga, visto q o Mostr.^o havia de ficar herdr.^o déle Vigr^o; correo a obra por conta deste; o qual a conselhando ao m.^{mo} tempo um criado seu, q fosse á vila da Feira fazer prazo da dita terra; e q fosse ele, q.^m pagase aos pedreiros, e officiaes, cobrando Recibo dos m.^{mos}, p.^a o q lhe dava dinr.^o escondidam.^{te} o dito Vigr^o; por morte deste saio o criado com o prazo, e está de posse das cazas, e os P.^{es} com poucas esper.^{cas} de obterem no pleito, q lhe intentarão; mas por ora pagão ao Cura o aluguel delas, nas quais assiste; e tambem lhe pagão as Minas pro populo.⁴³¹

Neste padroado, a propósito deste assunto ainda fica a referência, em 1769 de que em S. Miguel de Milheirós de Poiares “as cazas da residencia são as peiores de todas, as que ficão ditas”,⁴³² e o visitador não se estava a referir às residências do padroado mas às residências da comarca da Feira.

No caso de S. Martinho de Anta foi o religioso que persuadiu o padroeiro a construir a nova residência e conseguiu ludibriá-lo, neste caso a residência paroquial não seria digna das funções para as quais tinha sido construída, o que parece revelar um certo desacompanhamento por parte do mosteiro em relação a todas as suas obrigações como padroeiro.

Quanto ao padroado do **Convento de S. João Novo** não podemos deixar de referir que em 1608 é fundada a Ordem dos Ermitas Calçados de Stº Agostinho na extinta freguesia de Belmonte da cidade do Porto, mas só a partir de 1613 se iniciaram as obras do futuro convento

⁴³¹ AP - Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769, fl. 113.

⁴³² AP - Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769, fl. 37v.

de S. João Novo, que foram bastante demoradas, sendo o frontispício concluído no século seguinte, em 1779.⁴³³

A única igreja da comarca da Feira que pertenceu a este padroado é a igreja de Stº Isidoro de Romariz. Esta freguesia passou por diversos padroados até chegar às mãos do Convento de S. João Novo e nele permanecer até à extinção dos padroados, em 1833. Primeiramente pertenceu ao mosteiro beneditino de S. Pedro de Cete (Paredes), porém, em 1551, este mosteiro deixa de pertencer à Ordem de S. Bento e é anexado ao Colégio da Graça de Coimbra. Em 1758 já a zona conventual de Cete tinha sido demolida e a igreja funcionava como paroquial.⁴³⁴

A transferência para o Colégio da Graça é naturalmente justificada pela pertença do Mosteiro de S. Pedro de Cete a esse colégio e pela sua transformação em igreja paroquial. Durante esse período, pelo menos de 1758 a 1762 esta igreja era apresentada alternadamente pela Santa Sé, pelo bispo do Porto e pelo Colégio da Graça de Coimbra. Pertencendo à diocese do Porto a sua jurisdição episcopal compreende-se que para além do padroeiro também o Porto tivesse participação nos desígnios do seu benefício paroquial, porém o rendimento era do referido colégio.

Dadas as condicionantes do seu padroeiro, a igreja de Romariz é identificada de 1623⁴³⁵ a 1708⁴³⁶ como igreja do padroado do mosteiro de Cete, embora este mosteiro já pertencesse ao colégio de Coimbra. Em 1758⁴³⁷ já Romariz estava sob tutela do Colégio da Graça de Coimbra (de Ermitas Calçados de Stº Agostinho) continuando nesse padroado em 1762.⁴³⁸ Alguns anos depois terá sido transferida para o Convento de S. João Novo (Porto), como em 1769 nos é dado a conhecer:

⁴³³ SILVA, Severino Emanuel Cruz da – *O Convento de São João Novo dos Eremitas de Santo Agostinho. Instituição, Património e Arte na cidade do Porto*. Porto: Faculdade de Letras, 2003. Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 60-68.

⁴³⁴ ROSAS, Lúcia Cardoso (coord.) – *Monografia da Rota do Românico no Vale do Sousa*. Lousada: Valsousa, 2008 p. 170-171.

⁴³⁵ CUNHA, D. Rodrigo da – *Catalogo & Historia Dos Bispos do Porto*. Porto: João Rodriguez. Impressor de sua Senhoria, 1623, cap. XXXIV, 243.

⁴³⁶ COSTA, P. Antonio Carvalho da – *Corografia Portuguesa, e descripçam topográfica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contêm; Varoens illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos; antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & couzas curiosas observaçoens*. I Tomo. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706. / COSTA, P. Antonio Carvalho da – *Corografia Portuguesa...* II Tomo..., 1708, p. 98-177.

⁴³⁷ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 399.

⁴³⁸ CASTRO, João Bautista de – *Mappa de Portugal antigo, e moderno*. I e II Parte. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762.

*Hera Abbadia; e no tempo do S.^r D. Fr. Antonio de Souza, se unirão os frutos déla ao Conv.^{to} de S. João Novo desta Cid^e, p.^a o qual Rendem 600\$000 rs, ficando erecta em Reitoria com a congrua de 132\$500 rs, Cazas da Rezidencia, e parte dos pasais.*⁴³⁹

O bispo D. Fr. António de Sousa, filho segundo de António Luís de Távora (2º Marquês de Távora), era religioso na Ordem dos Eremitas Calçados de Stº Agostinho, durante a sua formação passou pelo Colégio da Graça de Lisboa e pela Universidade de Coimbra, foi Provincial da sua Ordem a partir do Convento da Graça de Lisboa, sendo nomeado bispo do Porto em 1756, confirmado em 1757, acabou por falecer a 4 de junho de 1766.⁴⁴⁰ Dada a ligação de D. Fr. António de Sousa aos eremitas agostinhos, poderá ter tido alguma influência nesta transição da igreja de Romariz para S. João Novo.

Perante estes factos, a igreja de Stº Isidoro de Romariz terá sido transferida para o padroado do Convento de S. João Novo depois de 1762, antes de 4 de junho de 1766.

5.1.1.2. Ordem de Malta

A Ordem de Malta, na comarca eclesiástica da Feira só teve uma comenda, de S. Tiago de Rio Meão, no entanto, à semelhança do padroado de Grijó, estava isenta de jurisdição episcopal.

Tabela 8 – Padroado da Ordem de Malta na Comarca da Feira

TITULAR DO PADROADO	IGREJA	ORAGO	BENEFICO PAROQUIAL	APRESENTAÇÃO	BISPADO
Comenda de Rio Meão	Rio Meão	S. Tiago	Reitoria	Comendador de Rio Meão	Porto
	Arada	S. Martinho	Curato		
	Maceda	S. Pedro	Curato		

⁴³⁹ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 19v.

⁴⁴⁰ FERREIRA, Cónego J. Augusto – *Memórias Archeologico Historicas da Cidade do Porto (Fastos Episcopales e Políticos)*. Sec. VI – Sec. XX. Tomo II. Braga: Livraria Cruz, 1924, p. 328-344.

O comendador de Rio Meão apresentava o benefício paroquial das três igrejas “(...) cuja apresentação aprova o Vigário Geral de Malta, e manda passar carta (...) para exercer a dita ocupação”.⁴⁴¹

A documentação refere que a comenda recebia os dízimos, era obrigada a zelar no espiritual e temporal pelos templos que lhe pertenciam e pagava cômrua aos párocos.⁴⁴²

Em 1758 o P. João Caetano da Costa, reitor de Rio Meão, diz que era comendador Fr. D. António Manuel de Vilhena e que tinha em Rio Meão “(...) *rezidencia para si e recolhimento para os frutos da dita commenda*”.⁴⁴³

Na comarca da Feira vamos encontrar outras referências à existência de celeiros que serviam para recolher os frutos que os fregueses pagavam às igrejas, nomeadamente em Ovar, que popularmente chamavam de *Casa da Balança* e que servia o cabido da Sé do Porto, padroeiro da Igreja de S. Cristóvão de Ovar.

5.1.1.3. Ordem de Cristo

173

A Ordem de Cristo, tinha dez comendas na comarca eclesiástica da Feira, que adotaram a designação da igreja sede da comenda. Aliás, já vimos isto suceder no caso da Ordem de Malta.

Tabela 9 – Padroados da Ordem de Cristo na Comarca da Feira

TITULAR DO PADROADO	IGREJA	ORAGO	BENEFICO PAROQUIAL	APRESENTAÇÃO	BISPADO
Comenda de S. Miguel de Arcozelo	Arcozelo	S. Miguel	Reitoria	Santa Sé, bispo do Porto e prior do Mosteiro de Grijó	Porto
	Oleiros	S. Paio	Curato	Reitor da Igreja de Arcozelo	

⁴⁴¹ CARDOSO, P. Luiz – *Diccionario Geografico ou Noticia Historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras e serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas como modernas*. Tomo I. Lisboa: Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1747, p. 513.

⁴⁴² BASTOS, Manuel Pires – *O Concelho de Ovar nas «Memórias Paroquiais» (1758)*. Ovar: Paróquia de Ovar, 1984, p. 12 e 26.

CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 398.

⁴⁴³ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 398

TITULAR DO PADROADO	IGREJA	ORAGO	BENEFICO PAROQUIAL	APRESENTAÇÃO	BISPADO
Comenda de Stª Marinha de Avanca	Avanca	Stª Marinha	Reitoria	Bispo do Porto	Porto
	Bunheiro	S. Mateus	Curato	Reitor da Igreja de Avanca	
	Loureiro	S. João	Curato		
	Madail	S. Mamede	Curato		
	Pardilhó	S. Pedro	Curato		
Comenda de S. Tiago de Beduído	Beduído	S. Tiago	Reitoria	Bispo do Porto	Porto
	Murtosa	Stª Maria / N. Srª da Natividade	Curato	Reitor da Igreja de Beduído	
	Veiros	S. Bartolomeu	Curato		
Comenda de S. Pedro de Canedo	Canedo	S. Pedro	Reitoria	Bispo e Cabido da Sé do Porto	Porto
	Lobão	S. Tiago	Curato	Reitor da Igreja de Canedo	
	Louredo	S. Vicente	Curato		
Comenda de Stº André de Lever	Lever	Stº André	Reitoria	Santa Sé e bispo do Porto	Porto
Comenda de Oliveira da Azeméis	Oliveira de Azeméis	S. Miguel	Reitoria	Bispo do Porto e abadessa do Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria (Porto)	Porto
	Riba Ul	S. Tiago	Curato	Reitor de Oliveira de Azeméis	

TITULAR DO PADROADO	IGREJA	ORAGO	BENEFICO PAROQUIAL	APRESENTAÇÃO	BISPADO
Comenda de S. Félix da Marinha	S. Félix da Marinha	S. Félix	Reitoria	Santa Sé e bispo do Porto	Porto
	Guetim	Stª Estêvão	Curato	Reitor da Igreja de S. Félix da Marinha	
Comenda de S. Vicente de Pereira	S. Vicente de Pereira	S. Vicente	Reitoria	Bispo do Porto	Porto
	S. Martinho da Gândara	S. Martinho	Curato	Reitor de S. Vicente	
Comenda de S. Miguel do Souto	Souto	S. Miguel	Reitoria	Bispo do Porto	Porto
	Mosteirô	Stª André	Curato	Reitor da Igreja de Souto	
Comenda de S. Pedro de Castelões	S. Pedro de Castelões	S. Pedro	Vigararia	Cabido da Sé de Coimbra	Coimbra

Regra geral, as comendas tinham uma igreja matriz e algumas anexas:

1. Com uma igreja anexa – Comenda de S. Miguel de Arcozelo, Comenda de S. Miguel de Oliveira de Azeméis, Comenda de S. Félix da Marinha, Comenda de S. Vicente de Pereira e Comenda de S. Miguel do Souto;
2. Com duas igrejas anexas – Comenda de S. Tiago de Beduído e Comenda de S. Pedro de Canedo;
3. Com cinco igrejas anexas – Comenda de Stª Marinha de Avanca, que se destaca das restantes pelo domínio e dimensão territorial.

Todavia, existiam duas exceções:

1. A Comenda de S. Pedro de Castelões, constituída unicamente por esta igreja;
2. A Comenda de Stº André de Lever que tinha como anexa a Igreja de Stª Maria de Medas, em Gondomar, fora dos limites da Comarca da Feira. Por este motivo não surge na documentação relativa à comarca, nem a mencionamos na tabela.



31. Igreja de Stª Maria de Medas, em Gondomar, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954, Medas)

Dos padroados que têm sede em edifícios religiosos da comarca eclesiástica da Feira, Lever e Grijó são os únicos que apresentam dentro do seu padroado igrejas que não estão circunscritas à comarca da Feira, e que, portanto, embora referidas não serão objeto do nosso estudo.

Os benefícios paroquiais (curatos) de todas as igrejas anexas eram apresentados pelo reitor da igreja sede da comenda, à qual estavam anexas.⁴⁴⁴ As freguesias de maior dimensão, em que o pároco não conseguisse assegurar todas as funções que lhe competiam podia apresentar cura para o auxiliar, como acontecia em Arcozelo⁴⁴⁵, Avanca⁴⁴⁶, Beduído⁴⁴⁷, Canedo⁴⁴⁸ e Oliveira de Azeméis⁴⁴⁹.

O reitor era, regra geral da apresentação ordinária, ou seja, do bispo da diocese à qual pertencia a freguesia.

A **Comenda de S. Miguel de Arcozelo** tinha a apresentação do benefício paroquial partilhada entre a Santa Sé, o Bispo do Porto e o Mosteiro de Grijó, mas era o comendador que garantia o sustento deste cargo com o pagamento da cômrua, conforme indica o documento:

O parocho desta freguesia é reitor, a data da igreja hé apresentação alternativa de Roma, do Ordinário e do Mosteiro de Grijó. O reitor tem quarenta mil réis de

⁴⁴⁴ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 268, 277, azemeis 318, 305, 363, 407.

CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 752.

AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 113v.

⁴⁴⁵ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 115.

⁴⁴⁶ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 88v. - AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 41v.

⁴⁴⁷ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 68v.

⁴⁴⁸ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 9.

⁴⁴⁹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 318.

*congrua que lhe paga o comendador. E rende a tudo com os frutos certos e em certos, cento e sessenta mil réis.*⁴⁵⁰

A apresentação do benefício paroquial, na generalidade é um direito do padroeiro, neste caso é um encargo partilhado entre a Santa Sé, o Bispo do Porto e o Mosteiro de Grijó, que tendo sido padroeiro destas igrejas (Arcozelo e Oleiros), passa a ter meramente o direito de apresentação.

Não encontramos nenhum documento que estabeleça um acordo do comendador com o bispo do Porto e o Mosteiro de Grijó, mas o documento de tomada de posse desta comenda, que analisaremos em capítulo próprio, é claro quanto à perda do padroado por parte do Mosteiro de Grijó, transitando a 21 de março de 1558 para a Ordem de Cristo, sendo seu comendador João de Cirne, cavaleiro da mesma ordem, que estava obrigado à sustentação do benefício paroquial (côngrua) e manutenção de tudo o que lhe pertence-se: edifício, imagens, paramentos, alfaías religiosas, etc. Portanto, não há dúvida quanto ao padroeiro. Não usa o direito de apresentação, mas sustenta no espiritual e temporal o templo e tem direito aos seus rendimentos.

Como as comendas da Ordem de Cristo foram criadas com apoio papal, é natural que a Santa Sé tenha direito de apresentação. No caso do Mosteiro de Grijó presumivelmente seria por uma questão de boas relações institucionais. O bispo do Porto assume a partilha do direito de apresentação, como vamos ver em muitos outros casos, e não seria por alguns destes comendadores viverem longe, porque não sendo o próprio comendador a residir na comenda, teria de existir quem o representasse. No caso de Oliveira de Azeméis, iremos verificar que o comendador vivia na freguesia sede da comenda. Neste caso, sabemos que o pai de João Cirne era de Lisboa e que João Cirne estava ausente de Portugal, servindo como militar.

Algo semelhante sucede na **Comenda de St^a Marinha de Avanca**, que é de apresentação ordinária e, igualmente, surge o comendador como responsável pela manutenção do templo. Em 1758, o reitor António de Oliveira Fraião, ao descrever os seus rendimentos diz que a comenda garante por todo o necessário para a administração dos sacramentos, realização de todas as missas presididas pelo pároco, cera e limpeza de indumentárias:

Tem de congrua quarenta mil réis, cinco almudes de vinho, e cinco alqueires de trigo para as missas, renovações e administração da Sagrada Eucharistia. E para

⁴⁵⁰ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 752.

*esta e todas as mais administrações de sacramentos, e todas as missas de parocho, cera e lavagens das roupas da igreja, tudo à custa da commenda.*⁴⁵¹

O P. Manuel Soares dos Anjos, cura de Pardilhó, e 1758 afirma que “(...) o pé de altar (...) pertence ao mesmo reitor da matriz”.⁴⁵² Ao contrário do que acontecia no padroado do Mosteiro de Grijó, de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, parece que nesta comenda os curas tinham direito a cóngrua, paga pelo comendador de St^a Marinha de Avanca, mas não ao pé de altar, que seria entregue ao reitor da igreja matriz, ou seja, de Avanca. A cóngrua era de quarenta mil reis para o reitor e dez mil reis para os curas.

No mesmo ano o P. Manuel de Oliveira, cura na Igreja de S. Mateus de Bunheiro, anexa a Avanca, diz-nos que “o donatario desta comenda que come os dízimos della hé da cidade de Lisboa, não sei se hé filho de conde ou marquês”.⁴⁵³ Tal como em Arcozelo o comendador não reside próximo da comenda e mas certamente havia um representante seu em Avanca.

Temos ainda a informação da existência de um celeiro da comenda na freguesia de Loureiro para recolha da décima parte dos frutos das freguesias de Loureiro e Madail. Trata-se de um *Auto de Medição dos Frutos* feito em 1829, “(...) neste celeiro de Loureiro, onde costumão recolher os frutos dos dízimos das freguesias de Madail, [e] Loureiro pertencentes à Comenda de Santa Marinha d’Avanca (...)”.⁴⁵⁴

As restantes freguesias presumivelmente usariam os celeiros de Avanca, junto à igreja que “está separada dos moradores, e só pela parte do Norte lhe fica a residência do Paroco, e pelo Sul a acompanhão os celeiros da Comenda (...)”.⁴⁵⁵

Na **Comenda de S. Tiago de Beduído** a situação mantém-se como em Avanca. A igreja é de concurso, ou seja, depende diretamente do bispo do Porto, o padroeiro recebe os dízimos e garante a manutenção do cargo eclesiástico: “Hé esta igreja de concurso. O

⁴⁵¹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 268.

⁴⁵² CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 276.

⁴⁵³ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 303.

⁴⁵⁴ ANTT – *Livro da receita dos rendimentos da Comenda de Santa Marinha de Avanca respeitantes às freguesias de Loureiro e Madail*. Erário Régio, Núcleo dos Extraídos do Conselho da Fazenda, Ordem de Cristo, nº 205, cx. 85, fl. 203v.

⁴⁵⁵ CARDOSO, P. Luiz – *Diccionario Geografico ou Noticia Historica de todas as cidades, villas «, lugares, e aldeas, rios, ribeiras e serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas como modernas*. Tomo I. Lisboa: Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1747, p. 661.

*rendimento que tem certo são corenta mil réis de congrua em dinheiro, que paga o comendador da comenda de S. Tiago, que come os dízimos”.*⁴⁵⁶

O pé de altar das anexas é do reitor de Beduído.

Se para o caso de Avanca só encontrámos essa referência através do Cura de Pardilhó, aqui é o próprio reitor que o assume como regra da Comenda de S. Tiago de Beduído, entretanto reforçada pelos Curas de S. Bartolomeu de Veiros e Stª Maria da Murtosa. Os valores das cõngruas também eram os mesmos de Avanca, quarenta mil réis para o reitor e dez mil réis para os curas.⁴⁵⁷

Relativamente à **Comenda de S. Pedro de Canedo**, não sendo muito diferente das restantes quanto à administração, neste caso o Conde de S. Lourenço, comendador, tinha direito a quatro meses de apresentação, que estavam entregues ao Cabido da Sé do Porto. Portanto, a apresentação era da responsabilidade do Bispo e Cabido da Sé do Porto:

*Hé o parocho e se intitula reitor por ser comenda da Ordem de Christo, que há muitos annos está na caza dos condes de Sam Lourenço, de apresentação Ordinária.e nos quatro meses do padroeiro pertence a apresentação do beneficio ao Reverendissimo Cabido da Sé do Porto.*⁴⁵⁸

179

O comendador recebia os dízimos e garantia a manutenção da comenda no espiritual e temporal, nomeadamente no que respeita ao património material. No caso da Igreja de S. Pedro de Canedo para além da capela-mor e sacristia estava obrigado a zelar por toda a restante igreja: “*O Conde de S. Lourenço hé o Comendador, e obrigado a tudo o necessário, não só para a capéla mór, e sachristia, mas tambem para a m.^{ma} Igr^a (...)*”⁴⁵⁹

Enquanto nas anexas, só lhe estava afeta a capela-mor e sacristia, como refere o visitador Joaquim Thorel da Cunha Manuel, em 1769, relativamente a Lobão, mas que certamente também se aplicaria a Louredo: “*(...) o Comendador, q hé o m.^{mo} de Canedo, o Conde de S. Lourenso, só tem obrigação da capéla mór e sachristia (...)*”⁴⁶⁰

⁴⁵⁶ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 270.

⁴⁵⁷ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 270, 277, 305.

⁴⁵⁸ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 363.

⁴⁵⁹ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 10.

⁴⁶⁰ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 11v.

A cõngrua do reitor não está identificada, os curas recebiam seis mil réis de cõngrua e o pé de altar.⁴⁶¹ É possível que o valor da cõngrua do reitor também fosse de quarenta mil réis como nas restantes comendas.

A **Comenda de Stº André de Lever**, era da apresentação da Santa Sé e do Bispo do Porto. Em 1758 era comendador o cavaleiro Fernando Xavier de Miranda Henriques, de Lisboa, que recebia os dízimos e deles pagava ao reitor quarenta mil réis de cõngrua:

*“O parocho desta igreja tem o titullo de reitor e hé da colleçam Pontificia e Episcopal, conforme o mês em que vaga. E a estes dous padroeiros pertence o seu provimento e nam há outro. Tem de congrua quarenta mil réis pagos nos dízimos da comenda, de que hé comendador Fernando Xavier de Miranda Henriques, Cavalleiro da Ordem de Christo da cidade de Lisboa. E sendo de frutos incertos, renderá cada anno, pouco mais ou menos, cem mil réis”*⁴⁶²

A reitoria da **Comenda de Oliveira de Azeméis** também era provida por concurso ordinário, exceto nos quatro meses que cabiam à Abadessa do Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria (Porto). As Igrejas de S. Miguel de Oliveira de Azeméis e S. Tiago de Riba Ul tinham sido padroado do Mosteiro de Rio Tinto, transitando depois para o Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria (Porto).⁴⁶³ Uma vez instituída a comenda, em 1520, o mosteiro de S. Bento da Avé-Maria manteve, em Oliveira de Azeméis, o direito de apresentação, referido em diversos documentos, mas de forma mais esclarecida em 1758:

*O parocho hé reitor por concurso, excepto nos quatro meses da reserva, que tem a madre abbadessa do mosteiro de S. Bento da Avé Maria do Porto. No anno de 1520 de abbadia se reduziu a reitoria, e comenda da Ordem de Christo por Bulla de Leão X (...). Rende duzentos mil réis e os dízimos setecentos.*⁴⁶⁴

⁴⁶¹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 383,385

⁴⁶² CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 765.

⁴⁶³ PINHO, Isabel Maria Ribeiro Tavares de – *O Mosteiro de São Bento da Avé Maria do Porto, 1518/1899. Uma arquitectura no século XVIII*. Vol. I. Porto: Faculdade de Letras, 2000. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 35.

PINTO, António Ferreira – *Defendei Vossas Terras... monografia de Guisande*. Reedição atualizada. Cucujães: Escola Tipográfica das Missões, 1999, p. 53-59.

⁴⁶⁴ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 318.

A mesma situação sucedeu com o Mosteiro de S. Salvador de Grijó em relação às freguesias de Arcozelo e Oleiros.

Sobre o pagamento de cóngruas da Comenda de Oliveira de Azeméis não temos informação. Sobre o reitor, Manuel de Oliveira Ferreira, em função em Oliveira de Azeméis desde 1742, a documentação revela que seria bastante culto embora temperamental, destacando-se dos restantes eclesiásticos da comarca da Feira. Na visita de 1762 foi considerado: “(...) *vastissimo na siencia; posto q nam tem toda a boa digestam. Acha-se estuporado*”. Em 1758, para além da forma bem fundamentada com que apresenta a sua descrição da freguesia e igreja, revela que a residência paroquial tinha sido reformada no seu tempo e na qual “(...) *em uma larguíssima salla collocou a sua livraria, huma das mais exquisitas do Reino, avaliada em seis mil cruzados, junta com laborioso estudo e numeroza sobre três mil volumes raros, e mandados vir de varias partes do mundo*”.⁴⁶⁵

Na **Comenda de S. Félix da Marinha** o reitor era de apresentação alternativa da Santa Sé de do Bispo do Porto.⁴⁶⁶ Tinha anexa a igreja de Stº Estêvão de Guetim e nesta o cura recebia, da comenda, doze mil réis de cóngrua.⁴⁶⁷

A **Comenda de S. Vicente de Pereira**, dependia do bispo do Porto quanto à apresentação do beneficio eclesiástico. O reitor recebia quarenta mil réis de cóngrua e o cura unicamente o pé de altar. Quanto à apresentação de cargos eclesiásticos, surge uma situação insólita. Até 1708 S. Martinho da Gândara é identificado como um curato da apresentação do reitor de S. Vicente de Pereira, mas em 1758, surge a situação inversa. O reitor residia na anexa e o cura na sede, S. Vicente, como nos informam as memórias paroquiais de S. Vicente de Pereira:

O Parrocho desta Freguezia he ao prezente Cura annoal, por apresentaçam do Reytor della; que rezide na sua anexa de Sam Martinho da Gandra. He esta Igreja de Concurço e Collada com o titullo de Reyturia de Sam Vicente de Pereyra, e da Comarca da Feyra do Bispado do Porto. A renda; ou dezemaria he da Comenda do Mestrado da Ordem de Christo que se acha vaga, e para o Reytor renderá perto de trezentos mil reis em que entra a congrua que tem de quarenta mil reis, que lhe

⁴⁶⁵ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 318.

⁴⁶⁶ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 778.

⁴⁶⁷ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 255.

*paga a Comenda; e os passaes de ambas as Igrejas; e o Cura tem somente o pé de Altar, que lhe renderá cem mil reis pouco mais, ou menos.*⁴⁶⁸

E de S. Martinho da Gândara: “*Não há nesta igreja beneficiados, somente apresento nella hum coadjutor para me ajudar, e hum cura na dita igreja de São Vicente ou aqui rendendo em São Vicente*”.⁴⁶⁹

A comenda permanecia exatamente como tinha sido constituída, S. Vicente não tinha sido diminuída e transformada em anexa. S. Martinho da Gândara era mais rentável do que S. Vicente, por esse motivo o reitor resolveu mudar-se para a anexa, situação que presumivelmente terá tido início com antecessor do reitor P. Manuel Alves Ferreira. Porque até 1708 a documentação refere o reitor na sede da comenda, o documento de 1769 refere que o antecessor já o fazia e o P. Manuel Alves Ferreira, tinha tomado posse nesta reitoria em novembro de 1759. É ainda de destacar que o P. Manuel Alves Ferreira, em 1769, era Vigário da Vara da Comarca da Feira, cargo de administração eclesiástica de grande responsabilidade.⁴⁷⁰ Como diz a visitação de 1769, sobre S. Vicente:

*Esta Igr.^a hé a Matriz, e déla são principalm.^e Reitores os de S. Martinho da Gandra; porem ali assiste o actual, como fés seu Antecessor, por sér mais pingue, ou pormethor elitis, como éles dizem; apresentando nesta o Cura que havião de apresentar naquela de Gandra.*⁴⁷¹

Sobre a administração desta comenda e da **Comenda de S. Miguel do Souto**, em 1935, o P. Augusto de Oliveira Pinto, teve acesso a um arquivo particular pertencente ao *antigo regedor* José Custódio Gomes de Pinho, que na atualidade não conseguimos localizar, mas que nos dá informações bastante relevantes, embora seja identificada a datação de tais documentos.

Os comendadores destas duas comendas eram obrigados à construção e manutenção da capela-mor, da sacristia e da residência do paroquial. As obras de construção ou reconstrução da capela-mor e residência paroquial eram despesas extraordinárias para as quais era necessária autorização superior (Convento de Cristo em Tomar). As restantes despesas, de

⁴⁶⁸ BASTOS, Manuel Pires – *O Concelho de Ovar nas «Memórias Paroquiais» (1758)*..., p. 38.

⁴⁶⁹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758*..., p. 329.

⁴⁷⁰ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 64v.

⁴⁷¹ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 64.

manutenção, eram garantidas através da *pensão do culto*, que tinha sido taxada pelo Cardeal D. Henrique (1512-1580)⁴⁷², correspondente a 6% da dizimaria e 8% no caso das matrizes, em que o comendador fosse também obrigado à fábrica do corpo principal da igreja.⁴⁷³

A *pensão do culto* da Comenda de S. Vicente de Pereira era depositada num cofre (popularmente denominado de *burra*) existente na igreja de S. Martinho da Gândara, fechado por três chaves, que estariam com três pessoas distintas (reitor, procurador e fabriqueiro da comenda). O fabriqueiro era o responsável por administrar os fundos, aplicando-os “(...) *nos custos ordinários de ornamentos, cálices, turibulo, naveta e outra prata e corregimento do cobre; e para concertos de retábulos, telhados e livros e de todas as outras coisas que não fôsem de grande gasto e extraordinárias*”. Os dízimos eram arrecadados nos celeiros das freguesias de Souto e S. Vicente de Pereira.⁴⁷⁴ Portanto, cada comenda tinha o seu celeiro. Em 1935 o celeiro de Souto ainda existia, o de S. Vicente já tinha sido demolido.

Sobre a comenda de S. Miguel do Souto é ainda de referir que o benefício paroquial era da inteira responsabilidade do bispo do Porto.

A **Comenda de S. Pedro de Castelões**, na diocese de Coimbra, foi instituída em 1520⁴⁷⁵ e o seu reitor era apresentado pelo Cabido da Sé de Coimbra⁴⁷⁶.

5.1.1.4. Companhia de Jesus

Na comarca da Feira a Companhia de Jesus tinha seis igrejas que pertenciam ao padroado do **Colégio de Jesus de Coimbra**, uma que estava ligada ao **Colégio de S. Lourenço do Porto** e outra ao **Colégio do Espírito Santo de Évora**. Todas as igrejas, exceto S. Miguel do Mato, tinham pertencido ao mosteiro de S. Pedro de Pedroso extinto em 1560 e transferidas todas as igrejas, da comarca da Feira, para o Colégio de Jesus de Coimbra, exceto a igreja de Stª Maria de Vale que foi integrada no Colégio de S. Lourenço.

⁴⁷² O Cardeal D. Henrique, por solicitação régia, interveio na restauração das ordens militares de Cristo e Avis. Em 1559 terá reformado os frades residentes dos conventos de Tomar e Avis. (POLÓNIA, Amélia – Espaços de intervenção religiosa do Cardeal Infante D. Henrique: actuação pastoral, reforma monástica e inquisição. In *Em torno dos espaços religiosos monásticos e eclesiais*. Actas do colóquio de homenagem a Frei Geraldo Coelho Dias. Porto: Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, 2005, p. 28-29.)

⁴⁷³ PINTO, P. Augusto d'Oliveira – *Resenha Histórica. Freguesias de Souto, S. Vicente de Pereira e S. Martinho da Gandra*. [s/l]: Edição de autor, 1935, p. 73-74.

⁴⁷⁴ PINTO, P. Augusto d'Oliveira – *Resenha Histórica. Freguesias de Souto, S. Vicente de Pereira e S. Martinho da Gandra*. [s/l]: Edição de autor, 1935, p. 74-75.

⁴⁷⁵ SOUSA, D. Antonio Caetano – *Provas da História Genealogica da Casa Real Portuguesa*. Tomo II. Lisboa: Regia Officina Sylviana e Academia Real, 1742, p. 303.

⁴⁷⁶ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 451.

Pedroso era couto, pelo que também este passou a ser administrado pelo Colégio de Jesus de Coimbra.

Quanto à igreja de S. Miguel do Mato foi entregue por bula de Gregório X, em 1275 ao mosteiro beneditino de Paço de Sousa, em 1614 transitou para o Colégio do Espírito Santo de Évora.⁴⁷⁷

Como já referimos, expulsos os jesuítas estas igrejas passaram primeiramente para a Coroa, entre 1759 e 1774. Em 1774, por provisão régia, os seus direitos são entregues à Universidade de Coimbra e nela se mantêm até ao século XIX, constando ainda no documento de 1801.⁴⁷⁸

Tabela 10 – Padroados da Companhia de Jesus na Comarca da Feira

TITULAR DO PADROADO	IGREJA	ORAGO	BENEFICO PAROQUIAL	APRESENTAÇÃO	BISPADO
Colégio de Jesus de Coimbra	Macinhata da Seixa	Stº André	Vigararia	Reitor do Colégio de Jesus de Coimbra	Coimbra
	Sanguedo	Stª Eulália	Reitoria		Porto
	Pedroso	S. Pedro	Reitoria		Porto
	Seixezelo	Stª Maria	Curato		Porto
	Vila Maior	S. Mamede	Reitoria		Porto
	Paramos	Stº Tirso	Reitoria		Porto
Colégio de S. Lourenço (Porto)	Vale	Stª Maria	Reitoria	Reitor do Colégio de S. Lourenço	Porto

⁴⁷⁷ PEREIRA, Vergílio (com notas monográficas de Manuel Rodrigues Simões Júnior) – *Cancioneiro de Arouca*. 2ª ed. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, 1990, p. 27-28.

⁴⁷⁸ AMORIM, Inês – *Descrição da Comarca da Feira – 1801 Feita pelo Desembargador, Corregedor Columbano Pinto Ribeiro de Castro*. Separata da Revista da Faculdade de Letras. II série. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994, p. 268.

TITULAR DO PADROADO	IGREJA	ORAGO	BENEFICO PAROQUIAL	APRESENTAÇÃO	BISPADO
» Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa » Colégio do Espírito Santo de Évora	S. Miguel do Mato	S. Miguel	Abadia	» Abade do Mosteiro de Paço de Sousa » Reitor do Colégio de Évora e bispo do Porto	Porto

Apresentação do benefício eclesiástico era feita pelo padroeiro ao bispo do Porto e de Coimbra, no caso de Macinhata da Seixa. Os dízimos eram geridos pelos colégios da Companhia que tinham todas as obrigações espirituais e temporais de que já falámos.

Em 1758 o reitor da igreja de Pedroso, P. Francisco Vieira Coelho, sobre os rendimentos a que tem direito, refere o facto de a extinção do mosteiro ter diminuído consideravelmente as importâncias que em outros tempos os reitores de Pedroso auferiam:

*(...) a renda que tem não chega ainda ao centum pro reitore, pela deminuição com que hoje se acha o novo provido na igreja, sendo algum dia maiores os emolumentos e renda que há pouco se desuniram do que pertencia ao parco, unindo-se totalmente para o Collegio.*⁴⁷⁹

185

Em 1769, ficamos a saber que o padroeiro da igreja de Pedroso estava obrigado à manutenção completa do templo, tinha mais três capelas nesta freguesia e a antiga zona conventual era uma casa de habitação:

A tudo são obrig.^{dos} os dizimos, e tambem [h]á tres Capelas de fora, as quais rendem oito mil cruzados, e são hoje da Real Meza Censoria. As cazas do antigo Mosteiro, se achão reduzidas a huma ordinária habitação. Na varanda delas tem um Oratorio, aseado suficientem^{te}; posto q o forro do tecto, se vai corrompendo

⁴⁷⁹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 774.

*por falta de reparo dos telhados. Á mesma Meza Censoria pertence o Rendim.^{to} das Sepulturas; Menos as do claustro Velho, q são gratuitas.*⁴⁸⁰

A habitação de que o documento fala tinha sido utilizada, até à expulsão dos jesuítas, pelo colégio de Coimbra. Em 1758, o reitor P. Francisco Vieira de Castro, sobre este assunto diz o seguinte: “*E só se conserva a casa a que chamam Mosteiro em que reside o Procurador do Colegio que é hum religioso da Companhia de Jezus com seo companheiro para cobrar as rendas que se pagam de que dá contas ao mesmo Collegio*”.⁴⁸¹

Relativamente às obrigações do padroeiro, o caso de Pedroso era excecional, por se tratar de uma unidade monástica extinta e destituída do seu património. Relativamente aos restantes edifícios, teremos oportunidade de ver, em capítulo próprio, que o padroeiro só era obrigado à capela-mor, sacristia e residência paroquial.

A igreja de S. Miguel do Mato, abadia da apresentação do bispo do Porto e do Colégio do Espírito Santo de Évora – quatro meses. Sobre esta ligação a Évora as memórias paroquiais de 1758 esclarecem-nos que “*(...) o collegio dos Padres da Companhia da cidade de Evora a apresentação vagando nos quatro mezes de Marso, Junho, Setembro, e Dezembro*”.⁴⁸² Relativamente à visita de 1769, diz erradamente que “*os Jezuitas desta Cidade [do Porto] tinham quatro mezes neste Padroado*”.⁴⁸³

5.1.1.5. Ordem de S. Bento

A Ordem de S. Bento, na comarca da Feira, tinha igrejas que pertenciam ao padroado de três mosteiros, S. Bento da Avé-Maria (Porto), S. Martinho de Cucujães e S. Salvador de Paços de Sousa (Penafiel). No caso de Cucujães trata-se de um mosteiro beneditino sem igrejas anexas na comarca da Feira. Relativamente a Paço de Sousa, era unicamente detentor da igreja de S. Pedro de Ossela. O padroado mais relevante era o do Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria com sete igrejas. Entre estas freguesias existiam dois coutos de administração beneditina, o que evidencia o poder económico da Ordem de S. Bento.

⁴⁸⁰ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 5v-6.

⁴⁸¹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 774.

⁴⁸² BRANDÃO, D. Domingos de Pinho; LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – *Arouca – Notas Monográficas*. Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1991, p. 130.

⁴⁸³ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 29.

Tabela 11 – Padroados da Ordem de S. Bento na Comarca da Feira

TITULAR DO PADROADO	IGREJA	ORAGO	BENEFICO PAROQUIAL	APRESENTAÇÃO	BISPADO
Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria (Porto)	Escariz	Stº André	Reitoria	Abadessa do Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria	Porto
	Mansores	Stª Cristina	Curato	Reitor da Igreja de Escariz	
	Gião	Stº André	Curato	Abadessa do Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria	
	Fajões	S. Martinho	Vigaria		
	Sandim	Stª Maria / Srª da Expectação	Reitoria		
	Guisande	S. Mamede	Abadia	Bispo do Porto e Abadessa do Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria	
	S. João da Madeira	S. João	Abadia		
Mosteiro de S. Martinho de Cucujães	Cucujães	S. Martinho	Vigaria trienal	Abade do Mosteiro de S. Martinho de Cucujães	Porto
Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa (Penafiel)	Ossela	S. Pedro	Vigaria	Abade do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa	Coimbra

Das sete igrejas do padroado do **Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria**, a igreja de Stª Cristina de Mansores estava anexa a Stº André de Escariz, e o seu curato era apresentado pelo reitor de Escariz. Todas as restantes eram da apresentação da abadessa do mosteiro de S. Bento da Avé-Maria, excetuando Guisande e S. João da Madeira em que a apresentação era partilhada com o bispo do Porto.

Guisande é identificada em quase toda a documentação como padroado do Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria, com apresentação do benefício paroquial feita pela sua abadessa. E 1758 o abade Manuel Rodrigues da Silva, diz que esta igreja “(...) *tem mais boma padroeira*

a *abbadessa do mosteiro de São Bento de cidade do Porto*”⁴⁸⁴, em 1769 o visitador acrescenta que “*as freyras de S. Bento do Porto tem três mezes no padroado*”,⁴⁸⁵ referindo-se claramente à apresentação do benedifício eclesiástico, não ao direito de padroado, porque eram as religiosas beneditinas que recebiam os dízimos e cumpriam com todas as suas obrigações perante a igreja. Em 1801 voltamos a ter a indicação de que a apresentação é da responsabilidade das religiosas beneditinas do Porto.⁴⁸⁶

Quanto a S. João da Madeira em 1758 o abade António de Sousa Neves, afirma que a igreja “*(...) hé de padroado eclesiastico em que tem a sua alternativa a madre abbadeça de São Bento da Avé Maria das freiras da cidade do Porto*”.⁴⁸⁷ Em 1769 o visitador informa as religiosas de S. Bento da Avé-Maria tinha quatro meses neste padroado⁴⁸⁸ e que era abade desta igreja o P. António de Sousa Neves, por concurso ordinário, desde outubro de 1751, mas que não o terá conseguido da melhor forma: “*Advogou no Porto, e o fás ainda com grande desvanecim^{to}: e em abafar os Crimes, de cujas defezas lhe vam as Comisoins. Tem sua bazófia. O modo de obter esta Igreja, parece, q nam foi o melhor*”.⁴⁸⁹

Segundo Isabel Tavares de Pinho, o Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria ainda em 1824 era constituído, no que respeita à comarca da Feira, pelas igrejas de Escariz e sua anexa Mansores, Gião, Sandim, Fajões, S. João da Madeira e Guisande. Nas quais garantia o sustento dos párocos do seu padroado e custeava as obras necessárias nos templos, sendo a construção da capela-mor e tudo o que dissesse respeito ao culto da responsabilidade do mosteiro e a nave e algumas despesas menores, como a cera, da responsabilidade dos fregueses.⁴⁹⁰

Se ainda em 1824 as igrejas de Guisande e S. João da Madeira fazem parte do padroado de S. Bento da Avé-Maria, com a salvaguarda de todos os encargos correspondentes, e tendo em conta a indicação de 1769 sobre a obtenção do título de abade em S. João da Madeira ter sido por concurso, mas feito de forma pouco adequada, é possível que nestas duas abadias o mosteiro tivesse ficado a uma dada altura reduzido no seu direito de apresentação, mas

⁴⁸⁴ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 382.

⁴⁸⁵ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 22v.

⁴⁸⁶ AMORIM, Inês – *Descrição da Comarca da Feira – 1801 Feita pelo Desembargador, Corregedor Columbano Pinto Ribeiro de Castro*. Separata da Revista da Faculdade de Letras. II série. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994. p. 268.

⁴⁸⁷ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 416.

⁴⁸⁸ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 48v.

⁴⁸⁹ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 47v.

⁴⁹⁰ PINHO, Isabel Maria Ribeiro Tavares de – *O Mosteiro de São Bento da Avé Maria do Porto, 1518/1899. Uma arquitectura no século XVIII*. Vol. I. Porto: Faculdade de Letras, 2000. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 35-36.

garantidamente não deixou de ser o padroado e garantir no espiritual e temporal tudo o que lhe competia, aliás como veremos para o caso de Sandim.

É ainda de referir, nesta informação, documentada, de Isabel Tavares de Pinho que ao contrário da Comenda de St^a Marinha de Avanca, que custeava a cera e limpeza de indumentária, no caso de S. Bento da Avé-Maria as despesas consideradas menores, como a cera, não eram da responsabilidade do mosteiro.

Estas responsabilidades das religiosas beneditinas dentro das igrejas do seu padroado está documentada. A título de exemplo, na visita do dia 23 de abril de 1754 à igreja de St^a Maria de Sandim, na qual sendo, entre outras coisas, necessária a substituição de um prato de estanho o velho seria entregue às religiosas de S. Bento, solicitando um novo:

(...) na Capella Mayor se ponhão huas cortinas decentes que sirvão para o Advento, e Quaresma e para se cobrir o retábulo no tempo de Paixão; e também se ponha hu prato de estanho capaz para nelle estarem com decência as ambulas dos sanctos óleos, e para esse efeito se entregará o prato velho, e se dará parte desde cappítulo à Madre Abbadessa do Convento de Avé Maia de S. Bento para que dentro em quatro mezes satisfaça ao determinado, e mandando, aliás se fará sequestro na parte dos dízimos que gastarem para se fazer as ditas obras.⁴⁹¹

189

Igualmente da sua responsabilidade era a residência paroquial, como se pode confirmar, por exemplo, na visita de 11 de setembro de 1765 à mesma igreja de Sandim, que por essa altura necessitava de alguma paramentaria e o visitador pede que o pároco faça aviso “(...) às Padroeiras desta Igreja como tambem para mandarem concertar o corredor da entrada da rezidencia (...)”.⁴⁹²

Ainda em Sandim, a 20 de setembro de 1813, o visitador diz que as religiosas de S. Bento enviaram para a igreja um sacrário, mas ficara com um cálice grande que estava a ser muito preciso na paróquia:

Não me sendo apresentado o vaso grande que d’antes estava no sacrário, por delle terem tomado conta as muito Reverendas Padroeiras quando, mandarão o cofre,

⁴⁹¹ COSTA, Francisco Barbosa da; FONTES, José Joaquim – *Livro de Visitações de Sandim desde 1754*. In MORENO, Humberto Carlos Baquero (dir.) – *Gaya*. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia. Vol. III (1985), p. 94.

⁴⁹² COSTA, Francisco Barbosa da; FONTES, José Joaquim – *Livro de Visitações de Sandim desde 1754...* p. 102.

*em que presentemente está o Santissimo Sacramento o Reverendo Parocho lho pedirá, por ser indispensavelmente necessário para a administração da sagrada Eucharistia, que em nenhum caso fará com o dito cofre; pois este so se permite para nelle se conservarem as sagradas Formas (...).*⁴⁹³

De todas as freguesias da comarca da Feira, onde as religiosas de S. Bento da Avé-Maria tinham direito de padroado a freguesia de Sandim destaca-se por ser couto, que tinha como donatárias as mesmas religiosas:

*Tem juiz, ouvidor e procurador, tudo confirmado pela Madre Abbadeça de Sam Bento do Porto, todos os annos. E o dito ouvidor de três em três. Estão sujeitas estas justiças à Villa da Feira. Nem tem casa de camera onde se façam audiências. Hé couto somente, de que são donatarias as ditas religiosas de Sam Bento do Porto.*⁴⁹⁴

Sobre a gestão do padroado da igreja de St^a Maria de Sandim, diz a visitação de 1769 que “As freyras de S. Bento desta Cid.^e de q.^m são os dizimos, e o Padroado insolidum, Concorrem com promptidão, com o q são obrigadas”,⁴⁹⁵ o que denota um grande zelo, nem sempre muito comum, como veremos nos próximos capítulos deste trabalho.

A igreja de Gião até 1762⁴⁹⁶ é identificada como padroado de S. Bento da Avé-Maria. Em 1769 o visitador diz que “hé da aprez.^{am} dos Bentos do Porto, de quem tambem são os dizimos, q andão em 281\$000 rs”.⁴⁹⁷ Por muito que à partida nos pareça uma situação errónea, é necessário esclarece-la.

A Ordem de S. Bento, depois de ultrapassar um processo moroso e complexo para obter todas as autorizações necessárias à construção do Mosteiro de S. Bento da Vitória, de religiosos de S. Bento, só pôde iniciar a sua construção a partir de 1598, tendo-se arrastado até 1833-34. O mosteiro foi fundado sem bens próprios o que fez com que fosse instituída uma quantia anual proveniente de todos os mosteiros da Congregação de S. Bento para as suas obras, entre muitos outros esforços por parte da Congregação e até da Câmara do Porto para

⁴⁹³ COSTA, Francisco Barbosa da; FONTES, José Joaquim – *Livro de Visitações de Sandim desde 1754...* p. 127.

⁴⁹⁴ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 777.

⁴⁹⁵ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 7v.

⁴⁹⁶ CASTRO, João Bautista de – *Mappa de Portugal antigo, e moderno*. I e II Parte. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762.

⁴⁹⁷ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 25.

lhe constituírem bens próprios.⁴⁹⁸ Nesses bens não encontrámos referencia à igreja de Gião e certamente S. Bento da Avé-Maria contribuiria som a sua quantia anual para as obras de S. Bento da Vitória, sendo pouco provável que abrisse mão do padroado de uma das suas igrejas. Reforçando esta questão está o facto de ainda em 1801 esta igreja ser documentalmente identificada como igreja da apresentação “*das Religiosas Bentas do Porto*”.⁴⁹⁹

Desde 1758 que era cura da igreja de Gião o P. Manuel Caetano de S. Francisco, que já tinha servido como encomendado, no ano de 1752, em Mansores,⁵⁰⁰ igualmente padroado deste mosteiro, e que veio substituir o P. Manuel Marques José, que responde ao inquérito de 1758 a 21 de abril dizendo que o cura desta igreja “*tem de congroa dez mil réis cada anno, e duas dúzias de colmeiros, tem munto bom passal, que rende carro e meio de pam, e hum pip de vinho verde, e às vezes mais, e tem munto boas frutas de varias qualidades*”.⁵⁰¹

Portanto o mosteiro de S. Bento da Avé-Maria pagaria, no caso de curatos, dez mil réis de cõngrua. Para o caso das vigararias presumivelmente seria um valor mais elevado, pelo menos é que indica o vigário de Fajões, P. José Henriques, em 1758: “*o parrocho hé vigário de apresentaçam da madre abbadessa de Sam Bento do Porto, que lhe dá vinte e dous mil réis para sua congrua sustentassam*”.⁵⁰²

No **Mosteiro de S. Martinho de Cucujães** o abade do mosteiro apresentava trienalmente um vigário para assegurar a paroquialidade da igreja⁵⁰³, que para além de conventual também era paroquial, tal como vimos acontecer no Mosteiro de S. Salvador de Grijó, de religiosos agostinhos. E tal como Sandim, também era sede de couto beneditino, gerido pelo próprio mosteiro.

Em 1922, o P. João Domingos Arede afirma que após a instituição do couto de Cucujães, a 7 de julho de 1139, o mosteiro teve o direito de padroado das igrejas de S. Tiago de Trouxemil (perto de Coimbra) e de S. Tiago de Espargo, e ainda direito aos dízimos de S.

⁴⁹⁸ MORENO, Humberto Baquero (dir.) – *O Mosteiro de S. Bento da Vitória. 400 anos*. Porto: Ordem Beneditina; Governo Civil do Porto; Mosteiro de Singeverga; Orquestra Clássica do Porto; Câmara Municipal do Porto; Instituto Português da Juventude; IPPAR, 1997, p. 39-45, 79-80. (ISBN 972-95798-5-7)

⁴⁹⁹ AMORIM, Inês – *Descrição da Comarca da Feira – 1801 Feita pelo Desembargador, Corregedor Columbano Pinto Ribeiro de Castro*. Separata da Revista da Faculdade de Letras. II série. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994. p. 268.

⁵⁰⁰ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 24.

⁵⁰¹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 381.

⁵⁰² CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 311.

⁵⁰³ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 336.

Pedro de Ossela, estas últimas na comarca da Feira.⁵⁰⁴ Relativamente a estes padroados o autor não faz qualquer referencia documental.

Sobre a igreja de Ossela, já em 1275 pertencia ao Mosteiro de Paço de Sousa⁵⁰⁵. Em 1461, quando Fr. João Álvares recebe a abadia do Mosteiro de Paço de Sousa, a igreja de S. Pedro de Ossela continuava a pertencer ao seu padroado,⁵⁰⁶ e estando Ossela mais próxima de Cucujães do que de Paço de Sousa, ter existido uma permuta, entre 1139 e 1275, não parece fazer sentido. Quanto a S. Tiago de Espargo em 1623 D. Rodrigo da Cunha não faz qualquer referência ao padroeiro, em 1708 o P. Carvalho da Costa refere “*Santiago de Espargo, Abbadia do Bispo do Porto (...)*”⁵⁰⁷, em 1735 os estatutos da Confraria do Santíssimo Sacramento, instituída nesse ano na igreja de Sanfins, sobre a manutenção do sacrário esclarecem que o sacrário é obrigação da confraria mas a capela-mor continua a ser da responsabilidade do abade da Igreja de S. Tiago de Espargo, matriz de Sanfins:

*“E porquanto o sacrário, em que de presente, se acha colocado o santíssimo Sacramento, que foi comprado à custa da mesma freguesia, está posto no altar-mor, da capela-mor desta igreja; e a fábrica da dita capela, consertos e ornatos dela, pertencem ao muito reverendo Abade da freguesia de Santiago de Espargo houveram por bem, eles juiz e oficiais e mais povo desta freguesia declararem que só se obrigavam em seu nome e de todos os mais vindouros pelos bens da Confraria e seus rendimentos presentes e futuros a mandarem e sustentarem o sacrário, posto no meio do retábulo; e a terem um frontal de festa com sua toalha aos dias de festa tocantes à dita Confraria, e mais não.”*⁵⁰⁸

Como veremos, nas igrejas tuteladas pelo bispo são os abades os responsáveis pela manutenção da capela-mor e sacristia, bem como de tudo o que respeite ao culto divino, e os fregueses da nave. Sendo Sanfins anexa a Espargo, sobre o abade de S. Tiago de Espargo recaia a responsabilidade da igreja matriz e da anexa.

⁵⁰⁴ AREDE, João Domingos – *Cucujães e Mosteiro com seu Couto nos tempos medievais e modernos*. Famalicão: Typ. Minerva de Cruz, Sousa & Barbosa, 1922, p. 22.

⁵⁰⁵ MEIRELES, Fr. Antonio da Assunção – *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa & Index dos Documentos do Arquivo*. Lisboa: Academia Portuguesa de História. Lisboa, 1942.

⁵⁰⁶ FONTES, João Luís Inglês – *Frei João Álvares e a tentativa de reforma no Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa no século XV. Lusitania Sacra*. Lisboa: Centro de estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. 2ª série, Tomo X (1998), p. 244-245.

⁵⁰⁷ COSTA, P. Antonio Carvalho da – *Corografia Portuguesa...* Tomo II..., 1708, p. 165.

⁵⁰⁸ PINHO, P. José Alves de – *Estatutos da Confraria do SS.mo Sacramento de Sanfins – 1735. Villa da Feira. Terra de Santa Maria*. Liga dos Amigos da Feira. Ano IV, nº 11 (2005), p. 79-80.

O **Mosteiro de Paço de Sousa** apresentava um vigário para a igreja de S. Pedro de Ossela, que pelo menos em 1758 era um religioso beneditino e tinha direito a quinze mil réis de côngrua, passais e pé de altar.⁵⁰⁹

5.1.1.6. Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista

O Convento de Espírito Santo de Santa Maria da Feira, transformado desde a sua origem em igreja paroquial de Stª Maria da Feira (sede de comarca eclesiástica e ouvidoria cível), pertenceu à **Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista**, tendo direito de padroado sobre duas igrejas, S. Cristóvão de Nogueira da Regedoura e S. Mamede de Travanca, ambas no termo da Feira.

O direito de padroado e de apresentação do benefício eclesiástico da igreja de Stª Maria de Fiães pertenceu a duas unidades monásticas, de Lamego, também elas da Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista, o **Convento de S. Jorge de Recião** e o **Convento de Stª Cruz de Vila de Rei**, na cidade de Lamego.

Tabela 12 – Padroados da Congregação dos Cónegos Seculares na Comarca da Feira

TITULAR DO PADROADO	IGREJA	ORAGO	BENEFICO PAROQUIAL	APRESENTAÇÃO	BISPADO
Convento do Espírito Santo (Feira)	Stª Maria da Feira	Espírito Santo	Vigaria trienal	Reitor do Convento do Espírito Santo da Feira	Porto
	Nogueira da Regedoura	S. Cristóvão	Curato	Vigário do Convento do Espirito Santo da Feira	
	Travanca	S. Mamede	Curato		
» Convento de S. Jorge de Recião	Fiães	Stª Maria	Curato	» Reitor do Convento de Recião	Porto
» Convento de Stª Cruz de Lamego				» Reitor do Convento de Stª Cruz	

⁵⁰⁹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 321.

A igreja do **Convento do Espírito Santo** da Feira, assim como os Mosteiros de S. Salvador de Grijó e de S. Martinho de Cucujães, também funcionava como igreja paroquial, por contrato feito a 17 de abril de 1566, como informa o vigário deste convento, P. José de S. Pedro Quintela, em 1758:

*O reitor do convento hé abbade desta freguezia por contrato que fizeram os moradores desta villa com os padres em o dia dezassete de Abril do anno de mil quinhentos e secenta e seis. Assim taobém hé abbade de São Mamede de Travanca e de são Christovão da Regedoura, em que apresenta curas anuais. O sachristão deste convento costuma ser vigário que o dito reitor apresenta, hé trienal e collado pelo Ordinário.*⁵¹⁰

Portanto, o vigário do convento era apresentado pelo reitor, devidamente nomeado pelo bispo do Porto, e tinha direito de apresentação dos curas das igrejas anexas. Embora o visitador de 1769 em relação ao cura de Travanca, P. Batista Oliveira de Ferreira Tavares, natural da vila da Feira, já tinha servido como cura em Santa Maria da Feira durante um ano e estava como cura de Travanca “(...) *apresentado este año pélo Reitor dos Loyoz da Feira*”.⁵¹¹

5.1.1.7. Ordem dos Frades Menores

Na comarca da Feira dos dois conventos franciscanos que tiveram direito de padroado, destaca-se o Mosteiro de Stª Clara do Porto com três igrejas. O Convento da Madre Deus de Monchique, em Miragaia, na comarca da Feira só tinha o padroado da igreja de Stª Maria de Pindelo.

Tabela 13 – Padroados dos Frades Menores na Comarca da Feira

TITULAR DO PADROADO	IGREJA	ORAGO	BENEFICO PAROQUIAL	APRESENTAÇÃO	BISPADO
Mosteiro de Stª Clara (Porto)	Vilar de Andorinho	S. Salvador	Reitoria	Abadessa de Stª Clara	Porto

⁵¹⁰ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 369.

⁵¹¹ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 59v.

TITULAR DO PADROADO	IGREJA	ORAGO	BENEFICO PAROQUIAL	APRESENTAÇÃO	BISPADO
	S. Jorge	S. Jorge	Abadia	Abadessa de Stª Clara e Bispo do Porto	Porto
	Duas Igrejas	S. Silvestre	Curato	Abade da Igreja de S. Jorge	Porto
Convento da Madre Deus de Monchique (Miragaia)	Pindelo	Stª Maria	Curato	Abadessa do Convento de Monchique	Porto

O **Mosteiro de Stª Clara** tinha, na comarca da Feira, uma reitoria, uma abadia e um curato, cada um com as suas especificidades no que respeita à apresentação do benefício paroquial e dos rendimentos.

A igreja de S. Salvador de Vilar de Andorinho era reitoria da “(...) *apresentaçam do convento de Santa Clara do Porto e delle recebe de renda vinte e coatro mil e quinhentos réis, em cada hum anno, que junto como rendimento do altar e passais, faz a quantia de duzentos mil réis pouco mais ou menos*”.⁵¹²

A igreja de S. Jorge era abadia, que apresentava o cura de S. Silvestre de Duas Igrejas, e era apresentada pela abadessa de Stª Clara e pelo Bispo do Porto. Em 1758 é referida como abadia “(...) *da apresentação das religiosas de Santa Clara da cidade do Porto em que o Senhor Ordinario tem os meses da sua alternativa*”.⁵¹³ Em 1769 como abadia “(...) *da âprez.^{am} Ordinaria com alternativa com o Convento de S.^{ta} Clara do Porto*”.⁵¹⁴

O cura de S. Silvestre de Duas Igrejas recebia, do abade de S. Jorge, seis mil réis e o pé de altar, e era o abade de S. Jorge que recebia os dízimos.⁵¹⁵

O cura da igreja de Stª Maria de Pindelo era apresentado pela abadessa do **Convento da Madre Deus de Monchique**, e dela recebia nove mil e quinhentos réis de cõgrua “(...) *e*

⁵¹² CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 789.

⁵¹³ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 406.

⁵¹⁴ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 16v.

⁵¹⁵ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 365. – AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 20v-21.

dous alqueires de trigo, e dous almudes de vinho maduro, ou coatro de vinho verde, e junto isto com o pé de altar rende annualmente sessenta e cinco mil réis".⁵¹⁶

5.1.1.8. Ordem dos Pregadores

Os dominicanos, na Comarca Eclesiástica da Feira, eram uma das duas ordens religiosas com menos incidência. Tinham unicamente a igreja de S. Salvador de Valadares, que pertencia ao **Mosteiro de Corpus Christi**.

Tabela 14 – Padroado da Ordem dos Pregadores na Comarca da Feira

TITULAR DO PADROADO	IGREJA	ORAGO	BENEFICO PAROQUIAL	APRESENTAÇÃO	BISPADO
Mosteiro de Corpus Christi (Gaia)	Valadares	S. Salvador	Curato	Abadessa do Mosteiro de Corpus Christi	Porto

O benefício eclesiástico da igreja de S. Salvador de Valadares era apresentado pela abadessa do mosteiro, a quem pertenciam os dízimos.⁵¹⁷ O cura tinha “ (...) *congrua nove mil e o pé de altar, que ao todo não passa de oitenta mil rés em cada hum anno*”.⁵¹⁸

5.1.1.9. Ordem de Cister

A Ordem de Cister era outra das duas ordens religiosas com menos representação na comarca da Feira. Tinha o Mosteiro de St^a Maria de Arouca o padroado da Igreja de Vila Chã, no bispado de Coimbra.

⁵¹⁶ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 324.

⁵¹⁷ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 119v.

⁵¹⁸ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 783.

Tabela 15 – Padroado da Ordem de Cister na Comarca da Feira

TITULAR DO PADROADO	IGREJA	ORAGO	BENEFICO PAROQUIAL	APRESENTAÇÃO	BISPADO
Mosteiro de St ^a Maria de Arouca	Vila Chã	St ^a Maria	Priorado	Abadessa do Mosteiro de Arouca	Coimbra

Neste caso o prior de St^a Maria de Vila Chã era apresentado pela abadessa do Mosteiro de St^a Maria de Arouca. A abadessa tinha direito a duas de três partes dos dízimos e o prior ficava com a restante parte: “*Hé o parochio prior da apresentação das freiras da villa de Arouca que tem duas partes dos dízimos e o prior huma (...)*”.⁵¹⁹ Era, portanto, uma repartição de rendimentos diferente daquela que temos vindo a observar, em vez da cônica os dízimos eram divididos em partes.

5.1.1.10. Bispo do Porto

O bispo do Porto, era padroeiro de quinze abadias e um curato.

Nas igrejas tuteladas pelo bispo do Porto, são os abades, como representantes do bispo, os responsáveis pela manutenção da residência paroquial, da capela-mor, da sacristia, e tudo o que respeite ao culto divino. Os fregueses são obrigados à conservação da nave.

Na atualidade, não estamos muito distantes desta organização, a responsabilidade da manutenção de tudo, no espiritual e temporal, é o pároco da freguesia, que deve solicitar autorização ao bispo para a concretização de obras de grande monta.

Tabela 16 – Padroado do Bispo do Porto na Comarca da Feira

TITULAR DO PADROADO	IGREJA	ORAGO	BENEFICO PAROQUIAL	APRESENTAÇÃO	BISPADO
Bispo do Porto	Avintes	S. Pedro	Abadia	Santa Sé e Bispo do Porto	Porto
	Canelas	S. João	Abadia	Bispo do Porto e Colegiada de Cedofeita	
	Cortegaça	St ^a Marinha	Abadia		

⁵¹⁹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 452.

TITULAR DO PADROADO	IGREJA	ORAGO	BENEFICO PAROQUIAL	APRESENTAÇÃO	BISPADO
	Silvalde	S. Tiago	Abadia	Santa Sé, Bispo do Porto e Mosteiro de S. Salvador de Grijó	
	Espargo	S. Tiago	Abadia	Santa Sé, Bispo do Porto e Mosteiro de Cucujães	
	Sanfins	S. Pedro	Curato	Abade da Igreja de Espargo	
	S. Roque	S. Pedro	Abadia	Papa, bispo e Cabido da Sé do Porto	
	Fornos	S. Salvador	Abadia	Bispo do Porto	
	Gulpilhares	Stª Maria / Srª da Expectação	Abadia		
	Lourosa	S. Tiago	Abadia		
	Paços de Brandão	S. Cipriano	Abadia		
	S. João de Ver	S. João	Abadia		
	Escapães	S. Martinho	Abadia		
	Sermonde	S. Pedro	Abadia		
	Stª Maria de Lamas	Stª Maria	Abadia		
	Ul	Stª Maria	Abadia		

O abade da **igreja de S. Pedro de Avintes** era “(...) *in solidum* da apresentação ordinaria dos Excelentissimos Senhores Bispos do Porto, com reserva alternativa da Sé Apostolica, sendo providos os abbades por concurso ordinário” e “(...) toda a renda livre para o abbade”.⁵²⁰

⁵²⁰ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 755-756.

Ainda sobre o abade desta igreja, devemos destacar o facto de desde outubro de 1748, o P. João Jácome do Lago Rego, natural de Viana do Castelo, de 60 anos de idade, ter assumido esta abadia, depois de ter sido “(...) *Ministro na Meza Eccleziastica deste Bispado no tempo do S. Evora* (...)” – bispo D. João Maria da Fonseca e Évora (1741-1752).⁵²¹ Tendo em consideração o facto de Avintes ser couto⁵²² parece que também o bispo tinha a preocupação de nomear para esta freguesia um eclesiástico de maior responsabilidade.

A igreja de S. João de Canelas, abadia da apresentação do bispo do Porto em que o reitor da Colegiada de Cedofeita tinha quatro meses de direito de apresentação.⁵²³ Mais uma vez, se coloca a interrogação à cerca do padroeiro, porém, as visitas desta freguesia, publicadas por Francisco Barbosa da Costa⁵²⁴, são claras quanto ao responsável por garantir a manutenção do templo no espiritual e temporal. Na visita de 6 de outubro de 1671 o visitador elogia o pároco pelo “(...) *cuidado com que trata do ornato da sua capella e os fregueses do conserto da Igreja* (...)”.⁵²⁵ Quanto aos dízimos, como vimos em Avintes, também nesta freguesia pertenciam ao abade, que em 1699, a quando da visita, estava com dificuldades na recolha desses rendimentos e o visitador adverte que desta falta “(...) *segue prejuízo ao Reverendo Abbade e sua Igreja* (...)”.⁵²⁶ Neste documento não há qualquer referência à Colegiada de Cedofeita, unicamente aos bispos do Porto, que enviavam o visitador para garantir o bom provimento das suas igrejas.

A igreja de Stª Marinha de Cortegaça, como já vimos, foi doada ao mosteiro de Grijó em 1264, porém em 1567, a quando da divisão de bens entre o Mosteiro de S. Salvador de Grijó e o Mosteiro de Stº Agostinho da Serra esta igreja já estaria na posse do bispo do Porto.⁵²⁷

Em 1758 Cortegaça, que era couto “(...) *demarcado sobre si, que conhece por Superior o Ouvidor da Villa da Feira*”, tinha na sua igreja um abade de apresentação “(...) *alternativa*,

⁵²¹ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 125v.

⁵²² Era couto dos Conde de Avintes. Em 1708 era Conde de Avintes D. António de Almeida. Em 1758 já lhe tinha sucedido D. Luís de Almeida, homónimo e tetraneto do primeiro Conde de Avintes, D. Luís de Almeida, que tinha recebido essa mercê por carta de D. Afonso VI, de 17 de fevereiro de 1664.

O couto de Avintes tinha “(...) *juiz ordinário por vottos e eleiçam do povo que faz e confirma o Excelentissimo Conde ou seu procurador como domnatario, a quem passa carta de ouvir, deferindo-lhe juramento e entregando alvará a quem há-de servir o anno, elegendo também procurador do povo e os mais officiaes inferiores, feito tudo na casa do mesmo Excelentissimo Domnatario, cujo juiz conhece das cauças cíveis com alçada, dando apelaçam e aggravo para a Relaçam do Porto, a cuja comarca pertence o crime e cousas de maior alçada*”.

(COSTA, P. Antonio Carvalho da – *Corografia Portuguesa...* Tomo I..., 1706. – CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 755-756.)

⁵²³ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 758.

⁵²⁴ COSTA, Francisco Barbosa da – *S. João Baptista de Canelas. Notas Monográficas*. Porto: Paróquia de Canelas, 1980.

⁵²⁵ COSTA, Francisco Barbosa da – *S. João Baptista de Canelas...*, p. 225.

⁵²⁶ COSTA, Francisco Barbosa da – *S. João Baptista de Canelas...*, p. 309.

⁵²⁷ Vd. Capítulo sobre o padroado dos Cónegos Regrantes de Stº Agostinho

a saber o Sumo Pontífice, do Senhor Bispo do Porto, e dos Relligiosos de Grijó (...)”⁵²⁸ e “tem o Mostr.^o de Grijó 4 mezes no padroado desta Igr^a”.⁵²⁹

Na visita de 9 de fevereiro de 1824, o visitador, Doutor António Sousa Dias de Castro, enviado pelo Bispo do Porto, e dirigindo-se ao abade da igreja e aos seus fregueses, manda que o teto da igreja se limpe dentro de seis meses e tenham em conta não só a conservação das madeiras, mas também a decência da igreja.⁵³⁰ Como já vimos em outras situações, esta igreja tinha pertencido ao padroado do Mosteiro de S. Salvador de Grijó, que deixou de ser o padroeiro mas manteve o direito de apresentação, porém era o bispo do Porto, ou mais concretamente os seus representantes, que garantiam a eficácia na manutenção da igreja. Este documento prova que este padroado continuou sob a tutela do bispo do Porto até à extinção dos padroados.

Também proveniente do padroado do Mosteiro de Grijó foi a **igreja de S. Tiago de Silvalde** e a **igreja de St^a Maria de Gulpilhares**. S. Tiago de Silvalde com a divisão de bens de 1567 passa para o bispo do Porto e segue o mesmo tipo de apresentação eclesiástica: papa, bispo e Mosteiro de Grijó, embora, ainda, em 1758 o seu abade afirme que a igreja é do padroado de Grijó: “O parcho desta freguezia hé abbade, e padroeiro della o mosteiro de São Salvador de Grijó. E tem meses della alternativamente a Excelentissima Mitra, o Summo Pontifece, e o mosteiro de Grijó”.⁵³¹ Todavia, esta informação errada é facilmente refutada quer com os documentos de divisão de bens entre Grijó e o Mosteiro da Serra, quer com a visita de 1769, em que era abade, desde outubro de 1760, o P. Constantino José Alves Belo, tendo este mandado fazer nova capela-mor: “A capéla mór hé ordinaria, q já mandou fazer o Abb.^e (...)”.⁵³² A capela-mor só poderia ser mandada fazer pelo padroeiro ou por um representante dele. O abade de uma igreja dependente do bispo do Porto é o seu legítimo representante.

St^a Maria de Gulpilhares, posteriormente a 1365 foi entregue ao bispo do Porto em troca das igrejas de St^o André de Canidelo e St^a Maria Madalena, passando a ser apresentada *in solidum* pelo bispo do Porto.⁵³³

⁵²⁸ BASTOS, Manuel Pires – *O Concelho de Ovar nas «Memórias Paroquiais» (1758)*..., p. 14 e 16.

⁵²⁹ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 103.

⁵³⁰ VECINA, Sofia Nunes – *Arte & Documentação da Antiquíssima Paróquia de Cortegaça*. Cucujães: Paróquia de Cortegaça, 2010, p. 18.

⁵³¹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758*..., p. 261.

⁵³² AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 106v.

⁵³³ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758*..., p. 763. – AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 117.

A **igreja de S. Martinho de Escapães**, de concurso ordinário, segundo o abade João Correia de Lima, teria pertencido à Ordem de Malta.⁵³⁴ Efetivamente pertenceu, pelo menos até 1542, quando o censual da Mitra do Porto elenca esta igreja como de “(...) *apresentaçam do Ospital*”,⁵³⁵ porém em 1623 já seria abadia do bispo do Porto foi nessa jurisdição que se manteve durante todo o século XVIII e princípios de XIX.

A **igreja de S. Tiago de Espargo** era da apresentação alternativa da Santa Sé, do bispo do Porto e o Mosteiro de S. Martinho de Cucujães⁵³⁶, e o abade de Espargo apresentava cura na igreja de S. Pedro de Sanfins.⁵³⁷ Como já tivemos oportunidade, a propósito do padroado beneditino, de provar estas igrejas não eram do padroado de Cucujães, apesar deste ter direito de apresentação, mas somente do bispo do Porto.

Da apresentação do bispo do Porto eram também a **igreja de S. Salvador de Fornos**⁵³⁸ e a **igreja de S. Tiago de Lourosa**, que em 1758 tinha de rendimento:

*(...) hum anno por outro de frutos certos e incertos quatrocentos mil réis pellos quaes paga à Excelentissima Mitra deste bispado, de censura annualmente o seguinte: de trigo, vinte e dous alqueires e quarta e meia, centeio, oitenta e nove e quarta, milho groço secenta e seis e meio que fazem a soma de cento setenta e oito alqueires e meio. E a Caza de Simães e Fermado de trigo seis alqueires, 6, centeio seis, 6; milho seis, 6, capões três, 3, que somam dezoito alqueires e três capões.*⁵³⁹

201

Destaca-se o facto de existir, dos rendimentos da freguesia, um pagamento à Casa de Simães e Fermado. Neste caso o benefício paroquial é unicamente da responsabilidade do bispo do Porto, mas este pagamento coloca-nos duas interrogações. Será que no caso das igrejas de apresentação alternativa também existe um pequeno pagamento às entidades que sem serem padroeiros apresentam o benefício paroquial? Qual seria a vantagem para essa entidade se não existisse uma contrapartida?

⁵³⁴ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 366.

⁵³⁵ SANTOS, Cândido Augusto Dias dos – *O Censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da diocese nas vésperas do Concílio de Trento*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1973, p. 196.

⁵³⁶ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 367.

⁵³⁷ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 403.

⁵³⁸ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 378.

⁵³⁹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 387.

Mas sobre Lourosa a documentação oferece-nos mais uma curiosidade, o abade desta igreja tinha por tradição fazer um manjar para a freguesia, que dada a forma como o visitador escreve devia ser situação insólita:

Os pasais darão de Renda 4 Carros de pam: E o vinho, úma ou duas pipas: terra para Orta só a que baste: E as conhecensas chegarão a 2 carros e meio de pam. Tudo isto poderá dár em 100\$000. e com 400\$000 rs, em q anda a dizimaria, vem a importar 500\$000 rs de Rendim.^{to}, fora úma pequena Rezerva para o Abb^e. Tem este obrig.^{am} por Costume de fazer O gasto de úm tál Bôdo p.^a a freg.^a q chegará a 6\$000 rs.⁵⁴⁰

As igrejas de **Stª Maria de Ul**, **Stª Maria de Lamas**, **S. João de Ver** e **S. Cipriano de Paços de Brandão** apresentam-se nas mesmas condições das anteriores no que respeita à apresentação de benefício eclesiástico.⁵⁴¹ Porém na igreja de Paços de Brandão temos de destacar o facto de, a 27 de novembro de 1764, ter recebido como abade o P. Jerónimo Lopes, natural de Peroselo (Penafiel), de 35 anos de idade, e serviu como coadjutor na Sé do Porto: “Foi Beneficiado coadjutor na Sé do Porto, e provido por Concurso nesta Igr.^a de q tomou posse a 27 de 9br.^o de 1764”.⁵⁴² Este facto demonstra a nomeação de eclesiásticos da confiança do bispo do Porto.

Relativamente à Igreja de Stª Maria de Ul, em 1758 é indicada de forma clara quais são os deveres dos abades destas igrejas:

*O parocho desta freguezia hé abade, hé apresentassam do Excelentissimo Bispo deste bispado, foi lotada para Roma quando foi provido o abade que existe e trezentos e quarenta mil réis fructos certos e incertos, sem atendensia aos **encargos que encubem ao abade, como são casas de residencia, capella mor e sua fabrica, cera para ademenistrassam dos sacramentos provizoens para o prelado e seos vezitadores quando vêm em Vezita e outros emcargos.***⁵⁴³

⁵⁴⁰ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 14.

⁵⁴¹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 392 e 404.

⁵⁴² AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 107v.

⁵⁴³ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 332.

5.1.1.11. Cabido da Sé do Porto

O Cabido da Sé do Porto era padroeiro de três vigararias (Ovar, St^a Marinha e Válega), uma abadia (Olival) e um curato (Crestuma).

Tabela 17 – Padroado do Cabido da Sé do Porto na Comarca da Feira

TITULAR DO PADROADO	IGREJA	ORAGO	BENEFICO PAROQUIAL	APRESENTAÇÃO	BISPADO
Cabido da Sé do Porto	Ovar	S. Cristóvão	Vigararia	Deão do Cabido da Sé do Porto	Porto
	St ^a Marinha	St ^a Marinha	Vigararia		
	Válega	St ^a Maria / N. Sr ^a do Amparo	Vigararia		
	Olival	St ^a Maria / N. Sr ^a da Assunção	Abadia		
	Crestuma	St ^a Marinha	Curato	Abade da Igreja do Olival	

As igrejas de S. Cristóvão de Ovar e de St^a Maria de Válega, eram ambas da apresentação *in solidum* do Cabido da Sé do Porto, a quem pertenciam os dízimos, e rendiam juntas catorze mil cruzados.⁵⁴⁴ A igreja de Ovar tem três naves e era considerada, em 1769, “(...) *dos Melhores Templos da Com.ª*”.⁵⁴⁵

Na igreja de St^a Marinha o cabido pagava anualmente trinta mil réis de cômgrua ao vigário e oito mil réis ao cura coadjutor, e recebia seiscentos mil réis de dízimos.⁵⁴⁶

Ovar e St^a Marinha eram as duas igrejas com mais eclesiásticos em toda a comarca da Feira.

Sobre a Igreja de St^a Maria do Olival em 1623 não se faz referencia ao padroeiro, em 1708 diz-se que era da Ordem de S. Bento, do Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria (Porto), porém em 1758 e 1769 confirma-se que na verdade o seu padroeiro era o cabido da Sé do Porto. Este equívoco facilmente se contesta com a existência de livros de visitas, hoje no

⁵⁴⁴ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 91 e 101v.

⁵⁴⁵ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 101v.

⁵⁴⁶ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 785.

Arquivo Distrital do Porto⁵⁴⁷, parcialmente transcritos por Francisco Barbosa da Costa⁵⁴⁸, que fizeram parte do cartório do Cabido da Sé do Porto.

O abade de St^a Maria do Olival era da apresentação do Cabido da Sé do Porto e o cura de St^a Marinha de Crestuma da apresentação do abade de Olival, que tinha de renda “(...) *quatrocentos mil réis e deles paga congroa ao dito cura, fabrica com o preciso as duas igrejas e faz e reedifica as duas capellas maiores e residencias*”.⁵⁴⁹ O cura recebia doze mil réis de cõngrua.⁵⁵⁰

Crestuma era couto da Mitra do Porto “(...) *constituída por toda a freguesia de Crestuma e pelos lugares de Arnelas, S. Martinho, Seixo Albo e S. Miguel, da freguesia de St^a Maria do Olival*”.⁵⁵¹

Neste padroado parece haver, no século XVIII, duas formas de administração. Por um lado, o abade de St^a Maria do Olival, com uma igreja anexa, recebia para garantir o provimento da capela-mor das duas igrejas e respetivas residências, tal como vimos acontecer no padroado do bispo do Porto. Por outro, na igreja de Válega em 1779, depois de estar concluída a nave da igreja os fregueses “(...) *requerem a Capela mor, que pertence ao Il^{mo} Cabido do qual se espera mande com a brevidade possível fazer a d^a Capela mor*”.⁵⁵² Todavia, nos dois casos fica claro que o Cabido não tinha encargos adicionais, como vimos acontecer na Comenda de S. Pedro de Canedo.

Em todas, exceto Crestuma, a apresentação do benefício paroquial era unicamente do Cabido da Sé do Porto.

Na freguesia de Ovar, provavelmente para servir as freguesias de Ovar e Válega existia um celeiro do Cabido da Sé do Porto. A 15 de setembro de 1488, o cabido da Sé do Porto, adquiriu umas casas com duas cubas velhas a Gonçalo Fernandes, em Ovar. Em 1754 iniciou nessa propriedade a construção do celeiro, popularmente designado de *Celeiro dos Dízimos* ou *Casa da Balança*. Extintos os padroados, em 1912 o celeiro recebeu o *Cinema High-Life*,

⁵⁴⁷ ADP – *Santa Maria do Olival*, 1690-1803, Cab. 1683.

ADP – *Santa Marinha de Crestuma*, 1684-1803, Cab. 1683.

⁵⁴⁸ COSTA, Francisco Barbosa da – *Santa Maria do Olival. Notas Monográficas*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; Junta de Freguesia de Olival, 2001. – COSTA, Francisco Barbosa da – *Santa Marinha de Crestuma. Notas Monográficas*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; Junta de Freguesia de Crestuma, 2000.

⁵⁴⁹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 769.

⁵⁵⁰ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 760.

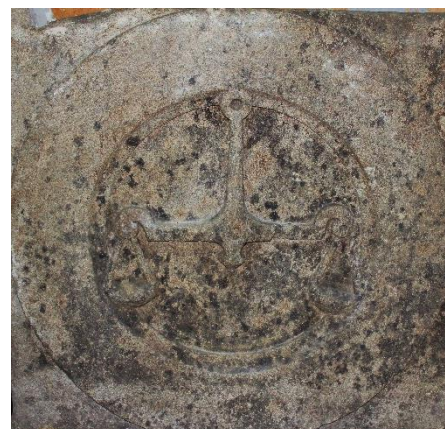
⁵⁵¹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 760.

⁵⁵² APV – *Livro que ha de servir p^a os Cap^{os} de Vezita da Freg^a de Vallega*, 1769-1840, fl. 9.

em 1919 serviu de cadeia⁵⁵³ e acabou por ser demolido por volta de 1950, a quando da construção do Mercado Municipal de Ovar, pelo Arquitecto Januário Godinho.⁵⁵⁴ A pedra que encimava o portal principal do celeiro, ainda hoje se guarda nas reservas do Museu de Ovar e foi ela que deu a denominação popular ao celeiro, por ter uma balança esculpida.



32. À direita, antiga *Casa da Balança* de Ovar – celeiro do Cabido da Sé do Porto; à esquerda, a casa de piso térreo, Casa do Despacho da Ordem Terceira de S. Francisco de Ovar; ao centro, igreja de S. Cristóvão de Ovar, 1915 (AMO)



33. Pedra que encimava o portal de acesso à *Casa da Balança*, hoje no Museu de Ovar

5.1.1.12. Arcediago de Oliveira da Sé do Porto

A igreja de St^a Eulália de Oliveira do Douro era da apresentação *in solidum* dos arcediagos de Oliveira da Sé do Porto, que em 1758 pagava cômgrua ao seu vigário.⁵⁵⁵

Ao contrário do que afirma o visitador de 1769, a dignidade de Arcediago de Oliveira não foi criada “(...) no año de 1300 e tantos (...)”⁵⁵⁶, mas a 9 de setembro de 1455, pelo bispo D. Luís Pires, que anexou a igreja de St^a Eulália de Oliveira do Douro a este arcediagado e incumbiu o seu titular da visita às igrejas e mosteiros do julgado de Gaia,⁵⁵⁷ e não da comarca da Feira como também afirma o documento de 1769.⁵⁵⁸

⁵⁵³ LAMY, Alberto Sousa – *Dicionário da História de Ovar*. Vol. 1. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 2009, p. 316.

⁵⁵⁴ VECINA, Sofia Nunes – *Arquitetura Religiosa de Januário Godinho em Ovar e Válega*. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. IX-XI (2010-2012), p. 439-461.

⁵⁵⁵ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 772.

⁵⁵⁶ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 130v.

⁵⁵⁷ FERREIRA, Cónego J. Augusto – *Memórias Archeologico Historicas da Cidade do Porto (Fastos Episcopales e Políticos)*. Sec. VI – Sec. XX. Tomo II. Braga: Livraria Cruz, 1924, p. 38-39.

⁵⁵⁸ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 131.

“Hé da aprez.^{am} in solidum dos Arcediagos de Oliv.^a da Sé do Porto, cuja Dignid.^e foi creada por úm dos Sr.^{es} Bispos no año de 1300 e tantos, com o rendim.^{to} de úma Prebenda, e com os dizimos, pasaes e o mais pertencente á Abbadia, q então era desta freg.^a unidos in perpetuum á dita erecta Dignid.^e. Um dos providores dela emprazou dipois com autorid.^e Apostolica a maior parte, e melhores terras dos ditos pasaes, com renda anual p.^a os Arcediagos; e tambem outras terras nesta freg.^a e na de Avintes. A esta dizimaria pertence tambem a do

Tabela 18 – Padroado do Arcediago de Oliveira da Sé do Porto

TITULAR DO PADROADO	IGREJA	ORAGO	BENEFICO PAROQUIAL	APRESENTAÇÃO	BISPADO
Arcediago de Oliveira da Sé do Porto	Oliveira do Douro	S ^a Eulália	Vigarraria	Arcediago de Oliveira da Sé do Porto	Porto

5.1.2. Padroados Seculares e Padroado Real

Entre os padroados seculares destacam-se as igrejas do Condado da Feira, doze igrejas, menos quatro do que o bispo do Porto. Os restantes são na sua maioria casos isolados (Morgado de Fermedo, Morgado de Pigeiros, Morgado de Vilar do Paraíso e Marquês de Marialva), só do Morgado de Campo Belo tinha duas igrejas.

Quanto ao Condado da Feira é ainda de referir que em 1700 o condado extingue-se por morte do 8º conde da Feira e em 1708 passa para a Casa do Infantado, primeiramente nas mãos do Infante D. Francisco e por morte deste sucede-lhe o Infante D. Pedro.

5.1.2.1. Condado da Feira e Casa do Infantado

Os condes da Feira, tinham na sua área de jurisdição doze igrejas, Arrifana (Feira), Esmoriz (Ovar), Castanheira do Vouga e Agadão (terra de Castanheira), Carregosa (Oliveira de Azeméis) e as restantes na região de Macieira de Cambra. Na sua maioria pertencem à diocese de Coimbra. É ainda de referir que pertencem a este padroado as únicas duas igrejas da diocese de Viseu, que faziam parte da comarca da Feira. Da diocese de Coimbra a

peixe do Rio nos limites desta freg.^a; e do q os moradores da m.^{ma} tiram do Mar; e tudo anda arendado presentem.^e em 750\$000 rs, dos quais, e de todo o mais rendim.^{to} toca ao Colegio Patriarchal metade, menos do q Rende a quinta, ou pasais, porq não andam arrendados, e os manda Cultivar o Arcediago p.^a seu recreio. e quando se creou esta Dignid.^e, se lhe unio tambem a regalia, de q seria sempre ele, e seos successores, Viz.^{or} da Com.^{ca} da Feira; e lhe pertenceriam as luctuozas da dita Com.^{ca}. Um dos q sucederaõ no Arcediagado renunciou em um sobrinho seu, q era Conego Prebendado nesta mesma Sê, por Coadjutoria, e futura sucesam; e obteve ao mesmo tempo Breve Apostolico p.^a gozar juntam.^{te} a Prebenda q tinha em q.^{to} fosse Arcediago Coadjutor. Morto o seu Coadjuvado, pertendeo unir ao Arcediago a Prebenda q possuia, ao qual já estava unida a outra, do tempo da sua Creasam, juntam.^{te} com os dizimos da Abbadia na fr.^a sobredita: porem Mandando o Papa ouvir o S.^r Bispo desse tempo e o Cabido, com o consentim.^{to} de amboz; convierão eles, com a condisam, de q o Arcediago cedese a regalia de Viz.^{or} p.^a a Mitra; e direito das luctuozas para o Cabido: e veio a ficar o Arcediagado com duas Prebendas, os dizimos, e o mais desta freg.^a, q por tudo importão ordinariam.^{te} em seis Mil Cruzadoz, dos quais tirando metade, ficam para esta Dignidade tres mil Cruzadoz cada año; e destes paga o actual 400\$000 r.^s de pensam^{to}. (AP - Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769, fl. 130v-131)

Companhia de Jesus tinha a igreja de Macinhata da Seixa, a Ordem de S. Bento a igreja de Ossela e a Ordem de Cister a igreja de Vila Chã, mas o núcleo maior é efetivamente do padroado dos condes da Feira.

Tabela 19 – Padroado do Condado da Feira / Casa do Infantado na Comarca da Feira

TITULAR DO PADROADO	IGREJA	ORAGO	BENEFICO PAROQUIAL	APRESENTAÇÃO	BISPADO
Condado da Feira / Casa do Infantado	Castanheira do Vouga	S. Mamede	Priorado	Conde da Feira / Donatário da Casa do Infantado	Coimbra
	Agadão	Stª Maria Madalena	Curato	Prior da Igreja de Castanheira do Vouga	
	Carregosa	S. Salvador	Priorado	Conde da Feira / Donatário da Casa do Infantado	
	Cepelos	S. João	Priorado		
	Codal	S. Tiago	Priorado		
	Macieira de Cambra	Stª Maria / N. Srª da Natividade	Priorado		
	Roge	S. Salvador	Priorado		
	Vila Cova de Perrinho	S. João	Curato	Prior de Vila Cova de Perrinho	
	Arões	S. Simão	Abadia	Conde da Feira / Donatário da Casa do Infantado	Viseu
	Junqueira	S. Miguel	Curato	Abade da Igreja de Arões	
	Arrifana	Stª Maria / N. Srª da Assunção	Abadia	Conde da Feira / Donatário da Casa do Infantado	Porto
	Esmoriz	Stª Maria / N. Srª da Assunção	Abadia		

As igrejas das dioceses de Viseu e Porto eram abadias, exceto S. Miguel de Junqueira que estava anexa a S. Simão de Arões e por isso era curato. Na diocese de Coimbra todas as igrejas eram priorados, exceto Stª Maria Madalena, anexa a S. Mamede de Castanheira do

Vouga, e S. João de Vila Cova de Perrinho, anexa a S. Salvador de Roge, que eram curatos da apresentação dos priores da igreja matriz.

5.1.2.2. Morgado de Campo Belo

Este padroado era constituído por uma abadia e um curato, apresentado pelo abade da igreja matriz de S. Pedro de Cesar.

Tabela 20 – Padroado do Morgado de Campo Belo na Comarca da Feira

TITULAR DO PADROADO	IGREJA	ORAGO	BENEFICO PAROQUIAL	APRESENTAÇÃO	BISPADO
Morgado de Campo Belo	Cesar	S. Pedro	Abadia	Morgado de Campo Belo	Porto
	Macieira de Sarnes	Stª Eulália	Curato	Abade da igreja de Cesar	

Em 1758, P. Manuel de Azevedo Brandão, abade da igreja de S. Pedro de Cesar, diz que o benefício eclesiástico é de “(...) *apresentação in solidum da caza e morgado de Vicente de Távora e Noronha Leme Sernaxe, da cidade do Porto*”,⁵⁵⁹ tendo sido o seu sucessor, P. José António de Madureira Cirne de Souza, natural da cidade do Porto, apresentado pela sua sobrinha, mulher de Vicente de Noronha Leme Cernache “(...) *de cuja caza hé o Padroado in solidum; tomou posse em Outubro de 1763*”.⁵⁶⁰ A sobrinha deste eclesiástico era D. Ana de Távora e Noronha Leme e Cernache, padroeira legítima destas igrejas, descendente de D. Maria de Noronha, 7ª senhora de Campo Belo, padroeira das igrejas de S. Pedro de Cesar e Stª Eulália de Macieira de Cambra, que em 1577 casou com Domingos de Távora, Senhor dos Direitos Reais de Távora e da Quinta da Aveleira, que faleceu no dia 11 de julho de 1604 e foi sepultado no Convento de Corpus Christi (Gaia), passando este padroado para os seus descendentes.⁵⁶¹ Destes descendentes destacam-se D. Jerónimo de Távora de Noronha Leme

⁵⁵⁹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 310.

⁵⁶⁰ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 34v.

⁵⁶¹ Martim de Távora de Noronha (?-1644); Jerónimo de Távora de Noronha Leme Cernache (1599-1674); António de Távora de Noronha Leme Cernache (1664-1771), que casou com D. Micaela Antónia Freire (1667-1753), senhora da Casa de Vandoma; D. Jerónimo de Távora de Noronha Leme Cernache (1690-1754); D. Ana de Távora e Noronha Leme e Cernache (1730-1807), casada com o seu tio paterno Vicente de Távora e Noronha (1711-1799); D. Antónia de Noronha Leme Cernache (1748-1811). (TEIXEIRA, Júlio A. – *Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo. Genealogias, Brações, Vínculos*. Lisboa: J. A. Telles da Sylva, 1990 (Vols. I e IV).)

Cernache (1690-1754), Deão da Sé do Porto, possivelmente o responsável pela vinda de Nicolau Nasoni para o Porto em 1725, a convite do Cabido da Sé do Porto.



34. Palácio do Freixo (Porto)

Entre várias encomendas artísticas feitas a Nicolau Nasoni em que D. Jerónimo de Távora Leme Cernache está envolvido, destaca-se o projeto para a Igreja dos Clérigos (entregue à irmandade por D. Jerónimo a 31 de maio de 1731), e o projeto que o próprio encomendou por volta de 1742 para a construção da sua casa de campo, Palácio e jardins do Freixo.⁵⁶²

5.1.2.3. Morgado de Fermedo

Os senhores de Fermedo tinham direito de padroado da abadia de St^a Maria de Fermedo, dentro da sua área geográfica de jurisdição civil, cedida pelo poder régio.

Tabela 21 – Padroado do Morgado de Fermedo na Comarca da Feira

TITULAR DO PADROADO	IGREJA	ORAGO	BENEFICO PAROQUIAL	APRESENTAÇÃO	BISPADO
Morgado de Fermedo	Fermedo	St ^a Maria / N. Sr ^a da Expectação	Abadia	Morgado de Fermedo	Porto

⁵⁶² BRANDÃO, D. Domingos de Pinho; ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da Rocha; LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – Nicolau Nasoni. *Vida e obra de um grande artista. Breve Resumo*. Porto: Edição de autor, 1987, p. 27-76.

Já em 1542 o Censual da Mitra do Porto ao elencar as apresentações e censos que se pagavam à Mitra do Porto na Terra de Gaia e Santa Maria, diz que Fermedo era da apresentação do rei, mas “*aguora apresenta o Senhor da terra de Fermedo*”,⁵⁶³ que por essa altura seria um descendente de Aires Gonçalves de Figueiredo e de Leonor Pereira. Não conhecemos até ao momento o ano concreto da doação deste padroado, mas a 29 de março de 1373, já o senhorio de Fermedo existiria, sendo confirmado por carta a Diogo Gomes de Azevedo. Mais tarde, a 10 de dezembro de 1385, D. João I entrega a Afonso Madeira, a “(...) *terra e nosso julgado de Fermedo com todas as suas rendas, direitos, foros e pertenças e com toda a sua jurisdição assy civil como crime*”.⁵⁶⁴ O documento não refere o direito de padroado, mas refere que este senhor teria todos os direitos existentes no julgado de Fermedo. Estaria incluído o direito de padroado?

210

A partir de 30 de maio de 1407, D. João I entrega esta terra a Aires Gonçalves de Figueiredo e sua esposa, Leonor Pereira, e desde então, até à extinção dos morgados, Fermedo pertenceu aos descendentes de Aires e Leonor, que tinham o seu *Paço* em Fermedo, próximo da igreja⁵⁶⁵ – hoje já não existe.

Destes descendentes destaca-se Josefa Margarida Antónia da Silveira e Noronha, casada com Francisco José Xavier Cardoso Alarcão, da Casa de Simões em Moure (Felgueiras), com quem teve um filho, José Peixoto Pinto Coelho da Silva Portugal, que viria a ser pároco de Fermedo. Este facto é confirmado pela visita de 1769:

O R.^{do} Abb.^e Joze Peixoto Pinto Pereira de 32. a^s, e boa dispoz^{am}. Apresentado por seu Pay, S.^r do Concelho de Fermedo, Francisco X.^{er} Cardozo e Alarcam; e tomou posse em Junho de 1762.

⁵⁶³ SANTOS, Cândido Augusto Dias dos – *O Censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da diocese nas vésperas do Concílio de Trento*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1973, p. 195.

⁵⁶⁴ AZEVEDO, Alfredo G.; MOREIRA, Domingos A. – *Fermedo. Aspectos da sua história*. Porto: [Edição de autor?], 1973, p. 116.

⁵⁶⁵ Segundo o levantamento documental feito por Alfredo Azevedo e Domingos Moreira, os descendentes, por ordem cronológica, teriam sido: Genebra Pereira, Isabel de Miranda (casada com Vasco Álvares Pereira, aparentado com os condes da Feira), Rui Pereira, João Álvares Pereira, Rui Pereira de Azevedo, João Álvares Pereira, Manuel Álvares Pereira da Silva, Rodrigo Pereira (que surge num documento de 1633), Fernão Pereira da Silva (que surge em dois documentos datados de 1648 e 1674), Mariana Francisca Pereira da Silva (referida documentalmente em 1738), António Luís Vaz Pinto Coelho Pereira da Silva (referido em 1708 e 1736), João Pinto Coelho Pereira da Silva, Josefa Margarida Antónia da Silveira e Noronha, Gonçalo Peixoto Pinto Coelho Pereira da Silva, Francisco António Peixoto Luís Pinto Coelho Pereira da Silva da Fonseca Melo, Francisco Peixoto Coelho de Melo Pinto da Silva (casado, em 1820, com Maria da madre Deus Rita Haucourt de Sousa Padilha), Pedro Maria Peixoto Coelho Pinto da Fonseca Pereira da Silva e António Peixoto Pinto Coelho Pereira da Silva de Sousa Padilha de seixas Haucourt (nasceu em 1828, faleceu em 1902). (AZEVEDO, Alfredo G.; MOREIRA, Domingos A. – *Fermedo*..., p. 115-125)

É o segundo caso de padroados seculares em que são apresentados para o benefício paroquial familiares do padroeiro, o mesmo sucedeu com o Morgado de Campo Belo, exatamente no mesmo período cronológico.

5.1.2.4. Morgado de Pigeiros

Tal como vimos para os casos anteriores, trata-se de mais um caso de uma terra com donatário que tem direito de apresentação na igreja localizada dentro da sua área de jurisdição civil, e como nos restantes casos trata-se de uma abadia. Só no caso do morgado de Campo Belo, para além da abadia se acrescenta uma igreja anexa, com cura.

Tabela 22 – Padroado do Morgado de Pigeiros na Comarca da Feira

TITULAR DO PADROADO	IGREJA	ORAGO	BENEFICO PAROQUIAL	APRESENTAÇÃO	BISPADO
Morgado de Pigeiros	Pigeiros	S ^a Maria	Abadia	Morgado de Pigeiros	Porto

No início do século XVI Pigeiros tinha como donatário Domingos Pereira, casado com Branca Andrade, que por sua morte herda o senhorio, sucedendo-lhe posteriormente o seu filho, António Pereira, casado com Isabel Andrade. Isabel Andrade quando enviuvou deixou a freguesia de S. João de Ver, onde viviam, e instalou-se em Pigeiros, no lugar de Quintã, na casa denominada *Paço dos Pereiras*, porém as suas dividas seriam elevadas e foi obrigada a vender os seus bens em Pigeiros. A transação foi feita a 21 de fevereiro de 1576 e o senhorio de Pigeiros adquirido por Tomé da Rocha⁵⁶⁶, do Porto, Cavaleiro da Ordem de Cristo, fidalgo da Casa Real, que em 1596 institui esses e outros bens que já tinha em morgadio. Tomé da Rocha, morreu, foi sepultado na igreja de S. Francisco do Porto e a partir daí todos os sucessores do morgado de Pigeiros são da sua linhagem.⁵⁶⁷

⁵⁶⁶ MOREIRA, Domingos A. – *Santa Maria de Pigeiros da Terra da Feira*. Porto: Edições Maranus, 1968, p. 50-54.

⁵⁶⁷ Sucederam a Tomé da Rocha: Jerónima da Rocha, Margarida da Rocha, Manuel Tavares da Rocha, Francisco Tavares da Rocha, Manuel Tavares da Rocha, Salvador da Rocha Tavares, Manuel Alberto da Rocha Tavares Pereira Corte Real (natural da vila de Ovar), Salvador da Rocha Tavares Pereira Corte Real, Manuel Maria da Rocha Colmeiro, Antónia Jesuína da Rocha Colmeiro e Antónia da Rocha Colmeiro de Moura Coutinho. (MOREIRA, Domingos A. – *Santa Maria de Pigeiros da Terra da Feira*. Porto: Edições Maranus, 1968, p. 50-54.)

Quanto ao *Paço dos Pereiras*, no lugar de Quintã, em 1758, segundo o P. João Carlos da Rocha Tavares, estava em ruínas e apenas se conservavam parte das paredes. A pedra de armas, que se manteve por algum tempo na portada da quinta, foi extraída por “(...) *Salvador da Rocha Tavares, morgado da villa de Ovar, penúltimo senhor e administrador da dita quinta, padroado e cazaes, e pai do prezente admenistrador, que de tudo se fez vinculo de morgado (...), para as colocar nas suas casas na mesma villa adonde se acham postas*”.⁵⁶⁸

A casa em questão é a casa da antiga Quinta de S. Tomé, em Ovar, onde próximo existiu a Capela de S. Tomé, dos condes da Feira, porque o morgado de Pigeiros derivada desta família. Na minuciosa memória paroquial escrita pelo P. João Rocha Tavares, ao referir-se ao administrador do morgado de Pigeiros em 1758, Manuel Alberto da Rocha Tavares, seu irmão, diz ser “(...) *setimo necto de Dom Manoel Pereira, conde do dito condado da Feira (...)*”.⁵⁶⁹



35. Lateral da Casa de S. Tomé, onde está colocada a pedra de armas (Ovar)



36. Pedra de armas dos Morgados de Pigeiros, na Casa de S. Tomé

Efetivamente de todos os administradores deste morgado devemos destacar Salvador da Rocha Tavares, natural da vila Ovar, que estudou filosofia no Colégio de S. Lourenço (Porto) e jurisprudência pontifícia na Universidade de Coimbra,⁵⁷⁰ formação que certamente terá contribuído bastante para o seu exercício como administrador do morgado de Pigeiros.

Salvador da Rocha Tavares tinha um irmão, Francisco de Matos Soares, que seguiu a vida religiosa e foi apresentado por Salvador da Rocha Tavares duas vezes para abade de St^a Maria de Pigeiros. A primeira vez foi a 13 de julho de 1700, porém, em 1707 o P. Francisco

⁵⁶⁸ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 395.

⁵⁶⁹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 396.

⁵⁷⁰ MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana. Historica, crítica e cronológica*. Tomo III. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, 1752, p. 670.

de Matos Soares renunciou. Por bula apostólica de 13 de outubro de 1707, foi provido nesse benefício eclesiástico o P. Manuel Rodrigues Ramos, da vila de Ovar e antigo coadjutor de Pigeiros, que faleceu a 2 de março de 1730, sendo sepultado na capela-mor de St^a Maria de Pigeiros e substituído pelo P. Francisco de Matos Soares, novamente apresentado pelo seu irmão, no mesmo mês e ano. A 5 de julho de 1748 o P. Francisco morre e a 30 de julho do mesmo ano Salvador da Rocha Tavares procede à apresentação do seu filho, P. João Carlos da Rocha Tavares. Poucos meses depois, a 5 de dezembro de 1748, Salvador da Rocha Tavares morre e na administração do morgado fica, como já foi dito, o seu filho, Manuel Alberto da Rocha Tavares. A 5 de agosto de 1782, morre o P. João Carlos da Rocha Tavares, na casa do seu sobrinho, Salvador da Rocha Tavares Pereira Corte Real, em Ovar. Foi sepultado na igreja de S. Cristóvão de Ovar.⁵⁷¹

A título de curiosidade, podemos ainda referir que depois de ter sido apresentado e aprovado pelo bispo do Porto o P. João da Rocha Tavares só tomou posse em setembro de 1748 e o visitador de 1762 fez algumas considerações a seu respeito, nomeadamente à sua falta de residência em Pigeiros:

O R.^{do} Abb.^e João Carlos da Rocha Tavares, n.^{al} da Vila de Ovar, de id.^e de 50. a.^s e boa dispoz^{am}: Apresentado péla sua Caza, da qual hé o Padroado desta Igr.^a in solidum e tomou pose em 7bro de 1748.

Bom home; mas pouco talento. Na Viz.^a pasada teve culpas por falta de rezid.^a, e por negocio de gados. Nesta as teve tambem pela mesma falta de rezid.^a.⁵⁷²

Como era natural de Ovar, vila onde residia a sua família e onde acabou por falecer e ser sepultado, possivelmente a sua falta de residência teria haver com estes factos. A falta de talento eclesiástico podia ser uma realidade, mas quanto à memória paroquia que escreveu, justiça lhe seja feita, até a lista das apresentações, pela sua casa, do benefício paroquial da igreja de Pigeiros apresenta, documento que servirá de base a todas as monografias escritas sobre esta freguesia.

Sobre a apresentação do benefício paroquial em 1758, diz o referido padre, que a apresentação “(...) *hé do padroado secular, de paço de Pereiras da Quintaã, do dito Pigueiros* (...) *e estão da posse os senhores e direitos do senhorio della por si e seus accendentes de a*

⁵⁷¹ MOREIRA, Domingos A. – *Santa Maria de Pigeiros da Terra da Feira*. Porto: Edições Maranus, 1968, p. 59-61.

⁵⁷² *culpas por falta de rezid.^a, e por negocio de gados: Nesta as teve tambem pela mesma falta de rezid.^a.*

in solidum apresentarem, acontecendo vagar por qualquer via que seja desde muitos seculos a esta parte, como consta dos livros de rezisto do dito bispado e doações”.⁵⁷³ Portanto, a renuncia, em 1707, do seu tio Francisco, não sendo uma situação normal teve a necessária intervenção da Santa Sé.

Havia ainda, nesta igreja, um facto peculiar, de que não encontrámos registo em mais nenhuma igreja, segundo o documento de 1758, “*no arco cruzeiro ou nave estão duas cadeiras de espaldas, huma do parrocho e a outra do padroeiro*”⁵⁷⁴

Evidencia-se mais uma vez a apresentação de familiares para o benefício eclesiástico, destaca-se o facto do padroeiro ter acento próprio na igreja e nota-se a proximidade de parentesco com os condes da Feira, sem sucessão desde 1700.

5.1.2.5. Morgado de Vilar do Paraíso

Em 1546, quando morre Fernando Camelo de Miranda sendo sepultado em capela própria, no interior da igreja de S. Pedro de Vilar do Paraíso, já a igreja pertencia a este morgado, permanecendo nele até à extinção dos padroados.

214

Tabela 23 – Padroado do Morgado de Vilar do Paraíso na Comarca da Feira

TITULAR DO PADROADO	IGREJA	ORAGO	BENEFICO PAROQUIAL	APRESENTAÇÃO	BISPADO
Morgado de Vilar do Paraíso	Vilar do Paraíso	S. Pedro	Curato	Morgado de Vilar do Paraíso	Porto

Em 1758, o cura P. José Rodrigues, pároco apresentado anualmente, que tinha “(...) *de renda o pé de altar*”, descreve o percurso histórico dos padroeiros desta igreja. Nessa época era morgada da freguesia, D. Maria Camelo de Miranda Sarmiento e Castro, “(...) *padroeira e administradora e apresenta cura na dita igreja todos os Sam joois*”. O morgado tinha sido instituído por Fernando Camelo de Miranda, almirante mor do reino, senhor de Resende, Penela e Roris, 4º vice-rei da Índia que ao serviço do rei recebia “(...) *por dia mil réis, atendendo a qualidade de sua pessoa. E vindo daquelles Estados ordenou o mesmo Senhor*

⁵⁷³ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 395.

⁵⁷⁴ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 394-395.

o torna-se a servir na Ilha de Sam Thomé, para onde logo foi e dahi a alguns annos faleceo e seus ossos vieram tresladados para esta Igreja onde inda se acham sepultados em hum manzuleo de pedra mármore". Foi casado com D. Maria de Castro, filha de D. João de Castro, que ficando viúva casou com Diogo Lopes de Sousa, da Casa de Arronches, regedor das Justiças da cidade do Porto, com quem teve um filho, António de Sousa. António de Sousa, com dezassete anos, foi para África com D. Sebastião *"e no real serviço falesceo com todos os mais"*. *"E depois destes caazamentos tem havido outros na dita caza qualificados (...), como são em ferreiros de tendais, Seregude e outros mais. Sempre os ditos sucessores conservaram o foro de mossos fidalgos athé a existente padroeira"*, D. Maria Camelo de Miranda Sarmento, com um filho, Manuel José Camelo de Miranda, que estava ao serviço do rei *"(...) na occupação de Cappitam de Infantaria do regimento do Porto"*, onde já tinha servido o seu tio Fernando Camelo de Miranda e o seu bisavô Fernando Camelo de Miranda.⁵⁷⁵

Quanto ao edificio e respetivo recheio, o morgado de Vilar do Paraíso *"(...) não só hé obrig.^{do} á Capéla mór, mas tambem a toda a Igr^a e ornato (...) "*⁵⁷⁶

5.1.2.6. Marqueses de Marialva

Em 1623, D. Rodrigo da Cunha, diz que a igreja de S. Cristóvão de Nogueira do Cravo é dos herdeiros de D. Manuel Coutinho, senhor da Torre do Bispo e do morgado de Medelo. Em 1708 o P. Carvalho da Costa diz que é padroado do Marquês de Marialva. Efetivamente a 11 de junho de 1661, D. Afonso VI, concedeu a D. António Luís de Meneses, conde de Cantanhede, o título de Marquês de Marialva. D. António tinha casado, em 1635, com D. Catarina Coutinho, filha e herdeira de D. Manuel Coutinho, senhor da Torre do Bispo e do morgado de Medelo, por isso a igreja de Nogueira do Cravo passa a pertencer aos marqueses de Marialva. Em 1675 D. António Luís de Meneses morre e a sua sucessão passa por: D. Pedro António de Meneses (1658-1711), D. Joaquina Maria Madalena da Conceição de Meneses (1691-1740), D. Pedro de Meneses (1713-1799), D. Diogo José Vito de Meneses Noronha Coutinho (1739-1803) e D. Pedro José Joaquim Vito de Meneses (c. 1775-1823), que morreu em Paris, sem geração.⁵⁷⁷

⁵⁷⁵ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 790.

⁵⁷⁶ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 118v.

⁵⁷⁷ SOUSA, D. Antonio Caetano – *Memorias Históricas, e Genealogicas dos Grandes de Portugal*. Lisboa: Regia Officina Sylviana e Academia Real, 1755, p. 145-155. – MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1850)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1998. – D. Antonio Luiz de Menezes, III Conde de Cantanhede, I. Marquez de Marialva. [Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, entre 1806 e 1817], folhas soltas que acompanham uma gravura do 1º Conde de Marialva.

Tabela 24 – Padroado dos Marqueses de Marialva na Comarca da Feira

TITULAR DO PADROADO	IGREJA	ORAGO	BENEFICO PAROQUIAL	APRESENTAÇÃO	BISPADO
Marqueses de Marialva	Nogueira do Cravo	S. Cristóvão	Abadia	Marquês de Marialva	Porto

5.2. Especificidades artísticas do padroado

Interessam-nos particularmente as características do padroado que se relacionam com a produção artística. Dos vários padroados que acabamos de apresentar sumariamente e que iremos poder analisar mais pormenorizadamente, deixamos por agora algumas referências documentais que reforçam as características análogas de gestão do património artístico, por parte dos padroeiros, que temos vindo a encontrar.

Das características específicas do padroado, sabemos que o patrono tinha como incumbência as características seguintes.

216

5.2.1. Garantir com diligência o cumprimento das Leis da Igreja

A cima de tudo devida assegurar, nas igrejas do seu padroado, o culto divino, de forma apropriada e digna, o que acarretava uma indispensável atenção ao *espiritual* e *temporal*, normalmente solucionado com a apresentação de um pároco idóneo, assegurando-lhe a manutenção do cargo e o pagamento de todo o necessário ao culto.

A **apresentação do benefício paroquial**, era regra geral feita pelo padroeiro ao bispo da diocese correspondente, sendo o bispo o único com poder para nomear o eclesiástico que beneficiaria desse cargo. No entanto surgem-nos na Comarca da Feira exceções à regra, como é o caso das comendas da Ordem de Cristo ou os direitos de apresentação que ficavam de antigos padroeiros.

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo há um livro manuscrito com traslados setecentistas de documentos relacionados com as igrejas de S. Miguel de Arcozelo, S. Paio de Oleiros, S. Martinho de Anta, St^a Marinha de Cortegaça, S. Tiago de Silvalde e S. Paulo de

Maças de D. Maria⁵⁷⁸, que tendo pertencido ao padroado do Mosteiro de S. Salvador de Grijó, passaram para outras mãos, mas o mosteiro manteve o direito partilhado de apresentação do benefício paroquial nessas igrejas,⁵⁷⁹ não se trata de um livro relativo às igrejas do padroado de Grijó, mas referente às igrejas, fora do padroado, nas quais o Mosteiro de S. Salvador de Grijó tinha direito de apresentação. O livro contém traslados das doações que tinham sido feitas ao mosteiro, de autos de posse das igrejas quando deixaram de pertencer a este padroado e documentos de apresentação de benefícios eclesiásticos nessas igrejas. Portanto, não sendo o padroeiro era possível ter direito de apresentação, como já tivemos oportunidade de constatar anteriormente e como este livro bem documenta.

A **dignidade do culto divino** era fundamental e para isso era necessário acautelar uma série de fatores. Os livros de visitas descrevem diversas situações que impediam a decência do culto. Iremos indicar meramente alguns a título de exemplo.

Na igreja de S. Pedro de Maceda, em 1723, o visitador manda que as pessoas que se sentam na escada de acesso ao coro não o façam: “*por ser esta freg.^a tam gra[n]de, cu sua Igreja tão pequena se lhe [elevou] hum Coro de Madr.^a p.^a nelle se acomodarem mais pesoas, e por que sosede que alguns (...) se sentão na escada inpedindo a pasagem para o coro, o fim p.^a que foi feyto (...).*”⁵⁸⁰

Nesta visita de 1723, à igreja de Maceda, há ainda uma situação que diz respeito à boa relação entre igrejas do mesmo padroado que importa destacar. Entre as igrejas do padroado de Rio Meão não existiria uma natural consideração e obediência entre os curas e o reitor e vice-versa, pelo que o visitador aconselha, para uma maior proximidade entre as três igrejas do isento da Comenda de Rio Meão, que pelo menos em dias assinalados, se convide formalmente o reitor e o cura de Arada:

⁵⁷⁸ Sobre Arcozelo, Oleiros, Anta, Cortegaça e Silvalde, por pertencerem à Comarca da Feira iremos falar delas oportunamente. Sobre a Igreja de S. Paulo de Maças de Dona Maria, podemos dizer que em 1242, D. Maria Pais Ribeira, mãe de D. Rodrigo Sanches (filho bastardo de D. Sancho I), doou esta igreja, que lhe tinha sido dada por D. Sancho I, ao Mosteiro de S. Salvador de Grijó, em troca da celebração de missas por sua alma e de D. Sancho. (ANTT – *Igrejas do Padroado de Grijó*. Cónegos Regulares de Santo Agostinho. Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 51, traslados de c. 1749, fl. 159-159v).

Posteriormente, e certamente dado o facto de Maças de D. Maria ficar no sul do país (atual distrito de Leiria), os religiosos de Grijó trocaram, com o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, esta igreja pela de Aradas, no atual concelho de Aveiro. (CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 91v). Naturalmente Maças de Dona Maria estava mais próxima de Coimbra do que de Grijó e administração seria mais fácil.

⁵⁷⁹ ANTT – *Igrejas do Padroado de Grijó*. Cónegos Regulares de Santo Agostinho. Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 51, traslados de c. 1749.

⁵⁸⁰ APM - *Livro dos Capitulos das Vezitas desta Igreja de S. Pedro de Maceda, que he da Sagrada Religião de Malta*, 1723-1800, fl. 3.

*Hei esta Igreja fillial da matriz de Rio meam e sendo bem que entre (...) parochos haja toda a [sofredam?] e vezinhança mandamos ao R.^{do} Parocho cumpra e mande formal obediência (...) obrigando a Retrebução que em todas as festas de santos e officios de defuntos que houver na sua Igreja chame em primeiro lugar o Prior de Rio meam e Parocho de Arada, e depois destes podera chamar aqueles que melhor lhe pareça (...)*⁵⁸¹

De certo modo o facto dos três eclesiásticos se unirem nas festividades, conferir-lhe-ia uma maior dignidade. Este fator era de tal modo evidente e grave que nesse mesmo ano, ao visitar a igreja de Rio Meão, o visitador fez o mesmo apelo ao reitor de Rio Meão:

*Sendo esta Igr^a matriz desta Comenda estranhámos m^o que entre o R.^{do} Parocho della, e os dois das Igr^{as} Filliais Maçada e Arada não tenham m^o assentes toda a aboa correspondencia e vizinhança assim nas festas dos Santos como nos officios dos defuntos; e p^a que daqui em diante a haja entre estes como filhos da mesma Religiam mandamos ao R.^{do} Parocho desta matriz sob penna de formal obediência e de se lhe livrar em culpa na vezita obrigar a restituição que daqui em diante em todas as festas e officios mande chamar os dois R.^{dos} Parochos de Maçada e Arada, e depois delles e os mais clérigos da sua freg^a dando entre estes sempre preferencia aos sacerdotes, e principalmente aos mais antigos.*⁵⁸²

Na igreja de S. Tiago de Rio Meão, ainda na visita de 1723, os sacerdotes desta freguesia são aconselhados a ter mais cuidado no acondicionamento dos paramentos:

Tendo esta freg^a hoje bastantes Sacerdotes he nesario se ponha maior cuidado em se tratarem os paramentos da missa, e por nos constar que alguns sacerdotes deixam em muitas ocações as vestimentas por dobrar na sancristia he em algumas o callis sobre o Altar mor, não sendo razão que o juiz da Igr^a haja de receber os ditos paramentos assim pella indeçença como por não saber como os hade dobrar; e por tudo recomendamos, e advertimos aos R.^{dos} Sacerdotes que ponhão nesta man^a algum cuid^o e q^e o ultimo que houver de sahir da sancristia

⁵⁸¹ APM - Livro dos Capitulos das Vezitas desta Igreja de S. Pedro de Maceda, que he da Sagrada Religião de Malta, 1723-1800, fl. 3.

⁵⁸² APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 9v.

*receba as vestimentas nas ocaseois com mais paramentos os reponham em seus lugares.*⁵⁸³

Em 1724, o visitador adverte para a importância de ter bancos suficientes na igreja e não permitir que os fregueses os levassem para casa:

*Fizeramme queixa a havendo nesta Igr^a outros bancos se acha nella m^o poucos de q^e resultam inconvenientes per q^e alguns freguezes não passam da porta da Igr^a e outros se metem na capella mor, e p^a q^e o R^{do} Parocho posa proceder contra elles mais justificadam^{te} mandamos com penna de excomunhão a toda a pessoa q^e tiver os bancos da Igr^a em caza os reponha nella e os não poderá tirar sem lisença do R^{do} Parocho em cazo que se tire algum acabado o ministério p^a q^e se tirou se torne logo a repor.*⁵⁸⁴

Em 1738 o visitador da igreja de Rio Meão manda que se mantenha a igreja decente, limpa e asseada:

219

*Reparey em estar debayxo das escadas (...) do Coro hum grande monte de juncos e espadanas que lançam na Igr^a nas festas; e como não hé couza que tenha prestimo algum antes me parece indecente o ajuntar semelhante couza com o tal lugar (...); mando que quando se barrer a Igreja se lance fora, e não se goarte mais, e o que de prezente está o mandará o Reverendo Parocho porta fora com a brevidade precisa, e não consinta couza igoal em as Igrejas, q devem estar sempre asseadas, limpaz e perfeitas.*⁵⁸⁵

Na igreja de St^a Maria de Válega, em 1744, o visitador manda que os fregueses não se encostem aos altares da igreja:

⁵⁸³ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 9-9v.

⁵⁸⁴ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 11v.

⁵⁸⁵ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 25v.

*(...) mando q nenhua pessoa de qualquer qualid^e q seja se incóste aos Altares nem sobre elles ponha chapeo, nem outra couza alguma, por serem So Erectos e constituídos p a celebração dos Sacrificios q nelle se celebraõ, com pena de quinhentos reis, q^o o Rdo Parocho excutará Logo com pena de excomunhão mayor (...).*⁵⁸⁶

Ainda na visita de 1744, o visitador dá conta de fregueses que se apropriam dos supedâneos dos altares e ocupam a sacristia e a capela-mor indevidamente e ainda do não cumprimento da regra de separação das pessoas por sexo:

*(...) e outro si sou também informado de q m^{tas} pessoas per ocupação tanto na Igr^a Parochial, como nas capellas dest frg^a os taburnos, ou supedaneos dos mesmos Altares, empedindo aos Sacerdotes a celebração da Missa, com aquella decencia q lhe he devida, devendo estar desempedidos p tam altos ministerios (...) e q tambem não ocupem a Sancristia, e Capella Mayor, se não aquellas pessoas, q nellas tiverem ocupação assim se fassa perciza a Sua asistencia, com imposição da mesma pena em q tambem incorrera toda a molher, q se intrometer nos lugares dos homens, como tambem antes no das molheres; e q tambem adestirem à porta da Igr^a, quando as molheres sahirem p^a fora, armando converssassoos, p^a lhe dizerem Remoques, ou outras palavras, violativas do Resp^{to} da mesma Igr^a (...)*⁵⁸⁷

Estas situações não eram resolvidas pelo próprio padroeiro, mas, nestes três casos, eram acauteladas pelo visitador enviado pelo seu padroeiro. No caso de Maceda e Rio Meão, são igrejas do isento da Ordem de Malta, em que era a própria ordem a nomear os visitantes. Válega pertencia ao cabido do Porto e o visitador era nomeado pela Sé do Porto. Todavia, são situações que esclarecem a importância da apresentação consciente e fundamentada do benefício eclesiástico. O facto de, como vimos, o concílio tridentino insistir na idoneidade dos eclesiásticos apresentados é obviamente para que situações como estas e outras mais graves possam ter rápida e eficaz solução.

⁵⁸⁶ APV – Livro das Vizitas desta Igreja de Vallega desde 1749 athe 1769, fl. 5.

⁵⁸⁷ APV – Livro das Vizitas desta Igreja de Vallega desde 1749 athe 1769, fl. 5.

5.2.2. Garantir a manutenção temporal das igrejas

Até agora constatámos que “cada caso é um caso”, existem normativas gerais, que dependendo do padroado podem ser ajustadas, quer quanto à responsabilidade da nave do templo, quer ainda quanto às despesas menores. Porém, o padroeiro, regra geral, é obrigado a edificar ou restaurar a sacristia, a capela-mor e ainda a residência paroquial, bem como garantir todas as alfaías e paramentos necessários ao culto. Para os fregueses ficava a responsabilidade do corpo da igreja, o que por vezes poderia gerar alguns problemas.

Em 1697, Francisco de Santa Maria, a propósito do **Convento do Espírito Santo de Santa Maria da Feira**, diz que tendo a capela-mor sido obra custeada pelos Condes da Feira, o transepto apresentava-se dignamente ao mesmo nível artístico da capela-mor, mas o corpo da igreja não “(...) & era desproporção lastimosa a união de tal corpo a taes hombros, & tal cabeça. Os Condes, ou menos fervorosos na protecção, & aumento daquela Casa, ou mais oprimidos com os gastos, q trouxe consigo o luxo, & vaidade dos tempos, não tratavam de reparar esta falta”.⁵⁸⁸ Como os Cónegos de S. João Evangelista não tinham meios para concretizar a obra, foi o rei D. Pedro II que “ (...) concedeo hu donativo no Condado da Feira, para que do rendimento delle se fizesse aquella obra tão desejada, & vencidas algumas dificuldades, que sobreviverão finalmente se lhe deu principio no anno de 1693”.⁵⁸⁹

221

Em suma, feita a sumptuosa capela-mor, onde eram sepultados os Condes da Feira, a nave não teve direito à mesma atenção por parte dos padroeiros do convento, até porque estavam cumpridos os requisitos aos quais eram obrigados, por isso, foi necessária a intervenção régia, que surge na sequência da impossibilidade dos próprios religiosos mandarem fazer a obra. Neste caso, obviamente, tratando-se de um convento não eram os fregueses os responsáveis pela nave, mas os religiosos, tal como o seriam os fregueses em igrejas paroquiais não conventuais. Mas podemos apontar outros casos mais elucidativos.

Em 1746 iniciou-se o processo de construção da nova **igreja de Stª Maria de Válega**. Em 1752 as obras estavam bastante adiantas, com o corpo da igreja quase concluído, mas o Cabido da Sé do Porto, padroeiro da igreja, ainda não tinha iniciado as obras na capela-mor, situação que se manteve pelo menos até 1779. Por volta de 1787/1788, a capela-mor estava quase construída quando tudo foi reduzido a cinzas.⁵⁹⁰

⁵⁸⁸ SANTA MARIA, Francisco de – *O Ceo Aberto na Terra. Historia das sagradas Congregações dos Conegos Seculares de S. Jorge em Alga de Venesa & de S. João Evangelista em Portugal*. Lisboa: Officina de Manoel Lopes Ferreyra, 1697, p. 535.

⁵⁸⁹ SANTA MARIA, Francisco de – *O Ceo Aberto na Terra...*, p. 536.

⁵⁹⁰ Vd. capítulo sobre o padroado do Cabido da Sé do Porto

Tomando como exemplo o padroado de Rio Meão, mais concretamente a **igreja de S. Tiago de Rio Meão**, podemos ver de forma mais específica que quanto às responsabilidades de manutenção, cada um tem a sua participação.

A 1 de outubro de 1726 o visitador tinha incumbido o comendador da manutenção do sino “*de tam boas vozes*” que caiu da torre a baixo ficando sobre duas pedras, pelo que devia, o Comendador, “*(...) repor o sino no seu lugar com boa segurança e q^e na Igreja e cazas da Comenda se fação alguns consertos a sendo m^o precisos serão pouco custosos*”.⁵⁹¹

No dia 5 de abril de 1732 o visitador diz que a igreja precisava urgentemente de adquirir paramentaria e de fazer manutenção no telhado, dando especial ênfase à capela-mor e sacristia, dando a entender que a participação do comendador, neste caso, seria sobre tudo nestes espaços:

(...) porque em todas as portas della chove e que o forro da capella mor se acha tam danneficado como se ve com os olhos. E (...) a sanchristia se acha muito falta de ornamentos, de Alvas, amitos e Cordoins de forte que não tem m^{as} vezes os sacerdotes ornam^{os} desentes para poderem celebrar o Santo Sacrificio da Missa”, e ainda, há “hua Crus de prata que hé precioza e se encontra quebrada (...)”⁵⁹²

A 14 de outubro de 1735, o visitador reforça a necessidade de aquisição de paramentaria, por parte do comendador:

*Sentimos m^o achar esta Igr^a tão falta de ornamentos, q^e sendo o ornam^o branco o mais preciso p^a as festas de Natal, Paschoa, e N. Senhora, se acha sem vestimenta branca q^e possa servir decentem^{te} nestas solenidades; e por q^e este provim^o pertence ao Venerando Senhor Comendador, espero q^e os seus R^{dos} Procuradores lhe fação avizo pera mandar prover de huã vestimenta branca com seu frontal p^a o Altar Mor, pois será contra o Cerimonial da Igr^a q^e em tão grandes Solenidades se diga Missa com vestim^a de outra cor em Igr^a de Comenda tão rendosa.*⁵⁹³

⁵⁹¹ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 13.

⁵⁹² APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 16v-17.

⁵⁹³ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 18 e 19v.

A 29 de dezembro de 1743 o comendador é novamente evocado a adquirir paramentaria nova e ao concerto da igreja, nomeadamente no que respeitava à nave:

Como não só pella nossa obrigação mas por especial Ordem e recomendação da Vn^{da} Assembleia somos obrigado a mandar prover esta Igr^a dos paramen^{tos} necess^{os} e reparalla do q^e for precizo, e como achamos necessitar ella m^o de huãs portas principais, e do teto do corpo da Igr^a, e de huãs cortinas p^a o sacrário, em vertude de d^{ta} ordem mandamos q^e no tempo de seis meses se lhe ponhão huãs portas novas, e todo o teto do corpo da Igr^a e se repare tambem o telhado da capp^a Mayor, e se ponhão tambem huãs cortinas na porta do sacrário, e esperamos do Senhor Comendador prova tudo na forma q^e pede a necessid^e da d^{ta} Igr^a e o seu zello, e mandamos ao R^{do} Parr^o q^e no tempo de quinze dias lhe fassa a saber este capp^o e passados seis meses nos dê conta do q^e está obrado, p^a nós a dármos tambem a Vn^{da} Assembleia (...)⁵⁹⁴

Em meados do século XVIII, como veremos em capítulo próprio, a igreja de Rio Meão é reedificada por estar bastante arruinada e o responsável pelas obras de arquitetura do edifício foi o padroeiro, Comendador da Comenda de Rio Meão, que em 1766 é louvado pelo visitador por terem as obras de reedificação sido concluídas com êxito, graças ao seu zelo. Neste caso o padroeiro interveio também na nave, mas não nos podemos esquecer que a igreja de S. Tiago de Rio Meão era a sede da comenda, pelo que teria garantidas outras condições que não existiriam nas anexas.

Porém não era o único com responsabilidades de manutenção.

A 23 de outubro de 1724 o visitador diz que o muro de vedação do adro não foi suficientemente aprimorado e “ (...) *tornará a cahir; e p^a q^t a servisse este de muro mandamos ao Juis do Subsino a com toda a brevid^e antes q^e entre o Inverno mande aprefeisoar a dita parede sob penna de a reformar a sua custa*”.⁵⁹⁵ Situação que é ainda reforçada na visita de 2 outubro 1759, mas dando o encargo a outra confraria: “*p^a evitar a devassidade do adro mandamos q^e este se fecha por parede ficando de fora a serventia do telheiro, e na entrada se*

⁵⁹⁴ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 29v.

⁵⁹⁵ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 11 e 11v.

*lhe ponha huã grade p^a não poderem entrar os animaes tudo no termo de dous meses sob penna de dous mil reis p^a a Confraria dos Santos Passos”.*⁵⁹⁶

Em 1726, o visitador da Igreja de S. Tiago de Rio Meão verifica que os painéis dos sete Passos da Paixão de Cristo se encontram profundamente danificados, estando indecentes, pelo que manda que a Confraria dos Passos proceda à encomenda de novos painéis:

*E por q^e a procissão dos Santos Passos se faz nesta frg^a com especial devoção e concurso de m^{ta} gente mandamos aos oficiais da Confraria dos Santos Passos que nisto esta se achar com suficiente depozito em tempo de hum mês mandem emcomendar os sete paineis dos sete passos a alguem pintor que seja isento na sua arte p^a q^e na quaresma a há de vir se possa já expor os ditos painéis.*⁵⁹⁷

A 13 de outubro de 1738, o visitador manda que os fregueses, garantissem algumas necessidades relacionadas com o retábulo colateral de N. Sr^a do Rosário:

*Sendo o Altar da Milagroza Imagem de Nossa Senhora do Rozario o que mais ornado devia estar, me pareceo tão diminuto e falto de ornatos que **não sey a quem possa atribuir esta necessidade**; e como há algum dinhr^o em deposito em o requererão se mande fazer huã bandeyra p^a as funçoins do Rozario, por tanto concedo Licença pera que se faça a dita bandeyra, e juntamente duas cortinas de seda pera servirem nas festas da Senhora, com outras principais que se fizerem na Igreja; e havendo deposito que possa suprir ha mais, mandarão fazer tambem hum frontal novo de damasco pera as ditas solennidades, o que tudo se fará com acerto, vontade do povo, e agrado do Reverendo Parocho, que em tudo mostrará o seu grande zello (...).*⁵⁹⁸

Relativamente à duvida sobre a responsabilidade de quem deveria prover este retábulo do necessário, prende-se com o facto dos retábulos colaterais terem sido mandados fazer pelo comendador em 1702, no entanto como veremos a freguesia e as confrarias também tinham a sua cota parte de responsabilidade, mesmo no que diz respeito a estes retábulos, porque ao

⁵⁹⁶ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 45v.

⁵⁹⁷ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 13-13v.

⁵⁹⁸ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 25-25v.

comendador cabia sobretudo o provimento do retábulo-mor. Por isso, a 5 de janeiro de 1789, tendo os fregueses informado o visitador que pertencia ao comendador a obrigação do ornato dos altares colaterais, o visitador considerou que seria uma responsabilidade do povo:

*(...) que no cap. Terceiro da Vizitação do anno de 1775 p^{lo} q^e foy preseitado a este Povo fazer cortinas de Damasco encarnado para os mesmos Altares coletraes, e frestas, e de facto lhe deu execução como consta do cap. 3^o da Vizitação sehuinte do anno de 1778 p^o isso ordenamos mande fazer huas cortinas novas para o Altar coletral do Senhor athe o principio da próxima quaresma em que devem servir.*⁵⁹⁹

A 26 setembro 1766 são enumeras as “*Obras da Confraria e Povo*”, entre elas, a construção de um novo cruzeiro: “*E por se achar o cruzeiro das procissões mal situado e a cruz delle já desfeita ordenamos q^e o fassão transportar mais p^a dentro do mesmo terreiro em o citio q^e lhe parecer mais próprio mandando-lhe fazer hua crus nova e comrespondente ao mesmo cruzeiro (...)*”.⁶⁰⁰

A 12 outubro 1778 o visitador considera que “*(...) esta Igreja pello que respeita a Commenda se acha bem paramentada e com todos os ornamentos necessários, tendo-se nella satisfeito o quanto foi preseitado na vezita passada (...)*”,⁶⁰¹ mas aos fregueses ainda cabia averiguar os telhados, pintar o teto, certamente da nave, e concertar a cancela do adro:

Item ordenamos que o mesmo Juis da Igreja a custa do mesmo Povo mande logo recorrer os telhados sendo preciso e dar nova tinta de gesso branco nas partes do tecto que se achão dannificadas, para ficar tudo decente, evitandose desta sorte maior despeza pelas ruinas dos temporaes, ao que ao principio se pode acudir com menos despeza, e esperamos que não seja precisa outra advertencia em hum Povo tão cuidado em o aseio da sua Igreja.

Item ordenamos que alem das obras acima preseitadas mande o Juis da Igreja comnserir a cancela do Adro, pregando muito bem a tabua que se acha fora do seu lugar, e pondo-lhe hua tramella ou feixo capás para estar sempre vedado o dito Adro dos animaes, dandose depois hua tinta a oleo na mesma cansella para

⁵⁹⁹ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 92.

⁶⁰⁰ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 52-52v.

⁶⁰¹ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 81.

*maior duração e para se evitar que em breve tempo se precise de hua nova, para cujas obras concedemos somente o tempo de tres mezes, antes que o rigor do Inverno as ponha em pior estado.*⁶⁰²

Na visita seguinte, de 24 setembro 1781, a questão do adro aina não estava completamente resolvida e o visitador dirigindo-se aos fregueses ordena que na entrada do adro se coloquem “(...) huas grades capazes de impedir o tranzito dos animaes, e deve poder passar sem perigo; e a respeito das cansellas farão os reparos necessarios e se observará o determinado no Capitullo da Vezita passada com advertiu ao reverendo Parocho sobre o procedimento”.⁶⁰³



37. Igreja de Rio Meão, ainda com o muro que delimitava o adro da igreja, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Rio Meão)

Com veremos em capítulo próprio, é o Comendador de Rio Meão o maior responsável pelas grandes obras de talha (1702-1715) e de arquitetura (1745-1766) das igrejas de Rio Meão, Arada e Maceda, competindo-lhe, igualmente, a responsabilidade de prover a igreja dos paramentos e alfaías necessárias ao culto. Todavia as confrarias e o povo também eram chamados a colaborar, quer na aquisição de imaginária, quer em pequenas reparações e obtenção de ornatos. A mesma situação iremos encontrar em outros casos.

⁶⁰² APRM – *Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta*, 1718-1831, fl. 81v-82.

⁶⁰³ APRM – *Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta*, 1718-1831, fl. 87.

PADROADOS ECLESIASTICOS



6. PADROADOS DA ORDEM DE STº AGOSTINHO

6.1. Os cônegos Regrantes de Santo Agostinho e o Mosteiro de S. Salvador de Grijó⁶⁰⁴

Os Cônegos Regrantes de Santo Agostinho surgem em Portugal ligados ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, fundado a 28 de junho de 1131.

São impulsionados pelo espírito da reforma gregoriana de centralização do poder papal e de renovação das dioceses e pelas peregrinações a Santiago de Compostela, Roma e Terra Santa⁶⁰⁵. Seguem os princípios e Regra de Santo Agostinho, de busca da verdade, de união espiritual (imitando os apóstolos de Cristo), de obediência, de rigor, de moderação, de humildade e caridade, e assumem duas fortíssimas componentes, pastoral e assistencial, marcando uma mudança no paradigma monástico existente até ao século XII.

231

Apesar de seguirem os princípios de modéstia, pobreza e castidade, de se dedicarem ao recolhimento espiritual e aos ofícios divinos, distinguem-se pela assistência espiritual e física à sociedade, através do auxílio a pobres, doentes, viajantes e peregrinos, nos seus hospitais ou albergarias.

Como diz Aires Fernandes “(...) o cônego será o monge mas será também o sacerdote, é introspectivo no claustro mas espalha a palavra divina entre os fiéis”.⁶⁰⁶

Santa Cruz de Coimbra consegue conjugar, a nível local, os interesses leigos e eclesiásticos, erguendo-se da vontade do arcediogo D. Telo, de fundar uma casa monástica que siga genuinamente a Regra de Santo Agostinho. Para tal contribuiu a doação de terrenos, feita por D. Afonso Henriques, e a reunião de doze⁶⁰⁷ eclesiásticos, entre eles, o cônego D. João Peculiar (futuro bispo do Porto e Braga) e São Teotónio.⁶⁰⁸

⁶⁰⁴ Este assunto foi levemente abordado, em conjunto com o Professor Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha, numa comunicação intitulada *As igrejas do antigo padroado do Mosteiro do Salvador de Grijó de Trento ao Vaticano II: Arquitetura e Talha*, apresentada no *Congresso Internacional Concílio de Trento – 450 anos de História*, realizado de 6 a 8 de novembro de 2013, na Colunata do Bom Jesus de Braga. Este congresso publicou o resumo da comunicação.

⁶⁰⁵ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens Religiosas em Portugal: Das Origens a Trento. Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006, p. 173-174.

⁶⁰⁶ FERNANDES, Aires Gomes – *Os Cônegos Regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em Finais da Idade Média: dos alvares de trezentos à Congregação de Santa Cruz*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2011. Tese de doutoramento em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 16.

⁶⁰⁷ Este número poderá simbolizar os doze apóstolos de Jesus Cristo, reforçando o poder simbólico da dedicação do Mosteiro à Santa Cruz.

⁶⁰⁸ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 174. – GIL, Júlio – *As Mais Belas Igrejas de Portugal*. 3ª ed. Vol. I. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1999, p. 250-255. – AMORIM, Inês – *O Mosteiro de Grijó. Senhorio e Propriedades: 1560-1720 (formação, estrutura e exploração do seu domínio)*. Braga: Edição de autor, 1997, p. 17-25.

A comunidade de Santa Cruz cresceu rapidamente e o mosteiro prosperou com muitos privilégios e doações (sobretudo de D. Afonso Henriques), resolvendo as constantes quezílias de soberania entre crúzios e o poder diocesano graças à infalível proteção da Santa Sé, “manifestada em numerosas bulas de confirmação e amplificação de privilégios apostólicos e pastorais”.⁶⁰⁹

Consequentemente, Santa Cruz, estendeu a sua influência apadrinhando o nascimento de novas comunidades monásticas⁶¹⁰, nomeadamente de Grijó. “Contudo, todos estes mosteiros eram, na generalidade, juridicamente autónomos uns dos outros e, para além de Santa Cruz de Coimbra, só alguns como Refóios de Lima e Grijó, obtiveram de Roma a isenção canónica na segunda metade do século XII”.⁶¹¹

Apesar da autonomia administrativa seguiam os mesmos princípios espirituais e culturais, tendo centros orientadores: no centro Santa Cruz de Coimbra, a norte Grijó, e posteriormente a sul São Vicente de Fora.

⁶⁰⁹ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 174.

⁶¹⁰ São exemplo, entre outros, os mosteiros de:

- a) São Vicente de Fora (Lisboa), instituído em 1147 por D. Afonso Henriques. *Monumento Nacional* desde 1910. (<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/71213/>)
- b) Santa Maria de Cárquere (Resende), fundado no último quartel de 1200 por Egas Moniz, aio de D. Afonso Henriques. *Monumento Nacional* desde 1910. (<http://www.igespar.pt/en/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70582/>)
- c) São Pedro de Folques (Arganil), provavelmente fundado no século XI. Classificado em 2002 como *Imóvel de Interesse Público*. <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/73266/>
- d) São Romão de Seia, fundado em 1142.
- e) Santa Maria de Refoios (Ponte de Lima), fundado em inícios do século XII, classificado em 1939 como *Imóvel de Interesse Público*. (<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/72335/>)

⁶¹¹ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 175.

6.2. O Padroado do Mosteiro de S. Salvador de Grijó

6.2.1. Fundação e Padroeiros

No lugar onde viria a ser edificado o Mosteiro de S. Salvador de Grijó, Guterres Soares e Ausindo Soares, irmãos, “*clérigos de grande virtude*”⁶¹², “*grandes fidalgos moradores nestas terras*”⁶¹³ de Santa Maria, aí fundaram, em 912, uma *ecclesiola* / pequena igreja⁶¹⁴.

Dado que a eles se juntaram outros eclesiásticos, “*para viverem em comum, fundarão junto da Igreja hum Convento no anno de 922 em que já era Prelado com titulo de Abbade Guterre Soares*”⁶¹⁵. Esta unidade monástica seria, por esta altura, mista.⁶¹⁶

A enorme devoção existente na Comarca da Feira relativamente a Grijó, “*pela virtude com que alli vivem aquelles primeyros*” religiosos⁶¹⁷, fez com que Soeiro Fromarigues⁶¹⁸, se torna-se patrono do mosteiro, quando a 31 de janeiro de 1075 comprou parte da igreja de Grijó, localizada no lugar de Murraceses, a Gonçalo Menendiz, parente dos fundadores⁶¹⁹.

Soeiro Fromarigues, empenhado no seu cargo de patrono, mandou “*fazer mayor Igreja, & mais capaz, por ser muito pequena (...)*” a anterior⁶²⁰. Consequentemente, a 3 de outubro

⁶¹² COSTA, P. Antonio Carvalho da – *Corografia Portuguesa, e Descrição Topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contém; Varoens illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos; antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observações*. Tomo II. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1708, p. 169.

⁶¹³ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 9. (livro manuscrito existente no ANTT)

⁶¹⁴ Esta terminologia deu nome ao lugar: “(...) em latim se diz Ecclesiola, & em Portuguez Igrejô, & hoje com pouca corrupção Grijó” COSTA, P. Antonio Carvalho da – *Corografia Portuguesa...*, p. 169.

⁶¹⁵ COSTA, P. Antonio Carvalho da – *Corografia Portuguesa...*, p. 169.

⁶¹⁶ Mista ou dobrada, como era mais corrente denominar-se documentalmente.

Também Santa Cruz de Coimbra, a casa-mãe, tinha inicialmente sido uma unidade mista.

No caso de Grijó, apesar de não se identificar claramente essa situação, no documento de fundação do mosteiro, de 922, fala-se da doação, por parte de Guterres e Ausindo Soares, de fazendas “*Pro tolerantia fratrum et sororum qui in ipso logo habitantes fuerint*” (Para tolerância dos irmãos e irmãs que têm sido habitantes). CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 41-42v.

⁶¹⁷ COSTA, P. Antonio Carvalho da – *Corografia Portuguesa...*, p. 169.

⁶¹⁸ Casado com Elvira Nunes “Aurea”, pai de Nuno Soares, tinha relações na Corte, comandou uma hoste em defesa de Santarém e a forte política de aquisição de terras que tinha transformou-o num “dos homens mais poderosos da região de Gaia e do Vouga”. (PIZARRO, José Augusto P. de Sotto Mayor – *Os Patronos do Mosteiro de Grijó (Evolução e Estrutura da Família Nobre – Séculos XI a XIV)*. Porto: Faculdade de Letras, 1987. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 160.)

Segundo José Mattoso esta família pertencia a um conjunto de cavaleiros que o rei protegia. (MATTOSO, José – *A nobreza medieval portuguesa e as correntes monásticas dos séculos XI a XII. Revista de História Económica e Social*. Lisboa: [s/e]. n.º 10, julho-dezembro (1982), p. 39.)

Vd. MATTOSO, José (ed. crítica) – *Portugaliae Monumenta Historica. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Nova Série. Vol. II. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980.

Vd. SÃO PAYO, Luiz de Mello Vaz de – *D. Nuno Soares o que fez Grijó*. Lisboa: [s/e], 1987, p. 38-39.

Vd. OLIVEIRA, Miguel de – *Ovar na Idade Média*. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 1967, p. 28-29.

⁶¹⁹ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 21, 56 e 144.

⁶²⁰ COSTA, P. Antonio Carvalho da – *Corografia Portuguesa...*, p. 169.

de 1093, D. Crescónio, bispo de Coimbra, a pedido de Soeiro Fromarigues, procede à sagração e dedicação da nova igreja a S. Salvador.⁶²¹

A sua família deu continuidade ao apadrinhamento e incentivou largamente o desenvolvimento do Mosteiro de S. Salvador de Grijó, como entre muitas outras dádivas comprova a doação feita, pela sua viúva, Elvira Nunes, seus nove filhos⁶²², netos e sobrinhos, em maio de 1132 de:⁶²³

*(...) todas as Igrejas q tinha entre o Douro e Agueda, quais eram a Igreja deste mosteiro, q já seu Marido lhe tinha doado; e as de S. Mamede de Cerzedo, S. Salvador de Perozinho, S. Martinho de Argoncilhe, S. Christovam de Cabanões, S. Vicente de Pereira, S. Andre de Canidelo, S. Miguel de Travassô e S. Maria de Lamas (...)*⁶²⁴

Para além destas igrejas acrescentava-se ainda a igreja de S. Martinho de Travanca e a ermida de Santa Eulália de Eirol, sufragânea da igreja de Travassô, que em 1612 já era igreja, passando no dia 16 de dezembro de 1620 a ser uma paróquia autónoma da igreja de Travassô, com o devido consentimento do Mosteiro de Grijó, que se manteve como patrono dela.⁶²⁵

O interesse desta família em beneficiar e acompanhar esta comunidade religiosa é documentalmente evidente. Para além de Soeiro Fromarigues e Elvira Nunes, destaca-se também a intervenção de Nuno Soares, filho de ambos.

O traslado setecentista "*dos títulos das apresentações das igrejas que estão dentro da jurisdição eclesiástica deste Real Mosteiro de Grijó*", apresenta o documento de doação da

⁶²¹ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 21 e 144v.

⁶²² Dentre os quais Nuno Soares, que segundo Fr. Marcos da Cruz "(...) era o mayor destas partes tendo o mando e governo de toda esta terra, em tanto, q as sentenças, q aqui se davam na junta q se fazia p^a averiguar as duvidas q se offereciam, era estando este presente (...). E assim entrava elle nas juntas q se fazião nas occaziões q nestas partes se decidiam negocios de emportancia. De hua escriptura do mosteiro de Pedrozo feita no anno de 1132 se diz, como avendo certas duvidas entre o Abbade do mosteiro de Pedrozo, e o de Paço se foram à cidade de Santa Maria, e em prezença do Capitam Geral Herminio Moniz se ajuntarão os bons da terra, que eram Egas Odoniz, **Nuno Soares**, Erro Telles, Tello Alveres, e Gomes Vasques, os quais assentaram se partisse pelo meyo a herdade de que era a contenda e ficasse a cada mosteiro a sua parte (...)" (CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 17-17v.)

⁶²³ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 142.

ANTT – *Jurisdição Secular e Privilégios dos Pontífices*. Cónegos Regulares de Santo Agostinho. Mosteiro de Salvador de Grijó, liv. 47, traslados de 1744-1761, fl. 5-6.

⁶²⁴ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 15.

Algumas destas igrejas deixariam de pertencer ao padroado de Grijó, como por exemplo Santa Maria de Lamas que falaremos no texto que se segue. A Igreja de S. Cristóvão de Ovar já em 1623 pertencia ao cabido da Sé do Porto, a de S. Vicente de Pereira em 1634 já era Comenda da Ordem de Cristo. (CUNHA, D. Rodrigo da – *Catalogo & Historia Dos Bispos do Porto*. Porto: João Rodriguez Impressor de sua Senhoria, 1623, II Parte, p. 248 – CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 15.)

⁶²⁵ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 142 e 155-155v.

igreja de S. Salvador de Grijó, de maio de 1132, com todas as suas herdades, testamentos, posições e termos, em que Elvira Nunes, filhos e netos, “*cum bono animo et pura voluntate*”, abdicam dos direitos que tinham nesta igreja através de carta de liberdade da igreja chamada *Ecclesiola* – “*faceremus libertatis et firmitudinis cartam de ipsa Ecclesia Sancti Salvatoris, qua vocatur ecclesiola*”.⁶²⁶

Oito anos antes desta doação, em abril de 1124, Nuno Soares assiste à aquisição por parte do Mosteiro de S. Salvador de Grijó de parte da igreja de Serzedo a Nuno Gonçalves.⁶²⁷

No em abril de 1132, Nuno Soares negociou com o cabido e bispo de Coimbra, D. Bernardo (1128-1147), a isenção de jurisdição episcopal para as igrejas do padroado do Mosteiro de Grijó - Igreja do Mosteiro de S. Salvador de Grijó, de S. Mamede de Serzedo, de S. Salvador de Perosinho, de S. Martinho de Argoncilhe, de S. Martinho de Travanca, de S. Miguel de Travassô e de Santa Eulália de Eirol. Nuno Soares deu em troca uma herdade em Lamas.⁶²⁸

Esta negociação surtiu efeito pelo respeito que os padroeiros do mosteiro detinham, por ser “(…) *tam poderoso e grande Senhor Nuno Soares e seos parentes, q ainda os grandes procuravam telo a sua parte* (...)”, como traduz Fr. Marcos da Cruz do documento original, em latim.⁶²⁹

Ao contrário do que sugere Fr. Marcos da Cruz⁶³⁰ só foi entregue uma herdade em Lamas, o padroado da Igreja de Santa Maria de Lamas manteve-se na família, até ser doada, no mês seguinte, ao Mosteiro de S. Salvador de Grijó.

6.2.2. Jurisdição Eclesiástica e Benesses

É igualmente no ano de 1132, um ano depois da fundação do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que Grijó adere à Regra de Santo Agostinho⁶³¹, sendo D. João Peculiar, um dos primeiros 12 religiosos de Santa Cruz de Coimbra, enviado por S. Teotónio para proceder à reforma do Mosteiro de Grijó, iniciada a 24 de novembro de 1135.⁶³²

⁶²⁶ ANTT – *Igrejas do Isento de Grijó*. Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 48, fl. 1-2.

⁶²⁷ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl.147-147v.

⁶²⁸ ANTT – *Jurisdição Secular e Privilégios dos Pontífices*. Cónegos Regulares de Santo Agostinho. Mosteiro de Salvador de Grijó, liv. 47, traslados de 1744-1761, fl. 2-4v.

⁶²⁹ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 18.

⁶³⁰ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 15.

⁶³¹ DURAND, Robert – *Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XI^e-XIII^e Siècles)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português, 1971, p. XXVIII-XXX.

⁶³² MÁRTIRES, Fr. Timóteo dos – *Crónica de Santa Cruz...*, p. 142.

Em junho de 1136, já o mosteiro se apresentava reformado, quando D. Afonso Henriques elege para bispo do Porto D. João Peculiar. Porém, em 1137, D. João Peculiar, concede ao padroado do Mosteiro de Grijó a isenção da jurisdição episcopal das freguesias que estavam em território da Diocese do Porto: a igreja sede de padroado e as igrejas de Argoncilhe, Perosinho e Serzedo.⁶³³ Para as restantes igrejas do padroado, pertencentes ao território Coimbrão, continuava a aplicar-se o documento de 1132.

Esta benesse foi atribuída ao abrigo da bula papal concedida a 15 de agosto de 1115, que como já referimos em texto anterior, entregou à Diocese do Porto as Terras de Santa Maria. Todavia, o bispo de Coimbra continuava a resistir à cedência deste território, como esclarece a carta de isenção do padroado de Grijó do poder episcopal portuense (traslado setecentista que chegou até aos nossos dias), dada por D. João Peculiar em 1137, na qual esclarece que apesar do Bispo de Coimbra, D. Bernardo, insistir na jurisdição de quase toda a Terra de Santa Maria há a “(...) *maxima discordia inter praefatum Episcopum et ipsos Canonicos* (...)”.⁶³⁴ Esta carta é evidentemente uma afirmação de poder e uma forma de pressionar o bispo de Coimbra a ceder.

Como também já foi referido, esta quezília só terminou em 1253, com a confirmação da bula de 1115. Este facto justifica, por um lado a benesse concedida por D. João Peculiar a Grijó, por outro, o facto de Nuno Soares ter sentido necessidade, em 1132, de solicitar ao cabido e bispo de Coimbra a isenção destas mesmas igrejas e das restantes, para além do rio Antuã, que permaneceram na diocese de Coimbra até à criação da Diocese de Aveiro, em 12 de abril de 1774.

A 27 de abril de 1139, Inocêncio II confirma a proteção pontifical de Grijó e a imunidade e isenção da jurisdição episcopal⁶³⁵, reiterada várias vezes pelos seus sucessores, ao longo do século XII.⁶³⁶

⁶³³ AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. J-P. Rio de Mouro: Circulo de Leitores; Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, p.7. – CUNHA, D. Rodrigo da – *Catalogo & Historia Dos Bispos do Porto...*, II Parte, p. 17. – CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 131v.

Note-se que as igrejas de Travanca (Oliveira de Azeméis), Travassô (Águeda) e Eirol (Aveiro), não pertenciam às Terras de Santa Maria, futura Comarca da Feira.

⁶³⁴ ANTT – *Jurisdição Secular e Privilégios dos Pontífices*. Cónegos Regulares de Santo Agostinho. Mosteiro de Salvador de Grijó, liv. 47, traslados de 1744-1761, fl. 7.

⁶³⁵ DURAND, Robert – *Le Cartulaire Baio-Ferrado...*, p. 3.

⁶³⁶ DURAND, Robert – *Le Cartulaire Baio-Ferrado...*, p. 3. – MÁRTIRES, Fr. Timóteo dos – *Crónica de Santa Cruz...*, p. 142-143.

À semelhança de Santa Cruz de Coimbra, também Grijó conseguiu conjugar o poder eclesiástico e régio. Foram variadíssimas as doações e privilégios dados pelo poder régio e pela Santa Sé a este mosteiro, durante a Idade Média.⁶³⁷

Fr. Timóteo dos Mártires diz que:

*no mosteiro do Salvador de Eccleziola tomaram o santo habito canónico pessoas muito graves, autorizadas, e de virtude com que muito o ennobresseram com os cargos, e dignidades que tiverão e com a nobreza de seu sangue.*⁶³⁸

Entre 1241 e 1247, o mosteiro foi transferido para o local onde hoje se encontra, o que terá acontecido por os religiosos “*acharem ser ventozo*” o lugar de Murracezes. Deste novo edifício sabe-se que as celas se encontravam a sul e o claustro e as casas dos Piores Mores a norte.⁶³⁹



39. O Mosteiro encontra-se hoje junto ao lugar de padirão. Mais acima é o lugar de Murracezes

⁶³⁷ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 77v-83v. – DURAND, Robert – *Le Cartulaire Baio-Ferrado...* – MÁRTIRES, Fr. Timóteo dos – *Crónica de Santa Cruz...*

⁶³⁸ MÁRTIRES, Fr. Timóteo dos – *Crónica de Santa Cruz...*, p. 145-146. D. Nuno Sanches, filho de D. Sancho I, irmão de D. Rodrigo, foi cónego regente em Grijó.

⁶³⁹ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 21-21v.

Esta obra de deslocação do mosteiro reforça ainda mais a importância de legados como o altar de Nossa Senhora, oferecido por D. Constança em 1264, ou ainda a doação de D. Marinha, em 1281, de “*200 maravedis p^a se fazer na claustra deste mosteiro (...) onde estava enterrado seu avo, irmão e filhos, hua capella*”, oferecendo ainda um altar e vestimenta, para se celebrar missa.⁶⁴⁰

Junto com a referida doação, D. Marinha, entre outros bens, disponibilizava “*50 libras p^a as obras de Travassô*”. Como a doação trata da entrega de bens que assegurem as missas por sua alma e dos seus familiares e visto que o dinheiro entregue é para obras, umas no mosteiro outras em Travassô, é provável que as obras de Travassô fossem relativas à igreja dessa freguesia.

Assim sendo, as benesses que recebia enriqueciam o mosteiro com património artístico, domínios territoriais, rendas, entre outros. O Mosteiro de S. Salvador de Grijó prosperava.

6.2.3. Deslocação do Mosteiro para a Serra de S. Nicolau e as suas implicações na administração do padroado

238

Longe iam os princípios que regeram os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, desde a sua fundação. A partir do século XIV assiste-se à progressiva substituição da inicial dedicação monástica, pastoral e assistencial, pela preocupação com a usufruto das rendas acumuladas. No caso de Grijó, existem muitíssimos documentos que relatam quezílias relacionadas com a gestão do seu domínio ou as diversas transformações a que esteve sujeito, como veremos mais amiúde no caso do padroado. Era urgente intervir, reorganizar a vida religiosa e restabelecer a ordem e a disciplina, o que viram a acontecer no século XVI com o Concílio de Trento. Em Portugal esta reforma foi antecipada pela ação de D. João III.

D. João III empenhado numa política centralizadora, encontrou na Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho um forte aliado na manifestação pública da autoridade régia, iniciando um processo no qual pretendia unir os diversos mosteiros agostinhos “*numa rede que cobrisse o país*”.⁶⁴¹ Em 1527, encontrando-se D. João III em Coimbra, decidiu avançar

⁶⁴⁰ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 100v.

⁶⁴¹ ABREU, Susana Matos – *A Docta Pietas ou a Architectura do Mosteiro de S. Salvador, Também Chamado Santo Agostinho da Serra (1537-1692). Conteúdos. Formas. Métodos Conceptuais*. Porto: Faculdade de Letras, 1999. Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras de Universidade do Porto, p. 13-14. – MÁRTIRES, Fr. Timóteo dos – *Crónica de Santa Cruz...*, p. 79-80.

com o processo de reforma do Mosteiro de Santa Cruz, confiando essa tarefa a Fr. Brás de Barros, da Ordem dos Jerónimos. A reforma iniciou-se a 8 de outubro.⁶⁴²

Uma vez reformada a casa-mãe, era necessário avançar para as restantes unidades monásticas da Congregação. Em 1536 inicia-se a reforma no Mosteiro de S. Salvador de Grijó, três anos mais tarde no Mosteiro de S. Vicente de Fora.

A morte do prior-mor de Grijó, D. João Sotil, permitiu a D. João III a união entre o Mosteiro do Salvador de Grijó e Santa Cruz de Coimbra, encetada através de uma provisão assinada pelo rei a 3 de maio de 1536.⁶⁴³

A 19 de agosto do mesmo ano D. João III escreve a Fr. Brás de Barros⁶⁴⁴ solicitando-lhe que fosse a Grijó acompanhado do arquiteto régio Diogo de Castilho e verificasse o estado do mosteiro, averiguando que obras seriam necessárias para a sua reforma⁶⁴⁵:

*Eu tenho recado como o Mosteiro de Grijó he concedido a D. Bento em titulo de prior como creio que sabereis, e por que folgaria de saber a disposição da caza, e sitio dellas por pessoa que bem entendesse pera o que he, e o que nella se podia fazer, vos encomendo que chegueis lá, e vejais a dita caza, e assento della, e as obras que são feitas, e ao que serão necessário fazerem-se pera a caza se reformar, e enformai-vos do que poderão custar as obras que são necessárias fazer, e assi da renda que tem a caza (...). E sabeis quantos conigos agora estão nella, e como esta provida de ornamentos, e das outras couzas necessárias pera o serviço da caza, assi no espirital, como no temporal (...). E levareis convosco Diogo de Castilho pera ver as obras, e fazer um debuxo do mosteiro, e sitio delle, e das obras, que tem agora feitas, e outro das que vos parece que se devem fazer (...).*⁶⁴⁶

⁶⁴² SANTOS, Celso Francisco dos – *A Arquitectura do Mosteiro de S. Salvador de Grijó (1574-1636)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989. Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, p. 16. – MÁRTIRES, Fr. Timóteo dos – *Crónica de Santa Cruz...*, p. 150.

⁶⁴³ O crúzio D. Bento de Abrantes, cónego em Santa Cruz de Coimbra, foi nomeado por Roma prior-mor do Mosteiro de Grijó, aquando da morte do seu antecessor, D. João Sotil, e manteve-se nesse cargo até 1539, data em que chega o *Breve* de união e reforma de Grijó. Por essa altura abdica do priorado e a 6 de agosto de 1539 Santa Cruz de Coimbra toma posse do mosteiro, iniciando a reforma. (ABREU, Susana Matos – *A Docta Pietas...*, p. 13. – MÁRTIRES, Fr. Timóteo dos – *Crónica de Santa Cruz...*, p. 152)

⁶⁴⁴ Frei Brás de Barros (c. 1485-1561), frade jerónimo, de ascendência nobre, foi educado na corte, “privando frequentemente com o rei”, estudou Teologia nas Universidades de Paris e Lovaina e foi incumbido em 1527, por D. João III, da reforma do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, “mais tarde de toda a Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho”. (ABREU, Susana Matos – *A Docta Pietas...*, p. 12-13. – BRANDÃO, Mário – *Cartas de Frei Brás de Braga para os priores do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Coimbra: Imprensa Académica, 1937, p. 16-45.)

⁶⁴⁵ ABREU, Susana Matos – *A Docta Pietas...*, Apêndice Documental, nº 1, p. I-II.

⁶⁴⁶ ABREU, Susana Matos – *A Docta Pietas...*, Apêndice Documental, nº 1, p. I-II.

Concluiu-se na visita que o mosteiro estava situado em lugar ermo, doentio, desagradável, húmido, frio e longe da cidade, encontrando-se bastante arruinado, pelo que seria melhor erguer um novo edifício para onde transitariam os religiosos reformados de Grijó⁶⁴⁷:

*E porque este mosteiro estava edificado em lugar ermo, humido, doentio e affastado da Cidade, é ser já muito velho, é de necessidade se auer de reedificar de nouo, pereceu bem ao serenissimo Rey Dom Joam, 3º, ao refformador Apostolico de S^{ta} Crus, e ao Prior môr Dom Bento de Abrantes, se trasladasse a outro lugar mais acomodado, e perto da Cidade: e assim se mandou edificar no montado da quinta de Quebrantoens, na Serra de Sam Nicolae, de Villa nova defronte da Cidade do Porto sobre o Rio Douro: no qual lançaram a primeira pedra no Anno de, 1538 (...) dito Mosteiro Novo da Serra (...).*⁶⁴⁸

No dia 6 de outubro de 1537 D. João III aprova o “*debuxo do Mosteiro de Grijó (...) e tambem o sitio (...)*” mandando avançar rapidamente com a construção do novo mosteiro⁶⁴⁹.

A 25 de novembro de 1541, Frei Brás de Barros escreve a D. João III dizendo que seguindo as suas instruções tinha ido a Santa Cruz de Coimbra, no dia 1 de setembro desse mesmo ano, visitar os religiosos, e esteve com eles até aos finais de outubro, altura na qual partiu para Grijó, continuando a seguir as diretivas do rei, neste caso relacionadas com a transladação do mosteiro de Grijó para a quinta de Quebrantões, na serra de S. Nicolau. Depois de visitar os religiosos de Grijó desceu até à cidade do Porto para entregar uma carta de D. João III ao bispo. Foi recebido pelo bispo durante dois dias, seguindo depois para Quebrantões onde durante vinte dias se procedeu à medição e preparação dos alicerces do novo Mosteiro de S. Salvador de Grijó. Segundo Frei Brás de Barros tudo estava em bom andamento, dizendo: “*Aguora vendo ate tenho a materia bem preparada a muyta pedra quebrada e boa quatidade de cal junta p^a com o tempo der lugar, fazer obra e hir por diante*”⁶⁵⁰.

⁶⁴⁷ RUÃO, Carlos – *Arquitectura Maneirista no noroeste de Portugal. Italianismo e Flamenguismo*. Coimbra: Instituto de História da Arte da Universidade de Coimbra; EN – *Electricidade do Norte*, 1996, p. 227. – AMORIM, Inês – *O Mosteiro de Grijó...*, p. 153. – COSTA, Francisco Barbosa da – *Instituições Eclesiásticas de Gaia. História de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Gaia. Fascículo 9 (1985), p. 410.

⁶⁴⁸ MÁRTIRES, Fr. Timóteo dos – *Crónica de Santa Cruz...*, p. 152-153.

⁶⁴⁹ ABREU, Susana Matos – *A Docta Pietas...*, Apêndice Documental, nº 2, p. III.

⁶⁵⁰ ANTT – *Carta de Frei Brás dando parte a D. João II que depois de visitar o Convento de Santa Cruz fora ao de Grijó e dali passara a fundar o Convento do Salvador, que seria um dos melhores da Ordem, pedindo ao mesmo Senhor licença para certa pessoa fundar um colégio em Coimbra na Rua de Santa Sofia para nove teólogos*. Corpo Cronológico, Parte I, mc. 71, nº 20, 25 de novembro de 1541.

Nessa mesma carta Frei Brás de Barros faz rasgados elogios ao lugar onde se viria a construir o novo mosteiro:

*E em verdade Senhor que eu no sey o que este mosteyro poderá vyr a ser, e porem se ao que eu vejo em o sitio e em as mais calidades se enaltesse a vista de V. a. certo em a eleição do Rey dos Mosteyros eu daria com boa consciencia minha voz a este do Salvador e este digno salva a policia da reformação e edificios dos outros mosteyros que mandou reformar, e inda dos de Sancta Cruz (...).*⁶⁵¹



40. Vista sobre a cidade do Porto, a partir da cúpula da Igreja do Mosteiro de Santo Agostinho da Serra

As obras corriam velozmente e todos os trâmites necessários eram rapidamente resolvidos. O entusiasmo de todos os intervenientes era bastante evidente, a ponto de os religiosos transitarem para o novo mosteiro muito antes da sua construção estar acabada, o que só terá acontecido por volta de 1672, ano em que foi inaugurado.

A 26 de fevereiro de 1540, quando ainda estava a obra em fase de planeamento, o papa Paulo III, uniu o *velho* mosteiro ao *novo*,⁶⁵² que se havia de fazer e concedeu licença para a transição dos religiosos “do Mosteiro velho de Eccleziola, pera o nouo da serra de Vila Noua (...) com clauzula, que no Mosteiro velho de Eccleziola, rezidissem sempre alguns religiosos conegos (...)”. Em 1542 “(...) avendo já comodo bastante” transitaram os religiosos do *velho*

⁶⁵¹ ANTT – *Carta de Frei Brás...*, Parte I, mc. 71, nº 20, 25 de novembro de 1541.

⁶⁵² CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 21v-22.

para o *novo* mosteiro de S. Salvador,⁶⁵³ negligenciando a clausula prevista pelo papa Paulo III, reiterada por Júlio III quando em 1552 uniu o novo mosteiro às igrejas da jurisdição.⁶⁵⁴



41. Mosteiro de Santo Agostinho da Serra / antigo Mosteiro de S. Salvador da Serra, mais conhecido por Mosteiro da Serra do Pilar (freguesia de Vila Nova de Gaia)

O novo edifício para onde se mudaram os Cónegos de Grijó, traçado pelos artistas Diogo de Castilho e João de Ruão⁶⁵⁵, apesar de extremamente interessante do ponto de vista artístico, já foi alvo de vários estudos, nomeadamente de uma tese de doutoramento⁶⁵⁶, e não está localizado no espaço que um dia definiu a Comarca da Feira, pelo que avançaremos.

Parece-nos claro que a Santa Sé pretendia reerguer o *velho* mosteiro, contudo até à sua restauração foi fatalmente abandonado, como esclarece a crónica de Fr. Timóteo: “(...) *esteue cerca de, 22, annos dezerto, e dezemporado (...) no mosteiro velho não assistia religioso algum (...)*”.⁶⁵⁷

Não tardaram a chegar, aos Capítulos Gerais da Congregação dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho (realizadas no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra), as queixas dos moradores de Grijó, por não terem acesso aos serviços religiosos e sentirem-se lesados com a transferência dos religiosos para a Serra de S. Nicolau.

⁶⁵³ MÁRTIRES, Fr. Timóteo dos – *Crónica de Santa Cruz...*, p. 154.

⁶⁵⁴ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 21v-22.

⁶⁵⁵ ABREU, Susana Matos - Diogo de Castilho e João de Ruão: uma parceria invulgar no traçado do Mosteiro de S. Salvador da Serra (Serra do Pilar). In *Artistas e artífices: e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa*. Porto, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2007, p 495-503.

⁶⁵⁶ ABREU, Susana Matos – *A Docta Pietas ou a Architectura do Mosteiro de S. Salvador, Também Chamado Santo Agostinho da Serra (1537-1692). Conteúdos. Formas. Métodos Conceptuais*. Porto: Faculdade de Letras, 1999. Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras de Universidade do Porto.

⁶⁵⁷ MÁRTIRES, Fr. Timóteo dos – *Crónica de Santa Cruz...*, p. 154.

Como referia Fr. Marcos da Cruz:

E como as couzas experimentadas sam diferentes do q antes se imaginam, acharam os Padres que tanto ou mais doentio era o sitio da Serra; e q no Mosteiro antigo de Grijó não assistia o Religiozo, ou Religiozos, que o Santo Padre mandava, com q entrou o escrupulo nelles, parecendo-lhes não podia estar o mosteiro antigo de Grijó sem Religiozos em modo de Comunidade; e vendo as continuas queixas, q os moradores e fregueses delle faziam aos Capitulos geraes do desamparo, em q ficaram, e ficara toda a terra, e levados de outros pios respeitos, assentaram no cap.º geral celebrado no anno de 1564 em primeiro de tudo, tornasse a ser habitado o mosteiro antigo; e q para mayor aumento desta congregação ficasse o mosteiro novo da Serra também com Religiozos, para cuja sustentação desse o mosteiro antigo parte da sua renda (...) ⁶⁵⁸

Portanto, divididos os bens, as rendas e os residentes, os religiosos de Santo Agostinho regressariam ao *velho* mosteiro de Grijó. Segundo Fr. Timóteo dos Mártires teriam regressado “com muita festa”, a 24 de junho de 1564.⁶⁵⁹ Na verdade a mudança terá ocorrido entre 1566 e 1567, como afirma Fr. Marcos da Cruz. Reforçando esta ideia está a confirmação da cisão no ano de 1566 com “a separação das rendas e alfaías religiosas”, que teve efeito a partir do dia de São João (24 de junho) de 1567⁶⁶⁰.

Em 1599, em Capitulo Geral, para que houvesse maior distinção entre os mosteiros nomearam o mosteiro da serra de S. Nicolau como Mosteiro de Santo Agostinho e o de Grijó como Mosteiro de S. Salvador.⁶⁶¹

6.2.3.1. O Padroado do Mosteiro de S. Salvador de Grijó e a Sua Divisão com o Mosteiro de Santo Agostinho da Serra

Neste trabalho interessa-nos particularmente o padroado, que como já vimos vai estando sujeito a diversas transformações, alienações, permutas e aquisições.

⁶⁵⁸ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 22.

⁶⁵⁹ MÁRTIRES, Fr. Timóteo dos – *Crónica de Santa Cruz...*, p. 155.

⁶⁶⁰ AMORIM, Maria Inês Ferreira de – Conventos de Grijó e de S. Agostinho da Serra. Sua Importância na Geografia Económica da Época Moderna. *Revista Gaia*. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia. Vol. II (1984), p. 175-176. – CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 22v.

⁶⁶¹ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 22v.

Na segunda metade do século XIV era composto por mais de vinte igrejas: São Salvador de Grijó, São Martinho de Anta, São Tiago de Silvalde, São Mamede de Gandra⁶⁶², São Paio de Oleiros, Santa Maria de Meladas⁶⁶³, São Martinho de Mozelos, São Cipriano de Paços de Brandão, Santa Marinha de Cortegaça, São Miguel de Arcozelo, Nossa Senhora da Expectação de Gulpilhares, São Salvador de Perosinho, São Mamede de Serzedo, São Martinho de Argoncilhe, São Jorge, São Silvestre de Duas Igrejas, São Miguel de Milheirós de Poiães⁶⁶⁴, São Martinho de Travanca, São Miguel de Travassô, Santa Eulália de Eirol, São Paulo de Maças de Dona Maria⁶⁶⁵ (Alvaiázere) e São Cristóvão de Ovar.⁶⁶⁶

A igreja de Gulpilhares ainda pertencia ao padroado de Grijó em 1365. Posteriormente o Mosteiro de S. Salvador de Grijó entrega-a ao bispo do Porto em troca da igreja de St^a Maria Madalena e da igreja de Santo André de Canidelo que tendo sido doada pelos herdeiros de Soeiro Fromarigues em 1132 a Grijó, em 1171 D. Pedro Gentis deu-a ao bispo do Porto.⁶⁶⁷

A 22 de março de 1509 o Mosteiro de S. Salvador de Grijó entrega ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra algumas propriedades e recebe em troca a Igreja de S. Pedro de Aradas, entre outras propriedades.⁶⁶⁸

Relativamente à igreja de Paços de Brandão, o Mosteiro de S. Salvador de Grijó era detentor de metade do padroado desta igreja, a outra metade pertencia à Ordem de Malta.⁶⁶⁹

⁶⁶² Doada em outubro de 1315 pelo fidalgo Martim Rodrigues da Torre. CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 102-102v.

Trata-se de um lugar da atual freguesia de Anta, em Espinho. SOUSA, Arlindo de – O Concelho de Espinho. Notas do seu passado medieval (séculos IX-XVI). *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: [s/e]. Vol. XXIX, nº 113 (1963), p. 16.

⁶⁶³ Esta freguesia terá sido extinta no século XV e hoje é um mero lugar da freguesia de Mozelos, em Santa Maria da Feira. OLIVEIRA, Mon. Miguel de – Igrejas na Terra de Santa Maria no ano de 1320. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: [s/e]. Vol. VI, nº 24 (1940), p. 288.

⁶⁶⁴ Em 1130 Paio Aires e sua mulher, Godinha Vermoiz, doaram parte do padroado que tinham desta igreja ao Mosteiro de Grijó. Em janeiro de 1180 João Pais e seus irmãos doaram a metade que tinha deste padroado ao mesmo mosteiro. A 7 de janeiro de 1299 Paio Esteves também doou a parte que detinha deste padroado ao mosteiro. Em 1365 o Mosteiro de S. Salvador de Grijó tinha o padroado *in solidum*, ou seja, era o único padroeiro da Igreja de Milheirós de Poiães. CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 164.

⁶⁶⁵ Doada em julho de 1280 por D. Maria Pais, que tinha recebido este padroado de D. Sancho I. ANTT – *Igrejas do Padroado de Grijó*. Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 51, fl. 159-159v.

⁶⁶⁶ AMARAL, Luís Carlos – *S. Salvador de Grijó na Segunda Metade do Século XIV. Estudo de Gestão Agrária*. Porto: Faculdade de Letras, 1987. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 76. – ALARCÃO, Jorge de; AMARAL, Luís Carlos – *Livro das Campanhas (códice da segunda metade do século XIV). Mosteiro de São Salvador de Grijó*. Coleção “Documentos sobre Vila Nova de Gaia 4”. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1986.

⁶⁶⁷ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 163-163v. CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; MATOS; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 763.

⁶⁶⁸ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 162v-163.

⁶⁶⁹ AMARAL, Luís Carlos – *Livro das Campanhas (códice da segunda metade do século XIV). Mosteiro de São Salvador de Grijó*. Coleção “Documentos sobre Vila Nova de Gaia 4”. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1986, p. 31.

Em 1542 o Censual da Mitra do Porto regista a permuta feita entre o Mosteiro de S. Salvador de Grijó e o Mosteiro de Santa Clara do Porto. Grijó entregou a metade do padroado da igreja de Paços de Brandão e o direito de padroado das igrejas de S. Jorge e de Duas Igrejas⁶⁷⁰ e recebeu de Santa Clara a igreja de Mafamude.⁶⁷¹ Porém, em 1623 já esta igreja, de Paços de Brandão, era abadia da diocese do Porto.⁶⁷²

Quanto à igreja de Mafamude não era padroado *in solidum* do Mosteiro de Santa Clara. No mesmo documento de 1542 ficamos a saber que Santa Clara recebeu o padroado da igreja de Mafamude por doação régia⁶⁷³. No entanto, D. João III em 1541⁶⁷⁴ recebeu, do Mosteiro de S. Salvador de Grijó, as igrejas de Anta e S. Mamede de Gandra, que eram por essa altura uma única igreja – “*duas igrejas he ora feita hua soo igreja que tem o nome de ambas*” –, em troca do padroado da igreja de São Cristóvão de Mafamude.⁶⁷⁵ Em suma, ao que tudo indica, Santa Clara do Porto recebeu parte do padroado e posteriormente entregou-a através de permuta ao Mosteiro de S. Salvador de Grijó. Tendo o rei outra parte do mesmo padroado entregou-a, igualmente por permuta, ao Mosteiro de S. Salvador de Grijó, que assim terá conseguido o padroado *in solidum* de Mafamude.

245

Em 1567 com a divisão de bens com o Mosteiro de Santo Agostinho da Serra, o padroado é dividido entre as duas unidades monásticas. O Mosteiro de S. Salvador de Grijó ficou com a jurisdição eclesiástica das igrejas de Grijó, Argoncilhe, Serzedo, Perosinho, Travanca, Travassô e Eirol, o seu isento. Enquanto as igrejas de Milheirós de Poiares, Anta, Gandra, Mozelos, Madalena, Canidelo e Aradas, passaram a ser tutela do Mosteiro de Santo Agostinho da Serra. As restantes igrejas de Silvalde, Ovar, Souto e Cortegaça, foram integradas em outras instituições eclesiásticas:⁶⁷⁶

1. No Cabido da Sé do Porto, Ovar.
2. Como Comenda da Ordem de Cristo, Souto. E embora não se refiram as igrejas de Arcozelo, Oleiros e S. Vicente de Pereira, aquando desta divisão, já estas se encontravam como Comendas da Ordem de Cristo, sendo identificadas como tal em 1623.

⁶⁷⁰ Anexa a S. Jorge (Caldas de S. Jorge).

⁶⁷¹ SANTOS, Cândido Augusto Dias dos – *O Censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da diocese nas vésperas do Concílio de Trento*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1973, p. 193-194.

⁶⁷² CUNHA, D. Rodrigo da – *Catalogo & Historia Dos Bispos do Porto...*, p. 249.

⁶⁷³ SANTOS, Cândido Augusto Dias dos – *O Censual da Mitra do Porto...*, p. 541.

⁶⁷⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Livro das Igrejas e Capelas do Padroado dos reis de Portugal – 1574*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, p. 60.

⁶⁷⁵ SANTOS, Cândido Augusto Dias dos – *O Censual da Mitra do Porto...*, p. 199.

⁶⁷⁶ AMORIM, Inês – *O Mosteiro de Grijó...*, p. 26, 56.

3. Na diocese do Porto, como abadias, Cortegaça⁶⁷⁷ e Silvalde. Igualmente sem referência neste processo de divisão estão as igrejas de Santa Maria de Lamas, S. Jorge, Duas Igrejas e Paços de Brandão, D. Rodrigo da Cunha em 1623, indica como abadias da diocese do Porto.

Santa Maria de Lamas a 16 de agosto de 1435 já pertencia ao bispo do Porto.⁶⁷⁸

Segundo D. Rodrigo da Cunha, em 1623 existiam mais de vinte religiosos no Mosteiro de S. Salvador de Grijó, que com as três igrejas anexas (Argoncilhe, Serzedo e Perosinho) estava isento de jurisdição episcopal por imposição do Bispo do Porto, D. João Ovilheiro, que havia sido Cónego Regrante⁶⁷⁹, e que vem desta forma reforçar o que já tinha sido declarado por D. João Peculiar em 1137. Relativamente às igrejas de Travanca, Travassô e Eirol permanecia o privilegio concedido pelo bispo de Coimbra, em 1132.

246

Durante a Época Moderna, pelo menos até 1770, esta situação manteve-se sem grandes alterações, como mostra o P. António Carvalho da Costa em 1708⁶⁸⁰ e reforça a documentação de meados do século XVIII.⁶⁸¹ As sete igrejas do padroado de Grijó, que receberam isenção da jurisdição episcopal em 1132, permaneceriam até 1770 (extinção do mosteiro) imediatamente sujeitas à Santa Sé, que delegava no mosteiro a sua administração. Os encargos que noutra situação pagariam à diocese revertiam diretamente a favor do mosteiro, que por sua vez, lhes assegurava a assistência espiritual e terrena necessária.

O isento era então constituído por cinco igrejas na Diocese do Porto (Grijó, Argoncilhe, Perosinho, Serzedo e Travanca) e duas fora dela. Travassô e Eirol fizeram parte da diocese de Coimbra até 12 de abril de 1774, data da criação da Diocese de Aveiro, regressando a Coimbra de 1881 até 1938, período da extinção da Diocese de Aveiro. A partir de 1938 regressaram à restaurada diocese aveirense.⁶⁸²

⁶⁷⁷ Em 1769 confirma-se o direito de apresentação de Grijó em Santa Marinha de Cortegaça: “Tem o Mostr.º de Grijó 4. mezes no Padroado desta Igrª”. Portanto, apesar de ter entregue a igreja, ainda manteve o benefício de apresentação por 4 meses. (AP – *Bispado do Porto*..., fl. 103.)

⁶⁷⁸ ANTT – *Igrejas do Padroado de Grijó*. Cónegos Regulares de Santo Agostinho. Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 51, traslados de c. 1749, fl. 218v-219.

⁶⁷⁹ CUNHA, D. Rodrigo da – *Catalogo & Historia Dos Bispos do Porto*. Porto: João Rodriguez Impressor de sua Senhoria, 1623, p. 245.

⁶⁸⁰ As sete igrejas do padroado de Grijó constituíam o seu isento: Grijó, Argoncilhe, Perosinho, Serzedo, Travanca, Travassô e Eirol. COSTA, P. Antonio Carvalho da – *Corografia Portuguesa*... Tomo II... 1708, p. 169.

⁶⁸¹ As memórias paroquiais (1758) clarificam que pertenciam ao isento de Grijó, para além deste, as freguesias de Perosinho, Serzedo e Argoncilhe. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758*..., p. 762, 775, 782 – ANTT, *Dicionário Geográfico de Portugal*, Coleção “Memórias Paroquiais”, Tomo 4, nº 77, 1758, fl. 479.)

Em 1769 reitera-se a isenção de Perosinho (fl. 6), Serzedo (fl. 66), Argoncilhe (fl. 4v, 7v, 109v) e Travanca (fl. 43v). (AP – *Bispado do Porto. Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*.)

⁶⁸² GASPAR, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua História*. Aveiro: Edição da Cúria Diocesana de Aveiro, 1964, p. 37-51, 219-228, 281-291.

6.2.4. As Igrejas do Padroado do Mosteiro de S. Salvador de Grijó

Do isento do Mosteiro de S. Salvador de Grijó, só as igrejas de Grijó, Argoncilhe, Perosinho e Serzedo pertenceram à Comarca da Feira e é sobre elas que nos iremos debruçar neste ponto. No ponto seguinte analisaremos as igrejas que durante a época moderna pertenceram ao Mosteiro de Santo Agostinho da Serra e à Comarca da Feira: Anta, Canidelo, Madalena, Milheirós de Poiares e Mozelos.

6.2.4.1. Arquitetura

Com o retorno ao **Mosteiro de S. Salvador de Grijó**, tornou-se necessário garantir melhor acomodação dos religiosos, para tal fizeram novas celas, por cima do claustro, aproveitando as casas dos Piores Mores. Porém, as celas continuavam a ser poucas, por isso, em 1568 fizeram “*um lanço dellas por cima do refeitório*”.⁶⁸³ Porém as condições que os religiosos encontravam neste edifício continuavam a não ser as mais satisfatórias em termos de conforto e sobretudo na falta de dignidade que conferia a uma unidade monástica tão rica.

O prior de Grijó, D. Pedro, e os seus religiosos pretendiam “*hum mosteiro magestoso*”, para tal trataram de disponibilizar uma boa verba para as obras e contrataram “*hum dos bons Architectos daquelles tempos*”, Francisco Velasques⁶⁸⁴, mestre de obras da Sé de Miranda do Douro. Em 1572 quando o convento (religiosos) decide avançar com as obras, já havia planta feita pelo arquiteto, como se pode verificar na descrição de Fr. Marcos da Cruz:

E como o agasalho q o convento tinha no mosteiro antigo era pouco accomodado, e a Ig^a pouco decente p^a o serviço de Deos em mosteiro tam cheo de Regalias e preeminências, desejando o P^e D. Pedro remedear tudo, e q fosse Grijó hum mosteiro magestoso, com q perdesse o nome, q tinha antigo, de Igreginha, tratou com o convento de se fazer mosteiro novo neste anno de 1572 onde se determinou q se fizesse e q se gastasse nelle em quada anno 500 000 reis pouco mais ou menos;

⁶⁸³ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 23.

⁶⁸⁴ Segundo Carlos Ruão, Francisco Velasques seria natural da cidade de Toro (província de Zamora), ligado à família de La Torre-Cantero-Velázquez, laboriosos pedreiros. Em 1543 já seria bastante conhecedor da sua profissão e em 1560 era designado como *mestre de obras* da Sé de Miranda do Douro. Faleceu em Miranda em 1576. (RUÃO, Carlos – *Arquitectura Maneirista...*, p. 239-240.)

*ao q se desse logo principio e fossem feitas estas obras p^{la} planta q fes Francisco Velazques, hum dos bons Architectos daquelles tempos (...).*⁶⁸⁵

Apesar da urgência e da existência de um projeto aprovado, as obras do novo Mosteiro de S. Salvador de Grijó só terão tido início em 1574, ano em que se encontrava concluído o portal nobre, de acesso ao terreiro - como comprova a inscrição: “ANO DO MDLXXIII”, patente na parte de trás do pórtico de acesso ao extensíssimo terreiro que nos leva ao frontispício da igreja. Segundo Fr. Timóteo dos Mártires, a 28 de junho desse ano, “*o Padre Prior lançou a primeira Pedra ao dormitório (...)*”⁶⁸⁶, iniciando o processo que levaria à construção do novo edifício monástico, na parte sul do existente, “*por acharem frio o em q estavam*”.⁶⁸⁷



42. Pormenor das traseiras do portal nobre, de acesso ao terreiro

Em 1576 lançaram a primeira pedra para a construção da torre sineira, “*obra louvada dos Architectos, q a vem ainda a reprovado o sitio em q está, a qual hoje tem 8 sinos, dos quais sinco sam grandes, e todos muito sonoros*”.⁶⁸⁸ Neste mesmo ano morria, em Miranda do Douro, o arquiteto Francisco Velasques.

A palavra “*architectos*” revela a existência de mais do que um responsável pelo projeto arquitetónico. Em abril de 1581 surge, como testemunha de um prazo, Gonçalo Vaz, mestre de pedraria das obras do mosteiro de Grijó. Gonçalo Vaz vivia no lugar de Murraceses (Grijó) e trabalhou no mosteiro para além do ano de 1601, em que é celebrado o contrato de lajeamento

⁶⁸⁵ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 346v-347.

⁶⁸⁶ MÁRTIRES, Fr. Timóteo dos – *Crónica de Santa Cruz...*, p. 156.

⁶⁸⁷ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 23.

⁶⁸⁸ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 23.

do claustro e sala do capítulo. Em 1601 é intitulado de “*mestre de architectura de pedraria*”. Documentalmente confirma-se a sua responsabilidade nas obras do claustro, chafariz e sala do capítulo de Grijó, bem como em algumas obras na cidade do Porto. Destacamos a sua ação no ano de 1606 a dirigir as obras do Mosteiro de S. Bento da Vitória e como “*mestre das obras*” do Mosteiro de S. João Novo, ambos no Porto.⁶⁸⁹ Terá falecido por volta de 1620/1621.⁶⁹⁰

Celso Francisco dos Santos, que estudou o percurso deste artista entre 1581 e 1671, defende que Gonçalo Vaz teria trabalhado no mosteiro de Grijó, e talvez na igreja desta unidade monástica, “*não só como empreiteiro das obras mas também como tracista*”.⁶⁹¹ Perante estes factos, não nos parece impossível que a referência aos arquitetos da torre contemplasse Francisco Velasques, que em 1572 já tinha feito a planta do mosteiro, e Gonçalo Vaz.

O documento de 1581 não é um contrato de obra, mas um documento em que Gonçalo Vaz serve de testemunha, sendo identificado como mestre de pedraria do mosteiro. Gonçalo Vaz é uma figura de grande peso nas obras de Grijó, bem como posteriormente em outros dois mosteiros da cidade do Porto, sendo S. João Novo de Eremitas Calçados de Santo Agostinho. Em 1601 faz-se a referência a Gonçalo Vaz como mestre de arquitetura e a primeira pedra da torre sineira tinha sido lançada cinco anos antes do contrato em que é identificado como mestre de pedraria do mosteiro.

Relativamente a outros artistas que trabalharam em Grijó, Carlos Ruão e Celso Francisco dos Santos, revelam-nos documentalmente alguns pedreiros que presumivelmente trabalhariam, nestas obras, sob a orientação do mestre pedreiro Gonçalo Vaz: Pero Soares em 1579⁶⁹²; Baltasar Gonçalves em 1580⁶⁹³; Baltasar João⁶⁹⁴ e João Rodrigues⁶⁹⁵ em 1594; Tomé

⁶⁸⁹ SANTOS, Celso Francisco dos – *A Architectura do Mosteiro de S. Salvador de Grijó (1574-1636)*..., p. 73-76.

⁶⁹⁰ RUÃO, Carlos – *Arquitectura Maneirista*..., p. 241-248.

⁶⁹¹ SANTOS, Celso Francisco dos – *A Architectura do Mosteiro de S. Salvador de Grijó (1574-1636)*..., p. 73.

⁶⁹² SANTOS, Celso Francisco dos – *A Architectura do Mosteiro de S. Salvador de Grijó (1574-1636)*..., p. 76.

⁶⁹³ SANTOS, Celso Francisco dos – *A Architectura do Mosteiro de S. Salvador de Grijó (1574-1636)*..., p. 76-77.

⁶⁹⁴ SANTOS, Celso Francisco dos – *A Architectura do Mosteiro de S. Salvador de Grijó (1574-1636)*..., p. 77.

⁶⁹⁵ SANTOS, Celso Francisco dos – *A Architectura do Mosteiro de S. Salvador de Grijó (1574-1636)*..., p. 77.

Alvares⁶⁹⁶, Fernão Lopes⁶⁹⁷ e Simão Jorge⁶⁹⁸ em 1601; Domingos António em 1603⁶⁹⁹; e Francisco Carvalho em 1605⁷⁰⁰; João Fernandes em 1608⁷⁰¹.

Em 1608 há ainda referência a dois carpinteiros que trabalhavam no oratório do dormitório quando deflagrou um incêndio que viria a destruir grande parte do cartório deste mosteiro.⁷⁰²

Enumerados alguns dos responsáveis pela construção do edifício, importa-nos saber que, em 1593, estavam concluídas duas alas do claustro⁷⁰³ e em 1599 “*se mudaraõ os religiosos do Mosteiro velho pera este nouo = foraõ em comunidade com Crus levantada de festa, ê agoa benta benzendo o Dormitório todo, ê oficinas, ê comeraõ neste dia a primeira ves no reffetorio nouo*”.⁷⁰⁴ No antigo edifício ainda ficaram alguns religiosos até ao ano de 1624.⁷⁰⁵

Em 1608, no dia 21 de outubro, o dormitório pegou fogo “*por hum traue da Cozinha, queimou a mayor parte delle com o reffetorio, durou o fogo perto de, des, horas, e por milagre dos Santos Martyres de Marrocos se extingiu*”⁷⁰⁶. Aquando da reparação dos estragos causados por esta efeméride foi lançada a primeira pedra da capela-mor, aos 29 dias do mês de abril de 1612⁷⁰⁷. No dia 28 de agosto de 1626, dia de Santo Agostinho, “*(...) se fes com procissão solemne, e Pregação, a mudança da igreja velha deste mosteiro pera a noua: Acharãose prezentes alguns Priores da Ordem com o Padre Prior geral Dom Sebastião da Graça, e seus colegas: o qual neste dia cantou em Pontifical a primeira missa que disse nesta igreja noua*”⁷⁰⁸. No entanto, só em 1629 se concluía a capela-mor⁷⁰⁹.

⁶⁹⁶ SANTOS, Celso Francisco dos – *A Architectura do Mosteiro de S. Salvador de Grijó (1574-1636)*..., p. 77.

⁶⁹⁷ Da freguesia de Romariga. (RUÃO, Carlos – *Arquitectura Maneirista*..., p. 233.)

⁶⁹⁸ De Grijó. (RUÃO, Carlos – *Arquitectura Maneirista*..., p. 233.)

⁶⁹⁹ SANTOS, Celso Francisco dos – *A Architectura do Mosteiro de S. Salvador de Grijó (1574-1636)*..., p. 77.

⁷⁰⁰ Do Porto. Foi o responsável, em 1620, pelos dormitórios de São Francisco do Porto e em 1624 por uma importante reparação do alpendre do Mosteiro de São Domingos no Porto. Mestre de obras da igreja dos Loios de Santa Maria da Feira por volta de 1625. (GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1981, p. 127. – BASTO, A. de Magalhães – *Apontamentos para um dicionário de artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1964, p. 101.)

⁷⁰¹ SANTOS, Celso Francisco dos – *A Architectura do Mosteiro de S. Salvador de Grijó (1574-1636)*..., p. 78.

⁷⁰² SANTOS, Celso Francisco dos – *A Architectura do Mosteiro de S. Salvador de Grijó (1574-1636)*..., p. 77-78.

⁷⁰³ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 311v. – RUÃO, Carlos – *Arquitectura Maneirista*..., p. 228.

⁷⁰⁴ MÁRTIRES, Fr. Timóteo dos – *Crónica de Santa Cruz*..., p. 158.

⁷⁰⁵ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 23v.

⁷⁰⁶ MÁRTIRES, Fr. Timóteo dos – *Crónica de Santa Cruz*..., p. 159.

⁷⁰⁷ MÁRTIRES, Fr. Timóteo dos – *Crónica de Santa Cruz*..., p. 159.

⁷⁰⁸ MÁRTIRES, Fr. Timóteo dos – *Crónica de Santa Cruz*..., p. 161.

⁷⁰⁹ RUÃO, Carlos – *Arquitectura Maneirista*..., p. 228.



43. Igreja do Mosteiro de Grijó, c. 1954 (AEP – Inquérito à Diocese do Porto, 1954 – Grijó)

Concluída a construção da igreja, no que respeita à arquitetura tudo se manteve até à atualidade, relativamente à talha falaremos adiante. Importa agora saber como se encontravam as restantes igrejas deste isento e como evoluiu a sua administração, para melhor aferir a responsabilidade do padroado de Grijó no aspeto artístico destas igrejas.

Sobre a **igreja de S. Martinho de Argoncilhe** medieval não encontramos qualquer referência artística, no entanto terá sido construído novo edifício em 1686. Segundo Nogueira Gonçalves, foi reconstruída em 1873: “*nesta reconstrução aproveitaram da antiga pedras que adaptaram e que completaram e interpretaram, tanto na fachada principal e na torre como nas cornijas internas do corpo e da capela-mor e no arco-cruzeiro*”.⁷¹⁰

Segundo informação de 1954, dada pelo pároco, P. José Baptista, esta paroquial “*foi reformada em 1873. De 1937 a 1954 sofreu grande remodelação e melhorias: 2 altares novos e dourados, imagens, lustres e electrificação, sacrário cofre, faixa de Azulejo em toda a Igreja, relógio na torre, etc, etc*”.⁷¹¹

⁷¹⁰ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, p. 67.

⁷¹¹ AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954, Argoncilhe.

Porém, esta indicação da reforma em 1873, tratar-se-á possivelmente da conclusão das obras, porque a 5 de novembro de 1864, era “*a Igreja nova, porem ainda não tem Tribuna, servem-se da antiga e dos altares da Igreja velha, todos tem pedras sagradas, e a do altar mor tem reliquias*”.⁷¹²

Em meados do século XX, o aumento populacional revela-se um problema para as igrejas paroquiais mais pequenas, obrigadas a aumentar a capacidade de acolhimento da numerosa assembleia. Argoncilhe, não é exceção à regra e no dia 19 de abril de 1978, dirige-se ao bispo do Porto, dizendo que “*é de opinião de que, nas obras de restauração que anda a realizar para construir mais espaço interior, faça o mesmo arranjo, na capela mor, que fez na parte nascente*”⁷¹³. Uma das áreas intervencionadas foi o coro, demolido e construído de novo em betão armado⁷¹⁴.

Segundo alguns relatos, foi novamente reformada e ampliada em 1981⁷¹⁵. Em 2004 foram realizadas importantes obras de manutenção⁷¹⁶.

A **igreja de S. Salvador de Perosinho**, segundo uma epígrafe⁷¹⁷ em pedra Ançã, encontrada em maio de 1914⁷¹⁸, foi fundada em 1132, no mesmo ano em que Elvira Nunes, filhos, netos e sobrinhos entregam o padroado desta igreja ao Mosteiro de S. Salvador de Grijó.

Conforme a tradição, era de reduzidas dimensões, com frestas⁷¹⁹ de iluminação e um alpendre na fachada, evidenciando um templo de características medievais até ao ano de 1747, quando já era insuficiente para comportar todos os fiéis.⁷²⁰

⁷¹² AEP – Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega, 1824-1864, liv. 088, fl. 83v.

⁷¹³ AEP – Proc. 356.

⁷¹⁴ AEP – Proc. 356.

⁷¹⁵ 1^o Aniversário de Elevação a Vila. Vila de Argoncilhe. Porto: Junta de Freguesia de Argoncilhe, 1986, p. 11.

⁷¹⁶ AEP – Proc. 972.

⁷¹⁷ “ESTA IGREIA DE SAM SALVADOR DE PEROSINHO HE DO MOESTEIRO DE IGREIO COM TODAS AS SVAS RENDAS E DEREITOS PLENO IVRE E COM A IURISDICAM ORDINARIA E METROPOLITANA ASSI EM A DITA IGREIACOMO EM SVAS ANEXAS PARROCHIAS E PARROCHIANOS DELLAS E ESTO LHE FOI CONCEDIDO E O PRIMEIRO ANO DE SVA FVDACA QVE FOI DE NOSSO SENHOR IESV CHRISTO MCXXXII E DE CESAR MCLXX”

⁷¹⁸ Descoberta “*na frontaria do templo, oculta sob a camada de cal de reboco, quando se procedia a reparações*”. (ARAÚJO, José Ribeiro de – *Perosinho. Apontamentos para a sua monografia*. Porto: Edição de autor, 1980, p. 63. – Cf. COSTA, Francisco Barbosa da – *Notícia Histórica da Freguesia de S. Salvador de Perosinho*. [s/l]: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; Junta de Freguesia de Perosinho, 2000, p. 28.)

⁷¹⁹ Referidas documentalmente no ano de 1763. (ARAÚJO, José Ribeiro de – *Perosinho...*, p. 68.)

⁷²⁰ ARAÚJO, José Ribeiro de – *Perosinho...*, p. 67-68.



44. Epígrafe existente na torre sineira da igreja de Perosinho

Em 1758 a igreja era de nave única e tinha cinco altares.⁷²¹

Nos finais do século XVIII terá sido demolida⁷²², iniciando-se o processo de reedificação, concluído em 1802, como comprova a inscrição no portal axial.

*Segundo a tradição, a capella-mór d'esta egreja foi levantada a expensas do mosteiro de Grijó. Effectivamente não está construída d'harmonia com o resto do templo, cuja solidez fica muito aquém das espessas paredes de seis palmos de grossura d'essa capella com o seu arco de pedra na abobada que lhe dá uma firmeza de rocha.*⁷²³

253

Em 1885 o edifício sofreu obras de manutenção de telhados, portas, janelas, paredes e tetos, a cargo da Junta da Paróquia. Em 1887 recebeu um novo soalho e em 1897 fizeram-se novas obras no telhado, substituindo a telha. No ano de 1914 foi a vez de reparar o exterior do templo.⁷²⁴

Recentemente (a partir de 2002), sob a orientação do Arq. Hilário Machado, foram feitas várias obras de manutenção e restauro: retirou-se o revestimento a azulejo das paredes exteriores e interiores; substitui-se o pavimento de madeira por granito “*como era inicialmente*”, para além da limpeza da cantaria, pintura das paredes externas e internas e substituição do telhado.⁷²⁵

⁷²¹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 776.

⁷²² ARAÚJO, José Ribeiro de – *Perosinho...*, p. 73.

⁷²³ ARAÚJO, José Ribeiro de – *Perosinho...*, p. 73.

⁷²⁴ ARAÚJO, José Ribeiro de – *Perosinho...*, p. 76-77.

⁷²⁵ AEP – *Proc.* 951.

A primeira referência documental à **igreja de São Mamede de Serzedo** é de 999⁷²⁶ e, como já referimos, em 1132 passa a pertencer ao padroado de Grijó.

Infelizmente são poucos em informações artísticas os documentos que referem as igrejas do padroado. Naturalmente, sentimos a mesma dificuldade relativamente à Igreja de Serzedo. Contudo, não devemos esquecer que Grijó detinha o padroado das igrejas do seu isento e era senhor de várias propriedades dentro dessas freguesias, auferindo diversos rendimentos.

Entre essas propriedades inserem-se equitativamente as capelas sufragâneas das paróquias do isento, como é o caso da Capela de Nossa Senhora de Fontes (em Serzedo), reconstruída após a transferência dos Cónegos Regrantes de Grijó para a Serra do Pilar, mais concretamente e segundo inscrição⁷²⁷ nela existente, em 1556.

Não é nossa intenção analisar as ramificações do isento de Grijó, mas interessa-nos documentar o exercício deste patrono para reforçar a sua importância na reedificação, por volta de 1557, desta igreja.

254

Frei Marcos da Cruz assegura que em 1557 a igreja profundamente arruinada caiu e nela foram encontradas as relíquias de São Mamede, São Mena Martins e Mártires de Marrocos:

*(...) hoje [1634] estão com muita veneração metidas em um cofrezinho forrado por fora de veludo carmesim fixado e metido no Altar-Mor da mesma Igreja aos pés da Imagem do Glorioso São Mamede a quem os fieis têm muita devoção (...).*⁷²⁸

Portanto, em 1634 já estaria reedificada a Igreja de Serzedo, certamente com o contributo de Grijó, que no ano anterior tinha assumido a reedificação da Capela de Fontes. Da igreja antiga terá transitado uma imagem, ainda hoje existente, de Nossa Senhora com o Menino, em pedra de Ançã.

⁷²⁶ COSTA, Francisco Barbosa da – *Notícia Histórica da Freguesia de S. Mamede de Serzedo a Propósito do Milenário da sua Igreja*. [s/l]: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; Junta de Freguesia de Serzedo, 2000, p. 29.

⁷²⁷ “ESTA HERMIDA DE NOSSA SENHORA DE FONTES HE DO MOESTEIRO DE SAM SALVADOR DE IGREIO E SOFRAGVANHA HÁ SVA IGREIA DE SAM MAMEDE DE CERZEDO A QVAL FOI DE NOVO REEDIFICADA POR PRIOR E CONVENTO DO DITO MOESTEIRO EM O ANNO DE CHRISTO IESV NOSSO SALVADOR MDLVI A VIII DE DEZEMBRO”

⁷²⁸ CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634, fl. 138v-139.

Esta segunda construção terá durado até 1709, ano em que provavelmente se renovou o edifício, como corrobora a inscrição na base pétrea do púlpito. No período oitocentista foi novamente reconstruído, sendo a fachada claro resultado dessa intervenção.



45. Inscrição na base do púlpito, deslocado para junto do arco cruzeiro em 1983, aquando da demolição das paredes da nave na igreja de Serzedo

As Memórias Paroquiais, de 1758, indicam que a igreja de Serzedo era de nave única, com cinco retábulos.⁷²⁹

255

É de destacar a similitude entre a fachada oitocentista de Serzedo e a de Perosinho.

A composição do corpo das igrejas e da respetiva torre, são em tudo semelhantes:

1. Os portais são coroados por frontão interrompido, que recebe o vão de iluminação, que se encontra ao nível do coro-alto;
2. O vão de iluminação tem uma moldura, que culmina em arco abatido, com um recorte mais alargado na zona superior. No fecho do arco surge um concheado;
3. A verticalidade acentuada pelo eixo marcado pelo portal e vão de iluminação é reforçado pelo óculo inserido no tímpano do frontão que remata o edifício;
4. As torres, embora de lados apostos, têm exatamente a mesma configuração: três registos horizontais e coroamento por pináculos redondos, nos vértices, e uma espécie de frontões que se unem aos pináculos, em cada face da torre.

⁷²⁹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 782.



46. Igreja de Perosinho, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954, Perosinho.)



47. Igreja de Serzedo, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954, Serzedo.)

Terá a proximidade geográfica e/ou o padroado contribuído para esta circunstância?

Terá esta igreja sido construída igualmente nos primeiros anos do século XIX?

No caso de Perosinho temos uma inscrição no portal, para Serzedo não há certezas nem

256

em documentos manuscritos nem em inscrições pétreas.

Sabemos, porém, que em 1983, “*sendo de grande e urgente necessidade pastoral a amplificação da igreja paroquial de Serzedo*”⁷³⁰, é aprovado e executado um projeto da autoria do arquiteto Fernando Ferreira (Gaia), do qual se destaca a demolição das paredes laterais permitindo o tão desejado alargamento para acolhimento da população; e a colocação do altar *versus populum* “à entrada da Capela Môr”⁷³¹. Seguindo claramente a necessidade sentida pós Vaticano II de aproximação do sacerdote à assembleia.

A fotografia de 1954, que aqui reproduzimos, mostra a igreja de Serzedo sem os dois corpos laterais que, em 1983, vieram transformar completamente a sua nave, interna e externamente.

No caso de Perosinho, esta fotografia, revela a existência de dois registos em azulejo, que ladeavam o portal, e que nas últimas intervenções lhe foram retirados.

Apesar da escassez documental foi-nos possível retirar algumas ilações no cruzamento entre bibliografia, documentação e análise formal do objeto. Dos dados cabais que obtemos podemos retirar algumas considerações.

⁷³⁰ AEP – *Proc.* 467.

⁷³¹ AEP – *Proc.* 467.

Tabela 25 – Datação das principais obras de arquitetura das igrejas do isento do Mosteiro de S. Salvador de Grijó

Ano/Século	Efeméride
912	Fundação da primeira igreja de Grijó
922	Fundação do Mosteiro de Grijó
1093	Construção da nova Igreja de Grijó
1132	Construção da Igreja de Perosinho
1557	Reconstrução da Igreja de Serzedo
1572	Foi aprovado o projeto de Francisco Velasques para a construção do Mosteiro de Grijó
1574	Início das obras de construção no novo Mosteiro de Grijó
1593	Estavam concluídas duas alas do claustro de Grijó
1599	Estava concluído o dormitório, oficinas e refeitório do Mosteiro de Grijó
1600	Ter-se-á iniciado o período de atividade de Gonçalo Vaz, mestre pedreiro, em Grijó
1608	Incêndio no dormitório e refeitório do Mosteiro de Grijó
1612	Foi lançada a primeira pedra da capela-mor de Grijó
1626	A Igreja de Grijó é benzida
1629	A capela-mor de Grijó está concluída
1686	Construção da nova Igreja de Argoncilhe
1709	Reedificação da Igreja de Serzedo
1802	Reedificação da Igreja de Perosinho
Inícios do século XIX	Reedificação da Igreja de Serzedo

Como se pode verificar na análise a esta tabela, as obras arquitetónicas de grande monta executadas no isento, correspondente à Comarca da Feira, emergem em períodos em que no Mosteiro de S. Salvador de Grijó as obras estão controladas. A Igreja de Perosinho é fundada no ano em que Grijó adere à Ordem de Santo Agostinho (1132), as igrejas de Serzedo e Argoncilhe são reconstruídas depois da conclusão da capela-mor do Mosteiro de S. Salvador de Grijó.

Tratando-se de uma igreja conventual, a igreja de Grijó não serve de termo comparativo com as restantes do seu isento, que são muito modestas quer em arquitetura, quer em talha, como veremos de seguida. A riqueza espelhada na casa-mãe não se repercute nas filiais, pelo

menos no que chegou aos nossos dias, porque as alterações foram de tal monta que muito património se perdeu.



48. Igreja de Argoncilhe



49. Igreja de Perosinho



50. Igreja de Serzedo

6.2.4.2. Talha

Pronto o espaço arquitetónico do **Mosteiro de S. Salvador de Grijó** abeira-se o ensejo de o adornar com retábulos, imagens e pintura. Concentrar-nos-emos na retabulística.

Em 1711 (a 3 de abril) celebra-se contrato entre o Mosteiro de Grijó e o mestre imaginário Filipe da Silva⁷³² para a execução do novo retábulo-mor, que teria como modelo o retábulo-mor do mosteiro beneditino de São Bento da Avé-Maria⁷³³, Porto. Nele trabalhou o mestre ensamblador António Dinis Faria⁷³⁴. As imagens de grande porte de São Pedro e São Paulo, os anjos do trono e do frontispício, eram da responsabilidade do Mosteiro.⁷³⁵

António Dinis Faria, por essa altura (1711) laborava igualmente nos dois retábulos colaterais, possivelmente debaixo da alçada de Filipe da Silva⁷³⁶.

⁷³² Do Porto, responsável, em 1722, pela talha do coro e cadeiral do Mosteiro de Arouca. (FERREIRA-ALVES – Natália Marinho (coord.) – *Dicionário de Artistas e Artífices do Norte de Portugal*. Porto: CEPESE, 2008, p. 318.)

⁷³³ Feito por Filipe da Silva e João da Costa.

⁷³⁴ Do Porto.

⁷³⁵ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na Cidade e na Diocese do Porto. Documentação*. Vol. II. Porto: Edição de autor, 1985, p. 375-392.

⁷³⁶ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. II, p. 389-392.



51. Vista para a capela-mor do Mosteiro de S. Salvador de Grijó – retábulos colaterais de 1711

O retábulo-mor de 1711 foi substituído pelo atual, entalhado pelos mestres Pedro Salgado⁷³⁷ e Francisco de Sampaio⁷³⁸ segundo o risco de António Vital, em 1735⁷³⁹ e dourado pelos mestres pintores e douradores Manuel Pinto Monteiro⁷⁴⁰ e Pedro da Silva Lisboa⁷⁴¹, com ouro fornecido pelos mestres bate-folhas Manuel Monteiro⁷⁴² e Domingos Luís⁷⁴³ em 1736⁷⁴⁴.

259



52. Capela-mor do Mosteiro de S. Salvador de Grijó – retábulo de 1735

⁷³⁷ De Landim (Vila Nova de Famalicão).

⁷³⁸ De Landim, executou em 1733 os retábulos colaterais da Igreja do Mosteiro de Pombeiro (Felgueiras). (FERREIRA-ALVES – Natália Marinho (coord.) – *Dicionário...*, p. 311.)

⁷³⁹ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. III, p. 315-318.

⁷⁴⁰ Do Porto, com vasta obra nessa cidade: Ordem Terceira de São Domingos, Ordem Terceira de São Francisco, Sé do Porto e Colégio de São Lourenço. (FERREIRA-ALVES – Natália Marinho (coord.) – *Dicionário...*, p. 224.)

⁷⁴¹ Do Porto. Trabalhou no Colégio de São Lourenço, no Mosteiro de Santa Clara e na Igreja de Santo Ildefonso, do Porto. (FERREIRA-ALVES – Natália Marinho (coord.) – *Dicionário...*, p. 185.)

⁷⁴² Do Porto.

⁷⁴³ Do Porto.

⁷⁴⁴ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. III, p. 321-327, 328-331.

Em 1758 já a igreja ostentava nove altares: retábulo-mor com Santo Agostinho e São Teotónio; colateral do lado do evangelho com o Senhor da Agonia e a Senhora do Amparo; colateral do lado da epístola com o Ecce Homo e São João; e seis laterais – de um lado Nossa Senhora do Rosário, Santíssimo Sacramento e São Sebastião, do outro São Caetano, Santa Luzia e Santo António⁷⁴⁵.

No inquérito promovido por D. Domingos de Pinho Brandão em 1954, o pároco de Grijó enumera dez altares: Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora das Dores, Nosso Senhor da Agonia, Sagrado Coração de Jesus, Santo António, Santa Luzia e Mártires de Marrocos, São Caetano, São Sebastião, Senhor dos Passos e Nossa Senhora do Rosário⁷⁴⁶. O sagrado Coração de Jesus encontra-se atualmente no retábulo colateral do Senhor da Agonia.

Relativamente à talha na **Igreja de São Martinho de Argoncilhe** o primeiro documento que nos dá alguma informação é de 1758, as memórias paroquiais, que nos indicam três altares, a saber:

260

*(...) hum do sacramento que hé o altar mor, no qual se acham os santos seguintes, São Martinho, São João Baptista, São Sebastião, Santo Antonio e o Menino Jesus. Não tem nave alguma, tem huma só irmandade da Senhora da Hora. Tem mais os dous altares colleterais, e no da parte do Evangelho tem as imagens da Senhora da Hora, da Senhora do Rozario, Santa Apelsonia e Santa Thereza, e no da parte da Epistola tem a imagem do Santo Christo, e da Senhora Santa Anna.*⁷⁴⁷

Os atuais retábulos, mor, colaterais e laterais terão sido feitos após a reedificação oitocentista. Os dois laterais, junto ao coro, foram feitos em 1937⁷⁴⁸.

Em 1954 a igreja tinha sete altares: Santíssimo Sacramento, Sagrado Coração de Jesus, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora da Hora, Coração de Maria, São José e Santo António⁷⁴⁹.

Em 1758, a **Igreja de S. Salvador de Perosinho**, tinha cinco altares: retábulo-mor com o Santíssimo Sacramento, São Joaquim e Santa Ana e o Salvador (no alto da tribuna); colateral do lado de evangelho com o Menino Jesus, Nossa Senhora do Pilar, São Sebastião e São

⁷⁴⁵ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 762.

⁷⁴⁶ AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954, Grijó.

⁷⁴⁷ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 359.

⁷⁴⁸ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, p. 67.

⁷⁴⁹ AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954, Argoncilhe.

Caetano, colateral do lado da epístola dedicado à Nossa Senhora da Purificação com as imagens de Santo António e Santa Luzia; lateral do lado do evangelho com Nossa Senhora do Carmo, São José, Santa Teresa e Santa Apolónia; lateral do lado da epístola dedicado ao Senhor Crucificado com Nossa Senhora, São João Evangelista e Santa Madalena aos pés da cruz, “*nam moveis, mas primorosamente intalhadas no retabolo do mesmo altar*”.⁷⁵⁰

A imagem de Nossa Senhora da Purificação, em pedra Ançã, de acordo com a tendência escultória quinhentista coimbrã, será a peça mais antiga existente nesta igreja.

Quanto aos seis retábulos atuais, pouco sabemos a não ser que o colateral do lado da epístola, dedicado a Nossa Senhora da Lapa, foi mandado fazer em 1817 por José Pereira Pedrosa e *redourado* em 1880 pelos mordomos da irmandade da Senhora da Lapa; e o colateral do lado do evangelho, dedicado ao Menino Jesus, foi restaurado em 1914 a expensas de um benemérito local⁷⁵¹. De cariz eclético serão obra do século XIX, excetuando o retábulo lateral junto ao coro-alto, dedicado a Nossa Senhora de Fátima, que terá sido feito já no século XX.

Em bom estado de conservação, no ano de 1954, a igreja tinha seis altares: Santíssimo Sacramento (retábulo-mor), Sagrado Coração de Jesus, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora da Purificação, Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora de Fátima⁷⁵².

261

A Igreja de S. Mamede de Serzedo, em 1758, tinha cinco imagens por cima do arco cruzeiro em nicho próprio (São Mamede, Santo António, Santo Inácio, São Pedro e São Paulo), e cinco altares: retábulo-mor com o sacrário do Santíssimo Sacramento, São Mamede e São Leonardo; colateral do lado do evangelho com São Gonçalo e São Sebastião; colateral do lado da epístola dedicado a Nossa Senhora da Purificação tem também a imagem de São Caetano; lateral do lado do evangelho com Santa Ana e São José; lateral do lado da epístola com o Senhor Crucificado com Nossa Senhora, São João e Santa Madalena aos pés da cruz “*nam moveis mas primorosamente entalhadas no retabolo do mesmo altar*”.⁷⁵³

No ano de 1954 estava em bom estado de conservação e tinha cinco altares dedicados ao Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora de Fátima, Sagrado Coração de Jesus, Almas e São Sebastião⁷⁵⁴. Hoje restam três, retábulo-mor e dois colaterais, do lado do evangelho dedicado a Nossa Senhora de Fátima e do lado da epístola dedicado ao Sagrado Coração de Jesus. São obras ecléticas, resultado de uma empreitada pós reedificação.

⁷⁵⁰ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 776.

⁷⁵¹ ARAÚJO, José Ribeiro de – *Perosinho...*, p. 74-75.

⁷⁵² AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954, Perosinho.

⁷⁵³ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 782.

⁷⁵⁴ AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954, Serzedo.

Com tantas alterações no espaço arquitetónico é recorrente a perda e/ou substituição de obras retabulares. Como se pode verificar na tabela seguinte os retábulos que chegaram aos nossos dias, nas igrejas filiais deste isento, são maioritariamente obra oitocentista de cariz eclético.

Tabela 26 – Datação formal e documental dos atuais retábulos das igrejas do isento do Mosteiro de S. Salvador de Grijó

Igreja	Retábulo-mor	Colaterais		Laterais	
		Evangelho	Epístola	Evangelho	Epístola
Grijó	1735-1736	1711	1711	1. Estilo Nacional (XVII/XVIII) 2. Maneirista (XVII) 3. Maneirista (XVII)	1. Estilo Nacional (XVII/XVIII) 2. Maneirista (XVII) 3. Maneirista (XVII)
Argoncilhe	Século XIX	Século XIX	Século XIX	1. Séc. XIX 2. 1937 (junto ao coro)	1. Séc. XIX 2. 1937
Perosinho	Século XIX	Século XIX	1817	Século XIX	1. Século XIX 2. Século XX (junto ao coro)
Serzedo	Século XIX	Século XIX	Século XIX	-	-

Analisadas as invocações em 1758, compreende-se que todas as igrejas têm imagem de Cristo Crucificado, forte devoção entre os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Para o comprovar bastará ter em conta o orago de Grijó, de Santa Cruz de Coimbra (casa-mãe) e até de Perosinho.

Perosinho e Serzedo poderão ter adquirido os retábulos de Cristo Crucificado na mesma época, finais do século XVII ou inícios do século XVIII, dada a descrição tão próxima. Ambos têm um relevo com a representação de Nossa Senhora, São João e Santa Madalena a servir de fundo à imagem de Cristo Crucificado. Aliás, importa referir que a igreja de Travanca, pertencente ao isento de Grijó mas fora dos limites da Comarca da Feira, ainda hoje conserva, na sua nova igreja (inaugurada em 2007⁷⁵⁵) os retábulos primitivos, nomeadamente o de Cristo Crucificado com as características referidas para o caso de Perosinho e Serzedo.

⁷⁵⁵ AEP – Proc. 838. – AEP – Auto de Dedicção, nº 1055.

Relativamente à **Igreja de S. Martinho de Travanca**, fora da comarca da Feira, a sua memória paroquial é muito sucinta e não refere nada sobre o edifício, nem sobre os retábulos⁷⁵⁶, mas temos um outro indicador extremamente pertinente para perceber como funcionava o isento de grijó em termos de encomenda artística.

O retábulo-mor de Travanca foi encomendado em 1741, pelo Mosteiro de Grijó e pela freguesia de Travanca, ao mestre entalhador Francisco Vieira da Silva⁷⁵⁷, sendo a obra de armação da capela-mor da responsabilidade de Manuel Pereira⁷⁵⁸, mestre das obras de Arouca. O mosteiro pagaria metade da obra, a outra metade era da responsabilidade da freguesia⁷⁵⁹.



53. Retábulo de Cristo Crucificado (falta a imagem de Cristo), na Igreja de S. Martinho de Travanca (pormenor de uma fotografia do SIPA⁷⁶⁰)

Não seria de estranhar que algum tempo antes tivessem sido encomendados três retábulos dedicados a Cristo Crucificado, para as igrejas de Perosinho, Serzedo e Travanca. Só uma encomenda comum pode justificar estas factos.

⁷⁵⁶ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga: Edição José Viriato Capela, 2011.

⁷⁵⁷ Do lugar de Brancelhe, freguesia de São João do Mosteiro, concelho de Vieira do Minho.

⁷⁵⁸ Morador no lugar da Regedoura, na freguesia de Grijó.

⁷⁵⁹ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. III, p. 397-400.

⁷⁶⁰ Depois de algumas deslocações e tentativas infrutíferas na expectativa de fotografar o interior da igreja, optámos por utilizar um pormenor de uma fotografia do SIPA que contemplava dois retábulos, nomeadamente o retábulo em questão. Chamamos a atenção para o facto de esta igreja estar mal localizada no sistema do SIPA. Trata-se de uma igreja do concelho de Oliveira de Azeméis que foi integrada, no SIPA, como património de Santa Maria da Feira. (http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=31006)

Analisando as invocações presentes nos retábulos descritos em 1758 e procurando entender se existem elos de ligação devocional entre estas igrejas, percebemos que para além da devoção à Paixão de Cristo, outras venerações surgem com mais frequência e todas elas representadas em Grijó: São Sebastião, São Caetano e Nossa Senhora do Rosário.

Tabela 27 – Invocações dos retábulos das igrejas do isento do Mosteiro de S. Salvador de Grijó

Igreja	Retábulo-mor	Colaterais		Laterais	
		Evangelho	Epístola	Evangelho	Epístola
Grijó	Sto Agostinho e S. Teotónio	Sr da Agonia e Sra do Amparo	Ecce Homo e S. João	1. S. António 2. Sta Luzia 3. S. Caetano	1. Sra do Rosário 2. SS. Sacramento 3. S. Sebastião
Argoncilhe	S. Martinho , S. João, S. Sebastião e Sto António	Sra da Hora, Sra do Rosário, Sta Apolónia e Sta Teresa	Cristo e Santa Ana	-	-
Perosinho	SS. Sacramento, S. Joaquim, Sta Ana e o Salvador	Menino Jesus, Sra do Pilar, S. Sebastião e S. Caetano	Sra da Purificação, Sto António e Sta Luzia	Sra do Carmo, S. José, Sta Teresa e Sta Apolónia	Cristo crucificado com um relevo de Nossa Senhora, S. João Evangelista e Sta Madalena
Serzedo	SS. Sacramento, S. Mamede e S. Leonardo *por cima do arco cruzeiro: S. Mamede, Sto António, S. Pedro e S. Paulo	S. Gonçalo e S. Sebastião	Sra da Purificação e S. Caetano	Sta Ana, S. José	Cristo crucificado com um relevo de Nossa Senhora, S. João Evangelista e Sta Madalena

Há ainda um caso particular que nos parece interessante, Santo António, que normalmente é representado com hábito Franciscano por ter aderido à Ordem de S. Francisco depois de ter sido Cónego Regrante de Santo Agostinho, surge na Igreja de Grijó e na Igreja de S. Miguel de Travassô (assim como Travanca pertence ao isento, mas não pertence à Comarca), como Cónegos Regrante de Santo Agostinho.



54. Stº António – Mosteiro de S. Salvador de Grijó

Quanto à origem dos artistas que aqui trabalharam, é claro para a Época Moderna que o Porto é o centro de produção artística ao qual estão ligados. Porém, para a Época Medieval seria diferente, tendo em conta a quantidade de imagens do século XV/XVI de produção coimbrã existentes nestas igrejas da comarca e nas restantes do isento, bem como a subsistência de um retábulo produzido no decénio de 1530-1540⁷⁶¹ por João de Ruão, retábulo do Santíssimo Sacramento da igreja de S. Martinho de Travanca (fora da comarca da Feira), hoje na capela de Besteiros em Travanca.

Tabela 28 – Artistas que trabalharam nas igrejas do isento do Mosteiro de S. Salvador de Grijó

Ano/Século	Igreja	Obra	Artista	Origem do artista
Século XVI	Travanca	-Talha- Primitivo retábulo-mor	Escultor João de Ruão	Coimbra
1572	Grijó	-Arquitetura- Projeto para o novo mosteiro	Arquiteto Francisco Velasques	Toro (Espanha)
1600	Grijó	-Arquitetura- Execução do chafariz, lajeamento do	Mestre de pedraria Gonçalo Vaz	Porto

⁷⁶¹ GONÇALVES, Nogueira, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1981, p. 166; BORGES, Nelson Correia – *João de Ruão, escultor da Renascença Coimbrã / Jean de Rouen, sculpteur de la Renaissance à Coïmbre*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Fundação Calouste Gulbenkian, 1980, p. 20, 56-57; BRANDÃO, D. Domingos de Pinho, *Obra de Talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na Cidade e na Diocese do Porto*. Vol. I. Porto: Diocese do Porto, 1984, p. 17.

Ano/Século	Igreja	Obra	Artista	Origem do artista
		claustro e da sala do Capítulo		
1601	Grijó	-Arquitetura- Trabalhos no mosteiro	Pedreiro Fernão Lopes	Romariga
1601	Grijó	-Arquitetura- Trabalhos no mosteiro	Pedreiro Simão Jorge	-
1605	Grijó	-Arquitetura- Trabalhos no mosteiro	Pedreiro Francisco Carvalho	Porto
1711	Grijó	-Talha- Primitivo retábulo-mor	Mestre imaginário Filipe da Silva	Porto
1711	Grijó	-Talha- Primitivo retábulo-mor	Mestre ensamblador António Dinis Faria	Porto
1711	Grijó	-Talha- Retábulos colaterais	Mestre ensamblador António Dinis Faria	Porto
1735	Grijó	-Talha- Retábulo-mor	Mestre entalhador Pedro Salgado	Landim
1735	Grijó	-Talha- Retábulo-mor	Mestre entalhador Francisco de Sampaio	Landim
1735	Grijó	-Talha- Retábulo-mor	Autor do risco António Vital	-
1736	Grijó	-Talha- Retábulo-mor	Mestre pintor e dourador Manuel Pinto Monteiro	Porto
1736	Grijó	-Talha- Retábulo-mor	Mestre pintor e dourador Pedro da Silva Lisboa	Porto

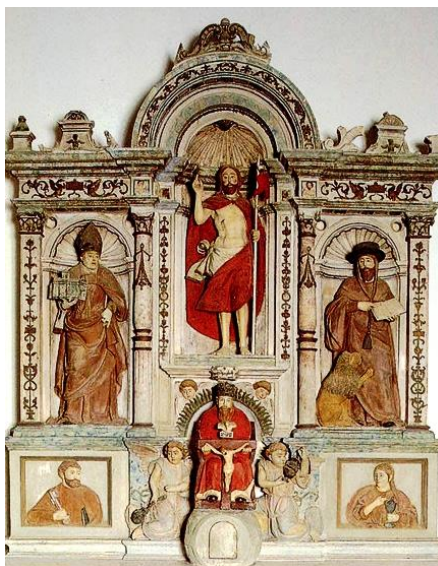
Ano/Século	Igreja	Obra	Artista	Origem do artista
1736	Grijó	-Talha- Retábulo-mor	Mestre bate- folhas Manuel Monteiro	Porto
1736	Grijó	-Talha- Retábulo-mor	Mestre bate- folhas Domingos Luís	Porto
1741	Travanca	-Talha- Retábulo-mor	Mestre entalhador Francisco Vieira da Silva	S. João do Mosteiro (Vieira do Minho)
1741	Travanca	-Arquitetura- Capela-mor	Mestre de obras Manuel Pereira	Grijó

Sobre a produção artística medieval neste padroado, no que respeita comarca da Feira, é ainda de referir a execução coimbrã do túmulo de D. Rodrigo Sanches, a participação do escultor João de Ruão no projeto do Mosteiro de Stº Agostinho da Serra e a existência de diversas imagens em pedra de Ançã do século XV e XVI, nomeadamente na capela de N. Srª de Fontes, em Serzedo, reedificada em 1556 pelo Mosteiro de Grijó, que por volta desse mesmo ano terá encomendado à oficina do escultor João de Ruão a imagem do orago da capela, N. Srª de Fontes.⁷⁶²

Relativamente às igrejas do isento de Grijó, sem qualquer referencia documental conhecida até ao momento, mas atribuídas à escola coimbrã, chegaram até aos nossos dias as imagens de N. Srª com o Menino (século XIV) e de S. Leonardo (século XV/XVI) na igreja de Serzedo e de N. Srª da Purificação (século XV/XVI) na igreja de Perosinho.⁷⁶³ Fora da comarca ainda encontramos as imagens, em pedra de Ançã, de Stº Antão e S. Lázaro (Travanca), S. Sebastião e N. Srª das Candeias (Eirol). A imagem de Stº Antão será do século XV, as restantes do século XV/XVI.

⁷⁶² BORGES, Nelson Correia – *João de Ruão, escultor da Renascença Coimbrã...*, p. 71.

⁷⁶³ VETCHINA, Sofia Nunes – *Retábulos e Escultura Devocional em Pedra, nos séculos XV e XVI, nas Igrejas Paroquiais das Terras de Santa Maria*. In RIBEIRO, Agostinho – *Ao Tempo de Vasco Fernandes*. Viseu: DGPC / Museu Nacional Grão Vasco, 2016, p. 191-200.



55. Retábulo do Santíssimo Sacramento (antigo retábulo-mor da igreja de Travanca), Capela de Besteiros.



56. N. Srª com o Menino, igreja de Serzedo.



57. N. Srª da Purificação, igreja de Perosinho.



58. S. Leonardo, igreja de Serzedo.

6.3. O Padroado do Mosteiro de Stº Agostinho da Serra

268

Igualmente de Cónegos Regrantes de Stº Agostinho, o Mosteiro de Stº Agostinho da Serra, como já vimos, adquiriu este padroado a partir da divisão dos bens com o Mosteiro de S. Salvador de Grijó, em 1567. Interessa-nos agora conhece-lo do ponto de vista artístico.

6.3.1. Arquitetura

A igreja de S. Martinho de Anta da época moderna mantém unicamente a fachada. A igreja teria sido construída no século XVII/XVIII, ampliada na segunda metade do século XVIII⁷⁶⁴, obra da qual resultou a fachada, e certamente entre o século XIX e XX os retábulos mor e colaterais terão sido substituídos, atendendo à sua configuração na fotografia de interior da autoria de Nogueira Gonçalves, tirada por na década de 1970/1980.

⁷⁶⁴ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1981, p. 7.



59. Interior da igreja de Anta c. 1981
(GONÇALVES, A. Nogueira –
Inventário Artístico de Portugal.
Distrito de Aveiro. Zona Norte. Lisboa:
Academia Nacional de Belas Artes,
1981, Est. XXXV)



60. Igreja de S. Martinho de Anta na atualidade

Em 1732 seria um edifício com capela-mor, nave única e três retábulos,⁷⁶⁵ em 1758 já com cinco retábulos e um campanário com uma cruz danificada pelo terremoto de 1755.⁷⁶⁶

Em 1769 a igreja encontrava-se em bom estado sendo “(...) bastante p.^a a freg.^a e está aseada, com 5 Altares limpos, Capéla mór, e Sachristia, e campanario com sineta (...)”.⁷⁶⁷

A 10 de novembro de 1864, o edifício encontrava-se em bom estado, mas “(...) a capella-mor hé muito pequena e acanhada bem como a tribuna e ambas se achão em deplorável estado chovendo-lhe bastante dentro; tem cinco altares, e só quatro hé que tem pedras d’ara, a do altar de Nossa Senhora do Rozario perdeu a sagração por lhe faltarem as reliquias, as outras tres estão sagradas (...)”.⁷⁶⁸ Terá sido, possivelmente, depois de 1864 que pelo menos o retábulo-mor foi substituído pelo atual.

Em 1979 a paróquia de Anta submeteu a autorização da Diocese do Porto, um anteprojeto da autoria dos arquitetos Albano Seabra Moura e Mário Seabra Moura para ampliação da igreja que era demasiado pequena para a freguesia. No projeto foi salvaguardada

⁷⁶⁵ “(...) o mayor onde está o Santissimo, e as Imagens dos dous Padroeiros, e a do Menino Deos e de S. Roque. No Altar colateral da parte do Evangelho tem cinco Imagens, duas de Nossa Senhor do Rosario, huma da Senhora da Piedade, de Santo Antonio abbade, e de S. Roque. No da Epistola há quatro Imagens, a do Menino Jesus, de santo Antonio, de S. Sebastião e de Santa Luzia”. (CARDOSO, P. Luiz – *Diccionario Geografico ou Noticia Historica de todas as cidades, villas «, lugares, e aldeas, rios, ribeiras e serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas como modernas.* Tomo I. Lisboa: Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1747, p. 495.)

⁷⁶⁶ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 254.

⁷⁶⁷ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 113.

⁷⁶⁸ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega, 1824-1864*, liv. 088, fl. 81v.

a fachada e torre sineira pela sua antiguidade e a capela-mor, não pela antiguidade, mas pela identidade local, a nave foi completamente transformada⁷⁶⁹ e assim permanece.



61. Fig. 1 do anteprojecto de ampliação da igreja de Anta, agosto de 1979 (AEP – Proc. 396)



62. Igreja S. Martinho de Anta atualmente

A **igreja de Stº André de Canidelo** foi reedificada em 1739, conforme comprova a inscrição no portal principal (ANNO DOMINI MDCCXXXIX). As obras teriam sido iniciadas em 1738, segundo relatório de 1758: “(...) a igreja foi feita no anno de 1738”,⁷⁷⁰ até porque a 19 de março de 1739, já se celebrava um contrato para finalização da obra, no qual a Confraria do Santíssimo Sacramento contrata com António Pereira e Caetano de Sousa Teixeira, mestres pedreiros moradores na cidade do Porto, a conclusão das obras de pedraria do edifício, que

⁷⁶⁹ AEP – Proc. 396.

⁷⁷⁰ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 759.

deveriam estar concluídas em agosto desse ano. As obras teriam sido iniciadas em 1738,⁷⁷¹ e presumivelmente as obras da capela-mor devem ter sido custeadas pelo Mosteiro de Stº Agostinho da Serra.



63. Igreja de Stº André de Canidelo



64. Pormenor do remate do portal principal da igreja de Stº André de Canidelo, com datação da fachada (1739)

Em 1769 a igreja era “(...) suficiente; mas pequena para a freg^a; e da m.^{ma} forma a capela mor; e m.^{to} mais pequena a sacristia, e incapaz por estreita. Os altares q são 3, estão limpos; e tem campanario com sineta.”⁷⁷² A 22 de novembro de 1864 a igreja encontrava-se regular, com “(...) quatro altares com toalhas de linho e pedras d’ara, todas sagradas, e só uma tem relíquias (...)”.⁷⁷³ Em inícios do século XX a torre sineira que existia do lado oposto foi demolida e construída a atual. Nesse mesmo século a capela-mor terá sido ampliada, bem como criadas várias dependências anexas à igreja.⁷⁷⁴ Em 1953 a igreja “foi toda reparada e os altares dourados de novo (...). Gastou-se nesta reparação mais de 100.000\$00”.⁷⁷⁵

Apesar de se revelar pequena para a população existente em 1769, só a partir de 1967 a paróquia sentiu necessidade de diligenciar a favor da construção de uma nova igreja. Volvidas quase três décadas desde os primeiros contactos, em 1974, com a diocese do Porto, só em 2002 houve um projeto, da autoria dos arquitetos J. Valentim Miranda e J. Miguel Miranda, aprovado pela diocese,⁷⁷⁶ encontrando-se atualmente a paróquia de Canidelo a tratar do necessário para avançar com a obra.

⁷⁷¹ SARAIVA, P. José da Costa – *Canidelo no passado e no presente*. Cucujães: Fábrica da Igreja Paroquial de Santo André de Canidelo, 1995, p. 44-45. – *Monografia de Canidelo*. Porto: Porto de Sempre; Junta de Freguesia de Canidelo, 2011.

⁷⁷² AP – *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 122.

⁷⁷³ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Illº Rº Abadde de Stª Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 87.

⁷⁷⁴ SARAIVA, P. José da Costa – *Canidelo no passado e no presente*. Cucujães: Fábrica da Igreja Paroquial de Santo André de Canidelo, 1995, p. 44-45.

⁷⁷⁵ AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Canidelo.

⁷⁷⁶ AEP – *Proc. 328*; AEP – *Proc. 724*; AEP – *Proc. 809*; AEP – *Proc. 907*.

A atual **igreja de Stª Maria Madalena** é uma reconstrução de finais do século XVII ou inícios do século XVIII, no qual estão documentadas algumas intervenções custeadas pelo seu padroeiro (Mosteiro de Stº Agostinho da Serra). No ano de 1721/22 procederam ao pagamento do conserto do telhado da sacristia e capela-mor. No verão de 1729 a igreja sofreu um incêndio e entre 1729 e 1730 é feito o pagamento por conta das obras necessárias após o incidente. Em 1736/37 volta a existir um pagamento pelo conserto do telhado da capela-mor e sacristia.⁷⁷⁷

A proposito do incendio de 1729 no relatório diocesano de 1922/23 o pároco sobre a história do edifício diz: “*apenas sei que a Igreja existente não é a primitiva que foi destruída por um incendio*”,⁷⁷⁸ na verdade a igreja deve ter sofrido alguns danos, mas não chegaram a ter a monta descrita neste relatório.

Em 1769 a igreja era “*(...) suficiente, com capela mor sachristia, e 3 altares, tudo suficiente; e campanario com sineta*”.⁷⁷⁹ A 22 de novembro de 1864, a igreja é considerada “*(...) pequena e acha-se decente; a tribuna da capella mor é antiga e esta m^{to} deteriorada. Todas as pedras d’ara dos altares estão sagradas*”.⁷⁸⁰ Poucos anos antes, em 1824 tinha sido construída a torre sineira, como atesta a inscrição na padieira da porta de acesso á torre.

No século XX foram várias as intervenções que este edifício sofreu. Entre junho e dezembro de 1923 foi ampliada a capela-mor. Em 1968 o presbitério é adaptado às novas regras litúrgicas, provenientes do concílio Vaticano II. Em 1976 todas as paredes exteriores foram revestidas a azulejo, pela Fábrica de Valadares⁷⁸¹, com azulejo padrão e três registos (que ainda subsistem), na fachada dois painéis dedicados ao Sagrado Coração de Jesus e a N. Srª da Hora, na capela-mor um painel dedicado ao encontro de Stª Maria Madalena com Cristo Ressuscitado. Em 1960 fizeram-se obras de ampliação do adro da igreja.⁷⁸²

⁷⁷⁷ RIBEIRO, Sílvio; TEIXEIRA, Ana Paula – As obras ao longo dos tempos. Intervenções no património imóvel, uma cronologia. In AA.VV. – *A Casa da Igreja da Madalena*. Vila Nova de Gaia: Paróquia da Madalena, 2009, p. 45-71. * QUEIROZ, Francisco – A igreja de Santa Maria Madalena, das origens ao início do século XX. In AA.VV. – *A Casa da Igreja da Madalena*. Vila Nova de Gaia: Paróquia da Madalena, 2009, p. 91-113. * QUEIROZ, Francisco - Desafios da articulação entre arquitectura contemporânea e preexistências. O caso da renovação da Igreja da Madalena (Gaia). *Invenire - Revista de Bens Culturais da Igreja*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, n.º 4 (julho - dezembro 2011), p. 38-41. * QUEIROZ, José Francisco Ferreira (coord.) – *Santa Maria Madalena de Fermucia (Madalena – Vila Nova de Gaia). História, Sociedade e Território*. [s.l.]: Junta de Freguesia da Madalena, 2005.

⁷⁷⁸ *Relatório do Movimento Religioso da Diocese do Porto. Ano de 1922-23*. Porto: Tip. Medico, 1924, p. 195.

⁷⁷⁹ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 120v.

⁷⁸⁰ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de Stª Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 86v.

⁷⁸¹ RIBEIRO, Sílvio; TEIXEIRA, Ana Paula – As obras ao longo dos tempos. Intervenções no património imóvel, uma cronologia. In AA.VV. – *A Casa da Igreja da Madalena*. Vila Nova de Gaia: Paróquia da Madalena, 2009, p. 71. * QUEIROZ, Francisco – A igreja de Santa Maria Madalena, das origens ao início do século XX. In AA.VV. – *A Casa da Igreja da Madalena*. Vila Nova de Gaia: Paróquia da Madalena, 2009, p. 91-113.

⁷⁸² AEP – *Proc. 128*.

Já no século XXI, em 2000 foi submetido um projeto de ampliação e restauro da igreja de St^a Maria Madalena à diocese do Porto⁷⁸³, mas só em 2002 são acertados todos componentes deste projeto para que ele pudesse ser aprovado. O projeto da autoria dos arquitetos Rui Martins e Fausto Andrade (Valadares), consistiu no restauro e remodelação da igreja, incluindo restauro dos retábulos. Nestas obras, concluídas em 2009, foi retirado o revestimento exterior em azulejo padrão, mas mantiveram-se os registos azulejares da fachada e capela-mor.⁷⁸⁴



65. Igreja de St^a Maria Madalena

A atual **igreja de S. Cristóvão de Mafamude** é já uma construção fora dos limites cronológicos do direito de padroado. A igreja anterior, em 1758, era de nave única, com três retábulos (mor e colaterais) e um painel pictórico com a representação das almas do purgatório em espaço próprio no corpo da igreja. Tinha três irmandades (Almas, Santíssimo Sacramento e N. Sr^a do Rosário), mas não tinham recursos financeiros praticamente nenhuns.

O seu orago hé Sam Christovão, o qual esta na capella mor da dita igreja onde também está o Sacramento. E não tem nave, só sim dois altares colaterais no corpo da igreja, hum hé da imagem do Senhor Jesus e outro da imagem da Senhora do

⁷⁸³ AEP – Proc. 489.

⁷⁸⁴ AEP – Proc. 919.

*Rozario. E está mais metido na parede da mesma igreja hum painel com o retrato das Almas que estão no Purgatorio, o qual hé da irmandade das Almas daquela freguesia, que por ser pobre esta confraria não tem altar seu e se serve de hum dos coletrais para as suas missas. E assim também há confraria do Sacramento e a confraria do Rozario, porém todas pobres, sem depósitos por não ter rendimentos mais que os limitados anais que dão os irmãos da dita confraria para o mais preciso, por ser a maior parte deles jornaleiros, trabalhadores pobres.*⁷⁸⁵

Em 1769 o visitador acrescenta a informação de que a igreja era velha e pequena, estando prevista a sua substituição por um edifício novo: “A Igreja hé pequena para a freg.^a e velha e se pretende fazer outra, como também a capela mor, posto q está melhor, e a sacristia. Tem 3 altares limpos; e campanario q não Serve, e está o Sino em escoras”.⁷⁸⁶

Efetivamente a 2 de novembro de 1794 foi arrematada, pelo mestre pedreiro Francisco Carvalho (Arcozelo), a obra de construção da nova igreja. A 22 de janeiro de 1795 foi celebrado, entre os representantes da igreja de Mafamude (juiz, procurador e eleitos) e Francisco Carvalho, o contrato de escritura e obrigação da obra, no qual se esclarece que a igreja velha deveria ser demolida e parte da sua pedra utilizada na nova construção, bem como a obrigatoriedade de o risco existente ser seguido. A 8 de março de 1796 os representantes da igreja decidem não avançar com a obra, porque existiam dois riscos e era necessário clarificar a situação e fazer um único risco. Em 1800 o corpo da igreja estava em obras. Em 1801 os representantes da igreja entram em litígio com o mestre pedreiro. A 22 de agosto de 1849, a Junta da Paróquia de S. Cristóvão de Mafamude contrata a fundição de dois sinos.⁷⁸⁷

Nos diversos contratos que acabamos de referir fala-se do risco diversas vezes, mas o nome do seu autor é omitido, quanto à construção propriamente dita foi iniciada depois de março de 1796 e provavelmente estaria concluída em 1849.

A 23 de novembro de 1864, perante a nova igreja o visitador diz que é “(...) de construção moderna, e muito acceada, excepto a tribuna, que não corresponde no acceio ao mais da Igreja, tem cinco altares todos muito acceados, com pedras d’ara sagradas, excepto a do Senhor Jesus, que se julga não estar sagrada”.⁷⁸⁸

⁷⁸⁵ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 767.

⁷⁸⁶ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 124.

⁷⁸⁷ COSTA, Francisco Barbosa da; MOREIRA, Maria Fernanda – *S. Cristóvão de Mafamude. Notas monográficas*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; Junta de Freguesia de Mafamude, 2001, p. 67-71.

⁷⁸⁸ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 87v.

A partir de meados do século XIX surgem obras de carpintaria e trolha que revelam a necessidade de manutenção e melhoramento do edifício, com substituição de portas, limpeza de cantaria, revestimento do exterior a azulejo, etc. Em 1894 volta a ser necessário intervir no edifício, por *ameaçar perigo*.⁷⁸⁹ Terá sido na sequência das obras que terão sido feitas entre finais do século XIX e inícios do século XX que a igreja foi beneficiada, no seu interior, com o revestimento a azulejo artístico da oficina de Teixeira Lopes, em 1909.

Em 1967 o coro foi ampliado e o presbitério adaptado às novas imposições litúrgicas, através de um projeto da autoria do Arq. Mário Moraes Soares.⁷⁹⁰



66. Igreja de S. Cristóvão de Mafamude

Embora a sua construção tenha sido iniciada nos últimos anos de existência do direito de padroado, não encontramos qualquer referência à participação do Mosteiro de Stº Agostinho da Serra nesta obra e relativamente à anterior não encontrámos factos que nos possam elucidar sobre essa relação.

Segundo Nogueira Gonçalves, a **igreja de S. Martinho de Mozelos**, é uma reconstrução da segunda metade do século XIX, e efetivamente a 13 de novembro de 1864, o visitador descreve-a com uma “(...) *construção moderna; há n’ella cinco altares, todos com pedras d’ara sagradas* (...)”.⁷⁹¹

⁷⁸⁹ COSTA, Francisco Barbosa da; MOREIRA, Maria Fernanda – *S. Cristóvão de Mafamude...*, p. 71-74.

⁷⁹⁰ AEP – *Proc.* 216.

⁷⁹¹ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Illº Rº Abadde de Stª Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 83v.



67. Igreja de S. Martinho de Mozelos



68. Igreja de Mozelos, c. 1954 (AEP – Inquérito à Diocese do Porto, 1954 – Mozelos)



69. Cruzeiro e igreja de Mozelos, c. 1954 (AEP – Inquérito à Diocese do Porto, 1954 – Mozelos)

Esta igreja prova como em meados do século XIX ainda se construía segundo uma tradição de gosto setecentista, provavelmente com reaproveitamento de alguma pedra da antiga igreja, como era costume fazer-se. Num olhar mais atento percebe-se na austeridade da pedra um trabalho mais recente, mas muitos consideram-na setecentista. Com esta referência documental de 1864 ficamos esclarecidos, estamos perante mais uma igreja feita depois da extinção dos padroados, provavelmente por ser demasiado pequena a anterior, como refere a visita de 1769: “a Igreja hé pequena com 3 altares ordinarioz. capela mor, sachristia, campanario com sineta”.⁷⁹²

Da igreja anterior sabemos que em 1758 tinha:

(...) três altares, e huma só nave; o altar mor aonde está colocado o Santissimo Sacramento, consta de ter em si Sam Martinho, Santa Anna, Santa Gertudes, e nada mais; os dois altares coletrais da Senhora do Rozario que consta da dita Senhora do Rozario, e Santo Antonio, e Sam Jozephe, e o Menino; e o altar de Santo Christo, que consta da Senhora das Dores, e Santa Luzia, e Sam Sebastiam, e Santa Luzia.⁷⁹³

⁷⁹² AP - Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769, fl. 109v.

⁷⁹³ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 390.



70. Pormenor do arco cruzeiro da igreja de S. Martinho de Mozelos

A estrutura pétrea que compõe o arco cruzeiro é um facto curioso para meados do século XIX, mas que iremos encontrar em algumas igrejas setecentistas da comarca da Feira. Fica, no entanto, a interrogação sobre a possibilidade de se tratar de um reaproveitamento de uma estrutura anterior, porque parece um “puzzle” onde as peças não encaixam com a perfeição devida.



71. Igreja de Mozelos, c. 1981
(GONÇALVES, A. Nogueira –
Inventário Artístico de Portugal.
Distrito de Aveiro. Zona Norte. Lisboa:
Academia Nacional de Belas Artes,
1981, Est. CXVI)



72. Igreja de S. Martinho de Mozelos

A atual **igreja de S. Miguel de Milheirós de Poiares**, é obra do século XX. A igreja antiga tinha sido reconstruída entre 1692 e 1694.⁷⁹⁴ Em 1758 tinha três retábulos: o retábulo-mor com o Santíssimo Sacramento, e dois colaterais, um dedicado a N. Sr^a do Rosário, outro

⁷⁹⁴ CONCEIÇÃO, Manuel Joaquim Santos – História da edificação da igreja de Milheirós de Poiares. In *I Centenário da Igreja Paroquial de Milheirós de Poiares*. Santa Maria da Feira: Liga dos Amigos da Feira, 2007, p. 11.

a S. Sebastião.⁷⁹⁵ Em 1769 a torre sineira andava a ser construída “*A igreja hé suficiente com capela mor, sachristia, e 4 Altares ordinarios; e se anda fazendo torre*”.⁷⁹⁶ Em 1864 a igreja encontrava-se “*(...) regular, o pavimento da igreja deteriorado, 4 altares, pedras d’ara sem relíquias (...)*”.⁷⁹⁷ Entre 1887 e 1888 ainda forma feitas obras de conservação da igreja, mas em julho de 1900 ao receberem do Comendador António José de Pinho uma verba de dois contos de réis para os melhoramentos da igreja, e começou a pensar-se na construção de um novo edifício.

Em 1901 compraram o terreno onde hoje está implementada a igreja e a 11 de agosto de 1903 foi lançada a primeira pedra.⁷⁹⁸ Por volta de 1904 o edifício já estaria concluído, como parece revelar a inscrição da data na fachada principal e em 1907 devem ter procedido ao arranjo e vedação do adro, pela inscrição existente no portão de acesso : “1907 / DADIVA / DO / CONSELHERO ANTÓNIO JOSÉ DE PINHO”. Assim ficou eternizado o nome do grande benemérito desta igreja.



73. Igreja de S. Miguel de Milheirós de Poiares



74. Inscrição na fachada



75. Igreja de Milheirós de Poiares, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Milheirós de Poiares)

Em 1906 os retábulos provenientes da antiga igreja foram montados no novo edifício, sendo dourada a sanefa do arco cruzeiro e o retábulo-mor. De 18 a 20 de maio de 1907 a igreja foi benzida e inaugurada.⁷⁹⁹ Não encontramos referência à datação, mas sabemos que entretanto a antiga igreja foi demolida.

⁷⁹⁵ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 387.

⁷⁹⁶ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 37v.

⁷⁹⁷ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 88.

⁷⁹⁸ CONCEIÇÃO, Manuel Joaquim Santos – *História da edificação da igreja de Milheirós de Poiares...*, p. 12-14.

⁷⁹⁹ CONCEIÇÃO, Manuel Joaquim Santos – *História da edificação da igreja de Milheirós de Poiares...*, p. 18.

Em 1954 a igreja estava “(...) em bom estado de conservação, precisando todavia de um restauro em alguns altares e de uma pintura geral, o que está projetado para 1955”.⁸⁰⁰ Sobre estas obras não sabemos se efetivamente se concretizaram em 1955, mas em 1986 a igreja foi *restaurada* sob projeto da autoria do Arq. Fernando Manuel Vieira Campos.⁸⁰¹

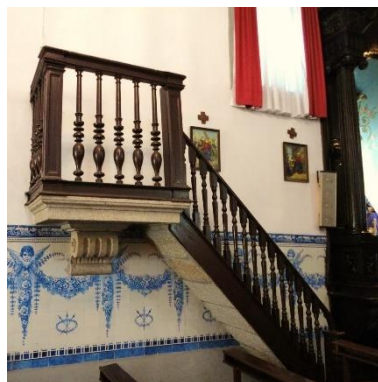
Sobre esta igreja, enquanto estrutura arquitetónica, nada podemos considerar no que respeita a padroado, porque esse direito tinha sido extinto há mais de meio século quando ela foi construída, mas sobre os retábulos provenientes da antiga igreja falaremos no item seguinte.

Como acabamos de verificar neste padroado, no que respeita à arquitetura, existem poucos elementos que nos reportem para a relação do espaço construído com o padroeiro. Três edifícios são obra posterior a 1833, a igreja de Anta apesar de manter a fachada da segunda metade do século XVIII, no interior nada resta dessa época, e quanto às igrejas de Canidelo e Madalena são as únicas que ainda nos podem reportar para o mosteiro de Stº Agostinho de Serra.

Em termos de comparação arquitetónica, Anta, Canidelo e Madalena foram construídas em períodos diferentes e cada uma apresenta na fachada uma linguagem díspar. Porém há um elemento nas igrejas de Stª Maria Madalena, Stº André de Canidelo e S. Miguel de Milheirós de Poiares que se destaca pela semelhança, o púlpito. Nas igrejas da Madalena e Canidelo a mísula e a base do púlpito são iguais. No caso de Milheirós de Poiares a estrutura do púlpito, nomeadamente da escadaria de acesso é idêntica a Canidelo, só os elementos decorativos divergem. Os balaustres de madeira, da guarda do púlpito, nas igrejas da Madalena e de Canidelo são análogos, embora mais simplificados em Canidelo. No caso de Milheirós de Poiares é possível que se trate de um reaproveitamento dos púlpitos da antiga igreja.



76. Púlpito da igreja da Madalena



77. Púlpito da igreja de Canidelo



78. Pormenor de um dos púlpitos da igreja de Milheirós de Poiares

⁸⁰⁰ AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Milheirós de Poiares.

⁸⁰¹ CONCEIÇÃO, Manuel Joaquim Santos – *História da edificação da igreja de Milheirós de Poiares...*, p. 29.

6.3.2. Talha

O século XVI foi profícuo em obras nos retábulos-mor das igrejas do padroado do Mosteiro de Stº Agostinho da Serra.

Em 1596 Belchior de Faria, trabalhou num retábulo, certamente o retábulo-mor, da **igreja de S. Martinho de Anta**. Nesse mesmo ano o Mosteiro de Stª Agostinho da Serra, procede a dois pagamentos: em agosto paga dois mil e seiscentos réis “(...) *ao pintor aa cõta do retabollo da Igreja danta*”; em setembro paga mil réis “(...) *ao pintor belchior de faria cõ q se lhe acabou de pagar o retabollo da igreja danta*”.⁸⁰² Este retábulo já não existe.

Em 1758 a igreja tinha cinco retábulos: retábulo-mor com Santíssimo Sacramento e as imagens de S. Mamede do lado esquerdo e do lado direito S. Martinho; colaterais dedicados N. Srª do Rosário e a S. Roque; lateral do lado direito dedicado ao Stº Nome de Jesus e Stº António, lateral esquerdo dedicado a Cristo Crucificado e N. Srª da Piedade. A imagem de S. Mamede “(...) *por se demolir a sua igreja veio para esta (...) e no altar do Santo Nome de Jesus, está ereta huma irmandade que terá para cima de oitocentos irmaons, e para os irmaons vivos e defuntos hé o altar preveligiado todas as Segundas feiras*”.⁸⁰³

280

Em 1579 estando feito o retábulo-mor da **igreja de Milheirós de Poiães**, o padroeiro procedeu ao pagamento, assente em dezembro desse ano.⁸⁰⁴ Em setembro de 1582 já estaria pintado, pela mão do pintor António de Figueiredo, quando o mosteiro lhe pagou oito mil réis pela obra.⁸⁰⁵ Este retábulo acabaria por ser substituído entre 1 de julho de 1699 e finais de junho de 1700, quando entre as várias obras feitas e pagas nesse ano, nomeadamente o retábulo de Cristo no próprio Mosteiro de Stª Agostinho da Serra, surge a referência à execução do “*Retabolo de milheiros*”,⁸⁰⁶ entenda-se retábulo-mor, que felizmente se conservou, sendo transferido em 1906 para a nova igreja.

Os retábulos colaterais apresentam a mesma linguagem de finais do século XVII, embora com coroamentos posteriores. Presumivelmente tratar-se-á de uma obra encomendada pelos fregueses, em harmonia com a obra de talha da capela-mor, custeada pelo mosteiro de Stº Agostinho da Serra. Aliás teremos oportunidade, se seguida, de verificar que no caso deste padroado o registo que existe de obra em retábulos colaterais é inteiramente da responsabilidade da freguesia, pelo que o mosteiro se limitaria unicamente à manutenção da

⁸⁰² BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. I, p. 175.

⁸⁰³ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 253-254.

⁸⁰⁴ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. I, p. 100.

⁸⁰⁵ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. I, p. 106.

⁸⁰⁶ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. I, p. 875.

capela-mor e sacristia, bem como do provimento de todo o necessário ao culto, mas não teria participação no corpo da igreja.



79. Retábulo-mor da igreja de S. Miguel de Milheirós de Poiares



80. Interior da igreja de Milheirós de Poiares, c. 1981 (GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte.* Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1981, Est. CXV)



81. Interior da igreja de S. Miguel de Milheirós de Poiares, atualmente

Como verificamos na fotografia da autoria de Nogueira Gonçalves, em meados do século XX existiam na igreja outros retábulos laterais, obra certamente eclética do século XX. Hoje já não existem, foram unicamente preservados os mais antigos.

Em dezembro de 1587 o mesmo mosteiro procedeu ao pagamento da pintura do retábulo-mor da **igreja de Stº André de Canidelo**, ao “*pintor Crasto*”.⁸⁰⁷ Este retábulo terá durado até à primeira metade do século XVIII, o atual já será obra do século XX (com reaproveitamentos de talha do anterior retábulo, sobretudo no que respeita à parte central onde estão colocadas as imagens), possivelmente do período de ampliação da capela-mor.

A 26 de janeiro de 1745 o entalhador Manuel Pereira da Costa Noronha (Porto), ajusta, com os juízes do subsino da igreja de Stº André de Canidelo e os eleitos da freguesia, a obra de talha de dois retábulos colaterais e do frontispício do arco cruzeiro da igreja de Stº André de Canidelo. A obra ficaria concluída em setembro de 1746. O mestre Miguel Francisco da Silva tinha feito a planta e dos vários entalhadores que tinham dado orçamento, o mais baixo foi de Manuel Pereira da Costa Noronha, “(...) *que deu e lançou pela dita obra de entalha cento e setenta mil réis (...)*”, para fazer o retábulo segundo o risco existente.⁸⁰⁸

⁸⁰⁷ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. I, p. 112.

⁸⁰⁸ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. III, p. 467-470.

E fará observar as plantas de um e outro retábulo com os nichos apontados, os quais não terão menos de um palmo de fundo, a cujo fim levará um pilar da parte do vão do arco, fazendo engrossamento para os mesmos retábulos; as sacadas de todos os nichos e farão com grossuras proporcionais que não sejam de couçoeiras, mas sim paus de ametades, que façam as sacadas com relevados; as molduras todas com as sacadas dos seus tornijos, em todo a parte em que as há em altura; banquetta de um palmo de sacada com altura que mostra a planta; o altar, dois palmos e meio de sacada que faz tudo quatro palmos e meio; o que ficar até o degrau é o supedâneo para os sacerdotes porem os pés; o sacrário fará mais alguma sacada no palmo da banquetta para se lhe chegar mais sem encostar no altar. Toda esta obra bem segura, aonde pedir ferros, pregos chumbados, se não apegarão na talha que vai sobre o arco, e necessitar tudo ser bem chumbado, e bem seguro (...).⁸⁰⁹

Esta obra subsistiu. Os retábulos colaterais e o frontispício do arco cruzeiro foram articulados com tal harmonia que surgem como se de uma peça única se tratasse, revestindo completamente a parede onde se inserem.



82. Arco cruzeiro da igreja de Stº André de Canidelo

Em 1751 a igreja tinha “(...) tres Altares, o mayor com a Imagem do Santo Apostolo [André], e dous collateraes, hum de N. S. do Rosario, onde está o Santissimo, e outro de S. Sebastião (...)”.⁸¹⁰ Em 1758, a igreja de Stº André de Canidelo, tinha na capela-mor um

⁸⁰⁹ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. III, p. 469-470.

⁸¹⁰ CARDOSO, P. Luiz – *Diccionario Geografico ou Noticia Historica de todas as cidades, villas «, lugares, e aldeas, rios, ribeiras e serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontram, assim antigas como modernas*. Tomo II. Lisboa: Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1751, p. 423.

retábulo em talha dourada com tribuna, que o documento dá a entender que seria obra recente, assim como eram os retábulos colaterais em talha dourada e todas as imagens que tinham sido *feitas e encarnadas de novo*:

Tem tribuna e capella mor toda dourada, na parte da Epistula e dous altares colletarais também dourados. Na parte do Evangelho tem no meio Nossa Senhora do Rozario e das ilhargas Senhora do Rozario pequena e Santo Antonio e da outra parte do meio, Santa Anna e das ilhargas São Jozé e São Sebastião. Todas as imagens feitas e encarnada de novo e a igreja foi feita no anno de 1738.⁸¹¹

Efetivamente no retábulo do N. Sr^a do Rosário ainda hoje se encontra a representação de uma sagrada custódia ao nível do sacrário, enquanto no retábulo colateral, hoje dedicado a St^o António e às almas do Purgatório, esse espaço é aberto e serve de nicho. Se em 1751 o Santíssimo Sacramento se encontrava no retábulo colateral de N. Sr^a do Rosário, a partir do momento que a capela-mor recebe tribuna certamente seria o retábulo-mor a acolher o Santíssimo Sacramento.

Embora sem documentação que o prove, sendo a capela-mor uma obrigação do padroeiro, terá certamente, por esta época, havido uma encomenda de novo retábulo-mor, pago pelo Mosteiro de St^o Agostinho da Serra. Através da descrição de 1758 subentende-se a existência de retábulos novos, não só no arco cruzeiro, mas também na capela-mor, com a indicação de 1751 parece-nos possível que o retábulo-mor tenha sido executado ou pelo menos concluído depois dos colaterais.

Relativamente à **igreja de St^a Maria Madalena**, a 18 de setembro de 1741, na Casa do Despacho do Mosteiro de St^o Agostinho da Serra, perante representantes da unidade monástica e da Confraria do Santíssimo Sacramento da igreja de St^a Maria Madalena, tendo o mosteiro mandado “(...) *fazer de novo um retábulo na capela-mor da dita sua igreja da Madalena por lhe pertencer essa obrigação, como Padroeiros e Senhores, dos dízimos dela, chegaram a se pôr em preço o dito retábulo e ajustado com o mestre entalhador em trinta e três mil e seiscentos réis (...)*”, e sabendo disto a freguesia e Confraria do Santíssimo Sacramento da igreja da Madalena, considerando que tinham obrigação “(...) *de concorrerem para todo o culto do Santíssimo Sacramento, e que, para maior veneração deste Senhor nas ocasiões em que se expõe, era mais conveniente fazerem uma tribuna de madeira entalhada*

⁸¹¹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 759.

(...)”, pediram autorização ao Mosteiro de Stº Agostinho da Serra para fazerem uma tribuna nesse retábulo. As despesas relacionadas com a tribuna seriam pagas pela freguesia e Confraria do Santíssimo Sacramento. O mosteiro autorizou e pediu-lhes que ajustassem com o entalhador do retábulo que “(...) *se acha hoje quase de todo assentado* (...)”. A freguesia e confraria asseguraria dali por diante toda a manutenção necessária à tribuna, “(...) *conservar e guarnecer e reparar de tudo o necessário e em todo o tempo do mundo a dita tribuna e o que disser respeito a ela* (...)”, ficando o mosteiro obrigado unicamente à conservação do retábulo, sem a tribuna, e se a tribuna “(...) *se chegar a arruinar* (...)”, sem que os fregueses e confraria a queiram reparar, serão, os fregueses e Confraria do Santíssimo Sacramento, obrigados “(...) *a compor o lugar que a dita tribuna estiver ocupando, reduzindo ou acrescentando o que for necessário para ficar em forma de retábulo, (...) de maneira que fique o retábulo perfeito e com boa correspondência e perfeição* (...)”, e se o retábulo estiver dourado ou pintado o acrescento será trabalhado de acordo com o restante, porque terminado, já sem tribuna, passará a ser unicamente da responsabilidade do mosteiro.⁸¹² Apesar de se referir ao entalhador não diz o seu nome.

284

A propósito deste contrato, é referido que o facto de a tribuna ficar na capela-mor, que pertencia ao padroeiro, não seria impedimento para esta partilha de encargos, porque “(...) *da mesma sorte também lhes pertence a eles fregueses por costume antiquíssimo toda a despesa do azeite da lâmpada que arde na mesma capela-mor diante da Santa Padroeira, e somente o custo da dita alâmpada, sem a despesa do azeite, pertence ao dito Mosteiro* (...)”.⁸¹³ Estamos perante a mesma solução que já vimos ser aplicado pelo Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria, as despesas menores ficariam a cargo dos fregueses.



83. Arco cruzeiro e capela-mor da igreja de Stª Maria Madalena

⁸¹² BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. III, p. 392-396.

⁸¹³ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. III, p. 394-395.

Neste contrato é ainda referido que a parte do pagamento que cabia ao mosteiro foi entregue ao juiz da confraria para que este tratasse diretamente com o entalhador. Se recordarmos o que já dissemos sobre a perda da residência de S. Martinho de Anta, em que este mosteiro também terá entregue ao pároco o dinheiro necessário para efetuar o pagamento, parece-nos que seria neste padroado prática corrente.

Sobre os retábulos colaterais e o frontispício do arco cruzeiro não temos documentação, mas é de destacar o facto de existirem duas igrejas, no mesmo padroado, com a mesma solução para a parede do arco cruzeiro, mais uma vez estamos perante dois retábulos colaterais com nichos bem marcados na estrutura retabular e que em harmonia com o frontispício do arco cruzeiro revestem por completo este pano. Pelos motivos já apontados anteriormente, deve tratar-se de uma obra custeada pela freguesia, tratando-se de uma obra contemporânea do retábulo-mor, não só pelas características formais, mas igualmente pela referência de 1758 ao *douramento ao moderno* dos três retábulos:

*Tem a igreja três altares. No altar mor está o Sacrario, na tribuna hua imagem de Christo Crucificado, da parte do Evangelho Santa Maria Magdalena e da parte da Epistola São Thomé; em hua coleteral da parte Direita tem Nossa Senhor da Purificação, São João Baptista e São Sebastião e no coleteral da parte Esquerda, Nossa senhora do Rozario, São José e Santa Anna. Estão estes altares dourados ao moderno e as imagens decentes e perfeitas.*⁸¹⁴

285

As capelas não estão no âmbito do nosso trabalho, mas, importa referir que em 1568 o Mosteiro de Stº Agostinho da Serra construíram, na freguesia de Canidelo a Capela de S. Paio. A obra de pedraria ficou a cargo de Gaspar de Braga e a de carpintaria a João Rebelo. em dezembro de 1569 pagaram “(...) quatro mil rs de hua Image de sã paio q. se fez em Coimbra” e “(...) mais setecentos rs de trazere a dita Image de Coimbra E mil e duzentos de a dourare E ecarname”.⁸¹⁵

Se nas igrejas o mosteiro de Stº Agostinho da Serra ficava unicamente pela manutenção da capela-mor e sacristia, no caso da capela de S. Paio, assumiram a construção de toda a capela. O mesmo vimos acontecer no padroado do Mosteiro de S. Salvador de Grijó, na capela

⁸¹⁴ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 766.

⁸¹⁵ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. I, p. 75.

de N. Sr^a de Fontes em Serzedo, construída a expensas do padroeiro e para a qual também foi encomendada uma imagem a um escultor “coimbrão”, João de Ruão.

6.4. A Ordem dos Ermitas Calçados de St^o Agostinho e o Padroado da Igreja de St^o Isidoro de Romariz

A Igreja de St^o Isidoro de Romariz, como já vimos passou em 1551 a ser padroado da Ordem dos Ermitas Calçados de St^o Agostinho, primeiramente ligada ao Colégio da Graça de Coimbra, tendo transitado para o Convento de S. João Novo (Porto) depois de 1762, antes de junho de 1766.

Em 1769 a Igreja de St^o Isidoro de Romariz é descrita da seguinte forma:

*A Igreja está munto aruinada, e tudo o mais, excepto os Retabolos: A Sachristia hé má, e com varias faltas. A Rezidencia hé grd^e, mas munto aruinada. Tem esta Igr.^a 5 Altares.*⁸¹⁶

286

Estas alterações de tutela terão sido certamente determinantes para a igreja e a residência paroquial se encontrarem bastante arruinadas em 1769. O edifício é descrito em 1758 e 1769, com cinco altares dedicados ao Santíssimo Sacramento, N. Sr^a do Rozário, St^o Nome de Jesus, St^a Ana e Sr. Crucificado, onde estava ereta a irmandade das Almas, sob a proteção de N. Sr^a do Amparo.⁸¹⁷

A 19 de outubro de 1864, o visitador, P. Crispim Augusto Correia Basto encontra esta igreja:

(...) muito decente com especialidade na Capella-mor; todos os altares tem pedras d'ara sagradas, e com reliquias as do altar de Nossa Senhora do Rozario e do Menino; tem thuribulo e naveta de prata, um vazo do Viatico tambem de prata, uma Custodia muito boa, os paramentos estão todos em muito bom estado assim os de uso como festivaes, tem dous cálices de prata e um ambula dos santos óleos,

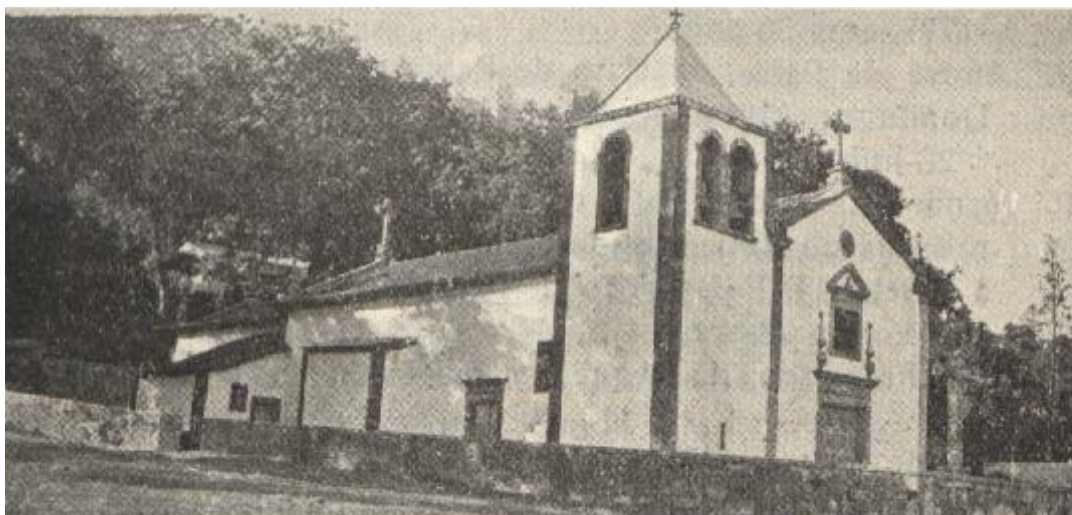
⁸¹⁶ AP - Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769, fl. 19v.

⁸¹⁷ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 399.

*e um bom palio, e bem assim duas umbelas muito decentes. Administrou-se o Sacramento da Confirmação concorrendo muito povo.*⁸¹⁸

O edifício teria sido construído em 1607, como indica o pároco Henrique Fernandes Tavares, no *relatório do movimento religioso da Diocese do Porto*, estando por esta altura a igreja novamente devastada: “A Igreja é de uma só nave, pobre de arquitetura e actualmente ameaça ruína. (...) A Igreja tem no frontispício a data de 1607”.⁸¹⁹

Depois de 1922/1923 terá sido demolida, iniciando-se a construção do novo edifício em 1929 e sendo sagrado a 27 de junho de 1931⁸²⁰, com cinco altares dedicados ao Santíssimo Sacramento, N. Sr^a do Rosário, N. Sr^a de Fátima, Sagrado Coração de Jesus e Sr. Crucificado.⁸²¹ Nota-se que, exceto a recentíssima devoção a N. Sr^a de Fátima, as restantes inovações já eram titulares nos retábulos antigos.



84. Antiga igreja de Stº Isidoro de Romariz, demolida na década de 1920 (SANTOS, P. M. Fernandes dos – *A Minha Terra. Breves apontamentos sobre Romariz*. Porto: Tip. Sociedade e Papelaria, 1940, p. 266)

O atual edifício, em 1996, sob projeto do Arq. Alberto Soppa Campos e do Engº Joel Joaquim Sousa Rocha, entre diversas obras de manutenção foi ampliado no coro-alto e no presbitério.⁸²²

⁸¹⁸ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Illº Rº Abadde de Stª Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 71-71v.

⁸¹⁹ *Relatório do Movimento Religioso da Diocese do Porto. Ano de 1922-23*. Porto: Tip. Medico, 1924, p. 143.

⁸²⁰ SANTOS, P. M. Fernandes dos – *A Minha Terra. Breves apontamentos sobre Romariz*. Porto: Tip. Sociedade e Papelaria, 1940, p. 234 a 235.

⁸²¹ AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954, Romariz.

⁸²² AEP – Proc. 754.

Por se tratar de um edifício construído depois da extinção dos padroados e não existirem vestígios da igreja anterior, não temos elementos que nos permitam perceber a influência dos padroeiros no património artístico da paróquia de Romariz. A este facto acresce a escassez de documentação que até ao momento nos foi possível encontrar sobre este edifício.



85. Atual igreja de Stº Isidoro de Romariz



7. PADROADO DA ORDEM DE MALTA

7.1. A Comenda de Rio Meão⁸²³

Em 1210⁸²⁴ D. Sancho I, legou a D. Mafalda, sua filha, os Mosteiros de Bouças e de Arouca, a herdade de Seia, que fora de sua mãe, e avultadas somas pecuniárias. Obtendo de seu pai licença para dar Bouças e outras vilas da sua herança por esmola a quem entendesse, D. Mafalda fê-lo em benefício da Ordem de São João Batista do Hospital de Jerusalém de Malta, ficando com o uso-fruto enquanto vivesse⁸²⁵.

Após a morte de D. Sancho I, D. Afonso II, seu filho, impugnou o testamento, mormente devido às importantes propriedades deixadas às suas irmãs Teresa e Sancha. Mafalda apartou-se rapidamente deste diferendo, entregando Bouças, São Salvador e Vilar de Sande à Ordem de Malta, em troca do usufruto da Comenda de Rio Meão durante a sua vida⁸²⁶. Mafalda faleceu em 1256⁸²⁷ e a comenda passou a ser administrada pela Ordem de Malta.

Segundo D. Rodrigo da Cunha, no ano de 1232, o bispo do Porto, D. Pedro Salvadores, fez uma Concórdia com os freires Comendadores relativa às Procurações, Colheitas e Apresentações das igrejas da Ordem de Malta no bispado do Porto, referindo, entre outras, às Igrejas de Rio Meão, Arada e Maceda⁸²⁸. Contudo, não sabemos se as Igrejas de Arada e Maceda seriam por esta altura anexas a Rio Meão, vínculo documentado na Chancelaria de D. Afonso IV, no ano de 1337⁸²⁹.

⁸²³ Este assunto já foi sumariamente abordado numa comunicação nossa intitulada *A Comenda de Rio Meão, da Ordem de Malta: Elementos para o estudo do Património Artístico das Igrejas do seu Padroado na Época Moderna*, apresentada no IV Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna, realizado de 4 a 6 de junho de 2015, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (<http://ejihm2015.weebly.com/>)

⁸²⁴ PINA, Rui de – *Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Sancho I, segundo rey de Portugal*. Lisboa: Officina Ferreyriana, 1727, p. 51.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal [1080-1415]*. 6ª ed. Braga: Verbo, 2001, p. 115.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Mosteiro de Arouca. Do século X ao século XIII*. 2ª ed. Arouca: Câmara Municipal de Arouca e Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988, p. 39.

⁸²⁵ VENTURA, Fr. Fortunato de S. Boa – *Memórias para a vida da Beata Mafalda*. Reedição com introdução e notas de D. Domingos de Pinho Brandão. Arouca: Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 2008, p. 24-25.

⁸²⁶ RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo – *Nova história da militar Ordem de Malta, e dos senhores Grão-Priores della, em Portugal: fundada sobre os documentos, que só podem supprir, confirmar, ou emendar o pouco, incerto, ou falso, que della se acha impresso; servindo incidentemente a outros muitos assumptos, com geral utilidade*. Vol. I. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800, p. 234-235.

⁸²⁷ VENTURA, Fr. Fortunato de S. Boa – *Memórias para a vida da Beata Mafalda*... p. 105.

⁸²⁸ CUNHA, D. Rodrigo da – *Catalogo & Historia Dos Bispos do Porto*. Porto: João Rodriguez. Impressor de sua Senhoria, 1623, cap. X, p. 83.

⁸²⁹ RODRIGUES, David Simões – *Rio Meão – A Terra e o Povo na História*. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal da Feira e Junta de Freguesia de Rio Meão, 2001, p. 56.

Em 1623, D. Rodrigo da Cunha ao descrever a Comarca da Feira diz: “*Tem tambem a Religião de Malta nesta Comarca, a Igreja de Sant-Iago de Rio Meão, com as suas annexas, S. Pedro de Muceda, e S. Martinho de Arada (...).*”⁸³⁰

A documentação setecentista refere-se a Rio Meão (Santa Maria da Feira), umas vezes, como comenda independente ou, outras, unida a Rossas⁸³¹ (Arouca) e a Frossos (Albergaria-a-Velha).

Já no século XVII, Frei Lopo Pereira de Lima era Lugar Tenente da Ordem de Malta, Grão Prior do Crato, Bailio de Leça do Conselho de Sua Majestade, Comendador das Comendas de Rossas, Frossos, Rio Meão, Távora, Santar e Aboim, tendo falecido a 31 de março de 1681, como referia a lápide tumular descrita por António do Carmo Velho de Barbosa,⁸³² numa obra dedicada a Leça do Balio, onde se percebe que alguns bailios de Leça, no século XVII, eram detentores de diversas comendas em simultâneo.⁸³³

Em 1702 os mestres entalhadores Manuel da Fonseca e João da Fonseca, assinam um contrato de obrigação e fiança com o “**Frei Gabriel de Castilho, Comendador das Comendas de Rossas, Frossos e Rio Meão**”⁸³⁴. Em 1715 o pintor Manuel Pinto Monteiro faz contrato de obrigação com Frei Filipe de Távora e Noronha, Bailio de Leça e Comendador de Rossas e de Rio Meão⁸³⁵. Os livros de Visitações das freguesias de Rio Meão (1718-1831)⁸³⁶ e de Maceda (1723-1800)⁸³⁷ fazem menção ao Comendador da Comenda de Rio Meão. Em 1793 dá-se a desagregação oficial das Comendas, passando cada uma a responder por si⁸³⁸.

Perante a análise documental e considerando a referência explícita do contrato de 1702, parece-nos que o Comendador de Rio Meão, ao longo do século XVIII, foi também Comendador das Comendas de Rossas e Frossos. Porém, exceto algumas situações específicas como veremos nas obras de talha, e pese embora o responsável fosse o mesmo, respondia por

⁸³⁰ CUNHA, D. Rodrigo da – *Catalogo & Historia...*, cap. XXXIV, p. 250-251.

⁸³¹ O mesmo relata D. Domingos de Pinho Brandão relativamente a Rossas. BRANDÃO, Domingos de Pinho – *Rossas de Arouca. Subsídios para a sua História. Os Limites da Freguesia*. Porto: Edição de autor, 1963, p. 6.

⁸³² BARBOZA, António do Carmo Velho de – *Memoria historica da antiguidade do mosteiro de Leça, chamada do Balio; da Ordem a que pertenceu, das diferentes alterações, que teve, e dos primitivos povos, que por estes sítios habitaram*. Porto: Casa de Ignacio Corrêa, Editor e Livreiro, 1852, p. 45.

⁸³³ Para além de Frei Lopo Pereira de Lima, também **Frei Diogo de Melo Pereira**, era Lugar Tenente da Ordem de Malta, Bailio de Leça do Conselho de Sua Majestade, Comendador das Comendas de Poiães, Moura Morta, Veade, Torres Vedras e Torres Novas, faleceu a 26 de agosto de 1666. Para além destes são enumerados vários Bailios de Leça, com cargos acumulados. (BARBOZA, António do Carmo Velho de – *Memoria histórica...*, p. 46.)

⁸³⁴ BRANDÃO, Domingos de Pinho – *Obra de Talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na Cidade e na Diocese do Porto*. Vol. II. Porto: Edição de autor, 1985, p. 150.

⁸³⁵ BRANDÃO, Domingos de Pinho – *Obra de Talha...* Vol. II..., p. 442.

⁸³⁶ APRM – *Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831*.

⁸³⁷ APM – *Livro dos Capitulos das Vezitas desta Igreja de S. Pedro de Maceda, que he da Sagrada Religião de Malta, 1723 a 1800*.

⁸³⁸ RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo – *Nova história da militar Ordem de Malta...* Vol. I..., p. 392.

cada Comenda individualmente, como servem de exemplo todos os capítulos de visita feitos nas freguesias de Rio Meão e Maceda, nos quais se preconiza e/ou glorifica exclusivamente o denominado “comendador de Rio Meão”. Em 1793 esta situação veio a clarificar-se de forma irrefutável.

A Ordem de Malta foi a primeira ordem militar documentada em Portugal, que tendo recebido de D. Afonso Henriques o couto de Leça, estabeleceu no primitivo mosteiro, sede de um bailio, a casa capitular da Ordem, transferida em 1340 para o Priorado⁸³⁹ do Crato⁸⁴⁰. Logo, a Comenda⁸⁴¹ de Rio Meão, pertencia à jurisdição de Leça do Balio, tendo à frente dos seus domínios, regra geral, um religioso, cavaleiro, compensado pelos seus préstimos à Pátria, e era constituída por três igrejas.

A Igreja de São Tiago de Rio Meão datará possivelmente da segunda metade do século XV, sendo o edifício religioso mais antigo do atual concelho de Santa Maria da Feira⁸⁴². Da igreja primitiva chegou até aos nossos dias o corpo longitudinal, com portal axial e duas portas travessas. A capela-mor e a torre são obra oitocentista. Quanto aos retábulos, embora de traça setecentista, foram bastante alterados.

Relativamente às igrejas anexas, devemos destacar na Igreja de São Martinho de Arada a reconstrução do templo na primeira metade do século XVIII, com cruz da Ordem de Malta na fachada, e na Igreja de São Pedro de Maceda, o reaproveitamento do existente no edifício construído a partir de 1918, para substituir a primitiva matriz, transferindo os dois retábulos colaterais e reutilizando alguma cantaria antiga, nomeadamente a cruz da Ordem de Malta. Importa salientar que na data de construção da nova igreja paroquial a cruz da Ordem de Malta esteja presente sobre o portal principal, embora, aquando da construção no novo templo, já se tenha extinguido a comarca há 84 anos.

As três igrejas que outrora pertenceram ao padroado da Comenda de Rio Meão, refletem, traços comuns, visíveis no espaço artístico arquitetónico e decorativo, cuja orientação comum se justifica pela sua pertença à Ordem de Malta.

⁸³⁹ “Os Hospitalários presentes no nosso reino estavam integrados num Priorado, isto é, numa unidade administrativa, com fins predominantemente económicos, presidida por um Prior, que era o responsável máximo pelo governo da Ordem a este nível.” COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto - A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade. In FONSECA, Luís Adão da (dir.) – *Militarium Ordinum Analecta*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida. Nº 3/4 (1999-2000), p. 98.

⁸⁴⁰ Na sequência da Batalha do Salado e após a doação dos extensos domínios do Crato, por D. Sancho II, em 1232, à Ordem de Malta.

⁸⁴¹ “De forma sintética, a origem das comendas esteve relacionada sobretudo com necessidades de foro administrativo e com exigências de gestão de um património vasto e disperso.” COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto – As Comendas: enquadramentos e aspectos metodológicos. In FONSECA, Luís Adão da (dir.) – *Militarium Ordinum Analecta*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida. Nº 11 (2009), p. 11.

⁸⁴² GONÇALES, António Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Aveiro, Zona Norte*. Lisboa: Academia de Belas Artes, 1981, p. 99.

7.1.1.Arquitetura

A 14 de novembro de 1718, o visitador descreve a **Igreja de São Tiago de Rio Meão**, como um edifício de “*boa fábrica*”⁸⁴³, sendo unicamente necessário reparar o telhado de toda a igreja e sacristia e garantir a segurança dos sinos, obra que ficaria a cargo do comendador:

Constounos que chove mtº na Igreja por se acharem danificados os telhados e carcomidas as armações de madeira. Se passa que esta obra e outras semelhantes se fazem percarias por mt^{as} condenaçoins. Mandamos ao Reverendo Senhor Comendador que em tempo acomodado mande retelhar toda a Igreja e Sanchristia como tambem reparar de madeira os telhados, as arcadas do choro, e a cobertoura da Pia Baptismal.

*Sendo os dous sinos desta Igreja de excelentes vozes estando o grande em perigo de se quebrar e se partir pelo meio o varal de ferro em que se sustentava (...) mandamos ao Comendador que (...) mande fazer hum varal de ferro novo para o sino grande, e que ambos se proveja do necessario para que fiquem seguros.*⁸⁴⁴

294

A 18 de janeiro de 1723, as referidas obras estavam feitas “(...) e a Igr^a bem servida quanto a obrigação do Parocho (...)”,⁸⁴⁵ mas a 1 de outubro de 1726 o visitador dá conta de um dos sinos que caiu da torre e manda que o comendador o coloque na torre com a devida segurança.⁸⁴⁶ A 15 de fevereiro de 1730 já “(...) esta Igr^a necessita de alguãs obras q^e se fazem presizam^{te} neces^{as} (...)”, que deveriam ser feitas pela comenda.⁸⁴⁷ A 5 de abril de 1732 o visitador manda que a comenda garanta a manutenção do telhado e do forro da capela-mor, e adquira os ornamentos necessários ao culto.⁸⁴⁸ A 14 de outubro de 1735 ainda nada tinha sido cumprido, faltavam paramentos, os sinos continuavam em perigo de cair da torre e as portas não tinham a necessária segurança.⁸⁴⁹ A 13 de outubro de 1738, a situação mantinha-se:

⁸⁴³ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl.2v.

⁸⁴⁴ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl.3.

⁸⁴⁵ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 8v-9.

⁸⁴⁶ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 13.

⁸⁴⁷ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 15.

⁸⁴⁸ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 17.

⁸⁴⁹ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 19.

*Na vizita passada se mandou por Capitulo avizassem os Reverendos Procuradores desta Comenda ao Reverendo Senhor Commendador pera que com o seu custumado zello acudisse a mandar fazer algumas obras necessárias pera o culto Divino (...) e porque na prezente vizita não acheys satisfeito em couza alguã o dito Capitulo, havendo mediado o decurso de tres annos, não sey a quem possa attribuir esta ommissão se será cauçada da falta de avizo e noticia q^e deyxem de fazer os ditos Reverendos Procuradores, por quanto tem o por certo que o Venerando Senhor da sua parte não faltaria em prover couza tão precisa, por ser em tudo o mais zellozo, e perfeito; por tanto ordeno se lhe faça novo avizo com a noticia do cap^o da antecedente vizita, e da prezente (...)*⁸⁵⁰

A 21 de agosto de 1741, o visitador recomenda pela terceira vez “ao R^{do} Parocho”⁸⁵¹ que avise o comendador sobre as obras necessárias na igreja,⁸⁵² porém, a 29 de dezembro de 1743 a situação mantinha-se.⁸⁵³

Depois de todas estas advertências, que se prolongaram durante cerca de 19 anos, em fevereiro de 1745, por achar a igreja em deplorável estado o visitador manda que a comenda garanta as seguintes obras:

(...) se lhe faça o teto de novo (...) se ponham vidrasas em todas as frestas (...) se fação portas novas p^a a principal e travessas chumbadas (...) se concerte a Pia Baptismal (...) se ponha hua coluna na trave do coro no lugar da q^e cobrou e cahio segurando-a, e juntam^{te} a outra q^e ainda está em pé com algum ferro (...) se concerte o altar coleteral do Senhor Jesus chegando o retabolo a parede e segurando-o com alguãs escapulas de ferro chumbadas na mesma parede (...) se concerte o forro e solho da Sanchristia (...) se segure a porta q^e saihe da sanchristia p^a o adro pondolhe hum ferrolho por dentro.

Item a tendendo a q^e o frontispicio desta Igr^a não he capas de sustentar o camapanario dos dous sinos (...) se faça hua torre com a segurança e altura necessaria (...) se concerte o d^o frontispicio pondo-lhe hua crus de malta vazada

⁸⁵⁰ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 24-24v.

⁸⁵¹ Esta referência dá-nos a entender que o procurador da comenda seria, presumivelmente, o próprio pároco de Rio Meão.

⁸⁵² APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 27.

⁸⁵³ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 29v.

*no meyo, e duas piramedes nos lados tudo no termo de tres meses excepto a torre, armação e forro q^e se fará dentro de hum anno.*⁸⁵⁴

Em 1748, o visitador louva o pároco pelo zelo que dedica à direção da freguesia e recomenda “(...) *faça toda a deligencia p^a aplicar as obras desta Igr^a capituladas na vizita geral, e faça cumprir os capp^{os} das visitas passadas (...)*”.⁸⁵⁵ A palavra “aplicar” evidencia o apuro que se deve ter nas obras, presumivelmente em execução.



87. Igreja de S. Tiago de Rio Meão, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Rio Meão)

Na visita seguinte, de 1751, nada se refere em relação à igreja. A 7 de maio de 1756 a igreja apresentava-se “(...) *belamente ornada e paramentada p^{lo} grande zello, e pied^e do Snr. Comm^{dor} (...)*”.⁸⁵⁶

Portanto, com novo Comendador à frente da Comenda de Rio Meão, e perante o estado ruinoso e indecente da igreja, decide-se acatar as exigências do Visitador, consequentemente, em 1766, o visitador faz uma síntese reportando-se ao cenário vivido e ao estado atual do templo, quanto às obras custeadas pelo comendador de Rio Meão:

*Achousse esta Igreja em deploravel estado no tempo da vizita geral*⁸⁵⁷ *passada, mas porque o actual Commendador não só mandou satisfazer e cumprir os*

⁸⁵⁴ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl.31-31v.

⁸⁵⁵ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 36.

⁸⁵⁶ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 43.

⁸⁵⁷ A **Vizita Geral** tinha sido em 1745. Através do livro de Visitações de Rio Meão, percebemos que existiam dois tipos de visita, a geral com dois visitantes e a normal com um visitador enviado pelo Grão-Prior do Crato.

*capitullos presentados nella, mas excedeo exuberantemente não só em obras mas em ornamentos; achasse tudo hoje com aceio, grandeza e edificassão (...).*⁸⁵⁸

Após esta obra de grande monta a Igreja manteve o asseio, sem necessitar de grandes intervenções. Situação que se manteve pelo menos até 1864, quando o P. Manuel de Pinho Almeida Cruz, a visitou declarando que “*a Igreja é pequena, muito antiga, precisa d’alguns reparos e de ser caiada p’ dentro (...)*”.⁸⁵⁹ Entre 2009 e 2010 o edifício, retábulos e imaginária, foram submetidos a uma intervenção de conservação e restauro pela empresa Dalmática.⁸⁶⁰

O facto de já em meados do século XIX ser considerada pequena fez com que em 1993 fosse feito o projeto para a nova igreja de Rio Meão, da autoria do Arquiteto Ludgero Barreira Ramos de Castro, de Santa Maria da Feira. O projeto foi aprovado em 1994 pela diocese do Porto,⁸⁶¹ o lançamento da primeira pedra ocorreu a 18 de maio de 1997 e a inauguração do edifício a 9 de dezembro de 2000.⁸⁶² O novo edifício encontra-se junto à igreja antiga, sendo esta considerada a *igreja matriz* e o novo templo a *igreja paroquial*.

A 24 de janeiro de 1723, a **Igreja de São Pedro de Maceda**, modesta, presumivelmente de traço românico⁸⁶³, tinha uma capela-mor bastante escura com “*(...) huma pequena fresta que por cauza do vento cazona no altar grande dispendio de sera e pode cazonar mº mais grave perigo*”, sendo necessário que a comenda tratasse de lhe colocar uma vidraça.⁸⁶⁴ A 22 de outubro de 1724 ficamos a saber que a igreja tinha um único sino que se encontrava “*(...) em perigo de se quebrar por lhe faltarem algumas cunhas (...)*”, reparação que deveria ser feita pelo pároco.⁸⁶⁵

A 8 de outubro de 1732, a igreja de Maceda apresentava-se incapaz de albergar toda a população:

⁸⁵⁸ APRM – *Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igrª. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta*, 1718-1831, fl. 50v-51.

⁸⁵⁹ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Illº Rº Abadde de Stª Maria de Vallega, 1824-1864*, liv. 088, fl. 79.

⁸⁶⁰ BARBOSA, Rui (dir.) – *Igreja Matriz. Paróquia de Rio Meão [S. Tiago]. Registos de uma intervenção*. Lousada: Dalmática, 2010.

⁸⁶¹ AEP – Proc. 523; AEP – Proc. 731.

⁸⁶² Conforme placas comemorativas existentes junto ao portal de acesso à igreja.

⁸⁶³ Segundo informação oral na década de 1990 ainda existiam pessoas que se lembravam de ver os cachorrões da antiga igreja. (SÁ, Carlos; BARBOSA, Manuel – *História. Vila de Maceda*. [s/l]: Junta de Freguesia de Maceda, 2000, p. 7.)

⁸⁶⁴ APM – *Livro dos Capitulos das Vezitas desta Igreja de S. Pedro de Maceda, que he da Sagrada Religião de Malta*, 1723 a 1800, fl. 2.

⁸⁶⁵ APM – *Livro dos Capitulos das Vezitas desta Igreja de S. Pedro de Maceda, que he da Sagrada Religião de Malta*, 1723 a 1800, fl. 5.

(...) por se achar hoje tam numeroza na cabem só os homens na Igreja E nas ocazioins de festas estão nella Com muita presão e requerendo se lhe a largue a Igreja (...) p.^a nella Estarem com milhor comedo louvando a Deos na sua caza e por nos constar que ja se falou nesta obra ao Sr. C. Sancho Manoel de Vilhena como adeministrador desta Comenda he que elle mostrava bem der.^o he dera boas esperansas de fazer a dita obra, so lis fizemos ao Re.^{do} dos freguezes com lhe dizer que o D.^o Senhor podera vir breve m.^e a Comenda he que a elle podem repelidar suas suplicas que por serem tam justas e prontas poderão ser bem despachadas.

866

Em 1738 nada havia sido feito.⁸⁶⁷ e em 1741 o edifício apresentava-se profundamente arruinado, sendo descrito como o mais arruinado do distrito da relação da cidade do Porto, devendo o comendador de Rio Meão mandar reedificá-la:

298

Nas paredes solho e teto principalm.^{te} na cappella mayor e sanchristia q se não pode considerar em mais miserável estado sendo tão piquena que nella não cabe a terssa parte do povo de que resulta ouvir Missa a mayor parte delle de fora della achava caso de ou ficar sem missa, e por este miseravel estado sem duvida procedeu da falta de noticia e conhecimento q delle tem o Ven.^o S.^{or} Comendador; Recomendamos m.^{to} ao R.^{do} Parocho e seus Procuradores lhe fassão logo huã viva representação do estado p.^a q. inteirado delle a mande logo reedificar de novo como esperamos do seu grande zello certificando-lhes q em todo o districto da Nossa Jurisdição não pode haver Igreja mais arruinada, e q mais necessite de reedificassão, e segurança por não ter alguã nas portas nem tilhados.⁸⁶⁸

A 30 de dezembro de 1743 o visitador manda que se o comendador proceda à arrematação da obra dentro de três meses.⁸⁶⁹ Em 1745 estava a igreja em pleno processo de reedificação:

⁸⁶⁶ APM – Livro dos Capitulos das Vezitas desta Igreja de S. Pedro de Maceda, que he da Sagrada Religião de Malta, 1723 a 1800, fl.8v-9.

⁸⁶⁷ APM – Livro dos Capitulos das Vezitas desta Igreja de S. Pedro de Maceda, que he da Sagrada Religião de Malta, 1723 a 1800, fl.12v e 13.

⁸⁶⁸ APM – Livro dos Capitulos das Vezitas desta Igreja de S. Pedro de Maceda, que he da Sagrada Religião de Malta, 1723 a 1800, fl.15v.

⁸⁶⁹ APM – Livro dos Capitulos das Vezitas desta Igreja de S. Pedro de Maceda, que he da Sagrada Religião de Malta, 1723 a 1800, fl. 17.

Atendendo a necesid.^e desta Igr.^a mandamos se continue com todo o calor nas obras della aperfeiçoando-se e de pedrarias e madeiramentos q devem ser de castanho, e pondoce-lhe vidrasas com suas redes de arame em todas as frestas e concluda e forrada (...) y se peça hua sanchristia correspondente pondoce-lhe hum lavatório de pedra (...) tudo no termo de hum anno a custa dos fructos sequestrados como tambem hua Pia Baptismal com sua ta[m]pa e fechadura,, e tres confesionarios, pulpito e coro.⁸⁷⁰

Neste mesmo ano de 1745, como já vimos, estava a Igreja de Rio Meão bastante indecente e só na visita de 1748 o visitador louva as obras em curso na Igreja de São Tiago de Rio Meão.

Foi igualmente no ano de 1748, a 4 de maio, que o visitador da Igreja de S. Pedro de Maceda à semelhança do que vimos em Rio Meão, manifestou grande entusiasmo pela forma como decorriam as obras:

Louvamos m.^{to} ao R.^{do} Parocho e seus freguezes o grande zello com q. p.^a sua g.^e se tem aplicado a a reedificassão desta Igr.^a q não só resulta em honra de Deos, mas tambem vredito desta freg.^a e esperamos continuem com elles lhe de todo se concluir, e q com o mesmo zello aperfeisoem suas Almas por ser templo vivo de mesmo Senhor de de (sic) q temos huã grande esperança p.^o bom procedimento q. em todo observamos.⁸⁷¹

Segundo David Simões Rodrigues, em 1745 já Fr. António Manuel de Vilhena tinha assumido a Comenda⁸⁷², sucedendo a seu pai⁸⁷³, D. Sancho Manuel de Vilhena⁸⁷⁴, o que nos indica que terá o novo Comendador assegurado todas as obras necessárias na Comenda de Rio Meão, por isso, encontramos estas igrejas a serem reedificadas quase em simultâneo.

⁸⁷⁰ APM – *Livro dos Capitulos das Vezitas desta Igreja de S. Pedro de Maceda, que he da Sagrada Religião de Malta*, 1723 a 1800, fl.19.

⁸⁷¹ APM – *Livro dos Capitulos das Vezitas desta Igreja de S. Pedro de Maceda, que he da Sagrada Religião de Malta*, 1723 a 1800, fl. 25-25v.

⁸⁷² RODRIGUES, David Simões – *Rio Meão – A Terra e o Povo na História*. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal da Feira e Junta de Freguesia de Rio Meão, 2001, p. 88.

⁸⁷³ RODRIGUES, David Simões – *Rio Meão – A Terra e o Povo na História...*, p. 87.

⁸⁷⁴ Como já transcrevemos, em 1723, segundo o livro de Visitações de Maceda, já era Comendador da Comenda de Rio Meão.

Daí por diante em todas as visitas à igreja de S. Pedro de Maceda só houve lugar para louvar o grande zelo e asseio em que se encontrava a igreja.⁸⁷⁵ Em finais do século XIX, a Igreja de Maceda, deveria encontrar-se novamente em ruínas, por isso, foi demolida e substituída pela construção atual, realizada pelo mestre de obras Manuel Soares de Almeida, de Arada (Ovar), entre 1918 e 1928.⁸⁷⁶

Poucos anos antes das reformas setecentistas de Maceda e Rio Meão, encontramos a reedificação da **Igreja de São Martinho de Arada**, que pela sua configuração estilística nos remete para a primeira metade do século XVIII, e efetivamente o edifício encontrava-se em processo de obras de pedraria em 1732⁸⁷⁷, de pintura em 1760⁸⁷⁸ e na sacristia em 1786⁸⁷⁹.

Apesar da única documentação, deste período, encontrada para o caso de Arada corresponder às contas da Confraria do Santíssimo Sacramento, não será desapropriado dizer que também esta igreja terá sido intervencionada pela Comenda sensivelmente ao mesmo tempo das restantes, embora a igreja de Arada tenha possivelmente sido obra iniciada pelo Comendador D. Sancho Manuel de Vilhena, enquanto as restantes foram abraçadas pelo seu descendente, Fr. António Manuel de Vilhena.

Sobre as intervenções na igreja de S. Martinho de Arada, sabemos ainda que entre 1815 e 1851, houve reparações nas duas sacristias (freguesia e irmandades), soalhou-se a igreja e reparou-se o telhado.⁸⁸⁰ Em 1948 tinha quatro “sacristias” e uma torre com dois sinos⁸⁸¹, correspondendo estas quatro “sacristias” às quatro divisões que ainda hoje formam os corpos anexos à capela-mor, duas do lado norte (casa/sacristia das irmandades) e duas do lado sul (sacristia). Em 1965, foi acrescentado um piso à sacristia do lado sul, segundo inscrição no corpo demolido nas últimas obras.⁸⁸² Em 1973 fachada foi revestida a azulejos “*incluindo dois painéis com as imagens de S. Martinho e de Santo António*”.⁸⁸³

Em 2002⁸⁸⁴ assumiu-se a necessidade de intervir urgentemente no edifício, dando-se início às obras de requalificação, a cargo do arquiteto Nelson Resende, em 2003. Nesta

⁸⁷⁵ Nas visitas de 1756, 1759, 1763, 1766, 1769 e 1772. (APM – *Livro dos Capítulos das Vezitas desta Igreja de S. Pedro de Maceda, que he da Sagrada Religião de Malta*, 1723 a 1800, fl. 35-35v, 38, 41, 43-43v, 50v, 55v.)

⁸⁷⁶ VECINA, Sofia Nunes – Manuel Soares de Almeida: um mestre de obras no Concelho de Ovar (c. 1872-1956). *Poligrafia*. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, nº 13/14 (2006/2007), p. 69-102.

⁸⁷⁷ APO – *Santíssimo Sacram^{to}*, 1721-1866, fl. 71.

⁸⁷⁸ APO – *Santíssimo Sacram^{to}*, 1721-1866, fl. 88v.

⁸⁷⁹ APO – *Santíssimo Sacram^{to}*, 1721-1866, fl. 128v.

⁸⁸⁰ APO – *Santíssimo Sacram^{to}*, 1721-1866, fl. 111v, 115, 171, 198.

⁸⁸¹ APM – *Auto de Entrega*, Paróquia de Arada, 1 de setembro de 1948.

⁸⁸² Informação oral do Pároco de Arada, Pe. Stanislaw Pawel Bladek.

⁸⁸³ APA – *Actas da Comissão Fabriqueira desde 1971*, 1971-1981.

⁸⁸⁴ “Na passada Quarta-feira dia 28 do corrente mês, decorreu uma reunião com todas as Irmandades da freguesia, à excepção da irmandade da Nossa Senhora do Desterro com vista à discussão das obras da igreja: assim ficou acordado o seguinte: a intervenção na igreja será bastante aprofundada e passará pela colocação de Lages em todos os espaços, substituição da estrutura da cobertura, colocação de granitos nos socos e nas

intervenção foi feita uma nova abobada na nave, foi demolido o primeiro andar existente na parte de cima da sacristia do Senhor, foram restaurados os retábulos e requalificada a área envolvente.⁸⁸⁵ A dedicação do altar e bênção da igreja, deu-se no dia 24 de março de 2009, com a presença do bispo auxiliar do Porto, D. João Lavrador.⁸⁸⁶



88. Pormenor do remate do arco cruzeiro da igreja de S. Martinho de Arada (fotografia do Arq. Nelson Resende, 2005)

Durante esta intervenção, ao remover para restauro a sanefa do arco cruzeiro, foi encontrada uma cruz da Ordem de Malta a encimar o arco, reforçando ainda mais a pertença desta igreja ao seu padroeiro.

301



89. Igreja de Rio Meão



90. Igreja de Arada



91. Igreja de Maceda

sancas, bem como nas cornijas. Além disso também passará pela remodelação do espaço interior (sacristia e arrecadação), substituição da carpintaria, etc.

Para este tipo de intervenção é necessário elaborar um projecto com vista á sua execução e participação por entidades que eventualmente nos possam ajudar. Propomo-nos até ao final do corrente ano apresentar um projecto para conhecimento de todos os paroquianos.

Mais informamos que de imediato iremos proceder a simples obras de conservação da cobertura, tais como limpeza, telhas e vedações danificadas.

Fábrica da Igreja. 31/08/2002” (APA – Aviso, 31 de agosto de 2002. [Documentação avulsa].)

⁸⁸⁵ APA – Contrato de Prestação de Serviços, 17 de janeiro de 2003.

⁸⁸⁶ APA – Auto de Dedicação do Altar, 24 de março de 2009.

Cruzando a documentação apresentada e a obra feita, percebemos que da construção primitiva, na fachada da Igreja de Rio Meão, resta o portal axial em arco apontado, inserido numa estrutura bastante alterada na primeira metade do século XVIII.

Em 1745 o visitador relatava a incapacidade que o frontispício tinha para sustentar o campanário com dois sinos e mandava que se concertasse o dito frontispício e se construísse uma torre sineira. Quanto à torre, sabemos que o atual remate data de 1874, conforme nos indica a inscrição nela existente. Relativamente à fachada, ao olharmos atentamente verificamos uma pedra com a cruz da Ordem de Malta encimada por um óculo quadrilobado, ambos com o mesmo polimento pétreo e datação (século XVIII), enquanto junto ao nicho que alberga a imagem do padroeiro, se denota o acrescentamento em altura que terá sido feito na mesma época, rematado por uma empena com enrolamentos de linguagem setecentista nos topos laterais. No cume destaca-se uma cruz latina elevada sobre um pedestal, também ela dentro da linguagem decorativa do período de reforma do edifício (1748-1766).

Comparando as fachadas de Rio Meão e de Arada é importante destacar o eixo vertical, análogo, marcado pelo portal axial encimado por cruz da Ordem de Malta (no caso de Arada inserida no tímpano de um frontão interrompido), seguida de um óculo quadrilobado, nicho em arco de volta perfeita com a imagem do orago e coroado no cume da empena por uma cruz latina. Ambas apresentam torre sineira lateral (lado esquerdo), porém em Arada é importante referir a delimitação da torre e do corpo da igreja através de pilastras, maioritariamente encimadas por pináculos, e o entablamento que não se une aos elementos oblíquos da empena, formando um falso frontão⁸⁸⁷.

Quanto aos oragos expostos nas fachadas de Rio Meão e Arada, são peças em pedra de Ançã, da escola de Coimbra. S. Tiago, de finais do século XV, hoje salvaguardado no interior da nova igreja de Rio Meão. S. Martinho, do século XV/XVI, restaurado há poucos anos, mantém-se no nicho do frontispício da igreja de Arada. Tratando-se do orago e tendo em consideração a escola de execução da obra, é natural que a encomenda tenha partido da comenda de Rio Meão.⁸⁸⁸

⁸⁸⁷ Ou cimafrente, como sugere QUINTÃO, José César Vasconcelos – *Fachadas de Igrejas Portuguesas de Referente Clássico. Uma sistematização Classificativa*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2005, p. 117.

⁸⁸⁸ VECHINA, Sofia Nunes – *Retábulos e Escultura Devocional em Pedra, nos séculos XV e XVI, nas Igrejas Paroquiais das Terras de Santa Maria...*, p. 205-208.



92. S. Tiago, igreja de Rio Meão



93. S. Martinho, igreja de Arada

Quanto à Igreja de Maceda, tratando-se de uma construção do século XX, resta-nos evidenciar a cruz da Ordem de Malta reaproveitada da construção primitiva e alguns apontamentos pétreos que envolvem o portal principal.

A nível arquitetónico estes três edifícios sofreram grandes intervenções no século XVIII, e a proximidade estrutural e decorativa presente nas igrejas de Rio Meão e de Arada é esclarecedora quanto à importância do encomendante, Comendador da Comenda de Rio Meão, da Ordem de Malta, que não só deixa a marca heráldica, como define uma estrutura arquitetónica e decorativa própria. Relativamente à primitiva Igreja Matriz de Maceda, pouco podemos dizer, por ter sido demolida por volta de 1918, a não ser que ainda hoje a marca do extinto padroado está bem presente no seu frontispício.

7.1.2. Talha

A 4 de dezembro de 1702 o Comendador das Comendas de Rossas, Frossos e Rio Meão (Ordem de Malta), Fr. Gabriel de Castilho, estabelece um contrato de obrigação e fiança com dois irmãos, Manuel da Fonseca e João da Fonseca, mestres entalhadores da cidade do Porto. Tratava-se de uma encomenda conjunta do retábulo-mor da igreja de Rio Meão e seis retábulos colaterais (igreja de Rio Meão e suas anexas, Arada e Maceda), a efetuar segundo o desenho entregue pelo Comendador aos referidos executantes. No contrato, os entalhadores referem que o retábulo-mor seria feito na totalidade, porém os colaterais seriam feitos “*do altar para cima*”, com um custo:

*(...) a saber, o da dita capela-mor do dito Rio Meão em preço e quantia entre eles partes celebrando e contratado de quarenta mil réis, e os seis colaterais, a saber, dois na mesma igreja de Rio Meão com seus guarda-pós, e outros dois colaterais também na anexa de São Pedro de Maceda, e os outros dois da anexa de São Martinho de Arada, e todos estes colaterais a vinte réis cada um deles (...)*⁸⁸⁹

A 1 de abril de 1715, Frei Gaspar Lopes de Carvalho, Tesoureiro da Igreja de Leça do Balio, na qualidade de procurador do Comendador, celebra contrato de pintura e douramento com Manuel Pinto Monteiro, para o retábulo-mor de Rio Meão e os colaterais de Rossas, Rio Meão, Arada e Maceda, que:

*(...) serão aparelhados para ouro brunido com todas as mãos de tintas necessárias para que a dita obra fique com segurança, e serão os ditos (...) retábulos feitos e dourados de ouro subido agomado, todos os altos e levantados da dita obra, e os baixos das ditas obras serão feitos de azul de esmalte; todos os pássaros, serafins, que tiver a dita obra, serão dourados e estofados de cores alegres e as caras dos serafins serão encarnadas a polimento, e alguns respaldos lisos que tiver a dita obra serão feitos de alcachofras de ouro e azul. (...) em preço e quantia de quatrocentos mil réis em dinheiro (...)*⁸⁹⁰

Sobre esta obra de douramento e policromia, no dia 14 de novembro de 1718, o visitador Fr. Manuel de Barros de Almeida, acrescenta ainda que o douramento da tribuna e a pintura do teto da capela-mor ficou a cargo da Confraria do Santíssimo Sacramento e que o comendador deveria mandar fazer uma nova imagem de S. Tiago para um dos nichos do retábulo-mor, no segundo nicho deveria ficar a imagem de S. João Batista:

Visitamos esta Igr^a e achamos ser de boa fabrica e que depois que o Senhor Frei Felipe de Tavora Noronha lhe mandou dourar os três retabollos cobrindo-os de ouro sobre azul e a Confraria do Santissimo Sacramento dourou a tribuna e pintou todo o tecto da capella-mor que he apainelado ainda ficou a Igreja mais airoza e

⁸⁸⁹ BRANDÃO, Domingos de Pinho – *Obra de Talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na Cidade e na Diocese do Porto*. Vol. II. Porto: Diocese do Porto, 1985, p. 150.

⁸⁹⁰ BRANDÃO, Domingos de Pinho – *Obra de Talha Dourada...* Vol. II..., p. 444.

p^a de todo ficar perfeita so lhe falta as suas imagens que se hade por nos dous nichos do retabolo.

Porque a imagem de Santiago que he Padroeiro por antiga fosse a indecente asi guardo na sanchristia por ser pera o nicho impossibilitada mandamos ao Senhor Comendador que com brevidade no fim mande fazer hua imagem de Santiago, e no outro nicho se ponha a de San João Bautista para que fique o retabolo da capella mor perfeito e se faça a pio desejo dos devotos.⁸⁹¹

A 18 de janeiro de 1723 a imagem de S. Tiago já estava feita, faltava unicamente mandar estofar e encarnar.⁸⁹²



94. Retábulo-mor da igreja de S. Tiago de Rio Meão



95. S. Tiago, feito c. 1723.

Sobre os retábulos colaterais da igreja de Rossas sabemos que, a 23 de janeiro de 1703, António Rodrigues, mestre imaginário e entalhador da freguesia de Macieira de Cambra, compromete-se a fazer os dois retábulos, conforme ainda hoje se podem ver *in situ*: “(...)feitos à salomónica com quatro colunas cada um e seu painel no primeiro corpo e uma peanha em cada um dos ditos altares, em cada um dos painéis do meio, e teria cada uma das ditas peanhas palmo e meio de assento (...)”.⁸⁹³

⁸⁹¹ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 2v-3.

⁸⁹² APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 9.

⁸⁹³ BRANDÃO, Domingos de Pinho – Obra de Talha Dourada... Vol. II..., p. 159.



96. Igreja de Rio Meão, retábulo colateral do lado do evangelho



97. Igreja de Maceda, retábulo colateral do lado do evangelho



98. Igreja de Rossas, retábulo colateral do lado da epístola

Das estruturas retabulares referidas, não chegaram até aos nossos dias os retábulos da Igreja de Arada. Em Maceda os retábulos colaterais foram transferidos para a nova igreja e adaptados ao novo espaço arquitetónico. O retábulo mor de Rio Meão foi profundamente alterado em 1886⁸⁹⁴ e 1912.⁸⁹⁵

Comparando a descrição documental com os retábulos existentes, podemos constatar que os colaterais de Rio Meão e Maceda foram feitos do altar para cima, com pássaros e serafins, dourados nos altos e policromados em azul de esmalte nos baixos. Em Rio Meão (retábulo mor e colaterais) e Rossas (colaterais) o azul esmalte apresenta-se nos nichos e em alguns apontamentos decorativos e o branco em todos os restantes baixos, enquanto em Maceda é nas colunas que se verifica esta aplicação de azul.

A estrutura arquitetónica e decorativa retabular é idêntica nos colaterais de Rio Meão e Maceda, por terem, conforme nos indica a documentação, sido executados através do mesmo risco. Quanto a Rossas, efetivamente, aproxima-se do douramento e policromia dos retábulos de Rio Meão.

Relativamente aos retábulos colaterais da igreja de Frossos, embora sem documentação, podemos verificar que tanto as colunas como o coroamento dos retábulos têm algumas semelhanças com os retábulos realizados para as igrejas de Rio Meão e Maceda, embora optando por um painel central, como no caso dos retábulos colaterais de Rossas, em detrimento dos nichos de Rio Meão e Maceda. Não se trata de uma igreja da comarca da Feira,

⁸⁹⁴ Como indica a inscrição na cartela que o remata.

⁸⁹⁵ BRANDÃO, Domingos de Pinho – *Obra de Talha Dourada...* Vol. II..., p. 149.

mas o comendador de Rio Meão, chegou a ser também comendador de Rossas e Frossos e naturalmente a ecomenda artística reger-se-ia por idênticas determinações.



99. Igreja de Frossos (Albergaria-a-Velha)

Com o contrato de 1703, para execução dos retábulos da Igreja de Rossas, reforçamos o que já dissemos anteriormente, o Comendador das Comendas de Rio Meão, Rossas e Frossos, administraria cada comenda individualmente, podendo, no entanto, ocasionalmente fazer obra comum, como é o caso, em 1715, da pintura e douramento dos retábulos das Comendas de Rio Meão e de Rossas.

Ainda na sequência desta encomenda e comprovando a partilha de obrigações entre o padroeiro e a freguesia, em 1723 o visitador manda que a Confraria do Senhor da igreja de S. Tiago de Rio Meão faça uma imagem de N. Sr^a do Rosário⁸⁹⁶ para um dos colaterais.⁸⁹⁷ Em 1724 diz o visitador volta a reforçar a importância de se fazer a imagem e diz que “(...) *foi tam grande o descuido q^e [h]ouve nesta freguezia q^e ninguém aplicou esta obra (...) e per q^e a devoção de N. Sr^a he m^o necessária a todos os católicos e nesta Igr^a não tem hua sua Imagem, o q^e suçedera em poucas Igr^{as} Matrizes deste Reino (...)*”.⁸⁹⁸ Em 1730 já a imagem estava no seu retábulo e o visitador manda que se façam duas coroas de prata, para lhe conferir maior dignidade.⁸⁹⁹

⁸⁹⁶ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 9.

⁸⁹⁷ O visitador não refere que se trata de um retábulo colateral, mas em 1758 a descrição da igreja é clara. A igreja tinha três retábulos: retábulo mor com o Santíssimo Sacramento e as imagens de S. Tiago e S. Sebastião e dois colaterais dedicados a N. Sr^a do Rosário e Cristo Crucificado. (CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 398.)

⁸⁹⁸ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 11.

⁸⁹⁹ APRM – Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta, 1718-1831, fl. 15.

Em 1745, na igreja de S. Pedro de Maceda, o visitador recomenda que se concertem os retábulos colaterais e que o comendador mande fazer um novo retábulo-mor, e querendo a freguesia que ele tenha tribuna será por custa dos fregueses, por não ter a comenda obrigação de a fazer:

*(...) retabolo correspondente p.^a o altar mor, e querendo a freguezia se faça com tribuna mandamos concorra com metade da desp.^a delle visto a comenda não estar obrigada a fazer-lhe tribuna mas só hum retabolo lizo na forma do antigo e q outros y se concertem e aperfeisoam os retabolos dos altares coleterais na forma q pedir a nova obra pondo em todos os tres altares frontais de madeira pintados por hua parte de festa, e p.^a outras de Rouxo (...).*⁹⁰⁰

Em 1772, o visitador perante o bom estado de conservação em que se encontrava a igreja de S. Pedro de Maceda diz que “(...) seria da grandeza do mesmo Ill^{mo} Sr. Comm^{or} oferecer a imagem do santo Padroeiro de novo e de maior vulto p^a q nella se conhecesse a perfeição devida”.⁹⁰¹ Embora não existam referências documentais à concretização da peça, a imagem de S. Pedro foi certamente feita e corresponderá ao orago, ainda hoje em veneração na atual igreja de S. Pedro de Maceda. A linguagem artística, rococó, evidente na imagem remete-nos de forma clara para a solicitação de 1772.



100. S. Pedro, feito c. 1772.

⁹⁰⁰ APM – Livro dos Capitulos das Vezitas desta Igreja de S. Pedro de Maceda, que he da Sagrada Religião de Malta, 1723 a 1800, fl.19.

⁹⁰¹ APM – Livro dos Capitulos das Vezitas desta Igreja de S. Pedro de Maceda, que he da Sagrada Religião de Malta, 1723 a 1800, fl. 55v.



8. PADROADOS DA ORDEM DE CRISTO

8.1. AS COMENDAS DA ORDEM DE CRISTO

A Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo foi fundada, a pedido de D. Dinis, através da bula *Ad ea exquibus* de 14 de março de 1319, concedida pelo papa João XXII. Desde o início ficou logo dependente do poder régio, passando o administrador da Ordem de Cristo a ser o próprio rei a partir de D. Manuel I (1495-1521). Tratava-se de uma ordem monástico-militar, com sede no Convento de Tomar e constituída por freires religiosos (dedicados à vida religiosa e que se submetiam aos votos e práticas do monaquismo cisterciense) e freires cavaleiros, destinados à atividade bélica e demais responsabilidades militares.⁹⁰²

A Ordem de Cristo era ao mesmo tempo uma instituição de carácter senhorial, que aproveitava os recursos do seu domínio, e eclesiástico, que usufruía de um rendimento substancial proveniente da cobrança de dízimos no território da sua jurisdição. Durante a administração de D. Manuel I, ocorrem grandes mudanças ao nível dos bens patrimoniais iniciando-se “(...) *uma politica de mercês, que transforma alguns bens de caracter fundiário da sua Mesa em comendas concedidas aos seus mais fieis súbditos, que desta forma se veem distinguidos, honrados e prestigiados*”.⁹⁰³

A comenda era entregue como recompensa pelos bons serviços prestados e correspondia a um espaço territorial demarcado, no qual os cavaleiros exerciam a sua jurisdição senhorial, como representantes da Ordem de Cristo, e usufruíam dos seus bens e rendimentos eclesiásticos, jurisdicionais e fiscais. Em dezembro de 1503 é estabelecida a obrigatoriedade dos comendadores fixarem-se nas suas comendas para melhor as gerirem e rentabilizarem, exceto se fossem dispensados dessa exigência pelo Mestre da Ordem de Cristo.⁹⁰⁴

Quanto aos rendimentos eclesiásticos tratava-se de direito aos dízimos (reais, sobre os frutos, e pessoais, sobre a profissão), primícias e pé do altar, podendo o pé de altar reverter para o pároco. Os dízimos eram recebidos pela Ordem de Cristo que depois fazia a devida distribuição, mas por vezes era difícil obtê-los, até porque “*os bispos não gostavam de ver os*

⁹⁰² SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e – A Ordem de Cristo (1417-1521). In FONSECA, Luís Adão da (dir.) – *Militarium Ordinum Anacleta*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida. Nº 6 (2002), p. 43-120. (Trata-se da publicação da tese de doutoramento de Isabel Morgado)

Nota: das diversas obras consultadas sobre este assunto, nomeadamente artigos e teses de doutoramento, de Luís Adão da Fonseca e Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, consideramos neste capítulo unicamente este trabalho por se tratar daquele que mais indicadores nos dá para o assunto que pretendemos abordar, as comendas.

⁹⁰³ SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e – A Ordem de Cristo (1417-1521) ..., p. 157-164.

⁹⁰⁴ SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e – A Ordem de Cristo (1417-1521) ..., p. 188-194.

seus direitos cerceados, pelo que muitas vezes os recebedores eram exigentes na sua cobrança, sobretudo quando se tratava das terças pontificais”.⁹⁰⁵

Para além dos rendimentos eclesiásticos as comendas tinham todos os direitos e obrigação inerentes ao direito de padroado, sendo necessário garantir o culto divino e a construção e manutenção dos edifícios religiosos que lhe estavam afetos.⁹⁰⁶

Segundo Isabel Morgado, existiam três tipos de igrejas, dentro das comendas da Ordem de Cristo:

1. Igrejas de *pleno jure*, com a administração dos bens, direitos e encargos e com isso tinham de proceder à apresentação ou nomeação do benefício eclesiástico, exercer o direito de visitação e correição e garantir a consagração da igreja ou dos altares pelos bispos.
2. Igrejas de apresentação, que estavam em maioria, em relação às restantes, e tinham direito aos frutos com seus encargos e apresentação ou nomeação do benefício eclesiástico, “*deviam pagar os direitos episcopais, a porção aos reitores e cumprir com as demais obrigações ordinárias*”, mas não tinham mais nenhum direito nem jurisdição.
3. Igrejas restantes, onde só detinham o título e a porção atribuída à reitoria. Nestas só detinha o direito de apresentação dos reitores, ou estas só lhe pertenciam quanto ao título da reitoria e frutos pertencentes ao reitor. Eram servidas por capelães *removíveis* e nunca vagavam porque o seu reitor era o superior do Convento de Tomar.⁹⁰⁷

Porém, apesar destas três definições administrativas,

*(...) este conjunto de bens eclesiásticos distribuía-se pelas diversas jurisdições eclesiásticas do reino – Lisboa, Coimbra, Guarda, Lamego, Viseu, Braga, Porto, Évora e Silves –, obrigando a Ordem de Cristo a desenvolver formas de relacionamento específico com estas entidades religiosas. O pagamento dos direitos episcopais, como a terça pontifical, e a visita pastoral, entre outras obrigações, eram princípios que tinha de respeitar e de cumprir.*⁹⁰⁸

⁹⁰⁵ SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e – A Ordem de Cristo (1417-1521) ..., p. 195 e 213.

⁹⁰⁶ SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e – A Ordem de Cristo (1417-1521) ..., p. 233-234.

⁹⁰⁷ SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e – A Ordem de Cristo (1417-1521) ..., p. 266-267.

⁹⁰⁸ SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e – A Ordem de Cristo (1417-1521) ..., p. 267.

Este é um ponto fundamental para compreendermos as comendas da Ordem de Cristo na Comarca Eclesiástica da Feira. Como já vimos os comendadores não utilizam o direito de apresentação do benefício eclesiástico, no entanto têm todas as normais benesses e obrigações de um padroeiro. Quanto ao direito de apresentação, como, por exemplo, no caso da Comenda de S. Miguel de Arcozelo, é evidente que o Mosteiro de Grijó continua a apresentar benefício eclesiástico, por uma questão de respeito institucional, por lhe ter sido retirado este padroado. A Ordem de Cristo, adapta-se às circunstâncias vigentes.

As comendas da Ordem de Cristo na comarca da Feira foram na sua maioria constituídas em 1520, numa ação de execução⁹⁰⁹ da bula de 1513, de Leão X, em que o papa concedia a D. Manuel I 20 mil cruzados de renda, nos frutos e rendas de mosteiros e igrejas de Portugal, para as transformar em comendas da Ordem de Cristo.⁹¹⁰ As comendas seriam constituídas, mas só tomariam posse delas quando as igrejas vagassem.

Em 1515, como veremos, é constituída a Comenda de S. Tiago de Beduído, em 1520 são constituídas as comendas de S. Miguel de Arcozelo com sua anexa, S. Miguel de Souto com sua anexa, S. Vicente de Pereira com sua anexa,⁹¹¹ S. Pedro de Castelões, S. Miguel de Oliveira de Azeméis e Stª Maria de Avanca.⁹¹²

Relativamente aos seus comendadores nota-se que regra geral esta benesse administrativa passa por herança familiar.

8.1.1. Comenda de S. Miguel de Arcozelo

A 16 de agosto de 1435 procedeu-se à anexação das igrejas de S. Paio de Oleiros e de Stª Maria de Lamas à reitoria de S. Miguel de Arcozelo, num processo decidido entre o bispo do Porto, padroeiro da igreja de Stª Maria de Lamas e o Mosteiro de Grijó, padroeiro da igreja de S. Paio de Oleiros. As duas igrejas não tinham rendimentos suficiente para garantir o culto divino, por isso, foram unidas, revertendo as suas receitas para o pároco que as viria a servir, garantindo o culto nas duas igrejas paroquiais.⁹¹³ Porém, em 1520 Arcozelo e Oleiros passam

⁹⁰⁹ SOUSA, Antonio Caetano – *Provas da História Genealogica da Casa Real Portuguesa*. Tomo II. Lisboa: Regia Officina Sylviana e Academia Real, 1742, p. 289-306.

⁹¹⁰ SOUSA, Antonio Caetano – *Provas da História Genealogica da Casa Real Portuguesa*. Tomo II. Lisboa: Regia Officina Sylviana e Academia Real, 1742, p. 264-270.

⁹¹¹ SOUSA, Antonio Caetano – *Provas da História Genealogica da Casa Real Portuguesa*. Tomo II. Lisboa: Regia Officina Sylviana e Academia Real, 1742, p. 301.

⁹¹² SOUSA, Antonio Caetano – *Provas da História Genealogica da Casa Real Portuguesa*. Tomo II. Lisboa: Regia Officina Sylviana e Academia Real, 1742, p. 303.

⁹¹³ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 753.

a constituir uma comenda que em 1558 é reivindicada. A igreja de Lamas regressa ao seu padroeiro e o Mosteiro de Grijó perde o direito de padroado das igrejas de Arcozelo e Oleiros.

A 21 de março de 1558 o Juiz de Fora da cidade do Porto, recebeu uma carta régia em que D. Sebastião, considerando que a igreja de Arcozelo estava vaga por morte do seu último pároco, P. António Gomes, procedia à instituição da Comenda de S. Miguel de Arcozelo, com a sua anexa S. Paio de Oleiros, entregando-a, por benefício, a João Cirne, fidalgo da Casa Real e cavaleiro professo na Ordem de Cristo. João Cirne encontrava-se ausente do país, por isso tomou posse da comenda um procurador de Manuel Cirne, seu pai, morador em Lisboa. No traslado setecentista do documento régio de 17 de dezembro de 1557, D. Sebastião declara a instituição desta nova comenda pelo poder das Bulas, de Leão X ao seu bisavô D. Manuel, que concediam o poder de:

(...) separar e desmembrar dos bens, frutos [e] rendas dos Mosteiros [e] Igrejas destes Reynos bens, frutos [e] rendas que segundo estimação comum daquelle tempo vallecem de renda vinte mil cruzados e unir anexar incorporal e aplicar os ditos vinte mil cruzados na renda á dita Ordem e Cavallaria que nomeasse nas preceptorias e comendas que na dita Ordem queira novamente acrescentar e erigir ordenando a cada humas das preceptorias e comendas a parte da dita renda que lhe parece conveniente e que o dito Rey e os Reys destes Reynos seus antecessores pudessem nomear nas ditas preceptorias e comendas pera serem cavalleiros na dita Ordem e haverem a renda dos bens apropriados a estas preceptorias e comendas pessoas que tivessem servido e pelejado na guerra contra os infieis per mar (...) ou per terra em Africa ou em qualquer outra parte os quais depois de feita a dita nomeaçam e havida a posse dos bens a tal preceptoria e comenda applicados focem obrigados a servir na dita guerra contra os infieis ao tempo que lhes fosse ordenado pellos Reys destes reynos que lhes fizecem merce de os nomear.⁹¹⁴

No caso de Arcozelo os *bens, frutos e rendas* foram retirados ao Mosteiro de S. Salvador de Grijó e entregues a João Cirne pelos seus préstimos militares, porque ainda antes de professar na Ordem de Cristo tinha estado, a expensas suas, dois anos a servir em Ceuta, conforme enumera o documento. Desses rendimentos deveria ser garantida para o reitor da comenda uma cômgrua anual de até quarenta mil réis, conforme documento:

⁹¹⁴ ANTT – *Igrejas do Padroado de Grijó*. Cónegos Regulares de Santo Agostinho. Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 51, traslados de c. 1749, fl. 226.

(...) os bens da Igreja de Sam Miguel d[e] Arcuzello no Bispado do Porto que foram aplicados e apropriados a preceptoria e comenda que se fes a honra invocação da dita **rezervando nos ditos bens pera os Priores Reytores ou vigários athe contia de quarenta mil reis em cada anno** segundo apreço e estimaçam commum conforme as Bullas do Santo Padre e processos do Nuncio e determinaçam que se sobre isso tomou e com as mais declaraçois contendadas nelle e no regimento feito antre os Reitores e Comendadores e sendo hora a dita preceptoria e comenda vaga por falecimento d[e] Antonio Gomes Abbade que della foi ultimo pessuidor e havendo respeito aos serviços que Joam Cirne Cavalleiro da dita Ordem fes a ella e a El Rey meu Senhor e Avoo que Santa Gloria haja na guerra contra os infieis pelo que se deve esperar que como cavaleiro que he na ditta ordem e ajudado com os bens della poderá melhor servir e ficar com mais obrigação de o fazer e hei por bem (...) de o nomear na dita preceptoria e comenda e hei por bem que haja e tenha com todas as rendas foros direitos e pertenças que a dita preceptoria e comenda de direito pertencem tirando a parte dos frutos e rendas reservadas ao Reytor ou Prior e o mais que por bem da dita determinaçam e regimento pertence aos Reytores e Priores como dito he e por esta mando ao contador da dita Ordem que lhe de a posse da dita preceptoria e comenda e de todas as suas rendas depozitos foros direitos e pertenças e lhe deixe todo o que a dita comenda pertence haver e (...) arrecadar e pessuhir como de direito lhe pertence sem a isto lhe ser posta duvida nem embargo algum porque asi he minha merce e porque o dito **Joam Cyrne** por mandado do dito Senhor **antes de ser provido na dita ordem foi servir na dita guerra dous annos em Ceuta à sua custa e despesa** como servio pellas delligencias que sobre isto se fizeram **hei por bem de lhe não poer obrigação special de mais tempo que por rezam da dita comenda haja de servir e somente ficara com a geral e comum obrigação que tem de servir na dita guerra** sendo-lhe mandado por mim ou pellos Reis destes reynos meus sucessores e porquanto na Bulla do Santo Padre se conthem que todo o cavalleiro da dita ordem do dia que thomar posse da preceptoria e comenda em que for nomeado a oito mezes primeiros seguintes seja obrigado a pagar com effeito em corte de Roma ou a pessoa que sua Santidade pera isso ordenar a meya nata e direitos da cmaera Apostolica sob pena de ser privado pello mesmo cazo da dita preceptoria e comenda de nam poder ser outra ves provido della e de nam serem seus os frutos da dita comenda hi por diante receber e ficar obrigado a restetuhirlos todos como levados de couza vaga e sem titullo Canonico. E por esta

*mando ao dito Joam Cyrne que dentro no dito tempo pague a meya nata e fassa espedir suas letras (...).*⁹¹⁵

Do valor da comenda, retirando as obrigações com o culto, o Convento de Tomar recebia uma quarta parte dos rendimentos que se mandariam “(...) *por pessoa segura entregar em este Convento desta villa de Thomar ao recebedor que em ella estaa dos quartos das comendas da dita Ordem como por sua Alteza he ordenado*”.⁹¹⁶ Quanto ao comendador, apesar de ser clara a intenção régia de João Cirne continuar empenhado nas campanhas militares, tendo-lhe sido inclusivamente concedida a comenda sem que precisasse estar em Portugal, continuava a ter algumas obrigações.

Uma vez entregue a comenda, o comendador ficava obrigado a assegurar “(...) *o que ha d[e] [h]aver o Reytor ou Vigario e quaesquer outras despesas ordinárias que em cada hum anno se hajam de fazer (...)*”, nomeadamente o pagamento da cõgrua que podia ir até 40 mil réis por ano. Era ainda obrigatório zelar pelos bens que acabava de receber:

*(...) guardar e reparar e conservar todos os bens da dita comenda que lhe são entregues de maneira que se nam percam nem dannefiquem e andem sempre melhorados do que lhe forem entregues e que se alguns dos ditos moveis que sobe elle carregam se gastarem em seu uso há de poer outros em seu lugar e nam no cumprindo asi que toda a perda demenuiçam ou deneficaçam que se achar quando a dita comenda for visitada ou por qualquer via vagar se há de pagar à custa de seus bens e fazenda ou de seus herdeiros.*⁹¹⁷

A 21 de março de 1558 deu-se o auto de posse e dirigindo-se todos os representantes legais, acompanhados do procurador de Manuel Cirne, chegaram à igreja de Arcozelo e encontraram “(...) *a porta fechada por dentro e mandando bater à porta lhe fallou de huma janella Fernam Gomes Aranha, cura da dita Igreja*”, que lhes pediu que não dessem posse porque “(...) *a dita Igreja nam estava vaga mas antes estava provida canonicamente por o Santo Padre e hera Abbade da dita igreja Dom Bras Conego do Mosteiro de Sam salvador de junto do Porto o qual Dom Bras alem de seu titullo estava della de posse havia dous annos*

⁹¹⁵ ANTT – *Igrejas do Padroado de Grijó*. Cónegos Regulares de Santo Agostinho. Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 51, traslados de c. 1749, fl. 226-227.

⁹¹⁶ ANTT – *Igrejas do Padroado de Grijó*. Cónegos Regulares de Santo Agostinho. Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 51, traslados de c. 1749, fl. 224v.

⁹¹⁷ ANTT – *Igrejas do Padroado de Grijó*. Cónegos Regulares de Santo Agostinho. Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 51, traslados de c. 1749, fl. 224.

ou tres quietamente”.⁹¹⁸ Fernão Gomes era procurador do abade, que estava ausente, e apresentou uma procuração de 7 de maio de 1556 assinada pelo notário apostólico do bispado do Porto no qual dava poder a D. Brás para continuar na posse da dita igreja. Como não havia nenhum documento que provasse a tomada de posse, deram posse ao comendador por considerarem que a igreja estava vaga. Cura reclamou, mas a posse prosseguiu, embora com a certeza “(...) *que se Dom Bras tinha a posse legitimamente lha nam tirava e logo mandou abrir a porta do assento por o mosso que fez subir por sima de uma parede e abrio e bem asi mandou abrir a porta travessa da dita Igreja (...)*”. A posse foi dada a Rui Brandão, procurador de Manuel Cirne, pai de João Cirne e procedeu-se ao inventário dos bens móveis que dali por diante pertenciam e erram responsabilidade do comendador João Cirne.⁹¹⁹

Nesse inventário são descritos todos os paramentos e alfaias religiosas da igreja, com alguma ressalvas de peças que eram da responsabilidade dos fregueses. Entre essas peças estava o retábulo-mor “(...) *muito velho e maltratado (...)*” e “(...) *o corpo da Igreja alivado de castanho bigado novo e com forro e nos dous Altares de fora em cada hum deles seu retabolo novos e bem pintados e todos os ditos dous Altares como Altar moor Cobertos de bom Azorecho (sic – Azulejo)*”. Sobre estes altares do corpo da igreja o cura esclareceu que “(...) *os freiguezes heram obrigados a repairar (...)*”. Havia ainda “*a Pia de Bautizar de pedra com sua cobertura de pedra. Mais hum sino no campanário*”.⁹²⁰

Foi também dada posse da residência paroquial, com sua adega, e dos passais, com seu pomar, hortas e águas.⁹²¹

Todavia, o assunto não ficou encerrado, nos meses seguintes foi necessário averiguar que outras propriedades pertenciam à comenda de Arcozelo e tratar do litígio entretanto aberto por D. Brás, encerrado no ano seguinte, em 1559, com uma sentença que lhe foi favorável, dando-lhe novamente posse da residência paroquial e do título de reitor da igreja, embora “(...) *ficando reservado ao Comendador seu direito (...)*”.⁹²²

Sobre os comendadores da Comenda de S. Miguel de Arcozelo, importa saber que Manuel Cirne, pai de João Cirne, era senhor do concelho de Refoios de Riba de Ave, que comprou em 1539 ao Conde da Feira, foi comendador da Ordem de Cristo e Provedor-mor da

⁹¹⁸ ANTT – *Igrejas do Padroado de Grijó*. Cónegos Regulares de Santo Agostinho. Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 51, traslados de c. 1749, fl. 227v-228.

⁹¹⁹ ANTT – *Igrejas do Padroado de Grijó*. Cónegos Regulares de Santo Agostinho. Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 51, traslados de c. 1749, fl. 229v.

⁹²⁰ ANTT – *Igrejas do Padroado de Grijó*. Cónegos Regulares de Santo Agostinho. Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 51, traslados de c. 1749, fl. 229v-330v.

⁹²¹ ANTT – *Igrejas do Padroado de Grijó*. Cónegos Regulares de Santo Agostinho. Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 51, traslados de c. 1749, fl. 230v-231v.

⁹²² ANTT – *Igrejas do Padroado de Grijó*. Cónegos Regulares de Santo Agostinho. Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 51, traslados de c. 1749, fl. 232-240v.

Fazenda Real em Mazagão. Faleceu em 1563 e deixou como seu herdeiro João Cirne. João Cirne, o primeiro comendador de Arcozelo, esteve na Índia, apoiou D. Filipe II e casou com D. Antónia da Silveira. Foi seu herdeiro e comendador de Arcozelo, o seu filho Manuel Cirne, que casou com D. Leonor Soares.⁹²³ Entretanto a comenda deve ter deixado de ser administrada pela família Cirne e, pelo menos entre 1642 e 1647, quem assume a administração da comenda é Manuel Pereira de Lacerda,⁹²⁴ em 1649 é entregue a Gonçalo Vaz Coutinho⁹²⁵ e a partir de 1707 passa para os marqueses de Minas. A 12 de janeiro de 1707 é entregue ao 3º marquês de Minas, D. João de Sousa,⁹²⁶ com o seu falecimento em 1722 passou por herança para o seu filho D. António Caetano Luís de Sousa (1690-1757)⁹²⁷ e a 4 de outubro de 1782 transitou para a sua filha D. Maria da Piedade Francisca Antónia de Sousa.⁹²⁸

Relativamente à igreja que serve de sede à comenda, a atual **igreja de S. Miguel de Arcozelo**, deve ter sido construída entre finais do século XVII/inícios do século XVIII, segundo a tradição veio substituir a antiga que foi deixada ao abandono:

Hé tradição antigua sem controversia que esta igreja estava antigamente em hum campo que chamam o Pardieiro, entre os lugares já referidos de Arcuzello e de Mira perto do mar. Naquelle tempo se chamava Sancta Maria de Arcuzello, o que eu vi há mais de dezouto annos em hum prazo antiquíssimo, e pessoas velhas viram naquele campo debaixo da terra vestígios de paredes e de sepulturas e nelle se tem achado muitos ladrilhos e ainda se acham de todas as vezes que nelle se cava alto. Naquelle tempo que a igreja estava no referido lugar, padeceo esta terra pestilencias, guerras, esterelidades, taes que nesta freguezia ficaram só onze pessoas vivas, arruinou-se a igreja por antiga. E como a não puderam reiedeficar, deixaram profanar o campo e vinham à missa a huma capelinha de Sam Miguel que estava em hum lugar baxo e humido aonde chamavam o Buraco, que hé aonde está hoje esta igreja parochial de Sam Miguel de Arcuzello e fizeram desta

⁹²³ BRITO, António Pedro da Costa Mesquita de – *Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes do Porto, 1500-1580*. Porto: Arquivo Histórico; Câmara Municipal do Porto, 1997, p. 44.

⁹²⁴ ANTT – *Manuel Pereira de Lacerda*, Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv. 1, fl. 70v. (alvará de administração por um ano, passado a 22 de maio de 1642); ANTT – *Manuel Pereira de Lacerda*, Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv. 2, fl. 71v. (alvará de administração por dois anos, passado a 14 de julho de 1645)

⁹²⁵ ANTT – *Gonçalo Vaz Coutinho*, Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv. 3, fl. 76.

⁹²⁶ ANTT – (D.) *João de Sousa*, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 1, fl. 15.

⁹²⁷ SOUSA, D. Antonio Caetano – *Memorias Históricas, e Genealogicas dos Grandes de Portugal*. Lisboa: Regia Officina Sylviana e Academia Real, 1755, p. 159-172.

⁹²⁸ ANTT – (D.) *João de Sousa*, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv. 1, nº 127, fl. 208v.

*capelinha paroquial e de decursu temporis, ficou Sam Miguel padroeiro e esta igreja ainda alguns lhe chamam a igreja do buraco.*⁹²⁹

De inícios do século XVIII deve ser o púlpito, com uma guarda em talha que terá sido dourada e policromada, mas hoje encontra-se bastante gasta. De evidenciar é ainda a base deste mesmo púlpito, com mísula muito semelhante às que encontrámos nas igrejas de Canidelo e Madalena, mas como uma particularidade interessante, um trabalho de cantaria, no fundo da peça, que forma seis grandes retângulos, e que não é comum nesta área em estudo. Por norma encontrámos bases de púlpito com fundo em granito liso.



102. Púlpito da igreja de S. Miguel de Arcozelo



103. Base do Púlpito da igreja de S. Miguel de Arcozelo

Em 1732 a igreja é descrita como templo de nave única, com sacristia, coro, capela-mor e cinco retábulos.⁹³⁰ Em 1758 ficamos ainda a saber que o retábulo-mor tinha as imagens de S. Miguel (lado do Evangelho) e S. Mamede (lado da Epístola) e o Santíssimo Sacramento, por viático⁹³¹, que tinha sido "(...) colocado na era de mil e seiscentos e noventa e sete". No retábulo-mor havia ainda "(...) hua tribuna, no camarim della está huma imagem grande de vulto de Christo Crucificado, no lado della se expõem muitas vezes o Santíssimo".⁹³² O

⁹²⁹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 752.

⁹³⁰ CARDOSO, P. Luiz – *Diccionario Geografico ou Noticia Historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras e serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas como modernas*. Tomo I. Lisboa: Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1747, p. 531.

⁹³¹ Para dar aos enfermos.

⁹³² CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 752.

retábulo-mor, da fase final do joanino, quase sem policromia e douramento e manifestamente alvo de diversos repintes, conservou-se e foi garantidamente obra paga a expensas da Comenda de S. Miguel de Arcozelo.



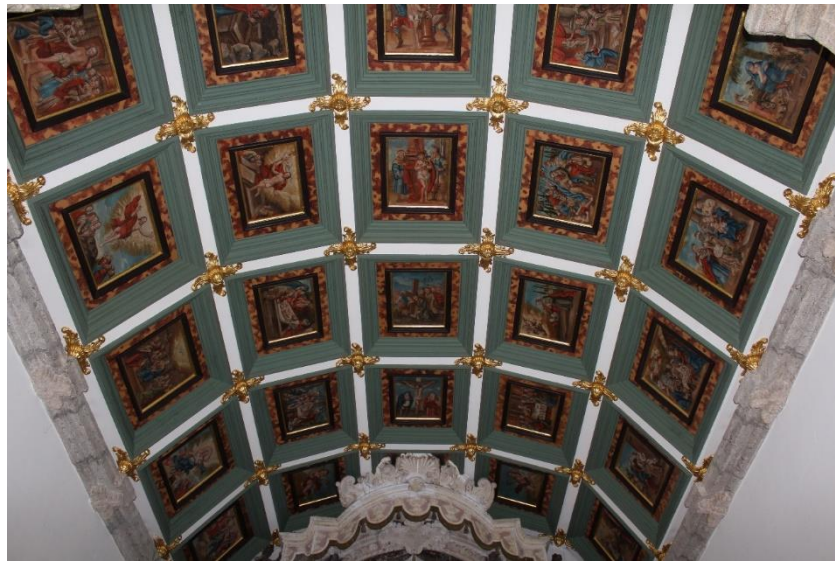
104. Retábulo-mor da igreja de S Miguel de Arcozelo

Ainda no documento de 1758 somos informados que o retábulo colateral, do lado do Evangelho, era dedicado a N. Sr^a dos Remédios e para além da sua invocação tinha ainda as imagens de St^a Luzia (lado do Evangelho) e S. Sebastião (lado da Epístola) e estava afeto a uma grande irmandade eclesiástico-secular. O colateral do lado da Epístola tinha as imagens de N. Sr^a do Rosário, St^o António (lado do Evangelho) e St^o Amaro (lado da Epístola). O retábulo lateral do lado do Evangelho era dedicado a N. Senhora com o Menino. O lateral do lado da Epístola e dedicado a Cristo Crucificado, com as imagens de S. Francisco (lado do Evangelho) e St^a Rosa de Viterbo (lado da Epístola), estava afeto à Ordem Terceira de S. Francisco.

Quanto à capela-mor, tinha sido feita há pouco a expensas da comenda, mas o restante edifício encontrava-se velho e sem segurança: “A Igreja hé de uma só nave, corre do Nascente ao Poente, tem sanchristia, coro, cemeterio a volta da igreja, está em hum baixo húmido pouco sigura por velha, com o defeito da capella mor estar mais alta porque se fez há poucos annos

de novo por conta da Commenda”.⁹³³ Esta disparidade é reforçada em 1769: “*A Igreja hé ordinaria e baxa, com 4 Altares aseados, capela mor melhor e nova, e sachristia suficiente, e campanario com sineta*”.⁹³⁴

Efetivamente ainda hoje se sente uma grande diferença entre capela-mor e o corpo da igreja, com uma variedade considerável de retábulos e de feitiços, na sua maioria muito pobres. Desta reedificação da capela-mor em meados do século XVIII, deve ter igualmente resultado a aplicação de caixotões pintados com cenas da vida e Paixão de Jesus, obra de interesse iconográfico, restaurada há poucos anos.



105. Teto da capela-mor da igreja de S. Miguel de Arcozelo

A 20 de novembro de 1864, o visitador diz que “*a igreja não é pequena, mas é insuficiente para a população da freguesia (...)*”.⁹³⁵ Na sequência desta carência de espaço para a assembleia, em 1980 foi submetido um projeto da autoria do arquiteto Mário Emílio de Azevedo e do técnico António Santos Ferreira da Silva (ambos de Arcozelo), para a construção da nova igreja,⁹³⁶ próxima à antiga. Com a construção da nova igreja, a antiga igreja de S. Miguel de Arcozelo, adquiriu uma posição secundária na freguesia, mas não foi destruída, pelo contrário, tem vindo a ser preservada.

⁹³³ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 752.

⁹³⁴ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 115v.

⁹³⁵ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega, 1824-1864*, liv. 088, fl. 86.

⁹³⁶ AEP – *Proc. 410a*.



106. Igreja de S. Miguel de Arcozelo, c. 1954 (AEP – Inquérito à Diocese do Porto, 1954 – Arcozelo)



107. Interior da igreja de S. Miguel de Arcozelo

A igreja de S. Paio de Oleiros em 1758 era de uma só nave, com três retábulos: retábulo-mor com Santíssimo Sacramento e as imagens de S. Paio (lado do evangelho) e do Menino Jesus (no trono); retábulo colateral do lado do Evangelho com duas imagens de N. Sr^a da Conceição e uma de S. José; retábulo colateral do lado da epístola com as imagens de N. Sr^a do Rosário, S. Sebastião e St^o António.⁹³⁷ Em 1769 o visitador dá-nos a conhecer a falta de sacristia, a existência de um campanário e o facto de ser pequena, mas suficiente: “A Igreja hé pequena, mas bast.^e p.^a a freg^a. Tem capela mor, e nela a se vestem os Sacerdotes, por não ter sachristia. Está m.^{to} falta de param^{tos}. Tem 3 Altares ordinarios, e campanario com sineta”.⁹³⁸

A 11 de novembro de 1864, certamente a população tinha aumentado e, “a igreja e capella-mor he demasiadamente pequena e antiga (...)” e já lhe tinha sido acrescentado um quarto retábulo.⁹³⁹

Nessa sequência, em 1885, foi reedificada, como comprova a inscrição no seu frontispício. Segundo uma inscrição mais a baixo em 1948 o comendador Joaquim da Silva Cardoso, benemérito da igreja, custeou o restauro de todo o azulejo. Este azulejo poderá ser proveniente de uma fábrica do Porto, como por exemplo a Fábrica das Devesas que o apresenta no seu catálogo de 1910.

⁹³⁷ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 407.

⁹³⁸ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Visita de 1769*, fl. 107.

⁹³⁹ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 82.



108. Inscrição no frontispício da igreja de S. Paio de Oleiros



109. Pormenor de uma das páginas do *Catalogo da Fabrica Cerâmica e de Fundição das Devezas*. António Almeida da Costa & C^a. Vila Nova de Gaia: Real Typ. Lith. Lusitana, 1910.

Segundo Nogueira Gonçalves no retábulo-mor terão sido aproveitados alguns elementos de talha “*idas da sede do bispado*”,⁹⁴⁰ porém a composição é completamente nova e os diversos elementos de talha setecentista, como colunas, elementos vegetalistas e rostos de anjo, surgem sob uma estrutura de madeira, lisa e branca. Do tempo em que esta igreja pertencia à Comenda de S. Miguel de Arcozelo nada restou.



110. Igreja de S. Paio de Oleiros em dia de Festa, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Oleiros)



111. Interior da igreja de S. Paio de Oleiros em dia de Festa, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Oleiros)

⁹⁴⁰ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1981, p. 96.

8.1.2. Comenda de Stª Marinha de Avanca

Criada em 1520, sabemos que por volta de 1644 era seu comendador Tristão de Mendonça,⁹⁴¹ tendo passado em 1650 para António Mendonça Furtado⁹⁴² e em 1677 para Tristão Mendonça Furtado⁹⁴³ e em 1761 para Luís de Albuquerque Mendonça Furtado.⁹⁴⁴ Em 1769 já se encontrava vaga, sendo portanto responsabilidade da Coroa.⁹⁴⁵

A antiga **igreja de Stª Marinha de Avanca** em 1696 estava bastante destruída, caindo em completa ruína em 1724. Em 1727 iniciou-se a edificação da atual igreja, no mesmo lugar da antiga. Em 1732 as obras decorriam no corpo da igreja e ainda não se tinham iniciado as obras na capela-mor:

*(...) de huma so nave, ampla, e bem proporcionada de cento e cincoenta palmos de comprido, e sessenta de largo, tudo de forma, e obra Toscana ao moderno: e na estimação de quem tem visto a planta, e obra, fica a mais vistosa, e melhor Paroquia rural de todo o Bispado, em cuja restauração, e forma tem mayor parte o zelo e devoção, que as forças e vontade dos paroquianos; aos quaes unicamente por costume, e posse immemorial anda anexo o encargo da reedificação do corpo, e fabrica della. Continuão-se no corpo da igreja quatro Capellas, duas de cada lado: no collateral da Capela mor, da parte do Evangelho, se hão de colocar as Imagens de Nossa Senhora do Rosario, e a de S. João Bautista: e no do corpo da igreja, da mesma parte, a de Christo crucificado. No collateral da banda da Epistola a Imagem do Espirito Santo: e no do corpo da Igreja, da mesma parte, a de S. Miguel Arcanjo, e almas. Ainda se não deu principio à sua Capella mor, a cuja restauração e fabrica está obrigada a Commenda da mesma Igreja.*⁹⁴⁶

Por volta de 1749 as obras no corpo do edifício estariam concluídas. Segundo Carlos Cardoso, a capela de Stº António serviu de paroquial entre 1724 e 1749. A 12 de janeiro de 1743 foi posta a telha no corpo da igreja e a 24 de fevereiro de 1749 o Santíssimo Sacramento

⁹⁴¹ ANTT – *Tristão de Mendonça*, Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv. 1, fl. 255.

⁹⁴² ANTT – *António Mendonça Furtado*, Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv. 3, fl. 246v.

⁹⁴³ ANTT – *Tristão Mendonça Furtado*, Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv. 5, fl. 370v.

⁹⁴⁴ ANTT – *Luís de Albuquerque Mendonça Furtado*, Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 15, fl. 516.

⁹⁴⁵ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 81v.

⁹⁴⁶ CARDOSO, P. Luiz – *Diccionario Geografico ou Noticia Historica de todas as cidades, villas «, lugares, e aldeas, rios, ribeiras e serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas como modernas*. Tomo I. Lisboa: Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1747, p. 662.

foi transferido solenemente da capela de Stº António para a igreja,⁹⁴⁷ sendo colocado no retábulo colateral do lado do Evangelho, como veremos no relatório de 1758. Portanto, a data de encerramento destas obras deve corresponder aproximadamente a 1749.

Em 1758, concluído o corpo da igreja, encontrava-se, no exterior, um “nobre” frontispício e duas torres com dois sinos “*de boas vozes*”, no interior a capela-mor continuava por iniciar e as quatro capelas do corpo estavam acabadas e ornadas. Por não haver capela-mor o Santíssimo Sacramento encontrava-se no retábulo colateral do lado do Evangelho. Este inquérito, escrito pelo reitor P. António de Oliveira Fraião, é de tal modo detalhado que descreve minuciosamente a parte construída do edifício e os seus respetivos ornatos.

Quanto às portas principal e travessas:

*As portas assim principal como travessas são de angelim da America, feitas na Corte de Lisboa, e com boas ferragens e graves fechaduras, lá também feitas, cujos mestres as vieram qua (sic, por cá) assentar. E por fora ornadas todas três de bons atrios e proporcionadas a cada huma, em forma de meio sextavado, que cercam sete degraus ornados de seus doces.*⁹⁴⁸

Do original terão ficado somente dois degraus frente ao portal principal, nas portas travessas os degraus são obra recente. Quanto às portas de madeira, uma das portas travessas é recente, a outra (na foto) não temos a certeza, e a principal tem uma decoração oitavada e não sextavada. Porém, temos de advertir para o facto de a maior parte dos vãos de iluminação desta igreja serem igualmente oitavados.

Note-se ainda, na fachada principal, a subsistência de elementos que nos remetem para uma linguagem maneirista, como a cartela que encima o portal axial e alguns enrolamentos que o ladeiam. Vamos encontrar estes elementos igualmente presentes no varandim existente entre as torres, nos próprios vãos de iluminação e a decorarem o vão de iluminação do arco cruzeiro, no interior do edifício. É claramente a junção de duas linguagens artísticas, surgindo, em contraponto, em vãos de acesso (portas travessas), interna e externamente emoldurados por pilastras e rematados por frontões interrompidos com enrolamentos ao centro, aos quais muito recorreu a linguagem barroca.

⁹⁴⁷ CARDOSO, Carlos Alfredo Rezende dos Santos – *Subsídios para uma monografia histórica e descritiva da freguesia de Avanca*. Porto: Edição de autor, 1961, p. 51.

⁹⁴⁸ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 268.



112. Porta principal da igreja de Stª Marinha de Avanca



113. Porta travessa da igreja de Avanca

Quanto aos retábulos colaterais e laterais, ao Santíssimo Sacramento e púlpitos:

(...) já ornadas de retabulos à moderna, cada hum semelhante ao que lhe corresponde no sitio, não só na obra e na forma da madeira, e talha, mas também na da pintura e dourado, fingindo nos lizos varias cores de pedras mármorees, e a talha dourada com cinco imagens grandes, novas e admiráveis, assim na esculptura como na encarnação e estofo, por insignes ecultores e pintores portoenses, e são a do Spirito Santo, posto que representa as imagens de todas as três Divinas Pessoas, a de Nossa Senhora do Rosario, a da padroeira Santa Marinha, a do Archanjo São Miguel, e a do Senhor morte no tumulo, proporcionadas à grandeza das capellas, e seus retabulos e que na accommodação das imagens quis a freguezia variar a ordem com que estavam nos altares da igreja velha (...). Agora, porém, como na capella collateral da parte do Evangelho fizeram capella para o Santíssimo Sacramento por não haver capella mor, a que ainda se não tem dado principio, em cima do sacrário se collocou pro interim a imagem da santa padroeira, na do lado do corpo da mesma parte a do Spirito Santo, na collateral da banda da epistola a de Nossa Senhora do Rosario, e na do corpo da igreja, e lado da mesma banda a do Santo Christo Crucificado, e a de São Miguel, e ainda se não mandaram fazer as mais porque em cada retabolo tem dous nichos das partes, fora o throno do meio. Todas as taes capellas têm cortinados de damasco carmesim garnecidos de bons galoens e franjas de ouro, suas quatro lâmpadas de prata e mais pessas já cá estão dadas ou rematadas as

*grades do choro e da separação dos homens e mulheres, e que há-de servir de meza de comunhão também para ellas, de forma moderna para fingirem pedras com seus fastoens de talha nos pilares de suas divisões, e também os púlpitos em lugar de grades delles, fingem-se pannos ou frontaes da talha, e em cima das portas sanefas da mesma talha.*⁹⁴⁹

Estes retábulos foram contratados a 17 de setembro de 1746 entre o mestre entalhador José Martins Tinoco (Porto) e o capitão Diogo Tavares de Resende, procurador do juiz de António Martins, juiz da igreja de Stª Marinha de Avanca. Serviu de fiador Miguel Francisco da Silva.

Na procuração, trasladada dentro do próprio contrato de obra, que o juiz da igreja fez a Diogo Tavares de Resende, declara que Diogo de Resende pode “(...) assinar uma escritura dos retábulos que se hão-de fazer para a igreja desta freguesia de Santa Marinha de Avanca, conteúdos (?) nas duas plantas (...) com os seus acrescentos nelas, os quais vão justos em trezentos mil réis ao Senhor Miguel Francisco da Silva (...)”.⁹⁵⁰ No contrato propriamente fica claro que a obra já estava acordada pelo António Martins, que

*(...) como juiz da mesma igreja e em nome de todo o povo, se ajustou com o dito José Martins Tinoco de este lhe fazer toda a referida obra, na forma das plantas que se fizeram em que assinaram o dito Antonio Martins e o dito procurador Capitão Diogo Tavares de Resende e o Licenciado Manuel Valente de Oliveira e o Alferes João de Resende Fragoso e o Capitão Manuel Antão Pereira e Gil António Pinto Coelho de Vasconcelos e o Reverendo Encomendado Paulo (?) Crasbeque de Melo e o dito José Martins Tinoco e Miguel Francisco da Silva, e com as declarações nas mesmas plantas apontada em uma delas com o acréscimo das mesmas, e isto por preço de Trezentos mil réis, a saber, cem mil réis ao assinar desta, e outro cem mil réis no meio da obra, e o último pagamento de cem mil réis, depois de toda a dita obra estar perfeita e acabada, e assentado tudo nos seus lugares (...)*⁹⁵¹

A obra teria de estar concluída até ao S. João (24 de junho) de 1747.

⁹⁴⁹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 267-268.

⁹⁵⁰ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. III, p. 501-504.

⁹⁵¹ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. III, p. 503-504.



114. Interior da igreja de Stª Marinha de Avanca – retábulo-mor e os quatro retábulos feitos por José Martins Tinoco

Sabemos, portanto, que o risco existente tinha sido assinado por diversas pessoas ligadas à igreja de Avanca, terminando com o padre Encomendado e os dois artistas, José Martins Tinoco e Miguel Francisco da Silva. José Martins Tinoco porque seria o entalhador da obra e Miguel Francisco da Silva, certamente por ser o autor do risco, uma vez que como fiador não teria obrigação de assinar a planta, mas unicamente de se apresentar no ato de contrato notarial. Note-se que a planta já tinha sido assinada anteriormente e que o traslado da procuração dada a Diogo de Resende diz que os retábulos seriam feitos segundo as plantas, com acrescentos e acordo de pagamento de trezentos mil réis feito com o *Senhor Miguel Francisco da Silva*. Que outro papel teria Miguel Francisco da Silva neste processo se não fosse o autor do risco?

Não podemos deixar de relembra que um ano antes, em 1745, foi celebrado um contrato de obra, para dois retábulos colaterais e frontispício do arco cruzeiro da igreja de Stº André de Canidelo, com o entalhador Manuel Pereira da Costa, segundo o risco feito por Miguel Francisco da Silva. Como ainda teremos oportunidade de ver, Miguel Francisco da Silva, por esta altura já tinha feito o risco da escadaria da igreja de S. Miguel de Oliveira de Azeméis (comenda da Ordem de Cristo), executada em 1739. Portanto, a sua atividade na comarca da Feira está documentada e para o caso de Avanca, a documentação pode não ser absolutamente esclarecedora, mas dá a entender que o risco destes retábulos também lhe pertenceria.

O contrato refere ainda a possibilidade de haver acrescentos de obra acordados depois do ato notarial e dada a proximidade dos elementos decorativos dos dois púlpitos aos quatro retábulos é possível que os púlpitos tenham a mesma autoria, embora os retábulos tenham

perdido os marmoreados, que ainda subsistem nos púlpitos. Todavia, o documento de 1758 descreve estas peças como obras de trabalho artístico harmonioso, tanto na pintura como no entalhamento, estando por esta altura os próprios retábulos pintados com marmoreados.



115. Púlpito, igreja de Stª Marinha de Avanca



116. Retábulo colateral de N. Srª do Rosário, igreja de Stª Marinha de Avanca

Em 1769 a capela-mor e sacristia continuavam por iniciar e até a paramentaria tinha sido custeada pela Confraria do Santíssimo Sacramento:

A Igreja hé a melhor de todas as desta Com.^{ca} com 4 Altares, 2 torres com 2 sinos; mas estando feita há mais de 20. a^s, ainda não tem capela mor, nem sachristia dela; e se revestem os P.^{es} de baxo do Sepulchro, q tem no lugar do Arco da Capela mor, q há de ser. Tem param.^{tos} ricos da Confraria do Santissimo.⁹⁵²

⁹⁵² AP - Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769, fl. 88v.

A capela-mor estava concluída em 1790, sendo a obra custeada pela comenda. No exterior nota-se, no alçado posterior da capela-mor, um trabalho ornamental, no remate da empena invulgar nos edifícios desta região, mas que se harmoniza bem com o conjunto, nomeadamente na proximidade formal que existe entre as pilastras do corpo da nave e as pilastras, rematadas por pináculos, que demarcam o alçado posterior da capela-mor e os corpos das duas sacristias.



117. Igreja de Stª Marinha de Avanca

Dado o trabalho de cantaria bastante elaborado na fachada, em todos os vãos de acesso e iluminação do corpo da igreja, destacando o insólito vão de iluminação do arco cruzeiro e de todos os nichos do interior da nave, o padroeiro passou a ter uma responsabilidade acrescida na edificação da capela-mor. Talvez esta seja a justificação para um trabalho tão cuidado do alçado posterior da igreja, dos vãos de iluminação da capela-mor e do retábulo, que como veremos foi executado de uma forma bastante diferente do projeto inicial.

A documentação relativa ao retábulo-mor e janelas da capela-mor revela, nas suas anotações, uma grande preocupação com uma linguagem mais depurada, característica dos últimos anos do século XVIII e século XIX, mas certamente para se harmonizar com o conjunto construído e ornamentado, não o prejudicando nem no que respeita à necessidade de luz no seu interior.



118. Fachada da igreja de Stª Marinha de Avanca

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo deparámo-nos com dois riscos relativos à capela-mor da igreja de Stª Marinha de Avanca, como desconhecíamos o autor do seu risco em busca de alguma referência encontrámos um artigo publicado por Celina Bastos⁹⁵³ em que estes riscos já foram analisados, porém, resolvemos apresenta-los desta vez na perspetiva da obra anotada pelo encomendante e não do documento de autor. Trata-se de dois riscos acompanhados da petição feita, a 30 de janeiro de 1790, pela freguesia para que a comenda procedesse à arrematação da obra de talha da capela-mor. Por esta altura “(...) *se achava já feita, e acabada a Capella-mór* (...)”. O retábulo viria a ser arrematado pelo mestre Manuel Teixeira Guimarães (Porto).⁹⁵⁴

D. Joaquim Lourenço Ciais Ferrás de Acunha, arquiteto, riscou para a igreja de Avanca, por volta de 1790, o retábulo-mor e as sanefas e varandas das janelas da capela-mor. Os seus riscos foram anotados por Manuel Caetano de Sousa, arquiteto das três ordens militares, que com as suas notas dirigiu a execução da obra simplificando-a consideravelmente, adaptando-

⁹⁵³ BASTOS, Celina – D. Joaquim Lourenço Ciais Ferrás de Acunha, um desconhecido arquitecto, “riscador” e organeiro do último quartel do século XVIII. *Revista de Artes Decorativas*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes, nº 1 (2007), p. 115-138.

⁹⁵⁴ BASTOS, Celina – D. Joaquim Lourenço Ciais Ferrás de Acunha...p. 130, 136-138.

a a uma nova corrente artística, o neoclassicismo, e garantindo a concertação com o espaço envolvente já construído.

Relativamente ao retábulo-mor as anotações são claras, deveria ser bastante mais simplificado:

Os ornatos letra – A devem ser escurados por excederem a tangente do circulo da abobeda, e menos se deve praticar estendidos pello comprimento da d^a.

Os ornatos letras – B que formão segunda quartela ao Frontispicio se não deve usar delle nem da retal toda da cimalha por haver outra quartella por colocada sobre a moldura da bouca que dos lados suspende as armas reaes e a cimalha do tímpano.

Não deve haver a piramida anotada com a letra C por haver outros semelhantes sobre a empena da cimalha Real e fugir a tanta repetição de huma mesma figura não devendo aquele lugar ser ocupado de objecto algum.

Como as colunas estão pouco revestidas de ornatos (a que acho bem deliniado) não devemos pedestais de ser revestidos de fantasia nos lugares – D por ficarem sendo corpos inferiores.

O ornato letras – E se não deve usar delle para desafogar melhor moldura da bouca. So se uzará da quartela o ornato da porta do Sacrário, com o seu ornato por fim como se ve deliniado.⁹⁵⁵

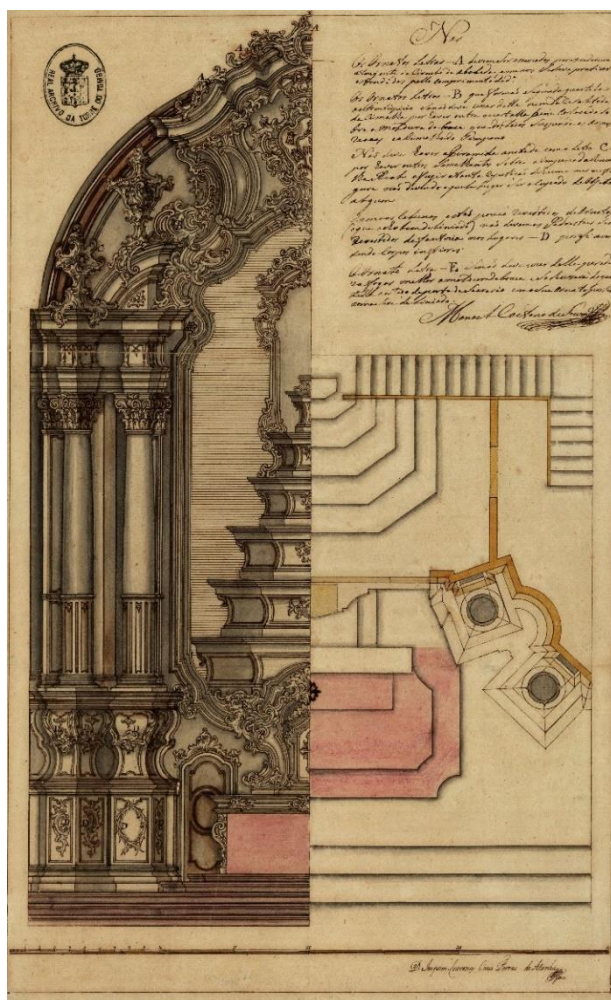
332

Como se pode verificar, na comparação formal do risco com o objeto concretizado, a obra manteve todos os elementos estruturais, mas a decoração de gosto rococó foi substituída por pequenos apontamentos decorativos, como grinaldas de flores e outros elementos vegetalistas de gosto neoclássico. No que respeita aos pedestais que seriam de formato curvilíneo, na obra final transformaram-se em estruturas retangulares.

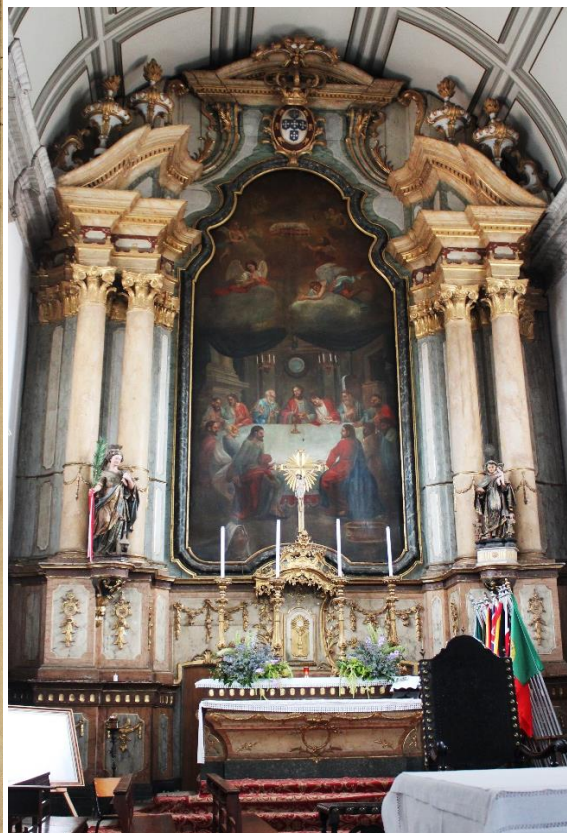
A moldura da boca da tribuna manteve o formato projetado, o brasão com as armas de Portugal passou a figurar isoladamente, debaixo do frontão triangular que remata a estrutura retabular. O retábulo deu um maior destaque à estrutura arquitetónica (colunas de fuste liso, arranques de frontão, frontão triangular, etc.) em detrimento da decoração, reservando-a para os pedestais e sacrário e para os pináculos do coroamento. Estes pináculos, também muito simplificados quanto ao projeto inicial, acabaram por ser os quatro executados, apesar das

⁹⁵⁵ ANTT – *Ornatos da Capela mor e Sacristia da igreja de Santa Maria de Avanca*. Ministério do Reino, Coleções de plantas, mapas e outros documentos iconográficos, nº 12.

anotações de Manuel Caetano dizerem claramente que os mais próximos do arranque da abobada não deviam ser construídos.



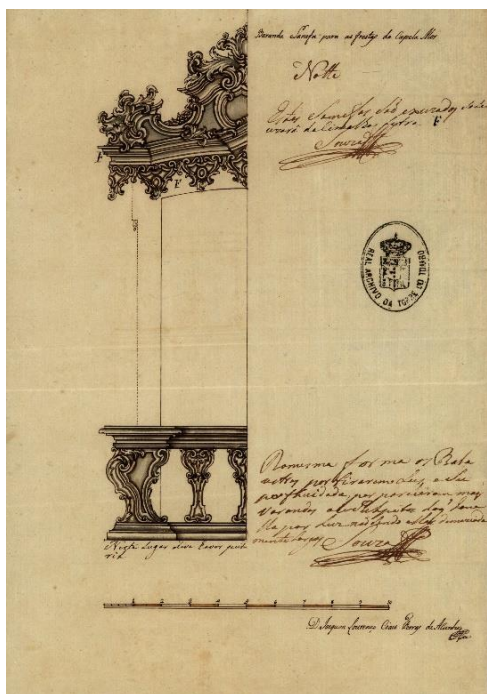
119. ANTT – Ornatos da Capela mor e Sacristia da igreja de Santa Maria de Avanca. Ministério do Reino, Coleções de plantas, mapas e outros documentos iconográficos, nº 12.



120. Retábulo-mor da igreja de Stª Marinha de Avanca

Quanto às janelas da capela-mor, foram projetadas guardas de varanda e sanefas para estas janelas, mas onde deveria estar a base da balaustrada o anotador, Manuel Caetano de Sousa, diz que “*neste lugar deve haver peitoril*”, relativamente às “*(...) Sanefas são escusadas so se uzará da cimalha letra F*”, e “*da mesma forma os Balaustres por tirarem lus, e superfluidade, por parecerem mais varandas dos Pulpitos do q janella por luz não sendo ellas demasiadamente largas*”.⁹⁵⁶

⁹⁵⁶ ANTT – Baranda e Janela para as Frestas da Capela Maior na [igreja de Santa Maria de Avanca]. Ministério do Reino, Coleções de plantas, mapas e outros documentos iconográficos, nº 11.



121. ANTT – Baranda e Janela para as Frestas da Capela Maior na [igreja de Santa Maria de Avanca]. Ministério do Reino, Coleções de plantas, mapas e outros documentos iconográficos, nº 11.



122. Janela da capela-mor da igreja de Stª Marinha de Avanca

Fica, portanto, mais um exemplo de como o direito de padroado no que respeita à manutenção dos edifícios poderia revelar-se um grande problema. A construção da igreja de Sª Marinha de Avanca foi iniciada em inícios do século XX e concluída quase um século depois, por incumprimento do padroeiro relativamente à capela-mor.

A capela-mor viria a ser restaurada na década de 1970/1980 pelo arquiteto Fernando Neves,⁹⁵⁷ e em 1995 foi feito um *arranjo* no presbitério e zona do arco cruzeiro (deslocação do batistério, colocação do ambão, etc.), aprovado a 19 de junho pelo bispo de Aveiro, D. António Marcelino.⁹⁵⁸

A atual **igreja de S. Mateus do Bunheiro** foi construída, pelo mestre Manuel Francisco da Silva, de 1741 a c.1755,⁹⁵⁹ no que respeita às obras da nave e não na totalidade como afirmam diversos autores.

⁹⁵⁷ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1981, p. 18.

⁹⁵⁸ ACDA – *Avanca. Igreja Matriz*, 1995. Pasta. Projectos. Estarreja: Pardilhó (igreja), Beduído (igreja), Stº António (capela), Água Levada, Canelas (igreja), Fermelã (Roxico).

⁹⁵⁹ MAIA, Sara Vidal – *Igreja Matriz do Bunheiro*. Aveiro: Fábrica da Igreja de São Mateus do Bunheiro, 2008, p. 33-34. – GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1981, p. 118. – CARDOSO, Carlos Alfredo Rezende dos Santos – *Subsídios para uma monografia histórica e descritiva da freguesia de Avanca*. Porto: Edição de autor, 1961, p. 52. – CUNHA, José Tavares Afonso e – *Notas Marinhoas. Notícias históricas do concelho da Murtosa e das suas freguesias Marinhoas do concelho de Estarreja*. Vol. I. Murtosa: Livraria Ramos, 1965, p. 79.

Sendo a capela-mor da responsabilidade da Comenda de Avanca, ainda em 1769 estava por concluir e a sacristia nem sequer tinha sido iniciada:

A Igreja hé boa com 4 Altares suficientes, e torre com 2 sinos. Da Capela mor há m.^{tos} a.^s estão feitas 3 partes das paredes, e assim parou a obra, q. hé da obrig.^{am} do Comendador de Avanca, de q.^m esta freg.^a hé filial, q. era Luis de Mendonsa Furtado, e hoje na Coroa: A sacristia nem principiada está.⁹⁶⁰



123. Capela-mor da igreja de S. Mateus do Bunheiro



124. Janela da capela-mor da igreja do Bunheiro

As obras na capela-mor foram da responsabilidade do mestre Manuel Afonso e a obra paga entre 1788 e 1789.⁹⁶¹ Como no caso de Avanca, também em Bunheiro a comenda tardou a dar resposta, até porque em 1769 já se encontrava vaga a comenda, o que certamente viria complicar consideravelmente as coisas, sendo necessário o aval da Coroa a quem pertenciam as comendas vagas.

⁹⁶⁰ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 81v.

⁹⁶¹ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1981, p. 118.

A construção desta capela-mor foi ligeiramente anterior à de Avanca. Todavia, nota-se no retábulo de linguagem rococó de Bunheiro, vários elementos existentes no projeto de D. Joaquim Lourenço Ciais Ferrás de Acunha: o mesmo recorte na boca da tribuna, um recorte muito mais sinuoso dos pedestais e os concheados que desapareceram completamente do retábulo de Avanca aqui vão figurando um pouco por toda a estrutura. Ao nível das janelas, o desenho dos vãos da capela-mor de Avanca é exatamente igual ao dos vãos da capela-mor da igreja de S. Mateus do Bunheiro, foram unicamente acrescentadas em Bunheiro as sanefas e varandas, obra oitocentista. As janelas são também em numero de quatro e o teto da capela-mor igualmente em caixotões de madeira de moldura simples. Exteriormente, à semelhança de Avanca, a capela-mor segue a estrutura do corpo da nave, tanto na empena como nos cunhais rematados por pilastras coroadas por pedestal encimado por pináculo.



125. Alçado posterior e lateral da igreja de S. Mateus do Bunheiro



126. Fachada da igreja de Bunheiro

Estes elementos são a prova de duas obras feitas pelo mesmo encomendante e da transição dos elementos artísticos entre igrejas do mesmo padroado.

Entre finais do século XIX e inícios do século XX deve ter recebido o revestimento azulejar de todas as paredes internas, na nave e capela-mor.

A atual **igreja de S. João de Loureiro** é uma reconstrução, da responsabilidade de um mestre-de-obras local, iniciada em 1924 e concluída em 1929.⁹⁶²

Sobre a igreja antiga sabe-se que já em 1698 o visitador censurava a comenda dizendo que há muito tempo estava a ser negligente em relação à igreja de Loureiro, por:

⁹⁶² GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1981, p. 142.

*(...) necessitar-se muito de um Retabulo na Capela-mor; e é tão antiga esta necessidade, como são as repetidas Visitas em que se tem mandado fazer, sendo que as rendas sempre foram em aumento, e as obras á Igreja necessárias em diminuição, pelo que mando se satisfaça com o dito Retabulo, sob pena de vinte mil réis para Sé e Meirinho dentro em um ano, os quaes se haverão pelos frutos desta Comenda (...).*⁹⁶³

Certamente não terá sido unicamente a negligência do comendador que contribuiu para o estado de ruína que esta igreja apresentaria em finais do século XIX, mas pelo que sugere o P. João Arede, até ao século XIX, segundo documentos por ele consultados, esta situação foi-se repetindo diversas vezes.⁹⁶⁴

De 1925, conforme comprova a inscrição no frontispício, data a conclusão da fachada. Numa análise mais atenta à sua arquitetura existem dois elementos que se destacam: o registo inferior da torre sineira com um tratamento bem diferenciado da restante cantaria do edifício⁹⁶⁵, e alguns elementos que compõem o portal axial, sobretudo no que respeita aos pináculos e eventualmente alguns elementos do nicho. Poderá tratar-se de pequenos reaproveitamentos do edifício anterior.

É ainda de destacar os dois vãos de iluminação que ladeiam o nicho e que parecem ter recebido influência dos vãos existentes nos alçados laterais da igreja de St^a Marinha de Avanca, o recorte é igual.

No interior os retábulos, embora com elementos que nos poderiam remeter para uma linguagem setecentista, nas palavras de Nogueira Gonçalves, “(...) não passam de arranjos executados pelos hábeis entalhadores Santos, da Carregosa (...)”.⁹⁶⁶

⁹⁶³ AREDE, P. João Domingues – Breves Apontamentos sobre a Terra de Loureiro. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Tip. Da Coimbra Editora. Vol. XV, nº 57 (1949), p. 25.

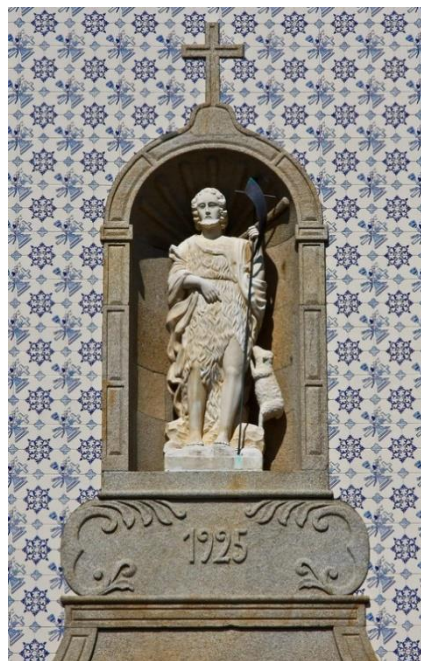
⁹⁶⁴ AREDE, P. João Domingues – Breves Apontamentos sobre a Terra de Loureiro. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Tip. Da Coimbra Editora. Vol. XV, nº 57 (1949), p. 24-25.

⁹⁶⁵ Nogueira Gonçalves sobre este assunto diz que “o corpo inferior da torre, que se ergue à direita, é antigo”. (GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1981, p. 142)

⁹⁶⁶ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1981, p. 142.



127. Igreja de S. João de Loureiro



128. Nicho e inscrição na fachada da Igreja de S. João de Loureiro

Sobre o edifício anterior sabemos que em 1758 a igreja tinha sido reedificada há pouco tempo, tinha três retábulos – o retábulo-mor com o Santíssimo Sacramento, o retábulo colateral do lado do Evangelho dedicado a N. Sr^a do Rosário e o colateral do lado da Epístola dedicado a Cristo Crucificado – e “(...) *de novo se fazem agora dois por se reedificar há pouco esta igreja*”.⁹⁶⁷

Em 1769 ficamos ainda a saber como foi custeada esta reedificação. O corpo da igreja tinha usufruído de benefício régio e a capela-mor e as sacristias tinham sido feitas a expensas da comenda de Avanca, como lhe competia:

*A Igreja he boa, com capela mor, duas sachristias, e 5 altares, todos dourados, menos o maior, e tudo novo e feito á custa do real, imposto no vinho, p.^a o q alcanarão Provz^{am}; posto que a Capela mor; e sachristia eram da obrig.^{am} do Comemador q he o de Avanca: e torre com 2 Sinos (...).*⁹⁶⁸

No século XIX, com o aumento populacional, a igreja deixou de ser suficiente e a 28 de outubro de 1864 o visitador declara que “*a egreja não é proporcionada à população, porem*

⁹⁶⁷ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 312.

⁹⁶⁸ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 68.

está dencente (...) contudo precisa de alguns reparos”.⁹⁶⁹ Em 1924 acaba por ser substituída pela atual.

A atual **igreja de S. Mamede de Madaíl** é uma construção da autoria do arquiteto Rogério de Azevedo, executada entre 1940 e 1942.



129. Antiga igreja de Madaíl (AREDE, P. João Domingos – Madaíl, do Concelho de Oliveira de Azeméis, Bispado do Porto. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Tip. Coimbra Editora. Vol. XIX, nº 73 (1953), p. 9.)



130. Igreja de S. Mamede de Madaíl

A antiga igreja erguia-se em frente, junto ao cemitério, era pequena e parte dela ruiu em 1938.⁹⁷⁰ Este edifício já existia em 1758, com nave única e três retábulo, o retábulo-mor com Santíssimo Sacramento e a imagem de S. Mamede, o retábulo colateral do lado do Evangelho dedicado a S. Mateus e o do lado da Epístola dedicado a N. Sr^a do Rosário.⁹⁷¹

Em 1769 a igreja era “(...) pequena, mas o q basta; com 3 Altares ordinários, capela mor velha; porem já está arematado o forro dela: A sachristia hé metade da obrig.am do Comendador, e outra a metade dos freguezes, e toda ela hé pequena; e Campanario com sineta (...)”.⁹⁷² Esta igreja foi o único caso que encontrámos em que a sacristia se apresenta com dois responsáveis, na generalidade quando são necessárias duas sacristias uma é do povo/das irmandades e a outra do padroeiro, muitas vezes designada de *sacristia do Senhor*, entenda-se

⁹⁶⁹ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 76v.

⁹⁷⁰ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1981, p. 147.

⁹⁷¹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 315.

⁹⁷² AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 66v.

Jesus. Quanto à capela-mor o padroeiro já tinha tratado do processo de arrematação da obra de manutenção do seu forro. Efetivamente foram diversas as obras de grande monta que encontrámos em meados do século XVIII, nesta comenda, esta seria das menores, de simples manutenção.

Durante cerca de um século não temos mais nenhuma informação sobre ela, mas pela descrição oitocentista acreditamos que se manteve, sendo somente acrescentados alguns retábulos. A 27 de outubro de 1864 o visitador da comarca da Feira, diz que “*a igreja é pouco espaçosa e precisa de muitos reparos (...) os altares estão decentes e especialmente os de novo construídos (...)*”.⁹⁷³ Em 1922/1923 a igreja é descrita como “*(...) pequena e pobre, em arte arquitetónica. É talvez a mais pequena de todo o concelho de Oliveira d’Azeméis. Tem apenas três altares de talha dourada, e que foram restaurados, em 1920*”.⁹⁷⁴ Com a sua ruína em 1938 foi substituída e nada restou dela.

A atual **igreja de S. Pedro de Pardilhó** é obra iniciada em 1812. O edifício anterior tinha sido iniciado em 1740,⁹⁷⁵ em 1758 a igreja tinha “*(...) três altares, o altar maior que hé da comenda, o de Nossa Senhora do Rozario, e o do Spirito Santo*”.⁹⁷⁶ Em 1769 a igreja tinha uma torre sineira, duas sacristias (uma do padroeiro a outra do povo) e a capela-mor estava a ser construída: “*a Igreja hé proporcionada á freg^a, com capela mor metade feita, sachristia, e outra do povo, e 4 altares suficientes, e torre com 2 sinos*”.⁹⁷⁷ Todavia, apesar dos esforços feitos a igreja encontrava-se em lugar *baixo e húmido* e os fregueses começaram a pensar em construir uma igreja nova.

A 1 de fevereiro de 1812 António da Silva, de Pardilhó, arrematou a obra do corpo da igreja. Nesse mesmo mês a Irmandade do Santíssimo Sacramento trocou um terreno que lhe pertencia por um pinhal que Francisco Resende, de Avanca, tinha junto à antiga igreja de Pardilhó, mas em lugar mais elevado, para aí construir a igreja. A obra foi iniciada em julho de 1812. Em 1823 o corpo da igreja estava concluído, depois de António da Silva ter cedido a obra a Manuel Lourenço Afonso, de Avanca, que a terminou.⁹⁷⁸ Por esta altura estava o direito de padroado muito próximo da extinção e não encontrámos referência à construção da capela-

⁹⁷³ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 75v.

⁹⁷⁴ *Relatório do Movimento Religioso da Diocese do Porto. Ano de 1922-23*. Porto: Tip. Medico, 1924, p. 319.

⁹⁷⁵ FREIRE, Maria Esmeralda – Pardilhó. In *Património Artístico do Concelho Estarreja*. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja, 1982, p. 49.

⁹⁷⁶ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 276.

⁹⁷⁷ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 85.

⁹⁷⁸ História da Capela de Santo António e da Igreja de Pardilhó. *O Concelho de Estarreja*, nº 4098, 20 de agosto de 2000. – História da Capela de Santo António e da Igreja de Pardilhó. *O Concelho de Estarreja*, nº 4099, 20 de setembro de 2000.

mor, pelo que não é possível avaliar se houve intervenção do padroeiro neste novo edifício ou se foi completamente custeado pela freguesia.

O que não podemos deixar de referir é a proximidade formal, do retábulo-mor de Pardilhó com a estrutura do retábulo de Avanca, embora muitíssimo mais simplificado, mas com semelhanças no recorte da boca da tribuna, no jogo de avanços e recuos das colunas, nos pedestais de estrutura retangular e até nos pináculos e frontões do coroamento, sendo neste caso o frontão triangular central, de Avanca, substituído por um frontão curvo e achatado.

As quatro janelas da capela-mor da igreja de Pardilhó apresentam um desenho semelhante às janelas de Avanca, embora de execução muito menos dedicada.



131. Igreja de S. Pedro de Pardilhó



132. Capela-mor da igreja de S. Pedro de Pardilhó

Em 1966 a igreja sofreu diversas alterações, fizeram-se arranjos externos, a pia batismal foi deslocada e construiu-se o corpo lateral do lado direito da fachada, tudo segundo projeto do Arq. Anselmo Gomes Teixeira, de Aveiro.⁹⁷⁹

8.1.3. Comenda de S. Tiago de Beduído

A 20 de abril de 1515, estando ausente o abade de S. Tiago de Beduído “(...) *por ser em Africa na armada do Senhor Dom Amtonio* (...)”, foi perante o Cura, P. João de Paiva, e seguindo as determinações da papa Leão X, instituída a Comenda de S. Tiago de Beduído.

⁹⁷⁹ ACDA – *Pardilhó*, 1966. Pasta. Projectos. Arcip. Estarreja: Fermelã, Pardilhó, Salreu.

Aires Ferreira, procurador do governador e administrador da Ordem de Cristo, tomou posse de “(...) *todos os fructos remdas renovos desta igreja de Samtiago de Bedoido* (...)”, que passaram a pertencer à Ordem de Cristo. Todavia, só seria atribuída a Comenda, a um mestre / comendador, quando a igreja vagasse, normalmente com o falecimento do abade.⁹⁸⁰

A administração desta comenda pertencia ao Conde de S. Tiago, título que foi criado a 12 de novembro de 1667 por D. Afonso VI e entregue a Lourenço de Sousa da Silva, que entre outros títulos e propriedades era comendador de S. Tiago de Beduído. Faleceu em 1675 e a comenda foi transitando por herança familiar para D. Aleixo de Sousa da Silva e Meneses (2º conde, faleceu em 1744), D. Lourenço António de Sousa da Silva e Meneses (3º conde)⁹⁸¹ e Nuno Aleixo de Sousa Silva e Albuquerque (4º conde, que recebeu a comenda em 1792).⁹⁸²

A **igreja de S. Tiago de Beduido** terá sido construída em inícios do século XVIII, conforme a leitura formal que Nogueira Gonçalves ainda conseguiu fazer do arco cruzeiro e portas travessas.⁹⁸³ A estrutura arquitetónica deste edifício foi de tal modo alterada em meados do século XX que tivemos muita dificuldade na sua datação, porque muitos dos elementos que Nogueira Gonçalves descreve já não existem.

Todavia, é possível notar o reaproveitando alguns elementos de construções anteriores, possivelmente da igreja antiga. O elemento mais antigo, colocado numa das paredes da nave, foi uma inscrição de 1263 que refere a sagração da antiga igreja de Beduído nesse ano, todavia por estar amputada não sabemos se se trata de ano de Cristo ou da era de César.⁹⁸⁴ Da primeira metade do século XVI será o portal principal, com pilastras de meio fuste canelado e o outro meio estriado, com capitel coríntio do qual se destaca um rosto no topo central, assentes em pedestais com elementos geométricos circulares, ao centro. De 1668, segundo inscrição na sua guarda, é o púlpito, em pedra de Ançã e possivelmente de execução coimbrã.

⁹⁸⁰ SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e – *As Comendas Novas da Ordem de Cristo. Século XV*. In FONSECA, Luís Adão da – *Militarium Ordinum Anaclecta*. Porto: CEPESE. nº 13 (2012), p. 177-181.

⁹⁸¹ SOUSA, D. Antonio Caetano – *Memorias Históricas, e Genealogicas dos Grandes de Portugal*. Lisboa: Regia Officina Sylviana e Academia Real, 1755, p. 533-540.

⁹⁸² ANTT – *Nuno Aleixo de Sousa Silva e Albuquerque*, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv. 28, fl. 364v.

⁹⁸³ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 12.

⁹⁸⁴ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 12.



133. Portal principal da igreja de S Tiago de Beduído



134. Púlpito (1668) da igreja de S. Tiago de Beduído

Em 1751 e 1758 a igreja de nave única, tinha cinco retábulos, o retábulo-mor com a imagem de S. Tiago, dois colaterais dedicados a N. Sr^a d Rosário e Cristo Crucificado e dois laterais dedicados ao Santíssimo Sacramento e Almas.⁹⁸⁵ Em 1769 “a Igreja hé boa com Capela mor da m.^{ma} forma, e 5 Altares com decencia, sachristia, e torre com 2 sinos”.⁹⁸⁶

Em finais do século XVIII devem ter ocorrido algumas obras no corpo da nave e na capela-mor, pelo menos no que respeita aos vãos de iluminação que têm todos a mesma configuração dos vãos da capela-mor da igreja de Avanca, janelas em arco abatido, emoldurado, com peitoril destacado e decorado com dois pendentives.

343

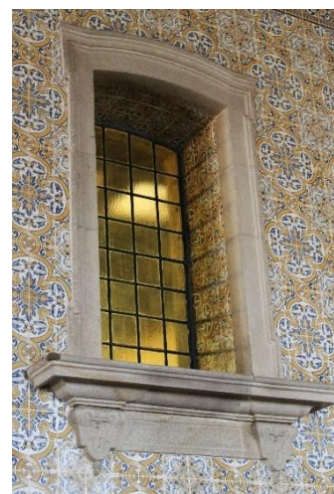
Em 1910 a fachada terá recebido algumas obras, pelo que indica a inscrição junto ao nicho de S. Tiago.



135. Fachada da igreja de S. Tiago de Beduído



136. Pormenor com a data de 1910, na fachada da igreja de Beduído



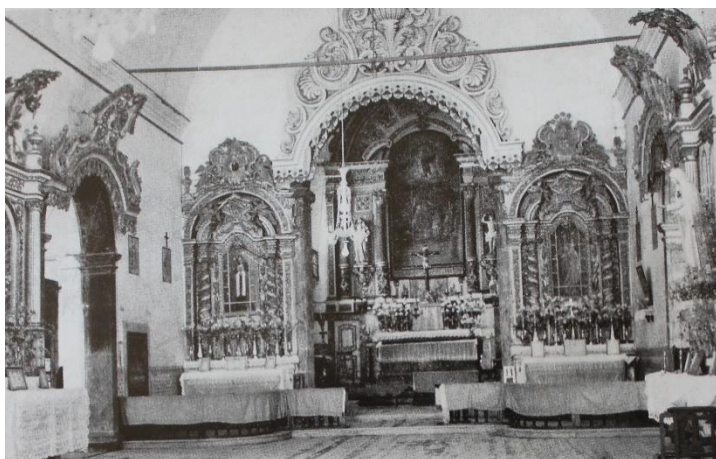
137. Janela do corpo da igreja de Beduído

⁹⁸⁵ CARDOSO, P. Luiz – *Diccionario Geografico....* Tomo II..., 1751, p. 122. – CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 270.

⁹⁸⁶ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 72v.

Segundo o *Relatório do movimento religioso da Diocese do Porto*, escrito pelo pároco, P. Donaciano da Silva Bastos de Abreu Freire, em 1922 houve um incêndio que destruiu grande parte da igreja, incluindo os livros e documentos antigos que se conservavam nela, e nessa sequência procederam a obras de recuperação do edifício. A Torre sineira foi aumentada para o *dobro da altura* e foram adquiridos dois retábulos provenientes do extinto mosteiro de S. Bernardo de Portalegre, dos quais hoje só resta o retábulo-mor, embora muito alterado.

*Na noite de 26 para 27 de Março deste ano [1922] foi a igreja toda danificada por grande incêndio que lhe destruiu os andares das sacristias, capela-mor, corpo da igreja até às naves das capelas laterais, órgão, sanefas do arco-cruzeiro, tendo ardido a riquíssima tribuna renascença, em talha funda, doirada de novo, do que só escapou o sacrário. O povo da freguesia reconstruiu, a expensas suas, a parte do templo destruídas, subiu a torre ao dobro da altura, adaptou a sacristia do Norte para as Capelas das Almas e do Senhor dos Passos, cujo altar com tribuna, bem como o da capela-mor vieram do extinto Convento de S. Bernardo de Portalegre, por compra. Foi de novo solenemente exposta e aberta ao culto no dia 6 de janeiro de 1923 com a presença do Ex^{mo} Prelado da Diocese.*⁹⁸⁷



138. Interior da igreja de S. Tiago de Beduído antes das intervenções da década de 1960 (GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, EST. XL)



139. Interior da igreja de S. Tiago de Beduído na atualidade

A 11 de agosto de 1965 é apresentado, à diocese de Aveiro, o projeto das obras a realizar na igreja de Beduído da autoria do arquiteto António Linhares de Oliveira, do Porto.⁹⁸⁸

⁹⁸⁷ *Relatório do Movimento Religioso da Diocese do Porto. Ano de 1922-23*. Porto: Tip. Medico, 1924, p. 111.

⁹⁸⁸ Um ano antes tinham iniciado obras semelhantes na igreja de St^a Maria da Murtosa, sob a responsabilidade do mesmo arquiteto, António Linhares de Oliveira.

O engenheiro responsável, Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça, de Estarreja, na memória descritiva sobre estas obras diz o seguinte:

*(...) obras de remodelação, sem envolverem qualquer modificação na sua estrutura fundamental. Com efeito pretende-se com estas obras, dar uma maior amplitude ao corpo da Capela-Mor, enquadrando o Altar-Mor de forma a que faça ressaltar a sua posição como centro de toda a actividade religiosa no Templo (...), com a supressão de todos os elementos que possam prejudicar a integração da comunidade em todo o movimento litúrgico da Capela-Mor.*⁹⁸⁹

Para tal intento, procedeu-se à transformação do arco cruzeiro, “(...) dando o aumento ao seu vão para a abertura total da Capela-Mor (...)”:

*O arco de volta inteira, encoberto por sanefas antiquadas e sem qualquer significado para a definição de um estilo artístico da construção, dará lugar a um arco abatido, harmonioso, em cantaria de granito, com os pés direitos no mesmo material e que ressaltarão a verdade funcional na sua nudez de pedra à vista*⁹⁹⁰.

345

Os dois retábulos colaterais foram retirados para se proceder à abertura dos dois corpos laterais. Na capela-mor a parede do fundo foi recuada para aumentar o comprimento deste espaço. “Toda essa parede se manterá na sua estrutura existente, exceptuando-se o lambrim sobre que assenta todo o movimento de colunas e entablamentos que, necessariamente, será modificado para material digno (madeira brasileira ou africana)”⁹⁹¹

A 22 de janeiro de 1966 o projeto foi aprovado pela Comissão Diocesana de Arte Sacra da Diocese de Aveiro.

A 28 de fevereiro de 1969 foi apresentado o projeto para a capela do Santíssimo sacramento. Os dois corpos laterais ao corpo da nave, junto à capela-mor já estavam adaptados, do lado esquerdo localizava-se um retábulo *rocaille*, que deveria ser poupado, “do outro lado, a capela não oferece qualquer valor e encontra-se num estado de quase ruína”, seria então

⁹⁸⁹ ACDA – *Beduído*. Pasta. Projectos. Estarreja: Pardilhó (igreja), Beduído (igreja), Stº António (capela), Água Levada, Canelas (igreja), Fermelã (Roxico)

⁹⁹⁰ ACDA – *Beduído*. Pasta. Projectos. Estarreja: Pardilhó (igreja), Beduído (igreja), Stº António (capela), Água Levada, Canelas (igreja), Fermelã (Roxico)

⁹⁹¹ ACDA – *Beduído*. Pasta. Projectos. Estarreja: Pardilhó (igreja), Beduído (igreja), Stº António (capela), Água Levada, Canelas (igreja), Fermelã (Roxico)

nesse espaço feita a capela do Santíssimo Sacramento, com dois confessionários e bancos para 50 pessoas. Nas palavras do Arq. Abrunhosa de Brito (Porto), que assina a memória descritiva, “*com a capela do Santíssimo Sacramento, a igreja paroquial de Beduído fica dotada dum espaço, que para além da utilidade meramente funcional, a beneficia dum ambiente íntimo que contrasta com o imenso espaço da nave*”.⁹⁹²

A 27 de agosto de 1969 o projeto da capela do Santíssimo Sacramento é aprovado pela Comissão Diocesana de Arte Sacra da Diocese de Aveiro.⁹⁹³ As obras continuaram em 1970 com a alteração de posição da pia batismal.⁹⁹⁴

Com o incêndio de 1922 e com estas obras, que alteraram profundamente a estrutura arquitetónica e ornamental deste edifício, perderam-se quase todos os indicadores que poderíamos ter sobre a obra realizada nesta igreja pelo seu padroeiro.

Não podemos deixar de referir que da igreja anterior a esta, chegou ainda aos nossos dias o retábulo do Santíssimo Sacramento, de 1582, conforme inscrição. Hoje encontra-se na capela de St^a Barbara, em Beduído. É um retábulo em pedra de Ançã, da escola de Coimbra, com o sacrário mutilado para receber a imagem da padroeira da capela. Do mesmo ano, e não muito distante geograficamente, encontra-se um retábulo estrutural e decorativamente muito semelhante, o retábulo do Santíssimo Sacramento, que pertenceu à antiga igreja de St^a Maria de Arrifana, e esteve durante muito tempo exposto às intempéries, mas presentemente encontra-se numa dependência da atual igreja de St^a Maria de Arrifana. Embora pertença a uma igreja do padroado dos condes da Feira, importa referi-lo em uníssono com Beduído, por poder tratar-se de obras da mesma oficina, feitas exatamente no mesmo ano.⁹⁹⁵

Certamente os dois terão sido encomendados pelos seus respetivos padroeiros, pois corresponderiam ao retábulo-mor.

São os únicos retábulos em pedra de Ançã, que encontrámos ligados a igrejas desta área geográfica. Já referimos o retábulo da oficina de João de Ruão, do Santíssimo Sacramento de S. Martinho de Travanca, que embora do padroado do Mosteiro de Grijó, não pertencia à comarca da Feira.

⁹⁹² ACDA – *Beduído*. Pasta. Projectos. Estarreja: Pardilhó (igreja), Beduído (igreja), St^o António (capela), Água Levada, Canelas (igreja), Fermelã (Roxico)

⁹⁹³ ACDA – *Beduído*. Pasta. Projectos. Estarreja: Pardilhó (igreja), Beduído (igreja), St^o António (capela), Água Levada, Canelas (igreja), Fermelã (Roxico)

⁹⁹⁴ ACDA – *Beduído*. Pasta. Projectos. Estarreja: Pardilhó (igreja), Beduído (igreja), St^o António (capela), Água Levada, Canelas (igreja), Fermelã (Roxico)

⁹⁹⁵ VECHINA, Sofia Nunes – *Retábulos e Escultura Devocional em Pedra, nos séculos XV e XVI, nas Igrejas Paroquiais das Terras de Santa Maria*. In RIBEIRO, Agostinho – *Ao Tempo de Vasco Fernandes*. Viseu: DGPC / Museu Nacional Grão Vasco, 2016, p. 200-205.



140. Retábulo do Santíssimo Sacramento, capela de Santa Barbara, Beduído



141. Pormenor da data



142. Retábulo do Santíssimo Sacramento, igreja de Stª Maria de Arrifana



143. Pormenor da data

A igreja de Stª Maria da Murtosa foi construída entre 1720 e 1730, localizando-se o edifício anterior no lugar do Adro Velho.⁹⁹⁶ Em 1758 a igreja, de nave única, tinha cinco retábulos, o retábulo-mor e os retábulos dedicados a Jesus, Espírito Santo, N. Srª do Rosário e S. Miguel. Em 1769 é acrescentada a informação da existência de uma torre sineira e do padroeiro estar em falta com a paramentaria necessária para o culto divino: “a Igreja, capela mor, e sachristia, p.^a esta freg.^a são boas, posto q m.^{to} falta de param^{tos}; com 5 Altares, suficientes todos; e torre com 2 Sinos”.⁹⁹⁷

O edifício foi profundamente alterado, à semelhança do que já vimos em Beduído, no entanto para este caso não conseguimos nenhuma fotografia antiga, Nogueira Gonçalves privilegiou o retábulo-mor e a fachada e nos arquivos que percorremos também não encontramos nenhum documento fotográfico desta igreja. Mas o projeto que a alterou profundamente é um ano anterior ao de Beduído e do mesmo arquiteto, António Linhares de Oliveira, pelo que possivelmente este projeto terá influenciado o de Beduído.

⁹⁹⁶ BARBOSA, José Maria – *A Murtoza: a propósito da sua autonomia*. Aveiro: Typ. Do Campeão das Províncias, 1899. – *Relatório do Movimento Religioso da Diocese do Porto. Ano de 1922-23*. Porto: Tip. Medico, 1924, p. 114.

⁹⁹⁷ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 79.



144. Interior da igreja de Stª Maria da Murtosa



145. Retábulo-mor da igreja da Murtosa

A 10 de abril de 1964, é enviado para a diocese de Aveiro o projeto de renovação da igreja de Stª Maria da Murtosa, “(...) *em virtude de a mesma se encontrar em precárias circunstâncias de conservação*”. Segundo a Memória Descritiva, assinada pelo Arq. António Linhares de Oliveira, “(...) *na remodelação projectada, houve a intenção de não alterar a traça existente nem aumentar a área já construída, adaptando-se o melhor possível, os espaços existentes às necessidades do programa*”.⁹⁹⁸

348

Nesta intervenção que visava sobretudo o aumento da capacidade de acolher um maior número de fieis, foi feita a manutenção do telhado e das paredes internas e externas, os tetos foram estucados, o pavimento recebeu madeira nova, foi colocado o lambril de azulejos no corpo central da nave, o arco cruzeiro foi deslocado e alargado, ficando a capela-mor mais pequena e dando mais espaço longitudinal à nave, todos os retábulos existentes na nave foram retirados e colocados nos corpos laterais.⁹⁹⁹

Por esta altura já existiam, desde 1922, duas capelas laterais que nesta obra foram consideravelmente ampliadas, recebendo mais duas capelas, de cada lado, comunicando no interior como se de um espaço único se tratasse e apresentando-se externamente individualizadas. Foi aqui que foram colocados os retábulos existentes na nave.

Estas obras duraram de 1964 a 1968. A 25 de agosto de 1968, D. Manuel de Almeida Trindade, bispo de Aveiro procedeu à sua sagração, conforme inscrição em placa comemorativa colocado no interior da nave.

Sobre o retábulo-mor, estilo nacional, de finais do século XVII, diz-nos Nogueira Gonçalves que “(...) *veio duma igreja desafecta do sul do País; dotaram-no, aqui, de sacrário*

⁹⁹⁸ ACDA – *Murtosa*. Pasta. Projectos. Arcip. Estarreja: Bunheiro, Murtosa, Pardelhas, Torreira.

⁹⁹⁹ ACDA – *Murtosa*. Pasta. Projectos. Arcip. Estarreja: Bunheiro, Murtosa, Pardelhas, Torreira.

e de degraus do trono (...).¹⁰⁰⁰ Será que é proveniente do convento de S. Bernardo de Portalegre?

Em 1922 o edifício “(...) foi restaurado com o aumento da capela-mor e de duas capelas laterais. Foi inaugurado solenemente em 26 de de (sic) dezembro de 1922 (...)”.¹⁰⁰¹ Neste mesmo ano a igreja de Beduído recebeu dois retábulos (retábulo-mor e retábulo de Senhor dos Passos) provenientes do extinto convento de S. Bernardo de Portalegre, Nogueira Gonçalves fala de um retábulo vindo de uma igreja desafeta do serviço religioso e sabemos que em 1922 foi ampliada a capela-mor. Com a sua ampliação certamente foi substituído o retábulo, que possivelmente terá tido a mesma proveniência. Portanto, obra feita para esta igreja, na Época Moderna, resta apenas os antigos retábulos colaterais e laterais, hoje colocados nas capelas construídas em 1922 e 1964.

Por esta altura devem ter sido colocados, na capela-mor, os quatro painéis azulejares da Fábrica Fonte Nova, Aveiro, três datados de 1921 e assinados pelos pintores A. Augusto (representações de S. José e Natividade de N. Senhora) e M. R. Júnior (S. Joaquim) e o quarto de 1920 da autoria de A. Augusto – Natividade de Jesus.

Ao descrever a igreja, Nogueira Gonçalves fala de dois retábulos de meados do século XVIII embutidos nas paredes da nave e outros dois, colaterais, dos finais do século XVIII, todos “a branco e ouro”.¹⁰⁰²

Hoje estes retábulos já não se encontram a branco e a ouro, mas a ouro e marmoreados, todavia permaneceram e podem ser observados nas capelas laterais, onde para além deles existem mais dois recentes, de linguagem eclética.

Os antigos colaterais são obras da transição do rococó para o neoclassicismo, com uma estrutura sinuosa de colunas e coroamento avançados em relação ao corpo do retábulo, mas uma decoração mais estilizada, à base de grinaldas de flores e pequenos apontamentos vegetalistas, nomeadamente nos fustes lisos das colunas.

Os antigos retábulos laterais, são de finais do período joanino, onde se destacam duas colunas salomónicas, decoradas com elementos florais, e um coroamento com dossel a imitar dois cortinados suspensos.

Os quatro apresentam um pano central bastante amplo, para receber as suas invocações.

¹⁰⁰⁰ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 117.

¹⁰⁰¹ *Relatório do Movimento Religioso da Diocese do Porto. Ano de 1922-23*. Porto: Tip. Medico, 1924, p. 114-115.

¹⁰⁰² GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 117.

Das obras feitas pela comenda neste caso não temos referência, estes quatro retábulos seriam obrigação da freguesia, por se encontrarem na nave da igreja.



146. Antigo retábulo lateral da igreja da Murtosa, hoje dedicado a S. Miguel



147. Antigo retábulo lateral da igreja da Murtosa, hoje dedicado a N. Srª da Conceição



148. Antigo retábulo colateral da igreja da Murtosa, hoje dedicado ao Sagrado Coração de Jesus



149. Antigo retábulo colateral da igreja da Murtosa, hoje dedicado a N. Srª de Fátima

Nos primeiros anos do século XVII os moradores de Veiros requereram ao bispo do Porto a criação da paróquia de Veiros, até aí integrada na paróquia de Beduído, e à qual continuaria ligada na qualidade de igreja filial. A 31 de março de 1604, foi realizado o contrato de obra, para a construção da **igreja de S. Bartolomeu de Veiros**, entre a comissão fabriqueira da igreja (constituída a 13 de dezembro de 1603) e o pedreiro António Gomes, de Arrifana. Em 1608 iniciou-se a obra no mesmo lugar onde existia uma capela dedicada a S. Bartolomeu e a 12 de dezembro de 1612 foi sagrada, no dia seguinte inaugurada. Estava a obra concluída.¹⁰⁰³

Em 1758 a igreja de nave única tinha cinco retábulos dedicados a S. Bartolomeu, ao Santíssimo Sacramento, a N. Senhora, ao Espírito Santo e a S. Miguel.¹⁰⁰⁴ Em 1769 o visitador indica que a “(...) Igreja hé boa (...)” e dos cinco retábulos existentes os colaterais destacam-se pela qualidade e num deles está o Santíssimo Sacramento, “(...) cuja confraria hé a mais rica da Com^{ca}. Tem capela mor boa, e sachristia; mas m.^{to} pobre de ornam^{tos}; e torre com 2 sinos”.¹⁰⁰⁵

¹⁰⁰³ CUNHA, José Tavares Afonso e – *Notas Marinhoas. Noticias históricas do concelho da Murtosa e das suas freguesias Marinhoas do concelho de Estarreja*. Vol. II. Murtosa: Livraria Ramos, 1972. – GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 34.

¹⁰⁰⁴ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 277.

¹⁰⁰⁵ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 76v.

Portanto, a capela-mor e sacristia, que diziam respeito ao padroeiro eram de boa qualidade, unicamente faltava ao comendador de Beduído dar resposta à falta de ornamentos da sacristia. Pela rápida construção do edifício a freguesia e padroeiro estariam empenhados na manutenção da igreja, sede de nova paróquia, o que continuaria em inícios do século XIX, quando entre 1808 e 1809 foram feitas grandes obras de manutenção do edifício, nomeadamente nos tetos.

Na noite de 25 para 26 de novembro de 1885 a igreja sofreu um grande incêndio que a obrigou a obras de grande monta, aproveitando-se na altura para proceder à ampliação da capela-mor. Voltou a abrir ao culto a 26 de agosto de 1890.¹⁰⁰⁶



150. Fachada da igreja de S. Bartolomeu de Veiros



151. Interior da igreja de S. Bartolomeu de Veiros

No interior restou a base pétrea do púlpito assente numa mísula, no exterior destaca-se o portal ladeado por duas pilastras dóricas e entablamento, onde assenta o vão de iluminação do coro-alto. O entablamento é rematado por dois pináculos que surgem lateralmente em relação à janela, também ela ladeada por pilastras dóricas e rematada por frontão curvo interrompido, com uma cruz a sair do tímpano, em direção às armas de Portugal, em pedra calcária, ao contrário de toda a restante estrutura pétrea que privilegiou o granito.

As armas de Portugal usadas no retábulo-mor da igreja de Avanca e na fachada desta igreja, parecem ser um elemento utilizado pelas comendas da Ordem de Cristo, para assinalar a ligação régia desta ordem.

O portal de Veiros, embora muito mais delicado no trabalho da pedra, é bastante semelhante ao da igreja da Murtosa. Na fachada da igreja da Murtosa o vão de iluminação do coro-alto é mais estreito e rematado por frontão triangular.

¹⁰⁰⁶ CUNHA, José Tavares Afonso e – *Notas Marinhoas. Noticias históricas do concelho da Murtosa e das suas freguesias Marinhoas do concelho de Estarreja*. Vol. II. Murtosa: Livraria Ramos, 1972. – GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 34.

A torre sineira da igreja de S. Bartolomeu de Veiros tem algumas semelhanças com a torre da igreja de S. Tiago de Beduído, pese embora o facto da torre de Beduído ter sido alteada em 1922. Ambas são definidas por pilastras entrecortadas ao nível das ventanas, as pilastras são rematadas por pináculos e têm uma cúpula a coroá-las. Quanto às ventanas, comumente uma por cada face da torre, neste caso apresentam duas. Em Veiros as duas ventanas em arco de volta perfeita são só na face frontal da torre.

Ao nível das empenas, nos três edifícios terminam, no cume com uma cruz e nos vértices com um pequeno enrolamento. No caso da igreja da Murtosa o enrolamento é muito maior e do seu centro sai um pequeno rosto. As empenas de Veiros e Beduído são retas, na igreja de Stª Maria da Murtosa é recortada.



152. Fachada da igreja de Stª Maria da Murtosa



153. Pormenor da torre sineira da igreja de S. Bartolomeu de Veiros



154. Pormenor da torre sineira da igreja de S. Tiago de Beduído

8.1.4. Comenda de S. Pedro de Canedo

A comenda de Canedo foi administrada pelo 2º Conde de S. Lourenço, D. Martim Afonso de Melo “(...) *um dos quarenta Acclamadores do Senhor Rey Dom João IV*”, que falecendo em 1671 a comenda passa por herança familiar a D. Luís de Melo da Silva (3º conde de S. Lourenço), D. Martim António Afonso de Melo (4º conde de S. Lourenço, faleceu em 1718), D. Rodrigo de Melo (5º conde de S. Lourenço, faleceu em 1725), D. Ana de Melo e Silva (6ª condessa de S. Lourenço, faleceu em 1744), D. António Maria de Melo da Silva

¹⁰⁰⁷(7º conde de S. Lourenço, faleceu em 1805) e D. José António de Melo da Silva Cesar e Meneses (8º conde de S. Lourenço, faleceu em 1839).

A atual **igreja de S. Pedro de Canedo** terá sido construída entre finais do século XVII/inícios do século XVIII, como parecem indicar o batistério e os vãos de iluminação e de acesso em forma de seteira, existentes na nave e na capela-mor.

A fachada foi reedificada em 1800, conforme inscrição na base do frontão triangular que coroa o portal principal, mas parece ter existido reaproveitamento de parte das cantaria da fachada anterior, quer na janela do coro-alto, quer no próprio portal. O registo inferior da torre sineira aparenta ser mais antigo do que o superior, sobretudo pelo aparelhamento mais grosseiro da pedra, havendo inclusive um ligeiro recuo do registo superior em relação ao inferior.



155. Fachada da igreja de S. Pedro de Canedo



156. Batistério da igreja de Canedo

Em 1758 a igreja tinha cinco retábulos, “(...) *o maior em que se venera o santo padroeiro, Santo Antonio, as Senhoras da Conceição e do Pilar, e Sam Jozé e Santissimo Sacramento*”, dois colaterais (um dedicado a Cristo Crucificado, com as imagens de S. Francisco, Stª Isabel de Portugal e Menino Deus – afeto à Ordem Terceira de S. Francisco, e o outro dedicada dedicada a N. Srª do Rosário e Srª da Boa Morte) e dois laterais dedicados a S. Bento e S. Sebastião.¹⁰⁰⁸

¹⁰⁰⁷ SOUSA, D. Antonio Caetano – *Memorias Históricas, e Genealogicas dos Grandes de Portugal*. Lisboa: Regia Officina Sylviana e Academia Real, 1755, p. 406-410.

¹⁰⁰⁸ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 363.

O retábulo-mor obra do século XVII, maneirista, com o corpo dividido em três registos verticais e dois horizontais. No registo horizontal inferior destacam-se três nichos, o central que recebe o sacrário, o do lado da Evangelho que ostenta a imagem de S. Pedro e do lado da Epístola Stº António. No registo superior, com mais três nichos, ao centro o trono eucarístico, lateralmente duas pinturas, do lado do evangelho N. Srª da Conceição, do lado da Epístola Cristo Ressuscitado. O retábulo aparenta ter sido ampliado lateralmente com uns painéis decorados com folhas de acanto, talvez por isso Nogueira Gonçalves ao referir-se a ele diga que “o retábulo principal dá aparência de ter vindo de outro ponto”.¹⁰⁰⁹

Efetivamente em 1758 fala-se de veneração, mas não se esclarece se são esculturas ou pinturas e não há qualquer referência a Cristo Ressuscitado, mas para albergar todas as invocações descritas poderia perfeitamente ser uma estrutura retabular com esta configuração.



157. Interior da igreja de S. Pedro de Canedo

A capela-mor sofreu algumas alterações, nomeadamente o acrescento de dois varandins, junto ao arco cruzeiro, com bases sustentadas por duas mísulas. Sobre elas, Nogueira Gonçalves sugere a possibilidade de serem uma imitação ou um reaproveitamento de uma estrutura proveniente de arquitetura civil,¹⁰¹⁰ dada a sua proximidade formal com as bases de varandas da primeira metade do século XVIII em casas nobres. A título de exemplo, como forma de atestar esta questão, podemos comparar esta estrutura com as bases de varanda da casa de S. Lourenço, em Ovar, edifício que já existia em 1744, quando se solicita ao bispo do Porto autorização para construir uma capela anexa à casa.¹⁰¹¹

¹⁰⁰⁹ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 74.

¹⁰¹⁰ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 74.

¹⁰¹¹ VECHINA, Sofia Nunes – *Roteiro Turístico. Centro Histórico de Ovar. Arte Sacra*. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 2012.



158. pormenor da base do varandim na capela-mor da igreja de S. Pedro de Canedo



159. Base da varanda da casa de S. Lourenço, na Rua Dr. José Falcão, em Ovar

Relativamente aos retábulos colaterais, são obra joanina, de meados do século XVIII. Os dois retábulos laterais referidos, não chegaram aos nossos dias, possivelmente porque já em 1769 não estavam nas melhores condições. Aliás por esta altura o comendador estava em falta com a manutenção temporal da igreja. O campanário era incapaz de garantir sustentáculo ao sino, a igreja apesar de grande só tinha o forro em bom estado, os retábulos mor e colaterais eram suficientes, mas o restante mostrava-se indigno e sujo, até a residência paroquial estava bastante arruinada:

A Igreja hé bastante: mas só tem bom o forro do tecto, e da capela mor; e tudo o mais indigno. Tem 5 Altares: o maior, e dous colaterais, estão suficientes; os outros dous munto pouco asseados; e todos com grd.^e falta de limpeza; e o mesmo na sacristia, posto q tem suficientes paramentos. As cazas da rezidencia tem cómodos; mas todos munto aruinados. Desta mesma sorte se acha o campanario sem poder sustentar um bom sino q está em huns páos.¹⁰¹²

Como já fizemos referencia, nesta igreja o comendador era obrigado à manutenção de todo o edifício, só nas anexas estava obrigado unicamente à capela-mor, sacristia e objetos necessários ao culto. Apesar de tudo, como teremos oportunidade de verificar, esta igreja destaca-se das anexas por alguns elementos de grande qualidade, sobretudo a estrutura arquitetónica do batistério e pia batismal, mas também os varandins da capela-mor.

A igreja de S. Tiago de Lobão terá sido construída entre finais do século XVII e inícios do século XVIII.

¹⁰¹² AP - Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769, fl. 10.

Na capela-mor e nave, mantém os vãos de seteira que já vimos em Canedo. Os retábulos colaterais e o frontispício do arco cruzeiro são obra de inícios do século XVIII. O arco foi pictoricamente decorado em 1726 e reformado em 1907, como indica a inscrição no fecho no seu fecho, “(F) 1726 – (R) 1907”.¹⁰¹³ No frontispício do arco cruzeiro, é de destacar, no topo, entre dois septos, uma representação de S. Tiago a cavalo com uma enorme espada na mão, uma representação que não é muito comum, mas no contexto de uma comenda da Ordem de Cristo faz bastante sentido por se tratar de S. Tiago numa postura triunfante derrotando os infiéis. O retábulo-mor será coevo, em estilo nacional, adaptado à abobada abatida da capela-mor.



160. Retábulo-mor da igreja de S. Tiago de Lobão



161. Pormenor do frontispício do arco cruzeiro da igreja de Lobão

Em 1758 a igreja de nave única tinha cinco retábulos. O retábulo-mor com o Santíssimo Sacramento e as imagens de S. Tiago, Stº António e Cristo Ressuscitado. O retábulo de N. Srª do Rosário, S. José e Sr. Morto. O retábulo de Stª Ana. O retábulo de S. Sebastião, S. Francisco a receber os estigmas e S. Francisco Xavier. O retábulo de Cristo Crucificado, N. Srª das Dores, S. João Evangelista e Menino Deus.¹⁰¹⁴

Em 1769 o visitador diz que “a Igreja tem cinco Altares Ordinarios: mas o Comendador, q hé o m.^{mo} de Canedo, o Conde de S. Lourenso, só tem obrigação da Capela Mor e Sachristia”.¹⁰¹⁵ Portanto, o retábulo-mor terá sido responsabilidade da comenda e os restantes da freguesia.

¹⁰¹³ Esta inscrição é referida em BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. III, p. 79-80.

¹⁰¹⁴ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 383.

¹⁰¹⁵ AP - *Informasoiens da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 11v.



162. Fachada da igreja de S. Tiago de Lobão



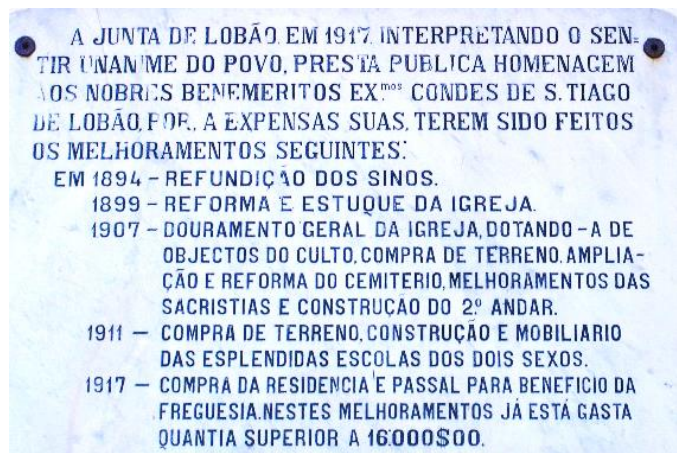
163. Interior da igreja de S. Tiago de Lobão

A 13 de outubro de 1864, o visitador diz que achou a “*egreja grande e tem capacidade para a população da freguesia (...) precisa de ser soalhada e precisam todos os altares e cappella mor de serem dourados*”.¹⁰¹⁶ A obra tardou alguns anos a ser feita mas segundo inscrição, na parte de trás do retábulo-mor, este foi “DO[URADO] EM 1907 POR MAGALHÃES & FILHO. CAMPO DOS MÁRTIRES DA PÁTRIA Nº 38-40 PORTO”, e como a data é a mesma da reforma da talha do arco cruzeiro, certamente terá sido a mesma empresa a dourar os restantes retábulos. A obra foi custeada, pelo Conde de S. Tiago de Lobão, segundo uma inscrição colocada pela Junta de Lobão em 1917, numa parede lateral da igreja. Nesse mesmo ano foi acrescentado o primeiro piso às dependências anexas à igreja.

357



164. Inscrição na parte de trás do retábulo-mor da igreja de S. Tiago de Lobão



165. Inscrição de gratidão pelas obras custeadas pelo Conde de S. Tiago de Lobão entre 1894 e 1917

¹⁰¹⁶ AEP – Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega, 1824-1864, liv. 088, fl. 68.

A 25 de agosto de 1967, o pároco de Lobão, P. Aurélio Martins de Sousa Marques, pede autorização à diocese do Porto para mandar construir um altar *versus populum*, dizendo que gostava de aproveitar a oportunidade, por se encontrar “(...) *a substituir o soalho da igreja de Lobão, que estava em péssimo estado* (...)” e ter possivelmente um benemérito que custeasse o altar. O altar seria de pedra, mas a diocese recusou essa solução. Hoje encontra-se um altar *versus populum* em talha dourada. Em 1981 a igreja é ampliada, não no espaço que diz respeito ao culto, mas para salas de catequese. O autor do projeto foi o Arq. Costa, da Câmara Municipal de St^a Maria da Feira.¹⁰¹⁷

Segundo Nogueira Gonçalves no século XX, a torre sineira foi notavelmente elevada e o retábulo dedicado a N. Sr^a de Fátima foi executado.¹⁰¹⁸ Não encontramos documentação sobre estes dois aspetos, mas já em 1922 a igreja de Beduído tinha visto a sua torre elevada ao dobro e relativamente ao retábulo dedicado a N. Sr^a de Fátima, foi feito ao gosto do retábulo-mor e colaterais.

A atual **igreja de S. Vicente de Louredo** é uma reconstrução de finais do século XVII/inícios do século XVIII, com fachada renovada em 1909, a expensas do benemérito Domingos Gomes Ferreira. A igreja primitiva tinha sido construída em 1514 e tinha três retábulos.¹⁰¹⁹

Da reconstrução de finais do século XVII ou inícios do século XVIII, como já vimos em Canedo e Lobão, restam as portas travessas e os vãos de iluminação em seteira.

Em 1758 a igreja de nave única, tinha três retábulos. O retábulo-mor com o Santíssimo Sacramento e as imagens de S. Vicente e St^o António. O colateral do lado do Evangelho dedicado a a Cristo Crucificado tendo “(...) *dentro da banquetta o Senhor Morto para o enterro, e nos lados Sam Sebastiam e Sam Caetano*”. O colateral do lado da Epístola dedicado ao *Santíssimo Nome de Jesus*, lateralmente albergava as imagens de N. Sr^a do Bom Despacho, St^a Ana e S. Gonçalo. Em 1769 a igreja encontrava-se em bom estado: “*A Igreja hé bast.^e com capela mor, sachristia, e 3 altares, tudo m.^{to} aseado; e campanario com sineta*”.¹⁰²⁰

A 13 de outubro de 1864 o visitador encontra uma igreja “(...) *pequena e acanhada* (...) *as grades do baptistério pouco decentes e os forros do coro e sacristia precisão de alguns*

¹⁰¹⁷ AEP – Proc. 212.

¹⁰¹⁸ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 86-87.

¹⁰¹⁹ FREITAS, Acácio Ribeiro de – *Monografia de Louredo. Terras de Santa Maria. Breves apontamentos para a sua história*. Vol. 1. Feira: Edição de autor, 2008, p. 125-127. – GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 88.

¹⁰²⁰ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 27v.

reparos”.¹⁰²¹ Em 1909 procede-se à renovação da fachada, possivelmente ao nível do óculo de iluminação, portal e torre sineira. Em 1954 recebeu “(...) o benefício de uma faixa de azulejo na altura de metro e meio de altura”¹⁰²² no interior da igreja, atualmente em madeira, e a fachada mantinha-se sem azulejaria, como se verifica na fotografia.



166. Igreja de S. Vicente de Louredo, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954)

Dos retábulos primitivos parece não restar nenhum, os colaterais são oitocentistas (a sanefa do arco cruzeiro tem inscrita a data de 1895), os laterais já do século XX (o retábulo de N. Sr.^a de Fátima foi feito em 1950¹⁰²³) e o retábulo-mor, é um reaproveitamento de pelo menos duas estruturas distintas, o retábulo propriamente dito do período joanino, que segundo a tradição terá vindo do Mosteiro de St.^a Maria de Arouca¹⁰²⁴, e o sacrário do século XVII, ainda com uma linguagem maneirista.

359



167. Pormenor do retábulo-mor da igreja de Louredo



168. Igreja de S. Vicente de Louredo

¹⁰²¹ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill.^o R.^o Abadde de St.^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 68v.

¹⁰²² AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Louredo.

¹⁰²³ FREITAS, Acácio Ribeiro de – *Monografia de Louredo. Terras de Santa Maria. Breves apontamentos para a sua história*. Vol. 1. Feira: Edição de autor, 2008, p. 127.

¹⁰²⁴ FREITAS, Acácio Ribeiro de – *Monografia de Louredo. Terras de Santa Maria. Breves apontamentos para a sua história*. Vol. 1. Feira: Edição de autor, 2008, p. 127.

Nesta comenda há um elemento comum, as atuais igrejas serão todas obras de finais do século XVII ou inícios do século XVIII. Destaca-se pela qualidade artística o batistério de Canedo e os retábulos colaterais e mor da igreja de Lobão.

8.1.5. Comenda de Stº André de Lever

A comenda foi administrada por Bernardino de Carvalho, passando em 1645 para o seu filho Álvaro de Carvalho.¹⁰²⁵ Sendo depois administrada, a partir de 1651 por Fernão de Miranda Henriques¹⁰²⁶, a partir de 1699 por Luís de Miranda Henriques¹⁰²⁷, a partir de 1729 por Fernando Xavier de Miranda Henriques¹⁰²⁸ e a partir de 1823 por Manuel António da Fonseca e Gouveia.¹⁰²⁹

A primitiva igreja de Stº André de Lever terá sido construída, no local onde hoje se encontra a igreja *velha*, por volta de 1618 e em 1685 tinha três retábulos, estando o retábulo-mor em más condições.¹⁰³⁰

Em 1758, a igreja de nave única, continuava a ter três retábulos. O retábulo-mor com a imagem do Sr. do Bonfim, dentro da tribuna, e as imagens de Stº André (Evangelho) e Stº António (Epístola); retábulo colateral do lado do Evangelho com o Santíssimo Sacramento e as imagens de Stª Apolónia, S. Sebastião e Stª Ana; e retábulo colateral do lado da Epístola dedicado a N. Srª do Rosário.¹⁰³¹ Sobre a imagem de Cristo Crucificado na tribuna, é o segundo caso que encontramos dentro das comendas da Ordem de Cristo, o outro ao qual nos referimos é a igreja de S. Miguel de Arcozelo.

Em 1769, a igreja estava vaga de benefício eclesiástico tendo um Encomendado, e para além dos três retábulos, ficamos a saber que era pequena, com uma sacristia e um campanário com sineta: “*A Igreja hé pequena mas o encomendado a trás limpa. Tem 3 Altares com capela mor, sachristia, e campanario com uma Sineta*”.¹⁰³²

Em 1821 a sacristia e a residência paroquial ameaçavam ruína, a capela-mor tinha o teto por pintar e o pároco não tendo recursos para resolver a questão solicitou à Mesa da

¹⁰²⁵ ANTT – Álvaro de Carvalho, Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv. 2, fl. 58 e 74.

¹⁰²⁶ ANTT – Fernão de Miranda Henriques, Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv. 3, fl. 319.

¹⁰²⁷ ANTT – Luís de Miranda Henriques, Mercês de D. Pedro II, Ordens Militares, liv. 2, fl. 373v.

¹⁰²⁸ ANTT – Fernando Xavier de Miranda Henriques, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 20, fl. 304.

¹⁰²⁹ ANTT – Manuel António da Fonseca e Gouveia, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João VI, liv. 6, fl. 250v.

¹⁰³⁰ Relatório do Movimento Religioso da Diocese do Porto. Ano de 1922-23. Porto: Tip. Medico, 1924, p. 193.

¹⁰³¹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 765.

¹⁰³² AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 8v.

Consciência e Ordens o aumento da cônica que lhe era destinada. E 1890 o estado da igreja era tal que se começou a tratar dos procedimentos necessários para fazerem obras na igreja, o que durou até 1897, quando a obra foi posta a concurso público. Em 1926 a igreja foi reedificada, toda a sua traça alterada e a capela-mor aumentada. Porém, o templo continuava a ser insuficiente e na década de 1960 iniciou-se o processo de construção da nova igreja. O lançamento da primeira pedra foi a 7 de dezembro de 1969 e a 28 de agosto de 1977 foi sagrada e inaugurada.¹⁰³³ O projeto da autoria do Arq. Mário Emílio de Azevedo (Porto), foi enviado para o Paço Episcopal do Porto a 15 de fevereiro de 1969 e a 25 do mesmo mês já estava aprovado.¹⁰³⁴



169. Igreja de Stº André de Lever (*Velha*), c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Lever)



170. Nova igreja de Stº André de Lever

Nesta comenda, temos unicamente conhecimento da falta de zelo do comendador em 1821, mas dada a reedificação no século XX e a construção da nova igreja, não temos mais nenhum indicador. Esclareça-se que a antiga igreja mantém-se devidamente cuidada.

8.1.6. Comenda de S. Miguel de Oliveira de Azeméis

Segundo um estudo realizado por António Fernandes, a Comenda de S. Miguel de Oliveira de Azeméis teve como primeiro comendador João Alvares Pereira, neto do 1º Conde da Feira, que faleceu em 1536, transitando a comenda em 1537 para António Leite, em 1546 para Cristóvão Mendes de carvalho, depois para Gonçalo Pereira de Berredo (falecido em 1569

¹⁰³³ BARROS, Abel Ernesto Barbosa; COSTA, Francisco Barbosa da – *Santo André de Lever. Notas Monográficas*. Lever: Paróquia de Santo André de Lever, 2003, p. 69-77. – *Paróquia de Santo André de Lever e a sua nova Igreja Paroquial 1969/1994 (Comemorações das Bodas de Prata do lançamento da 1ª pedra)*. [Lever]: [Paróquia de Santo André de Lever], 1994.

¹⁰³⁴ AEP – *Proc.* 244.

na Índia), em 1570 para Fr. Nuno de Castro Barreto (professo na Ordem de Cristo), em 1573 para Fr. Vasco da Silveira (professo na Ordem de Cristo), em 1603 para Fr. Diogo de Castilho, em 1633 para Jerónimo de Castilho, em 1666 para o licenciado Salvador de Matos Mascarenhas, em 1669 para Diogo de Castilho, em 1677 para Pedro de Castilho, em 1714 para Domingos Dias dos Reis e Vasconcelos, em 1716 para Fr. Caetano de Melo e Castro (filho do Conde de Galveias), em 1718 para António de Melo e Castro, em 1779 para José Seabra da Silva e em 1813 para Fr. Manuel Maria Coutinho Pereira de Seabra e Sousa.¹⁰³⁵

De todos estes comendadores o que mais se destaca, por ter sido o responsável por parte da construção da atual igreja é Domingos Dias dos Reis e Vasconcelos.

A igreja de S. Miguel de Oliveira de Azeméis foi iniciada em 1716, em 1721 a capela-mor estava concluída e em 1725 toda a estrutura estava preparada para receber o telhado.¹⁰³⁶ O edifício estaria concluído por volta de 1726, quando o adro foi benzido.¹⁰³⁷ Em 1739 encerram-se completamente as obras de pedraria com a execução da escadaria monumental, como veremos adiante. Em 1744 foram benzidos dois sinos.¹⁰³⁸

A 27 de agosto de 1731 é celebrado um contrato de obrigação de obra para a feitura do retábulo-mor, trono e casa da tribuna da igreja de Oliveira de Azeméis. A encomenda foi feita pelo comendador Domingos Dias dos Reis e Vasconcelos, “(...) *cavaleiro professo da Ordem de Cristo e sargento-mor na Vila da Feira* (...)”, que na impossibilidade de estar presente enviou como seu procurador o seu irmão Fr. Guilherme de Vasconcelos, “(...) *monge de S. Bernardo e assistente nesta cidade* (...)” do Porto. O artista contratado foi o mestre entalhador Luís Pereira da Costa, do Porto, que apresentou como seus fiadores os mestres ensambladores Manuel Vieira e António Cardoso, ambos do Porto.¹⁰³⁹

A obra seria feita dentro de um ano, segundo uma planta assinada e anotada pelo comendador, tudo perfeito, em boa madeira de castanho. Toda a obra “(...) *de escultura, como de figuras, imagens, tudo será feito por mão de escultor, para que se faça com melhor perfeição, e o dito mestre também mandará fazer à sua custa duas imagens por um bom escultor para os nichos* (...)”, uma de S. Pedro, outra de S. Miguel.¹⁰⁴⁰

¹⁰³⁵ FERNANDES, M. António – A Comenda de Oliveira de Azeméis – Património e Comendadores. *Ul-Vária. Arquivo de Estudos Regionais*. Oliveira de Azeméis: Museu Regional de Oliveira de Azeméis. Tomo III (1-2). (1996), p. 168-170.

¹⁰³⁶ OLIVEIRA, Samuel de bastos – *Oliveira de Azeméis e freguesias entre os Rios Antuã e Ul na visitaçã de 1769. Com demografia das freguesias do séc. XVI ao séc. XX*. Oliveira de Azeméis: Proleite, 1992, p. 32.

¹⁰³⁷ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 318. – *Annaes do Municipio de Oliveira de Azeméis*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1909, p. 73.

¹⁰³⁸ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 318.

¹⁰³⁹ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. III, p. 222-224.

¹⁰⁴⁰ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. III, p. 222-223.



171. Igreja de S. Miguel de Oliveira de Azeméis, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Oliveira de Azeméis)



172. Retábulo-mor da igreja de S. Miguel de Oliveira de Azeméis, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Oliveira de Azeméis)

Quanto ao pagamento, como era habitual seria feito em três partes iguais (no início, meio e fim da obra). O retábulo era pago pelo comendador e a tribuna pela Confraria do Santíssimo Sacramento:

363

*(...) hão-de pagar pela dita obra ao dito Luis Pereira da Costa, a saber, trezentos e cinquenta mil réis pelo retábulo que toca ao Comendador, e duzentos e trinta mil réis pelo que toca à tribuna e trono dela que tocam aos mordomos da Confraria do Santíssimo Sacramento da dita freguesia de São Miguel de Oliveira de Azeméis (...).*¹⁰⁴¹

A 24 de fevereiro de 1739, na casa do comendador Domingos Dias dos Reis e Vasconcelos, celebrou-se o contrato para a obra de pedraria das *escadas* da igreja de Oliveira de Azeméis. O contrato foi celebrado pelo juiz da igreja, João Carrelos dos Reis Vasconcelos, e pelos eleitos, Salvador dos Reis Vasconcelos e António de Sequeira Monterroso, com os mestres pedreiros Manuel Rodrigues, de Nogueira da Regedoura, Manuel de Sousa e António Rodrigues *Pilanso*, ambos da freguesia de Grijó. A obra, de cal, areia e pedra, bem firme e segura, teria de estar feita dentro de cinco meses, “(...) *na forma das plantas pellos ditos juís e eleitos asinadas e asentos por Miguel Francisco da Silva da cidade do Porto*”. O pagamento

¹⁰⁴¹ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. III, p. 226.

era da responsabilidade da freguesia, seria feito no decorrer da obra, conforme habitual, e ficaria por um total de trezentos mil réis.¹⁰⁴² Note-se que o contrato foi celebrado em casa do comendador, pelo que certamente teria sido uma decisão concertada entre a freguesia e o padroeiro, mas em termos de pagamento cada um com as suas responsabilidades. O comendador com a capela-mor e sacristia e a freguesia com o corpo da igreja.

Miguel Francisco da Silva, entalhador e mestre de arquitetura, provavelmente natural de Lisboa, veio trabalhar para o Porto, em período de Sede Vacante (1717-1741), sob encomenda do Cabido da Sé do Porto. Entre 1727 e 1729 executou, em colaboração com o mestre entalhador Luís Pereira da Costa, o retábulo-mor da Sé do Porto. Miguel Francisco da Silva, passa a viver no Porto e a trabalhar no Porto e áreas circundantes. Das várias obras em que participou destacamos as seguintes: em 1728-29 trabalha no sepulcro do Senhor Morte da Misericórdia do Porto; entre 1730 e 1732 trabalha nas obras de pedraria da Sé do Porto, nomeadamente na frontaria; em 1730 executa o revestimento a talha da capela-mor do Mosteiro de Stª Clara do Porto; em 1732 foi o responsável pelas obras de pedraria do Mosteiro de Stª Clara do Porto; em 1737 comprometeu-se com o Cabido bracarense a executar o coralto da Sé de Braga; entre 1738 e 1741 trabalha nos seis retábulos da nave da igreja do Mosteiro de Stª Maria de Arouca; em 1745 assume a execução da talha da capela-mor da igreja de Stº Ildefonso (Porto), sob o risco de Nicolau Nasoni, etc. Morreu em 1750 e foi sepultado na igreja de S. Francisco do Porto.¹⁰⁴³

Na comarca da Feira riscou a escadaria da igreja de Oliveira de Azeméis (c. 1739) e os retábulos colaterais e frontispício do arco cruzeiro da igreja de Stº André de Canidelo, executados em 1745 pelo entalhador Manuel Pereira da Costa. Possivelmente terá também feito a planta para os retábulos colaterais e laterais da igreja de Stª Marinha de Avanca, executados em 1746 pelo entalhador José Martins Tinoco.

Quanto a Oliveira de Azeméis, é curioso o facto de Luís Pereira da Costa trabalhar nesta igreja em 1731, dois anos depois de ter colaborado com Miguel Francisco da Silva no retábulo-mor da Sé do Porto, e alguns anos depois, em 1739, surgir uma referência documental ao risco feito por Miguel Francisco da Silva para a escadaria desta igreja.

Segundo Natália Ferreira-Alves, em Lisboa, Miguel Francisco da Silva “(...) *fazia parte de um núcleo de artistas que assimilavam as novas tendências estéticas, inspiradas nos*

¹⁰⁴² TEDIM, José Manuel – Miguel Francisco da Silva Arquitecto das Escadas Monumentais de Oliveira de Azeméis. *Revista de Ciências Históricas*. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Vol. IV (1989), p. 363-365.

¹⁰⁴³ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *Miguel Francisco da Silva*. In PEREIRA, José Fernandes (dir.); PEREIRA, Paulo (coord.) – *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 450-451.

tratados de arquitetura (publicados quer em França, quer em Itália)”.¹⁰⁴⁴ A igreja de Oliveira de Azeméis é um dos melhores templos existentes na comarca da Feira, com um bom desenho de arquitetura, e não tendo sido riscada por Miguel Francisco da Silva, que só veio trabalhar para o norte em 1727, foi certamente projetada por um grande arquiteto, igualmente conhecedor dos tratados de arquitetura, tendo o arquiteto Miguel Francisco da Silva encerrado, com o risco da escadaria, uma grande empreitada artística, da qual fizeram parte grandes artistas do Porto, nomeadamente Luís Pereira da Costa.

Tanto no interior como no exterior os vãos rematados por frontões interrompidos, triangulares ou curvos, com esferas ou cruzes a sair do tímpano, são uma constante. A fachada apresenta um ritmo alternado entre frontão curvo e frontão triangular.

As esferas que estão presentes nos frontões, no remate das cúpulas das torres sineiras, também estão na escadaria¹⁰⁴⁵, harmonizando-se com a arquitetura da igreja. Aliás essa ligação é mais óbvia no portal de acesso à sacristia, onde esse elemento ganha uma proporção muito superior, menos discreta do que na fachada. Essa forma em esfera surge no remate das torres sineiras da igreja de Stº Ildefonso (Porto), igreja na qual Miguel Francisco da Silva trabalhou como entalhador, debaixo do risco de Nicolau Nasoni. É ainda de notar a semelhança deste elemento esférico, tão acentuado no portal de acesso à sacristia da igreja de Oliveira de Azeméis, com o mesmo elemento no frontão interrompido que rematava a roda do Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria, no Porto.



173. Fachada da igreja de S. Miguel de Oliveira de Azeméis



174. Pormenor da fachada da igreja de Stº Ildefonso (Porto)

¹⁰⁴⁴ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *Miguel Francisco da Silva*. In PEREIRA, José Fernandes (dir.); PEREIRA, Paulo (coord.) – *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 450.

¹⁰⁴⁵ Nogueira Gonçalves na visita que fez a este edifício considerou as esferas da escadaria uma obra da renovação da década de 1860, mas as memórias paroquiais provam que elas são originais. (GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 124.)



175. Roda do Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria, no Porto (AMP - *Convento de São Bento de Avé-Maria: roda*, 1890-1894)



176. Portal de acesso à sacristia da igreja de S. Miguel de Oliveira de Azeméis

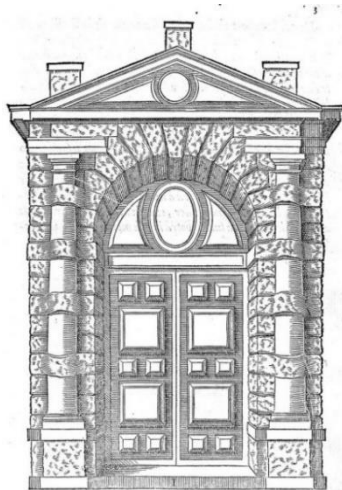


177. Interior da igreja de S. Miguel de Oliveira de Azeméis

O nicho que acolhe a imagem de S. Miguel, na fachada da igreja de Oliveira de Azeméis, é ladeado por elegantes linhas curvilíneas, e o remate da fachada, em frontão triangular, apresenta uma composição de dois elementos triangulares que ladeiam o óculo.

As esferas, as linhas curvilíneas a decorar um nicho e o tímpano vazado por um óculo com dois triângulos circundantes, também os encontramos no tratado de Serlio. O programa arquitetónico do arco cruzeiro também evidencia algumas semelhanças com a tratadística.

As esferas com seus pedestais, presentes em Serlio, de forma mais simplificada estão visíveis na escadaria (vd. foto c.1954). Os frontões triangulares alternados com os curvos, embora não sejam interrompidos, mas também são uma realidade em Serlio. Assim como o frontão triangular com composição geométrica no tímpano, apresenta três pedestais, no cume e nos vértices. Na fachada de Oliveira de Azeméis o cume recebe um pedestal que sustenta uma cruz latina e os vértices um pináculo cada.



178. Estampa do tratado de Serlio (SERLIO, Sebastiano – *D'Architettura*. Venetia: Francesco Senese & Znane, 1566, fl. 3 – *libro straordinario*)



179. Estampa do tratado de Serlio (SERLIO, Sebastiano – *D'Architettura*. Venetia: Francesco Senese & Znane, 1566, fl. 18 – *libro straordinario*)

Em 1758 o reitor da igreja de S. Miguel de Oliveira de Azeméis, P. Manuel de Oliveira Ferreira, descreve a igreja como “(...) o mais sumptuoso templo e o melhor de todo o bispado, como atestam todos”. Edifício de nave única, com duas torres, dois sinos e cinco retábulos, retábulo-mor, dois colaterais e dois laterais. O retábulo-mor “(...) de talha dourada às mil perfeições com tribuna de seis bancos (...)”, com Santíssimo Sacramento ao centro, sobre a banqueta, e as imagens de S. Miguel e S. Pedro, lateralmente. O retábulo colateral do lado esquerdo dedicado a Stª Catarina, S. Miguel e Stª Apolónia. O retábulo colateral da direita com as imagens de S. José, Srª da Boa Morte e S. Rosendo. O retábulo lateral da direita dedicado a

Cristo Crucificado com as figuras de N. Sr^a da Soledade e de S. João Evangelista pintadas. O retábulo lateral da esquerda da invocação de N. Sr^a do Rosário, S. Sebastião e S. Francisco.¹⁰⁴⁶

Quanto à estrutura arquitetónica, “*coroam todo este edifício muitas pirâmides com hum frontispício magestoso, e hum pateo de esquadria com escada de três patins, que toca na estrada publica, cujo corrimão se adorna com 24 esferas de pedra com seus remates*”.¹⁰⁴⁷

Na boca da tribuna do retábulo-mor existe uma tela, do século XIX/X, do pintor Marques da Silva Oliveira, com a representação da Ressurreição de Cristo. Os retábulos colaterais são obra da transição do maneirismo para o estilo nacional, século XVII/XVIII. O retábulo do Senhor dos Passos apresentasse com uma estrutura de arcos concêntricos, colunas de fustes espiralados com parras de uvas e pássaros, portanto enquadrado no denominado estilo nacional. O retábulo lateral dedicado a N. Sr^a do Rosário, assim como o retábulo-mor, é obra joanina.

Em 1769 o visitador diz que “*a Igreja, e capela mor hé o melhor templo dos atrás ditos, com sacristia igual; e 5 altares suficientes, e 2 torres boas, e 2 sinos em uma delas*”.¹⁰⁴⁸

368

Em 1864, na visita que se fez à comarca eclesiástica da Feira, a igreja de “*Oliveira de Azemeis em concerto não foi visitada*”.¹⁰⁴⁹ A igreja de S. Miguel de Oliveira de Azeméis, “*(...) foi restaurada desde 1863 a 1865*”,¹⁰⁵⁰ contando, por provisão régia de 13 de março de 1806, com um real em cada arrátel de carne e quartilho de vinho que se vendesse em Oliveira de Azeméis, por um prazo de mais de seis anos, para ajudar a custear as obras, que foram dirigidas pelo Eng^o Eduardo Augusto Falcão e contaram com os seguintes trabalhos: manutenção do telhado e paredes do edifício; lajeamento da capela-mor; novo soalho e balaustrada no coro-alto; um novo estuque no teto; reforma e douramento da tribuna do retábulo-mor.¹⁰⁵¹ Portanto, apesar de avultas, estas obras foram meramente de manutenção, poucas alterações foram feitas, a não ser na capela-mor e coro-alto, o conjunto manteve-se fiel ao original setecentista.

Na fachada destacam-se duas reproduções (executadas por J. Videira, entre 1992 e 1997) dos painéis figurativos azulejares, de 1927, da fábrica Fonte Nova (Aveiro), com assinatura do pintor E. Trindade. No interior, em 1967, o presbitério recebeu o altar *versus*

¹⁰⁴⁶ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 318.

¹⁰⁴⁷ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 318.

¹⁰⁴⁸ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 43.

¹⁰⁴⁹ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega, 1824-1864*, liv. 088, fl. 88.

¹⁰⁵⁰ *Relatório do Movimento Religioso da Diocese do Porto. Ano de 1922-23*. Porto: Tip. Medico, 1924, p. 320.

¹⁰⁵¹ *Annaes do Município de Oliveira de Azeméis*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1909, p. 74-75.

populum,¹⁰⁵² para garantir o culto divino segundo as novas diretivas do concílio de Vaticano II.



180. Interior engalanado da igreja de S. Miguel de Oliveira de Azeméis, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Oliveira de Azeméis)

A igreja de S. Tiago de Riba Ul terá sido reedificada ou construída em 1712, segundo inscrição na porta travessa do lado esquerdo. Em 1758 apresentava-se de nave única com três retábulos, o mor com o Santíssimo Sacramento e dois altares dedicados a N. Sr^a do Rosário e St^o Nome de Jesus.¹⁰⁵³ Em 1769 o visitador diz que “a Igreja hé suficiente, com capela mor sacristia, e 3 altares ordinarios, e campanario com 2 sinos”.¹⁰⁵⁴ A 26 de outubro de 1864, a igreja tinha tido obras recentes e “(...) na parte novamente construída é sofrível, porem no restante necessita de reparos como são os forros, guarda-pó, soalho, grade do coro, douramento nos altares laterais e telhados e bem assim pintura nos forros (...)”.¹⁰⁵⁵

Entre 1897 e 1898, a nave subiu um metro e meio, a torre sineira e sacristia, que se encontravam do lado esquerdo, foram erguidas do lado direito, para garantir uma melhor circulação na rua que lhe dá acesso. Em 1910 subiram a capela-mor, um metro.¹⁰⁵⁶

¹⁰⁵² AEP – *Proc.* 218.

¹⁰⁵³ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 327.

¹⁰⁵⁴ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 45.

¹⁰⁵⁵ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 75.

¹⁰⁵⁶ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 164.



181. Fachada da igreja de S. Tiago de Riba Ul

Em 1984 iniciou-se o processo de obras que veio alterar ainda mais o edifício. Seguindo um projeto do Arq. Aristeu Ravésio Gonçalves (S. Martinho da Gândara), e do Engº Fernando Dias Brandão (Riba Ul), a capela-mor e a área afeta a dependências anexas (serviços) foi ampliada, os retábulos removidos e a cobertura substituída por estrutura de betão.¹⁰⁵⁷

Portanto, a documentação setecentista refere-se a um edifício singelo, bem diferente da sede da comenda, o que seria normalíssimo, por este se enquadrar em ambiente rural, servindo uma população muito mais reduzida. A fotografia que encontrámos no Arquivo Episcopal do Porto, anterior às últimas obras, permite-nos perceber que a talha era já de finais do século XIX/inícios do século XX, eclética. Portanto da época em que esta igreja fez parte da comarca da Feira, da comenda de S. Miguel de Oliveira de Azeméis, pouco restou.

370



182. Interior da igreja de S. Tiago de Riba Ul antes da últimas intervenções, c. 1984 (AEP – Proc. 548)



183. Interior da igreja de S. Tiago de Riba Ul, atualmente

¹⁰⁵⁷ AEP – Proc. 469. – AEP – Proc. 548.

8.1.7. Comenda de S. Félix da Marinha

A administração desta comenda pertenceu ao Conde da Ponte, título instituído a 16 de maio de 1661, por D. Afonso VI, a D. Francisco de Melo e Torres (1º conde da Ponte), que faleceu em 1667, deixando como seus sucessores D. Garcia de Melo e Torres (2º conde, faleceu em 1703) e D. António José de Melo (3º conde) que faleceu em 1754 sem geração¹⁰⁵⁸, passando a comenda para a coroa, como comprova a visita de 1769: “*A comenda era do Conde da Ponte e está hoje na Corôa (...)*”.¹⁰⁵⁹

Sobre a administração temporal desta comenda, em 1623 esclarece-se que a igreja de S. Félix da marinha tinha um alpendre na entrada principal que era da obrigação dos fregueses bem como o corpo da igreja, onde existiam dois retábulos colaterais. A sacristia e capela-mor eram da responsabilidade do comendador, bem como o provimento de todo o necessário ao culto.¹⁰⁶⁰ Portanto, garantia as normais exigências de um padroeiro.

As duas igrejas que constituíram esta comenda já não existem as atuais são obra do século XIX, pelo que não temos o objeto para o podermos estudar, nem vestígios dele.

Em meados do século XVIII a **igreja de S. Félix da Marinha** tinha cinco retábulos, retábulo-mor com o Santíssimo Sacramento e os retábulos de N. Sr^a do Rosário, St^o Amaro, Sr. Jesus e St^a Ana,¹⁰⁶¹ e segundo a descrição de 1769: “*A Igreja não hé das maiores, nem das de melhor architectura; mas os Altares déla, que são 5 m.^{to} aseados, e com bast.^e prata. A capela mor, e sachristia, são á proporsão; e tem campanário com sineta*”.¹⁰⁶²

Talvez por ser pequena e de pouca qualidade foi substituída em inícios do século XIX. Infelizmente as informações documentais que encontrámos são parcas e só temos conhecimento que a 4 de fevereiro de 1824 o visitador informa que achou tudo na capela-mor “*(...) muito bem preparado*”, mas relativamente à nave era necessário continuar as obras:

O R^{do} Parocho continuará com o seu louvável zello a promover a factura do corpo da Igreja, de que muito precisa, persuadindo os seus freguezes a concorrerem quando permitir as suas posses, p^a a mesma obra o que he de esperar da sua

¹⁰⁵⁸ SOUSA, D. Antonio Caetano – *Memorias Históricas, e Genealogicas dos Grandes de Portugal*. Lisboa: Regia Officina Sylviana e Academia Real, 1755, p. 463-468.

¹⁰⁵⁹ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 114v.

¹⁰⁶⁰ COSTA, Francisco Barbosa da – *S. Félix da Marinha. Notas Monográficas*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; Junta de Freguesia de S. Félix da Marinha, 2000, p. 95-100.

¹⁰⁶¹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 778.

¹⁰⁶² AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 114v.

*piedade, poupando tudo quanto puder dos sobejos das confrarias para esta mesma obra lhes não ser tão pezada.*¹⁰⁶³

Terá a capela-mor sido custeada pelo padroeiro? Garantidamente o corpo da nave foi responsabilidade dos fregueses e quem fazia por esta altura toda a gestão desta obra era o pároco. A obra estaria concluída em 1864, quando, na visita de 18 de novembro, o visitador refere que “*a igreja está em muito bom estado, tem altares com pedra d’ara sagradas, mas tres achão-se sem as relíquias (...)*”.¹⁰⁶⁴

Dos altares *asseados* existentes em 1769 restaram dois, os colaterais, obra de inícios do século XVIII, mas sobre os quais não temos referência documental. Os restantes são do século XIX-XX.

Certamente esta igreja merecerá futuramente um estudo individual, pois trata-se de uma das mais interessantes construídas no século XIX, nesta área geográfica, onde se conjuga a arquitetura, a talha, a imaginária, a pintura mural¹⁰⁶⁵ e o azulejo figurativo.



184. Igreja de S. Félix da Marinha, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – S. Félix da Marinha)



185. Retábulo colateral de Cristo Crucificado – S. Félix da Marinha



186. Igreja de Stº Estevão de Guetim, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Guetim)

Em 1758 a **igreja de Stº Estevão de Guetim** era constituída no seu interior por três retábulos, o retábulo-mor com Santíssimo Sacramento e dois, certamente colaterais, dedicados

¹⁰⁶³ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Illº Rº Abadde de Stª Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 19-19v.

¹⁰⁶⁴ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Illº Rº Abadde de Stª Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 85v.

¹⁰⁶⁵ Na capela-mor. Foi intervencionada em 2007 pela empresa Mural da História. (AEP – *Proc.* 735).

a N. Sr^a da Guia e ao St^o Lenho, sendo este último afeto à irmandade eclesiástico-secular com a mesma denominação.¹⁰⁶⁶

Em 1769 ficamos a saber que “a igreja hé a mais pequena desta Com.^{ca}, com capela mor, e sachristia á proporsam, e 3 altares pobres, mas com o necessario; e campanario com sineta. Os freguezes querem acrescentar a Igr^a”.¹⁰⁶⁷ A 18 de novembro de 1864 a situação mantinha-se: “a egreja é pequena, mas para a população da freguesia é sufficiente, tem três altares com pedras d’ara sagradas”.¹⁰⁶⁸ Alguns anos depois ter-se-á iniciado a construção da atual igreja, estando o edifício concluído em 1872¹⁰⁶⁹ e sendo demolida a igreja anterior que se localizava mais a norte, no local hoje denominado de *igreja velha*. A sua demolição deve ter ocorrido por volta do ano de 1885.¹⁰⁷⁰

Em 1972 a capela-mor foi ampliada, com a demolição das paredes laterais e ligação a dois novos corpos para a assembleia, os púlpitos foram removidos.¹⁰⁷¹

8.1.8. Comenda de S. Vicente de Pereira

Fr. Duarte de Meneses foi o primeiro comendador de S. Vicente,¹⁰⁷² em 1642 estava a comenda nos Teles de Menezes, condes de Vila Pouca, transitando no século XVIII para o Conde de Sampaio, de Lisboa.

A administração desta comenda passou em 1642 para António Teles de Meneses,¹⁰⁷³ em 1645 para D. João de Meneses,¹⁰⁷⁴ em 1649 e 1653 volta a ser administrada por António Teles de Meneses, em 1659 para Aires Teles de Meneses,¹⁰⁷⁵ em 1701 para António Teles de Meneses,¹⁰⁷⁶ tendo em 1794 transitado para António de Sampaio Melo e Castro,¹⁰⁷⁷ 2º Conde de Sampaio.

¹⁰⁶⁶ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 255.

¹⁰⁶⁷ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 113v.

¹⁰⁶⁸ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 85.

¹⁰⁶⁹ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1981, p. 8.

¹⁰⁷⁰ RODRIGUES, Albertino Amaro de Sousa – *St^o Estevão de Guetim – A Freguesia (Subsídios para uma monografia)*. Vol. II. Anta: Edição de autor, 1995, p. 254.

¹⁰⁷¹ AEP – *Proc.* 290.

¹⁰⁷² PINTO, P. Augusto d’Oliveira – *Resêna Histórica. Freguesias de Souto, S. Vicente de Pereira e S. Martinho da Gandra*. [s/l]: Edição de autor, 1935, p. 75-76.

¹⁰⁷³ ANTT – *António Teles de Meneses*, Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv. 1, f. 66.

¹⁰⁷⁴ ANTT – *(D.) João de Meneses*, Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv. 2, fl. 72.

¹⁰⁷⁵ ANTT – *Aires Teles de Meneses*, Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv. 7, fl. 298.

¹⁰⁷⁶ ANTT – *António Teles de Meneses*, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 2, fl. 247.

¹⁰⁷⁷ ANTT – *António de Sampaio Melo e Castro*, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv. 17, fl. 157v.

O auto de posse de António de Sampaio Melo e Castro, foi em 1797, sendo por essa altura feito um documento síntese pelo reitor de S. Vicente, transcrito em 1935 pelo P. Augusto Pinto. Resolvemos apresentar essa transcrição para esclarecer algumas questões e por se tratar de um documento que na época em que foi transcrito estava nas mãos de particulares:

*Aos 26 de Janeiro de 1797, por ordem da Mês de Consciência e Órdens dirigida ao Doutor Corregedor da Vila da Feira e com comissão deste, veio o Doutor Manuel José da Silva, advogado da dita Vila, em companhia do escrivão e meirinho do referido ministro dar posse da comenda de S. Vicente de Pereira e de sua anexa de S. Martinho da Gandra ao actual comendador da mesma, o E^{mo} Conde de S. Payo, em razão de se haver nela proximamente encartado na forma da ordens de sua Magestade, e dever, em conformidade destas, tomar a dita posse, como com efeito tomou, em seu nôme e com procuração sua, João Pêdro de Carvalho, de Souto, administrador dos dízimos da dita comenda por conta do Dr. Sebastião Navarro de Andrade, da Vila de Guimarães, cuja posse consistiu em **entrar** o dito João Pêdro de Carvalho **na sacristia e capela-mór da mencionada igreja de S. Vicente de Pereira** com o dito vice-Ministro e os oficiais referidos, assim como **tambem entraram nas casas da residência paroquial**, sem fazerem ali mais acto algum do que o de entrarem e saírem logo; porem, não entraram nos passais nem em parte alguma deles por serem pertencentes à igreja e não à comenda. **Nem tam pouco o procurador abriu o missal, porque a posse era sómente relativa aos frutos da comenda e não ao padroado da igreja, que é de Reserva apostólica e provida nas suas vacâncias por Sinodal Concurso.** Para constar fiz êste têrmo a 30 de Maio de 1797. O Reitor José da Cunha Ribeiro.¹⁰⁷⁸*

Quando procedemos à apresentação sumária dos diferentes padroeiros foram diversas as situações em que sentimos necessidade de esclarecer qual o padroado de determinadas igrejas, justamente por existirem alguns documentos que se não tiverem uma análise comparativa nos induzem facilmente em erro. Este é um desses documentos, porque afirma na pomada de posse que o procurador do conde de Sampaio entra na capela-mor, sacristia e residência paroquial (espaços da obrigação de qualquer padroeiro), mas nem o missal foi aberto porque a posse seria relativa aos frutos da comenda e não ao padroado. Por padroado o documento entende unicamente o direito de apresentação do beneficio eclesiástico, mas como

¹⁰⁷⁸ PINTO, P. Augusto d'Oliveira – *Resênha Histórica. Freguesias de Souto, S. Vicente de Pereira e S. Martinho da Gandra*. [s/l]: Edição de autor, 1935, p. 76-77.

já tivemos oportunidade de verificar, o direito de apresentação é um dos direitos do padroeiro, mas não é o único, e mesmo sendo esta igreja de concurso ordinário (cargo nomeado pelo bispo do Porto) efetivamente o Conde de Sampaio era o seu padroeiro, porque recebia os seus rendimentos e tinha as suas obrigações tanto espirituais como temporais. Só não tinha o direito de apresentação do reitor.

Se dúvidas ainda houvesse o livro de visitas a que tivemos acesso em S. Vicente de Pereira é esclarecedor. Todas as visitas começam por apresentar o “(...) *vezitador geral das fabricas das Igrejas das comendas da Ordem de Christo* (...)” e quase todas referem o facto de visitarem a capela-mor e sacristia “(...) *q pertence à fabrica da Com^{da} della* (...)”.¹⁰⁷⁹

A primitiva **igreja de S. Vicente de Pereira** seria anterior ao século XIII, porém em avançado estado de ruína a 14 de fevereiro de 1756 lançou-se a primeira pedra para a construção da atual igreja, em terreno próximo à antiga. Conforme inscrição no teto da nave a esta estaria “CONCLUIDA / EM / 1763”, mas o culto só se iniciou a 26 de agosto 1764, dia em que se levou o Santíssimo Sacramento e imagens da igreja antiga para a nova.¹⁰⁸⁰

Na visita de 18 de setembro de 1742 ficamos a saber que ainda se procurava reparar a igreja antiga e, por ordem superior da Ordem de Cristo, foi reedificada a capela-mor. A comenda pagou três partes da obra e a freguesia uma parte:

375

*Declaro q na Igr de S. Vic^{te} de Pr^a se acha feita a capella maior de novo por provisão de sua Mag^e q m^{do}u fazer p^{los} fruttos da Com^{da} tres p^{tes}, e hua p^{la} fregue[sia] e assim se necessitava agora de se lhe fazer hu retabullo p^a a capella mayor por se achar com indicencia (...)*¹⁰⁸¹

Por esta altura já a capela-mor deveria ter sido benzida, porque a 22 de março de 1741 tinha sido iniciado o processo para a solicitação da bênção da capela-mor. Num documento enviado para o Paço Episcopal do Porto:

Dizem os freguezes da Igr^a de S. Vicente de Pr^a Cm^{ca} da Feyra a ameaçando ruína a Capela mor da sua Igr^a, por Cap^o de Vizita se determinou a sua reedificação a custa dos dízimos da Comenda da mesma Igr^a, q come ff[rut]o[s], se edificou e

¹⁰⁷⁹ APSVP – *Livro dos Capitulos de Vizita pela Superindencia das Fabricas destas Igrejas de Sam Vicente e Sam Mar^{nho}*, 1717-1785.

¹⁰⁸⁰ PINTO, P. Augusto d'Oliveira – *Resenha Histórica. Freguesias de Souto, S. Vicente de Pereira e S. Martinho da Gandra*. [s/l]: Edição de autor, 1935, p. 16-20

¹⁰⁸¹ APSVP – *Livro dos Capitulos de Vizita pela Superindencia das Fabricas destas Igrejas de Sam Vicente e Sam Mar^{nho}*, 1717-1785, fl. 14v-15.

pelo bom Commodo da Reedificação se augmentou o solo da capela Mor couza de 9 palmos, e p^a se fazerem as Endoenças, e dizer Missa necessita de ser benzida e sagrada e p^a isso querem Commissão p^a o mesmo Rd^o R^{or} seu parcho, ou outro qualquer q for servido p^a a necessid^e e brevid^e de q necessittão pela ocasião do Tempo e Semana Santa.¹⁰⁸²

A esta informação o cura da igreja de S. Vicente, P. Manuel Leite, acrescentou ao documento um certificado:

(...) q a capella mor desta mesma ig^{ra} foi reedificada de novo à custa dos dízimos da Comenda; e se acrescentou à d^a Capella nove palmos no comprim^{to}; e na largura dous; isto tudo no mesmo sítio da antiga; e está com toda a decência p^a nella se celebrarem os officios divinos; concedendo m^a licença pedida p^a o Rd^o Reytor desta fr^a asitente na anexa de S. Martinho da gandra; passa na Verd^e o q de necessario for o afirmo: in verbo sacerdotis.¹⁰⁸³

376

Não podemos esquecer o que já foi dito sobre esta comenda. O reitor encontrava-se, por esta altura, a residir na freguesia anexa, e o cura, que deveria estar na anexa, estava na sede da comenda, por isso, é que houve necessidade deste certificado.

Em setembro de 1745, o retábulo-mor já deveria estar feito porque visitador só achou bem a capela-mor e sacristia “(...) *que pertence à fábrica da Com^{da} della, não necessitando de mais couza alguã (...)*”¹⁰⁸⁴, mas o restante edifício não estaria nas melhores condições e o retábulo antigo da igreja ainda não tinha sido retirado: “(...) *o retabollo que se havia tirado desta Igr^a velho se acha em pedaços por várias p^{tes} (...) mando logo em ajuntar e vender pello q pode se adquirir para suposto não possa servir mais de retabollo pella incapacidade em q se acha (...)*”¹⁰⁸⁵

Em 1758 a primitiva igreja é descrita da seguinte forma:

Tem esta Igreja tres Altares, o Altar Mor onde está o Santissimo Sacramento; e daparte do Evangelho tem a Imagem de Sam Vicente Martir Padroeiro desta

¹⁰⁸² AEP – S. Vicente de Per^a os fregueses. Benção, 22 de março de 1741.

¹⁰⁸³ AEP – S. Vicente de Per^a os fregueses. Benção, 22 de março de 1741.

¹⁰⁸⁴ APSVP – Livro dos Capitulos de Vizita pela Superindencia das Fabricas destas Igrejas de Sam Vicente e Sam Mar^{nho}, 1717-1785, fl. 15v.

¹⁰⁸⁵ APSVP – Livro dos Capitulos de Vizita pela Superindencia das Fabricas destas Igrejas de Sam Vicente e Sam Mar^{nho}, 1717-1785, fl. 16.

*Freguezia; e da parte da Epistulla tem a Imagem da Senhora Santa Ana. O Altar Collateral da parte direita tem as Imagens de Santo Antonio, e a Sam Sebastiam. O Altar Collateral da parte esquerda tem a Imagem de Nossa Senhora da Boa Nova. Tem esta Igreja huma so nave.*¹⁰⁸⁶

Iniciada a obra da nova igreja em 1756, concluída e com culto a partir de 1764, em 1769 o visitador diz que tendo cinco altares, mas o da capela-mor e outros dois não tinham retábulo, somente uma pintura em papel: “A Igreja hé nova, e está suficiente, com Capela mor, e sachristia tambem novas, com 5 altares limpus; mas 2 destes e o maior, ainda não tem retabulos, e só uns papeis pintados”.¹⁰⁸⁷

Nessa sequência o retábulo-mor da antiga igreja que tinha sido feito depois de 1742, antes de 1745, ao gosto da época (joanino), deve ter sido transferido para a nova igreja, porque o retábulo que hoje se pode ver na igreja de S. Vicente corresponde á linguagem artística desse período e sendo novo não faria sentido rejeitá-lo. Também não houve em visita nenhuma a referência a que estivesse dourado, portanto, na visita de 7 de agosto de 1783, já o retábulo estaria na capela-mor da nova igreja e o visitador manda que seja dourado à custa da Comenda, com autorização superior da Ordem de Cristo, mais concretamente da Mesa da Consciência e Ordens, como deveria ser em situações de despesa excecional:

*Achou que o retabullo da capella mor se acha [h]a muito tempo em pau por dourar nem pintada com indicencia gravíssima do Culto Divino e como na fabrica não há dinheiro para se poder fazer esta obra (...) mandou (...) que o Reverendo Parocho recorresse ao Excellentissimo Comendador para lhe mandar fazer a referida obra pellos frutos da Comenda por esta ser de grande necessidade, indo lhe deferindo de parte a sua Magistade pello seu Tribunal da Meza da Consciência e Ordens.*¹⁰⁸⁸

Entretanto a igreja antiga foi demolida em 1784.

Já no século XIX, a freguesia continuou empenhada na ornamentação da sua igreja e, para o corpo da igreja de S. Vicente de Pereira, foram feitos em 1808 os retábulos colaterais,

¹⁰⁸⁶ BASTOS, Manuel Pires – *O Concelho de Ovar nas «Memórias Paroquiais» (1758)*. Ovar: Paróquia de Ovar, 1984, p. 38.

¹⁰⁸⁷ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 64.

¹⁰⁸⁸ APSVP – *Livro dos Capitulos de Vizita pela Superindencia das Fabricas destas Igrejas de Sam Vicente e Sam Mar^{nho}*, 1717-1785, fl. 28.

em 1811 os retábulos laterais junto aos púlpitos e em 1851 foram feitas as guardas dos púlpitos.¹⁰⁸⁹



187. Fachada da igreja de S. Vicente de Pereira



188. Retábulo-mor da igreja de S. Vicente de Pereira

Em 1979 as paredes laterais da capela-mor foram abertas, ligando-a às sacristias, para que houvesse mais espaço para a assembleia,¹⁰⁹⁰ em 2005-2006 a igreja é restaurada e estas paredes voltam a ser fechadas e a incapacidade de acolhimento de todos os fieis resolvida com a alteração do coro-alto, segundo projeto dos arquitetos Carla Andreia de Carvalho e Ricardo de Azevedo, de Vila Nova de Gaia.¹⁰⁹¹



189. Interior da Igreja de S. Vicente de Pereira

¹⁰⁸⁹ PINTO, P. Augusto d'Oliveira – *Resenha Histórica. Freguesias de Souto, S. Vicente de Pereira e S. Martinho da Gandra*. [s/l]: Edição de autor, 1935, p. 16-18.

¹⁰⁹⁰ AEP – *Proc.* 399.

¹⁰⁹¹ AEP – *Proc.* 962. – AEP – *Proc.* 1022.

A antiga **igreja de S. Martinho da Gândara** em 1656 tinha três retábulos, o retábulo-mor e dois colaterais dedicados a S. Sebastião e N. Sr^a do Rosário.¹⁰⁹²

A 5 de setembro de 1717 o visitador solicita à fábrica da Comenda de S. Vicente de Pereira o conserto das áreas que lhe competiam na igreja, sacristia e capela-mor, dizendo: “*e achou-se mais que a sanchristia e capella maior necessitavam de ser logo conservados os tilhados dellas e forro da d^a sanchristia (...)*”.¹⁰⁹³

Em 1758 a igreja é descrita como um edifício de nave única com quatro retábulos: retábulo-mor com o Santíssimo Sacramento e as imagens de S. Martinho e de S. João de Deus; retábulo colateral do lado esquerdo com duas imagens de N. Sr^a do Rosário, sendo uma mais pequena, que servia nas procissões; retábulo colateral do lado direito com as imagens de St^o António, S. Sebastião e St^a Ana; retábulo lateral dedicado à Crucificação de Cristo.¹⁰⁹⁴

Em 1769 o visitador diz que “*a Igreja tem 4 altares com o maior, suficientes, com capela mor, sachristia, retabulo antiquíssimo; mas limpo: porem anda se fazendo outra Igr^a, q está arematada em 12 mil cruzados: Na velha há torre com 2 sinos*”.¹⁰⁹⁵

Efetivamente em 1767 já se pensava em construir uma igreja nova, estando a antiga escorada em 1769, para evitar a imediata ruína, mas só em 1770 a obra é posta a concurso, sendo arrematada em 1771, por João Ferreira, de Aveiro.¹⁰⁹⁶ Este facto parece indicar-nos que o livro de visitas terá sido iniciado em 1769, mas na realidade e ao contrário do que o próprio livro afirma, nem todas as visitas terão sido feitas nesse ano, porque em 1769 a obra ainda nem sequer tinha sido posta a concurso.

Por volta de 1777 o empreiteiro tinha abandonado a obra e a confraria do Subsino, em representação da freguesia, avança com uma demanda contra João Ferreira. Recomeçados os trabalhos a nave ficou concluída em 1780, sendo inaugurada no segundo domingo de novembro, com a transladação do Santíssimo Sacramento da igreja antiga para a nova e a sagração do novo templo, porém a capela-mor continuava por iniciar.¹⁰⁹⁷

Terminadas as obras de arquitetura no corpo da nave, foram encomendados ao P. Joaquim Teixeira, da rua do Bonjardim na cidade do Porto, os quatro retábulos, os colaterais

¹⁰⁹² PINTO, P. Augusto d'Oliveira – *Resênda Histórica. Freguesias de Souto, S. Vicente de Pereira e S. Martinho da Gandra*. [s/l]: Edição de autor, 1935, p. 22.

¹⁰⁹³ APSVP – *Livro dos Capitulos de Vizita pela Superindencia das Fabricas destas Igrejas de Sam Vicente e Sam Mar^{nho}*, 1717-1785, fl. 2v.

¹⁰⁹⁴ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 328.

¹⁰⁹⁵ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 65v.

¹⁰⁹⁶ PINTO, P. Augusto d'Oliveira – *Resênda Histórica. Freguesias de Souto, S. Vicente de Pereira e S. Martinho da Gandra*. [s/l]: Edição de autor, 1935, p. 22-23.

¹⁰⁹⁷ PINTO, P. Augusto d'Oliveira – *Resênda Histórica. Freguesias de Souto, S. Vicente de Pereira e S. Martinho da Gandra*. [s/l]: Edição de autor, 1935, p. 23-24.

foram colocados em 1782 e dedicados a N. Sr^a do Rosário e Cristo Crucificado, os laterais foram assentes em 1785 e dedicados a St^o António e ao Sagrado Coração de Jesus.¹⁰⁹⁸

Em 1784 a igreja antiga é demolida por ordem de Francisco de Azevedo Coutinho, superintendente das comendas da Ordem de Cristo.¹⁰⁹⁹

Na visita de 19 de outubro de 1785, o visitador ao referir-se à igreja de S. Martinho da Gândara diz: “(...) *não há capella mor, nem sacristia, por se terem demolido, por ordem sua a da Igreja Velha* e estar o corpo da nova somente feito (...)”.¹¹⁰⁰

Em 1831, como o comendador não avançava com as obras da capela-mor e sacristia, a freguesia fez-se representar junto da Ordem de Cristo, contestando a atitude do padroeiro e pedindo uma resolução à Mesa de Consciência e Ordens.¹¹⁰¹ Com a extinção das comendas em 1832 de nada lhes valeu a petição.

A 29 de outubro de 1864 a falta de capela-mor mantinha-se, dizendo o visitador que “*a egreja é um bom edifício porem falta-lhe a capela-mor* (...)”.¹¹⁰²

Só em 1908 foi iniciada, terminando a obra em 1916, ano em que a 23 de julho foi inaugurada e sagrada. O retábulo-mor foi feito por Alberto Sousa dos Reis e dourado por José Ferreira dos Santos, de Carregosa.¹¹⁰³

Em 1917 a torre sineira ruiu parcialmente e foi reconstruída nesse mesmo ano. Entre 1918 e 1926 foram feitas diversas obras de manutenção do edifício e adquiridas as imagens de N. Sr^a de Fátima, St^a Teresinha, N. Sr^a do Rosário, St^o António, Sagrado Coração de Jesus e S. Martinho.¹¹⁰⁴

¹⁰⁹⁸ PINTO, P. Augusto d'Oliveira – *Resenha Histórica. Freguesias de Souto, S. Vicente de Pereira e S. Martinho da Gandra*. [s/l]: Edição de autor, 1935, p. 25.

¹⁰⁹⁹ LEITE, José Resende da Silva – Subsídios monográficos da freguesia de S. Martinho de Gandra. Concelho de Oliveira de Azeméis. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Oficinas Gráficas de Coimbra. Vol. XXIV, nº 95 (1959), p. 182.

¹¹⁰⁰ APSVP – *Livro dos Capitulos de Vizita pela Superindencia das Fabricas destas Igrejas de Sam Vicente e Sam Mar^{cho}*, 1717-1785, fl. 29v.

¹¹⁰¹ PINTO, P. Augusto d'Oliveira – *Resenha Histórica. Freguesias de Souto, S. Vicente de Pereira e S. Martinho da Gandra*. [s/l]: Edição de autor, 1935, p. 24.

¹¹⁰² AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 76v.

¹¹⁰³ PINTO, P. Augusto d'Oliveira – *Resenha Histórica. Freguesias de Souto, S. Vicente de Pereira e S. Martinho da Gandra*. [s/l]: Edição de autor, 1935, p. 24-25.

¹¹⁰⁴ LEITE, José Resende da Silva – Subsídios monográficos da freguesia de S. Martinho de Gandra. Concelho de Oliveira de Azeméis. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Oficinas Gráficas de Coimbra. Vol. XXIV, nº 95 (1959), p. 187.



190. Igreja de S. Martinho da Gândara, c. 1956 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – S. Martinho da Gândara, resposta dada em 1956)



191. Interior da igreja de S. Martinho da Gândara (GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1981, Est. CLXXVII.)

Entre finais do século XX e inícios do século XXI, embora sem processo de obras no Paço Episcopal do Porto, foram certamente feitas algumas obras de grande monta. A estrutura do relógio, ainda existente em 1956, foi-lhe retirada, e bem, dando maior visibilidade à fachada barroca. Os retábulos que aquando da visita de Nogueira Gonçalves eram a branco e ouro, hoje encontram-se a branco, ouro e azul, à semelhança dos de S. Vicente de Pereira.

Este edifício revela algumas semelhanças com a igreja de S. Vicente de Pereira, embora mais elaborado.

As duas fachadas apresentam portal encimado por nicho, ladeado por duas janelas ao nível do coro-alto, com torre sineira à esquerda marcada por pilastras encimadas por pináculos e rematada por cúpula. Embora em S. Vicente a decoração seja mais contida, até no que respeita ao recorte da empena, e em S. Martinho da Gândara mais sinuosa.

O facto do reitor da Comenda de S. Vicente de Pereira residir na anexa, S. Martinho da Gândara, pode ter tido alguma influência, uma vez que pelo que a documentação nos revela esta freguesia seria mais rentável do que S. Vicente e os últimos reitores resolveram deixar o cura na sede da comenda e vir para S. Martinho. Com esta atitude os reitores subjugaram S. Vicente e sobrelevaram S. Martinho da Gândara, sendo esse facto visível na arquitetura.

No interior a estrutura pétrea que envolve o arco cruzeiro e os dois nichos que recebem os retábulos colaterais são idênticos. O remate do arco cruzeiro em frontão interrompido de segmentos curvos com enrolamento na ponta, com concheado a sair do timpano, é igual, o

remate dos nichos laterais ao arco cruzeiro é mais simples em S. Martinho da Gândara com um frontão curvo interrompido a coroa-los.



192. Retábulo lateral na igreja de S. Martinho da Gândara



193. Porta travessa no interior da igreja de S. Martinho da Gândara

Na nave a disposição arquitetónica é a mesma nas duas igrejas. Os quatro retábulos, laterais e colaterais, inseridos em nicho com estrutura pétrea destacada, os dois púlpitos assentes sobre uma enorme mísula, duas portas travessas e quatro confessionários. Coro-alto em largo arco abatido.

382



194. Vista para o coro-alto da igreja de S. Martinho da Gândara



195. Vista para o coro-alto da igreja de S. Vicente de Pereira

A grande diferença reside no facto dos nichos dos retábulos laterais e os vãos de acesso aos confessionários da igreja de S. Vicente de Pereira serem estruturas graníticas simples, em arco de volta perfeita ou verga reta, enquanto na igreja de S. Martinho da Gândara tudo é mais elaborado. Os retábulos laterais estão inseridos numa estrutura que culmina em arco de volta perfeita, ladeada por pilastras sobrepostas, com um fecho do arco em forma de mísula que suporta o centro do frontão triangular interrompido que coroa toda a estrutura. As portas travessas, internamente, são encimadas por frontões de segmentos retos e curcos entrecurtados. Os confessionários e as portas travessas no exterior, são vãos em verga reta ladeada por um

elemento ondelado que sugere a figura de uma orelha e rematados por frontão triangular interrompido, nos confessionários, e frontão de segmentos curvos entrecurtados, nas portas travessas. Este elemento em forma de orelha articulado com um frontão triangular interrompido encontra-se no tratado de Andrea Pozzo.



196. Pormenor de porta travessa no exterior da igreja de S. Martinho da Gândara



197. Pormenor da fig. 105 de POZZO, Andrea – *Perspectivae Pictorum at que Architectorum*. Tomo II. Augsburg: Johann Friederich, 1709.

Chamamos ainda a atenção para a existência, na nave da igreja de S. Martinho da Gândara, de janelas com peitoril bem demarcado e muito semelhante aos que encontramos na capela-mor da igreja de St^a Marinha de Avanca, comenda da Ordem de Cristo.

383

8.1.9. Comenda de S. Miguel do Souto

Em 1581 foi comendador de Souto o licenciado Gaspar Dias de Landim, de Famalicão.¹¹⁰⁵ Em inícios do século XVII pertencia aos condes de Vimioso, marqueses de Valença e transitava por herança, e assim foi até à extinção dos padroados. Em 1643 a administração desta comenda pertencia ao 5º conde de Vimioso, D. Afonso de Portugal que faleceu em 1649, transitando para D. Luís de Portugal (6º conde, faleceu em 1655), D. Miguel de Portugal (7º conde, faleceu em 1681), D. Francisco de Portugal (8º conde, faleceu em 1749), D. José Miguel João de Portugal (9º conde, faleceu em 1735), D. Francisco José Miguel de Portugal¹¹⁰⁶ (10º conde, faleceu c. 1766), D. Afonso Miguel de Portugal e Castro (11º conde, faleceu em 1802) e D. José Bernardino de Portugal e Castro (12º conde, faleceu em 1840).

¹¹⁰⁵ PINTO, P. Augusto d'Oliveira – *Resênsa Histórica. Freguesias de Souto, S. Vicente de Pereira e S. Martinho da Gandra*. [s/l]: Edição de autor, 1935, p. 75-76.

¹¹⁰⁶ SOUSA, D. Antonio Caetano – *Memorias Históricas, e Genealogicas dos Grandes de Portugal*. Lisboa: Regia Officina Sylviana e Academia Real, 1755, p. 211-217.

A **igreja de S. Miguel do Souto**, conforme inscrições existentes no muro do adro, “PRINCIPIOU / EM 20 / DE AGOSTO / DE 1865” e “FINDOU / EM 17 / DE JUNHO / DE 1868”, mas já em 1866 a fachada estaria construída, por ser essa a data que exhibe por cima do portal. Trata-se, portanto, de um edifício feito 32 anos depois da extinção do direito de padroado. A antiga igreja erguia-se junto à atual capela das Almas e era um edifício de duas naves, do qual nada resta.



198. Fachada da igreja de S. Miguel do Souto

Em 1758 a igreja tinha quatro retábulos, dedicados a S. Miguel, N. Sr^a do Rosário, N. Sr^a da Conceição e Santíssimo Sacramento e segundo a informação dada pelo pároco não tinha naves,¹¹⁰⁷ porém, em 1769 o visitador diz claramente que era detentora de duas naves, como a igreja de St^a Maria de Fermedo. A primeira nave estava no alinhamento da capela-mor a segunda era dedicada ao Santíssimo Sacramento. A capela-mor já tinha tido uma porta de ligação direta à residência paroquial e junto à capela-mor existiam dois retábulos colaterais. Segundo a descrição não seria um edifício muito interessante:

A Igreja hé ordinaria, de duas naves, como a de Fermedo: na primr.^a, a direita, corresponde a Capela mor; na outra, á esquerda, o Altar do Sacram^{to}. A capela mor hé menos q ordinaria, e pobre; e junto ao Altar dela, se achava uma porta p.^a as Cazas da Rezidencia, donde se via d'uma Sala todo o sacerdote, quando celebrava; e este, a q.^m estava na dita Caza; e por isso se mandou tapar em acto

¹¹⁰⁷ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 408.

de Vizit^{am}. Tem mais 2 Altares junto ás grades da capela mor, com a m.^{ma} irregularid.^e da Igr.^a, virados um p.^a o outro”.¹¹⁰⁸

A 31 de outubro de 1864 o visitador encontra uma “(...) igreja velha e arruinada (...)”,¹¹⁰⁹ no ano seguinte é iniciada a nova igreja, estando concluída em 1868. Em 1989 deu entrada na diocese do Porto um projeto de ampliação e restauro da atual igreja.¹¹¹⁰ Segundo lápide comemorativa, as obras decorreram entre 2 de maio de 1992 e 27 de setembro de 1996. Dessas obras resultou a abertura das paredes da nave, para alargamento do espaço dedicado à assembleia.

A **igreja de Stº André de Mosteirô** estava em construção em 1758, contando com apoio régio para custear as obras.

Em conformidade com a descrição do pároco, P. Joaquim José Henriques, a 16 de abril de 1758, o corpo da igreja ficaria com uma torre sineira do lado esquerdo, duas sacristias, duas portas travessas, quatro retábulos inseridos em nichos de cantaria lavrada, dois púlpitos e quatro confessionários. Pela descrição, em tudo semelhante aos edifícios que vimos na Comenda de S. Vicente de Pereira. Curioso é o facto de as duas sacristias serem da freguesia, uma vez que é claramente referido que a capela-mor era a única que ainda não estava arrematada por pertencer ao comendador.

A igreja nova que de prezente se anda fazendo vai com a planta de coatro altares, dois no arco e dois incostados às paredes, cada hum de sua parte, vai feita com boma escoadria, lavrada à romana, e os ditos altares metidos no dito arco e paredes com seus arcos de escoadria, fica com dois púlpitos, coatro confessionários metidos nas paredes, duas portas travessas, duas frestes rasgadas no coro, e coatro nas paredes da igreja, também grandes, huma torre à parte esquerda, duas sancristias com suas folhajes nos remates de escoadria. Nam falo na capella mor por esta nam estar inda rematada, a coal deve mandar fazer o Excelentíssimo Marquês de Valença, que hé commendador desta. E a dita igreja

¹¹⁰⁸ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 63.

¹¹⁰⁹ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Illº Rº Abadde de Stª Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 77v.

¹¹¹⁰ AEP – *Proc.* 602.

*está rematada a pedraria e carpintaria em dois contos e duzentos e noventa e nove mil réis, a coal se faz à custa do rial por provizam de Sua Magestade.*¹¹¹¹

As folhagens de que o documento fala, relativamente às sacristias, são representações vegetalistas, nomeadamente palmas, esculpidas no granito de dois nichos e do lavatório da sacristia do Senhor.

Quanto à antiga igreja, em 1758, ainda existia e era de nave única com três retábulos:

*(...) hum na capella mor, todo de intalha dourada, no coal está o Santíssimo Sacramento no sacrário, e neste da parte do Evangelho huma imagem de Santo André de vulto emcorporada de estatura de seis palmos, e hum Menino Jezus, da parte da Epistola, humas imagens incorporadas de estatura de coatro palmos de Santa Anna, Nossa Senhora, e o Menino Jezus, entre ellas. E os dois altares estão emcostados ao arco da dita igreja, e no da parte do Evangelho está huma imagem de Nossa Senhora com o titullo de Espectaçam, esta imagem hé incorporada, estatura de coatro palmos, esta está no meio do altar, e da parte do Evangelho huma imagem de Santo Amaro, e da outra parte huma imagem de Sam Brás, estas feitas no mesmo retabolo da meia intalha. E no altar da parte da Epistola está huma imagem de Sam Sebastiam mártir, incorporada, de estatura de tres palmos, e à parte direita deste estão duas imagens, huma de Santo Antonio, e outra de Sam Gonçallo, e da esquerda outras duas, huma de Santo André apostollo, e outra de Sam Joam Baptista, estes dois altares estão ambos de intalha dourada. E todo o frontespicio do mesmo arco [peneja] e cimo delle está huma imagem de hum Santo Christo de estatura de três palmos.*¹¹¹²

Por volta de 1767 já estaria concluído o corpo da igreja, quando a freguesia perante a falta de capela-mor a solicita à Mesa da Consciência e Ordens, conforme nos informa o visitador em 1769. Este documento esclarece-nos ainda o facto de efetivamente as duas sacristias serem da freguesia. Havendo duas sacristias uma delas deveria ser da responsabilidade do comendador, porém, em Mosteirô não era, pelo menos no que respeita a esta igreja, quanto à anterior não sabemos. Este facto justifica os acessos às sacristias fazerem-

¹¹¹¹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 388-389.

¹¹¹² CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 388.

se pelo corpo da igreja, junto aos retábulos colaterais, em vez de estarem diretamente ligadas à capela-mor.

A Igreja hé boa, e nova em 4 Altares com m.^{to} aseio. Não tem capela mor por mais que se tem requerido a Meza da Conciencia, sobre o q já informou o Juiz das Comendas há 2 a^s; e p.^a mandar fazer...Tem 2 sachristias, ambas dos freguezes, tambem novas, e suficientes; e torre com sineta. O P.^e Cura tudo trás com limpeza.¹¹¹³



199. Igreja de Stº André de Mosteirô, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Mosteirô)

No exterior do edifício destaca-se o corpo do edifício com portal principal, constituído por duas pilastras, decoradas por elementos vegetalistas, que sustentam um frontão interrompido, com dois segmentos curvilíneos com enrolamento no topo. Do tímpano deste frontão saí o nicho de Stº André, composto por duas pilastras de fuste decorado por quatro mísulas com folhas de acanto e rematado por um frontão interrompido de segmentos curvos, com uma concha a sair do tímpano. Este frontão repete-se nas duas janelas do coro alto e nas portas travessas. As janelas são de segmento superior e inferior curvo, com dois pendentes na base.

A empena da fachada, apresenta um recorte sinuoso, rematado por uma cruz no cume, ladeada por pináculos que se irão repetir nos vértices da empena. O entablamento que divide a empena é fortemente marcado e parece sustentado por dois pendentes que enquadram as

¹¹¹³ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 61v.

aletas do interior da empena. Entre as aletas um óculo alargado muito semelhante ao que iremos encontrar na igreja de Stª Maria Madalena de Agadão, e pouco comum nesta área geográfica.

A torre sineira é marcada no corpo por pilastras, entrecortadas ao nível das ventanas, e rematadas por pináculos, no coroamento uma cúpula com uma cruz latina no cimo. De modo geral esta fachada aproxima-se estruturalmente às fachadas de S. Vicente de Pereira e de S. Martinho da Gândara, embora com mais pormenores decorativos.



200. Fachada da igreja de Stº André de Mosteirô



201. Nicho da fachada da igreja de Stº André de Mosteirô



202. Porta travessa da igreja de Stº André de Mosteirô

No interior seguem a mesma divisão do espaço arquitetónico, que já vimos em S. Vicente de Pereira e S. Martinho da Gândara. O arco cruzeiro (com parede de espessura bastante maior do que o normal) e os nichos dos retábulos colaterais formam uma estrutura pétrea una, com destaque para o arco cruzeiro rematado por um frontão interrompido, com dois segmentos curvos com enrolamentos nas pontas e ao centro uma concha igual às já referidas no exterior. Seguem-se os dois retábulos laterais também eles inseridos numa estrutura pétrea de linguagem semelhante. Seguindo em direção ao coro-alto ficam os dois púlpitos com base assente numa espécie de mísula alongada, as portas travessas de verga reta e os quatro confessionários (dois de cada lado) de verga curva emoldurada. Evidencia-se ainda o arco abatido e alongado do coro-alto e a posição do batistério no interior da torre sineira.



203. Interior da igreja de Stº André de Mosteirô, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Mosteirô)

Da antiga igreja podem ter sido reaproveitados dois retábulos maneiristas, hoje em posição lateral, e alguns elementos de talha de estilo nacional que foram colocados no camarim da tribuna, no retábulo-mor. O retábulo-mor é rococó, os colaterais parecem ser um reaproveitamento de alguns elementos de talha joanina.

Em 2001 toda a estrutura arquitetónica e retabular foi restaurada, em colaboração com a equipa técnica da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.¹¹¹⁴

8.1.10. Comenda de S. Pedro de Castelões

A Comenda de S. Pedro de Castelões, na diocese de Coimbra, foi instituída em 1520¹¹¹⁵ e o seu reitor era apresentado pelo Cabido da Sé de Coimbra¹¹¹⁶.

Em 1649 era comendador de S. Pedro de Castelões, D. Pantaleão de Sá Melo, que a 10 de março desse ano solicita que, pela sua morte, o seu filho mais velho, seja nomeado comendador de S. Pedro de Castelões.¹¹¹⁷ A 15 de novembro de 1657, D. Lourenço de Melo Sá, seu filho, recebe a comenda pelo prazo de um ano.¹¹¹⁸

A 17 de julho de 1725, D. João V, atribuiu a D. António de Almeida Soares, que foi Coronel de Infantaria em Elvas e Governador Capitão General do Reino, o título de marquês

¹¹¹⁴ AEP – *Proc.* 901.

¹¹¹⁵ SOUSA, D. Antonio Caetano – *Provas da História Genealogica da Casa Real Portuguesa*. Tomo II. Lisboa: Regia Officina Sylviana e Academia Real, 1742, p. 303.

¹¹¹⁶ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 451.

¹¹¹⁷ ANTT – *Pantaleão de Sá Melo*. Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv. 3, fl. 72v.

¹¹¹⁸ ANTT – *Lourenço de Melo Sá*. Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv. 5, fl. 181v.

de Lavradio e entregou-lhe a Comenda de S. Pedro de Castelões “(...) *em atenção aos serviços de seu tio o Cardeal D. Thomaz*¹¹¹⁹, *I Patriarca de Lisboa* (...)”.¹¹²⁰

Em 1751 tinha “(...) *seis Altares, o mayor onde está o Sacrário, o de S. Antonio, o de N. S. do Rosario, o de Christo crucificado, o do Espírito Santo, e o de N. S. da Graça* (...)”.¹¹²¹

Em 1758 a igreja tinha sete retábulos: retábulo-mor dedicado a S. Pedro, dois colaterais um de Stº António outro da evocação do Espírito Santo, e laterais de N. Srª do Rosário, N. Srª do Carmo, Stº Nome de Jesus e N. Srª da Graça, de que era “*administrador o morgado de Pijeiros, chama-se Manoel Alberto da Rocha e os mais são da freguezia*”. Sobre as naves o documento diz: “(...) *tem quatro naves de cada banda* (...)”,¹¹²² talvez se referisse às três naves e a capela-mor. Quanto aos retábulos o de N. Srª do Carmo deveria ser recente, porque não é mencionado em 1751.

Sobre o retábulo de administração privada, dedicado a N. Srª da Graça, resta uma pedra de armas dos Pereira (Condes da Feira) com uma inscrição por baixo que diz o seguinte: CAPP.^{LA} INSTITU[I]DA / POR FRAN.^{CO} TAVAR.^S / DO RAMALHAL 1545 / HOJE DOS MORG[A]DOS DE / PIGEIROS.

390



204. Inscrição na nave da igreja de S. Pedro de Castelões



205. Armas da Casa Pereira (ANTT – *Livro do Armeiro-Mor*, 1509, fl. 52v – in <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4162406>)

¹¹¹⁹ D. Tomás de Almeida, era filho do 2º conde de Avintes, nasceu em 1670, foi porcionista no Colégio Real de S. Paulo de Coimbra e, formado em letras, desempenhou diversos cargos de relevância, nomeadamente como desembargador da Relação do Porto, chanceler-mor do Reino, Secretário de Estado de D. João V. A 3 de abril de 1707 foi sagrado bispo de Lamego. Em 1709 assumiu o governo da Relação do Porto e em 1716 foi elevado a patriarca de Lisboa. A 20 dezembro de 1737 o papa Clemente XII nomeou-o cardeal da Santa Sé “*declarando que esta dignidade ficaria perpetua nos Patriarcas seus sucessores*”. Faleceu a 27 de fevereiro de 1754. SOUSA, D. Antonio Caetano – *Memorias Históricas, e Genealogicas dos Grandes de Portugal*. Lisboa: Regia Officina Sylviana e Academia Real, 1755, p. 327-328.

¹¹²⁰ SOUSA, D. Antonio Caetano – *Memorias Históricas, e Genealogicas dos Grandes de Portugal...*, 1755, p. 137-138, 340-341.

¹¹²¹ CARDOSO, P. Luiz – *Diccionario Geografico ou Noticia Historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras e serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas como modernas*. Tomo II. Lisboa: Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1751, p. 511.

¹¹²² CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 451.

A igreja é de três naves, possivelmente construídas em finais do século XVII, tal como veremos para o caso da igreja de Ovar. Tem uma capela do lado do evangelho, com um retábulo que evidencia o reaproveitamento de diversos tipos de talha.

O retábulo colateral do lado do evangelho e o revestimento a talha do arco cruzeiro são obra do estilo nacional, com arcos concêntricos, colunas de fustes espiralados com parras de uvas e pássaros, embora evidenciando uma certa transição para o joanino com alguns elementos vegetalistas mais pronunciados, palmas, pequenos concheados e rostos de anjos estrategicamente posicionados.

De todo o conjunto, destaca-se a talha do arco cruzeiro e a estrutura arquitetónica interna com três naves, de duas arcadas com quatro vãos cada, em arcos de volta perfeita sustentados por pilares, dois deles com um diâmetro bastante maior, onde se construíram as escadas de acesso aos púlpitos.

Quanto à participação do comendador nas obras não encontramos qualquer referência, mas o interior da igreja é relevante, não tanto no que respeita à qualidade arquitetónica e artística, mas quanto ao facto de ter três naves e um arco cruzeiro revestido a talha, algo que não é muito comum.



206. Nave da Igreja de S. Pedro de Castelões (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Castelões)



207. Nave da Igreja de S. Pedro de Castelões na atualidade

A fachada é obra de 1885 como atesta a inscrição “COMMENDADOR / BASTOS / 1885” que encima o portal principal. Como não encontramos documentação nem bibliografia que nos esclarecesse sobre esta intervenção e sobre este *comendador Bastos*, presumimos que se trate da pessoa que custeou as obras de remodelação do edifício em finais do século XIX, e que juntamente com outras pessoas terão custeado igualmente, em 1904, as obras do cemitério e adro, segundo inscrição (CEMITÉRIO E ADRO / J. H. T. BASTOS / P. J. M. TAVARES / V. J. J. / 1904) existente na escadaria de acesso ao adro da igreja.



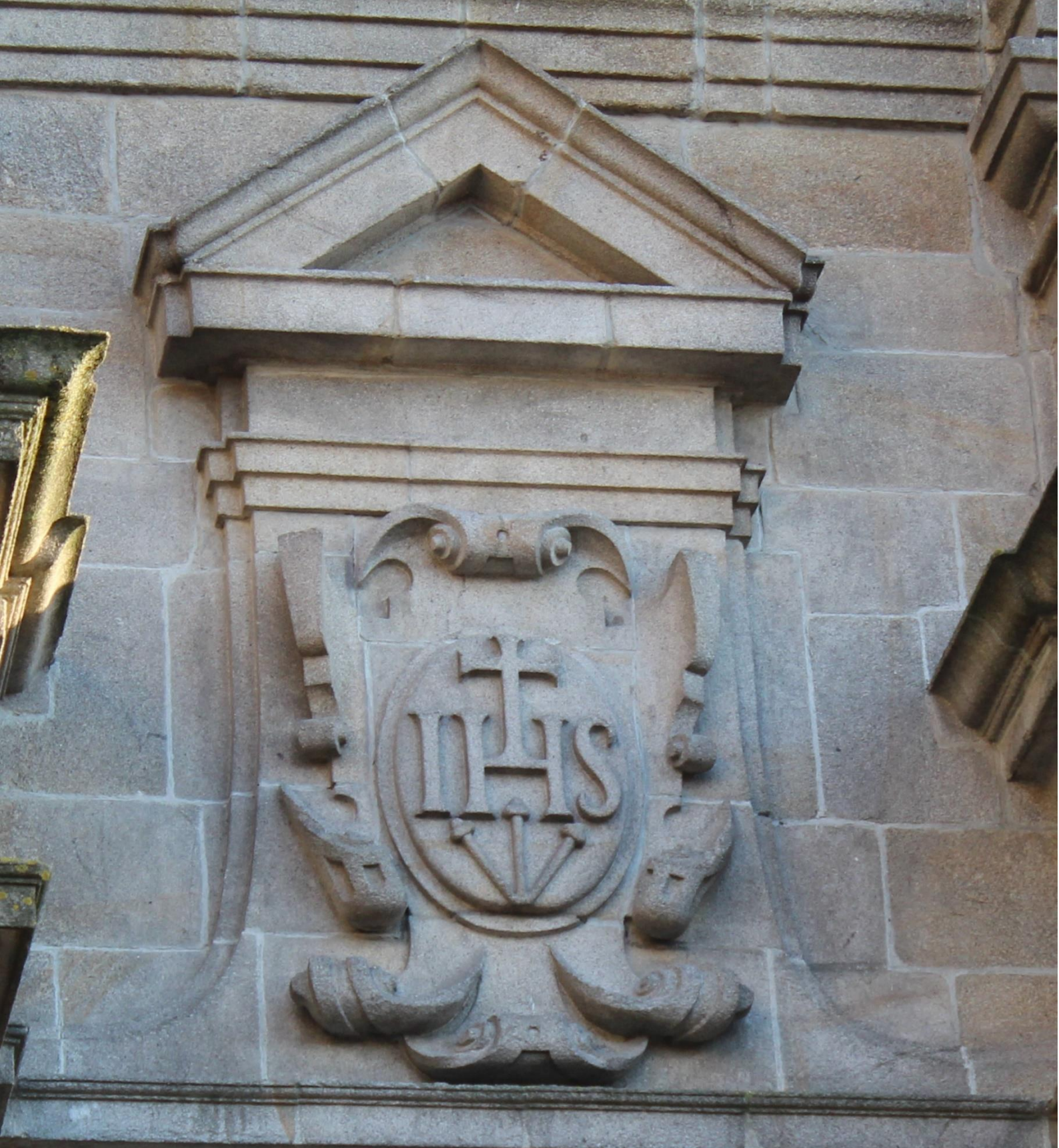
208. Fachada da Igreja de S. Pedro de Castelões (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Castelões)



209. Igreja de S. Pedro de Castelões na atualidade

A capela-mor foi ampliada no século XIX¹¹²³ e o seu retábulo será obra dos últimos anos do século XVIII ou inícios do século XIX. Na década de 1990 todo o edifício recebeu obras de beneficiação, como atestam várias inscrições (uma no batistério e outra na fachada, por baixo do nicho dedicado a S. Pedro, na torre sineira esquerda). Terá sido por esta altura que a fachada foi azulejada (os azulejos estão marcados por Gomes Porto, mas não estão assinados pelo autor) e a torre do lado esquerdo foi concluída. Como verificamos na fotografia de c. 1954 a sua construção tinha ficado pelo nível da empena do corpo da igreja.

¹¹²³ GONÇALVES, António Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona de Nordeste*. Vol. XI. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1991, p. 159.



9. PADROADOS DA COMPANHIA DE JESUS



Importar lembrar que os padroados que iremos apresentar com a expulsão dos jesuítas em 1759, passam para a Coroa até 1774, ano em que transitam para a Universidade de Coimbra e aí permanecem até 1833.

9.1. Colégio de Jesus de Coimbra

O Mosteiro de Pedroso foi fundado entre 1017 e 1026 por Ederonio Alvites, seguia a regra beneditina, e conheceu entre o século XI e XIV um considerável aumento do seu património, como foi o caso da doação de Ausenda Honorigues, a 12 de janeiro de 1129, que entre outros bens doou o padroado das igrejas de St^a Maria de Seixezelo, St^a Eulália de Sanguedo e St^o André de Macinhata da Seixa.¹¹²⁴ Porém, o aumento do seu domínio também trouxe inúmeras complicações, estando em perfeito declínio no século XV o que levaria à sua extinção e anexação de todos os seus bens ao Colégio de Jesus de Coimbra, a 14 de junho de 1560, através de doação de D. João V.¹¹²⁵

395

A 20 de agosto de 1622 o papa Gregório XV, através de bula, anexa ao Colégio de Jesus de Coimbra as igrejas de St^o Tirso de Paramos, S. Mamede de Vila Maior, St^a Eulália de Sanguedo, todas na comarca da Feira, e ainda St^a Cruz de Lumiares e St^a Cruz de Alvarenga, fora do território da Feira.¹¹²⁶

A partir de 1560 a antiga igreja conventual de S. Pedro de Pedroso passa a desempenhar funções paroquiais e transforma-se numa mera igreja do padroado do Colégio de Jesus de Coimbra.

A atual **igreja de S. Pedro de Pedroso** é resultado de uma reconstrução feita entre 1929 e 1930, conforme indica uma placa comemorativa, junto ao portal principal, onde a freguesia aproveita para agradecer a benemerência de Vieira de Andrade e sua esposa, D. Maria Rocha, pelas obras de “*ampliação*” feitas neste período.

A referida intervenção, na verdade, foi uma reconstrução e não uma mera *ampliação*, da qual não restou praticamente nada do edifício anterior.

¹¹²⁴ FERNANDES, Maurício António; BASTOS, Manuel Pires – *Macinhata da Seixa. Documentada mostragem da terra e evolução de seu povo*. Oliveira de Azeméis: Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, 1985, p. 29-30, 329-331.

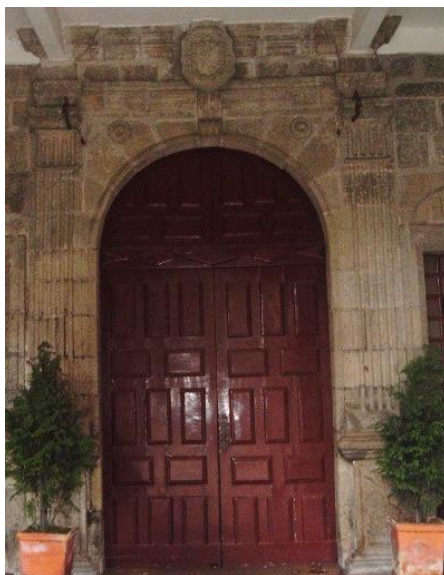
¹¹²⁵ MONTEIRO, Isilda Braga da Costa – *A Administração Jesuíta do Mosteiro de Pedroso de 1560 aos finais d Século XVII*. Porto: Universidade Portcalense, 1993, p. 25-36, 174-191.

¹¹²⁶ PAIVA, José Pedro – *Cultura, Ciência, Culto: testemunhos documentais do Colégio de Jesus de Coimbra*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 2004, p. 20.

O atual edifício apresenta uma torre sineira, do lado direito, de características medievais, rematada por ameias e merlões e com uma muito pequena fresta de iluminação lateral, porém já sofreu algumas modificações, como a abertura de alguns vãos no piso térreo. A torre do lado esquerdo é obra da reconstrução de 1929-1930. Quanto à primitiva galilé, só restaram indícios da sua existência.

O portal principal terá sido resultado de obras do século XVI. Trata-se de um arco de volta perfeita, inserido numa composta por dois pedestais, decorados com elementos vegetalistas, que sustentam duas pilastras de fuste canelado, sobre as quais assenta um entablamento, que ao centro encerra uma pedra de armas da família Jusarte.

Segundo o inquérito de 1954, em 1527 Pedroso foi administrado por D. Francisco Jusarte. Correspondendo o período de administração com as características arquitetónicas do portal é possível que tenha sido D. Francisco Jusarte o responsável por algumas obras no edifício, nomeadamente o portal, por isso, a colocação das armas da sua família.¹¹²⁷



211. Portal principal da igreja de S. Pedro de Pedroso

Em 1758 a igreja antiga era de nave única tinha três retábulos: o retábulo-mor com o Santíssimo Sacramento e as imagens S. Pedro, Stº Inácio, S. Francisco Xavier e São Bento; e os colaterais, um dedicado a N. Srª das Neves e o outro a Stº António e a S. Miguel.¹¹²⁸

Em 1769 o visitador descreve a igreja como um edifício pequeno, com torre sineira antiga e uma boa sacristia, o resto não estava suficientemente digno: “A Igr.^a não he grd^e. Tem

¹¹²⁷ AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Pedroso, resposta dada a 20 de novembro de 1956.

¹¹²⁸ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 774.

três altares; o maior está aseado ordinariam^{te}; os dous Colaterais pobres. O pavimento esta indigno por velho, e abatido. Tem uma nave som^e A sachristia, hé boa, e gr^de. A torre hé antiga, e com bons sinos".¹¹²⁹

Em 1781 a igreja terá tido obras de manutenção, que devem ter contemplado a torre sineira, uma vez que em 1787 foi adquirido um sino ao mestre sineiro José Vicente da Veiga.¹¹³⁰

A 2 de outubro de 1864 o visitador considera-a uma “*egreja boa*”,¹¹³¹ porém este facto não foi relevante quando em 1929 se iniciaram as obras de reedificação do edifício.

Segundo o inquérito preenchido a 20 de novembro de 1956, pelo pároco de Pedroso, P. Manuel Francisco de Oliveira, as obras foram feitas durante o tempo do P. José Pereira da Costa, sendo seu grande impulsionador o seu coadjutor P. Tomas de Aquino Silvaes, natural de Pedroso, e consistiram “*(...) na demolição das paredes laterais do corpo da igreja bem como da sua frontaria até altura da porta principal para lhe acrescentar as duas actuais naves laterais a segunda torre sineira e o coro sobre a antiga galilé que ficava fora do edifício e coberta por um telheiro*”. Externamente foi “*(...) conservado o aspecto românico, mas grandemente prejudicada a estética do edifício que resultou inteiramente desproporcionado. As paredes laterais demolidas foram substituídas por desgraci[o]sas colunas cobertas a reboco e cal*”.¹¹³²



212. Igreja de S. Pedro de Pedroso antes da reedificação, c. 1909 (ARROYO, António; FORTES, José; QUEIROZ, Manuel Monteiro; LEITÃO, Joaquim – *Mea Villa de Gaya*. Porto: Guia Ilustrado de Portugal, 1909, p. 37.



213. Igreja de Pedroso, c. 1956 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Pedroso, resposta dada a 20 de novembro de 1956)

A igreja de Stº André de Macinhata da Seixa terá sido construída em 1716, conforme inscrição no portal principal, “S. 1716 P.”, e poderá ter substituído um templo construído neste

¹¹²⁹ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 5v-6.

¹¹³⁰ COSTA, Francisco Barbosa da – *S. Pedro de Pedroso. Notas Monográficas*. Canelas: Gailivro, 2003, p. 59.

¹¹³¹ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Illº Rº Abadde de Stª Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 64v.

¹¹³² AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Pedroso, resposta dada a 20 de novembro de 1956.

local em 1542, conforme parece atestar a data inscrita no cruzeiro “1716 / 1542”¹¹³³. Esta é a convicção transmitida oralmente nesta freguesia.¹¹³⁴



214. Cruzeiro da igreja de Stº André de Macinhata da Seixa



215. Pormenor da fachada da igreja de Stº André de Macinhata da Seixa

Quanto às siglas “S” e “P” que ladeiam a data na fachada do edifício, Maurício Fernandes e Manuel Pires Bastos dizem tratar-se da referência ao reitor Simão Pinto, reitor de Macinhata da Seixa de 1699 a 1737, que segundo os autores terá sido o responsável pela construção do corpo da igreja e capela-mor em 1716, e da residência paroquial em 1702, estando sepultado na capela-mor desta igreja.¹¹³⁵ Todavia, os autores, de uma monografia em diversos assuntos muito bem fundamentada, não apresentam qualquer justificação documental para a autoria da encomenda destas obras que pudesse sustentar a apreciação que fazem.

Como em todas as igrejas, a nave era da responsabilidade da freguesia e a capela-mor, sacristia e residência paroquial obrigação do padroeiro. Naturalmente que o pároco acompanharia todo o processo, mas isso não significa necessariamente que mandasse inscrever as suas iniciais no portal. Não pondo de parte essa interpretação, as siglas também podem quer dizer *sendo principiada*.

¹¹³³ A tinta do quatro está parcialmente apagada, mas confirmámos o rasgo da pedra e trata-se de um 4.

¹¹³⁴ FERNANDES, Maurício António; BASTOS, Manuel Pires – *Macinhata da Seixa. Documentada mostragem da terra e evolução de seu povo*. Oliveira de Azeméis: Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, 1985, p.143.

¹¹³⁵ FERNANDES, Maurício António; BASTOS, Manuel Pires – *Macinhata da Seixa...*, p. 60, 143.

Quanto à inscrição na base do frontão triangular que remata o vão central de iluminação do coro-alto, os mesmos autores leram-na como “Ld.º S O SSANTISMOSACRAM””, “*Louvado seja o Santíssimo Sacramento*”.¹¹³⁶ Porém, como comprova a fotografia, o que vemos inscrito é o seguinte “R IºS OSº SANTISIMOSACRAM”.

Infelizmente, não conseguimos decifrar a inscrição, mas parece estar associada à data no portal e o “R” pode significar *reedificada/reconstruída*, assim como o “IºS” pode ser a sigla para *Irmãos* do Santíssimo Sacramento. O “OSº” não conseguimos entender. Será que a igreja contou com a participação da Confraria do Santíssimo Sacramento para a sua reedificação? Segundo documentos, divulgados por Maurício Fernandes e Manuel Pires Bastos, a igreja de Macinhata da Seixa só teve Santíssimo Sacramento por volta de 1669,¹¹³⁷ sendo uma instituição tão incentivada pelos decretos tridentinos e pelas constituições sinodais, foi certamente muito apreciada na freguesia e seria normal que procura-se evidenciar-se no novo templo.

Como já vimos em 1777 a Irmandade do Subsino da igreja de S. Martinho da Gândara apresenta uma demanda contra o empreiteiro da igreja, que havia abandonado a obra. Na igreja de S. Martinho de Arada diversas obras na igreja foram custeadas pelo Santíssimo Sacramento. Relativamente à tribuna do retábulo-mor, sempre que surge um contrato de obra, fala de a responsabilidade da tribuna ser exclusivamente da Confraria do Santíssimo Sacramento e o restante retábulo da obrigação do padroeiro. Certamente nesta igreja a tribuna também teria sido encomendada pela Confraria do Santíssimo Sacramento, enquanto a capela-mor com o seu retábulo e sacristia seriam custeadas pelo padroeiro, enquanto os retábulos colaterais e frontispício do arco cruzeiro devem ter sido encomenda da freguesia. O corpo da igreja, em termos arquitetónicos, deve ter contado com a participação da freguesia, mas nada impede que a Confraria do Santíssimo Sacramento tivesse tido um papel mais ativo, como já vimos acontecer em outras situações na comarca da Feira.

Segundo Nogueira Gonçalves a fachada e a torre sineira ruíram e foram reconstruídas, seguindo a traça anterior.¹¹³⁸ Quanto à datação desta efeméride não é divulgada, mas Maurício Fernandes e Manuel Pires Bastos, não referindo este acontecimento, dizem que a torre foi substituída em 1891 e melhorada em 1905.¹¹³⁹ Deve ter sido por esta altura que tal sucedeu. Ainda é possível ver, sobretudo no interior, a diferença entre os vãos das paredes laterais e os

¹¹³⁶ FERNANDES, Maurício António; BASTOS, Manuel Pires – *Macinhata da Seixa...*, p. 143.

¹¹³⁷ FERNANDES, Maurício António; BASTOS, Manuel Pires – *Macinhata da Seixa...*, p. 294.

¹¹³⁸ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 146.

¹¹³⁹ FERNANDES, Maurício António; BASTOS, Manuel Pires – *Macinhata da Seixa...*, p. 143.

vãos da fachada, que perderam cantaria internamente, bem como a falta de coro-alto e uma visível curvatura de uma das paredes laterais, junto à torre sineira.



216. Igreja de Stº André de Macinhata da Seixa



217. Interior da igreja de Stº André de Macinhata da Seixa

Do inquérito de 1758 restam apenas alguns apontamentos, nos quais a igreja não é descrita.¹¹⁴⁰ Como era uma igreja pertencente à diocese de Coimbra, não podemos contar com os dois livros de visitas, do século XVIII e XIX.

Porém, destaca-se a parede do arco cruzeiro completamente revestida a talha dourada, como já vimos no padroado do Mosteiro de Stº Agostinho da Serra e na Comenda de S. Pedro de Canedo. O arco cruzeiro, bastante alto e em arco ligeiramente abatido, é sustentado por duas pilastras. É a partir desta estrutura arquitetónica que se desenvolve todo o revestimento a talha dourada, em quatro registos horizontais, de baixo para cima: o altar; o corpo dos retábulos colaterais cada um com quatro colunas torsas decoradas por parras de uva e meninos, entre estas colunas um espaço para receber as invocações; o coroamento dos retábulos que alberga ao centro duas imagens e serve de elemento de transição para o frontispício do arco, com quatro septos que marcam cinco divisões decoradas com inúmeros elementos vegetalistas.

O retábulo-mor é coevo, com estrutura e decoração semelhante aos colaterais, possivelmente feito pelo mesmo artista. Do lado do evangelho, no retábulo-mor, destaca-se uma imagem de Stº André, que parece ser igualmente deste período, inícios do século XVIII.

¹¹⁴⁰ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 314.



218. Arco cruzeiro e capela-mor da igreja de Stº André de Macinhata da Seixa



219. Imagem de Stº André no retábulo-mor da igreja de Macinhata da Seixa

O edifício em termos de estrutura arquitetónica é simples, guardando unicamente para a fachada os elementos decorativos, no interior o púlpito descrito por Nogueira Gonçalves foi retirado, mas mantêm-se as estruturas retabulares de boa talha.

Entre 1991 e 1994 o edifício sofreu obras de manutenção dos telhados e ampliação, procedendo-se nessa altura, através de um projeto do Arq. Fernando Abrunhosa de Brito, à abertura das paredes laterais da capela-mor, ligando a capela-mor a dois corpos laterais que passaram a receber a assembleia.¹¹⁴¹

A igreja de Stª Eulália de Sanguedo é uma construção da primeira metade do século XVIII,¹¹⁴² com capela-mor construída no século XIX e torre no século XX.¹¹⁴³

Em 1758 esta igreja, nave única, já tinha três retábulos: o retábulo-mor com as imagens de Stª Eulália, Stª Catarina, Stº Inácio e S. Francisco Xavier; e dois coletárias, um com as imagens de N. Srª do Rosário, S. Gonçalo e Stº António, e o outro com as imagens de Cristo Crucificado, S. Sebastião e S. Caetano.¹¹⁴⁴ Em 1769 o visitador diz que “a Igreja hé nova, e está munto aseada, e 3 Altares q tem, com 2 sacristias, e campanário com um sino”.¹¹⁴⁵

¹¹⁴¹ AEP – Proc. 640. Segundo lápide comemorativa, existente na igreja, a 13 de novembro de 1994 foi feita a inauguração.

¹¹⁴² AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 12v.

¹¹⁴³ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 105.

¹¹⁴⁴ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 401.

¹¹⁴⁵ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 12v.

É através do documento de 1769 que conseguimos datar esta igreja, porque sendo nova, com três retábulos, descritos em 1758, só pode ter sido construída na primeira metade do século XVIII. A corroborar temos os elementos arquitetónicos que são utilizados sobretudo da fachada do edifício, como por exemplo o portal principal de verga reta, encimado por frontão interrompido com segmentos curvos, finalizados por um enrolamento, que recebe no tímpano um nicho em arco de volta perfeita ladeado por duas pilastras e coroado por um frontão triangular. No nicho destaca-se a imagem de St^a Eulália, do século XVIII, em barro, recentemente repintada.

A empena termina, nos vértices, igualmente com um pequeno enrolamento, como já vimos nos edifícios da Comenda de S. Tiago de Beduído. As igrejas de S. Tiago de Beduído e de St^a Maria da Murtosa são igualmente de inícios do século XVIII.



220. Igreja de St^a Eulália de Sanguedo em 1972
(AEP – Proc. 298.)



221. Nicho na fachada da igreja de St^a Eulália de Sanguedo

Em meados do século XIX o corpo da igreja sofreu algumas intervenções e depois de 1864 a capela-mor foi reedificada. Como nos ajuda a perceber a visita feita a 15 de novembro de 1864 na qual se indica que “a igreja não hé muito grande, mas tem capacidade para a população. O corpo da Igr^a está concertado de novo, a capela-mor algum tanto deteriorada”.¹¹⁴⁶

¹¹⁴⁶ AEP – Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega, 1824-1864, liv. 088, fl. 84.



222. Interior da igreja de Stª Eulália de Sanguedo (GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, Est. CXXVII)



223. Guarda do púlpito da igreja de Stª Eulália de Sanguedo

O retábulo-mor é eclético, também ele da segunda metade do século XIX. Os antigos retábulos colaterais, que ainda podemos ver na fotografia de Nogueira Gonçalves, foram retirados da sua posição inicial e parcialmente reaproveitados como retábulos laterais. Nas suas colunas torsas decoradas com parras de uvas, meninos e aves, nota-se a linguagem do estilo nacional, de inícios do século XVIII, porém foram adaptados e repintados de tal modo que perderam carácter. Do mesmo período e, com alguma qualidade é o púlpito, que perdeu a sua escada de acesso, mas ainda mantém a base pétrea com mísula bastante alongada e a guarda em talha dourada e policromada com a representação de Stª Eulália, por entre folhagens, meninos e aves.

A 28 de novembro de 1972 foi enviado para o Paço Episcopal do Porto, um projeto de demolição e reedificação da igreja de Stª Eulália de Sanguedo. A 13 de março de 1973, num documento assinado por D. Domingos de Pinho Brandão, a diocese do Porto recusa o projeto pela falta de argumentos de necessidade de um projeto desta natureza e pela ineficácia do projeto.¹¹⁴⁷

Depois disso não encontramos mais nenhum processo de obras, mas a igreja foi bastante alterada. O arco cruzeiro foi demolido e deu lugar a uma enorme abertura de acesso à capela-mor. Os retábulos colaterais foram reaproveitados como estruturas retabulares laterais, sem altar e adaptados às novas funções. A escada de acesso ao púlpito foi demolida.

A igreja de Stª Maria de Seixezelo foi construída entre 1820 e 1830, conforme inscrições no portal principal e num dos portais laterais da igreja, e profundamente alterada com uma ampliação realizada entre 1982 e 1983.¹¹⁴⁸

¹¹⁴⁷ AEP – *Proc.* 298.

¹¹⁴⁸ AEP – *Proc.* 649. O edifício ampliado foi inaugurado a 8 de dezembro de 1983, conforme lápide comemorativa no interior do edifício.



224. Igreja de Stª Maria de Seixezelo, c. 1954 (AEP – Inquérito à Diocese do Porto, 1954 – Seixezelo)



225. Igreja de Stª Maria de Seixezelo na atualidade

O edifício anterior em 1758 tinha três retábulos, “(...) a saber, o mor e dous colleteraes, o mor hé do Santissimo Sacramento e da parte Esquerda da imagem de Nosso Senhor Jesus Christo, com o titulo do Senhor da Boa Morte”.¹¹⁴⁹ Em 1769 o visitador dá a indicação de que o edifício estava velho: “a Igreja hé Velha, mas limpa: Tem tres altares, e em um dos Colaterais, se acha o Santíssimo Sacramento”¹¹⁵⁰

Entre 1820 e 1830 a igreja foi reedificada, mas em 1864 o retábulo-mor ainda não estava concluído, como comprova a visita de 16 de novembro de 1864: “a igreja he regular para a população, precisa de forro, e de concluir o altar mor, tribuna e de se compor o soalho da igreja e da sacristia, tem dous altares collateraes (...)”.¹¹⁵¹

A data de 1820 surge na fachada do edifício, a de 1830 num portal lateral, em 1833 o direito de padroado é extinto, portanto é possível que a capela-mor estivesse por altura da extinção dos padroados a ser concluída e perante a imposição legal tenha ficado dessa forma até 1864.

Em 1968 a paróquia pretendeu construir, próximo desta igreja uma igreja nova. O projeto foi feito pelo Arq. Luís da Cunha, de Vila Nova de Gaia, e previa a continuidade da atual igreja. O projeto deu entrada no Paço Episcopal do Porto a 19 de maio de 1969 e foi aprovado a 14 de junho do mesmo ano,¹¹⁵² porém, não se chegou a concretizar.

Em 1982 foi solicitada autorização, à Diocese do Porto, para a *remodelação e ampliação* da igreja de Stª Maria de Seixezelo, tendo a paróquia resolvido “(...) adoptar o projeto aplicado na Igreja de Canelas da autoria do Sr. Architecto António José de Brito e Cunha (...)”. A 19 de abril de 1982 o projeto é aprovado e avançam as obras, que consistiram

¹¹⁴⁹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 780.

¹¹⁵⁰ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 3v.

¹¹⁵¹ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Illº Rº Abadde de Stª Maria de Vallega, 1824-1864*, liv. 088, fl. 84v.

¹¹⁵² AEP – *Proc. 246. AEP – Proc. 247.*

essencialmente na abertura das paredes da nave para alargamento considerável do espaço dedicado à assembleia.¹¹⁵³

A igreja de **S. Mamede de Vila Maior** será uma construção de finais da primeira metade do século XVIII, com fachada principal, bastante equilibrada nos elementos que a compõem, apresenta uma empena de recorte sinuoso e portal de verga reta encimado por frontão triangular interrompido com uma espécie de mísula que sai do tímpano e sustenta o vão de iluminação do coro-alto, de verga curva.

Em 1758 a igreja de nave única tinha cinco retábulos: retábulo-mor com as imagens de S. Mamede e S. Tomás de Vilanova; retábulo colateral do lado do Evangelho dedicado a N. Sr^a da Conceição; retábulo colateral do lado da Epístola dedicado a St^o António; retábulo lateral do lado do Evangelho com a invocação de Cristo Crucificado; e retábulo lateral do lado da Epístola com as imagens de N. Sr^a do Rosário e S. Sebastião, e uma pintura do Espírito Santo.¹¹⁵⁴



226. Interior da igreja antes das obras de ampliação (GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, Est. CXXXVIII)

O retábulo-mor, os colaterais e o frontispício do arco cruzeiro parecem ser reaproveitamentos de talha. No frontispício do arco cruzeiro aparenta haver um reaproveitamento de algumas molduras maneiristas com uma decoração vegetalista a ladeá-las. No retábulo-mor e colaterais a talha, adaptada à estrutura arquitetónica existente,

¹¹⁵³ AEP – Proc. 649.

¹¹⁵⁴ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 413.

apresenta uma linguagem de estilo nacional, com colunas de fustes espiralados, com parras de uvas, meninos e aves.

Os retábulos laterais aproveitam colunas setecentistas, mas o restante enquadramento aproxima-se da linguagem eclética de finais do século XIX e inícios do século XX.

Em 1769 o visitador diz que “*a Igreja hé pequena, e velho o forro do tecto dela: o mais não está máo, com capela mor, sachristia, quatro altares, e campanario com uma sineta*”.¹¹⁵⁵

A 8 de outubro de 1864 o visitador descreve a “*egreja piquena mas em proporção da freguesia he sufficiente, está asseada (...)*”.¹¹⁵⁶

A torre sineira foi construída em 1908, segundo uma inscrição vista num dos cunhais, por Nogueira Gonçalves.¹¹⁵⁷ Deve tratar-se da zona que hoje está tapada com a obra de ampliação feita no século XX.

Em 1993 sofreu obras de *restauro e ampliação*, nas quais as paredes da nave foram demolidas e o corpo da nave consideravelmente aumentado. Manteve-se a capela-mor, o arco cruzeiro e a fachada principal, os caixotões do teto foram refeitos na zona central da nave e replicados nos novos corpos laterais. O púlpito foi demolido. A obra teve apoio técnico da Câmara Municipal de St^a Maria da Feira.¹¹⁵⁸



227. Igreja de S. Mamede de Vila Maior



228. Interior da igreja de Vila Maior atualmente

A atual **igreja de St^o Tirso de Paramos** foi iniciada em 1886 e sagrada a 4 de setembro de 1890. É uma obra da autoria de José Maria de Lacerda, natural de Vila Nova de Gaia. Em 1887 as obras de pedraria (arrematadas por António Sineira e Joaquim Rocha, de Grijó) e de carpintaria (arrematadas Manuel Gomes da Silva, chamado o *Isabelinha*) estavam quase

¹¹⁵⁵ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 23v.

¹¹⁵⁶ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 66v.

¹¹⁵⁷ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 115.

¹¹⁵⁸ AEP – *Proc.* 679.

concluídas. Em 1888 concluiu-se a torre sineira e em 1890 procede-se à demolição da antiga igreja e sacração da nova.¹¹⁵⁹



229. Igreja de Stº Tirso de Paramos, c. 1954 (AEP – Inquérito à Diocese do Porto, 1954 – Paramos)



230. Interior da igreja de Stº Tirso de Paramos, c. 1954 (AEP – Inquérito à Diocese do Porto, 1954 – Paramos)

Sobre a igreja antiga, em 1758 é descrita como uma igreja de nave única, com três retábulos (mor e dois colaterais). No retábulo colateral do lado do Evangelho estava uma imagem de N. Srª da Conceição que intitularam de Srª da Aparecida por ter sido encontrada, intacta, junto ao mar, dentro de um oratório fechado, em março de 1732. Junto à imagem estava um defunto, que foi sepultado no adro da igreja de Paramos e a imagem de N. Srª da Conceição acolhida na igreja e posta a veneração. No retábulo colateral do lado da Epistola estava o Santíssimo Sacramento, mas ainda não havia confraria do Santíssimo.

Hé esta igreja de hum só corpo e o arco divide a capella mor com estes altares, hum na capella mor com seu retabollo dourado já antigo, no meio tem hum nicho grande aonde está Santo Tirso, que é o padroeiro, imagem de vulto e perfeita; no mesmo altar da parte da Epistola está Santa Luzia; e da parte do Evangelho Sam Gonsallo, imagens de vulto. No arco da mesma igreja estão os altares collateraes, no da pare de Epistolla está o Santissimo Sacramento por viatico que de prezente fazem os moradores desta freguezia deligencia para lhe instituhirem confraria; no

¹¹⁵⁹ SÁ, P. Manuel F. de – *Monografia de Paramos*. Figueira da Foz: Tipografia Popular, 1937, p. 29-40.

mesmo altar está Sam Caetano da parte da Epistola, e da parte do Evangelho está Santa Anna, imagem de vulto e perfeita; no altar collateral da parte do Evangelho, está no remate do retabolo o marter Sam Sebastiam, no mesmo retabolo está hum nicho grande em que está Nossa Senhora com o titulo da Purificação, abaixo está Nossa Senhora com o titulo da Aparecida, metida em hum oratório com sua vidraça, por baixo deste oratório está o Menino Jesus, todas imagens de vulto perfeitas. Tem esta igreja duas confrarias ou irmandades pobres que se satisfazem os sufrágios com as esmolos que se tiram pelo Sam Miguel, huma de Sam Caethano (...) e outra de Nossa Senhora da Pureficação. (...). A imagem da Senhora da Conceiçam que se lhe pôs a invocação da Senhora Aparecida, achou-se na costa do mar no destricto desta freguezia, metida em hum oratório fichado, com huma vidraça que o mar lansou fora sem lhe fazer lesam, nem lhe meter dentro huma area, com hum defunto junto de si, de que tendo noticia o reverendo Jozé de Souza, reitor que foi desta igreja, em os sete dias do mês de Março do anno de mil setecentos e trinta e dous, a foi buscar em procissam com os moradores desta freguezia e ao defunto e a colocou no altar, e sepultou o defunto no adro desta igreja, e se festeja a Senhora nesta igreja por devoção com o titulo de Aparecida em os segundos Domingo do mês de Maio.¹¹⁶⁰

Segundo a descrição de 1769, a igreja era de reduzidas dimensões, pobre e encontrava-se em estado pouco digno:

A Igreja hé pequena, e velha, com capela mor, em tudo ordinaria; sachristia, e 3 Altares; e em um dos colateraes está o sacrário, com alguma pobreza; mas com limpeza: e aqueles são pequenos, sem se poderem fazer de outra sorte; posto que suficientes de ornato: e campanário com sineta.¹¹⁶¹

A 7 de fevereiro de 1824 a igreja não se encontraria muito bem, sendo recomendado pelo visitador que:

Por velha dentro de tres meses, ou mais breve, se for possível, fechadura na porta travessa da igreja, e na mesma porta se ponhão huns aldaboes, ou baroens de

¹¹⁶⁰ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 256-257.

¹¹⁶¹ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 105v.

ferro, assim como será soalhada a sacristia (...)”,¹¹⁶² e “as paredes da capela mor serão revocadas pela parte de fóra, e na sua cornija será collocada a Santa Cruz.”¹¹⁶³

A 11 de novembro de 1864 o visitador diz que “a igreja e capella-mor he demasiadamente pequena e antiga, tem quatro altares (...)”.¹¹⁶⁴ Vinte de dois anos depois desta visita a nova igreja começa a ser construída e em 1890 a igreja antiga é completamente demolida.

Neste padroado do ponto de vista arquitetónico sobre Pedroso e Paramos, não podemos retirar conclusões porque já foram construídos depois da extinção dos padroados. Seixezelo foi obra dos derradeiros anos da existência desse direito e terá ficado com o seu retábulo-mor inacabado.

Macinhata da Seixa, Sanguedo e Vila Maior têm um aspeto comum nas suas fachadas, a existência de um eixo vertical marcado pelo portal principal e vão de iluminação do coro-alto (ou nicho com o orago, como é o caso de Sanguedo), ornamentados com frontões interrompidos e frontões triangulares. Nas igrejas de Macinhata da Seixa e Sanguedo, estes elementos são ladeados por dois vãos de iluminação ao nível do coro-alto e as suas empenas são de linha reta. Quanto à igreja de Vila Maior, nota-se uma arquitetura mais delicada, com uma empena recortada e um trabalho de cantaria mais cuidado do que nos restantes.

Quanto à talha Vila Maior, Sanguedo e Macinhata da Seixa têm obras com uma linguagem própria do denominado estilo nacional, sendo em Vila Maior e Macinhata da Seixa as paredes dos arcos cruzeiros completamente revestidas a talha dourada.

¹¹⁶² AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 25v.

¹¹⁶³ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 226-26v.

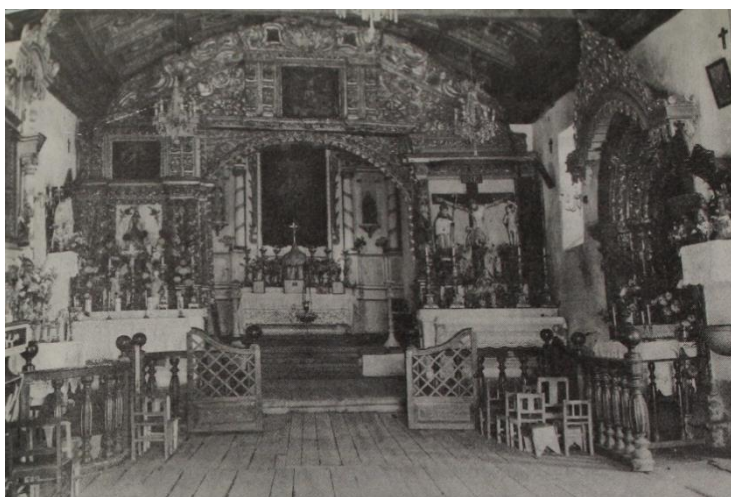
¹¹⁶⁴ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 80v.

9.2. Colégio de S. Lourenço do Porto

A igreja de Stª Maria do Vale pertencia ao padroado do Mosteiro de Pedroso e sem justificação documental para o sucedido, em 1563 foi anexada ao Colégio de S. Lourenço.¹¹⁶⁵ É um edifício com alguns vestígios de obra da primeira metade do século XVI, contudo terá sido reedificada em finais do século XVII ou inícios do século XVIII, de arquitetura muito simples, desprovida exteriormente de decoração, com janelas de seteira. A capela é obra de 1922, com retábulo eclético, igualmente do século XX.¹¹⁶⁶ A fachada terá sido reedificada em 1928, segundo inscrição existente no portal principal. Do século XX será igualmente a torre sineira.



231. Igreja de Stª Maria do Vale



232. Interior da igreja e Stª Maria do Vale, c. 1979 (GONÇALVES, A. Nogueira; DIAS, Pedro – *Concelho de Vila da Feira. História e Arte*. Coimbra: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 1979, p. 51)

Os retábulos da nave são obras de finais do século XVII e inícios do século XVIII. No arco cruzeiro, completamente revestido a talha dourada, nota-se o reaproveitamento de vários elementos de épocas diferentes, alguns elementos ainda de linguagem maneirista com colunas do designado estilo nacional.

Em 1758 a igreja de nave única tinha quatro retábulos: retábulo-mor com Santíssimo Sacramento e as imagens de Stª Maria e do Espírito Santo; retábulo com Senhor dos Passos ao

¹¹⁶⁵ MARTINS, Fausto Sanches – *O Colégio de S. Lourenço: 1560-1774*. Porto: Faculdade de Letras: Trabalho síntese no âmbito das Provas da Carreira Docente de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, 1986, p. 165-167.

¹¹⁶⁶ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 114.

centro e lateralmente o Menino Jesus e Stº António; retábulo dedicado a Jesus, com as imagens de S. Brás e S. Sebastião, lateralmente; e retábulo da invocação de N. Srª do Rosário.¹¹⁶⁷

Em 1769 o visitador diz que “*a Igreja hé boa, com 3 altares suficientes, capela mor, e sachristia com bons param^{tos}, q mandou fazer o Dez.^{or} Miranda Intend.^e G^{al}, quando estava administrando esta Renda: Tem Campanario com sineta*”.¹¹⁶⁸ Portanto, o colégio de Coimbra estava a cumprir com as suas obrigações.

A 14 de outubro de 1864 o visitador diz que “*a egreja é regular e decente (...) o soalho da egreja junto à pia baptismal precisa de um pequeno conserto*”.¹¹⁶⁹ No entanto em 1922 é reedificada a capela-mor e em 1928 fazem-se obras na fachada da igreja.

Em 1973, seguindo um projeto da autoria do Arq. Mário de Moraes Soares, é iniciado o processo de construção de uma nova igreja para a freguesia de Stª Maria do Vale.¹¹⁷⁰



233. Igreja nova de Stª Maria do Vale

¹¹⁶⁷ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 411.

¹¹⁶⁸ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 28.

¹¹⁶⁹ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de Stª Maria de Vallega, 1824-1864*, liv. 088, fl. 69.

¹¹⁷⁰ AEP – *Proc. 311*. AEP – *Proc. 528*.

9.3. Colégio do Espírito Santo de Évora

A igreja de S. Miguel do Mato foi construída por volta de 1935¹¹⁷¹, possivelmente com reaproveitamentos de cantaria da igreja antiga, como era comum e como evidencia o diferente tratamento da cantaria aplicada nesta igreja.

Da igreja antiga terá sido recuperado o púlpito, com sua base pétrea sustentada por uma mísula, obra possivelmente de inícios do século XVIII.

A igreja antiga em 1758 tinha três retábulos: o retábulo-mor com o Santíssimo Sacramento *por viático* e as imagens de S. Miguel (lado do Evangelho) e St^a Quitéria (lado da Epístola); o retábulo colateral da direita dedicado a St^a Ana, com as imagens de S. Sebastião e St^a Luzia e o retábulo colateral do lado esquerdo dedicado a N^a Sr^a do Rosário, com as imagens do Menino Deus e S. Roque.¹¹⁷²

Em 1769 o visitador diz que “a Igreja hé bast.^e para a freg.^a com Capela mor, Sachristia, 3 Altares suficientes, e Campanario com sineta.”¹¹⁷³ Porém, a 15 de outubro de 1864 o visitador descreve-a como “(...) pequena e decente (...)”,¹¹⁷⁴ dando a entender que já não seria suficiente para a freguesia. Por volta de 1935 é substituída pela igreja atual. Em 1985 a fachada é completamente azulejada.



234. Igreja de S. Miguel do Mato, c. 1956 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – S. Miguel do Mato – resposta dada a 2 de março de 1956)



235. Púlpito na atual igreja de S. Miguel do Mato

¹¹⁷¹ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Nordeste*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1991, p. 100.

¹¹⁷² BRANDÃO, D. Domingos de Pinho; LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – *Arouca – Notas Monográficas*. Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1991, p. 129.

¹¹⁷³ AP – *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 29.

¹¹⁷⁴ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 69.



10. PADROADOS DA ORDEM DE S. BENTO

236. [Na página anterior] Pormenor da fachada principal do Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria, 1890-1894 (Arquivo Municipal do Porto - nº 29 8755)

10.1. Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria

Importa antes demais referir que em 1517 é autorizada a construção do Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria, onde se concentrariam as religiosas de quatro unidades monásticas extintas por se encontrarem em lugares ermos e com religiosas pouco dedicadas ao serviço de Deus. Os mosteiros extintos foram os de Rio Tinto, Tuias (Marco de Canavezes), Tarouquela (Lamego) e Vila Cova (Sandim). A partir de 1522 todas as igrejas que fossem do padroado destes mosteiros passariam a pertencer ao Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria. Do mosteiro de Tuias transitaram as igrejas de Escariz, Mansores e Gião, do Mosteiro de Vila Cova de Sandim, a igreja paroquial de Sandim e as igrejas de Fajões, S. João da Madeira e Guisande.¹¹⁷⁵ A igreja de Oliveira de Azeméis e sua anexa, Riba Ul, tinham pertencido ao padroado do mosteiro de Vila Cova, mas em 1520 foi formada a Comenda de S. Miguel de Oliveira de Azeméis e deixaram de pertencer a este padroado.

A igreja de Stº André de Escariz deve ter sido reedificada em inícios do século XVIII, com janelas de seteira, base de púlpito sobre uma mísula decorada com folha de acanto e enrolamento, com acesso através de uma escada pétrea lateral. Da mesma época serão os arcos em cantaria lavrada, para inserção de retábulos laterais, com duas pilastras de fuste marcado por uma almofada corrida, arco de volta perfeita com flor no fecho e duas almofadas laterais.

415



237. Retábulo lateral do lado do Evangelho, igreja de Stº André de Escariz



238. Púlpito da igreja de Stº André de Escariz

Em 1758 a igreja tinha cinco retábulos, mas no inquérito só nomeou quatro, a saber, “(...) o do sacramento e o da Senhora do Rozario, e o da Senhora do Carmo e o Santo Nome

¹¹⁷⁵ PINHO, Isabel Maria Ribeiro Tavares de – *O Mosteiro de São Bento da Avé Maria do Porto, 1518/1899. Uma arquitectura no século XVIII*. Vol. I. Porto: Faculdade de Letras, 2000. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 29-36.

de Jezus”.¹¹⁷⁶ Apesar de indicar que não tinha nenhuma irmandade, a Confraria do Santíssimo Sacramento tinha sido instituída a 6 de agosto de 1658, para garantir o sacramento aos fieis de Escariz e da sua freguesia anexa, Mansores.¹¹⁷⁷

Em 1769 o visitador acha-a “(...) *suficiente, e o ornato de 5 Altares, q tem, com Capela mor, sachristia, e campanario com 2 sinos*”.¹¹⁷⁸

A torre sineira foi construída em 1799, conforme a inscrição que ostenta. Da mesma altura deve ser a reedificação da fachada, de portal de verga curva, encimado por nicho (hoje com função dupla de nicho e vão de iluminação), numa composição bastante depurada que nos remete para finais do século XVIII ou inícios do século XIX. O arco cruzeiro também foi alterado, é composto por duas pilastras, sobre pedestal bastante elevado, que sustentam o arco em volta perfeita, emoldurado e com uma folha, possivelmente de acanto, no fecho. As pilastras parecem não corresponder ao mesmo tempo do arco, o arco lembra estruturas oitocentistas.



239. Interior da igreja de Stº André de Escariz, c. 1954 (AEP _ *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Escariz)

De todas as estruturas retabulares, destaca-se o retábulo lateral do lado do Evangelho, dedicado à Crucificação de Cristo, rococó, onde foram colocadas por trás da cruz de Cristo as figuras que em tempos fizeram parte de um conjunto escultórico representativo da deposição de Cristo no túmulo. O Cristo morto encontra-se no retábulo fronteiro a este.

O retábulo-mor resulta do reaproveitamento de algumas peças de talha mais antigas, mas é obra oitocentista, os colaterais são ecléticos e o lateral do lado da Epístola imita o retábulo rococó.

¹¹⁷⁶ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho; LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – *Arouca – Notas Monográficas*. Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1991, p. 104.

¹¹⁷⁷ PEREIRA, Vergílio (com notas monográficas de Manuel Rodrigues Simões Júnior) – *Cancioneiro de Arouca*. 2ª ed. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, 1990, p. 30.

¹¹⁷⁸ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 31v.

A 17 de outubro de 1864, o visitador diz que “*a igreja apesar de ser muito antiga está suficiente (...)*”.¹¹⁷⁹



240. Igreja de Stº André de Escariz, c. 1954 (AEP – Inquérito à Diocese do Porto, 1954 – Escariz)



241. Igreja de Stº André de Escariz na atualidade

A 18 de abril de 1996 o pároco de Escariz, P. Álvaro Jesus Fernandes, solicita autorização à Diocese do Porto para proceder a obras de reparação da igreja e informa que na década de 1950 “*(...) foram levadas a cabo obras de reparação, mas sem qualquer projeto e sem o conhecimento da Comissão de Arte Sacra da Diocese, resultando daí acrescentos não condizentes com o estilo da Igreja (...)*”.¹¹⁸⁰ Os acrescentos de que fala são visíveis na fotografia de c. 1954, entre a sacristia e a torre sineira.

Como por esta altura a igreja estava bastante degradada ao nível da cobertura e paredes, foi submetido, pelo referido pároco, um projeto da autoria dos arquitetos Sola Campos e Filipe Manuel Leite Sousa, com colaboração do Eng. Alberto Cardoso Oliveira, para demolir as dependências anexas acrescentadas em inícios da década de 1950, encurtar a sacristia, remover todo o azulejo que revestia a fachada principal, tratar a cobertura e as paredes.¹¹⁸¹

A atual **igreja de Stª Cristina de Mansores** é uma reedificação de meados do século XIX. A 12 de junho de 1861 foi lançada a primeira pedra da atual construção,¹¹⁸² em 1864 ainda não estava concluída.

A antiga igreja, em 1758, era de nave única e tinha “*(...) quatro altares, o mor de Santa Chrestina, os dois juntos ao arco hum he da Senhora da Coneyçam, outro do Santo Nome de Jezus, hum mais abaixo do Senhor Cruxificado (...)*”.¹¹⁸³

¹¹⁷⁹ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Illº Rº Abadde de Stª Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 70.

¹¹⁸⁰ AEP – *Proc.* 743.

¹¹⁸¹ AEP – *Proc.* 743.

¹¹⁸² PEREIRA, Vergílio ... – *Cancioneiro de Arouca*. ..., p. 32.

¹¹⁸³ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho; LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – *Arouca – Notas Monográficas*. Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1991, p. 123.

Em 1769 o visitador diz que “A Igreja hé pequena, e ordinaria, com 3 altares, capela mor, sachristia, e campanário com sineta”.¹¹⁸⁴ Possivelmente

A 16 de outubro de 1864, o visitador afirma que “a egreja na parte novamente construída está regular, porem no restante esta pouco decente (...)”.¹¹⁸⁵ Portanto, a construção continuava e o edifício anterior deveria ter sido demolido à medida que se ia procedendo à reconstrução. Da construção anterior deve ser a estrutura arquitetónica do púlpito, semelhante ao de Stº André de Escariz, e presumivelmente da mesma época. Não podemos esquecer que esta igreja era anexa de Escariz, e a proximidade formal destes dois púlpitos pode muito bem significar a influência da mesma pessoa na encomenda, o reitor destas duas igrejas.



242. Igreja de Stª Cristina de Mansores



243. Púlpito da igreja de Stª Cristina de Mansores

Entre 2009 e 2010 a igreja foi restaurada tanto na estrutura arquitetónica como na talha.¹¹⁸⁶

A igreja de Stº André de Gião é uma construção setecentista.

Nogueira Gonçalves considera esta igreja uma construção total da segunda metade do século XVIII, mas a documentação a que tivemos acesso cruzada com a leitura formal do objeto deu-nos uma leitura diferente, embora efetivamente na segunda metade do século XVIII tenha existido obras de grande monta no edifício.¹¹⁸⁷

Grande parte da estrutura arquitetónica deve ser de inícios do século XVIII, com vãos de iluminação e porta travessa de seteira, e arco cruzeiro de volta perfeita assente sobre duas pilastras de capiteis salientes, com uma pequena mísula no fecho do arco. O arco cruzeiro da

¹¹⁸⁴ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 32v.

¹¹⁸⁵ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Illº Rº Abadde de Stª Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 69v-70.

¹¹⁸⁶ ROCHA, José António – *A Igreja Paroquial de Santa Cristina de Mansores. Memória por ocasião do restauro (2009-2010)*. Porto: Grupo Dinamizador das Obras de Restauro 2009-2010, 2012.

¹¹⁸⁷ Vd. GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 81.

igreja de Gião é muito semelhante no risco arquitetónico ao arco cruzeiro da igreja de Lobão, obra de inícios do século XVIII.

Durante o século XVIII e XIX a igreja de Gião sofreu algumas alterações.

Em 1758 a igreja tinha três retábulos: o retábulo-mor com o Santíssimo Sacramento e as imagens de Stº André, S. Bento e, ao centro, o Menino Jesus; o retábulo colateral do lado direito dedicado a N. Srª do Rosário e o colateral do lado esquerdo da invocação de Stº António, S. Sebastião e Stº Amaro.¹¹⁸⁸ Destacamos o facto de existir nesta igreja a devoção a S. Bento, padroeiro da Ordem beneditina e das religiosas que detinham o padroado desta igreja.

Em 1769 o visitador diz que “a Igreja hé pequena, e velha, e pobres os Altares, q são 3, mas m.^{to} limpos, com capela mor, sacristia, e campanário com sineta”.¹¹⁸⁹ Segundo esta descrição percebemos que a construção é antiga, o que reforça a nossa leitura formal, a igreja não tinha torre sineira mas campanário.

Em finais do século XVIII a torre deve ter sido construída e a fachada reedificada. A fachada é composta pelo corpo da igreja e da torre sineira, os dois ao mesmo nível, divididos por pilastras que sustentam uma cornija que separa o corpo da igreja da empena e o registo inferior da torre do superior onde se inserem as ventanas em arco de volta perfeita. No corpo da igreja destaca-se o portal de verga reta com friso abaulado no topo e rematado por frontão triangular que toca ligeiramente na base da janela do coro-alto, de verga curva que interrompe a cornija, criando-lhe um ritmo ligeiramente sinuoso. A torre é rematada por um coruchéu piramidal ligeiramente arqueado na base. A empena do corpo apresenta cruz latina ao centro e dois pináculos nos vértices. Os pináculos da fachada são iguais aos que rematam externamente a zona do arco cruzeiro, portanto da mesma época.



244. Fachada da igreja de Stº André de Gião



245. Capela-mor da igreja de Stº André de Gião, c. 1954 (AEP – Inquérito à Diocese do Porto, 1954 – Gião)

¹¹⁸⁸ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 381.

¹¹⁸⁹ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 25.

Na capela-mor, externamente, a empena é rematada de igual modo, mas a cruz é recente e os pináculos transformaram-se numa espécie de óvulos de grande porte e pouca elegância, talvez com intenção de destacar o edifício por este se encontrar de costa para a rua principal.

A 8 de outubro de 1864 o visitador encontra uma “*egreja pequena, mas em proporção há população hé sufficiente, está aceada (...)*”.¹¹⁹⁰ Ainda hoje a igreja é extremamente pequena, já o era em 1769.

Os retábulos existentes são obra do século XIX.

Em 1890, em frente ao portal principal da igreja, no muro que delimita o adro, foi construído um nicho para albergar um Calvário em pedra de Ançã, de meados ou finais do século XV, a peça escultórica mais interessante desta igreja.¹¹⁹¹



246. Calvário no adro da igreja de Stº André de Gião



247. Coro-alto da igreja de Stº André de Gião

A 8 de novembro de 1983 foi enviado para a Diocese do Porto um projeto de ampliação da igreja de Stº André de Gião, que pretendia demolir as paredes da capela-mor e unir a capela-mor às duas sacristias laterais para aumentar a capacidade de acolhimento dos fieis. A 24 de fevereiro de 1984, a diocese do Porto, através de um documento assinado pelo P. Artur Martins da Silva, recusa o projeto, porque “(*...*) a solução proposta para ampliação na zona do arco-cruzeiro não é de aceitar liturgicamente, porque secciona a Assembleia”.¹¹⁹²

Dada a impossibilidade de ampliação da igreja e apesar de ainda ter sido feita uma visível ampliação (não documentada) no coro alto¹¹⁹³, em 2012 foi iniciada a construção da

¹¹⁹⁰ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Illº Rº Abadde de Stª Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 66v.

¹¹⁹¹ VETCHINA, Sofia Nunes – *Retábulos e Escultura Devocional em Pedra, nos séculos XV e XVI, nas Igrejas Paroquiais das Terras de Santa Maria*. In RIBEIRO, Agostinho – *Ao Tempo de Vasco Fernandes*. Viseu: DGPC / Museu Nacional Grão Vasco, 2016, p. 208-212.

¹¹⁹² AEP – *Proc.* 483.

¹¹⁹³ No exterior da igreja há uma placa de reconhecimento pela benemerência de Agostinho da Mota Pereira, datada de 24 de novembro de 1985. Não sabemos se estará relacionada com esta intervenção, mas é uma

nova igreja de Gião, em frente à atual. Não encontramos o projeto no Arquivo Episcopal do Porto, mas sabemos que é da autoria do gabinete de arquitetura de Manuela Coutinho, de Vila Nova de Gaia, a construção foi iniciada em 2012¹¹⁹⁴ e ainda não foi finalizada.



248. Igreja nova de Gião

A atual **igreja de S. Martinho de Fajões** é uma construção iniciada em 1877, no mesmo local da igreja anterior.

A antiga igreja de S. Martinho de Fajões teria sido reedificada, pelos anos de 1550.¹¹⁹⁵ A 7 de junho de 1570 a abadessa do Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria, D. Maria de Melo, e algumas freiras professas assinaram um contrato com o pároco de Fajões, P. Jordão Francisco, para a construção de uma nova capela-mor, visto que a anterior estava em ruínas. O pároco comprometeu-se a ter a obra concluída em setembro desse ano e as religiosas a dar-lhe vinte e cinco mil réis até ao dia de S. João Batista desse mesmo ano.¹¹⁹⁶

Portanto, o corpo da igreja já estaria assegurado pela freguesia e a capela-mor sendo da responsabilidade do padroeiro era paga pelas religiosas de S. Bento, porém, quem iria dirigir e responsabilizar-se pelas obras, garantindo a sua construção, até setembro de 1570, era o próprio pároco. Já vimos esta situação, de delegação de responsabilidades em membros da paróquia, suceder no padroado do Mosteiro de Stº Agostinho da Serra.

Até ao século XVIII não temos, até ao momento, mais nenhum indicador relativo ao edifício. Em 1758 a igreja era de nave única com cinco retábulos, retábulo-mor e retábulos de

possibilidade, dado que no ano anterior o projeto de ampliação tinha sido recusado e que a necessidade de mais espaço para a assembleia permanecia.

¹¹⁹⁴ http://msoutinhoarquitectos.com/igreja_giao.html (consultado a 24 de novembro de 2015)

¹¹⁹⁵ *Relatório do Movimento Religioso da Diocese do Porto. Ano de 1922-23*. Porto: Tip. Medico, 1924, p. 316.

¹¹⁹⁶ OLIVEIRA, Samuel – A igreja de Fajões: do ano de 1068 ao século XX. *Villa da Feira. Terra de Santa Maria*. Feira: Liga dos Amigos de Santa Maria da Feira. Ano VIII, nº 22 (2009), p. 89.

N. Sr^a do Rosário, Sr. dos Aflitos, S. Gonçalo e S. Miguel.¹¹⁹⁷ Curiosamente quanto às irmandades só refere as Irmandades de N. Sr^a do Rosário e S. Miguel. Não há referência à Irmandade do Santíssimo Sacramento que teria sido instituída em 1669.¹¹⁹⁸

Em 1769 o visitador descreve-a como uma igreja de boas dimensões e bem conservada: “*a Igreja hé bastante com 5 altares sufficientem.^e ornados, com capela mor, e sachristia á proporsão, e campanário com 2 sinos*”.¹¹⁹⁹

Após a extinção dos padroados, a igreja parece ter entrado num período de menor cuidado e manutenção, que levou este edifício a um estado de ruína tal que só foi possível resolver a questão com a construção de uma nova igreja.

A 18 de outubro de 1864, o visitador diz que “*a egreja pela sua antiguidade está precisando de muitos reparos (...)*”.¹²⁰⁰ Em 1871 encontrava-se profundamente arruinada e a 7 de março de 1875 foi arrematada a obra de reedificação da igreja pelo mestre de obras António de Oliveira Fernandes, de Oliveira de Azeméis. Em 1877 já se encontrava quase concluída. Sendo vistoriada a 18 de maio de 1880, pelos engenheiros Honorato da Fonseca Regalo e Adolfo Bethesé Nery de Vasconcelos, ainda teve de levar seis traves de ferro para sustentação do telhado que ameaçava ruir.¹²⁰¹

Concluída em 1880, a nova igreja de S. Martinho de Fajões não deve ter sido feita com toda a solidez necessária, porque em finais do século XIX ainda foram necessárias algumas obras de grande porte. Em 1884 foi reparado todo o soalho da igreja e sacristia, obras que estavam quase concluídas em 1891 e em 1894 o telhado foi novamente reparado. Em 1913 uma *faísca elétrica* atingiu a torre sineira e parte do edifício, obrigando a obras que foram realizadas no ano de 1915.¹²⁰²

Nesta reedificação devem ter sido reutilizados alguns materiais da antiga igreja, quer nas cornijas que rematam os vãos de iluminação do frontispício, quer na cornija do portal principal, com respetivos pináculos, nicho e enrolamentos circundantes, que nos remetem no tratamento da pedra e na linguagem para o século XVIII.

¹¹⁹⁷ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 311.

¹¹⁹⁸ OLIVEIRA, Samuel – A igreja de Fajões: do ano de 1068 ao século XX... p. 88.

¹¹⁹⁹ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 34.

¹²⁰⁰ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de Sr^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 70v.

¹²⁰¹ OLIVEIRA, Samuel – A igreja de Fajões: do ano de 1068 ao século XX. *Villa da Feira. Terra de Santa Maria*. Feira: Liga dos Amigos de Santa Maria da Feira. Ano VIII, nº 22 (2009), p. 89-90. – OLIVEIRA, Samuel de bastos – *Oliveira de Azeméis e freguesias entre os Rios Antuã e Ul na visitação de 1769. Com demografia das freguesias do séc. XVI ao séc. XX*. Oliveira de Azeméis: Proleite, 1992, p. 25. – OLIVEIRA, Luís Filipe – *Fajões. Passado e Presente*. Fajões: Junta de Freguesia de Fajões, 2009.

¹²⁰² OLIVEIRA, Samuel – A igreja de Fajões: do ano de 1068 ao século XX..., p. 91.

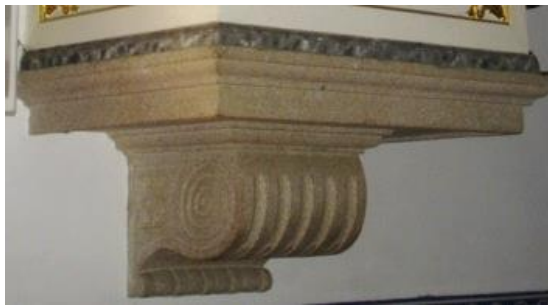


249. Igreja de S. Martinho de Fajões (AEP – Inquérito à Diocese do Porto, 1954 – Fajões)



250. Remate do portal principal da igreja de S. Martinho de Fajões

No interior, pode ainda ter sido reaproveitada a base do púlpito, sustentada numa larga mísula e alguns retábulos.



251. Base do púlpito da igreja de S. Martinho de Fajões

Quanto aos retábulos, os colaterais e o retábulo-mor são da época da reedificação, de linguagem eclética. O retábulo-mor foi oferecido a 2 de setembro de 1875, ainda a igreja estava em construção, por um emigrante brasileiro natural de Fajões, Manuel José Vieira.¹²⁰³

Os retábulos laterais são reaproveitamentos de retábulos mais antigos. Dois deles podem ter vindo da antiga igreja, o retábulo lateral do lado da Epístola, junto à porta travessa, de linguagem rococó, segundo Nogueira Gonçalves foi “*adquirido no Norte*”.¹²⁰⁴

O retábulo lateral do lado do Evangelho, hoje dedicado a S. Miguel, em estilo nacional, é composto por arcos concêntricos e colunas de fuste espiralado com parras de uvas e meninos.

O retábulo lateral do lado da Epístola, dedicado a Cristo Crucificado, joanino, apresenta um enorme nicho central, decorado com elementos vegetalistas e concheados, onde está

¹²⁰³ OLIVEIRA, Samuel – A igreja de Fajões: do ano de 1068 ao século XX..., p. 89.

¹²⁰⁴ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 140.

colocada a imagem de Cristo. Lateralmente duas peanhas com imagens e de seguida duas colunas de fuste espiralado com decoração vegetalista. No coroamento três cabeças de anjo rodeadas de elementos florais e vegetais, nomeadamente duas palmas nos flancos.



252. Retábulo lateral do lado do Evangelho



253. Retábulo lateral do lado da Epístola



254. Retábulo lateral do lado da Epístola

Em 1954 fizeram-se obras de algum vulto. Foi substituído o forro de pinho por um de caixotões, a cornija do corpo da igreja foi demolida e substituída por uma em cimento, o soalho do coro foi substituído por placa de cimento. A torre da igreja recebeu uma placa para sustentação do relógio. Para esse ano ainda estava prevista a construção de um novo beiral para a igreja, a colocação de azulejo padrão, painel figurativo e portão de ferro forjado no batistério e a aquisição de novo guarda-vento, sacrário-cofre e sanefa para o arco cruzeiro.¹²⁰⁵

Em 1985 a igreja estava bastante degradada e precisava de obras de manutenção, que foram devidamente aprovadas pela diocese. Na sequência dessa intervenção, considerando que a igreja já não seria suficiente para a freguesia, é apresentado também um anteprojeto, da autoria do gabinete do Arq. João Rodrigues dos Santos (Porto), para a construção de uma nova igreja. A diocese do Porto não deu logo a sua aprovação, antes solicitou o projeto definitivo para se poder pronunciar.¹²⁰⁶ O projeto solicitado não deve ter dado entrada, por não se encontrar em arquivo, e a obra não se fez.

Em 1993 foi revestida a fachada da igreja a azulejo da fábrica Aleluia (Aveiro), oferecido por José da Rocha Gamada e Sousa, e seu cunhado, António Mota de Pinho, emigrante no Brasil.¹²⁰⁷

¹²⁰⁵ AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Fajões.

¹²⁰⁶ AEP – *Proc.* 405.

¹²⁰⁷ OLIVEIRA, Samuel – *A igreja de Fajões: do ano de 1068 ao século XX...*, p. 92.

A **igreja de Stª Maria de Sandim** é uma reconstrução iniciada por volta de 1690, estando a fachada concluída em 1712, conforme a inscrição que ostenta. A capela-mor terá sido reedificada depois de 1779 estando acabada antes 22 de julho de 1789.

Em 1695 a igreja ameaçava ruína obrigando a freguesia a avançar com obras de reedificação do corpo da igreja. O contrato de obrigação da obra de construção do arco cruzeiro da igreja foi feito a 22 de fevereiro de 1690, entre o juiz da igreja de Sandim, Manuel Vieira, e o mestre de obras, Paulo do Couto, da freguesia de Grijó. A 6 de novembro de 1695 é feito o contrato de obrigação da obra de pedraria e construção do telhado, assinado pelo juiz da igreja (António Pais), um representante do pároco (Manuel do Couto Tavares) e o construtor Domingos do Couto. As paredes seriam feitas de novo mantendo unicamente os alicerces, mas respeitando a planta do edifício anterior. Segundo o contrato o campanário deveria ser subido dez palmos em relação ao anterior, mantendo o mesmo arco e a mesma posição. A obra deveria ser iniciada pelos primeiros dias de março e concluída até ao fim de agosto de 1695.¹²⁰⁸

O edifício é robusto, com torre sineira ao centro da fachada, a mais antiga nesta posição numa igreja da comarca da Feira. Vamos encontrar, nesta área geográfica, outros exemplares, mas só partir do século XIX.



255. Igreja de Stª Maria de Sandim



256. Interior da igreja de Stª Maria de Sandim

A 27 de julho de 1756 as portas de acesso à sacristia e ao adro precisavam de ser consertadas, era necessário um frontal de altar para o período quaresmal e advento, o soalho do batistério estava incapaz e faltavam alguns paramentos, por isso o visitador pede ao pároco que avise “(...) logo às Religiosas de São Bento para que no termo de seis mezes fação as

¹²⁰⁸ BAPTISTA, Fernando – *História de Sandim*. Sandim: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; Junta de Freguesia de Sandim, 2000, p. 46.

*suas obras, e não cumprindo assim dará parte a juízo com o traslado deste capitulo com a pena de suspensão para se mandar fazer sequestro” dos dízimos.*¹²⁰⁹

Em 1758 a igreja de nave única tinha cinco retábulos: o retábulo-mor dedicado a N. Sr^a da Expectação, o colateral do lado direito ao St^o Nome de Jesus e o colateral do lado esquerdo a N. Sr^a do Rosário, o lateral do lado esquerdo da invocação das Almas do Purgatório e do lado direito ao Ecce Homo.¹²¹⁰

Na visita de 23 de maio de 1762 a freguesia fica incumbida de soalhar o corpo da igreja e o coro: *“he notória a incapacidade do pavimento desta Igreja e do coro. Mas se reformem no preciso termo de seis mezes e o Reverendo Parocho nesta parte procederá a condenação de dous mil reis contra quem for obrigado dando depois disso conta a juízo (...)”*.¹²¹¹

Segundo as memórias paroquiais só haviam duas irmandades, das Almas e *“(...) São Bom Homem «muito antiga»”*.¹²¹² A 23 de maio de 1769 as irmandades são responsabilizadas pela manutenção dos retábulos colaterais e a freguesia pelas vidraças da igreja e adro:

*Os retábulos dos dous altares colaterais se acham com indecência grande e por isso mando aos mordomos das Confrarias delles as façam ao menos pintar suficientemente dentro de seis mezes e as pessoas que a isso forem obrigadas, visto que a corrupção das madeiras já não permitirá o poderem ser douradas; e que dentro do mesmo tempo se faça dourar o frontal do altar do Senhor; com pena de seis mil reis aplicados para a Sé. Mando outro sim debaixo da mesma pena, que se façam reformar as vidraças da Igreja; e que dentro de oito dias, se corte e arranque a oliveira contigua as paredes da mesma (...).*¹²¹³

Em 1769 o visitador informa que *“a Igreja está reformada de novo quaze toda, com frontespicio, e torre m.^{to} suficiente para a freg^a; e asim é a capela mor, e sachristia. Tem sinco Altares, todos aseados”*.¹²¹⁴

¹²⁰⁹ COSTA, Francisco Barbosa da; FONTES, José Joaquim – *Livro de Visitações de Sandim desde 1754*. In MORENO, Humberto Carlos Baquero (dir.) – *Gaya*. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia. Vol. III (1985), p. 97.

¹²¹⁰ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 777.

¹²¹¹ COSTA, Francisco Barbosa da; FONTES, José Joaquim – *Livro de Visitações de Sandim desde 1754...*, p. 99.

¹²¹² CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 777.

¹²¹³ COSTA, Francisco Barbosa da; FONTES, José Joaquim – *Livro de Visitações de Sandim desde 1754...* p. 104.

¹²¹⁴ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 7v.

A 11 de novembro de 1779, o visitador esclarece que o corpo da igreja foi subido no processo de reedificação e agora é necessário fazer o mesmo á capela-mor: “(...) *o corpo da Igreja se levantou mais e juntamente o arco da Igreja, precisa a capela mor de ser tambem levantada a proporção e forrada de novo*”.¹²¹⁵

Na visita de 22 de julho de 1789, relativamente à capela-mor não há qualquer referência, por isso, já deveria ter sido reedificada. Nessa visita solicita-se que as religiosas de S. Bento procedam à substituição do soalho da sacristia por lousa ou tijolo, mandem abrir uma janela para melhor ventilação e seja reformado o painel que estaria por trás do crucifixo e substituído o móvel onde ele assentava:

*A sacristia, que pertence às religiosas de S. Bento tem necessidade de ser soalhada, a qual o soalho se fará de louza, ou tijolo por ser mais durável, e na parede da mesma sacristia se abrirá huma rasgada para evitar com a entrada de mais ar, a excessiva humidade, que he prejudicial, ao que nella se guarda: da mesma forma se reformará o painel do crucifixo, que está sobre caixoes, e se farão hum caixoes novos de castanho para guardar os ornamentos que pertencem à fabrica.*¹²¹⁶

De finais do século XVIII, devem ser os retábulos mor e colaterais, já com uma linguagem de transição entre o rococó e o neoclassicismo.

Pelas indicações documentais que temos tanto a freguesia como as padroeiras, no que respeita, ao edifício iam cumprindo bem com as suas obrigações e a igreja manteve-se razoavelmente até à segunda metade do século XIX. Em 1863 o pároco diz que a parede norte da igreja ameaçava ruir, os altares, a paramentaria, missais, etc. estavam em mau estado, o que obrigou a obras de manutenção no ano de 1891.¹²¹⁷ Curiosamente, na visita de 4 de outubro de 1864 o visitador encontrou uma “*Igreja muito boa e aceada (...)*”.¹²¹⁸

A **igreja de S. Mamede de Guisande** é uma reedificação feita em finais do século XVII. Nos primeiros anos do século XVIII já se tratava da ornamentação do edifício.

¹²¹⁵ COSTA, Francisco Barbosa da; FONTES, José Joaquim – *Livro de Visitações de Sandim desde 1754...* p. 110.

¹²¹⁶ COSTA, Francisco Barbosa da; FONTES, José Joaquim – *Livro de Visitações de Sandim desde 1754...* p. 117.

¹²¹⁷ BAPTISTA, Fernando – *História de Sandim...*, p. 86.

¹²¹⁸ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega, 1824-1864*, liv. 088, fl. 65.

A capela-mor e a sacristia andavam a construir-se em 1687, em 1690 a capela-mor recebeu as vidraças dos vãos de iluminação, portanto estaria praticamente concluída quanto à arquitetura. A 18 de agosto de 1696 recebeu licença para colocação do Santíssimo Sacramento por viático, estando a fábrica da igreja obrigada a todas as despesas inerentes à conservação do sacrário,¹²¹⁹ que seria colocado na capela-mor.

A 3 de março de 1703 fez-se um contrato de obrigação da obra de dois retábulos, com o mestre entalhador Manuel da Fonseca, infelizmente só consta de um livro de índices, o documento original terá desaparecido.¹²²⁰

Os dois retábulos seriam possivelmente os retábulos colaterais e eventualmente o frontispício do arco cruzeiro. O mestre Manuel da Fonseca, junto com o seu irmão, João da Fonseca, no ano anterior, em 1702, tinha feito contrato para a realização dos retábulos colaterais das igrejas de Rio Meão (nesta igreja também fez o retábulo-mor), Arada e Maceda, do padroado da Ordem de Malta.

Os retábulos colaterais atuais são obra de finais do século XIX ou inícios do século XX, ecléticos. Porém, no arco cruzeiro a talha é em estilo nacional, de inícios do século XVIII e apresenta-se dividida em sete registos verticais, com dois meninos ao centro, a segurarem um coração com o monograma IHS (*Iesus Hominibus Salvatoren* – Jesus Salvador dos Homens), ladeados por dois septos seguidos de dois painéis decorados por duas pequenas flores entre folhas de acanto, novamente seguidos de septos, terminando nos vértices com aves entrelaçadas em folhas de acanto. Entre os painéis onde estão representadas as aves e a composição vegetalista dos vértices, não há septo, mas um corte na decoração, que marca essa divisão.

¹²¹⁹ PINTO, António Ferreira – *Defendei Vossas Terras... monografia de Guisande*. Reedição atualizada. Cucujães: Escola Tipográfica das Missões, 1999, p. 35-64.

¹²²⁰ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. II..., p. 164.



257. Frontispício do arco cruzeiro da igreja de S. Mamede de Guisande

O entalhamento assemelha-se bastante ao trabalho realizado na Comenda de Rio Meão, tanto na representação vegetalista, como nas aves e sobretudo na posição dos meninos com uma perna destacada, pelo que presumivelmente tratar-se-á do que resta da encomenda de 1703. Coevo desta obra de talha, embora muito alterado, é o retábulo-mor.



258. Pormenor do retábulo colateral do lado do Evangelho da igreja de Rio Meão



259. Pormenor do retábulo colateral do lado do Evangelho da igreja de Maceda



260. Pormenor do retábulo colateral do lado do Evangelho da igreja de Maceda

A pia batismal tem a data de 1712 inscrita, tratando-se certamente do ano da sua feitura.

Em 1737 o arco cruzeiro foi decorado com elementos florais, parras e cachos de uva pintados, sendo inscrito no topo interno do arco, dentro de uma cartela pintada, o seguinte: “NON EST HIC ALIUD / NISI DOMUS DEI / ET PORTA CAELI / 1737”, uma expressão bíblica retirada do Génesis que diz “*Aqui é a casa de Deus, aqui é a porta do céu*”.¹²²¹

¹²²¹ Gn 28,16

O púlpito apresenta uma base assente sobre mísula, com decoração geométrica, e escada de acesso pétrea e lateral, obra de finais do século XVII ou inícios do século XVIII, com guarda em talha dourada de meados do século XVIII, em estilo joanino. Na parte interna da base do púlpito estão inscritas três datas “1742 / 1929 / 1997”, cada uma com uma caligrafia diferente e correspondente à época em referência. 1742 pode ter sido a execução da guarda do púlpito, 1929 foi o primeiro douramento que recebeu e 1997, possivelmente um segundo repinte.

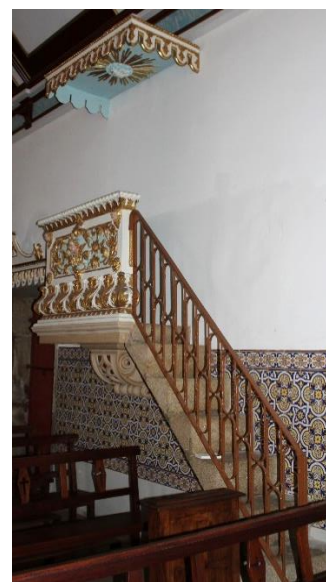
Este tipo de estrutura de púlpito já encontrámos em outras situações, neste padroado também existe nas igrejas de Escariz e Mansores.



261. Retábulo-mor da igreja de S. Mamede de Guisande



262. Pia batismal da igreja de Guisande



263. Púlpito da igreja de Guisande

Em 1758 a igreja é descrita de nave única, com quatro retábulos: retábulo-mor com imagem de S. Mamede do lado do Evangelho e de Stº António do lado da Epístola; retábulo colateral do lado do Evangelho com as imagens de Cristo Crucificado, S. João Nepomuceno, S. Sebastião, S. Vicente de Ferreira e N. Srª do Pilar; retábulo colateral do lado da Epístola com as imagens de N. Srª da Conceição, Stª Ana e N. Srª do Carmo; retábulo lateral do lado da Epístola com as imagens de N. Srª do Rosário, Stª Rita e Stª Gertrudes.¹²²²

Em 1769 o visitador diz que “a Igreja hé suficiente, com capela mor, sachristia, e 4 altares, tudo munto limpo, e aseado, o q se deve ao Abbº: e este mandou tambem fazer á sua custa uma torre com 2 sinos bons.”.¹²²³

¹²²² CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 382.

¹²²³ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 22v.

A torre foi construída em 1764, como comprovam as duas inscrições com a mesma data que ostenta num dos cunhais e na padieira da porta de acesso à torre.

Um século depois da construção da torre, a 13 de outubro de 1864 o visitante encontra uma “*egreja regular e está decente (...)*”.¹²²⁴ Porém, em 1922 “*(...) a igreja ameaça ruína*”,¹²²⁵ e a freguesia avança para a concretização de obras de manutenção do corpo da igreja e douramento dos retábulos da nave e púlpito, entre 1923 e 1929. Entre 1933 e 1934, dado o mau estado em que a capela-mor e sacristia se encontravam, foram reconstruídas. A capela-mor foi ampliada em dois metros.¹²²⁶

Segundo António Ferreira Pinto em inícios do século XX, a cúpula que coroava a torre sineira foi substituída pelo coruchéu oitavado que encontramos.¹²²⁷ Como o catavento que remata esta estrutura tem a data de 1924 deve corresponder à referida intervenção. Em 1987, igualmente segundo inscrição, o coruchéu foi revestido a azulejo. A torre recebeu ainda na parte de trás, por cima da porta de acesso, em 1949, um registo azulejar dedicado a Stº António da Fábrica do Carvalhinho (Gaia), da autoria do pintor *Meneses*, possivelmente Duarte Meneses. Na lateral tem outro registo, não datado, da mesma fábrica, com a representação de S. Mamede, pintado por Duarte Meneses (D.M.). Na parte da frente da torre existem mais dois registos, um dedicado a N. Srª de Fátima e assinado pelo pintor Fernando Gonçalves (F. G.) da Fábrica do Carvalhinho (Gaia), o outro dedicado ao Sagrado Coração de Jesus, que não tem autoria nem fábrica, mas pela composição e tratamento parece ser igualmente da Fábrica do Carvalhinho. Todos estes registos encontram-se inseridos num revestimento total do corpo da torre, que pelo menos na parte da frente ainda não existia em outubro de 1957, como se pode ver na fotografia.

¹²²⁴ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Illº Rº Abadde de Stª Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 68.

¹²²⁵ *Relatório do Movimento Religioso da Diocese do Porto. Ano de 1922-23*. Porto: Tip. Medico, 1924, p. 139.

¹²²⁶ PINTO, António Ferreira – *Defendei Vossas Terras... monografia de Guisande*. Reedição atualizada. Cucujães: Escola Tipográfica das Missões, 1999, p. 37.

¹²²⁷ PINTO, António Ferreira – *Defendei Vossas Terras... monografia de Guisande*. Reedição atualizada. Porto: Sociedade de Papelaria, 1936, p. 31.



264. Igreja de S. Mamede de Guisande, c. 1957
(AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 –
Guisande, resposta dada a 15 de outubro de
1957)



265. Igreja de S. Mamede de Guisande atualmente

Em 1936 a fachada foi reparada e revestida a azulejos da Fábrica Cerâmica Valentes Irmãos L^{da}, pintado por António Alegre Sampaio e Melo e F. Macedo, conforme assinatura na obra azulejar. A composição figurativa é invulgar, faz alusão ao percurso do beato Nuno Álvares Pereira (beatificado em 1918 e canonizado em 2009), representado, como religioso franciscano, no topo da fachada. Do lado esquerdo vê-se o seu estandarte, mais a baixo está representado o Mosteiro de St^a Maria da Vitória (Batalha), construído por voto de D. João I, na sequência da vitória na batalha de Aljubarrota, na qual participou Nuno Álvares Pereira. Do lado direito apresenta-se o escudo e a espada de Nuno Álvares Pereira, o guerreiro, e a baixo o Convento do Carmo em Lisboa, onde no final da sua vida ingressou e acabou por professar.¹²²⁸

A igreja de S. João da Madeira é uma construção feita entre 1883 e 1886.

Sobre a antiga igreja a noticia documental mais antiga, conhecida até ao momento, é de 23 de setembro de 1696, quando o visitador manda que se faça uma imagem de St^o António e que a Confraria de S. Brás mande fazer um painel para o frontispício do arco cruzeiro. A 19 de setembro de 1697 como o painel ainda não estava feito foi reiterada a obrigação de execução obra.¹²²⁹

Em 1758 a igreja tinha três retábulos: o retábulo-mor com Santíssimo Sacramento e as imagens de S. João e S. José; o retábulo colateral do lado do Evangelho da invocação de Cristo

¹²²⁸ PINTO, Paulo Mendes – *Santos e Beatos de Portugal. Rostos de Santidade*. [s.l]: Correios de Portugal, 2014, p. 97-101.

¹²²⁹ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. I..., p. 837-838.

Crucificado com as imagens de S. Sebastião e S. Brás; o retábulo colateral do lado da Epístola dedicado a N. Sr^a do Rosário, com as imagens de St^a Ana e St^a Luzia.¹²³⁰

Em 1769 o visitador diz que “*a Igreja hé grde, e boa, com capela mor, sachristia, e 3 altares aseados, e torre com 3 sinos.*”.¹²³¹

A 22 de outubro de 1864, encontrava-se uma “*igreja regular, alguã cousa deteriorada: tem quatro altares, todos com pedra d’ara com relíquias (...)*”.¹²³² Porém, em 1883 procedeu-se à sua demolição para dar lugar a uma nova igreja. Em 1884 já a fachada da nova igreja estaria edificada, segunda a inscrição que ostenta no friso do portal principal.

O autor do projeto da nova igreja de S. João da Madeira foi o Eng. António de Araújo e Silva e a inauguração foi no dia 11 de julho de 1886. Em 1902 o Visconde de S. João da Madeira e o seu sogro, Conde Dias Garcia, custearam a construção da escadaria. Em 1907 foi necessário fazer algumas obras de reparação do edifício,¹²³³ certamente obras de manutenção.

Para ajudar a custear a construção da nova igreja foram vendidos, para a cidade do Porto, os retábulos de Cristo Crucificado e de N. Sr^a da Boa-morte,¹²³⁴ infelizmente não é dado a conhecer o novo proprietário dos retábulos. O retábulo da Sr^a da Boa-morte deveria ter sido obra do século XIX, por não ser referido no século XVIII e haver mais um retábulo em 1864.



266. Igreja de S. João da Madeira, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – S. João da Madeira)



267. Pormenor do interior da igreja de S. João da Madeira em 1965 (AEP – *Proc. 161.*)

¹²³⁰ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 416.

¹²³¹ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 48v.

¹²³² AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 72v.

¹²³³ OLIVEIRA, Samuel de bastos – *Oliveira de Azeméis e freguesias entre os Rios Antuã e Ul na visitação de 1769. Com demografia das freguesias do séc. XVI ao séc. XX*. Oliveira de Azeméis: Proleite, 1992, p. 39.

¹²³⁴ FERNANDES, M. António – *São João da Madeira. Cidade do Trabalho*. Braga: Câmara Municipal de São João da Madeira, 1996, p. 83-84.

A 29 de junho de 1965 o pároco de S. João da Madeira, P. António Moura de Aguiar, dá conta à Diocese do Porto de que em breve será colocada uma via sacra no interior do edifício e que nessa sequência pede autorização para retirar da nave duas pequenas estruturas de madeira que albergavam as imagens de N. Sr^a de Fátima e St^a Rita, para no mesmo sítio serem cavados dois nichos “(...) *ornamentados em pedra de Ançã*” e feitos por um “(...) *artista de Viseu, um tal Sr. Sampaio*”. A 13 de julho do mesmo ano a substituição das estruturas é aprovada.¹²³⁵

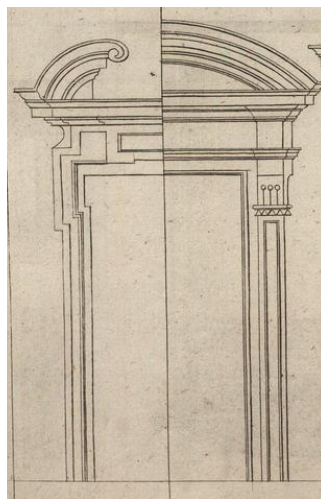
A 22 de novembro de 1972, o mesmo pároco, dirige-se a D. Domingos de Pinho Brandão, responsável pela Comissão de Arte Sacra da diocese do Porto, informando que a igreja estava em obras de reparação e que tinham pensado marmorear as colunas e alguns painéis do retábulo-mor e retirar o painel do camarim da tribuna para substituir por cortinas. A 26 de dezembro de 1972 D. Domingos de Pinho Brandão responde dizendo que o retábulo-mor deveria permanecer em tons de branco e dourado e o painel do camarim da tribuna, obra “(...) *de 1898 executada na Oficina de Marques Pinto*” deve ser preservada.¹²³⁶

Relativamente à igreja atual, é de destacar a subsistência de formas arquitetónicas de inícios do século XVIII, em perfeita harmonia com a linguagem oitocentista. Os portais laterais e principal, bem como alguns vãos de iluminação são rematados por um frontão curvo interrompido, com uma esfera a sair do tímpano. Essa esfera serve de base a uma cruz latina. Exceto a cruz latina, toda a restante composição se aproxima muito da linguagem arquitetónica utilizada na igreja de S. Miguel de Oliveira de Azeméis, construída entre 1716 e 1729. É ainda de evidenciar a moldura entrecortada do portal principal, clara influência setecentista, que se pode ver inclusivamente no tratado de Andrea Pozzo.

¹²³⁵ AEP – *Proc.* 161.¹²³⁶ AEP – *Proc.* 161.



268. Portal principal da igreja de S. João da Madeira



269. Pormenor da fig. 104 de POZZO, Andrea – *Perspectivae Pictorum at que Architectorum*. Tomo II. Augsburg: Johann Friederich, 1709.

Pelas referências documentais que temos parece que o Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria respondia com prontidão às suas obrigações, tal como já foi referido para o caso de Sandim, na apresentação dos padroados da Ordem de S. Bento. Não nos surgiu nenhuma situação de contestação entre a freguesia e as suas padroeiras.

Neste padroado nota-se uma especial devoção à Paixão de Cristo, quer nas invocações dos retábulos, quer nas cruzes da via sacra existentes nas freguesias de Escariz, Mansores, Gião, Guisande e Sandim, que no contexto deste padroado fazem bastante sentido.

No Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria a celebração do tempo quaresmal era particularmente importante. As religiosas começavam a preparar a quaresma logo a seguir à epifania e a partir do domingo de Ramos na vida claustral vivia-se o silêncio, na igreja as flores e os cânticos eram substituídos por panos roxos. Todos os anos havia despesa com a preparação da cerimónia do lava-pés e com o Enterro do Senhor, feito na quinta-feira Santa, possivelmente numa capela dedicada ao Santo Sepulcro que existiria próxima da igreja conventual. Mas para além das cerimónias internas, o mosteiro, estrategicamente posicionado numa zona central da cidade do Porto, participava ativamente nas solenidades religiosas da cidade. Um dos passos da Paixão de Cristo estava colocado, junto à casa dos capelões, no mosteiro de S. Bento da Avé-Maria. A procissão dos Fogaréus, seguindo os sete Passos, passava pela Misericórdia, Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria, Mosteiro de Stª Clara, Sé, Colégio de S. Lourenço e Convento de S. Domingos. As religiosas pagavam a um grupo de soldados para fazerem

guarda ao sepulcro do Senhor, armado para o efeito dentro da igreja conventual. A igreja engalanava-se a abria-se ao exterior, embora as religiosas só assistissem por trás das grades.¹²³⁷

10.2. Mosteiro de S. Martinho de Cucujães

Sobre o Mosteiro de S. Martinho de Cucujães, já existe um trabalho de mestrado que se dedica exclusivamente ao estudo artístico desta unidade monástica beneditina¹²³⁸, pelo que nos compete unicamente acrescentar os poucos elementos que surgiram nesta investigação e analisar a igreja conventual e paroquial no contexto da Comarca Eclesiástica da Feira.

O Mosteiro de S. Martinho de Cucujães terá sido fundado antes de 1139 por Egas Odóriz. Do período medieval desta unidade monástica ainda se sabe muito pouco, mas depois do concílio de Trento adere, em março de 1588, à Congregação de S. Bento de Portugal e nessa sequência para além da reforma religiosa procede-se igualmente à reforma arquitetónica e artística do mosteiro.¹²³⁹

Numa fase inicial tratou-se essencialmente da renovação estética, manutenção, ampliação e consolidação do espaço arquitetónico. No triénio de 1650-1653 foi reformada a fachada revocando-a e acrescentando-lhe um nicho com a imagem de S. Bento. No triénio de 1659-1662 estando a capela-mor bastante arruinada procedeu-se à sua reconstrução, concluindo a obra no triénio de 1665-1668. Ainda no triénio de 1665-1668 foi feita a manutenção do telhado e das paredes da igreja, colocado novo soalho junto ao arco cruzeiro e escavados dois novos arcos para a colocação dos retábulos colaterais. No triénio de 1710-1713 o pé direito da nave é subido em seis palmos e a cobertura refeita.¹²⁴⁰

¹²³⁷ PINHO, Isabel Maria Ribeiro Tavares de – *O Mosteiro de São Bento da Avé Maria do Porto, 1518/1899. Uma arquitectura no século XVIII*. Vol. I. Porto: Faculdade de Letras, 2000. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 66-71.

¹²³⁸ DIAS, Eva Sofia Trindade – *Memórias do antigo Mosteiro do Couto de Cucujães na Época Moderna: Artistas e Obras (Século XVII a XIX)*. Porto: Faculdade de Letras, 2010. Dissertação de Mestrado em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Sobre este mosteiro existem ainda os seguintes trabalhos: AREDE, João Domingues – *Cucujães*. Porto: Empresa Gráfica A Universal, 1914. – AREDE, João Domingues – *Cucujães e mosteiro com seu couto nos tempos medievais e modernos*. Famalicão: Tipografia Minerva, 1922. – AREDE, João Domingues – *Museu Arqueológico e Etnológico de Cucujães. Breve Notícia Histórica da Freguesia e Vila do Couto de Cucujães e Catálogo do seu Museu*. Cucujães: Escola Tipográfica do Seminário das Missões, 1935. – OLIVEIRA, Miguel de – *O Mosteiro de Cucujães e o seu fundador. Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Oficinas Gráficas de Coimbra. Vol. VIII, nº29 (1942), p. 12-15. – SANTOS, Valter – *Cucujães – Antigo e Moderno*. Cucujães: Escola Tipográfica das Missões, 1983. – SILVA, Joaquim Candeias da – *S. Martinho de Cucujães. De Mosteiro Beneditino a Seminário das Missões (Século XII a XX) – Subsídios históricos*. Cucujães: Escola Tipográfica das Missões, 2005.

¹²³⁹ DIAS, Eva Sofia Trindade – *Memórias do antigo Mosteiro do Couto de Cucujães na Época Moderna: Artistas e Obras (Século XVII a XIX)*..., p. 67-73.

¹²⁴⁰ DIAS, Eva Sofia Trindade – *Memórias do antigo Mosteiro do Couto de Cucujães na Época Moderna: Artistas e Obras (Século XVII a XIX)*..., p. 73-75, 107-108.

A partir da segunda metade do século XVIII inicia-se o processo de ornamentação do templo. No triénio de 1737-1740 é dourado o retábulo da sacristia, em estilo nacional. A 28 de agosto de 1756 celebra-se o contrato de obrigação da conclusão do retábulo-mor, com o mestre entalhador José Teixeira Guimarães (Porto), por ter falecido o mestre entalhador Manuel da Costa Andrade (Porto). Manuel da Costa Andrade, seguindo um risco que lhe tinha sido dado pelos religiosos de Cucujães, tinha em 1756 quase toda a obra feita, mas com a sua morte sucede-lhe José Teixeira Guimarães, que seguiria o mesmo risco. Este retábulo, no triénio de 1792-1795, verá grande parte da sua talha e tribuna serem substituídas para ficarem *ao gosto moderno*, obra da autoria de Fr. José de Santo António Ferreira Vilaça. No triénio de 1783-1786 foram feitos os dois retábulos colaterais, segundo o risco de Fr. José de Santo António Ferreira Vilaça, dourados no triénio de 1792-1795. No triénio de 1792-1795 é feita a sanefa do arco cruzeiro por Fr. José Vilaça, e a fachada principal é reedificada, debaixo do risco de Fr. José de Santo António Ferreira Vilaça, com cinco vãos de iluminação, dois nichos com as esculturas de S. Martinho e S. Bento, e as armas da congregação, que até aí se encontravam no arco cruzeiro, a serem colocadas no tímpano do frontão que coroa o frontispício. No triénio de 1795-1798 é dourada a sanefa do arco cruzeiro.¹²⁴¹



270. Fachada da igreja de S. Martinho de Cucujães

Durante o século XIX as obras foram essencialmente de manutenção da obra artística e arquitetónica. Em finais do século XIX ou inícios do século XX foram executados os

¹²⁴¹ DIAS, Eva Sofia Trindade – *Memórias do antigo Mosteiro do Couto de Cucujães na Época Moderna: Artistas e Obras (Século XVII a XIX)*..., p. 75-109.

retábulos laterais dedicados a N. Sr^a da Soledade e N. Sr^a do Rosário, obras de linguagem eclética, originalmente a branco e ouro, hoje com marmoreados de tonalidade castanha a imitar os retábulos colaterais, intervenção feita há poucos anos, sem registo no Arquivo Episcopal do Porto.



271. Interior da igreja de S. Martinho de Cucujães, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Cucujães)

Em 1751 e 1758 a igreja encontrava-se em sítio ermo, de nave única composta por três retábulos: o retábulo-mor e os retábulos colaterais de Cristo Crucificado, N. Sr^a do Rosário.¹²⁴² Como já indicámos, atualmente a imagem de N. Sr^a do Rosário encontra-se num retábulo lateral, tendo sido substituída no retábulo original por uma imagem do Sagrado Coração de Jesus, invocação que adquiriu especial devoção no século XIX.

Em 1769 o visitador diz que “*a Igreja hé a mesma do Convento, e tem suficiente capela mor, e só 2 altares colaterias ordinarios, em um dos quais está o sacrario, e pia baptismal na m^{ma}*”.¹²⁴³ Este documento revela-nos uma igreja conventual comum a tantas outras igrejas paroquiais. Os retábulos colaterais existentes foram substituídos pelos atuais no triénio de 1783-1786. O retábulo-mor feito na sua maioria por Manuel da Costa Andrade e concluído

¹²⁴² CARDOSO, P. Luiz – *Diccionario Geografico....* Tomo II..., 1751, p. 769. – CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 336.

¹²⁴³ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 47.

por José Teixeira Guimarães por volta de 1756 não é sequer mencionado pelo visitador e o sacrário estava num dos retábulos colaterais. Esta omissão deve estar ligada ao facto do visitador considerar a capela-mor satisfatória, sem elementos que sobressaíssem nem pela negativa nem pela positiva.

O retábulo-mor foi intervencionado por Fr. José de Santo António Ferreira Vilaça no triénio de 1792-1795. Segundo os estados do triénio 1792-1795, estudados por Eva Dias,¹²⁴⁴ foram feitas as seguintes obras, relativas à capela-mor e retábulo:

1. Fez-se nova tribuna e os degraus dela foram feitos de *diversa forma* para servirem de lugar de acondicionamento das alfaias religiosas que estavam na sacristia.
2. Na parede traseira da capela-mor foi colocado um vão para ventilação do espaço, certamente para garantir condições mais adequadas para as novas funções que esta zona da capela-mor iria receber, a arrumação das alfaias religiosas.
3. No camarim da tribuna abriram-se duas portas novas para acesso ao novo trono.
4. Todo o retábulo foi reformado sendo-lhe retirada grande parte da talha para a adaptar *ao gosto moderno* e os nichos que hoje albergam as imagens de S. Martinho e S. Bento, também foram obra desse tempo.
5. A banqueta do retábulo-mor foi consideravelmente alterada retirando-lhe todos os elementos decorativos existentes e substituindo-os por decoração *ao gosto moderno*.
6. As quatro sanefas da capela-mor foram concertadas.
7. Procedeu-se à pintura e douramento de todo o retábulo-mor, tribuna, credência, castiçais e sanefas.

Em situação alguma há referência ao mau estado do retábulo, pelo que estes elementos documentais revelam uma simples vontade de atualização estética, inserida num conjunto que se queria harmonioso, contando esse intento com a participação de Fr. José de Santo António Ferreira Vilaça – fachada, retábulos colaterais e renovação do retábulo-mor.

Esta situação é praticamente impensável numa simples igreja paroquial, que depende da boa vontade da freguesia e do seu padroeiro para a realização de qualquer obra.

Eva Dias questiona o facto de artistas de grande notoriedade trabalharem num dos mais modestos mosteiros da congregação beneditina, sendo que algumas obras necessitaram de

¹²⁴⁴ DIAS, Eva Sofia Trindade – *Memórias do antigo Mosteiro do Couto de Cucujães na Época Moderna: Artistas e Obras (Século XVII a XIX)*..., p. 97.

apoio régio (solicitado em capítulo geral de 1758) para a sua realização, por impossibilidade dos religiosos cucujanenses garantirem o valor total das obras.¹²⁴⁵

No que respeita à igreja conventual e paroquial de Cucujães, como diz Nogueira Gonçalves, “*Não é grande. Ficou no tamanho médio dos templos paroquiais da região, e conservou o tipo corrente dos mesmos da época (...)*”.¹²⁴⁶

Dentro da Comarca Eclesiástica da Feira, só existiam três unidades monásticas com igreja conventual a servir igualmente de paroquial, o Mosteiro de S. Salvador de Grijó, o Mosteiro do Espírito Santo da Feira e S. Martinho de Cucujães. Se compararmos as três igrejas em termos de extensão, de construção arquitetónica e artística, a igreja de Cucujães efetivamente de tão pequena e despretensiosa só pode ser comparada ao nível das igrejas paroquiais da região e em relação a estas destaca-se sobretudo pelo frontispício, que de forma mais clara evidencia a unidade monástica, através de um projeto de grande qualidade arquitetónica, sóbrio, mas erudito.

Não nos podemos esquecer que os religiosos de Cucujães eram Senhores do Couto de Cucujães, entre outras propriedades, nomeadamente o padroado de algumas capelas. Deste domínio auferiam determinados rendimentos e pertencendo à congregação beneditina viam garantidos alguns privilégios, como, por exemplo, o mais fácil acesso ao apoio régio para obras na igreja. Já verificámos algumas situações relacionadas com as Comendas da Ordem de Cristo em que também foi necessário apoio régio para custear obras em igrejas, obviamente que o facto de pertencerem à Ordem de Cristo garantia-lhes esses benefícios.

A igreja de Cucujães, pertencendo a uma unidade monástica tinha a obrigação de se evidenciar como tal, e sendo um templo de dimensões comuns, da ordem beneditina e detentor de um domínio próprio, não se destacando pela magnitude da sua igreja, mais facilmente poderia garantir a execução de boas obras e respetivamente o trabalho de bons artistas, como Fr. José de Santo António Ferreira Vilaça que era monge da mesma Ordem.

Obras essas que ainda a 25 de outubro de 1864, eram motivo de grande louvor por parte do visitador: “*a egreja é um magestoso templo que pela sua construção e solidez bem mostra que foi uma das cazas religiosas, tendo ainda hoje a devida decência e aceio (...)*”.¹²⁴⁷

Sobre o retábulo em estilo nacional feito para a sacristia da igreja, hoje colocado no batistério, Eva Dias supõe ter sido transferido “*(...) entre a segunda metade do século XIX ou*

¹²⁴⁵ DIAS, Eva Sofia Trindade – *Memórias do antigo Mosteiro do Couto de Cucujães na Época Moderna: Artistas e Obras (Século XVII a XIX)*..., p. 89-90.

¹²⁴⁶ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte*..., 1981, p. 134.

¹²⁴⁷ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 74v.

a primeira metade do século XX”,¹²⁴⁸ porém, Nogueira Gonçalves ao descrever a sacristia diz o seguinte: “a sacristia, de tamanho médio, simples, com um arco de cantaria no topo, onde esteve o pequeno altar tradicional destes lugares, deslocado hoje para o baptistério”.¹²⁴⁹

A deslocação seria relativamente recente, aquando da visita de Nogueira Gonçalves (década de 1970) dado que por volta de 1954 no inquérito promovido por D. Domingos de Pinho Brandão, o pároco de Cucujães, P. Mário Ferreira, ao falar da existência nesta igreja do Museu Regional de Cucujães¹²⁵⁰, fala do retábulo e de várias peças que seriam parte do espólio do museu, exceccionalmente colocadas no dito retábulo para realizar a fotografia que viria a ser anexada ao inquérito:

Na sacristia da igreja, embutido na parte sul da parede interior, está um altar lindíssimo. Nele foram colocadas para este efeito, a fim de não multiplicar fotos, várias imagens antigas e de valor: Sagrado Coração de Maria, Sagrado Coração de Jesus. Estas de tamanho grande, sendo a primeira maior.

*Há outras duas mais pequenas, muito mais antigas que a grande do Coração de Jesus, uma também do sagrado Coração de Jesus, outra de Nossa Senhora das Mercês. As jarras que se veem ao lado, são também de época antiga.*¹²⁵¹



272. Retábulo na sacristia da igreja de Cucujães, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Cucujães.)



273. Estado atual do arco onde se inseria o retábulo, sacristia da igreja de S. Martinho de Cucujães



274. Antigo retábulo da sacristia, hoje colocado no baptistério da igreja de Cucujães

¹²⁴⁸ DIAS, Eva Sofia Trindade – *Memórias do antigo Mosteiro do Couto de Cucujães na Época Moderna: Artistas e Obras (Século XVII a XIX)*..., p. 109.

¹²⁴⁹ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte*..., 1981, p. 135.

¹²⁵⁰ Inaugurado a 4 de agosto de 1935 e organizado pelo P. João Domingues Arede. (FERNANDES, Álvaro – O Museu Regional de Cucujães e a acção do Reverendo João Domingues Arede. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Tip. Da Coimbra Editora. Vol. I, nº 4 (1935), p. 309-314.

¹²⁵¹ AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Cucujães.

10.3. Mosteiro de Paço de Sousa

Na comarca da Feira o Mosteiro de Paço de Sousa, era padroeiro da antiga **igreja de S. Pedro de Ossela**, no lugar do Choupal. Este edifício ainda existe e será uma reconstrução do século XVII, com janelas e porta travessa de seteira, portal principal de verga reta com friso e cornija e três cruzeiros na parede do lado direito feitas em azulejo padrão do século XVII. Em meados do século XVIII foi-lhe acrescentada a torre sineira e o frontispício foi renovado, com um óculo quadrilobado ao nível do coro-alto e pináculos e cruz a rematarem a empena, repetidos na zona do arco cruzeiro e capela-mor. A sanefa do arco cruzeiro e os três retábulos, mor e colaterais são obra de finais do século XVIII, da transição do rococó para o neoclassicismo.

No seu interior, junto ao retábulo colateral do lado da Epístola existe uma inscrição que faz referência à reedificação, em 1624, da sepultura do cavaleiro João Lourenço Buel que havia instituído uma capela nesta igreja na era de 1410: “JOÃO Lcº BUEL CAVALEIRO / I[N]STITUIO CAPELA NESTA / IGREJA ONDE TINHA SEU MVIMENTO LEVANTA/DO NA ERA DE 1410 COM DOIS CAPELAES E POR NÃO / BASTAREM OS BENS QUE DELE FICARÃO SE DI/ZEM SOMENTE 220 MISAS SAINDO COM AGOA / BENTA SOBRE SUA SEPULTURA QUE SE REEDIFICOU / NO ANNO DE 1624. HE DA COROA E HE ADMINISTRA/DOR EM VIDA POR CARTA DE MIGUEL BRANDÃO / FIDALGO DA CAZA DO DITO SENHOR. 1629”.¹²⁵² Será que esta reedificação da sepultura esteve enquadrada no programa de obras de reconstrução do edifício?



275. Antiga igreja de S. Pedro de Ossela



276. Inscrição colocada na nave da antiga igreja de S. Pedro de Ossela

¹²⁵² É interessante notar que sensivelmente um século depois da instituição desta capela na igreja, a Capela de N. Srª da Graça, desta freguesia de Ossela, foi mandada fazer por João Carvalho, Cavaleiro da Ordem de Cristo, como comprova a inscrição no frontispício da capela: “À CUSTA DO SEU / DINHEIRO MAN/DOU FAZER ES/TA OBRA JOAM / DE CARVALHO D/A ORDEM DE CRIS/TO CAVALEIRO NO / ANNO DE 1739”.

Em 1758 a igreja de nave única tinha três retábulos, o retábulo-mor e os colaterais dedicados a N. Senhora e à Stª Cruz.¹²⁵³

Esta igreja recebeu várias obras de manutenção desde 1879 à atualidade,¹²⁵⁴ de todas destacam-se as de 1973 em que entre as obras de manutenção de paredes foi retirado o púlpito e a sua escadaria por ameaçar ruir. Entre 2007 e 2008 recebeu obras de beneficiação, nas quais o coro-alto foi substituído por uma estrutura de metal e madeira.¹²⁵⁵



277. Interior da antiga igreja de S. Pedro de Ossela, hoje capela de S. Sebastião

Em 21 fevereiro de 1872 o pároco, P. Francisco Joaquim Nogueira, presidente da Junta da Paróquia, em reunião, sugeriu a mudança da igreja paroquial da freguesia para o sítio da capela de Santo António, pelo mau estado em que se encontrava e pela localização da antiga igreja ser pouco oportuna para a freguesia. Em 1881 o Eng. António Ferreira de Araújo e Silva, de Oliveira de Azeméis, apresentou o projeto e orçamento da nova igreja. Em 1882 Manuel Luís da Silva, de Oliveira de Azeméis, arrematou a obra. A bênção da primeira pedra deu-se a 20 de junho de 1882.¹²⁵⁶

Segundo dupla inscrição posta no interior da nave do edifício, do lado da Epístola, esta igreja foi “COMEÇADA EM 1882 / POR ADMINISTRAÇÃO / DA JUNTA DE PARO/CHIA COM UM DONA/TIVO DE 2.500\$000 / DO / GOVERNO” e “CONCLUÍDA EM 1909 / A EXPENSAS DO EX^{MO} SRº JOSÉ BENTO PEREIRA, / NATURAL D’ESTA / FREGUEZIA E REDIDEN/TE NA CIDADE DO / PORTO”.

¹²⁵³ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 321.

¹²⁵⁴ GOMES, António Jesus – *No Centenário da Igreja Paroquial de Ossela – Oliveira de Azeméis*. [s.l]: Edição de autor, 2009, p. 128-135.

¹²⁵⁵ GOMES, António Jesus – *No Centenário da Igreja Paroquial de Ossela...*, p. 133-135.

¹²⁵⁶ GOMES, António Jesus – *No Centenário da Igreja Paroquial de Ossela...*, p. 9-12.

Este assunto é sumariamente abordado nas seguintes obras: RIBEIRO, Tavares – *Ossela. Estudos monográficos*. Oliveira de Azeméis: Caima Press-Edições, 2003, p. 77-78. – FERNANDES, M. António – *São Pedro de Ossela. No Centenário da sua Nova Igreja – Memorandum*. Ossela: Fábrica da Igreja de São Pedro de Ossela, 2009, p. 31-33.



278. Atual igreja de S. Pedro de Ossela vista a partir da capela-mor, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Ossela – resposta dada a 17 de dezembro de 1954)



279. Atual igreja de S. Pedro de Ossela

Foi inaugurada a 19 de março de 1909, a 29 de junho desse ano foi transferido o Santíssimo Sacramento da igreja antiga para a nova e o pároco definiu que a antiga igreja passaria a designar-se de capela de S. Sebastião¹²⁵⁷, mas ainda hoje lhe chamam *igreja velha*.

A 17 de dezembro de 1954 o pároco informa que a igreja “(...) *internamente foi arranjada há seis anos, está regular. Externamente tem péssimo aspecto – Precisa reforma grande: limpeza de esquadria cal nova etc.*”¹²⁵⁸

Em 1956 a igreja estava a precisar urgentemente de obras de manutenção, o estuque existente na capela-mor estava a cair, era necessário substituir as portas que se encontravam bastante danificadas e apodrecidas, e as paredes estavam em muito mau estado. Com o apoio do departamento de engenharia da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, o pároco, P. Manuel Pinheiro de Castro, solicita à Diocese do Porto colaboração para solicitar apoio financeiro ao Governo, por não ter a paróquia verba para estas obras e serem de grande necessidade.¹²⁵⁹

A 10 de janeiro de 1966 o pároco, P. Carlos Silva Ribeiro, solicitou à diocese do Porto autorização para a remodelação do presbitério e construção do altar *versus populum*, segundo projeto do Arq. F. Abrunhosa de Brito (Porto). Apesar da autorização só ter sido dada a 6 de março, no dia 22 de fevereiro de 1966, D. Domingos de Pinho Brandão desloca-se à igreja e no relatório que faz dessa visita diz que a remodelação do presbitério estava concluída, faltando unicamente o altar *versus populum* para a celebração.¹²⁶⁰

¹²⁵⁷ GOMES, António Jesus – *No Centenário da Igreja Paroquial de Ossela...*, p. 17-22.

¹²⁵⁸ AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Ossela – resposta dada a 17 de dezembro de 1954.

¹²⁵⁹ AEP – *Proc.* 72.

¹²⁶⁰ AEP – *Proc.* 73.



11. PADROADOS DA CONGREGAÇÃO DOS CÓNEGOS
SECULARES DE S. JOÃO EVANGELISTA

11.1. Convento do Espírito Santo

O Convento do Espírito Santo, em Santa Maria da Feira, foi fundado oficialmente em 1560 por vontade de D. Diogo Forjaz Pereira, 4º conde da Feira.¹²⁶¹ Desde cedo a casa da Feira, começando por D. Diogo, preocupou-se em atribuir à futura unidade monástica rendas suficientes para garantir a sustentação dos seus religiosos e do projeto de construção do edifício. Para esse efeito trataram de unir ao mosteiro as igrejas de S. Nicolau da Feira e a sua anexa S. Mamede de Travanca (aprovado por bula de 3 de julho de 1550),¹²⁶² e ainda a igreja de S. Cristóvão de Nogueira da Regedoura (aprovado por bula de 26 de novembro de 1560),¹²⁶³ que formariam o seu padroado. Como estas rendas não seriam suficientes para garantir os elevados custos com a obra arquitetónica e artística, os condes da Feira das igrejas do seu padroado selecionaram três que passariam a dar uma pensão anual ao Convento do Espírito Santo:

447

1. A igreja de S. Salvador de Carregosa passou a dar a terceira parte dos seus frutos durante vinte anos, com aprovação através da bula de 25 de setembro de 1579;
2. A igreja de Stª Maria de Arrifana passou a dar cem cruzados de pensão, durante trinta anos, sendo aprovado através da bula de 12 de fevereiro de 1619;
3. A igreja de S. Salvador de Roge passou a dar ao convento cem cruzados, durante quinze anos, sendo esta a sentença registada na bula de 3 de julho de 1636. A casa da Feira tinha solicitado esta pensão por trinta anos, o papa reduziu para metade.¹²⁶⁴

Portanto os condes continuavam a assegurar o padroado destas igrejas, mas ficavam diminuídos nos rendimentos que auferiam delas, para garantir melhores condições financeiras ao Convento do Espírito Santo.

¹²⁶¹ Em 1549 D. Diogo pede à Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista que façam um convento com os seus religiosos na vila da Feira. Em 1560 foi lançada a primeira pedra para a construção. (FERREIRA, Vaz – Convento da Feira, pelo Padre Jorge de São Paulo. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Oficinas Gráficas de Coimbra. Vol. XVI, nº 64 (1950), p. 266-268)

¹²⁶² FERREIRA, Vaz – Convento da Feira, pelo Padre Jorge de São Paulo. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Oficinas Gráficas de Coimbra. Vol. XVI, nº 63 (1950), p. 194-195.

¹²⁶³ FERREIRA, Vaz – Convento da Feira, pelo Padre Jorge de São Paulo. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Oficinas Gráficas de Coimbra. Vol. XVI, nº 64 (1950), p. 248-249.

¹²⁶⁴ FERREIRA, Vaz – Convento da Feira, pelo Padre Jorge de São Paulo. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Oficinas Gráficas de Coimbra. Vol. XVI, nº 64 (1950), p. 249-255.

Em 1566 os Cónegos Seculares de S. João Evangelista (Lóios) tinham, em Santa Maria da Feira, um edifício conventual com igreja, que nesse mesmo ano passou a ter Santíssimo Sacramento. Tratava-se de uma reedificação da primitiva ermida do Espírito Santo.¹²⁶⁵

Ainda no decorrer no ano de 1566 a freguesia da Feira, tratou de garantir a mudança da sua velha igreja de S. Nicolau para a igreja do Convento do Espírito Santo, que passaria a ser sede da paróquia de S. Nicolau de Santa Maria da Feira.¹²⁶⁶ O contrato entre a freguesia e os religiosos realizou-se no dia 17 de dezembro de 1566, estando presente o reitor do convento, P. João de Santa Maria, e os eleitos pela freguesia, Diogo Tavares e Amador Nunes.¹²⁶⁷

No Arquivo Episcopal do Porto encontra-se o traslado deste documento, feito a 22 de janeiro de 1707, por solicitação do juiz da igreja, Manuel da Silva, e do procurador dos eleitos, Francisco da Costa, por estar o documento original “(...) *algum tanto danefiquado por andar por muytas vezes apresentada em juízo* (...)”.¹²⁶⁸

448

Antes do contrato feito a 17 de dezembro de 1566, esta situação foi aprovada no capítulo geral da Congregação realizado em Lisboa, no dia 5 de julho de 1566, “(...) *na qual foram testemunhas João Fernandes morador nas Caldas e Diogo Gonçalves morador no termo de Lamego e João Gonçalves familiar na Caza de João Jorge* (...)”. Após a aprovação da congregação já se podia realizar o contrato entre os religiosos e os fregueses, porém por iniciativa dos eleitos dos fregueses, “(...) *pera o dito contrato aver efeito forão juntos na dita Igreja de São Nicollao publicamente a mayor parte dos ditos freguezes assy homens como molheres diante de todos elles fora feito relação do cazo, forão contentes de se firmar este contrato* (...)”, sendo escrito pelo tabelião Aires Coelho, da vila da Feira, o respetivo auto. Só depois deste auto se procedeu à escritura de contrato a 17 de dezembro de 1566, “(...) *pera ao d[i]ante não [h]aver duvidas entre o dito mosteiro e os freguezes* (...)”.¹²⁶⁹

Neste documento ficam definidas todas as obrigações das duas partes para que se proceda à mudança de sede de paróquia. Os religiosos estavam obrigados a todos os gastos com a manutenção ou construção da igreja, os fregueses completamente isentos e ainda tinham direito a sepultura gratuita:

¹²⁶⁵ NOGUEIRA, Paulo Roberto tavares – *Convento do Espírito Santo da Feira. Fundação e Desenvolvimento entre os Séculos XVI-XVIII*. Vol. I. Porto: Faculdade de Letras, 2007. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 53-54. – TAVARES, Pedro Vilas Boas – *Os Lóios em Terras de Santa Maria – do Convento da feira à realidade nacional da congregação*. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 2009, p. 82.

¹²⁶⁶ TAVARES, Pedro Vilas Boas – *Os Lóios em Terras de Santa Maria...*, p. 83

¹²⁶⁷ FERREIRA, Vaz – Convento da Feira, pelo Padre Jorge de São Paulo. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Oficinas Gráficas de Coimbra. Vol. XVI, nº 64 (1950), p. 266-268.

¹²⁶⁸ AEP – *Escritura de contrato pertencente ao juís da Igr^a desta freg^a de S. Nicolau da Villa da Fr^a com os Religiosos do Convento da mesma villa*, 17 de dezembro de 1566, liv. 152, fl. 46v.

¹²⁶⁹ AEP – *Escritura de contrato pertencente ao juís da Igr^a desta freg^a de S. Nicolau da Villa da Fr^a com os Religiosos do Convento da mesma villa*, 17 de dezembro de 1566, liv. 152, fl. 46v-47.

(...) a saber que o dito mosteiro Padres da religião he obrigação o reparar a dita Igreja de todo o necessario que conforme lhe fosse mandado por vezitação cada anno sem os freguezes mais pagassem nem gastassem couza alguma antes fiquem por isentos athe o fim do mundo de todo o gasto necessario e de quaesquer outros encargos obrigações de vezitações, ora fossem ordinários, ora retro ordinários, ora de alguma calidade cera (sic) de outra por rezão que haja de lhe em algum tempo a dita Igreja fazer de novo, ora de reparar erguer sendo caída por qualquer uma que succeder assim mais assentarão que por quanto a dita Igreja de São Nicolau mudara pera o dito citio do Espírito Santo que toda a mudança no que se gastasse no fazer da dita Igreja Nova fosse a custa do dito mosteiro ordem e não delles freguezes que ora sam radiante fosse com tal entendimento que esta freguezia na Igreja Velha tinha Cova sua a the[m] na tambem no dito mosteiro novo sem pagar por ella couza alguma he mais que da feitura desta escriptura por diante os ditos freguezes não pagarão mais couza alguma pera o reparo da dita Igreja Nova nem na Velha nem os outros gastos de vezitações posto que a dita Igreja Velha estivesse muyto tempo sem se mudar e tudo carregasse sobre os religiosos por qualquer via que fosse (...).¹²⁷⁰

Os fregueses obrigavam-se “(...) a dar ao dito mosteiro e Igreja Nova e Religiam sessenta mil réis em dinheiro pagos em três annos (...), para ajudar a custear o forro e cobertura da igreja nova que estava a ser feita,¹²⁷¹ e comprometiam-se a entregar ao mosteiro o que lhes pertencia na igreja velha, exceto se estivesse afeto a alguma confraria:

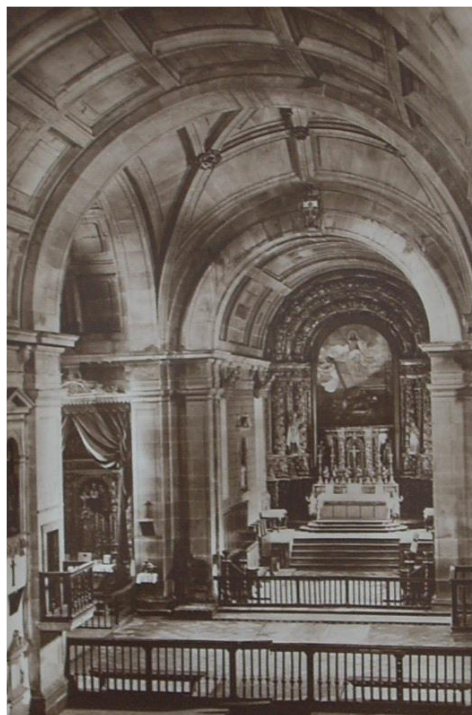
(...) todo o ouro, prata, ornamentos e signos, pedra, madeira e telha que ora tem a dita Igreja Velha de São Nicolau, assim e da maneira que pertence aos ditos freguezes pera se mudar ao dito mosteiro novo salvo porem o que pertencer às confrarias que ora estão instituídas na dita Igreja ou se adem inte instituírem no dito mosteiro pellos freguezes, fiquem as ditas confrarias elles freguezes uzarão dellas com athe qui uzarão a costume de se usar na mesma Igreja Velha (...).¹²⁷²

¹²⁷⁰ AEP – Escriitura de contrato pertencente ao juis da Igr^a desta freg^a de S. Nicolau da Villa da Fr^a com os Religiosos do Convento da mesma villa, 17 de dezembro de 1566, liv. 152, fl. 47-47v.

¹²⁷¹ AEP – Escriitura de contrato pertencente ao juis da Igr^a desta freg^a de S. Nicolau da Villa da Fr^a com os Religiosos do Convento da mesma villa, 17 de dezembro de 1566, liv. 152, fl. 48.

¹²⁷² AEP – Escriitura de contrato pertencente ao juis da Igr^a desta freg^a de S. Nicolau da Villa da Fr^a com os Religiosos do Convento da mesma villa, 17 de dezembro de 1566, liv. 152, p. 48-48v.

A 27 de dezembro de 1566 procedeu-se solenemente à mudança do Santíssimo Sacramento para a nova igreja paroquial. Posteriormente a congregação sentia-se lesada com o contrato celebrado com a freguesia acabou por revoga-lo.



281. Interior da igreja do Convento do Espírito Santo, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Feira)

Sobre o Convento do Espírito Santo da Feira existem dois excelentes trabalhos,¹²⁷³ sendo um deles uma dissertação de mestrado em História da Arte, que se dedica pormenorizadamente à análise de cada espaço deste complexo monástico, pelo que a nossa abordagem será muito reduzida e incidirá exclusivamente sobre a igreja, nosso objeto de estudo.

A reedificação da antiga ermida do Espírito Santo, iniciou-se com o lançamento da primeira pedra a 6 de maio de 1560 e já se encontrar pronta a habitar em 1566,¹²⁷⁴ mas era necessária uma obra de maior monumentalidade. No ano de 1580 o conde D. Diogo contratou a obra de pedraria para a capela-mor com o mestre Jerónimo Luís, mas com a morte de D. Diogo a obra praticamente não avançou, sendo lançada a primeira pedra para a sua construção trinta e oito anos depois, a 6 de abril de 1618. Por essa altura já os religiosos tinham o arco

¹²⁷³ NOGUEIRA, Paulo Roberto tavares – *Convento do Espírito Santo da Feira*. Fundação e Desenvolvimento entre os Séculos XVI-XVIII. 2 vols. Porto: Faculdade de Letras, 2007. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. – TAVARES, Pedro Vilas Boas – *Os Lóios em Terras de Santa Maria – do Convento da feira à realidade nacional da congregação*. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 2009.

¹²⁷⁴ NOGUEIRA, Paulo Roberto tavares – *Convento do Espírito Santo da Feira...*, p. 52-53.

cruzeiro feito, mas dada a grandiosidade do projeto da capela-mor era necessário um arco cruzeiro compatível. Lançou-se a primeira pedra do novo arco cruzeiro a 30 de junho de 1625, sendo responsável pela obra o mestre Francisco Carvalho, do Porto, e por sua morte Valentim Carvalho, igualmente da cidade do Porto.¹²⁷⁵ A capela-mor foi concluída em 1632. A sacristia, dois dormitórios com nove celas, a *casa da prata*, a livraria e o cartório já estavam feitos em 1639. Nesse ano as obras no arco cruzeiro ainda continuavam,¹²⁷⁶ e apesar de se tratar de uma obra da responsabilidade dos religiosos, a Casa da Feira ajudou a custear.¹²⁷⁷ A construção começou pelas paredes do transepto deixando o arco cruzeiro para a parte final da construção, uma vez que exteriormente o transepto evidencia, nas empenas, duas cartelas com as datas de 1632, do lado sul, e 1633, do lado norte.



282. Igreja do Convento do Espírito Santo vista da capela-mor



283. Empena do transepto, lado sul



284. Empena do transepto, lado norte

Em 1693 o arco cruzeiro estava concluído, mas a desproporção da capela-mor e arco cruzeiro em relação à nave era tão evidente que as obras tinham de avançar para o corpo da igreja seguindo em conformidade com as obras mais recentes. Todavia, os religiosos não dispunham de meios financeiros para a sua realização e não contavam com o apoio dos fregueses, dado o contrato celebrado em 1566, por isso pediram auxílio à Câmara Municipal, que consentiu colocando uma contrapartida, os religiosos deste convento teriam de fundar uma Aula de latim para ensinarem qualquer pessoa, do termo da Feira, que estivesse interessado.

¹²⁷⁵ FERREIRA, Vaz – Convento da Feira, pelo Padre Jorge de São Paulo. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Oficinas Gráficas de Coimbra. Vol. XVI, nº 63 (1950), p. 197-200.

¹²⁷⁶ TAVARES, Pedro Vilas Boas – *Os Lóios em Terras de Santa Maria...*, p. 82-83.

¹²⁷⁷ FERREIRA, Vaz – Convento da Feira, pelo Padre Jorge de São Paulo. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Oficinas Gráficas de Coimbra. Vol. XVI, nº 63 (1950), p. 200.

A 20 de maio de 1680, em reunião de Assembleia Municipal, os religiosos comprometeram-se a manter sempre um mestre de latim disponível para ensinar qualquer pessoa, independentemente da sua condição social. Nesta sequência obtiveram a colaboração da Câmara Municipal e do poder régio, que lhes concedeu a taxa de um real por cada quartilho de vinho durante cinco anos.¹²⁷⁸

A reedificação do corpo da igreja foi entregue a 3 de outubro de 1692 ao construtor Domingos Moreira (morador em Moreira, Maia – construtor do aqueduto do Mosteiro de St^a Clara de Vila do Conde) e iniciada em 1693. Em 1705 estavam concluídos o coro-alto e o batistério, mas na fachada ainda só existia a torre norte.¹²⁷⁹ A torre sul foi concluída em 1743, juntamente com a portaria da zona conventual.¹²⁸⁰



285. Convento do Espírito Santo da Feira (AMSMF – O convento dos Loios, Foto Paul, déc. de 1930)

Com a conclusão das obras de arquitetura inicia-se o processo de ornamentação.

A 3 de novembro de 1702 celebra-se o contrato de escritura e obrigação para a realização dos quatro retábulos do corpo da igreja, inseridos nas capelas intercomunicantes. A encomenda, naturalmente, parte dos religiosos da Feira e o mestre entalhador escolhido foi Domingos Nunes, do Porto. a obra teria de estar concluída até ao último dia de março de 1704.¹²⁸¹

¹²⁷⁸ SILVA, Francisco Ribeiro da – Os Frades Lóios, a Câmara Municipal e o Ensino. *Villa da Feira. Terra de Santa Maria*. Ano I, nº 2 (2002), p. 58-59.

¹²⁷⁹ TAVARES, Pedro Vilas Boas – *Os Lóios em Terras de Santa Maria...*, p. 99-101.

¹²⁸⁰ NOGUEIRA, Paulo Roberto tavares – *Convento do Espírito Santo da Feira...*, p. 217.

¹²⁸¹ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. II..., p. 142-148. NOGUEIRA, Paulo Roberto tavares – *Convento do Espírito Santo da Feira...*, p. 178-182, 200-201.

A igreja em planta de cruz latina, com transepto bem marcado, é composta por nove retábulos. Na capela-mor o retábulo correspondente, no transepto dois colaterais e dois laterais, e na nave, inseridos em capelas intercomunicantes, os quatro retábulos laterais documentados. D. Domingos de Pinho Brandão, aponta as enormes semelhanças estruturais e decorativas entre estes nove retábulos e coloca a hipótese de poderem ser todos da mesma autoria, Domingos Nunes.¹²⁸² Paulo Nogueira corrobora esta análise e efetivamente trata-se de nove retábulos estilo nacional de talhe análogo, embora o retábulo-mor seja mais expressivo na divisão que faz dos arcos concêntricos.



286. Retábulo da capela atualmente dedicada a N. Srª de Lurdes



287. Retábulo lateral do transepto, lado da Epístola



288. Retábulo-mor

Como vimos as obras de reedificação foram demoradas e com alguns problemas relacionados com o financiamento da obra, mas uma vez concluídas as obras de arquitetura e talha, pelo menos de 1726 a 1813, no livro de visitas que se encontra no Arquivo Episcopal do Porto, não há qualquer referência à necessidade de obras na igreja, mas trata-se de um documento interessante no que respeita ao comportamento dos religiosos e dos seus fregueses.¹²⁸³

Em 1769 o visitador ao deslocar-se à igreja de S. Nicolau da Feira, diz o seguinte: “a Igreja da freg.^a hé a mesma do Conv.^{to} dos Loyos, boa, e com frontespicio, e escadas á entrada dela, e do Conv.^{to}. O Sacrario da freg.^a está em um dos Altares Colaterais com aseio”.¹²⁸⁴ A 5

¹²⁸² BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. II..., p. 142.

¹²⁸³ AEP – *Livro das visitas da Igrª de Sam Nicolau da Vª da Feira*, liv. 341, 1726-1813.

¹²⁸⁴ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 56.

de novembro de 1864 permanecia com a mesma solidez: “a igreja é optima e está decente – tem nove altares (...)”.¹²⁸⁵

Relativamente à zona conventual, com a extinção das Ordens Religiosas a Câmara Municipal usou-a para servir de tribunal e conservatórias. Em 1878 o primeiro piso, do lado sul, foi adaptado para aí funcionar o Teatro D. Fernando II.¹²⁸⁶ Atualmente encontra-se, na zona conventual, o Museu Municipal de Santa Maria da Feira.

A atual **igreja de S. Cristóvão de Nogueira da Regedoura** é resultado de uma reconstrução feita entre 1923 e 1929. Apesar da referência no portal principal aos anos de 1924-1925, segundo Nogueira Gonçalves, a obra foi principiada em março de 1923, por estar a igreja anterior tão arruinada que não pode ser reparada.¹²⁸⁷ Em 1924 a construção ia muito adiantada,¹²⁸⁸ sendo concluída em 1929. Na fachada destacam-se alguns revivalismos medievais, sobretudo no que diz respeito ao portal principal.

Em 1947 deu entrada na Paço Episcopal do Porto um projeto da autoria do Eng. António Alla, de Nogueira da Regedoura, que pretendia:

1. Demolir a torre sineira, por ser *deselegante e pobre*, aproveitando os cunhais e a parte superior, mas transformando-a de forma mais condizente com o restante edifício. Apesar da pretensão de demolição total da torre sineira verifica-se que foi simplesmente acrescentada em altura, toda a restante estrutura inferior manteve-se.
2. Retirar as linhas que marcavam a fachada superiormente dando maior visibilidade ao portal e janela do coro-alto.
3. Colocar lambril de azulejos na capela-mor, nave e batistério; e revocar e pintar as paredes externas.¹²⁸⁹

O interior é obra da mesma época. Em 1964 a fachada foi revestida a azulejo, conforme marca nos azulejos figurativos.

¹²⁸⁵ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 78v.

¹²⁸⁶ NOGUEIRA, Paulo Roberto tavares – *Convento do Espírito Santo da Feira...*, p. 128.

¹²⁸⁷ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 96.

¹²⁸⁸ SILVA, Armando de Sousa e; SILVA, Alberto de Oliveira e – ‘S. Xpistofori de Nucaria da Rugidoira’. *Nogueira da Regedoura. A Terra e a Gente. Breve incursão monográfica*. Santa Maria da Feira: Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura, 2004, p. 230.

¹²⁸⁹ AEP – *Proc.* 8.



289. Fachada da igreja de Nogueira da Regedoura, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Nogueira da Regedoura)



290. Fachada da igreja de S. Cristóvão de Nogueira da Regedoura, atualmente

Da antiga igreja só sabemos que em 1758 era de nave única com três retábulos: retábulo-mor com o Santíssimo Sacramento e as imagens de S. Cristóvão, St^a Ana, St^o António e St^a Maria Madalena; retábulo colateral do lado do Evangelho com as imagens de N. Sr^a do Rosário, Espírito Santo e S. José; retábulo colateral do lado da Epístola com as imagens de Cristo Crucificado, S. Sebastião, Menino Deus e St^a Quitéria.¹²⁹⁰

Em 1769 o visitador diz que “a Igreja hé pequena, com 3 altares suficientes; e a capela mor, e sachristia com m.^{ta} falta de Ornamentos, e campanario com sineta”.¹²⁹¹ A 12 de novembro de 1864, a igreja mantinha-se “(...) pequena, com tres altares (...)”.¹²⁹² Em 1923 inicia-se o processo de reedificação da atual igreja.

A atual **igreja de S. Mamede de Travanca** é o resultado de diversas campanhas de obras do século XX.

Sobre a igreja anterior sabemos que em 1758 era de nave única e tinha três retábulos: retábulo-mor com Santíssimo Sacramento e as imagens de S. Mamede (Evangelho) e S. Gonçalo (Epistola); retábulo colateral do lado do Evangelho com as imagens de N. Sr^a do Amparo e S. Sebastião, no registo superior; retábulo colateral do lado da Epistola com as imagens de St^a Maria Madalena e St^o António. No frontispício do arco cruzeiro uma imagem de Cristo Crucificado.¹²⁹³

¹²⁹⁰ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 391.

¹²⁹¹ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 111.

¹²⁹² AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 82v.

¹²⁹³ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 409.

Em 1769 o visitador descreve-a da seguinte forma: “A Igreja hé pequena com 3 altares, capela mor, e sachristia, tudo m.^{to} ordinário, e campanário com sineta”.¹²⁹⁴

A 4 de novembro de 1864 o visitador diz que “a igreja é pequena e está sufficientemente reparada: tem tres altares (...)”.¹²⁹⁵ Segundo esta descrição a igreja continuava a ser pequena mas teria sido sujeita a obras de manutenção recentes. Presumivelmente seguindo essa necessidade de melhoramento da igreja, em finais do século XIX a capela-mor terá sido reedificada, segundo Nogueira Gonçalves, com o qual corrobora a existência, na segunda metade do século XX, de um retábulo oitocentista de cariz eclético na capela-mor.¹²⁹⁶



291. Interior da igreja de S. Martinho de Travanca, déc. 1970 (GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, CXXXVI)



292. Interior da Igreja de S. Mamede de Travanca

Segundo inscrição existente no exterior do edifício a igreja foi ampliada entre 1953 e 1954, destas obras resultou a reedificação do corpo do edifício e a construção da torre sineira. A escadaria de acesso à torre foi feita “EM / 1953” conforme inscrição.

¹²⁹⁴ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 60.

¹²⁹⁵ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 79.

¹²⁹⁶ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 113.



293. Fachada da igreja de S. Mamede de Travanca



294. Inscrição na escada de acesso à torre sineira da igreja de Travanca

Na sequência desta construção, entre 1954 e 1956 foi oferecida, por Luciana de Oliveira Nunes Correia Marques, a “*talha nova, restauração da antiga, douramento e dois lustres*”.¹²⁹⁷ A talha antiga corresponde sobretudo aos retábulos colaterais da transição do maneirismo para o estilo nacional, com uma estrutura dividida em três registos horizontais, com decoração vegetalista entre alguns enrolamentos de figuração geométrica, mas também colunas com pássaros, parras e cachos de uva. Igualmente da mesma época é alguma talha do frontispício do arco cruzeiro, sobretudo a sanefa e o nicho que recebe Cristo Crucificado. A talha nova corresponde aos elementos laterais que se fizeram de novo para preencher toda a parede do arco cruzeiro e alguns que se colocaram entre fragmentos de ornamentação antiga.

Na década de 1970 foram postos na capela-mor um altar *versus populum* e um ambão.¹²⁹⁸ Não sabemos ao certo em que ano terá estado Nogueira Gonçalves, pela última vez, em Travanca, mas deve ter sido algures no decorrer da década de 1970, antes da colocação do altar e do ambão. Depois dessa visita, provavelmente na década de 1980 a capela-mor foi novamente reconstruída e ampliada, sendo demolidas as suas ilhargas e acrescentados dois corpos laterais destinados a uma parte da assembleia. O retábulo-mor oitocentista foi substituído por uma estrutura nova, igualmente em talha dourada.

Em 2001 foi submetido um projeto de recuperação e ampliação da igreja, da autoria do Arq. Nelson Resende, que pretende manter a fachada e o arco cruzeiro, todas as restantes paredes serão demolidas para criar um espaço mais funcional e capaz de acolher todos os fieis.¹²⁹⁹ Neste momento a igreja está a ser alvo de escavações arqueológicas pela empresa

¹²⁹⁷ Segundo inscrição colocada ao lado do Evangelho junto ao arco cruzeiro.

¹²⁹⁸ AEP – Proc. 273.

¹²⁹⁹ AEP – Proc. 914.

AFA, devidamente coordenada pela Direcção Regional de Cultura, para a seguir se proceder à obra de recuperação e ampliação.

Neste padroado é visível que as igrejas foram completamente alteradas no século XX. No caso de Nogueira da Regedoura chegou a 1923 em estado de ruína e Travanca, desde finais do século XIX até à segunda metade do século XX, revela uma estrutura arquitetónica *ordinária*, como o próprio visitador em 1769 a designa. Estas duas igrejas foram integradas no padroado do Convento do Espírito Santo da Feira, para lhe garantirem alguns rendimentos que pudessem ser usados nas obras do novo convento e para sustento da comunidade religiosa. Parece que continuaram a ser isso mesmo, uma fonte de rendimento. Não temos qualquer indicação do bom zelo do padroeiro em relação às igrejas do seu padroado e não chegaram à atualidade quase nenhuns vestígios do que terão sido na época Moderna.

11.2. Mosteiro de St^a Cruz de Lamego

458

O Mosteiro de S. Jorge de Recião, beneditino desde a fundação, foi entrando em declínio até 1435, ano em que já só o habitavam duas “religiosas”. Nenhuma delas tinha professado nem conhecia a existência de qualquer regra monástica. D. João Vicente, bispo de Lamego tendo conhecimento deste facto solicitou à Santa Sé que unisse este mosteiro à Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista e obtendo autorização transformou, o agora **Convento de S. Jorge de Recião**, em casa masculina. D. Lourenço Mourão Homem, morgado de Vila de Rei, com a sua quinta e domínio às portas da cidade de Lamego, propôs doar a quinta de Vilar de Rei para a construção de um novo convento de Cónegos Seculares de S. João Evangelista. A sugestão foi aceite e, vencidos todos os trâmites necessários, a 14 de setembro de 1596 lançou-se a primeira pedra e no dia 25 de maio de 1632 procedeu-se à inauguração do **Convento de St^a Cruz de Vila de Rei**, para onde se mudaram os religiosos de Recião.¹³⁰⁰

¹³⁰⁰ AZEVEDO, D. Joaquim de – *Historia Ecclesiastica da Cidade e Bispado de Lamego*. Porto: Typographia do Jornal do Porto, 1878, p. 291-294, 303.

LARANJO, F. J. Cordeiro – *Cidade de Lamego. Igreja do Convento de Santa Cruz de Lamego*. Viseu: Câmara Municipal de Lamego, 1992, p. 11-18.



295. Convento de Stª Cruz de Vila de Rei, Lamego (atualmente quartel militar)

Com esta mudança todas as igrejas do padroado de Recião transitaram para o Convento de Stª Cruz. Foi o caso da igreja de Stª Maria de Fiães, a única que lhes pertencia na comarca da Feira, e da qual recebiam os dízimos e ainda algumas rendas de casais que tinham nessa freguesia. Porém, as memórias paroquiais desta freguesia sugerem tenuamente uma relação algo distante entre o convento e o curato de Fiães: “*O parocho hé cura que apresenta o convento de Santa Cruz de Lamego, pelos anos que lhes paresse*”.¹³⁰¹

Apesar de tudo em 1769, “*A Igreja hé suficiente, com capela mor, e duas sacristias, uma da obrig.^{am} dos Padres; outra das confrarias*”,¹³⁰² o que revela que a igreja estava suficientemente cuidada e estavam muito bem definidas as obrigações de cada um em relação a cada setor do templo: das duas sacristias uma era da responsabilidade do convento, porque seria a sacristia da igreja, e outra das confrarias do Santo Nome de Jesus e do Rosário¹³⁰³, por estar afeta ao serviço destas confrarias.

A antiga **igreja de Stª Maria de Fiães** em 1880 foi demolida, por ameaçar ruína. Os retábulos colaterais foram vendidos e dos restantes materiais muitos deles foram reutilizados na construção do novo templo. De 1881 a 1884 a capela de N. Srª da Conceição serviu de paroquial, enquanto se tratava da construção da nova igreja de Fiães. A 16 de dezembro de 1875 a Junta da Paróquia decidiu por a obra em arrematação.¹³⁰⁴

Não temos até ao momento informação de quem arrematou a obra, sabemos unicamente que foi iniciada em maio de 1880 e em fevereiro de 1884 foi sagrada e aberta ao culto.¹³⁰⁵

¹³⁰¹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 374.

¹³⁰² AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 15.

¹³⁰³ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 374.

¹³⁰⁴ SÁ, P. Manuel F. de – *Santa Maria de Fiães da Terra da Feira. Subsídios para a sua história*. Porto: Tip. da Casa Nun'Alvares, 1940, p. 146.

¹³⁰⁵ SÁ, P. Manuel F. de – *Santa Maria de Fiães da Terra da Feira. Subsídios para a sua história*. Porto: Tip. da Casa Nun'Alvares, 1940, p. 146-148.

Em 2001 a paróquia submeteu à diocese do Porto um projeto para renovação do edifício. O projeto da autoria do Arq. José Rui Coelho da Silva, trata essencialmente garantir uma melhor articulação entre o presbitério, a sacristia e a assembleia. Foi aprovado em 2002.¹³⁰⁶



296. Igreja de Stª Maria de Fiães, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Fiães)

Sobre a igreja antiga, em 1758 era um edifício de nave única com três retábulos: retábulo-mor com Santíssimo Sacramento e as imagens de N. Srª da Assunção (Evangelho) e de Stº Amaro (Epistola), neste retábulo estava instituída a *antiquíssima* Confraria do Santíssimo Sacramento; retábulo colateral do lado do Evangelho com as imagens de N. Srª do rosário, Stª Ana e Stº António; retábulo colateral do lado da Epistola com a muito venerada imagem de Santo Cristo, e as imagens de S. Sebastião e Menino Jesus.¹³⁰⁷

Em 1769 para além do que já aqui foi dito, sobre ser uma igreja suficiente para a freguesia, com capela-mor e duas sacristias, mais uma vez somos informados de que existiam três retábulos, e um campanário com dois sinos.¹³⁰⁸

A 11 de outubro de 1864 o visitador descreve-a como uma igreja grande e decente,¹³⁰⁹ porém em 1880 é demolida e substituída por uma igreja num local mais central em relação à freguesia daquele tempo e de maiores dimensões.

¹³⁰⁶ AEP – *Proc.* 898.

¹³⁰⁷ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 374.

¹³⁰⁸ AP – *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 15.

¹³⁰⁹ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Illº Rº Abadde de Stª Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 67v.



12. PADROADOS DA ORDEM DOS FRADES MENORES

12.1. Mosteiro de Santa Clara

A igreja de S. Salvador de Vilar de Andorinho será uma construção de inícios do século XVIII, com janelas de seteira no corpo do edifício, incluindo na fachada, um portal de verga reta encimado por um frontão curvo interrompido, com cruz latina a sair do tímpano, e pináculos e cruz latina a rematar os vértices e cume da empena. A torre sineira está ligeiramente recuada em relação à fachada e ainda não existia em 1769. Mais uma vez encontramos o frontão interrompido de que falámos mais pormenorizadamente relativamente à igreja de S. Miguel de Oliveira de Azeméis.



298. Fachada da igreja de Vilar de Andorinho

Em 1744 as religiosas de St^a Clara procederam ao pagamento das obras que haviam sido feitas na igreja de Vilar do Paraíso, correspondentes à manutenção do telhado e pintura das paredes da capela-mor.¹³¹⁰

Em 1758 a igreja, de nave única, tinha três retábulos: retábulo-mor com o Santíssimo Sacramento e as imagens de Cristo Crucificado, Santos Reis e St^a Clara; retábulos da nave dedicados a N. Sr^a do Rosário e a N. Sr^a da Conceição, tendo este último as imagens de St^a Ana, St^o António, S. Caetano e St^a Luzia.¹³¹¹

¹³¹⁰ COSTA, Francisco Barbosa da; COSTA, Paulo Jorge Sousa da – *São Salvador de Vilar de Andorinho. Notas monográficas*. Porto: Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho, 2013, p. 489.

¹³¹¹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 789.

É de destacar a existência da imagem de St^a Clara no retábulo-mor, por ser a padroeira do Mosteiro de St^a Clara e relativamente os retábulos do corpo não somos informados se são colaterais ou laterais, mas regra geral seriam colaterais. Os atuais retábulos do corpo da igreja são laterais, inseridos em arco pétreo que parece ser obra do século XX. Os retábulos são obra de finais do século XIX ou inícios do século XX, com um forte pendor neoclássico, mas alguns apontamentos de ecléticos.

Por volta de 1767 o visitador manda que se proceda à *reparação* da capela-mor. A obra de pedraria seria de “(...) *acrescento e altura e da armação, para o que se tem feito apontamentos* (...)”, portanto, tratava-se de uma ampliação da capela-mor. Quanto à talha era necessário novo retábulo-mor. A 27 de julho de 1767 a abadessa do Mosteiro de St^a Clara, D. Maria Ângela, e demais religiosas, celebraram um contrato de obrigação com o reitor da igreja de S. Salvador de Vilar de Andorinho, P. António Aranha Leão. Por as religiosas “(...) *não poderem assistir à factura da dita obra, se obrigavam por esta escritura a dar e satisfazer ao dito reverendo reitor Antonio Aranha Leão a quantia de duzentos mil reis por huma ves somente, pagos pelos rendimentos da renda da dizimaria da dita freguesia* (...)”. O reitor ficava obrigado a mandar fazer as obras de pedraria e talha, incluindo o douramento do retábulo, “(...) *tudo bem feito, acabado e seguro, no que entrão as portas e ferragens, tanto das portas como das frestas* (...)”. O trono do retábulo era exceção, “(...) *pois o importante delle pertence à freguezia que tem obrigação de o mandar fazer, como hé estilo nas mais igrejas* (...)”.¹³¹²

O retábulo-mor, rococó, é uma interessante peça, certamente feita segundo um bom desenho e executado por um bom mestre entalhador, porém, não temos conhecimento dos autores da obra.

¹³¹² BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. IV..., p. 259-262.



299. Interior da igreja de S. Salvador de Vilar de Andorinho



300. Pormenor do retábulo-mor da igreja de Vilar de Andorinho

Em 1769 a capela-mor e o retábulo já estavam feitos e o corpo da igreja também deveria ter tido obras de manutenção, pelo que é descrito pelo visitador: “*A Igreja hé bast.^e reformada da primo tempo, com boa capela mor feita ao mesmo tempo, e acrescentada, e sachristia pequena. Os altares são 3, ordinários, e campanário com sineta*”.¹³¹³

Desde 1775 a 1831 estão documentadas várias despesas com paramentaria e alfaías religiosas custeadas pelo Mosteiro de St^a Clara e entregues a esta igreja. Destacam-se especialmente os anos de 1783 e 1828, por ter sido reparada a residência paroquial nesses anos, sendo uma obrigação do padroeiro, com já vimos.¹³¹⁴ Pelas referências documentais as obras de manutenção da capela-mor e sacristia não terão sido muitas, mas no que respeita ao provimento dos objetos necessários ao culto divino as religiosas de St^a Clara foram bastante zelosas.

A 29 de setembro de 1864 “*tudo estava em bom estado, excepto o pavimento da igreja e da sacristia*”.¹³¹⁵

A 30 de novembro de 1884 a Junta da Paróquia procede ao auto de arrematação das obras de pintor e trolha da igreja e adro de Vilar de Andorinho. A obra é arrematada por Francisco Rodrigues, de Vilar de Andorinho, por 53\$700, comprometendo-se a ter a obra terminada até dia 31 de janeiro de 1885.¹³¹⁶

¹³¹³ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 12.

¹³¹⁴ COSTA, Francisco Barbosa da; COSTA, Paulo Jorge Sousa da – *São Salvador de Vilar de Andorinho...*, p. 489-491.

¹³¹⁵ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 64.

¹³¹⁶ COSTA, Francisco Barbosa da; COSTA, Paulo Jorge Sousa da – *São Salvador de Vilar de Andorinho...*, p. 491.

A abertura dos dois arcos de volta perfeita na parede do arco cruzeiro não está documentada, mas será obra de meados do século XX.

Em 2004 foram feitas obras de manutenção da igreja, segundo projeto do responsabilidade do Arq. Joaquim Coimbra (Vila Nova de Gaia).¹³¹⁷

A antiga **igreja de S. Jorge** localizava-se ao sul da atual, em terrenos que mais tarde viriam a pertencer à residência paroquial. A atual começou a ser construída em 1732 e ficou concluída em 1735, ano em que foi benzida e lhe foi colocado solenemente o Santíssimo Sacramento, no primeiro domingo de julho.¹³¹⁸

No processo entregue, em 2000, no Paço Episcopal do Porto para autorização das obras de reparação da igreja, foi anexado um excelente levantamento documental feito através da documentação existente na paróquia, pelo pároco de S. Jorge, P. António Teixeira Machado.¹³¹⁹ É através dele que iremos perceber grande parte da dinâmica construtiva desta igreja.

Em 1732 foi arrematada e feita a obra de pedraria, segundo um risco feito nesse ano. Em 1733 foram iniciadas as obras de carpintaria, segundo um risco vindo do Porto. Em 1734 a cobertura recebeu telha. Em 1735 vieram da igreja antiga os bancos, a pia batismal, uma guarda do púlpito, a sanefa do arco cruzeiro, a tribuna do retábulo-mor, sacrário e alguns *altares* que foram adaptados à nova estrutura arquitetónica. Em janeiro de 1736 foi concluído o púlpito do lado sul.¹³²⁰ Estas informações foram retiradas do livro de contas da Confraria do Santíssimo Sacramento, portanto, são relativas à obra a cargo da freguesia.

Esta freguesia foi chamada a participar dos custos da obra, através de um contrato feito entre o pároco e os fregueses em que cada um contribuiria com uma verba anual para o novo edifício, segundo a visita de 7 de maio de 1733.¹³²¹

Concluída em 1735, a igreja ficou de nave única, internamente com adaptações retabulares de má qualidade, dois púlpitos com escadas de acesso construídas na espessura das paredes e duas sacristias, uma para a igreja outra para as confrarias. Uma das sacristias tinha um passadiço que a ligava à residência paroquial. Externamente, com dois campanários e um nicho de grandes dimensões na fachada posterior, correspondente à capela-mor.¹³²² Esta informação é corroborada em 1758 e em 1769.

¹³¹⁷ AEP – Proc. 995.

¹³¹⁸ *Relatório do Movimento Religioso da Diocese do Porto. Ano de 1922-23*. Porto: Tip. Medico, 1924, p. 133.

¹³¹⁹ AEP – Proc. 842.

¹³²⁰ AEP – Proc. 842.

¹³²¹ AEP – Proc. 842.

¹³²² AEP – Proc. 842.



301. Pormenor da fachada posterior da igreja de S. Jorge (nicho)

Em 1758 a igreja é descrita de nave única, com cinco *altares* – mor, dois colaterais e dois laterais:

*(...) cinco altares, a saber, o altar mor no qual está o Santissimo Sacramento e da parte do Evangelho estão as imagens de São Jorge e São Lourenço e da Epistola a de São Jozé. Os colleterais estão dous da parte do Evangelho e dous da parte da Epistola no corpo da igreja. No primeiro da parte do Evangelho está huma imagem grande de Nosso Senhor Jezus Christo Crucificado, no segundo da mesma parte a imagem de Santo António e da parte da Epistola no primeiro está a imagem de Nossa Senhora da Graça e a de Santa Anna e no segundo ou ultimo está a imagem do mártir São Sebastião.*¹³²³

Em 1769 ficamos a saber algo bastante interessante, dos cinco altares só dois tinham retábulo, os outros três na zona do corpo do retábulo tinham unicamente pintura:

A Igreja hé boa, e nova, com capela mor, e duas sachristias á proporsão. Tem 5 Altares: mas com uma leve pintura no maior, e em 3 dos colaterais, em lugar de

¹³²³ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 406.

*retabulo. Tem 2 campanarios com um só sino. As cazas da rezidencia são boas, e com bons cómodos; e delas se vai p^a uma das sachristias por um passadiço.*¹³²⁴

Como já referimos em 2000 foi apresentado um projeto para a realização de obras de manutenção e beneficiação da igreja, da autoria do Arq. Pedro Castro e Silva,¹³²⁵ concluídas em 2005, sendo a inauguração no dia 23 de abril desse ano. Nessa intervenção foram retirados os quatro retábulos laterais, obras do século XX, e as pinturas referidas pelo visitador, em 1769, foram descobertas por trás dos dois retábulos laterais, colocados entre os retábulos colaterais e os púlpitos. Trata-se de pintura mural de arquitetura fingida, mais concretamente, com a representação de um nicho, ladeado por duas colunas coríntias, de fuste liso, curvadas no registo inferior, que sustentam um frontão curvo interrompido com enrolamentos nos topos. No tímpano uma cartela rematada por um concheado.

Se observarmos a composição pictórica em linhas gerais, existe uma certa proximidade com as linhas orientadoras do nicho de Vilar de Andorinho.



302. Igreja de S. Jorge, antes das últimas obras, 2000 (AEP – Proc. 842.)



303. Pintura mural de um dos arcos laterais da igreja de S. Jorge

O passadiço que ligava a residência paroquial a uma das sacristias foi retirado por ordem dada pelo visitador em 1794, que nessa mesma visita determinou que retirassem da capela-mor as tábuas velhas que compunham o retábulo e fizessem um retábulo-novo.¹³²⁶ Sobre a execução do retábulo, custeado pelas padroeiras, não temos qualquer informação, mas tal só aconteceu certamente nos primeiros anos do século XIX. A tribuna foi feita em 1806 e

¹³²⁴ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 16v.

¹³²⁵ AEP – Proc. 842.

¹³²⁶ AEP – Proc. 842.

pintada e dourada em 1813.¹³²⁷ Em 1885 a tribuna foi feita de novo.¹³²⁸ Em 1916 o retábulo foi todo raspado, pintado e dourado.¹³²⁹

De finais do século XVIII, da transição do movimentado rococó para a simplicidade decorativa do neoclassicismo, serão os dois retábulos colaterais.

A 12 de outubro de 1864 o visitador diz que é igreja “(...) *grande, está muito aceada* (...)”.¹³³⁰ Em 1884 são demolidos os campanários e é construída a torre sineira.¹³³¹



304. Igreja de S. Jorge, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – S. Jorge)



305. Interior da igreja de S. Jorge, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – S. Jorge)

A antiga **igreja de S. Silvestre de Duas Igrejas**, anexa à igreja de S. Jorge, erguia-se no lugar de Choupelo, na extinta freguesia de Duas Igrejas, e foi demolida em 1961.¹³³²

A nova igreja foi iniciada em setembro de 1958 e concluída em 1960, sendo benzida nesse ano, a 24 de setembro.¹³³³

¹³²⁷ AEP – *Proc.* 842.

¹³²⁸ *Relatório do Movimento Religioso da Diocese do Porto. Ano de 1922-23*. Porto: Tip. Medico, 1924, p. 133.

¹³²⁹ AEP – *Proc.* 842.

¹³³⁰ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 67v.

¹³³¹ AEP – *Proc.* 842.

¹³³² SÁ, P. Manuel Francisco de – *Monografia de Duas Igrejas do Termo da Feira*. 2^a ed. Porto: Oficina Gráfica «O Comércio do Porto», 1968, p. 107-108.

¹³³³ SÁ, P. Manuel Francisco de – *Monografia de Duas Igrejas...*, p. 111-112.

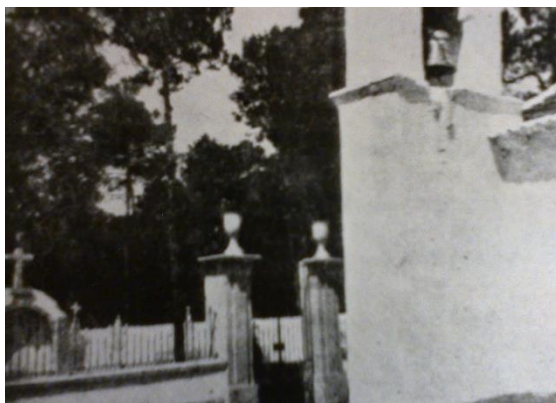


306. Fachada da atual igreja de S. Silvestre de Duas Igrejas

A antiga igreja de S. Silvestre de Duas Igrejas, em 1758, tinha três retábulos: o retábulo-mor com a imagem de S. Gonçalo do lado do Evangelho e S. Silvestre o trono; Retábulo colateral do lado do Evangelho dedicado a Cristo Crucificado; retábulo colateral do lado da Epistola com as imagens da Sr^a do Amparo e de St^a Barbara.¹³³⁴

Em 1769 o visitador descreve uma igreja de reduzidas dimensões, que para administração dos sacramentos aos enfermos precisava da colaboração das freguesias de Romariz ou Guisande: “a igreja hé munto pequena, e pobre; mas suficiente p.^a a freg.^a e limpa. Tem capéla mor, sachristia, e campanario com uma sineta. Não tem sacrario; e se administra o Sagrado Viactivo de Romaris, ou Guizande, com quem parte”.¹³³⁵

O P. Manuel Sá, que a viu ser demolida, descreve-a como igreja muito pequena, de pé direito baixo, com uma porta travessa, o arco cruzeiro pintado e três retábulos.¹³³⁶



307. Pormenor do campanário da antiga igreja de S. Silvestre de Duas Igrejas (SÁ, P. Manuel Francisco de – *Monografia de Duas Igrejas do Termo da Feira*. 2^a ed. Porto: Oficina Gráfica «O Comércio do Porto», 1968, p. 140)

¹³³⁴ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 365.

¹³³⁵ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 20v.

¹³³⁶ SÁ, P. Manuel Francisco de – *Monografia de Duas Igrejas...*, p. 107.

O Mosteiro de St^a Clara, fundado no Porto em 1416, no último quartel do século XVIII gastava anualmente 1.600.000 reis com ornamentos, obras, consertos e reedificações de igrejas, capelas, residências paroquiais e celeiros do seu padroado. Em 1796 as religiosas tinha reedificado recentemente os dormitórios da fundação do mosteiro, por ameaçarem ruína, e continuavam a ser necessárias bastantes obras na unidade monástica.¹³³⁷

As despesas avultadas que as religiosas tinham com as igrejas e capelas do seu padroado, conjugadas com as obras do mosteiro, em finais do século XVIII, poderá justificar a pronta resposta para o retábulo-mor da igreja de Vilar de Andorinho, contratado em 1767, e a tão demorada resposta para o caso de S. Jorge, que teve de esperar de 1794 até aos primeiros anos do século XIX para ter um novo retábulo-mor.

Quanto à igreja de S. Silvestre de Duas Igrejas, era anexa a S. Jorge, servia uma comunidade muito reduzida, para a qual a pequena igreja era suficiente e durante o século XVIII parece ter-se mantido em boas condições.

12.2. Convento da Madre Deus de Monchique

471

A **igreja de St^a Maria de Pindelo**, hoje denominada de *igreja velha*, será uma construção do século XVII, com janelas de seteira, portal principal e porta travessa de verga reta. Em 1792, como indica a inscrição na base da cruz latina que coroa a empena do frontispício, teve obras de grande monta que renovaram o edifício. A torre sineira, ligeiramente recuada em relação à fachada do corpo da igreja ainda não existia em 1769.

Em 1758 a igreja, de nave única, tinha três retábulos: retábulo-mor com Santíssimo Sacramento e as imagens de N. Sr^a da Assunção e S. José; os retábulos dedicados a N. Sr^a do Rosário e S. Lourenço.¹³³⁸

¹³³⁷ FERNANDES, Maria Eugénia Matos – *Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do séc. XVIII (1730-80)*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1992, p. 28, 31-33.

¹³³⁸ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 324.



308. Fachada da igreja de Stª Maria de Pindelo



309. Pormenor do arco cruzeiro da igreja de Stª Maria de Pindelo

O retábulo-mor foi substituído pelo atual, que é obra oitocentista com elementos ecléticos, influenciados pela decoração setecentista. Os outros dois retábulos que seriam colaterais, com colunas do estilo nacional, com parras de uvas e pássaros, foram encostados às paredes laterais da nave e completamente reestruturados aproveitando a talha antiga numa estrutura retabular nova. Originalmente deveriam fazer conjunto com o frontispício do arco cruzeiro, também ele de talha de finais do século XVII. A adaptação e ampliação deverá ter sido feito por altura da construção do retábulo-mor, porque a linguagem da talha acrescentada é idêntica.

Ainda no inquérito de 1758 é referido o facto da igreja estar muito degradada e necessitar urgentemente de ser reedificada. Como a freguesia não dispunha de meios materiais para fazer a obra solicitaram apoio régio, para obtenção de um real em cada quartilho de vinho vendido:

*(...) muito velha, incapaz de culto divino, e suposto se tem feito diligencia para se reedificar de novo por ficar assim determinado em os capítulos de Vezita, por ser muito pobre a freguezia, a fim de que o Soberano lhes faculte a graça de que corresse para a nova igreja hum real em cada coartilho de vinho, se admita o não alcançar este povo a piedade para a referida concessão, havendo tantos exemplos, antes se lhe denegou e está a igreja por instantes ameaçando ruina.*¹³³⁹

Em 1769 a situação mantinha-se e o visitador garante que o retábulo-mor é o pior de todas as igrejas visitadas na comarca da Feira até ao momento: “A Igreja hé pequena com 3

¹³³⁹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 324.

*altares m.^{to} pobres, e m.^{to} mais o da capela mor, q hé a peor de todas as sobreditas; sachristia e campanário com sineta”.*¹³⁴⁰

Em 1789 a igreja estava em grande ruína e o visitador obriga à sua reparação dentro de seis meses.¹³⁴¹ Em 1792 a obra já estaria feita, segundo a já referida inscrição, não se tratou de uma reedificação mas de uma remodelação, o edifício manteve a estrutura, deve ter sido completamente reparado e acrescentaram-se alguns elementos decorativos novos, como o óculo quadrilobado, os pináculos e as cruzes que rematam as empenas do edifício.

Setenta e dois anos depois desta remodelação 24 de outubro de 1864 o visitador diz que “a igreja é pequena e acha-se algum tanto indecente (...)”.¹³⁴² Deve ter sido depois desta visita que se procedeu à execução do retábulo-mor e transformação dos colaterais.

Já no século XX, certamente na segunda metade do século, depois do concílio de Vaticano II, foi-lhe retirado o púlpito e alterado o coro-alto.

Dadas as suas exíguas dimensões, em 1979 é feito um projeto para a construção da igreja nova de Pindelo, da autoria do Arq. J. Gomes Fernandes (Porto), que foi aprovado pela diocese do Porto a 12 de novembro de 1980.¹³⁴³

Em 1984 o edifício já estaria concluído, pela inscrição que refere os arranjos envolventes à igreja feitos nesse ano.



310. Atual igreja de Stª Maria de Pindelo

O Convento da Madre de Deus de Monchique, em Miragaia, foi fundado oficialmente em 1535. A 18 de julho de 1533 já se tratava do contrato de obra com Diogo de Castilho que

¹³⁴⁰ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 41.

¹³⁴¹ OLIVEIRA, Samuel de bastos – *Oliveira de Azeméis e freguesias entre os Rios Antuã e Ul na visitação de 1769. Com demografia das freguesias do séc. XVI ao séc. XX*. Oliveira de Azeméis: Proleite, 1992, p. 37.

¹³⁴² AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de Stª Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 73v.

¹³⁴³ AEP – *Proc. 250*. – AEP – *Proc. 256*.

faria o corpo do mosteiro e a igreja conventual, devendo estar concluída até 24 de julho de 1534.¹³⁴⁴ Em inícios do século XVII as religiosas viveriam com alguma dificuldade, dado que na visita de 14 de novembro de 1607, à igreja de Gulpilhares, o visitador pede ao pároco que recolha algumas esmolas para esta unidade monástica:

*E porquanto as religiosas do Mosteiro de Monchique da Cidade do Porto, padecerem necessidades per serem muitas e terem pouqua renda encomendamos ao Reverendo Abbade ou a seu Cura lhe mande tirar huas esmolas per hu seu fregues de boa consciência o qual aguardara e entregara no tempo da visitação a quem vier visitar pera se dar as ditas religiosas e sera esmola muito aceite a Deus Nosso Senhor.*¹³⁴⁵

Pelo menos até 1640, há registo desse pedido em quase todas as visitas realizadas à igreja de Gulpilhares, sendo referido que se tratava de uma imposição do bispo às suas igrejas.¹³⁴⁶

474

Com a extinção das ordens religiosas foi deixado ao abandono e progressivamente as ruínas apoderam-se dele, mas segundo diversas descrições teria uma igreja riquíssima, com retábulos feitos com grande perfeição, o que implicava o envolvimento de bons artistas,¹³⁴⁷ porém na igreja de Pindelo essa sumptuosidade não se nota de forma alguma, sendo referido o retábulo-mor, que era responsabilidade do padroeiro, como um dos piores da comarca. Poderá eventualmente estar este facto relacionado com incapacidade de financiamento das obras necessárias fora da unidade conventual.

¹³⁴⁴ Sobre este assunto é interessante notar que Diogo de Castilho terminando a obra deste convento em 1534, em 1536 já estava envolvido no processo que levaria à construção do Mosteiro de Stº Agostinho da Serra.

¹³⁴⁵ COSTA, Francisco Barbosa da; SOUSA, João de – *Visitações de Gulpilhares*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1986, p. 61-62.

¹³⁴⁶ COSTA, Francisco Barbosa da; SOUSA, João de – *Visitações de Gulpilhares...*, p. 61-105.

¹³⁴⁷ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - Elementos para a história do Convento da Madre de Deus de Monchique. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 1 (2002), p. 129-147.



13. PADROADOS DA ORDEM DOS PREGADORES

13.1. Mosteiro do Corpus Christi

A igreja de S. Salvador de Valadares passa a pertencer ao padroado do Mosteiro do Corpus Christi em 1543,¹³⁴⁸ mas dessa igreja nada restou. A atual igreja de S. Salvador de Valadares é uma construção de 1875, conforme indica a inscrição no portal principal.



312. Fachada da igreja de S. Salvador de Valadares

A antiga igreja em 1758 era de nave única com cinco retábulos e um nicho no frontispício do arco cruzeiro:

Tem cinco altares a igreja no altar mor tem três imagens, da parte do Evangelho o Senhor Salvador padroeiro da igreja, da parte da Epistola São Sebastião e na tribuna hua imagem do Christo Crucificado. No altar coleteral da parte Direita tem três imagens, o Menino Jesus, Nossa Senhora da Conceição, Sam José. No altar colleteral da parte Esquerda tem três imagens, Santa Luzia, São Brás e Santa Catharina. Em outro altar colleteral da parte Direita tem três imagens. Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Rozario e Santa Anna. Tem hum nicho no arco da igreja junto ao tecto e nelle hua imagem de Christo Crucificado. Tem mais da parte Direita hua capella e no altar della São Francisco e Santo Antonio. Todos

¹³⁴⁸ MEIRELLES, Maria Antónia; VALE, Maria Clara do Vale – *S. Salvador de Valadares – tradição e modernidade*. Valadares: Junta de Freguesia de Valadares, 1997, p. 43-44.

*estes altares estão dourados e decentemente ornados e as imagens estofadas decentes e perfeitas. Tem hua nave só.*¹³⁴⁹

Por esta altura, pela descrição a igreja estava bem conservada e ornamentada, e apesar de ter ficado com alguns problemas após o terramoto de 1755, tudo estava a ser convenientemente tratado: “*Com o Terramoto e mil e setecentos e cincoenta e cinco padeceo a igreja algua ruina e se cuida muito na reedificação della*”.¹³⁵⁰

Em 1769 a igreja era suficiente para a freguesia mas a sacristia não estava condizente e o visitador só conta quatro retábulos: “*A Igreja hé suficiente, com 4 altares limpos, capela mor, campanário com sineta, e sachristia; mas esta hé m.^{to} pequena, baixa; e incapas*”.¹³⁵¹

Com o aumento da população, a 21 de novembro de 1864 “*a egreja he pequena mt^o acanhada p^a a população mas está com a decência devida, tem quatro altares (...)*”.¹³⁵² Cerca de dez anos mais tarde, em 1873 são adquiridos os terrenos para a construção da nova igreja, a obra avançou e a sua inauguração e sagração foi a 4 de julho de 1875. A antiga igreja acabou por cair em ruína e ser substituída pela capela do Sr. da Paciência em 1882.¹³⁵³

Em 1969 a igreja de S. Salvador de Valadares teve manutenção do soalho e foi colocado o altar *versus populum*, segundo um projeto do Arq. Fontes Lopes, de Valadares com escritório no Porto.¹³⁵⁴

A 15 de maio de 1985 o pároco, P. António da Silva Ribeiro Peixoto, solicita ao Paço Episcopal do Porto autorização para proceder a obras na igreja de Valadares, seguindo um projeto do Arq. Fontes Lopes, com duas fases. A primeira fase correspondeu à demolição dos corpos anexos e sua reedificação adaptando-os aos serviços paroquiais necessários – gabinete do pároco, salas de catequese, salas de reuniões, etc. – garantindo a libertação de espaços como a sacristia que até aí acumulava diversas funções. A segunda fase do projeto tratou da manutenção e arranjo da cobertura, das paredes externas e internas da igreja.¹³⁵⁵

¹³⁴⁹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 783.

¹³⁵⁰ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 783.

¹³⁵¹ AP – *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 119v.

¹³⁵² AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega, 1824-1864*, liv. 088, fl. 86v.

¹³⁵³ MEIRELLES, Maria Antónia; VALE, Maria Clara do Vale – *S. Salvador de Valadares...*, p. 176-177.

¹³⁵⁴ AEP – *Proc.* 253.

¹³⁵⁵ AEP – *Proc.* 253.

O Convento do Corpus Christi tinha um padroado constituído por duas igrejas, Mesão Frio e Valadares,¹³⁵⁶ no que respeita a Valadares, pelo menos no século XVIII, os relatos são de uma igreja em que quer a capela-mor, das religiosas dominicanas, quer a nave da responsabilidade da freguesia se encontrava digna e capaz. Só a sacristia era demasiado pequena em 1769, sendo esta da responsabilidade das padroeiras.

¹³⁵⁶ MOTA, Fernando Manuel Campos de Sá – *Convento Corpus Christi de Gaia. Novos Usos do património*. Porto: Faculdade de Letras, 2016. Dissertação de Mestrado em História e Património apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016, p. 68.



14. ORDEM DE CISTER

14.1. Mosteiro de St^a Maria de Arouca

A igreja de St^a Maria de Vila Chã integrou o padroado do Mosteiro de Arouca em 1538, por “(...) *provisão do Snr Bispo de Coimbra D. George de Almd^a de 26 de Agosto* (...)”,¹³⁵⁷ e terá sido construída em inícios do século XVIII, da qual restam as janelas de seteira, o arco cruzeiro e a fachada do corpo da igreja. No século XX sofreu grandes alterações.



314. Fachada da igreja de St^a Maria de Vila Chã, atualmente

No livro de visitas desta freguesia, que se encontra no Arquivo Episcopal do Porto, os encargos que se devem ter com o templo ficam muito bem definidos. O corpo da igreja era da responsabilidade da freguesia, e como tal respondia por ele o juiz da igreja. A capela-mor das religiosas de Arouca, que deveriam ser advertidas do necessário pelo pároco.

A 28 de julho de 1721 o visitador determina que o juiz mande “(...) *fazer huã vidrasa p^a a janella do coro em termo de sinco mezes* (...)”.¹³⁵⁸ A 4 de fevereiro de 1726 o mesmo juiz deveria mandar “(...) *fazer humas grades p^a estar fichada a pia Baptismal* (...)”.¹³⁵⁹

A 18 de julho de 1734, o visitador depara-se com a necessidade de adquirir um paramento, que seria da responsabilidade das padroeiras, e de proceder ao douramento da tribuna e pintura do púlpito que era da responsabilidade da freguesia, pelo que delega no pároco a responsabilidade de garantir que quem de direito o faça: “*Achei haver neced^e de huma*

¹³⁵⁷ AEP – Villa Chã. *Capítulos. Visitas Pastorais*, 1719-1821, liv. 108, fl. 56v.

¹³⁵⁸ AEP – Villa Chã. *Capítulos. Visitas Pastorais*, 1719-1821, liv. 108, fl. 11.

¹³⁵⁹ AEP – Villa Chã. *Capítulos. Visitas Pastorais*, 1719-1821, liv. 108, fl. 14.

vestimenta branca de Damasco, e de necessitar tão bem a tribuna de ser dourada, e o púlpito de ser pintado e assim mando q o Rvº Parº em termo de seis mezes fasa fazer o referido (...)”.¹³⁶⁰

A 24 de agosto de 1736, o visitador acha que “(...) *a sanchristia e a cappella mor necessitavam de ser caiadas e assim recomendo ao Rdº Parocho as faça cair com a brevidade*”.¹³⁶¹ Estas obras eram da responsabilidade das religiosas de Arouca.

A 28 de julho de 1738 era a nave da igreja que “(...) *necessitava de ser caiada e solhada no pavimento ordem que huã e outra cousa se fassa com brev*”.¹³⁶² Como o soalho ainda não tinha sido reparado, a 2 de outubro de 1741 o visitador diz que “*o pavimento desta igrª esta totalmente feyo e mtº húmido pella terra com q está lastrado com as sepulturas mais altas q outras e he preciso que se mande solhar de madª; ainda q seja a lanços com diferentes tempos; o juiz da igrª e eleitos com a presidª do Rdº Parocho proceda a finta (...)*”.¹³⁶³

A 17 de agosto de 1747 volta a ser necessário intervir na capela-mor, porque a “(...) *fresta tão bem necessita de huã vidrasa ou de ser consertada a q nella se acha pouco capaz, reparando-se pela prª de fora com hua rede de arame bastantemtª forte*”¹³⁶⁴ e era ainda necessário acrescentar um degrau de pedra para melhor aceder ao altar:

Item de ser colocado na capella mor mais hum degrao de pedra mtº bem feito, cortando-se prª do supedanio do altar mor q como este he demaziadamente largo, pª o fim de q os sacerdotes qdº celebrarem possam subir pª o altar mor e descer deste com melhor comodidª.¹³⁶⁵

Para tal, diz o visitador, que “*o Rdº Parocho com o Mostº das religiosas de Arouca Padrº desta Igrª mande fazer tudo isto no termo de quatro mezes (...)*”.¹³⁶⁶

Na mesma visita é recomendada a construção de uma casa para a fábrica da igreja:

(...) precisa huã caza de fabrica contigua a quaqª das paredes dos lados do corpo desta Igrª, e com porta aberta pª ella, afim de se recolherem na mesma, e ahi decentemente e conservarem os cayxões, as charollaz, a tumba e tudo o mais q

¹³⁶⁰ AEP – Villa Chãa. Capítulos. Visitas Pastorais, 1719-1821, liv. 108, fl. 16-16v.

¹³⁶¹ AEP – Villa Chãa. Capítulos. Visitas Pastorais, 1719-1821, liv. 108, fl. 17v.

¹³⁶² AEP – Villa Chãa. Capítulos. Visitas Pastorais, 1719-1821, liv. 108, fl. 19.

¹³⁶³ AEP – Villa Chãa. Capítulos. Visitas Pastorais, 1719-1821, liv. 108, fl. 21v.

¹³⁶⁴ AEP – Villa Chãa. Capítulos. Visitas Pastorais, 1719-1821, liv. 108, fl. 24.

¹³⁶⁵ AEP – Villa Chãa. Capítulos. Visitas Pastorais, 1719-1821, liv. 108, fl. 23v.

¹³⁶⁶ AEP – Villa Chãa. Capítulos. Visitas Pastorais, 1719-1821, liv. 108, fl. 24v.

*achei no mº corpodesta Igrª, e com indecência grdª e ocupar, alem dos confessionários, e assentos communs dos homens (...)*¹³⁶⁷

Relativamente à nave da igreja, continuava a ser necessário consertar o soalho e os taburnos que deveriam ser “(...) *de madª separados e bem feitos, o pavimento desta Igrª, que na verdª se acha indecentíssimo pellos altos e bayxos q nelle há (...)*”. A responsabilidade desta obra era dos fregueses por quem respondia o juiz da igreja.¹³⁶⁸

Seguem-se diversos capítulos de advertências. As obras continuavam por fazer, relativamente ao corpo da igreja não há qualquer referência ao período em que se fizeram, mas a partir de 1759 a capela-mor é o centro das atenções em todas as visitas.

Segundo o inquérito de 1758 a igreja tinha quatro retábulos, o retábulo-mor e os retábulos de N. Srª do Rosário, S. Brás e Stº Cristo.¹³⁶⁹

A 24 de janeiro de 1759 o visitador diz que “*os lados do Altar da Capella mor de achão indecentes, e necessitão mº de se lagliarem com sua cornija de degraus pª a ptª da tribuna tudo de pedra de esquadria lavrada, e como esta obra pertence ao Rdº Prior mando q elle no trº de seis mezes a mande fazer (...)*”.¹³⁷⁰ A 9 de outubro de 1764, “*na cappella mor há necessidª de ser solhado o pavimento della e o supedâneo do altar, e a mesma necessidade de solho há tambem na sanchristia (...)*”.¹³⁷¹ Em 1768 das determinações passadas pouco estava feito e a 23 de agosto de 1791 as obras da capela-mor continuavam por fazer e o visitador ameaçava que, se o Mosteiro de Arouca não cumprisse, o valor da obra seria retirado dos dízimos que recebia da freguesia de Vila Chã:

(...) já mandados na vizita passada para o que o Rdº Parocho pella sua parte respectiva do que lhe toca dos dtºs dízimos empenhe o seo zello e faça requerimento ou avizo a Rdª Mª Abadeça do Mosteiro de Arouca de quem espero não haja falta para o culto divino para concorrer da sua respectiva parte, e quando o que se não espera olvide concorrer o mesmo Reverendo Parocho dê parte ao Juízo

¹³⁶⁷ AEP – Villa Chãa. Capítulos. Visitas Pastorais, 1719-1821, liv. 108, fl. 25v.

¹³⁶⁸ AEP – Villa Chãa. Capítulos. Visitas Pastorais, 1719-1821, liv. 108, fl. 26.

¹³⁶⁹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 452.

¹³⁷⁰ AEP – Villa Chãa. Capítulos. Visitas Pastorais, 1719-1821, liv. 108, fl. 38.

¹³⁷¹ AEP – Villa Chãa. Capítulos. Visitas Pastorais, 1719-1821, liv. 108, fl. 41v-42.

*Eclesiástico deste Bispado para se proceder a sequestro em tanta parte dos dízimos quanta baste p^a a sattijsação das referidas obras.*¹³⁷²

As religiosas, apesar da ameaça, não deram resposta ao pedido, consequentemente, em 1796 inicia-se um processo que se arrastará até 1821, em que definitivamente se ordena o sequestro dos dízimos.

A 13 de novembro de 1796, como a necessidade de obras na capela-mor e ornamentos na sacristia tinha “(...) *augmentado cada vez mais mando que o Rd^o Parocho em hum mez, com o treslado dos cap^{os} antecede^s requir (sic) ao Juizo Ecclesiastico hu sequestro dos dizimos (...)*”.¹³⁷³

A 31 de julho de 1804, o visitador reiterou a obrigação que as religiosas tinham perante esta igreja e revelou as necessidades prementes em que ela se encontrava:

1. No que respeitava à obrigação das religiosas de Arouca, “(...) *a capella mor desta Igr^a tem necessidade de huma Imagem nova de Nossa Sr^a Padroeira desta freg^a pella q se acha estar defeituosa na forma e sem braço direito (...) e os telhados da capella mor e sacristia precisão de ser reformados (...)*”.¹³⁷⁴
2. Quanto às obras da responsabilidade da freguesia, a que deveria dar resposta o juiz da igreja, diz o visitador:

*Achou-se mais q a Imagem da Sm^a Trindade de pedra q se acha colocada no Altar de N^a Sr^a por disforme e antiga he indecente e incapas de estar exposta a veneração publica e mando se tire p^a outro luar oculto; e q a vidraça da fresta da Igr^a estava quebrada e em necessid^e de ser composta e da mesma sorte a grade porta e almario do baptisterio (...).*¹³⁷⁵

Claramente o estado da igreja agrava-se cada vez mais, a freguesia deveria ir dando conta da sua parte porque as advertências são continuam exclusivamente direcionadas às padroeiras.

A 28 de julho de 1816, fez-se a última recomendação, registada neste livro:

¹³⁷² AEP – Villa Chã. *Capitulos. Visitas Pastorais*, 1719-1821, liv. 108, fl. 50v-51.

¹³⁷³ AEP – Villa Chã. *Capitulos. Visitas Pastorais*, 1719-1821, liv. 108, fl. 51v.

¹³⁷⁴ AEP – Villa Chã. *Capitulos. Visitas Pastorais*, 1719-1821, liv. 108, fl. 56.

¹³⁷⁵ AEP – Villa Chã. *Capitulos. Visitas Pastorais*, 1719-1821, liv. 108, fl. 56v.

*(...) ao reparo da capella mor, forro, tribuna e sacristia, q deve indispensavelmente [ser] consertada, forrada, abrindo-lhe huma janella; mas mtº especialmente qtº aos paramentos necessários pª as funções Eclezªs, e officios divinos: Será portanto obrigado [o] R. Parocho a notificar a Exªª Prelada, e mais religiosas do Mosteiro de Arouca Decimador desta Igreja, e como tal obrigado a estes reparos pª q se efetuem no tempo de tres mezes com a pena de sequestro nos dízimos (...).*¹³⁷⁶

As obras não se fizeram e a 8 de agosto de 1821 o visitador ordena que o pároco proceda ao “(...) *infallivel sequestro nos Dízimos* (...)”.¹³⁷⁷

Como o livro termina justamente com esta visita e em 1833 o direito de padroado se extingue, não sabemos exatamente qual foi o desfecho. No entanto o retábulo que se conserva na igreja é um reaproveitamento de partes de um retábulo de finais do século XII ou inícios do século XVIII, em estilo nacional, com arcos concêntricos na boca da tribuna, aves, parras e cachos de uva nos fustes espiralados das colunas. Possivelmente um reaproveitamento do retábulo-mor mandado fazer pelas religiosas de Arouca, depois da construção do edifício.

487



315. Interior da igreja de Stª Maria de Vila Chã



316. Retábulo-mor da igreja de Vila Chã

Os retábulos colaterais devem ter sido retirados já no século XX. Em meados do século XX revestiu-se a fachada com azulejos.¹³⁷⁸ Os dois registos azulejares dedicados a N. Srª das Candeias e S. Brás, da fábrica Nalda de Vale de Cambra, estão datados de 1954 e foram pintados por A. Peça.

¹³⁷⁶ AEP – *Villa Chã. Capítulos. Visitas Pastorais*, 1719-1821, liv. 108, fl. 63.

¹³⁷⁷ AEP – *Villa Chã. Capítulos. Visitas Pastorais*, 1719-1821, liv. 108, fl. 66v.

¹³⁷⁸ GONÇALVES, António Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona de Nordeste*. Vol. XI. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1991, p. 174.

Na segunda metade do século XX construiu-se a torre sineira do lado direito e os arcos que outrora comportaram os retábulos colaterais foram vazados, por essa altura deve ter sido retirado o púlpito.

Na década de 1980 foi construído o corpo anexo à igreja,¹³⁷⁹ afeto aos serviços paroquiais. Em 1997 foram retirados os azulejos industriais que revestia a fachada,¹³⁸⁰ mantendo unicamente os dois registos. Entre 2005 e 2006 a igreja sofreu obras de renovação do batistério e de restauro do retábulo-mor.¹³⁸¹



317. Fachada da igreja de Vila Chã, antes da construção da segunda torre (GONÇALVES, António Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona de Nordeste*. Vol. XI. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1991, Est. CCXLII)



318. Interior da igreja de Vila Chã em meados do século XX (GONÇALVES, António Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona de Nordeste*. Vol. XI. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1991, Est. CCXLII)

Quanto a este padroado, não podemos deixar de evidenciar o facto do Mosteiro de Arouca ter tido um longo processo de construção que se estendeu, sensivelmente, entre 1692 e 1789, e pelo qual passaram grandes artistas como: Carlos Gimac e Gaspar Ferreira, na arquitetura; Filipe da Silva, António Gomes e Miguel Francisco da Silva, na talha; Jacinto Vieira, na escultura; e André Gonçalves, na pintura.¹³⁸² O incumprimento das religiosas de Arouca em relação à capela-mor de Vila Chã pode eventualmente estar associado às enormes despesas com a construção e ornamentação do mosteiro.

¹³⁷⁹ MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide – *Património Religioso de Vila Chã – subsídios para um inventário*. Oliveira de Azeméis: [s.e], 2008, p. 22.

¹³⁸⁰ MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide – *Património Religioso de Vila Chã...*, p. 22.

¹³⁸¹ MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide – *Património Religioso de Vila Chã...*, p. 22.

¹³⁸² ROCHA, Manuel Moreira da – *A Memória de um Mosteiro. Santa Maria de Arouca (Séculos XVII-XX). Das Construções e das Reconstruções*. Porto: Edições Afrontamento, 2011.

No que respeita ao papel imprescindível do pároco de Vila Chã em todo este processo, garantindo que a freguesia cumprisse com as suas obrigações relativamente ao corpo da igreja e comunicando às religiosas as necessidades referentes á capela-mor e sacristia, já não é novidade.

No contrato que levou à feitura do retábulo-mor de Vilar de Andorinho, ficou claro que tinha sido o pároco a dirigir-se pessoalmente ao Mosteiro de St^a Clara para que as religiosas deliberassem como proceder, nessa sequência ficou o pároco incumbido de mandar fazer a obra, por naturalmente estarmos perante um regime de clausura, embora o contrato que foi estabelecido com o pároco, na verdade e da mesma forma, poderia ter sido estabelecido com os próprios artistas.

Nas comendas da Ordem de Cristo e da Ordem de Malta, é referida a necessidade do comendador não estando presente ter quem o representasse, mas como verificámos na Comenda de Rio Meão, pelo menos durante o século XVIII, o pároco foi algumas vezes referido em capítulos de visitas como o responsável por estabelecer a ponte entre a paróquia e o comendador. Essa seria uma das razões porque era tão importante ter à frente do benefício eclesiástico alguém idóneo e de confiança. Na verdade, seria o pároco a coordenar as diversas componentes que faziam funcionar a paróquia.



15. PADROADOS DA SÉ DO PORTO

PRÆSULIS • HAUD • DEXTRA, SED • SEDE • VACANTE • REVIXIT
DEXTRA • OPERI • TANTO • NUM • FORET • UNA • SATIS?
ANNO 1722

15.1. Bispo do Porto

A igreja de S. Pedro de Avintes começou a ser reedificada em 1762 pela fachada, em 1787 a nave e a capela-mor.

Segundo Inocêncio Godim a igreja teria sido reedificada em 1787, mantendo a fachada do antigo templo e demolindo todo o restante edifício, por isso o corpo da igreja teria sido construído sujeitando-se à dimensão do frontispício, ficando comprido, mas estreito, e a capela-mor quase da sua largura.¹³⁸³

Porém, a arquitetura evidência, na fachada, uma linguagem de meados do século XVIII e o livro de visitas de 1769 diz claramente que sete anos antes (1762) a freguesia tinha concluído a fachada, que tinha ficado muito estreita. A igreja era velha e pequena, e subentende-se que a fachada teria sido o primeiro passo para uma reedificação, que segundo o visitador seria difícil de ter continuidade. Nessa altura o pároco esperava que a freguesia avançasse com a construção do corpo do edifício para poder fazer a capela-mor em concordância:

493

*A Igreja hé munto velha, e pequena; e está feito o frontespicio há 7 a^s, mas tambem m.^{to} estreito, e com poucas esperensas de se continuar, pela pobreza, e rusticidade teimoza dos freguezes. Tem capela mor da m.^{ma} forma, e coberto o retabolo, e tribuna dela de papeis: posto q o Abb.^e se oferece a fazela já e só diz q a queria fazer á proporçam da Igreja, e por isso tem esperado. Tem 5 altares com aseio, sachristia inferior; mas com o necessario, e limpeza; e 2 campanarios com um sino.*¹³⁸⁴

Em meados do século XVIII, entre 1732 e 1758, a igreja, “(...) de architectura antiga e sem naves”¹³⁸⁵, tinha cinco retábulos. No retábulo-mor, com Santíssimo Sacramento, do lado do Evangelho estava a “(...) imagem de S. Pedro, de vulto, com singular arte ornada com todas as veste Pontificias: da parte da Epistola fica a imagem da Senhora com o titulo das

¹³⁸³ GODIM, Inocêncio Osório Lopes – *Avintes e suas antiguidades*. 2ª ed. Porto: Junta de Freguesia de Avintes, 1990, p. 69.

¹³⁸⁴ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Visita de 1769*, fl. 126v.

¹³⁸⁵ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 755.

Necessidades (...)”.¹³⁸⁶ Na nave, do lado do Evangelho estavam os retábulos de Stº António e do Sr. da Boa Morte, do lado da Epístola os retábulos de S. Gonçalo e N. Srª do Rosário.¹³⁸⁷

Em 1762 foi reedificada a fachada e em 1787 estaria concluído o corpo e capela-mor.

A anterior igreja tinha o arco cruzeiro onde hoje é a porta travessa. Na atual igreja, os tetos da capela-mor e da nave foram pintados por Feliciano Joaquim da Costa, que morreu em 1809.¹³⁸⁸

A pintura dos tetos era em *trompe-l'oeil*. Na nave, acabou por ser substituída por estuque em data que não é indicada, mas a descrição da pintura existente é a seguinte:

*Era de aduelas de castanho, pintado a branco, e tinha de cada lado, sobre a cornija da parede, uma faixa de ornatos coloridos, de entre os quais emergiam doze escabelos de fantasia. Sobre seis desses escabelos, sentavam-se anjos com flores e palmas na mão; e nos outros, alternadamente, pousavam urnas de flores. No centro, abriam-se três grandes florões.*¹³⁸⁹

Na capela-mor, “*sobre fundo azul escuro, vêm-se, cercadas de ornatos, as chaves pontifícias, o báculo e a tiara, como alusão ao padroeiro S. Pedro*”.¹³⁹⁰ Hoje as armas de S. Pedro permanecem representadas no teto, mas em estuque.

As armas de S. Pedro, destacam-se, desta vez em granito esculpido, com as chaves e a tiara papal, entre o óculo quadrilobado e o frontão curvo interrompido que coroa o portal principal, obra como já vimos concluída em 1762.



320. Frontão do portal principal da igreja de S. Pedro de Avintes

¹³⁸⁶ CARDOSO, P. Luiz – *Diccionario Geografico....* Tomo I. ..., 1747, p. 696.

¹³⁸⁷ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 755.

¹³⁸⁸ GODIM, Inocêncio Osório Lopes – *Avintes e suas antiguidades*. 2ª ed. Porto: Junta de Freguesia de Avintes, 1990, p. 69-70.

¹³⁸⁹ GODIM, Inocêncio Osório Lopes – *Avintes e suas antiguidades...*, p. 71.

¹³⁹⁰ GODIM, Inocêncio Osório Lopes – *Avintes e suas antiguidades...*, p. 71.

Os sete retábulos que compõem a igreja são todos de linguagem rococó, exceto o retábulo lateral, junto ao coro, dedicado ao Sr. dos Passos que é claramente neoclássico. Todos se encontram pintados em marmoreado. Sobre os restantes retábulos não temos nenhuma indicação, mas o retábulo-mor só recebeu essa pintura em 1954: “*brunido a ouro fino e fingido a mármore em 1954*”.¹³⁹¹



321. Igreja de S. Pedro de Avintes, c. 1954 (AEP – Inquérito à Diocese do Porto, 1954 – Avintes.)



322. Retábulo-mor da igreja de S. Pedro de Avintes, c. 1954 (AEP – Inquérito à Diocese do Porto, 1954 – Avintes.)

495

A 28 de setembro de 1864 o visitador encontra uma “*egreja boa e aceada (...) altares e imagens com muita perfeição*”,¹³⁹² e ainda é assim que a encontramos hoje.

A **igreja de S. João de Canelas** foi reedificada em 1779, como atestam as inscrições existentes no portal principal e no arco cruzeiro, porém foi profundamente alterado na década de 1980.



323. Pormenor do portal principal

¹³⁹¹ AEP – Inquérito à Diocese do Porto, 1954 – Avintes.

¹³⁹² AEP – Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega, 1824-1864, liv. 088, fl. 64.

Seguindo os capítulos de visita, transcritos por Francisco Barbosa da Costa em 1980, mais uma vez a repartição de obrigações no espaço da igreja é clara. O pároco, como representante do padroeiro e recebedor dos dízimos, deveria garantir todo o necessário ao culto divino, a manutenção da residência paroquial, da capela-mor e da sacristia. Aos fregueses competia tudo o que dissesse respeito ao corpo da igreja.

Em 1646 o visitador manda que a freguesia proceda ao concerto da igreja porque no Inverno entrava água,¹³⁹³ este indicador revela que a igreja antiga estaria numa cota bastante mais baixa do que atual. Em 1656 era necessário consertar o telhado do corpo da igreja. Em 1664 era preciso terraplanar o chão “(...) *dos altos e baixos pella decomposição que pode causar (...)*”. Em 1671 o visitador louva o pároco pelo zelo que tinha com a capela-mor e os fregueses por continuarem o conserto da igreja.¹³⁹⁴

Em 1673 os tetos da capela-mor, sacristia e nave estavam por reparar, o pároco já tinha comprado todos os materiais necessários para o conserto do teto da capela-mor e sacristia, mas não tinha conseguido quem lhe fizesse a obra. Os fregueses diziam estar a aguardar a disponibilidade de algum *oficial* que lhes fizesse o trabalho. Em 1676 é louvado o zelo do pároco que tinha todo o necessário ao culto. Em 1684 a sacristia estava a ameaçar ruína e precisava de ser consertada. Em 1700 o pavimento da igreja estava irregular por causa de algumas sepulturas que se encontrava mais altas do que outras, “(...) *em modo que quando se faz a procissão [do Santíssimo Sacramento] tropesarão o Padre que leva a custódia e caixão que será grande indecência (...)*”, por isso o juiz da igreja deveria tratar da questão.¹³⁹⁵

Em 1707 a igreja tinha “(...) *duas frestas pequenas que estão da parte da epistolla hum a cima da porta travessa e outra mais abaixo mando (...)*”, como eram desproporcionais o visitador manda “(...) *aos oficiais do subsino e da sera (...) fação capaz as ditas duas friestas igual e proporcionado a fresta mayor que está por sima do altar de Jesus entre o da purificação (...)*”.¹³⁹⁶ Esta determinação revela um espaço arquitetónico de cariz medieval, com a desproporção e pequenez dos vãos, que já tinha sofrido algumas alterações, nomeadamente a abertura da *fresta maior* que serviria de guia para a obra solicitada.

Deste período em que tudo parecia estar muito digno, a igreja passou a ter necessidades mais evidentes. Em 1741 o visitador manda o novo pároco consertar o telhado da capela-mor

¹³⁹³ COSTA, Francisco Barbosa da – *S. João Baptista de Canelas. Notas monográficas*. Porto: Paróquia de Canelas, 1980, p. 225.

¹³⁹⁴ COSTA, Francisco Barbosa da – *S. João Baptista de Canelas. Notas monográficas*. Porto: Paróquia de Canelas, 1980, p. 225.

¹³⁹⁵ COSTA, Francisco Barbosa da – *S. João Baptista de Canelas. Notas monográficas*. Porto: Paróquia de Canelas, 1980, p. 226.

¹³⁹⁶ COSTA, Francisco Barbosa da – *S. João Baptista de Canelas. Notas monográficas*. Porto: Paróquia de Canelas, 1980, p. 227.

e sacristia e reedificar a residência paroquial, bem como tratar de adquirir alguma paramentaria nova recorrendo à herança do pároco anterior, por considerar que “(...) o Rev.do Parocho defunto Bento Homem de Affonseca não cuidou em prover esta Igr^a do que era preciso para o culto divino recebendo os frutos sem satisfazer as obrigações do emcargo a que era obrigado e a ter a residencia bem reedificada capaz de nella viver hum parocho decente (...)”.¹³⁹⁷ Esta situação revela, mais uma vez, a importância da atribuição do benefício eclesiástico. No caso concreto do edifício, sem atendermos à parte espiritual, um bom pároco, pela religião católica e lealdade que deveria ter ao seu padroeiro, faria os fregueses cumprirem com as suas obrigações e daria o exemplo executando tudo o que lhe competia. No caso dos padroados em que os dízimos pertencem a outras entidades, como vimos, por exemplo, na igreja de Vila Chã, o pároco seria fundamental para em contacto com o padroeiro garantir a administração do património que lhe pertencia.

A 15 de abril de 1754 era necessário reedificar a fachada e campanário:

*O campanário se acha tam arruinado que já não pode sustentar o sino e com publica indecência se ve suspenso em huma arvore e como será pouco durável a edificação delle achando-se também com ruina o frontispício da igreja houve requerimentos que se fizeram. Mando ao juiz da igreja e aos fregueses que (...) fação das principio a dita obra assim do frontispício como do campanário ficando capas de substituir aquella (...) e proporcionado a qualidade da freguesia. E em tempo competente o farão concluir decorrendo do (...) Provedor desta comarca para mandar proceder a visita desta freguesia (...).*¹³⁹⁸

497

No inquérito de 1758 a igreja é descrita de nave única com cinco retábulos: retábulo-mor com as imagens de S. José, St^a Ana e St^o António; colateral do lado do Evangelho com as imagens de N. Sr^a do Rosário, Menino Jesus e S. Sebastião; colateral do lado da Epistola com as imagens de N. Sr^a da Purificação, St^a Luzia e S. Caetano; lateral do lado do Evangelho dedicado ao Ecce Homo; lateral do lado da Epistola com as imagens de Cristo Crucificado, N.

¹³⁹⁷ COSTA, Francisco Barbosa da – *S. João Baptista de Canelas. Notas monográficas*. Porto: Paróquia de Canelas, 1980, p. 227.

¹³⁹⁸ COSTA, Francisco Barbosa da – *S. João Baptista de Canelas. Notas monográficas*. Porto: Paróquia de Canelas, 1980, p. 229.

No inquérito de 1732 embora de forma sucinta, mas a descrição é igual. (CARDOSO, P. Luiz – *Diccionario Geografico....* Tomo II. ..., 1751, p. 418.)

Senhora e S. João ao pé da Cruz, “(...) *todas as imagens de perfeita escultura e grandeza ordinaria*”.¹³⁹⁹

Em 1769 a igreja mantinha o sino pendurado numa árvore, como já havia alertado em 1754 o visitador, era pequena, baixa e com cinco retábulos: “*A Igreja he pequena, e báxa: Tem 5 altares com o maior, com retabulos suficientes; capela mor e sachristia á proporsam da Igr^a: o campanário, que hé de um sino, acha-se m.^{to} aruinado, de sorte que o sino se sustenta em uma arvore por não poder estar nele*”.¹⁴⁰⁰

Dez anos depois desta visita (1779) a igreja estaria reedificada. Existem duas inscrições que o atestam, uma no portal principal que nos garante a construção naquele ano da fachada e outra na cartela que remata o arco cruzeiro e que nos dá a indicação da sua construção igualmente em 1779. O arco cruzeiro era da responsabilidade da freguesia, mas tinha de ser feito de acordo com a nave e a capela-mor, por isso, é possível que todo o edifício tenha sido intervencionado. Com as obras de 1978 concluídas já na década de 1980, o edifício foi de tal modo alterado que não é possível aferir mais nada sobre esta reedificação.

Infelizmente sobre o assunto o livro de visitas não tem qualquer indicação, unicamente em 1782 se diz que “*os sacros ornatos nem todos podem ser ricos mas sim decentes e limpos como no tempo das visitaçoens*”.¹⁴⁰¹ Por esta altura a igreja estaria reedificada e o seu interior com ornamentação que embora não fosse muito sumptuosa estaria bem tratada.

Do edifício que chegou aos nossos dias resta o frontispício (já com acrescentos) e o arco cruzeiro de 1779 e uma base de púlpito, deslocada, que será de inícios do século XVIII, com a face inferior da base trabalhada em almofadas, configuração semelhante ao púlpito da igreja de S. Miguel de Arcozelo, também em Gaia.

¹³⁹⁹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 757-758.

¹⁴⁰⁰ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 1v.

¹⁴⁰¹ COSTA, Francisco Barbosa da – *S. João Baptista de Canelas. Notas monográficas*. Porto: Paróquia de Canelas, 1980, p. 229.



324. Fachada da igreja de S. João de Canelas



325. Arco cruzeiro da igreja de Canelas



326. Base do púlpito da igreja de Canelas

A 30 de setembro de 1864 o visitador descreve a igreja da seguinte forma: “*igreja pequena, altares bonitos, sem pedra d’ara, vidros das janelas quebrados, pavimento bastante arruinado (...)*”.¹⁴⁰²

Por volta de 1895 foi feita a substituição da cobertura e tetos do edifício e a reedificação da sacristia “*(...) subindo as paredes e assim se fazer por cima um salão (...)*”. Em 1905 fizeram-se diversas obras no interior da igreja, como a colocação de um guarda-vento, o douramento dos retábulos, etc. Em 1963 voltaram a fazer-se obras de manutenção do edifício e *arranjo dos altares*.¹⁴⁰³

Em 1978 inicia-se a ampliação da igreja, segundo um projeto da autoria do Arq. A. J. de Brito e Cunha (Lisboa), mantendo a fachada e os retábulos, que já são obra eclética, e demolindo as paredes da nave para se alargar o espaço dedicado à assembleia.¹⁴⁰⁴ Mais uma vez o aumento populacional obrigou a uma transformação completa do espaço, pelo menos preservou-se o arco cruzeiro, a fachada e a base do púlpito, hoje colocado do lado do Evangelho, junto ao arco cruzeiro.

A atual **igreja de Stª Marinha de Cortegaça** foi construída entre 1910 e 1918.

A igreja anterior recebeu melhoramentos no século XVI e no século XVIII foi-lhe acrescentada uma torre sineira.¹⁴⁰⁵

¹⁴⁰² AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Illº Rº Abadde de Stª Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 64v.

¹⁴⁰³ COSTA, Francisco Barbosa da – *S. João Baptista de Canelas. Notas monográficas*. Porto: Paróquia de Canelas, 1980, p. 230-232.

¹⁴⁰⁴ AEP – *Proc.* 370.

¹⁴⁰⁵ PARDINHAS, Albertino Alves – *Monografia de Cortegaça*. 3ª ed. [s/l]: Edição de autor, 1997, p.141.

Em 1758 a igreja era de nave única e tinha quatro retábulos: retábulo-mor com Santíssimo Sacramento com as imagens de St^a Marinha (Evangelho), St^o Alexandre (Epistola) e Jesus (ao centro); retábulo colateral do lado do Evangelho dedicado a S. Miguel; retábulo colateral dedicado à Sr^a do Amparo e do Rosário; retábulo lateral do lado da Epistola com a imagem de Cristo Crucificado.¹⁴⁰⁶

Em 1769 “A Igreja hé suficiente para a freg.^a com 4 altares ordinarios, capela mor, e sachristia m.^{to} estreita; e torre com um sino”.¹⁴⁰⁷



327. Antiga igreja de St^a Marinha de Cortegaça (Desenho de Reimão Marques Faria, publicado em: *O Povo de Cortegaça*, 1 de dezembro de 1989, p. 1)

A 27 de Agosto de 1858 o P. Pedro Paulo Salgado da Silva descreve a igreja como singela, com 25,30m de fundo e 8,80m de largo e cinco retábulos, sendo o retábulo-mor do Santíssimo Sacramento e os colaterais de Nossa Senhora do Rosário, do Senhor do Bonfim, de São Miguel e das Almas.¹⁴⁰⁸

Em 1824 a igreja necessitava de manutenção do teto, em 1864 o visitador encontra uma igreja comum, sem grandes considerações sobre ela. Na década de 1870 teve obras de manutenção na igreja e foi construída a segunda sacristia. Em 1897 o coro foi reparado e as paredes sujeitas a manutenção que no interior quer no exterior. Em 1910 começou a ser construída, no terreno em frente, a nova igreja, em 1918 esta foi demolida.¹⁴⁰⁹

Arrematada a obra a 25 de abril de 1909, a construção da nova igreja foi iniciada em 1910. Em 1914 as obras de pedraria estavam quase prontas. A 18 de Agosto de 1918 a Igreja

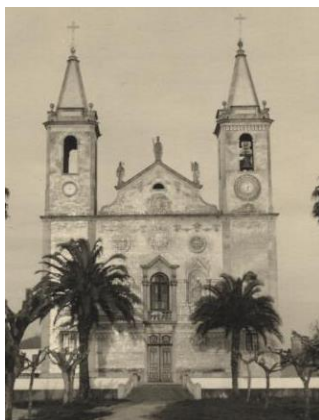
¹⁴⁰⁶ BASTOS, Manuel Pires – *O Concelho de Ovar nas “Memórias Paroquiais” (1758)*. Ovar: Paróquia de Ovar, 1984, p. 14.

¹⁴⁰⁷ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 103.

¹⁴⁰⁸ PARDINHAS, Albertino Alves – *Monografia de Cortegaça...*, p. 141.

¹⁴⁰⁹ VECHINA, Sofia Nunes – *Arte & Documentação da Antiquíssima Paróquia de Cortegaça*. Cortegaça: Paróquia de Cortegaça, 2010, p. 18-20.

foi solenemente inaugurada, mas ficaram por concluir as duas capelas laterais e as duas sacristias. A torre norte não ultrapassava a altura do telhado da nave. Entre 1922 e 1924 a fachada foi revestida a azulejo figurativo pintado no Atelier Badessi, de Vilar do Paraíso.¹⁴¹⁰



328. Igreja de Stª Marinha de Cortegaça, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Cortegaça)

O edifício foi submetido a grandes obras de manutenção em 1956, ano em que foram oferecidos três painéis figurativos, um para o batistério e dois para a capela-mor, todas da Fábrica do Carvalhinho (Gaia). Entre 1990 e 1993 voltou a ser intervencionada, destacando-se facto dos retábulos que eram a branco e ouro terem sido marmoreados.¹⁴¹¹

A atual **igreja de S. Tiago de Silvalde** foi construída entre 1903 e 1919.

A antiga igreja era próxima da atual,¹⁴¹² em 1758, tinha uma única nave e quatro retábulos dedicados ao Santíssimo Sacramento, N. Srª do Rosário, N. Senhora e Stª Ana, e Cristo Crucificado.¹⁴¹³

Em 1769 estava a acabar de ser reedificada a igreja e faltava fazer a sacristia: “*A Igreja hé bastante para a freg.^a, e se anda acabando de reformar, e tambê uma torre para a qual há um sino. A capela mor hé ordinaria, q já mandou fazer o Abb.^e. a Sachristia da m.^{ma} forma, ordinária; mas limpa de param^{tos}”*.¹⁴¹⁴ Portanto, presume-se que o pároco tinha mandado fazer a capela-mor e estava a tratar da sacristia. A freguesia tinha mandado executar o corpo da igreja.

A 5 de fevereiro de 1824 o visitador informa que “*a igreja matriz será soalhada e reparada de todo o preciso e necessario, e para que se faça com a mair brevidade, mando que*

¹⁴¹⁰ VETCHINA, Sofia Nunes – *Arte & Documentação da Antiquíssima Paróquia de Cortegaça...*, p. 23-26, 36-40.

¹⁴¹¹ VETCHINA, Sofia Nunes – *Arte & Documentação da Antiquíssima Paróquia de Cortegaça...*, p. 26-35.

¹⁴¹² FAUSTINO, Artur – *Silvalde – Paróquia Milenária*. [s/l]: Junta de Freguesia de Silvalde, 2000, p. 47.

¹⁴¹³ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 261.

¹⁴¹⁴ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 106v.

todos os acréscimos das Confrarias das Almas e Doutrina Christam sejam aplicadas para o dito concerto (...).¹⁴¹⁵ Porém, a 9 de novembro de 1864 a situação tinha-se agravado e o visitador diz que “*a igreja tem o espaço suficiente para a população, necessita de soalho e fazer os telhados, tem cinco altares (...)*”.¹⁴¹⁶

Em 1885 a igreja estava bastante arruinada e procede-se a obras de recuperação do edifício, porém dois anos mais tarde, em 1887, a igreja estava novamente a precisar de grandes reparações, que só aconteceram em 1896. Em 1903 a igreja é descrita como a mais arruinada da diocese do Porto. Em 1911 iniciou-se o processo de demolição de parte da igreja, acabando por ser totalmente demolida em 1923, quando a nova igreja já estava edificada.¹⁴¹⁷

A nova igreja de S. Tiago de Silvalde começou a ser construída em 1903. As obras começaram pela capela-mor. O trabalho de pedraria foi arrematado nesse ano pelo mestre de obras José Fernandes d'Oliveira Félix. Em 1904 o trabalho de trolha e carpinteiro, para a conclusão da capela-mor, foi entregue a Manuel Pereira da Silva. Nesse mesmo ano seguiram-se as obras na sacristia, que ficaram a cargo do mestre de obras Manuel Pereira da Silva. Ficou concluída em 1905 a capela-mor e em 1906 o corpo da igreja.¹⁴¹⁸ Em 1919 estaria completa a construção.¹⁴¹⁹

Em 1969 foi colocado o altar *versus populum*.¹⁴²⁰

O edifício apresenta-se atualmente com duas torres sineiras, mas a segunda torre só foi finalizada na década de 2000, segundo informação do pároco.



6.

329. Igreja de S. Tiago de Silvalde, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Silvalde.)

¹⁴¹⁵ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 22.

¹⁴¹⁶ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 81.

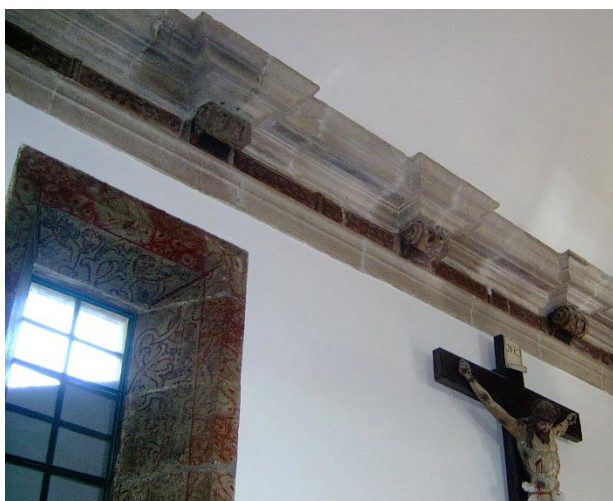
¹⁴¹⁷ FAUSTINO, Artur – *Silvalde – Paróquia Milenária...*, p. 59.

¹⁴¹⁸ FAUSTINO, Artur – *Silvalde – Paróquia Milenária...*, p. 239-247.

¹⁴¹⁹ AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Silvalde.

¹⁴²⁰ AEP – *Proc.* 258.

A igreja de S. Tiago de Espargo é um edifício de inícios do século XVIII, “foi concluída a sua construção em agosto de 1729”,¹⁴²¹ com janelas e porta travessa de seteira, arco cruzeiro de volta perfeita assente sobre pilastras toscanas, cimalha entrecortada com mísulas salientes, na capela-mor. A pia batismal insere-se na torre sineira, dentro de um nicho com acesso através de um arco de volta perfeita suportado por duas pilastras e encimado por uma cruz ladeada por dois enrolamentos. A fachada é marcada por pilastras toscanas encimadas por pináculos esguios e piramidais, empena com dois pequenos enrolamentos nos vértices e torre sineira á esquerda integrada na composição arquitetónica e rematada por cúpula. O portal principal de moldura ligeiramente destacada na base e na padieira, é rematado por friso e frontão triangular interrompido que “abraça” a janela do coro-alto.



330. Pormenor da cimalha da capela-mor da igreja de Espargo



331. Batistério da igreja de S. Tiago de Espargo

As janelas, o arco cruzeiro e parte da cimalha da capela-mor têm pintura de inícios do século XVIII com elementos florais e vegetalistas entrelaçados. É o mesmo tipo de pintura que encontramos, datada de 1726, no arco cruzeiro da igreja de Lobão.

No interior os retábulos colaterais e o retábulo-mor são de inícios do século XVIII, em estilo nacional. No retábulo-mor, destaca-se o camarim da tribuna, de planta semicircular e o topo do retábulo, com uma adaptação resultante da transformação ocorrida no teto, que inicialmente era de madeira e provavelmente um pouco mais baixo.

¹⁴²¹ *Relatório do Movimento Religioso da Diocese do Porto. Ano de 1922-23*. Porto: Tip. Medico, 1924, p. 153.



332. Igreja de S. Tiago de Espargo, c. 1954
(AEP – Inquérito à Diocese do Porto, 1954 – Espargo)



333. Interior da igreja de S. Tiago de Espargo

Há um quarto retábulo do século XVII, lateral do lado da Epístola, de transição do maneirismo para o estilo nacional, que não faz parte da composição setecentista. Certamente provém de outro templo, talvez adquirido na mesma altura que foi colocada a sanefa tripla que encima o arco cruzeiro e os retábulos colaterais, datada de 1890, conforme inscrição.

No inquérito de 1758 a igreja tinha três retábulos: retábulo-mor com o Santíssimo Sacramento e as imagens de S. Tiago e de N. Sr^a das Dores; retábulo colateral do lado do Evangelho dedicado a N. Sr^a do Rosário (afeto à confraria de N. Sr^a do Rosário); retábulo colateral do lado da Epístola dedicado a St^a Ana.¹⁴²² Embora com invocações diferentes os retábulos descritos são os mesmos que hoje podemos observar.

Em 1769 o visitador “*A Igreja hé suficiente, e com bom forro do tecto, capela mor, sachristia, e torre com 2 sinos*”.¹⁴²³

O retábulo-mor deve ter sido feito em 1729, intervencionado em 1898 e em 1999, pelas inscrições que ostenta na zona do camarim, tanto das datas de 1729 e 1898, como da seguinte assinatura: “OFICINAS / DOMINGOS / CARVALHO / BRAGA / 1999”.

No interior da sanefa do retábulo lateral do lado da Epístola, outra inscrição correspondente à última intervenção realizada nos retábulos desta igreja: “OFICINAS / DOMINGOS CARVA. / PINTORES / CLAUDIO G. / PEDRO G. / ANDRÉ / BRAGA / 30-1-99”.

¹⁴²² CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 367.

¹⁴²³ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 59.

A **igreja de S. Pedro de Sanfins** é uma construção que estaria concluída, ao nível da nave, em 1832, conforme indica a inscrição do portal principal “PAVETE AD SANCTUARIUM MEUM / EGO DOMINUS LEVITE CP XXVI 1832”. A inscrição latina é uma passagem bíblica que significa “*reverenciai o meu santuário. Eu sou o Senhor*”.¹⁴²⁴

Justamente nesse ano são extintos os dízimos e no ano seguinte os padroados, possivelmente por esse motivo o pároco desta igreja não teve capacidade de mandar construir a capela-mor, que em 1946 ainda não existia, quando é enviado, para o Paço Episcopal do Porto, a 20 de julho desse ano um *Projecto de Ampliação da Igreja de Sanfins*. Esse projeto, segundo a memória descritiva, compreendia “(...) a construção da capela-mor e a extensão do anexo lateral. Será demolida a construção existente, provisória onde se encontra o altar-mor”.¹⁴²⁵ Como se vê na planta, abaixo, existia uma construção de reduzidas dimensões e provisória, marcada a amarelo, que servia de capela-mor, entretanto demolida para dar lugar à atual capela-mor. A extensão, que a memória descritiva refere, é a sacristia, que na porta de acesso tem a data de 1950, ano em que capela-mor e sacristia ficaram concluídas, conforme reitera o inquérito de 1954: “A capela-mor foi feita em 1950, assim como a sacristia anexa à capela-mor”.¹⁴²⁶ As plantas e a memória descritiva estão assinadas, mas não consegui reconhecer a assinatura.

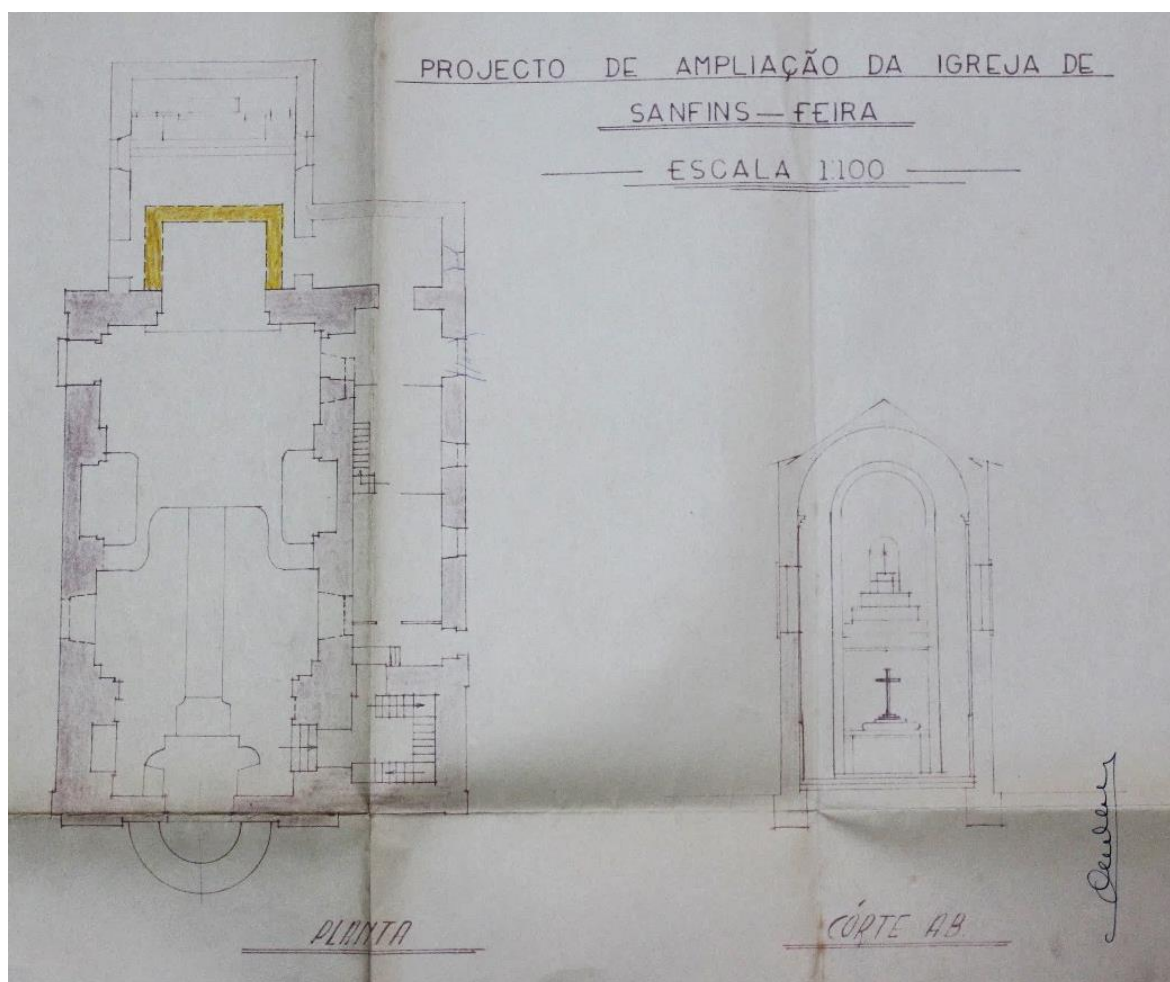
A 2 de novembro de 1864 o visitador diz que “a igreja é nova e está decente (...)”, mas não refere a falta de capela-mor, talvez já estivesse construído o corpo provisório.¹⁴²⁷

¹⁴²⁴ Lv 26, 2.

¹⁴²⁵ AEP – Proc. 6.

¹⁴²⁶ AEP – Inquérito à Diocese do Porto, 1954 – Sanfins.

¹⁴²⁷ AEP – Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega, 1824-1864, liv. 088, fl. 78v.



334. Planta da igreja de S. Pedro de Sanfins, 1946 (AEP – Proc. 6.)



335. Fachada da igreja de S. Pedro de Sanfins, c. 1954 (AEP – Inquérito à Diocese do Porto, 1954 – Sanfins.)



336. Interior engalanado da igreja de S. Pedro de Sanfins, c. 1954 (AEP – Inquérito à Diocese do Porto, 1954 – Sanfins.)

Sobre a antiga igreja o inquérito de 1758 diz que era de nave única, com três retábulos: o retábulo-mor com o Santíssimo Sacramento e as imagens do padroeiro e de Stº António; o retábulo colateral do lado do Evangelho dedicado a N. Srª da Ajuda; o retábulo colateral do lado da Epistola dedicado a S. Sebastião e Stª Ana.¹⁴²⁸

Em 1769 a igreja não seria muito grande, mas suficiente para a população, tinha capela-mor, sacristia, campanário e três retábulos: “*A Igreja hé a q basta, com 3 altares, suficientes no aseio; mas m.^{to} pequenos os colaterais, e m.^{to} principalm.^e um deles; e tem capela mor e sachristia, e campanário com sineta*”.¹⁴²⁹

A antiga **igreja de S. Pedro de S. Roque** já estava construída em 1591 quando o pároco da freguesia, P. Melchior Batista, “(...) *entrega ao seu sucessor, uma Igreja recentemente construída* (...)”, que, segundo o P. Manuel Pereira da Costa, teria sido riscada pelo próprio P. Melchior.¹⁴³⁰

A atual igreja, deve ter sido reedificada depois de 1736, ano em que se encontrava “(...) *muito velha e em termos de se reedificar*”.¹⁴³¹ Sendo esta informação corroborada pela visita de 1769, em que o visitador diz que “*a igreja hé grd.^e p.^a esta freg.^a, nova, e bem aseada de ornam^{tos}; com capela mor, 2 sachristias, e torre com 2 sinos*”.¹⁴³²



337. Igreja de S. Pedro de S. Roque (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – S. Roque)



338. Interior da igreja de S. Roque (GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, Est. CLXXXII)

¹⁴²⁸ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 403.

¹⁴²⁹ AP – *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 52v.

¹⁴³⁰ COSTA, P. Manuel Pereira da – S. Pedro de Vila-Chã ou Vila Chã de S. Roque (no concelho de Oliveira de Azeméis). *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Tip. Da Coimbra Editora. Vol. XV, nº 59 (1949), p. 176-177.

¹⁴³¹ COSTA, P. Manuel Pereira da – S. Pedro de Vila-Chã ou Vila Chã de S. Roque..., p. 177.

¹⁴³² AP – *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 39v.

O edifício segue a tradição arquitetónica de finais do século XVII e inícios do século XVIII, como as janelas e portas travessas de seteira, portal principal e portas travessas de verga reta com friso e cornija saliente. Na cornija do portal principal assenta a janela do coro-alto e dois pináculos. A janela repete a mesma configuração do portal, de verga reta, com friso e cornija onde assentam lateralmente dois pináculos e, ao centro, um nicho em arco de volta perfeita, com concheado na zona superior, rematado por cruz latina. Todas as empenas do edifício, fachada, corpo e capela-mor, são finalizadas nos vértices com um pequeno enrolamento. No interior, o arco cruzeiro e os dois arcos onde se inserem os retábulos colaterais, são em arco de volta perfeita assente sobre pilastras toscanas, com almofadas corridas tanto no arco como nas pilastras. No fecho do arco cruzeiro uma pequena mísula, semelhante à que encontramos na igreja de Lobão. Na zona correspondente á torre sineira, onde anteriormente terá sido o batistério, surge mais um arco de volta perfeita.

Em 1758 a igreja apresentava-se de nave única com três retábulos, retábulo-mor e dois colaterais dedicados a N. Sr^a do Rosário e S. Roque.¹⁴³³

A 24 de outubro de 1864 o visitador diz que “a igreja não é muito espaçosa, porem tem a decência devida, menos no soalho junto á pia baptismal e nele precisa dalguns reparos (...)”.¹⁴³⁴

Os retábulos colaterais estão colocados de esguelha, posição que não é comum, e são em estilo nacional, com arcos concêntricos e decoração com aves, parras e cachos de uva.

No século XIX foram feitas algumas obras ao nível dos tetos e coro-alto e em 1976, conforme inscrição na fachada, a igreja foi *restaurada*. Deve ter sido por esta altura que as sacristias se transformaram em zonas dedicadas à assembleia, tendo sido demolidas as paredes laterais e retirado o retábulo-mor, que segundo Nogueira Gonçalves, que ainda o viu, seria de meados do século XVIII,¹⁴³⁵ portanto, correspondendo ao período da reedificação.

Em 1973 tinha sido submetido, a autorização da diocese do Porto, um projeto, da autoria do Arq. J. Luís T. Jacinto (S. João da Madeira), para a construção de uma nova igreja, que não chegou a ser aprovado. Embora D. Domingos de Pinho Brandão se tivesse disponibilizado para colaborar no necessário aperfeiçoamento do projeto,¹⁴³⁶ esta igreja não foi construída. Deve ter sido nesta sequência que se realizaram as obras de 1976.

¹⁴³³ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 330.

¹⁴³⁴ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega, 1824-1864*, liv. 088, fl. 74.

¹⁴³⁵ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p.170.

¹⁴³⁶ AEP – *Proc.* 316.



339. Interior da igreja de S. Pedro de S. Roque

A antiga **igreja de S. Salvador de Fornos** situava-se onde hoje é a residência paroquial¹⁴³⁷ e segundo a tradição do século XVIII tinha sido “(...) *acressentada duas vezes, e a primeira antes dos acressentos podia levar oitenta pessoas*”.¹⁴³⁸ Foi substituída pela atual em 1739, como comprova a inscrição “1739 /IHS” existente na fachada, em cartela, no remate do nicho que recebe a imagem de S. Salvador, o orago, daí o monograma IHS. Esta data deve

509

corresponder à conclusão das obras.

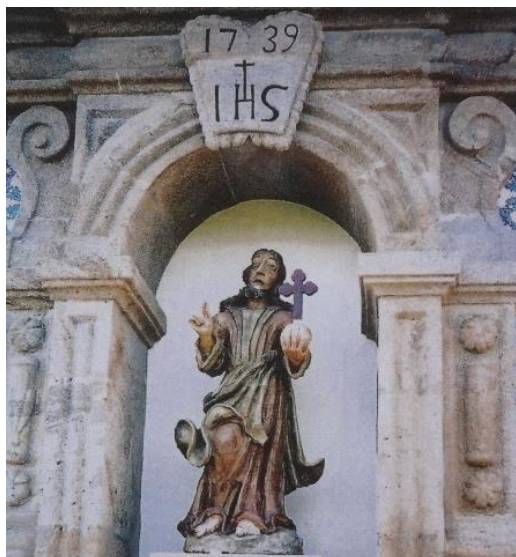
Como diz, a 26 de abril de 1758, o pároco de Fornos, P. Bernardo José de Sousa e Silva Alcoforado, quanto à igreja “*a sua edificação ou redificação hé obrigação dos freguezes, a capella maior do abbade (...)*”, por isso, nesta construção, “(...) *foi feita a capela maior, (concorrendo também para muिता parte da igreja), pelo abbade Rodrigo Brandão da Silva, natural da freguezia de Ancede, da Illustrissima Caza de Vale de Cunha*”.¹⁴³⁹ O P. Rodrigo Brandão da Silva esteve ao serviço da paróquia de Fornos de 1726 a 1753, seguindo-se o P. Bernardo Alcoforado, de 1753 a 1775.¹⁴⁴⁰ Foi portanto durante a regência do P. Rodrigo que a reedificação se fez.

¹⁴³⁷ PINHO, P. José Alves de – *Outrora...Fornos*. Santa Maria da Feira: Liga dos Amigos da Feira, 2005, p. 15.

¹⁴³⁸ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 378.

¹⁴³⁹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 378.

¹⁴⁴⁰ PINHO, P. José Alves de – *Outrora...Fornos...*, p. 85.



340. Nicho de S. Salvador na fachada da igreja de S. Salvador de Fornos



341. Igreja de S. Salvador de Fornos, c. 1954 (AEP – Inquérito à Diocese do Porto, 1954 – Fornos)

No inquérito de 1758 esta igreja é minuciosamente descrita. Era de nave única com duas sacristias, dois púlpitos e cinco retábulos. O retábulo-mor, em talha dourada, tinha uma tribuna, encimada por tabernáculo onde se guardava o Santíssimo Sacramento, e duas imagens, colocadas entre colunas, S. Salvador do lado da Evangelho e Stº António do lado da Epístola. Segundo a tradição o Stº António teria sido oferecido bispo parente dos Condes da Feira. Junto ao tabernáculo existiam dois nichos que albergavam as imagens do Meninos Jesus (lado do Evangelho) e N. Srª da Conceição (Epístola). No meio da capela-mor estava pendente o lampadário que iluminava o Santíssimo Sacramento, que tinha sido instituído nesta freguesia no dia 19 de março de 1718. O retábulo colateral, do lado do Evangelho, dedicado a N. Srª do Rosário com as imagens de S. Brás e Stª Catarina. O retábulo colateral, do lado da Epístola, dedicado a S. Sebastião, com a imagem de Stª Ana. O retábulo lateral, do lado do Evangelho, “(...) *metido em arco de pedra dentro da parede* (...)” era dedicado a S. Miguel, “(...) *uma imagem de toda a perfeição* (...)”, que por baixo dela tinha um painel em relevo com a representação das almas do purgatório. O retábulo lateral, do lado da Epístola, igualmente inserido em arco pétreo, era dedicado a Stº Amaro.¹⁴⁴¹

No que respeita à talha nada subsistiu, quanto à arquitetura, embora com algumas transformações, a estrutura ainda se mantém próxima à descrição de 1758:

Tem hum só corpo ou nave, hé muito clara por ter cinco grandes janelas com suas vidraças, quatro nos lados das paredes ficando duas de cada parte, e hua sobre a

¹⁴⁴¹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 377-378.

*porta principal. Pegado ao corpo ou nave da igreja tem a capela-mor que em tudo corresponde à igreja, tanto na grandeza como em ser muito clara, com duas grandes portas com suas vidraças nas paredes ao lado do altar maior. (...) Dentro da capela maior encosta-se ao arco que a divide da nave, estão duas portas de pedra bem lavradas por onde se entra para as sancristias, da parte do Evangelho ao do parócho, da Epistola à do Santíssimo Sacramento e fabrica da igreja. (...) Abaixo destes altares ficam dois grandes púlpitos, hum de cada parte, abaixo destes, duas portas travessas, dos claros destas vão as escadas para os púlpitos, com boa acomodação, que vão pelo meio da parede, e da mesma sorte vão as do coro. Sobre a porta principal fica hum coro da largura de toda a igreja, sobre hum arco de pedra boa da largura de toda a igreja. debaixo do coro para o lado do Evangelho fica hum porta de hum alto arco de pedra fechada com humas grades, e [dentro hum] capela que fica debaixo da torre com hum janella e nesta capella está a pia baptismal; da outra parte está outro arco, mas sem capela, só para a correspondência. Hé a igreja toda forrada de bom castanho quinto com boas simalhas pelos meios dos painéis pelo que fica sendo em toda a sua arquitetura hum das milhores igrejas rurais de toda a comarca.*¹⁴⁴²

Em 1769 o visitador sobre esta igreja diz o seguinte: “A igreja hé boa, com capela mor, sachristia, e 5 altares, tudo com m.^{to} aseio, e limpeza, e torre com 2 sinos bons”.¹⁴⁴³

A 1 de novembro de 1864 o visitador diz que “a igreja é ordinaria – tem cinco altares com as competentes pedras d’ara (...)”.¹⁴⁴⁴

O retábulo-mor setecentista foi substituído no século XIX por um retábulo neoclássico e durante o século XX a igreja teve diversas obras. Segundo o pároco de Fornos, P. David Pereira de Magalhães, em 1922, “o tecto da igreja paroquial ainda há pouco ameaçava ruina. Fiz uns leilões e consegui muito perto de 24 contos que vão ser aplicados na conservação e aformoseamento da igreja”.¹⁴⁴⁵ Depois deste testemunho o teto foi substituído, os retábulos colaterais foram feitos de novo com reaproveitamento de alguns fragmentos de talha joaninos. Em 1947 a fachada foi revestida a azulejos e o interior da igreja recebeu um lambril de azulejo com padrão de três cores, na nave. De 1967 a 1980 a igreja foi completamente remodelada, no interior, seguindo um projeto da autoria de João José de Sousa Bentes Pimenta, de Lisboa.¹⁴⁴⁶

¹⁴⁴² CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 377-378.

¹⁴⁴³ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 53v.

¹⁴⁴⁴ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 78.

¹⁴⁴⁵ *Relatório do Movimento Religioso da Diocese do Porto. Ano de 1922-23*. Porto: Tip. Medico, 1924, p. 154.

¹⁴⁴⁶ PINHO, P. José Alves de – *Outrora...Fornos...*, p. 18-21.



342. Interior engalanado da igreja de S. Salvador de Fornos, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Fornos)



343. Interior da igreja de S. Salvador de Fornos, atualmente

A igreja de St^a Maria de Gulpilhares foi construída entre 1784 e 1787.

Em 1752 a população de Gulpilhares considerava que a igreja não tinha a dignidade necessária para a freguesia e iniciaram-se os procedimentos necessários para a reedificação da igreja. A obra de pedraria e carpintaria foi arrematada a 22 de abril de 1784, pelo mestre de carpinteiro Manuel Martins de Moura, da freguesia de Valbom. A escritura de obrigação foi feita a 24 de abril de 1784, comprometendo-se Manuel Martins Moura a dar a obra por acabada até meados de 1787. Durante dois anos correu, no concelho de Vila Nova de Gaia, o real em cada quartilho de vinho vendido, a favor das obras da igreja.¹⁴⁴⁷

Concluídas as obras em 1787, a nave deve ter recebido os retábulos colaterais e laterais até finais do século XVIII, já da transição do rococó para o neoclássico. Na capela-mor resta o sacrário, que seria da antiga igreja, e um retábulo que tudo indica ser obra do século XX.



344. Fachada da igreja de Stª Maria de Gulpilhares



345. Interior da igreja de Stª Maria de Gulpilhares

¹⁴⁴⁷ FERREIRA-ALVES, Joaquim J. B. – *Nótula sobre a Igreja de Santa Maria de Gulpilhares*. In MORENO, Humberto Carlos Baquero (dir.) – *Gaya*. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia. Vol. I (1983), p. 73-76.

Sobre a igreja antiga há um livro de visitas, de 1599 a 1840, que foi totalmente transcrito em 1986 por Francisco Barbosa da Costa e João de Sousa. Nele estão bem discriminadas as obrigações dos fregueses e do pároco perante a igreja.

Na visita de 1599 os fregueses ficaram incumbidos de ladrilhar a igreja, tarefa que só depois de alguma insistência e debaixo de alguma ameaça estava cumprida, em 1602. Em 1601 é ao abade tinha mandado retelhar a capela-mor por esta se encontrar com muita humidade.¹⁴⁴⁸

A 5 de junho de 1609 é o próprio bispo, D. Fr. Gonçalo de Moraes, que faz a visita à igreja de Gulpilhares e manda que os fregueses cerquem o adro da igreja:

*(...) de boa parede dobrada muito bem feita de sinquo palmos dalto que comesarão de a ponta da seve da estrada em circulo he ir fechar na outra ponta de modo que fique de fora a serventia para a caza do Abbade e em direito da porta travessa farão uma entrada de 6 palmos de largo com suas grades (...).*¹⁴⁴⁹

Em 1611 os fregueses tinham de retelhar o corpo da igreja e consertar o forro, a obra estaria feita em 1616.¹⁴⁵⁰

Em 1633 o visitador louva o zelo e rapidez com que o pároco trata de todas as questões relacionadas com a capela-mor e determina que mande consertar o forro da capela-mor, enquanto os fregueses deveriam mandar dourar, até à Páscoa do ano seguinte, o retábulo de S. Sebastião. Os fregueses acabaram por proceder ao douramento dos dois retábulos colaterais e por isso em 1634 o visitador manda que o pároco garanta a reforma as “(...) pinturas do seu retabolo para correspondência doz colecterais (...)”. Em 1635 o abade já tinha cumprido com a determinação.¹⁴⁵¹

Em 1684, sendo necessário reparar o solho da igreja, os fregueses decidiram que o fariam em pedra. Em 1687 a igreja já tinha sido lajeada e o visitador determina que ao proceder ao sepultamento dentro da igreja de algum freguês, se a pedra da sepultura se quebrasse teria de ser paga pelos herdeiros do defunto.¹⁴⁵²

Em 1692 a tribuna do retábulo-mor não se conseguia ver por ser baixo o arco cruzeiro, pelo que o visitador determina que os fregueses dentro de dois meses procedessem à obra.¹⁴⁵³

¹⁴⁴⁸ COSTA, Francisco Barbosa da; SOUSA, João de – *Visitações de Gulpilhares*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1986, p. 47 – 51.

¹⁴⁴⁹ COSTA, Francisco Barbosa da; SOUSA, João de – *Visitações de Gulpilhares...*, p. 67.

¹⁴⁵⁰ COSTA, Francisco Barbosa da; SOUSA, João de – *Visitações de Gulpilhares...*, p. 70 – 78.

¹⁴⁵¹ COSTA, Francisco Barbosa da; SOUSA, João de – *Visitações de Gulpilhares...*, p. 97-100.

¹⁴⁵² COSTA, Francisco Barbosa da; SOUSA, João de – *Visitações de Gulpilhares...*, p. 158,163.

¹⁴⁵³ COSTA, Francisco Barbosa da; SOUSA, João de – *Visitações de Gulpilhares...*, p. 166.

Em 1702 o coro precisava de ser reparado, já tinham sido adquiridas as madeiras, mas os fregueses ainda não tinham mandado fazer a obra, por isso, o visitador incumbe o pároco de os obrigar a proceder à respetiva tarefa.¹⁴⁵⁴

Desde a visita de 1702 até 1756 são vários os louvores que o pároco e os fregueses recebem pela forma exemplar com que cuidavam da sua igreja. Na visita de 7 de dezembro de 1756 o visitador diz que “(...) achando tudo com grande decência, e que o Reverendo Parocho cumpria em tudo com a sua obrigação lhe recomendo continue (...)”.¹⁴⁵⁵

O inquérito de 1758 diz-nos de forma mais concreta como era constituída a igreja, por esta altura. Tinha uma nave e quatro retábulos, a saber:

(...) altar maior, dois colaterais e mais hum da senhora Santa Anna que fica no lado Direito, e corpo da igreja, os colaterais hum hé da Senhora do Rozario e o outro da Senhora das Neves. As imagens que tem esta igreja são as seguintes: a Senhora da Espectação o Menino Jesus, Sam Pedro, Sam José, Sam Francisco Xavier, Sancto Hilario, Nossa Senhora do Rozario, Sam Brás, a Senhora das Neves, a Senhora da nazaré, Santo Antonio, Sam Sebastião huma imagem de Nosso Senhor e de Senhora Sancta Anna.¹⁴⁵⁶

Em 1769 ficamos com a informação de que se tratava de uma igreja pequena: “A Igreja hé pequena, com Capela mór, Sachristia, e 4. Altares com aseio, e Campanario com sineta”.¹⁴⁵⁷

Na visita de 22 de agosto de 1779, o visitador acha tudo com decência e aseio. Na visita de 13 de agosto de 1782 faz o visitador um grande louvor ao pároco pela reedificação da igreja: “Por achamos, que o Reverendo Abbade satisfazia completamente a sua obrigação nos enchemos de particular consolação e esperamos continue no mesmo zello, e com elle mova aos seus fregueses a reedificação da Igreja pelo modo mais suave e pela extrema necessidade em que se acha”.¹⁴⁵⁸ O único motivo para a reedificação seria a dimensão da igreja, porque o seu estado de conservação seria bom, segundos os diversos capítulos de visita, desde o século XVII. Este facto revela a capacidade económica da freguesia, destacando-se das demais da Comarca Eclesiástica da Feira.

¹⁴⁵⁴ COSTA, Francisco Barbosa da; SOUSA, João de – *Visitações de Gulpilhares...*, p. 179.

¹⁴⁵⁵ COSTA, Francisco Barbosa da; SOUSA, João de – *Visitações de Gulpilhares...*, p. 218.

¹⁴⁵⁶ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 763.

¹⁴⁵⁷ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 117.

¹⁴⁵⁸ COSTA, Francisco Barbosa da; SOUSA, João de – *Visitações de Gulpilhares...*, p. 222, 225.

Em 1794 o visitador manda que “*as grades do baptistério, e confessionários se aprontem quanto antes, e a tribuna a quem competir havendo oportunidade e a Imagem de S. Pedro se reforme por estar antiquada*”.¹⁴⁵⁹ No caso da tribuna competiria à Confraria do Santíssimo Sacramento, a restantes à freguesia. A imagem de S. Pedro caso estivesse na capela-mor era da responsabilidade do pároco.

Em 1823 o visitador diz que tudo o que era da obrigação do pároco achou “*(...) com muita abundancia (...)*”.¹⁴⁶⁰ A 21 de novembro de 1864 o visitador diz que “*a igreja é sufficiente para a população da freguesia e grande (...)*”.¹⁴⁶¹

Em 1938, segundo inscrição, foram colocados dois registos azulejares na fachada, dedicados a N. Senhora e a Stº António, sendo possivelmente também dessa altura o revestimento azulejar que existiu na fachada até há poucos anos.

Em 1968 foi colocado o altar *versus populum*, a pedido do P. Manuel Gonçalves, pároco de Gulpilhares.¹⁴⁶² Em 2002 foi feito o projeto de *restauro* do edifício, da responsabilidade da empresa GTAE - Gestão Técnica, Arquitetura, Engenharia, Planeamento e Obras. Nessa intervenção foram feitas obras de manutenção e retirado o revestimento de azulejo padrão da fachada.

A igreja de S. Tiago de Lourosa, pela análise da sua arquitetura será um edifício de finais do século XVII ou dos primeiros anos do século XVIII, com janelas de seteira e portas travessas de verga reta com friso e cornija, no corpo da igreja. O seu frontispício, dividido por pilastras, apresenta um entablamento que se estende pela torre sineira. Ao centro, marcando um eixo vertical, o portal é ladeado por pilastras sobre as quais assenta um entablamento com friso, marcado por almofadas, e cornija saliente, que sustenta dois pináculos. Entre os pináculos um óculo quadrilobado e na sua base dois pequenos enrolamentos que seguem na diagonal em direção aos pináculos. No interior a nave é percorrida por uma cornija entrecortada com mísulas salientes, como já vimos na igreja de Espargo.

¹⁴⁵⁹ COSTA, Francisco Barbosa da; SOUSA, João de – *Visitações de Gulpilhares...*, p. 231.

¹⁴⁶⁰ COSTA, Francisco Barbosa da; SOUSA, João de – *Visitações de Gulpilhares...*, p. 235.

¹⁴⁶¹ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Illº Rº Abadde de Stª Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 86.

¹⁴⁶² AEP – *Proc.* 240.



346. Igreja de S. Tiago de Lourosa, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Lourosa)

O edifício já estaria concluído quando a 17 de agosto de 1707 foi celebrado o contrato de obrigação da obra de talha para a capela-mor e entre o pároco de S. Tiago de Lourosa, P. António Lopes de Oliveira e o mestre entalhador Manuel da Fonseca (Porto). Foi entregue, ao entalhador, um rascunho da obra pretendida, e Manuel da Fonseca “(...) *declarou se havia de fazer, além do rascunho, mais no retábulo (...)*”, a saber:

1. Uma coluna “(...) *da parte de dentro, junto à mesma coluna que mostra o risco, e ficarão ressaltados em as ditas duas colunas de dentro levarão arcos*”. Por trás das colunas teria “(...) *um palmo mais de côncavo*”. Ao todo o retábulo ficaria com seis colunas “(...) *três de cada parte (...)*”.
2. O remate que estava previsto sobre o nicho lateral “(...) *levará na largura em que ficar o sitio da largura da coluna, no lugar donde está o nicho levará um painel de cada parte dos que estão no retábulo velho e se guarnecerão com molduras de talha em que fique aquele lugar cheio e guarnecido com boa disposição de arte (...)*”.
3. Os pedestais onde assentariam as colunas seriam decorados com cartelas.
4. No altar levaria “(...) *uma banquetta para os castiçais, entalhada (...)*”.
5. Acrescentar-se-ia ainda “(...) *uma peanha para o padroeiro, o Senhor São Tiago, a qual terá do banco para cima cinco palmos, e no meio levará um nicho guarnecido com sua tarja, e terá o nicho três palmos de alto (...)*”. A peanha teria “(...) *dois anjos de três palmos de alto dentro na tribuna para terem nas mãos e estarão de pé (...)*”.

6. A tribuna seria feita “(...) de meia laranja do côncavo e sacada o que pedir o sítio do altar até (...) parede da capela (...)”. Nela haveriam duas portas “(...) uma de cada parte, para serventia da dita tribuna, com suas escadas debaixo (...)”.
7. Faria ainda “(...) florões para as cruzetas dos rompantes da capela-mor com seus espigões de talha de três quartos de comprido os que forem necessários para os painéis (...)”.
8. As grades “(...) que hão-de guarnecer os presbitérios terão dois palmos de alto com banco e friso que serão os balaústres retorcidos (...) e o capitel com quatro pilares cada presbitério, e sobre os quatro pilares levará quatro jarras de um conto de alto cada uma”.

O retábulo seria feito de castanho, “(...) entalhado ao moderno (...)” e teria de estar pronto para a Páscoa de 1708. Custaria oitenta mil reis e o pagamento seria, como habitualmente, feito por três vezes.¹⁴⁶³

Presumivelmente o pároco terá levado um rascunho, feito por mão própria ou por alguém que não era da arte e os acrescentos que o mestre entalhador enumera transformam a obra num retábulo praticamente riscado pelo próprio Manuel da Fonseca.

Esta obra não chegou aos nossos dias, tendo sido substituída no século XIX, aquando da reedificação da capela-mor, construída em planta arredondada, na qual foi colocado um retábulo em forma de baldaquino.

Não podemos ainda deixar de lembrar que Manuel da Fonseca em 1702, juntamente com o seu irmão João da Fonseca, celebrou contrato com a Comenda de Rio Meão, em 1703 com a freguesia de Guisande e em 1707 está em S. Tiago de Lourosa, portanto, um artista bastante requisitado na comarca da Feira.



347. Arco cruzeiro e capela-mor da igreja de S. Tiago de Lourosa



348. Pormenor do arco cruzeiro da igreja de S. Tiago de Lourosa

¹⁴⁶³ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. II..., p. 279-283.

O retábulo-mor deve ter sido a primeira obra de ornamentação do espaço encomendada para esta igreja, seguindo-se possivelmente a encomenda dos dois retábulos colaterais e frontispício do arco cruzeiro, obras joaninas, que foram bastante alteradas.

A coroar o frontispício do arco cruzeiro, um relevo de S. Tiago como cavaleiro, iconograficamente seguindo a mesma linha da representação existente na igreja de S. Tiago de Lobão, embora este seja de época posterior. Nas laterais destes retábulos colaterais, junto ao arco cruzeiro foram reaproveitadas duas pinturas, possivelmente do século XVII, com a representação de S. Jerónimo e S. João Batista.



349. Pintura de S. Jerónimo, retábulo colateral do lado do Evangelho, igreja de Lourosa



350. Pintura de S. João Batista, retábulo colateral do lado da Epistola, igreja de Lourosa

Em 1758 a igreja, de nave única, tem três retábulos com a seguinte configuração:

(...) o maior, na banquetta do qual descança o tabernacullo do Santíssimo Sacramento e nos lados da mesma banquetta dous nichos piquenos com vidraças: na do lado do Evangelho o Menino Jesus e no da epistola Sancta Quitéria. No alto, vestindo o retabolo, do lado do Evangelho, a imagem em vulto do padroeiro e na mesma igualdade a de Epistola Sam Luís, bispo, bordando o trono e tribuna as imagens, do lado do Evangelho, de Sam Sebastião e Sancta Anna e da Epistola Sam Joam Marcos e Sancto Antonio. Fora do arco da capella maior, dous altares collateraes, que vestem a fachada do mesmo arco, com as imagens no do lado do

*Evangelho, do patriarca Sam Francisco abraçando-se com Cristo e a de Sam Lourenço e no da Epistola do mesmo patriarca (...).*¹⁴⁶⁴

Nota-se na descrição pormenorizada do retábulo-mor como a obra agradava ao pároco e certamente à freguesia, sendo de algum modo corroborado pelo visitador em 1769, por enaltecer a igreja a ponto de a considerar das melhores da comarca da Feira: “*A Igreja hé uma das melhores da Com.^{ca} e da mesma sorte a capela mor, e sachristia; e tem 3 altares*”.¹⁴⁶⁵

A 9 de outubro de 1864 o visitador diz o seguinte: “*egreja grande mas muito arruinada, o tecto da igreja quase a cair, e está bastante indecente, e pouco aceio (...)*”.¹⁴⁶⁶

Em 1918 o teto da igreja foi alterado e nele haveria a seguinte inscrição “*Jesus Vivit, Christus Regnat, Deus Imperat Homo anno MDCCXC*”.¹⁴⁶⁷ A inscrição latina significa “Jesus Vive, Cristo Reina e Deus Ordena o Homem”. O ano de 1790 deve estar relacionado uma possível intervenção no forro da igreja. A descrição do visitador vem corroborar esta informação de substituição do teto do corpo da igreja e possivelmente também terá sido a seguir à visita de 1864 que se reedificou a capela-mor.

Ainda no século XX a fachada foi revestida a azulejo, como se pode ver na fotografia de c.1954. Em 2003 foi feito, pelo Arq. José Carvalho (Gaia), um projeto de beneficiação e remodelação do edifício, no qual foram feitas obras de manutenção e os azulejos foram removidos.¹⁴⁶⁸

A **igreja de S. Cipriano de Paços de Brandão** andava em construção em 1758, segundo o inquérito desse ano escrito a 13 de abril pelo pároco, P. José Barbosa de Queirós. Diz o P. José de Queirós que a anterior “*(...) hé igreja de huma só nave e por ser limitada e antiga se handa agora fazendo igreja nova que leva quatro altares no corpo da igreja, e fica de huma só nave; tem choro, e torre de quoatro ventans (...)*”.¹⁴⁶⁹

A igreja antiga era de nave única e tinha três retábulos: retábulo-mor com o Santíssimo Sacramento e as imagens S. Cipriano, N. Sr^a da Conceição e S. Francisco Xavier; retábulo

¹⁴⁶⁴ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 386.

¹⁴⁶⁵ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 14.

¹⁴⁶⁶ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 67.

¹⁴⁶⁷ REIS, Maria Cecília Rodrigues – *Lourosa. Sua História e Gentes. Monografia*. Porto: Edição de autor, 1989, p. 46.

¹⁴⁶⁸ AEP – *Proc.* 935.

¹⁴⁶⁹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 392.

colateral do lado do Evangelho com as imagens de S. Gonçalo e S. Sebastião; retábulo colateral do lado da Epístola com as imagens de N. Sr^a do Rosário, N. Senhora e St^a Ana.¹⁴⁷⁰

Em 1769 o visitador acha que “a Igreja hé boa com 5 altares, mas 2 dos colaterais estão pobres, e outros 2 inda sem retábulos. O da capela mor, q também hé boa, está aseado: e tem Sachristia, e torre com um Sino”.¹⁴⁷¹

Por esta altura o edifício já estaria concluído, mas ainda se tratava da sua ornamentação.

Em termos de arquitetura destaca-se a fachada pela elegante composição central constituída pelo portal principal, janela do coro-alto e nicho com a imagem de S. Cipriano. Estes elementos unem-se criando um eixo vertical que segue até ao cume da empena. A cornija da empena é interrompida e dela segue um pequeno apontamento pétreo que se une ao entablamento do nicho, revelando um cuidado artístico executado por bons mestres.



351. Fachada da igreja de S. Cipriano de Paços de Brandão

O interior certamente deve ter vindo a ser enriquecido até finais do século XVIII, período no qual terá sido executada a pintura em *trompe-l'oeil* da capela-mor, pintura de qualidade técnica e iconográfica, dividida em três registos horizontais.

No primeiro, junto ao arco cruzeiro, representa-se o padroeiro da igreja, S. Cipriano, por entre concheados que se aproximam de uma estrutura arquitetónica onde se encontram sentadas as quatro virtudes cardeais, prudência e Justiça do lado do Evangelho e Fortaleza e Temperança do lado da Epístola.

¹⁴⁷⁰ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 392.

¹⁴⁷¹ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 107v.

No segundo registo, ao centro S. José com o Menino ao colo e a vara florida na mão direita. O Menino tem na mão a cruz que remete para a Paixão. Lateralmente quatro colunas coríntias de fuste liso e entre elas um varandim de abaulado com balaústres bulbiformes.

No terceiro registo alguns elementos arquitetónicos e decorativos e entre eles dois anjos que parecem tocar no coroamento do retábulo-mor.

O retábulo-mor, em forma de baldaquino, repete as colunas coríntias de fuste liso e os concheados representados no teto.

No contexto da comarca da Feira esta capela-mor é singular e talvez tenha influenciado a capela-mor oitocentista da igreja de Lourosa.



352. Retábulo-mor da igreja de S. Cipriano de Paços de Brandão



353. teto da capela-mor da igreja de S. Cipriano de Paços de Brandão

A 6 de novembro de 1864 o visitador diz que “a igreja é regular, precisa de reformas (...)”.¹⁴⁷² Efetivamente em finais do século XIX o edifício foi intervencionado adquirindo o atual batistério, de planta circular.

Em 1985, dado o aumento populacional a igreja tinha se tornado demasiado pequena para a população e era necessário proceder à sua ampliação. O projeto ficou a cargo do Arq. António Madeira Portugal e para além de todas as dependências anexas à igreja, foram criados dois corpos laterais à nave, para acolherem a assembleia.¹⁴⁷³ Os retábulos colaterais e laterais foram deslocados nos corpos construídos, os dois púlpitos retirados, mas o teto manteve-se com os seus caixotões de madeira e a sua cornija entrecortada por mísulas, tal como já vimos nas igrejas de Lourosa e Espargo, ambas do padroado do bispo do Porto.

¹⁴⁷² AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 79v.

¹⁴⁷³ AEP – *Proc.* 604.

Os retábulos colaterais e laterais são estruturas em que foram reaproveitados elementos de talha antiga, nomeadamente colunas de estilo nacional, presumivelmente dos retábulos anteriores.



354. Interior da igreja de S. Cipriano de Paços de Brandão

Em 1992, segundo inscrição comemorativa, colocada na nave, a igreja foi restaurada. Deve ter sido por essa altura que recuperaram a pintura do teto da capela-mor.

522

A igreja de S. João de Ver dever ser o resultado de uma reedificação seiscentista de um edifício eventualmente construído no século XVI, porque o arco cruzeiro, ligeiramente abatido, ainda se apresenta emoldurado na face frontal e, junto aos retábulos colaterais, vêem-se vestígios das antigas impostas. Aliás na igreja ainda se conserva uma pedra tumular datada de 1567. A restante construção deve datar de finais do século XVII, com janelas de seteira e porta travessa de verga reta no corpo da nave. Na fachada, portal principal de verga reta, ladeado por duas pilastras que sustentam o entablamento e o frontão triangular interrompido ao centro para receber o nicho decorado por enrolamentos simples; duas janelas no coro-alto igualmente de verga reta, encimadas por frontão triangular interrompido.

Em 1758 apresentava cinco retábulos: retábulo-mor dedicado a S. João Batista; colateral do lado do Evangelho dedicado a N. Sr^a do Rosário; colateral do lado da Epistola da invocação do Ecce Homo; retábulo lateral do lado do Evangelho dedicado a S. Brás; retábulo lateral do lado da Epistola com as imagens de Sr^a da Boa Morte, St^a Ana, S. Sebastião e St^o António.¹⁴⁷⁴

Em 1769 o visitador descreve-a da seguinte forma: “A Igreja hé bast^e, mas velha: porem estão já compradas as madeiras p.^a se fazer o forro dela. Tem 5 altares; mas os

¹⁴⁷⁴ ¹⁴⁷⁴ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 404.

retábulos ainda não estão dourados. A capela mor, e sacristia são suficientes, e com m.^{ta} limpeza; e torre com 3 sinos".¹⁴⁷⁵ Deve ter sido por esta altura que para além da substituição do forro se terá mandado fazer a guarda do púlpito, rococó. Quanto aos retábulos do corpo da igreja, colaterais e laterais na atualidade são o resultado de uma adaptação, mas a talha antiga que conservam é joanina, presumivelmente reaproveitada dos antigos retábulos, uma vez que existiam cinco retábulos por dourar em 1769, portanto seriam relativamente recentes.

No século XIX a capela-mor foi reedificada e o retábulo-mor substituído.

A 10 de outubro de 1864 o visitador encontra uma *"egreja grande e está tudo decente, as pedras d'ara são todas sagradas, não tem reliquias (...)"*.¹⁴⁷⁶



355. Igreja de S. João de Ver, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – S. João de Ver)



356. Interior da igreja de S. João de Ver

Em 1954 o interior da igreja estava em bom estado de conservação, o exterior precisava de obras de manutenção e o pároco diz que a igreja é muito pequena para a população, sendo necessário a construção de um novo templo: *"Igreja paroquial, muito pequena para as actuais necessidades da paróquia. Sem arte e a precisar de muitas reformas. Os fieis pensam em construir, num futuro próximo, uma nova igreja"*.¹⁴⁷⁷

A ideia de construção passou para o papel em 1967, quando o Arq. Fernando Távora fez o projeto para a nova igreja.¹⁴⁷⁸ A 13 de maio de 1968 começaram a obra e a 9 de junho foi benzida a primeira pedra.¹⁴⁷⁹ Todavia, só no dia 26 de outubro de 2008 viria a ser inaugurada a nova igreja, quarenta anos depois do início das obras, e com o Arq. Ricardo de Azevedo a assegurar a fase final, por ter falecido o Arq. Fernando Távora em 2005.

¹⁴⁷⁵ AP - *Informasoins da Comarca da Feira*, tiradas na *Vizita de 1769*, fl. 58.

¹⁴⁷⁶ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 67.

¹⁴⁷⁷ AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – S. João de Ver.

¹⁴⁷⁸ AEP – *Proc. 206*. AEP – *Proc. 207*.

¹⁴⁷⁹ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 106.



357. Igreja nova de S. João de Ver

A igreja de S. Martinho de Escapães foi iniciada em 1731 e concluída em 1735.

Segundo os capítulos de visita da igreja de Escapães, transcritos pelo P. Alves de Pinho, já em 1671 a antiga igreja precisava de alguns consertos quer na capela-mor quer na nave, mas as obras não eram cumpridas e em 1676 o visitador determina o seguinte:

“farão reparar logo a igreja na parte em que parece estar ameaçando ruína, picar e cair as paredes por dentro e por fora e os dois colaterais com retábulos novos muito bem pintados e dourados e uma imagem de S. Sebastião ao moderno por ser informe a que tem; e consertarão o baptistério pondo-lhe portas com fechaduras e também umas novas na igreja; o que tudo farão até à Páscoa (...).¹⁴⁸⁰

Em 1677 a freguesia não estava a cumprir com todas as obras, em 1679 o pároco tinha mandado fazer um retábulo e o visitador determina que “o oficial que está obrigado a fazer o retábulo para o altar mor o assentará perfeito e acabado até dia de Natal (...)”. Em 1680 “o retábulo que se fez de novo para a capela mor não está suficiente para nela servir, porquanto em tudo está disforme, fora de medidas, sem remate ou guarda-pó e não vale o dinheiro que por ele se deu por conta dos frutos desta igreja (...)”, portanto deveriam reaver o dinheiro e mandar fazer novo retábulo. Em 1684 já o novo retábulo estava feito e era preciso dourá-lo: “(...) com toda a perfeição e para mais decência do culto divino mando ao rev.do pároco que o mande dourar até à visita futura (...)”.¹⁴⁸¹

¹⁴⁸⁰ PINHO, P. Alves de – Construção da Actual Igreja de Escapães. Processo e Intervenientes. Introdução. Localização e generalidades. *Villa da Feira: Terra de Santa Maria*. Ano V, nº 15 (2007), p. 57.

¹⁴⁸¹ PINHO, P. Alves de – Construção da Actual Igreja de Escapães..., p. 58.

Em 1706 o visitador determina que o pároco “(...) *mandará fazer um lavatório de pedra para os sacerdotes purificarem as mãos (...)*”. Em 1711 os fregueses são obrigados a consertar o telhado do corpo da igreja e caiar as paredes.¹⁴⁸²

Quinze anos depois, perante a ruína em que se encontrava a igreja a freguesia e o pároco asseguram que seria mais eficaz e barato a construção de uma nova igreja e avançam com os procedimentos necessários, documentos transcritos integralmente pelo P. Alves de Pinho.¹⁴⁸³

A 21 de janeiro de 1726 o pároco, o juiz e eleitos da freguesia apresentam ao vigário geral da diocese do Porto, um auto de petição, dizendo que a igreja está arruinada e é tão pequena que “(...) *já não cabe a frga toda e fica a mayor parte os freigeses de fora (...)*”, estava num sitio baixo e húmido “(...) *entrاندolhe m^{tas} agoas nas enchentes (...)*”, por isso, era necessário construir uma igreja nova e em outro lugar, para tal pedem que os capítulos de visita que mandavam reparar a igreja fossem suspensos por dez anos, por ser uma freguesia pobre e precisar de tempo para a nova construção. A 26 de junho de 1726 é concedido “(...) *aos supp^{tes} o tempo de dous annos com declaração que dentro nelles darão principio a reedificação*”. A 12 de junho de 1728 ainda não estava definido o lugar onde a igreja deveria ser construída e como a freguesia era pobre “(...) *não tem dado principio a dita obra (...)*”, por isso pedem mais tempo à diocese do Porto para procederem à obra.¹⁴⁸⁴

525

A 31 de dezembro de 1727 tinham-se feito os apontamentos para a construção na nova igreja. A igreja ficaria com torre sineira que receberia no interior o batistério, duas portas travessas, o arco cruzeiro seria em cantaria, coro sustentado por duas colunas, a fachada ficaria com três cunhais de esquadria, o portal principal deveria ser composto de pilastras, arquitrave, friso e cornija, a janela do coro-alto também teria arquitrave e friso e “(...) *remate de ponto agudo (...)*”, ou seja, frontão triangular. O batistério seria servido por um arco pétreo e a pia baptismal seria a existente na igreja antiga. O púlpito seria reaproveitado da igreja antiga e acrescentada somente a escada de acesso. Na nave colocar-se-iam quatro pias de água benta. Da igreja antiga reaproveitar-se-ia toda a pedra.¹⁴⁸⁵

No dia 4 de fevereiro de 1728 o “*pedreyro An.º Rodrigues por alcunha o Picansso da freg^a e Couto de Grijó (...)*” arrematou a obra, a 3 de junho de 1731 foi feita a escritura de obrigação. A 11 de março de 1735 o pároco, juiz e eleitos da freguesia informam a diocese que “(...) *tem acabada a sua nova Ig^a (...) e a tem coberta e fechada com seus Adornos (...)*”, solicitando a sua bênção e sagração.¹⁴⁸⁶

¹⁴⁸² PINHO, P. Alves de – Construção da Actual Igreja de Escapães..., p. 58-59.

¹⁴⁸³ PINHO, P. Alves de – Construção da Actual Igreja de Escapães..., p. 72.

¹⁴⁸⁴ PINHO, P. Alves de – Construção da Actual Igreja de Escapães..., p. 73-74.

¹⁴⁸⁵ PINHO, P. Alves de – Construção da Actual Igreja de Escapães..., p. 77-80.

¹⁴⁸⁶ PINHO, P. Alves de – Construção da Actual Igreja de Escapães..., p. 80, 92.



358. Fachada da igreja de S. Martinho de Escapães

Em 1758 a igreja tinha cinco altares, três com retábulo e dois sem: o retábulo-mor com o Santíssimo Sacramento e as imagens de S. Martinho (Evangelho) e S. João Batista (Epistola); retábulo colateral do lado do Evangelho dedicado a N. Sr^a do Rosário; retábulo colateral do lado da Epistola dedicado a Santa Ana; “(...) e dous inda estão por compor por ser igreja feita de poucos annos e a freguezia pobre”.¹⁴⁸⁷ Devem ter sido estes altares laterais que receberam a pintura descrita em 1769: “A Igreja hé boa, com cinco Altares, dous dos quais de pintura fingindo retabulo, e tambem o do altar mor, com capela mor, e sachristia, e torre com 2 sinos”.¹⁴⁸⁸

Atualmente nos arcos dos retábulos laterais existe um retábulo que veio da capela de St^o António,¹⁴⁸⁹ do lado do evangelho, e uma estrutura retabular do século XX, do lado da Epistola. Pode ser que por trás ainda permaneça esta pintura, como sucedeu na igreja de S. Jorge.

Dos retábulos primitivos nenhum chegou aos nossos dias. O retábulo-mor é oitocentista e os colaterais são estruturas ecléticas com alguns reaproveitamentos de talha antiga. Destaca-se unicamente junto ao teto uma cornija corrida com mísulas salientes, como já vimos em Lourosa, Espargo e Paços de Brandão.

A 2 de novembro de 1864 o visitador sobre esta igreja diz o seguinte: “a igreja é ordinaria, tem cinco altares com as competentes pedras d’ara (...)”.¹⁴⁹⁰

¹⁴⁸⁷ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 366.

¹⁴⁸⁸ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 51v.

¹⁴⁸⁹ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 76.

¹⁴⁹⁰ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega, 1824-1864*, liv. 088, fl. 78.

Na fachada do edifício é ainda de referir a existência de uma data, 1771, que talvez seja 1731, entendida, quando passada a tinta, como 1771.

A igreja de S. Pedro de Sermonde foi construída entre 1876 e 1877.

Em igreja antiga, em 1758, era de nave única e tinha três retábulos. O retábulo-mor tinha sacrário em cima da banqueta, na tribuna estava exposta uma imagem de Cristo Crucificado, denominado Sr. dos Aflitos, e no corpo do retábulo estavam patentes as imagens de S. Pedro, Menino Deus e St^a Eufémia, do lado do Evangelho, St^a Ana (com N. Senhora e o Menino ao colo), S. Sebastião e S. Miguel, do lado da Epístola. O retábulo colateral do lado do Evangelho era dedicado a N. Sr^a do Rosário e tinha também a imagem de S. José. O retábulo colateral do lado da Epístola continha as imagens de St^o António, N. Sr^a da Esperança e St^o Tirso.¹⁴⁹¹

Em 1769 o visitador diz claramente que a igreja era pequena, mas apresentava-se condignamente: “*A igreja desta freg.^a he pequena, de uma nave som.^{te} com tres altares; mas limpa, e bast.^{es} para a freg.^a Tem cappella mor e sachristia á proporção, e campanário com um sino*”.¹⁴⁹²

A 16 de novembro de 1864 o visitador reforça o que já tinha sido dito em 1769: “*A igreja he pequena mas esta decente, tem tres altares (...)*”.¹⁴⁹³

Insuficiente para a população acaba por ser substituída em finais do século XIX e da anterior terá restado unicamente a base do púlpito, assente num conjunto de três mísulas com um elemento arquitetónico pendente.

A 27 de janeiro de 1876 é lançada a primeira pedra para a nova igreja e a 29 de junho de 1877 foi solenemente inaugurada.¹⁴⁹⁴

¹⁴⁹¹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 781.

¹⁴⁹² AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 2v.

¹⁴⁹³ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 85.

¹⁴⁹⁴ COSTA, Francisco Barbosa da – *S. Pedro de Sermonde. Notas monográficas*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho, 2001, p. 51.



359. Igreja de S. Pedro de Sermonde, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Sermonde)



360. Base do púlpito da igreja de S. Pedro de Sermonde

A atual **igreja de Stª Maria de Lamas** foi construída entre 1920 e 1926.

A primeira notícia documental que temos relativamente à primitiva igreja de Stª Maria de Lamas é de 11 de maio de 1718, ano em que o pároco desta freguesia comprou à Ordem Terceira de S. Domingos do Porto um retábulo, para a capela-mor da sua igreja.

O retábulo tinha sido feito entre 1701 e 1702 pelo mestre escultor Filipe da Silva (Porto), para a capela-mor da igreja da Ordem Terceira de S. Domingos do Porto.¹⁴⁹⁵ Entre 1709 e 1710 foi dourado e pintado pelo pintor Manuel Pinto Monteiro (Porto).¹⁴⁹⁶ Em novembro de 1712 a Ordem Terceira de S. Domingos decidiu fazer nova igreja, as obras iniciaram-se e a 11 de abril de 1723 foi benzido o novo templo.¹⁴⁹⁷ A 11 de maio de 1718 a Ordem Terceira vendo que o retábulo era demasiado pequeno para a nova capela-mor, decidiu vendê-lo, “(...) e logo em Mesa, estando presente o Rev. Abade de Lamas, da comarca da Feira, ajustou o dito retábulo em preço de quatrocentos e vinte e cinco mil réis, com obrigação de o tirar de onde está a custas da Ordem (...)”.¹⁴⁹⁸

Em 1758, a igreja de Stª Maria de Lamas, de nave única, para além do retábulo-mor adquirido no Porto, tinha mais quatro retábulos dedicados a Stª Apolónia, S. Sebastião, N. Srª do Rosário e Stº Cristo.¹⁴⁹⁹ Por esta altura o edifício estaria a necessitar de obras de grande monta, nomeadamente da construção de uma torre sineira e substituição do telhado do corpo da igreja. Em 1769 a torre estaria bastante adiantada e a nave já tinha o madeiramento necessário para receber o telhado. A capela-mor e a sacristia são referidas como suficientes, poderiam ter sido os primeiros espaços a ser reformados, ou não necessitariam de obras.

¹⁴⁹⁵ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. II..., p. 116-119.

¹⁴⁹⁶ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. II..., p. 333-338.

¹⁴⁹⁷ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. II..., p. 504.

¹⁴⁹⁸ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. II..., p. 505.

¹⁴⁹⁹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 402.

Conforme descrição do visitador: “A Igreja anda-se reformando, e já tem o madeiram^{to}; e também a torre e aquela mostra que ficará boa, a capela mor e sacristia são suficientes”.¹⁵⁰⁰

Quase um século depois, a 13 de novembro de 1864, segundo o visitador, mantinha-se em boas condições: “a igreja desta freguesia acha-se bem conservada, tem bastante capacidade para a população da freguesia. Tem cinco altares (...)”.¹⁵⁰¹

No dia 20 de outubro de 1920 foi lançada a primeira pedra da atual igreja, no mesmo sítio da antiga. Segundo Nogueira Gonçalves a igreja antiga permaneceu “(...) dentro do espaço que se edificava enquanto foi necessário ao culto”,¹⁵⁰² o que revela que seria bastante mais pequena no que a atual, talvez esse tenha sido o motivo para a sua substituição. Em 1926 foi inaugurada, restando da construção anterior unicamente a cornija da capela-mor,¹⁵⁰³ ritmada por mísulas. Esta cornija deve corresponder ao corpo da nave da primitiva igreja, porque tanto o arco cruzeiro como a parede posterior da capela-mor amputaram-na, sendo visível através das mísulas que têm cerca de metade da sua estrutura dentro das respetivas paredes. Portanto, a zona da capela-mor corresponderá a um reaproveitamento da estrutura anterior, presumivelmente uma parte da nave.

O seu interior é rico em talha, porém entre adaptações a aquisições no século XX, resta o retábulo-mor da antiga igreja.



361. Igreja de Stª Maria de Lamas



362. Retábulo-mor da igreja de Stª Maria de Lamas

Dos restantes destacam-se os colaterais, que foram adquiridos pelo pároco de Stª Maria de Lamas, P. José Rodrigues Ferreira,¹⁵⁰⁴ possivelmente na década de 1930, altura em que a

¹⁵⁰⁰ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 108v.

¹⁵⁰¹ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de Stª Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 83.

¹⁵⁰² GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 83.

¹⁵⁰³ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 83.

¹⁵⁰⁴ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 84.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais interveio ao nível da talha na Sé do Porto, sendo, como diz Natália Ferreira-Alves, “(...) *apeados os retábulos das naves, enquanto simultaneamente se picavam estuques, se tiravam pinturas, imagens, etc.*”.¹⁵⁰⁵

Estes dois retábulos estiveram no corpo da Sé do Porto, dedicados a S. Tiago e S. Gonçalo. Foram feitos pelos mestres entalhadores Garcia Fernandes de Oliveira e Caetano da Silva Pinto, ambos do Porto, que celebraram contrato de obrigação da obra dos seis retábulos para o corpo da Sé do Porto, a 3 de março de 1726. Caetano da Silva Pinto faria os retábulos do lado do Evangelho e Garcia Fernandes os do lado da Epístola.¹⁵⁰⁶



363. Retábulo colateral do lado do Evangelho, igreja de Stª Maria de Lamas – antigo retábulo de S. Tiago da Sé do Porto



364. Retábulo colateral do lado da Epístola, igreja de Stª Maria de Lamas – antigo retábulo de S. Gonçalo da Sé do Porto

Segundo o inquérito de 1758, no corpo da Sé do Porto a disposição dos retábulos era a seguinte: do lado do Evangelho estavam os retábulos da Santíssima Trindade, de Stª Apolónia e de S. Tiago; do lado da Epístola o retábulo de Jesus, Maria, José e os retábulos de Stª Luzia e S. Gonçalo.¹⁵⁰⁷ Portanto, Caetano da Silva Pinto fez o retábulo de S. Gonçalo, hoje do lado da Epístola, e Garcia Fernandes de Oliveira o retábulo de S. Tiago, atualmente servindo de colateral do lado do Evangelho.

¹⁵⁰⁵ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – O Tempo de Deus e o Tempo dos Homens. A Talha da Sé do Porto e o seu Destino. *I Congresso sobre a Diocese do Porto. Tempos e Lugares de Memória. Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*. Porto/Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão; Universidade Católica; Centro Regional do Porto; Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Departamento de Ciências e Técnicas do Património. Vol. I (2002), p. 123.

¹⁵⁰⁶ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. II..., p. 39-45.

¹⁵⁰⁷ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 623.

Em 1984 este edifício foi submetido a obras de manutenção e restauro, segundo um projeto do Arq. A. Veiga de Macedo.¹⁵⁰⁸ Recentemente, a partir de 2005/2006 os retábulos têm vindo a ser submetidos a intervenções de conservação e restauro.

A antiga **igreja de Stª Maria de UI** foi demolida em 1770 para dar lugar à construção da atual igreja.¹⁵⁰⁹ No lintel da porta de acesso à sacristia está inscrita a data de 1790 (“MDCCLXXX”), que corresponderá a conclusão da capela-mor e sacristia, feitas a expensas do pároco.

No inquérito de 1758 a antiga igreja é descrita de nave única com três retábulos: retábulo-mor com Santíssimo Sacramento e as imagens de N. Srª Assunção, S. José e Stª Ana; retábulo colateral com as imagens de Stº António, N. Senhora (“*que algum tempo esteve por padroeira*”), S. Francisco, Stº Ovídio e S. Gonçalo; retábulo colateral com as imagens de N. Srª do Rosário e S. Brás.¹⁵¹⁰ Em 1769 o visitador considera que “*A Igreja hé suficiente, com capela mor, sachristia, e 3 altares ordinários, e campanário com sineta*”,¹⁵¹¹ no entanto no ano seguinte estava a ser demolida.

A igreja atual, em termos arquitetónicos, pende para um despojamento decorativo, em que os elementos barrocos estão assinalados, mas sem qualquer requinte decorativo associado, portanto já na transição para a linguagem que irá caracterizar os edifícios oitocentistas. No interior, a talha segue a mesma linguagem artística.



365. Fachada da igreja de Stª Maria de UI



366. Interior da igreja de Stª Maria de UI

Durante o século XIX só temos notícia da visita de 64, mas não encontramos marcas no edifício de intervenções oitocentistas, unicamente a possibilidade de alguns retábulos terem

¹⁵⁰⁸ AEP – Proc. 554.

¹⁵⁰⁹ AREDE, P. João Domingues – Santa Maria de UI. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Tip. Da Coimbra Editora. Vol. XVII, nº 67 (1951), p. 195.

¹⁵¹⁰ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 332.

¹⁵¹¹ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 44.

sido feitos em inícios desse século. A 27 de outubro de 1864 o visitador diz que “*a igreja é um bom edifício e está com a devida decência e esmero (...) as sacristias necessitam de telhados ou reforma nos mesmos*”.¹⁵¹²

A 15 de agosto de 2013 foram inauguradas as obras de restauro de todo o edifício. No mesmo dia foi benzido o novo órgão de tubos, obra executada pelo mestre organeiro Gerhard Grenzing.¹⁵¹³ Nesta intervenção foi removido o lambril de azulejos do interior da igreja e o revestimento de azulejos da fachada, que tinham sido colocados na década de 1930/1940.¹⁵¹⁴

No padroado do bispo do Porto nota-se que o facto de serem os párocos os detentores dos dízimos e, por isso, responsáveis pela capela-mor e sacristia, de modo geral, permitiu que garantissem com apuro as suas obrigações. Para o contexto rural em que estas igrejas se inserem são edifícios com alguma qualidade, destacando-se as igrejas de Gulpilhares, Fornos, Avintes, Espargo, Ul, a capela-mor e fachada da igreja de Paços de Brandão e a igreja de Sanfins.

532

É ainda de notar, dos capítulos de visitas que tivemos acesso, em algumas situações era o próprio bispo a proceder à visitação, o que certamente garantia um maior sentido de responsabilidade.

15.2. Cabido da Sé do Porto

A igreja de S. Cristóvão de Ovar foi construída na segunda metade do século XVII. Possivelmente em 1670 o corpo da igreja já estaria feito e a capela-mor terá sido concluída em 1679.

Em 1623, D. Rodrigo da Cunha considera a igreja anterior “*(...) das fermozas Igrejas do Bispado*”¹⁵¹⁵, no entanto em 1665 encontrava-se completamente arruinada e os fregueses decidem reedificá-la *de naves*,¹⁵¹⁶ o que pressupõem que o edifício anterior seria de nave única.

¹⁵¹² AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 76.

¹⁵¹³ Segundo lápide comemorativa existente no interior da igreja.

¹⁵¹⁴ AREDE, P. João Domingues – *Santa Maria de Ul. Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Tip. Da Coimbra Editora. Vol. XVII, nº 67 (1951), p. 202.

¹⁵¹⁵ CUNHA, D. Rodrigo da – *Catalogo & Historia Dos Bispos do Porto*. Porto: João Rodriguez Impressor de sua Senhoria, 1623, p. 388.

¹⁵¹⁶ PINHO, João Frederico Teixeira de – *Memórias e Datas para a História de Ovar*. [s/l]: Edição da Câmara Municipal, 1959, p. 156.

Iniciada a reedificação, segundo o P. Manuel Lírio, “(...) *cederam-se sepulturas privativas, dentro do templo, a algumas famílias nobres, que por isso concorriam com mais avultadas quantias para as obras*”.¹⁵¹⁷ A única que nos é dada a conhecer é de Salvador de Matos Soares Tavares da Rocha, que adquiriu três sepulturas e ergueu a Capela do Sr. da Agonia, onde, ainda hoje, se lê, em epígrafe: “ESTA CAPELA EH DE SAL/VADOR DE MATOS SO/ARES E DES SEVS ERDEIRO/S MANDOV A FAZER SEV/ FILHO O PRIOR DE CARRE/GOZA ANNO D 1670”. É de salientar que estando este retábulo, inserido em arco pétreo, datado de 1670 possivelmente o corpo da igreja já estaria concluído por esta altura.

A 26 de fevereiro de 1674, conforme documento já publicado, o corpo da igreja estava concluído, com arco cruzeiro e toda a ornamentação necessária, porém e a capela-mor ainda andava em obras, a expensas do Cabido da Sé do Porto, o que indignou os fregueses de Ovar que se dirigiram ao padroeiro explicando a situação. A igreja estava acabada, no arco cruzeiro “(...) o vão por onde se entra p^a ella [capela-mor] *está tapado co parede, q som^{te} se há de desfazer ao tempo que estiver acabada esta capella (...)*”, a obrigação da freguesia estava cumprida. A Capela de N. Sr^a da Graça, que por essa altura servia de paroquial, era demasiado pequena para toda a população e nos “(...) *Domingos da Quaresma está o povo ouvindo o sermão a chuva (...)*”. A capela-mor era de extrema necessidade “(...) *porq[eu] o povo he m^{to} grande [e] não podem comodam^{te} ouvir missa nas Ermidas e por isso a querem ouvir na dita Igreja (...)*”.¹⁵¹⁸

O cabido respondeu a 19 de março de 1674, dizendo que “*não está finda a obra da Capella da Igreja de Ovar por falta do pedreiro, a quem se deu por Rematação por hua Escritura pública*”. O cabido já tinha pago parte da obra, mas o pedreiro estava em incumprimento, obrigando o Cabido a fazer “(...) *petição do Corregedor do Cível, q o mandasse prender*”. O corregedor em setembro de 1673 tinha decretado que o pedreiro tivesse a obra acabada em seis meses, não estando o Cabido continuava em litigio com o pedreiro, mas já tinha tratado de todas as diligencias necessárias para que a obra avançasse “(...) *e estamos prestes a dar todo o dinheiro p^a a obra, que queremos se acabe logo*”.¹⁵¹⁹

Em 1679, iniciou-se o culto na nova igreja.¹⁵²⁰ A 4 de julho de 1681, o Cabido da Sé do Porto assina, com o mestre entalhador e imaginário Domingos Lopes (Porto), contrato

¹⁵¹⁷ LÍRIO, Pe. Manuel – *Monumentos e Instituições Religiosas. Subsídios para a História de Ovar*. Porto: [s/e], 1926, p. 51-52.

¹⁵¹⁸ VECHINA, Sofia Nunes – *A Igreja Matriz de Ovar nos séculos XVII-XIX: obras e artistas*. In FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *A Encomenda. O Artista. A Obra*. Porto: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2010, p. 524-525.

¹⁵¹⁹ VECHINA, Sofia Nunes – *A Igreja Matriz de Ovar nos séculos XVII-XIX: obras e artistas...*, p. 525.

¹⁵²⁰ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 174.

referente à obra do retábulo-mor, concerto do sacrário antigo, armário da sacristia e caixa de frontais. A 6 de agosto de 1688, o pintor José de Araújo, assina a escritura de fiança e obrigação da pintura e douramento do retábulo. Com a reedificação da capela-mor na segunda metade do século XVIII o retábulo foi substituído pelo atual, rococó, onde está inserida uma maquete com Presépio oferecido c.1860, por António Ferreira Meneres, e executado na Fábrica das Devesas, atribuído a Teixeira Lopes (Pai).¹⁵²¹

Em 1727¹⁵²² já tinha sido construída, do lado do Evangelho, junto ao retábulo colateral de N. Sr^a do Pilar, a capela do Sr. dos Passos, a primeira de um percurso com mais seis capelas espalhadas pela cidade de Ovar. Em 1735 a capela já tinha um retábulo da autoria do mestre entalhador José Teixeira Guimarães (Porto). Por volta de 1750 a capela recebeu acrescentos de talha, que corresponderão às ilhargas da capela, também executadas por José Teixeira Guimarães e possivelmente douradas pelo dourador Pedro da Silva Lisboa (Porto).¹⁵²³

Com o terramoto de 1755 a capela-mor ficou arruinada e a abóbada da capela do Senhor dos Passos ficou bastante danificada. Em 1762 a capela-mor e a sacristia foram reedificadas. Em 1758 a igreja de três naves tinha seis retábulos: retábulo-mor com Santíssimo Sacramento e a imagem de S. Cristóvão; retábulo colateral do lado do Evangelho dedicado a N. Sr^a do Pilar e Almas, retábulo colateral do lado da Epístola dedicado a N. Sr^a do Rosário; retábulo lateral do lado do Evangelho dedicado ao Sr. da Agonia e retábulo lateral do lado da Epístola dedicado a S. Bartolomeu.¹⁵²⁴



367. Interior da igreja de S. Cristóvão de Ovar

¹⁵²¹ VETCHINA, Sofia Nunes – *A Igreja Matriz de Ovar nos séculos XVII-XIX: obras e artistas...*, p. 532-534.

¹⁵²² Data inscrita no nicho central do retábulo do Senhor dos Passos, numa pintura a fresco recentemente descoberta.

¹⁵²³ VETCHINA, Sofia Nunes – *A Igreja Matriz de Ovar nos séculos XVII-XIX: obras e artistas...*, p. 534-535.

¹⁵²⁴ VETCHINA, Sofia Nunes – *A Igreja Matriz de Ovar nos séculos XVII-XIX: obras e artistas...*, p. 525-526.

Em 1769 o visitador considera esta igreja como uma das melhores da comarca da Feira e informa que se andava a acabar de dourar a capela do Senhor dos Passos: “*a Igreja hé grande, e dos melhores templos da Com.^{ca}, de tres naves, com 6 altares, e p.^a o sacrário se anda acabando de dourar uma capela no lado esquerdo com aseio. Tem capela mor nova, e boa, e sachristia dela tambem boa; e da m.^{ma} sorte tem outra sachristia da Confraria do Santíssimo, com paramentos ricos; e torre com 4 Sinos*”.¹⁵²⁵

Relativamente à capela do Senhor dos Passos, sabemos que foi necessário intervir, depois de 1755, na sua abobada e o trabalho de talha que hoje podemos ver já não corresponde ao traço de José Teixeira Guimarães, sendo de uma linguagem rococó de grande requinte decorativo. Possivelmente esta seria a obra que se andava a dourar e 1769, sendo que o sacrário de que o visitador fala expôs até ao século XIX uma relíquia do Santo Lenho e não o Santíssimo Sacramento que tinha o seu lugar no retábulo-mor.



368. Teto da capela do Sr. dos Passos, igreja de Ovar



369. Igreja de S. Cristóvão de Ovar

A 11 de fevereiro de 1824 o visitador diz que “*o corpo da igreja se acha reduzido ao mais deplorável estado, por falta de se terem cumprido os Cap^{os} das visitas passadas q determinarão os reparos nos telhados, forros, solho e portas da Igr^a (...)*”, por isso manda que se proceda às devidas obras, nomeadamente “*(...) q os altares da Snr^a do Rosário e da Snr^a do Pilar sejam reformados nas partes correspondentes às goteiras do telhado e nelles colocadas novas pedras d’ara*”. Diz ainda que a paróquia deveria solicitar a prorrogação do real aplicado para as obras públicas da vila de Ovar, dado “*(...) as ruínas e estragos de mais de vinte anos,*

¹⁵²⁵ AP - Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769, fl. 101v.

a que tem de se acudir (...)”, em causa estava a “(...) reedificação da sua Igreja Parochial e onze capellas annexas, além dos seus ornamentos respectivos”.¹⁵²⁶

Pouco tempo depois iniciaram-se as obras. O projeto ficou a cargo do Arq. Luís Inácio de Barros Lima, do Porto, que o apresentou em 1804, mas que em inícios da década de 1830 terá exposto um esboço mais desenvolvido e, consequentemente, mais próximo do resultado final. A fachada foi reedificada, com duas torres sineiras, o corpo da igreja foi alteado e recebeu uma nova cobertura, as paredes laterais receberam duas portas travessas. Em 1834 as obras estariam concluídas, segundo a inscrição que ostenta o portal principal, “PAVETE AD SANTUARIUM MEUM: EGO DOMINUS. / 1834/ LEVIT. C. XXVI.II”. Quanto à inscrição latina é igual à existente na igreja de Sanfins, feita em 1832.

Entre 1831 e 1834 é, igualmente, construída a capela do Santíssimo Sacramento, da autoria do mestre de obras Manuel Lourenço Afonso, de Avanca. A capela foi feita quer no exterior quer no interior à semelhança da capela do Sr. dos Passos, por imposição contratual. A obra de serralharia foi feita por Joaquim Manuel de Freitas, da vila da Feira.¹⁵²⁷

Cerca de um século depois a capela do Santíssimo é construída seguindo a linguagem barroca da capela que lhe fica em frente, só no seu interior se destacaria com um retábulo riscado, em data não identificada, por Manuel António da Fonseca (Feira) e arrematada a obra por Manuel Ferreira Maia, do Porto.¹⁵²⁸ O desenho já foi publicado, mas repetimos a sua divulgação por se tratar de um bom exemplar neoclássico, riscado por um artista que ainda nos é desconhecido.



370. AMO – Risco do retábulo da Capela Santíssimo Sacramento, Manuel António da Fonseca, Feira, s/ data, pasta 1547

¹⁵²⁶ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 34-39.

¹⁵²⁷ VECINA, Sofia Nunes – *A Igreja Matriz de Ovar nos séculos XVII-XIX: obras e artistas...*, p. 526-528.

¹⁵²⁸ VECINA, Sofia Nunes – *A Igreja Matriz de Ovar nos séculos XVII-XIX: obras e artistas...*, p. 535-536.

A **igreja de Stª Marinha** é uma reconstrução de meados do século XVIII, da autoria do Arq. Nicolau Nasoni, por encomenda do Cabido da Sé do Porto. O corpo da igreja foi construído entre 1745 e 1749, a sacristia arrematada em 1750 e a capela-mor em 1763. A torre sineira é obra de 1894, conforme inscrição.

Excecionalmente o cabido assume a obra de reedificação na totalidade, o que sucedeu por lhe ter sido entregue a quantia necessária para a concretização da reedificação. Segundo um documento revelado pelo Conde de Campo Belo, em 1733 Bartolomeu Ferraz de Almeida, fidalgo da Casa Real, Comendador da Ordem de Cristo, a viver em Lisboa, no convento dominicano de Stª Joana, fez testamento deixando dez mil cruzados ao cabido para que este, na qualidade de padroeiro da igreja de Stª Marinha, procedesse à sua reedificação:

*(...) que se tirem dez mil cruzados que são quatro Contos de Reis e se entreguem por hum só vez ao Reverendo Cabbido da Cidade do Portto como padroeiro da Freguesia de Santa Marinha da Vila Nova da dita Cidade do Porto pera efeito de com os ditos dez mil cruzados se reedificar a Igreja da dita Freguesia (...).*¹⁵²⁹

537

Por esta altura era Deão do Cabido da Sé do Porto, D. Jerónimo de Távora de Noronha Leme Cernache (1690-1754), morgado de Campo Belo, responsável pela vinda de Nicolau Nasoni para o Porto e apreciador da sua obra, tendo-lhe encomendado o Palácio do Freixo e estando ligado ao projeto da igreja dos Clérigos. Naturalmente a encomenda do risco para a igreja de Stª Marinha a Nicolau Nasoni terá sido responsabilidade sua.

O legado testamental veio permitir ao cabido por ao serviço de uma freguesia bastante relevante, um dos melhores arquitetos da época. Stª Marinha, do ponto de vista religioso era, a par com Ovar, a igreja com maior número de eclesiásticos ao seu serviço, vinte e cinco em 1769, naturalmente também era das mais lucrativas. Já na altura era uma freguesia com um forte pendor mercantil, bastante ligada ao comercio vinhateiro. Como refere, em 1758, o pároco de Stª Marinha, P. Jorge Neucl:

Tem para cima de cem barcos na passagem da Villa para a cidade e de Gaia para a Porta Nova, banhos e Lingoeta, a toda a hora que se querem e são precisos de dia e de noite. Aqui chegam todas os dias muitos e varias barcos de Cima do Douro,

¹⁵²⁹ CAMPO BELO, Conde de – *Para a História da Igreja de Santa Marinha de Gaia*. In MORENO, Humberto Carlos Baquero (dir.) – *Gaya*. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia. Vol. II (1984), p. 346.

*com vinhos, sumagre e frutas, que pela maior parte se recolhem nos armazéns desta villa.*¹⁵³⁰



371. Fachada da igreja de Stª Marinha

Quanto à obra arquitetónica, a 13 de setembro de 1745 é registado o pagamento de 19\$260 que o Cabido da Sé do Porto deu a Nicolau Nasoni por “(...) *duas plantas que fez para a igreja de Santa Marinha*”. No mesmo dia foi celebrada a escritura de contrato de obra com os pedreiros, aos quais o arquiteto italiano explicou todos os procedimentos.¹⁵³¹

A 16 de setembro de 1745 foi celebrado o contrato de obrigação da obra de reedificação da igreja de Stª Marinha, entre o Cabido da Sé do Porto e os mestres pedreiros (António da Silva, intitulado *o Mouco*, morador na cidade do Porto; Manuel Pereira, de Vila Nova de Gaia; Pedro Pedreira, de Campanhã; Francisco Al. França, de Vila Nova da Telha; José Moreira da Silva, de Oliveira do Douro), e os pedreiros (Manuel Luís, de Leça; João Francisco, de Paranhos), que fariam a obra segundo o risco que estava em poder dos mestres.¹⁵³²

A 23 de setembro de 1745 é celebrado o contrato de sociedade entre os mestres pedreiros que iriam proceder à reedificação da igreja. A saber, António da Silva, Pedro Pereira, Manuel Pereira, Francisco França, Manuel Martins Valente, Manuel Martins, José Moreira da Silva, Manuel Moreira, Manuel Francisco Fajardo, Domingos da Costa, Baltazar Francisco, Manuel Luís, Manuel Tomé, José da Costa Moreira, José Francisco, António João, Nicolau Moreira, Silvestre Moreira, João Moreira de Bousa, André João, Manuel Tomé e José Alz. A

¹⁵³⁰ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 788.

¹⁵³¹ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho; ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da Rocha; LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – *Nicolau Nasoni. Vida e obra de um grande artista. Breve Resumo*. Porto: Edição de autor, 1987, p. 58.

¹⁵³² BASTOS, A. de Magalhães – *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1950, p. 504-505.

obra tinha sido arrematada por Manuel António da Silva, por seis mil cruzados e cinquenta mil reis. A pedra seria transportada para a igreja por Leandro Nogueira.¹⁵³³

A 16 de novembro do mesmo ano é celebrado contrato de obrigação da obra de carpintaria, entre o Cabido e os mestres carpinteiros, que se comprometeram a dar a obra acabada dentro de seis meses após a conclusão das obras de pedraria. O último pagamento foi feito a 15 de dezembro de 1749.¹⁵³⁴

Entre 1746 e 1748 foram feitas as portas da igreja, pelo mestre serralheiro Michael Beltzolt.¹⁵³⁵

A 8 de agosto de 1749 o tesoureiro da Fábrica da Sé do Porto ajustou com os mestres rebocadores, Manuel Alves Bezerra e Mateus Alves Bezerra, naturais de Afife (Viana do Castelo), a obra de reboco da igreja de St^a Marinha. Segundo o documento, estes mestres rebocadores “(...) são os que andarã na obra da Igr^a dos Clerigos (...)”. O último recibo desta obra é de novembro de 1749.¹⁵³⁶

No final do ano de 1749, ao que tudo indica, estaria acabado o corpo da igreja. Em maio de 1750 é arrematada a obra de reedificação da sacristia.¹⁵³⁷

A 10 de setembro de 1763 José da Costa, da freguesia de Perosinho, contratou com o Cabido da Sé do Porto toda a obra de pedraria da capela-mor. A obra já tinha sido iniciada “(...) e se acha feita alguma parte (...)”, com este contrato o cabido deixa os apontamentos para a execução da obra. As paredes seriam feitas de acordo com “(...) a que se acha feita (...)”, os cunhais, as cornijas e as janelas seriam feitos de acordo com o corpo da igreja. o saibro era por conta do Cabido, a obra custaria 290 reis e o prazo de entrega da obra era de quatro meses.¹⁵³⁸

No inquérito de 1758 as obras, que por essa altura decorreriam na sacristia e capela-mor, não são referidas e a igreja é descrita com altar mor com a imagem do Sr. Jesus de Vila Nova ao centro, St^a Marinha à direita e St^a Engrácia à esquerda,¹⁵³⁹ mas não refere que este estivesse na capela-mor. Sobre o restante edifício diz o seguinte:

¹⁵³³ BASTOS, A. de Magalhães – *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices...*, p. 189, 335, 418, 465, 506-507.

¹⁵³⁴ BASTOS, A. de Magalhães – *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices...*, p. 505-506.

¹⁵³⁵ BASTOS, A. de Magalhães – *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices...*, p. 75.

¹⁵³⁶ BASTOS, A. de Magalhães – *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices...*, p. 76.

¹⁵³⁷ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho; ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da Rocha; LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – *Nicolau Nasoni...*, p. 58

¹⁵³⁸ BASTOS, A. de Magalhães – *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices...*, p. 73, 189-192.

¹⁵³⁹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 784.

*Hé esta igreja de hua só nave. E tem dous altares colateraes, no da parte do Evangelho, Nossa Senhora da Conceição, São Gonçallo e São João; no da Epistola, São Brás e São Tude, em cujo meio São Sebastião, (...). Tem mais quatro altares no corpo da igreja: da parte do Evangelho, hum hé a capela de S. Pedro, que erigio o reverendo Miguel Vaz, sendo vigário da mesma igreja, com rendas consignadas para o seu culto, para nella se sepultar e seos descendentes; outro do Arcanjo São Miguel, e da parte da Epistola tem o altar das Almas com Santa Anna, São Jozé e Santo Antonio e o outro com Santa Luzia.*¹⁵⁴⁰

A 26 de janeiro de 1766 é feita uma escritura de obrigação entre Pedro de Oliveira Ramos e José de Oliveira Leal, “(...) *homens de negócios* (...)” da freguesia de Stª Marinha, e os mestres entalhadores Manuel de Araújo, de Landim, e António José da Silva, da freguesia de S. Tiago de Rebordãos, para a feitura do “(...) *retabolo ou tribuna da capela-mor da dita igreya de Santa Marinha desta Vila em que está colocada a milagrosa imagem do Senhor Jezus, cujo retabolo há-de ser feyto na forma da planta e risco que no acto deste contrato foy apresentado* (...)”. A obra teria de estar pronta “(...) *o mais tardar athé tres de Mayo de mil setecentos e sessenta e sete* (...)”. Terminada, a obra teria de ser examinada pelo Fr. Manuel de Jesus e Maria, religioso agostinho do Mosteiro de Stº Agostinho da Serra, e “(...) *mestre das obras* (...)”.¹⁵⁴¹

O facto dos encomendantes se identificarem como *homens de negócios*, conjetura a possibilidade de se tratar de beneméritos da igreja, uma vez que este retábulo deveria ser da obrigação do Cabido da Sé do Porto e foi encomendado por duas pessoas que documentalmente não se identificam com qualquer cargo dentro da igreja, mas como moradores da freguesia.

Segundo Robert Smith, os retábulo laterais das Almas, de Stª Luzia e de N. Srª da Purificação, podem ter sido riscados por Nicolau Nasoni, por volta de 1750-1751.¹⁵⁴²

¹⁵⁴⁰ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 785.

¹⁵⁴¹ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. IV, p. 241-244.

¹⁵⁴² SMITH, Robert – *Nicolau Nasoni. Arquitecto do Porto*. Lisboa: Livros Horizonte, 1966, p. 169.



372. Interior da igreja de Stª Marinha



373. Retábulo das Almas, igreja de Stª Marinha

Em 1769 o visitador diz que “A Igreja hé suficiente, com capela mor nova, sachristia, e 7 altares; um dos quais se acha indecentis^{mo} e suspenso; o q não basta, p.^a se lhe fazer o nv^o, sendo já mandado nas ultimas Viz^a, e tem campanr.^o com 2 sinos”.¹⁵⁴³

A 24 de novembro de 1864 encontrava-se a “igreja grande e aceada (...)”,¹⁵⁴⁴ por esta altura ainda não tinha torre sineira, que só foi construída em 1894.

Relativamente ao espaço destinado às torres, é curioso que Nicolau Nasoni desenha uma fachada que concentra no eixo central todo o labor decorativo, singelo e despojado, dando um especial destaque à cruz que remata a empena, e até o espaço destinado às torres sineiras, é bastante recuado em relação à fachada. Construída no século XIX a única torre desta igreja, em nada interfere com a leitura da fachada e embora pertencendo ao conjunto, parece um elemento autónomo.

Em 1968 a igreja foi submetida a importantes obras de manutenção do edifício e do seu recheio. Em 1972 o presbitério foi alterado para receber o altar *versus populum*.¹⁵⁴⁵

Da antiga igreja D. Domingos de Pinho Brandão deu a conhecer os contratos para o retábulo-mor, encomendado pela Confraria do Santíssimo Sacramento e para o retábulo do Sr. Jesus, encomendado pela respetiva confraria.

A 2 de novembro de 1670 é celebrado o contrato de obra do retábulo-mor da igreja de Stª Marinha, entre a confraria do Santíssimo Sacramento e o escultor P. Sebastião Dinis da

¹⁵⁴³ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Visita de 1769*, fl. 136.

¹⁵⁴⁴ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de Stª Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 88.

¹⁵⁴⁵ AEP – *Proc.* 286.

Fonseca.¹⁵⁴⁶ A obra teria de estar acabada até ao primeiro dia de junho de 1671.¹⁵⁴⁷ A 23 de março de 1672 foi contratado o douramento com os pintores Mateus Nunes de Oliveira e Francisco da Rocha, ambos do Porto.¹⁵⁴⁸

A 4 de fevereiro de 1722 os mordomos da Confraria do Sr. Jesus contratam a execução do seu retábulo com os mestres entalhadores Luís Pereira da Costa e Caetano da Silva Pinto, ambos do Porto, que se comprometeram a fazê-lo segundo o risco existente. A obra estaria concluída até ao último dia de agosto desse ano.¹⁵⁴⁹ A 25 de fevereiro de 1724 é contratado o seu douramento com o mestre pintor José Moreira Coutinho.¹⁵⁵⁰

A igreja de St^a Maria de Válega foi reedificada entre 1746 e c. 1788.

A antiga igreja tinha três retábulos: retábulo-mor dedicado ao Santíssimo Sacramento e dois colaterais com as invocações de N. Sr^a do Rosário e do Espírito Santo,¹⁵⁵¹ e estava em grande ruína no ano de 1746. O edifício atual, está documentado através de dois livros de visitas. O mais antigo, apesar do título, começa no ano de 1742 e termina em 1769¹⁵⁵² e o mais recente vai de 1769 a 1840,¹⁵⁵³ infelizmente muito menos pormenorizado do que o anterior.

A 2 de junho de 1746, segundo o visitador, a igreja ameaçava ruína. Em capítulos anteriores os fregueses tinham ficado incumbidos de a reedificarem, mas não deram resposta, porém, ao serem ameaçados com as penas habituais e, sabendo da visita procederam a arrematação da obra:

Achey esta Igr^a em termos de cahir e tendo huma grd^e ruína que ham^{tos} annos ameasa, por cujo motivo tendo Provisor neste Bispado obriguei aos fregueses della a fazerem-na de novo com penas pecuniárias, o que melhor constara do termo que os d^{os} freguezes na minha prez. fizerao e como me constou agora em acho de vezita e que os mesmos freguezes sabendo que cuvinha (sic) vezitar (...) com o medo de eu lhe executar a pena (...) com que estavam incursos com m^{ta} preça fizerão dar a d^a obra da d^a Igreja confrontando, e medindo a bem donde havia de fazer e fundar a nova Igr^a e a fizerão Rematar (...) p^a me persuadir (...) mas (...) conheço nelles pouco zelo p^a as Couzas de Deos de m^{tos} annos que os obrigo a fazer esta obra tão

¹⁵⁴⁶ P. Sebastião Dinis da Fonseca foi o escultor que fez os modelos de madeira para as imagens de S. Pedro e S. Paulo do trono do Sacrário da Sé, executadas em prata e concluídas em 1667-1668.

¹⁵⁴⁷ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. I, p. 394-398.

¹⁵⁴⁸ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. I, p. 402-404.

¹⁵⁴⁹ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. II, p. 608-614.

¹⁵⁵⁰ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de Talha...*, Vol. II, p. 652-655.

¹⁵⁵¹ APV – *Livro das Vizitas desta Igreja de Vallega desde 1749 athe 1769*, fl. 3v. (BASTOS, Manuel Pires – *O Concelho de Ovar nas “Memórias Paroquiais” (1758)*. Ovar: Paróquia de Ovar, 1984, p. 42).

¹⁵⁵² APV – *Livro das Vizitas desta Igreja de Vallega desde 1749 athe 1769*.

¹⁵⁵³ APV – *Livro que ha de servir p^a os Cap^{os} de Vezita da Freg^a de Vallega*, 1769-1840.

grande p^a o seu Serv^o por tanto provendo de Remedio ao Seu pouco zelo. Mando que dentro de tres annos que pricipiarão da data deste cap^o se principie e finde a d^a obra.¹⁵⁵⁴

Em 23 de Outubro de 1746, adquiriu-se o terreno para a atual igreja¹⁵⁵⁵ e em 20 de novembro do mesmo ano, já se lançava a primeira pedra:

Aos vinte dias do mez de Novembro do anno de mil sete centos e quarenta e seis na terceyra Dominga do d^{to} mez, dia de S. Feliz pelas nove horas da manham, em procição sollemne de todos os P^{os} desta frg^a, e m^{to} povo della, fui eu Vicente Jozé de Freytas Abb^e actual desta mesma frg^a, deitar a primeyra pedra da Igr^a nova, q tinha em si gravadas estas mesmas Lembranças do d^{to} dia, mez, e anno: e p^a a todo o tempo constar fiz este acento, q asigno.¹⁵⁵⁶

Em 24 de Agosto de 1752 já as obras iam muito adiantadas e o visitador manda que o pároco e o juiz da igreja solicitem a capela-mor ao Cabido da Sé do Porto:

543

Achase feito e quazi acabado [o] corpo da nova Igr^a desta freg^a por conta e obrig^{am} dos freg^{es} della, e falta fazer a capella mor com a possível brevid^e a fim de se acabar em tempo hutil (...) mando se faça a dt^a Capella de novo do tempo de dois annos em forma decente e regular a proporção em q. se acha o Corpo da mesma Igr^a (...) o R^{do} Par^o desta freg^a extrahira por certidam no termo de quinze dias este Capitulo e o entregara ao Juis da Igra p^a com elle Requerer ao m^o Rm^o Cabb^o he defira a dt^a obra¹⁵⁵⁷.

Em 1759 a freguesia obteve apoio régio de um real em cada quartilho de vinho vendido em Válega, para ajudar a custear as obras de reedificação.¹⁵⁵⁸

Em 1769 o visitador diz que a igreja ainda não estava completamente concluída e já se encontrava com alguma ruína, dada a demorada empreitada em que se encontrava. A capela-

¹⁵⁵⁴ APV – Livro das Vizitas desta Igreja de Vallega desde 1749 athe 1769, fl. 9.

¹⁵⁵⁵ OLIVEIRA, P. Miguel de – Válega. *Memória histórica e descritiva*. [s.l.]: Edição da Câmara Municipal de Ovar, 1981, p. 32.

¹⁵⁵⁶ APV – Livro das Vizitas desta Igreja de Vallega desde 1749 athe 1769, fl. 45v.

¹⁵⁵⁷ APV – Livro das Vizitas desta Igreja de Vallega desde 1749 athe 1769, fl. 22v.

¹⁵⁵⁸ OLIVEIRA, P. Miguel de – Válega..., p. 33.

mor ainda não tinha sido iniciada: “*A Igreja se principiou ha m.^{tos} a^s; e ainda não está inteiram^e concluída, já se acha com alguma ruína. A capela mor ainda se não principiou, nem sachristia. Serve-se por hora de uma capela da freg^{ua}*”.¹⁵⁵⁹ A capela que servia de paroquial seria certamente a de S. Gonçalo, que lhe fica próxima.

Em 18 de Abril de 1779 o corpo da igreja encontrava-se concluído e a freguesia já tinha pedido a construção da capela-mor: “*Acha-se o corpo desta Igreja concluído á porta fexada e os freguezes justamente requerem a Capela mor, que pertence ao Il^{mo} Cabido do qual se espera mande com a brevidade possível fazer a d^a Capela mor*”.¹⁵⁶⁰

No dia 25 de abril de 1788, a igreja, construída e com dois retábulos colaterais, foi reduzida a cinzas, o que obrigou a continuar as obras de edificação durante o século XIX.¹⁵⁶¹

Perante a situação a 17 de outubro de 1825 foi novamente concedido o apoio régio e ainda corria em 1865, quando a 16 de agosto é encerrado.¹⁵⁶²

A 24 de novembro de 1813, o visitador afirma que as obras ainda não estavam concluídas, mas que o que estava feito era de qualidade:

*(...) tive a consolação de ver a decência, aceio, e grande melhoramento, em que se acha esta Igreja (...) e devo esperar, que as obras já começadas, e o mais de que necessita esta igreja, tanto para o seu ornato, como para a Celebração dos Divinos Officios, se haja de promover com todo o zelo, e actividade.*¹⁵⁶³

A 9 de setembro de 1864, a igreja estaria acabada, dado que o visitador não faz referencia a qualquer necessidade, dizendo somente o seguinte: “*Boa Igreja – tem cinco pedras d’ara dos cinco altares, quatro dos quais tem relíquia*”.¹⁵⁶⁴

¹⁵⁵⁹ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 91.

¹⁵⁶⁰ APV – *Livro que ha de servir p^a os Cap^{os} de Vezita da Freg^a de Vallega*, 1769-1840, fl. 9.

¹⁵⁶¹ OLIVEIRA, P. Miguel de – *Válega...*, p. 34.

¹⁵⁶² OLIVEIRA, P. Miguel de – *Válega...*, p. 34.

¹⁵⁶³ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl.44.

¹⁵⁶⁴ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 62.



374. Igreja de Stª Maria de Válega, 1943 (Espólio dos Herdeiros de Mons. Miguel de Oliveira)



375. Retábulo-mor da igreja de Stª Maria de Válega

Concluída a igreja era necessário ornamenta-la. O retábulo-mor terá sido executado em finais do século XVIII, da transição do rococó para a o neoclassicismo, certamente custeado pelo respetivo padroeiro.

A tribuna, da responsabilidade da Confraria do Santíssimo Sacramento, este por dourar até 1865, ano em que José Custódio Ferreira Santinho, de Oliveira de Azeméis, arrematou a obra de pintura e douramento, que ficou terminada em 1867. Os retábulos colaterais foram feitos por José Afonso Homem entre 1838 e 1840. Os laterais foram executados entre 1844 e 1850. As sanefas dos altares e do arco cruzeiro foram feitas entre 1871 e 1874.¹⁵⁶⁵

545



376. Interior da igreja de Stª Maria de Válega

Em 1942 recebeu, no alçado posterior, correspondente à capela-mor, um painel azulejar com a representação de N. Srª do Amparo, da autoria de Jorge Colaço. Entre 1958 e 1960 a igreja foi revestida no interior da nave, batistério e fachada a azulejos policromos da autoria da Fábrica Aleluia.

¹⁵⁶⁵ OLIVEIRA, P. Miguel de – *Válega...*, p. 37.

A **igreja de Stª Maria do Olival** foi reedificada em 1852, conforme indica a data inscrita no portal principal, todavia parece manter grande parte da estrutura do edifício anterior, com janelas e portas travessas de seteira, sendo exteriormente visível nas portas travessas a verga reta e cornija. A base do púlpito, seis/setecentista, assenta sobre uma mísula.

As obras oitocentistas devem ter incidido sobretudo ao nível da fachada, possivelmente avançando-a permitindo o prolongamento do corpo da nave, pois no interior nota-se um acréscimo correspondente à largura da torre sineira, mas não conseguimos aferir completamente o que terá sido feito nesse século, porque a igreja já sofreu diversas campanhas de obras que a foram alterando.

Em 1950, conforme inscrição existente na fachada, a igreja foi *restaurada* e possivelmente acrescentados por essa altura uma série de corpos anexos laterais à igreja. Entre 1999 e 2001 o edifício encontrava-se em mau estado de conservação e foi submetido às necessárias obras de reabilitação, nas quais a cobertura do edifício foi substituída pela atual, as paredes laterais foram intervencionadas sendo removido o azulejo padrão que ostentavam e o coro alto foi substituído. A obra foi acompanhada pelo Arq. António Martins¹⁵⁶⁶ e a inauguração e sagração do altar-mor deu-se no dia 8 de dezembro de 2001, segundo placa comemorativa colocada no interior da igreja.



377. Fachada da igreja de Stª Maria do Olival



378. Vista para o coro alto da igreja de Stª Maria do Olival

Segundo os capítulos de visita, transcritos integralmente por Francisco Barbosa da Costa, a igreja de Stª Maria de Olival, de 1690 a 1799¹⁵⁶⁷ manteve-se em bom estado de conservação, existindo unicamente uma reforma em 1702, ano em que o corpo da igreja ameaçava ruína e o visitador determina que se façam obras:

¹⁵⁶⁶ AEP – Proc. 844.

¹⁵⁶⁷ COSTA, Francisco Barbosa da – *Santa Maria de Olival. Notas Monográficas*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; Junta de Freguesia de Olival, 2001, p. 432-447.

*(...) os freguezes desta freguezia concertem a Igreja nos telhados, e paredes, para que fiquem seguras, por quanto está amiaçando ruína e perigo evidente e caharão as ditas paredes por dentro e por fora, e juntamente porão hum púlpito novo de pedra bem lavrada com uma escadas também de pedra na forma que hoje se costuma pello outro estar incapaz que o farão no termo de tres mezes (...).*¹⁵⁶⁸

Em 1705 a igreja estava “(...) reformada e pintada toda de novo (...)”.¹⁵⁶⁹

Em 1758 a igreja “(...) hé das mais piquenas e antigas da comarca e se não tem reformado pella pobreza dos moradores”. De nave única, tinha quatro retábulos: retábulo-mor com Santíssimo Sacramento e as imagens de Cristo agonizante no trono, N. Sr^a da Assunção, S. Francisco de Assis e S. Caetano do lado do Evangelho e N. Sr^a do Bom Despacho, St^o António e S. Libório do lado da Epistola; retábulo colateral do lado do Evangelho com as imagens de N. Sr^a do Rosário, S. Judas Apostolo e S. Sebastião; retábulo colateral do lado da Epistola com as imagens de St^a Ana (com N. Sr^a e Menino), S. José e S. Joaquim; retábulo lateral do lado da Epistola dedicado ao Menino Jesus, com as imagens de S. Gonçalo e St^o Amaro.¹⁵⁷⁰

547

Em 1769 a antiguidade e pequenez o edifício é corroborada pelo visitador: “A Igreja hé pequena, e antiga; com alpendre, q. tambem serve de semetério, capela mor e sachristia ordinarias, como sam 4 altares, q tem, e um deles ainda mais, q ordinario, e campanario com sineta”.¹⁵⁷¹

Em 1852 dá-se a reedificação e a 3 de outubro de 1864 o visitador encontra uma “igreja muito boa e aceada (...)”.¹⁵⁷²

A atual **igreja de St^a Marinha de Crestuma** é uma construção de meados do século XX. Foi lançada a primeira pedra no dia 21 de junho de 1942 e inaugurada a 25 de agosto de 1963.¹⁵⁷³ O edifício foi construído devido ao aumento demográfico desta freguesia e “(...) em virtude do velho ameaçar ruína”. O projeto data de 1941 e é da autoria do Arq. António de Moraes Soares.¹⁵⁷⁴

¹⁵⁶⁸ COSTA, Francisco Barbosa da – *Santa Maria de Olival...*, p. 435.

¹⁵⁶⁹ COSTA, Francisco Barbosa da – *Santa Maria de Olival...*, p. 436.

¹⁵⁷⁰ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 769.

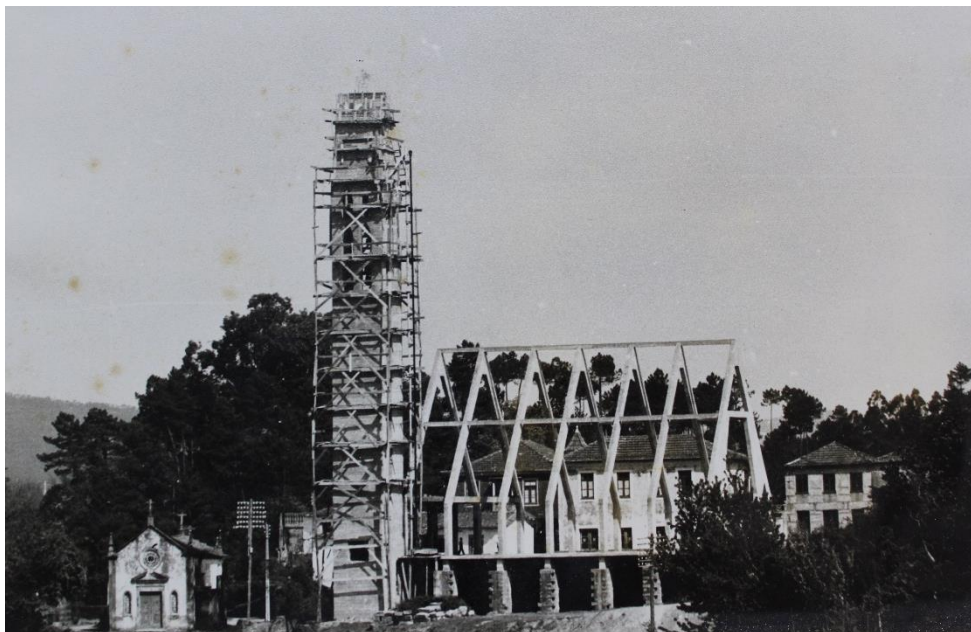
¹⁵⁷¹ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 127v.

¹⁵⁷² AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 65.

¹⁵⁷³ COSTA, Francisco Barbosa da – *Santa Marinha de Crestuma. Notas Monográficas*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; Junta de Freguesia de Crestuma, 2000, p. 203-204.

¹⁵⁷⁴ AEP – *Proc. 101*.

No inquérito enviado a toda a diocese do Porto no ano de 1954, o pároco de Crestuma diz que “(...) a Igreja Velha já foi demolida (...)” e que “no local do altar-mor da Igreja Velha será colocado um cruzeiro, também com material da mesma”.¹⁵⁷⁵ Porém, também refere que a igreja nova estava prestes a ser inaugurada, por isso, a resposta ao inquérito deve ter ocorrido por volta de 1963. Subsiste uma fotografia que ainda mostra a antiga igreja, muito pequena, ao lado da nova em construção.



379. Igreja de Stª Maria de Crestuma, c. 1955 (AEP – Proc. 101.)

A antiga igreja de Stª Marinha de Crestuma era anexa de Stª Maria de Olival, e assim como já verificamos nos capítulos de visita da igreja de Olival, nesta igreja sucedeu algo idêntico, o edifício era pequeno, mas entre 1684 e 1780 foi-se mantendo em bom estado de conservação, sem grandes intervenções. Apenas, em 1687, o telhado e a galilé foram concertados e a igreja caiada,¹⁵⁷⁶ e em 1700, os fregueses solicitaram ao visitador, D. João Freire Antão, Deão do Cabido da Sé do Porto, autorização para retirar as grades do batistério por forma a terem uma igreja ligeiramente mais espaçosa: “(...) sendo-me requerido por parte dos freguezes que havia grande concurso de gente e que hera a Igreja piquena e para ficar com comodo lhe mandasse tirar huas grades de páo que estavam no Baptisterio o que visto por mim e por estarem incapazes mandei as tirassem (...)”.¹⁵⁷⁷

Nos inquéritos de 1732 e 1758 é descrita de como uma igreja composta por três retábulos: retábulo-mor com Santíssimo Sacramento e as imagens de Stª Marinha e S. José;

¹⁵⁷⁵ AEP – Inquérito à Diocese do Porto, 1954 – Crestuma.

¹⁵⁷⁶ COSTA, Francisco Barbosa da – *Santa Marinha de Crestuma*..., p. 258.

¹⁵⁷⁷ COSTA, Francisco Barbosa da – *Santa Marinha de Crestuma*..., p. 262.

colateral do lado do Evangelho com as imagens de St^a Ana, St^o António e St^a Luzia; colateral do lado da Epístola com as imagens de N. Sr^a do Rosário, Menino Jesus e S. Sebastião. Em 1758, acrescenta-se que “(...) *não tem naves por ser antiga*”.¹⁵⁷⁸

Em 1769 o visitador dada a exiguidade do templo compara-a a uma ermida: “A Igr.^a *hé m.^{to} pequena, como qualq.^r ermida; com capela mor, sachristia da mesma forma; 3 altares pobres, mas limpoz; e campanario com sineta*”.¹⁵⁷⁹

A igreja de St^a Maria de Olival e a sua anexa, St^a Marinha de Crestuma, eram os dois edifícios mais pequenos e pobres do padroado do cabido da Sé do Porto, na comarca da Feira, mas encontravam-se sempre com bastante dignidade. Para tal contribuiria certamente o facto de serem visitadas quase todos os anos pelo próprio Deão da Sé do Porto, que ao contrário do que sucedia com a igreja de Válega, mais distante, não enviava um visitador nomeado por si, mas era o próprio a visitar no espiritual e temporal as duas igrejas, mantendo uma vigilância bastante mais apertada do que vimos nos restantes padroados da comarca da Feira.

Este facto fez com que a igreja chega-se a 5 de outubro de 1864 “(...) *pequena, mas mt^o decente (...) pedras d’ara sagradas menos a do altar da Senhora das Dores que se reputou inutilizada por não ter signaes alguns de sagração* (...)”.¹⁵⁸⁰

549

Quanto ao padroado, é detentor de dois dos melhores edifícios da comarca da Feira, a igreja de Ovar com três naves e a igreja de St^a Marinha, projeto da autoria de Nicolau Nasoni, com um conjunto retabulístico bastante rico. Nota-se claramente que as igrejas que lhe estavam mais distantes são mais difíceis de administrar, por isso, certamente a dificuldade de cumprir com a capela-mor. Tanto no caso da igreja de Ovar como em Válega, a documentação parece evidenciar que da parte do Cabido da Sé do Porto havia vontade de ter as suas igrejas sempre com bastante dignidade, e se duvidas houvesse, basta considerar a boa arquitetura e ornamentação das duas capelas-mor e respetivas sacristias.

¹⁵⁷⁸ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 760. – CARDOSO, P. Luiz – *Diccionario Geografico...* Tomo II..., 1751, p. 755.

¹⁵⁷⁹ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 128v.

¹⁵⁸⁰ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 65v.



380. Sacristia da igreja de Ovar



381. Oratório da sacristia da igreja de Válega

15.3. Arcediagado de Oliveira da Sé do Porto

550

A igreja de St^a Eulália de Oliveira do Douro foi construída no tempo do arcediogo Cristóvão de Magalhães (1689-1704)¹⁵⁸¹ e estaria concluída em 1704, segundo inscrição no alçado posterior da igreja: “ECCLESIA ISTA / A FUNDAMENTIS ERE/CTA EVIT / MDCCIII / ERAT ARCHIADIACONUS / CHRISTOPHORUS MAGAL / HAINS / ORATE PRO EO DEO”.



382. Fachada da igreja de Stª Eulália de Oliveira do Douro



383. Capela-mor da igreja de Oliveira do Douro



384. Retábulo lateral da igreja de Oliveira do Douro

¹⁵⁸¹ ALMEIDA, Luís Gomes de - *Notas Monográficas sobre a Freguesia de Santa Eulália de Oliveira do Douro*. Vila Nova de Gaia: Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, 1985, p. 172.

No inquérito de 1758 a igreja é descrita de nave única com cinco retábulos:

*(...) altar maior do sacramento, onde está colocada a padroeira, Santo António e Sam Christovão; altar do Senhor Jezus; altar de Nossa Senhora do Rozario, e neste estão colocados Sam Brás e santa Quitéria; altar das Almas, de que há irmandade e hé protector Sam Caietano e está neste colocado Santa Anna e Santa Luzia. E o altar de sam Sebastião onde estão colocados Sam Gonsalo e Santa Catherina, virgem mártir.*¹⁵⁸²

Em 1769 o visitador diz que o retábulo-mor é a igreja de boa qualidade: “A Igreja hé boa, e da mesma sorte ou melhor a capela mor, com retabolo de pedra; e sachristia á proporsão e 5 altares com decencia; e torre com 2 sinos”.¹⁵⁸³ Sobre o retábulo-mor de pedra que mereceu a atenção do visitador é curioso, por ser muito raro encontrar na zona do Porto retábulo pétreos, a não ser o retábulo-mor em mármore da igreja dos Clérigos, executado entre 1767 e 1780 pelo Arq. Manuel dos Santos Porto.

551

A partir do século XIX começam a ser feitas alguns obras e no século XX vai ser profundamente alterada no seu interior.

Em 1857 Domingos do Couto Alves, natural de Oliveira do Douro, emigrante no Brasil, tendo falecido no Rio de Janeiro, deixou a quantia de 1.100\$000 reis para se proceder a obras de reparação da igreja de St^a Eulália de Oliveira do Douro. Nessa sequência foi feita a manutenção de telhados, paredes e estuques, compradas quatro sanefas, retocados os retábulos e ampliado o batistério.¹⁵⁸⁴ Poucos anos depois, a 27 de setembro de 1864 o visitador diz que a igreja é regular, mas com “(...) bastante pó nos altares”.¹⁵⁸⁵

Em 1966 a igreja foi completamente remodelada, segundo o projeto de 19 de fevereiro desse ano da autoria do Arq. F. Abrunhosa de Brito (Porto), a 28 de abril o projeto é aprovado pela diocese do Porto com a ressalva de que os retábulos colaterais e laterais devem ser conservados.¹⁵⁸⁶ Trata-se de retábulos da época de construção do edifício, em estilo nacional, com a parte do altar amputada.

¹⁵⁸² CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 772.

¹⁵⁸³ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 130v.

¹⁵⁸⁴ ALMEIDA, Luís Gomes de - *Notas Monográficas sobre a Freguesia de Santa Eulália de Oliveira...*, p. 151.

¹⁵⁸⁵ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 64.

¹⁵⁸⁶ AEP – *Proc.* 185.

Em 2003 seguindo um projeto de recuperação e requalificação do edifício, da autoria do gabinete Lazaro Architectos (Porto), foram removidos os azulejos que revestiam exteriormente a igreja, as paredes recuperadas e demolida uma estrutura existente no telhado da capela-mor que deveria ter sido obra de 1966.¹⁵⁸⁷

Esta igreja revela na sua aparente austeridade um certo requinte arquitetónico, denunciador do cargo que o seu padroeiro desempenhava. Tanto na abóbada de pedra em caixotões da capela-mor, como na fachada com portal principal de verga reta, com moldura que se sobrepõe a duas pilastras, encimadas por friso e frontão triangular interrompido com cruz no tímpano. A torre sineira encontra-se ligeiramente recuada em relação ao frontispício e é rematada por um elegante coruchéu bulboso. É de evidenciar o facto de ter existido um retábulo-mor em pedra e de ser a única igreja paroquial, em contexto rural, com abóbada de berço em pedra lavrada com caixotões. Esta solução só a vamos encontrar no Mosteiro de S. Salvador de Grijó e no Convento do Espírito Santo da Feira.

¹⁵⁸⁷ AEP – *Proc.* 955.

PADROADOS SECULARES

16. CONDADO DA FEIRA / CASA DO INFANTADO

A igreja de S. Mamede de Castanheira do Vouga foi reconstruída em 1758, conforme indica a inscrição no portal principal. O teto da capela-mor foi pintado em 1778 e o da nave em ano posterior, que não conseguimos identificar com exatidão por estar dissoluto, mas parece tratar-se do ano de 1792. No coro alto a pintura é de 1893, mas em harmonia estética com o restante conjunto. São tetos em caixotões de madeira pintados como motivos *rocaille*. O retábulo-mor é igualmente da segunda metade do século XVIII.



385. Igreja de S. Mamede de Castanheira do Vouga



386. Retábulo-mor da igreja de S. Mamede de Castanheira do Vouga

555

Em 1732, a antiga igreja tinha quatro retábulos. Retábulo-mor com a imagem de S. Mamede e retábulos do Santíssimo Sacramento, N. Sr^a da Expectação e S. Jorge.¹⁵⁸⁸

Em 1758 a igreja estava na fase da ornamentação do espaço arquitetónico e já tinha cinco retábulos, o retábulo-mor com a imagem de S. Mamede, um colateral com o Santíssimo Sacramento, os retábulos de N. Senhora e das Almas “(...) e outro que ainda não tem vocação por se andar fazendo de novo”.¹⁵⁸⁹

A 14 de dezembro de 1963, “*encontrando-se a Igreja Paroquial da Castanheira do Vouga, Arciprestado de Águeda em mau estado de conservação e tendo necessidade urgente de nela serem realizadas obras de reparação e conservação (...)*”, o pároco P. Simões da Silva, pela Comissão Fabriqueira de Castanheira do Vouga, solicita ao bispo de Aveiro a

¹⁵⁸⁸ CARDOSO, P. Luiz – *Diccionario Geografico...* Tomo II..., 1751, p. 508.

¹⁵⁸⁹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 137.

realização destas obras, anexando o projeto. A 13 de fevereiro de 1964 o projeto foi autorizado¹⁵⁹⁰

O responsável pelo projeto, de novembro de 1963, foi o Engº Manuel dos Santos Pato, de Águeda. Por se encontrar ainda hoje num sítio praticamente ermo e “*devido possivelmente a depósitos de terras transportadas pelas águas e os ventos, junto das fachadas principal e lateral direita, o nível do terreno encontra-se agora a uma cota superior ao das soleiras pelo que a água das chuvas chega a invadir facilmente o pavimento.*”

Por outro lado, a igreja tinha infiltrações pelo telhado e a estrutura de sustentação deste encontrava-se danificada e o chão era irregular por ter algumas sepulturas.

O projeto e orçamento, que deveria ser submetido para financiamento estatal, previa o seguinte:

1 – Demolição da cobertura, de ripado, do pavimento em soalho e pedras tumulares, de partes de paredes para alargamento de vãos e dos rebocos interiores;

2 – Escavação e movimento de terras para rebaixamento do terreno em frente da Igreja e para abertura de valetas em torno da mesma;

3 – Reparação da estrutura de suporte da cobertura e do tecto com substituição de algumas peças daquela e tábuas deste, restauro de pintura e limpeza das cantarias.

4 – Reconstrução da cobertura, de pavimento, dos rebocos e guarnecimento das paredes interiores para pintar a tinta plástica;

5 – Substituição de portas e janelas;

*6 – Construção de valetas em calçada à portuguesa.*¹⁵⁹¹

Em 1999 foi apresentado um projeto para a concretização de um altar e um ambão, na Igreja de Castanheira do Vouga. Mas, “*optou-se por outro altar, para aplicar a pedra fronteira – pedra que apareceu nas escavações do pavimento*”.¹⁵⁹²

A igreja de Stª Maria Madalena de Agadão, anexa à igreja de Castanheira do Vouga, foi reconstruída sensivelmente ao mesmo tempo da sua matriz.

¹⁵⁹⁰ ACDA – *Castanheira do Vouga. Igreja Matriz*, 1963/64. Pasta. Projectos. Arcip. Águeda: Barrô, Belazaima, Borralha, Castanheira, Espinhel, Macinhata Vouga.

¹⁵⁹¹ ACDA – *Castanheira do Vouga. Igreja Matriz*. 1999. Pasta. Projectos. Arcip. Águeda: Barrô, Belazaima, Borralha, Castanheira, Espinhel, Macinhata Vouga.

¹⁵⁹² ACDA – *Castanheira do Vouga. Igreja Matriz*. 1999. Pasta. Projectos. Arcip. Águeda: Barrô, Belazaima, Borralha, Castanheira, Espinhel, Macinhata Vouga.

Em 1758 andava a fazer-se o retábulo-mor, conforme indica a resposta ao nº 7 do inquérito:

*Tem esta igreja anexa cinco altares, o altar mor que se anda fazendo de novo onde se há-de colocar a padroeira Santa Maria Madallena, hum collatral do Santissimo Sacramento, outro de Nossa Senhora, outro de S. Lourenço, e outro de S. Sebastiam. Não tem naves.*¹⁵⁹³

As obras devem ter-se prolongado, sendo o teto da nave pintado, em 1806 (conforme inscrição), com temas da infância e Paixão de Cristo e vida de N. Senhora, sem grande qualidade pictórica.



387. Igreja de Stª Maria Madalena de Agadão



388. Retábulo-mor e um dos antigos colaterais da igreja de Agadão

A 4 de junho de 1970, a Comissão Diocesana de Arte Sacra dá o seu parecer quanto a um projeto, que não está em arquivo, de intervenção na Igreja de Stª Maria Madalena de Agadão, dizendo que “(...) *sugere uma profundada solução dada à capela ou altar-mor, por afectar desnecessária e desagradavelmente o equilíbrio com o conjunto existente; sugere igualmente uma revisão dos rasgamentos laterais, que poderiam ser mais bem integrados*”.¹⁵⁹⁴ Para todos os efeitos o projeto avançou e os retábulo colaterais foram deslocados para a posição que podemos ver na foto. As sanefas do arco cruzeiro e janelas foram removidas, a capela-mor alterada.

¹⁵⁹³ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 138.

¹⁵⁹⁴ ACDA – Agadão, 1970. Pasta. Projectos. Arcip. Águeda: Agadão, Ag. Baixo, Ag. Cima.

A **igreja de S. Salvador de Carregosa** será um edifício de finais do século XVII ou inícios do século XVIII, com janelas e portas travessas de seteira, com empenas rematadas nos vértices por enrolamento, e eixo vertical na fachada constituído pelo portal principal coroadado por uma cornija ladeada por dois pináculos e seguida de janela do coro alto em verga reta com friso e frontão triangular. A torre do lado direito é mais recente, nota-se no tratamento da pedra, foi feita à semelhança da primeira, mas ficou mais esguia. O portal principal com a verga curva também é uma alteração feita à obra original que deveria ser de verga reta com friso, ao qual se seguiria a cornija.



389. Fachada da igreja de S. Salvador de Carregosa



390. Pormenor da empena da capela-mor da igreja de Carregosa

Em 1732 e 1758 tinha três retábulos dedicados ao Santíssimo Sacramento, N. Sr^a do Rosário e S. Sebastião.¹⁵⁹⁵ Destes retábulos nenhum chegou aos nossos dias, os retábulos do corpo da igreja são ecléticos o retábulo-mor, obra muito simples de finais do século XVIII.

Em 2004 o edifício foi submetido a obras de beneficiação e manutenção, através de um projeto da autoria do Arq. João Mendes Ribeiro, de Coimbra.¹⁵⁹⁶

A atual **igreja de S. João de Cepelos** foi iniciada em 1957 no mesmo local da anterior, mas em sentido inverso. O projeto é da autoria do Arq. Octávio Lixa Filgueiras (Porto), com colaboração do Eng.^o Aníbal N. Delgado, foi feito no ano de 1954 e aprovado em 1955 pela diocese do Porto. Em 1967 já deveria estar bastante adiantado porque é apresentado à diocese do Porto um projeto, assinado pelo Arq. Octávio Lixa, para alteração do presbitério, segundo a novas exigências da reforma litúrgica, imanada por Vaticano II.¹⁵⁹⁷

¹⁵⁹⁵ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 309. – CARDOSO, P. Luiz – *Diccionario Geografico...* Tomo II..., 1751, p. 463.

¹⁵⁹⁶ AEP – *Proc.* 986.

¹⁵⁹⁷ AEP – *Proc.* 38.

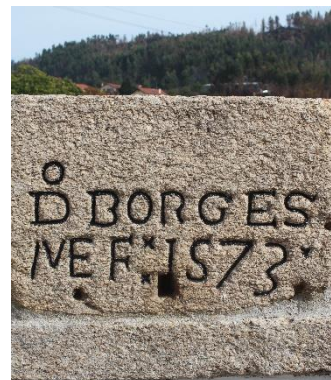
Ao contrário do que é afirmado na *Monografia de Vale de Cambra*, o projeto não é da autoria do Arq. Adalberto Gonçalves Dias.¹⁵⁹⁸ Este arquiteto terá acompanhado a segunda fase da obra por volta de 1980, mas não é o autor do risco.



391. Igreja de S. João de Cepelos



392. Inscrição existente na antiga igreja de Cepelos



393. Inscrição existente na antiga igreja de Cepelos

Em 1732 e 1758, a antiga igreja era um edifício de nave única com cinco retábulos, o retábulo-mor com o Santíssimo Sacramento e S. Caetano, e os retábulos dedicados a N. Sr^a das Neves, S. Sebastião, N. Sr^a do Rosário e Cristo Crucificado.¹⁵⁹⁹

559

Nogueira Gonçalves ainda viu parte da igreja antiga e diz que o arco cruzeiro continha a inscrição “D^o BORGES / ME F. 1573”¹⁶⁰⁰ (*Diogo Borges me fez 1573*), hoje a pedra encontra-se juntamente com outros vestígios da antiga igreja no adro atual igreja. Existe ainda uma pedra mais antiga, correspondente ao ano de 1562 e outra ao ano de 1820, possivelmente datarão várias fases pelas quais a igreja passou em termos construtivos, mas não sabemos qual a localização destas pedras na construção primitiva. O arco cruzeiro teria sido feito em 1573, é o único dado concreto que temos.

A **igreja de S. Tiago de Codal**, anexa à igreja de Cepelos, foi intervencionada em 1797, segundo inscrição no portal principal. Dessa intervenção serão os vãos de iluminação, de verga curva e o púlpito, toda a restante estrutura será de inícios do século XVIII. O portal principal e as portas travessas são de verga reta, com friso e cornija. Na cornija do portal principal assentam dois pináculos. Em todas as empenas do edifício, novamente os vértices terminam com um pequeno enrolamento.

¹⁵⁹⁸ MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide – *Monografia de Vale de Cambra*. Vale de Cambra: Câmara Municipal de Vale de Cambra, 1993, p. 151.

¹⁵⁹⁹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 444. – CARDOSO, P. Luiz – *Diccionario Geografico...* Tomo II..., 1751, p. 602.

¹⁶⁰⁰ GONÇALVES, António Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona de Nordeste*. Vol. XI. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1991, p. 163.

Nos inquéritos de 1732 e 1758 o pároco diz somente que a igreja tem três retábulos, retábulo-mor e dois colaterais dedicados a N. Sr^a do Rosário e S. Sebastião.¹⁶⁰¹ O retábulo-mor é de finais do século XVII, em estilo nacional, é comum, com relevos da Paixão de Cristo no sacrário. Os colaterais são da fase seguinte, joanino: no retábulo do lado do Evangelho, dedicado a N. Sr^a do Rosário, existem diversos relevos que representam cenas da infância e Paixão de Cristo e da vida da Virgem Maria; o retábulo do lado da Epístola dedicado a S. Sebastião ostenta múltiplos símbolos militares.



394. Igreja de S. Tiago de Codal, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Codal)



395. Retábulo colateral do lado da Epístola, igreja de Codal

A capela-mor foi ampliada em 1980. Entre 1998 e 2000 o edifício sofreu diversas obras de manutenção. Em 2000 foram colocados vitrais nas janelas.¹⁶⁰²

Segundo o relatório de 1922/1923, a antiga **igreja de St^a Maria de Macieira de Cambra** estava situada no lugar de Macieira-a-Velha a cerca de um quilómetro da atual, “*por desavenças entre a Mitra de Coimbra e D. Mafalda Afonso, da família de Gomes Gil da Lavarosa, foi a igreja transferida para a vila de Caymbra em 1673 onde actualmente está*”.¹⁶⁰³ Não sabemos qual foi a base desta afirmação e não encontramos, até ao momento, nenhum documento que o relate, mas a data de 1673 está inscrita na porta de acesso à sacristia antiga, possivelmente a indicar a construção da capela-mor e sacristia. Porém, a restante estrutura arquitetónica é coeva, com base de púlpito assente numa mísula, janelas de seteira, enrolamentos nos vértices das empenas, e fachada muito semelhante às fachadas das igrejas

¹⁶⁰¹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 445. – CARDOSO, P. Luiz – *Diccionario Geografico....* Tomo II..., 1751, p. 658.

¹⁶⁰² MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide (coord.) – *Património Religioso de Codal. Subsídios para um inventário*. Oliveira de Azeméis: Coraze, 2008, p. 21.

¹⁶⁰³ *Relatório do Movimento Religioso da Diocese do Porto. Ano de 1922-23*. Porto: Tip. Medico, 1924, p. 260.

de Carregosa e Codal, nos elementos que compõem o eixo vertical marcado pelo portal e pela janela do coro-alto.



396. Igreja de Stª Maria de Macieira de Cambra



397. Capitel jónico da antiga capela do Santíssimo Sacramento, na igreja de Macieira de Cambra



398. Púlpito da igreja de Macieira de Cambra

Contudo, existem elementos que ou terão sido reaproveitados ou fazem parte de uma construção anterior. O arco cruzeiro e os arcos das duas capelas laterais com arestas chanfradas devem ser quinhentistas. Destes arcos destaca-se o arco de acesso à antiga capela do Santíssimo Sacramento com uma reentrância onde encaixa um capitel jónico com parte de um fuste de coluna.



399. Interior da igreja de Stª Maria de Macieira de Cambra

Em 1758 a igreja de nave única, com duas capelas laterais, tinha cinco retábulos. No retábulo-mor estava a imagem de vulto de N. Srª da Natividade, ladeada por duas estampas de S. José e S. Joaquim. O retábulo colateral do lado do Evangelho tinha uma estampa de N. Srª da Conceição e duas imagens de vulto de Stº António e S. Bernardo. Nas capelas, do lado da

Epístola estava o retábulo do Santíssimo Sacramento, do lado do Evangelho o retábulo de N. Sr^a do Rosário, imagem de vulto.¹⁶⁰⁴

A estrutura arquitetónica descrita mantém-se, os retábulos antigos foram substituídos pelos atuais, ecléticos, possivelmente na segunda metade do século XIX.

A **igreja de S. Salvador de Roge** é uma construção da primeira metade do século XVIII, com as janelas e portas de seteira, enrolamentos nos vértices das empenas do edifício, portas travessas de verga reta coroadas por frontão curvo interrompido, e uma fachada que lembra os retábulos joaninos, com colunas de fuste espiralado com capiteis coríntios, anjos, cabeças de anjo e elementos vegetalistas.

Destacam-se ainda as armas de Portugal a coroar o edifício junto à empena. Não nos podemos esquecer que em 1700 o condado da Feira é extinto e as suas propriedades e rendas passam para a Casa do Infantado. Esta construção é feita já sob tutela da Casa do Infantado, por isso, as armas de Portugal no frontispício.



400. Igreja de S. Salvador de Roge



401. Porta travessa da igreja de S. Salvador de Roge



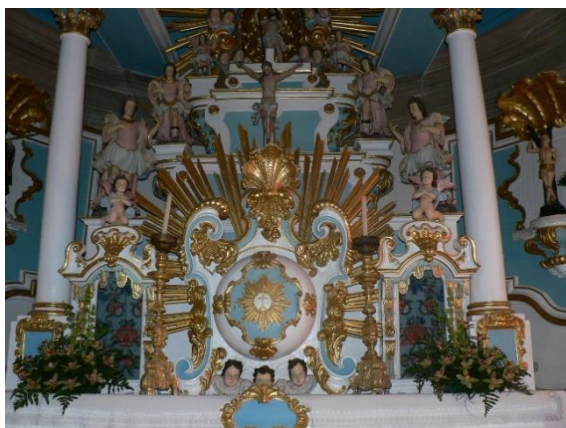
402. Interior da igreja de S. Salvador de Roge

No intradorso do arco cruzeiro está a seguinte inscrição: “O PR^o / ABREU / 1755”. O pároco que assina as memórias paroquiais é P. João Gomes de Abreu, possivelmente estas obras terão sido feitas debaixo da sua tutoria. Segundo o mencionado pároco, em 1758, a igreja de nave única tinha quatro retábulos, retábulo-mor e retábulos dedicados N. Sr^a do Rosário, St^o Cristo e St^a Isabel.¹⁶⁰⁵

¹⁶⁰⁴ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 447.

¹⁶⁰⁵ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 449.

A capela-mor, em semicírculo, com cornija entrecortada por mísulas salientes, contém um retábulo-mor em forma de baldaquino, muito próximo da estrutura existente na igreja de Lourosa, embora de melhor execução. Não parece obra tardobarroca, como afirma Clara Marques,¹⁶⁰⁶ mas um reaproveitamento de talhas antigas numa estrutura nova. O que é visível em diversos elementos, nomeadamente, nos pedestais extremamente toscos, onde é aplicada uma moldura que poderá ter servido de Sacra.



403. Pormenor do retábulo-mor da igreja de S. Salvador de Roge



404. Retábulo-mor da igreja de S. Salvador de Roge

No interior da nave destaca-se a cornija entrecortada por mísulas salientes que suporta o teto de caixotões de madeira pintados. Relativamente à pintura dos caixotões não foi possível data-la, por se tratar de uma pintura de carácter popular. Na sua maioria são representações de carácter floral, mas sete delas, no centro da nave, representam cenas da Paixão de Cristo, numa pintura tão naïf que lembra ex-votos.

Em 1892 o edifício terá sido intervencionado, como demonstra a data pintada no coro-alto. Esta data é consonante com os retábulos existentes no corpo da igreja.

Em 1968 o Arq. F. Abrunhosa de Brito (Porto) fez um projeto de adaptação do presbitério de acordo com a nova liturgia, em 1970 esse projeto tem continuidade com a Arq. Maria Noémia Godinho. Na intervenção de 1970 o batistério é deslocado para a capela de N. Sr^a do Rosário.¹⁶⁰⁷

A igreja de S. João de Vila Cova de Perrinho, anexa da igreja de Roge, deve ser uma construção de inícios do século XVIII, com janelas e portas travessas de seteira, com portal principal de verga reta com friso, cornija e empena, com enrolamentos nos vértices, e

¹⁶⁰⁶ MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide – *Retábulos das Igrejas Paroquiais de Vale de Cambra*. Vale de Cambra: Paróquias de Vale de Cambra; Jornal A Voz de Cambra, 2011, p. 65.

¹⁶⁰⁷ AEP – *Proc.* 266.

campanário, com ventana em arco de vota perfeita, rematado por pináculos piramidais e cruz latina.

Em 1758 é descrita de nave única com retábulo-mor e dois colaterais dedicados a N. Senhora e S. Lazaro.¹⁶⁰⁸ O retábulo-mor é joanino, os colaterais e frontispício do arco cruzeiro são um claro reaproveitamento da talha de estilo nacional que provavelmente fazia parte dos retábulos colaterais descritos em meados do século XVIII.

É a igreja mais pequena de todas as analisadas na extinta comarca da Feira, as suas dimensões estão mais próximas de uma pequena capela do que de uma igreja.



405. Igreja de S. João de Vila Cova de Perrinho, c. 1954
(AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Vila Cova de Perrinho)



406. Arco cruzeiro e capela-mor da igreja de Vila Cova de Perrinho

A **igreja de S. Simão de Arões** é uma reedificação de 1777, conforme indica a cartela existente no portal principal, que conservou o retábulo-mor em estilo nacional do edifício anterior. Na segunda metade do século XX foi ampliada, segundo projeto do Arq. Xavier Alabares de Albuquerque. Nesta última intervenção conservou-se a fachada, a torre e a capela-mor, e construiu-se lateralmente uma nova nave, servindo hoje a antiga nave de presbitério.

Nos inquéritos de 1732 e 1758 é descrita como igreja de nave única, com dois retábulos dedicados a N. Sr^a do Rosário e Menino Jesus. Em 1758 diz-se claramente que com o terramoto de 1755 “*não padeceu ruína nenhuma*”.¹⁶⁰⁹ Todavia as poucas referências que são feitas, em termos bibliográficos, a esta igreja afirmam que a igreja teria ficado arruinada, resultando daí a reedificação de 1777.

¹⁶⁰⁸ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 450.

¹⁶⁰⁹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 443. – CARDOSO, P. Luiz – *Diccionario Geografico...* Tomo I..., 1747, p. 577.



407. Igreja de S. Simão de Arões



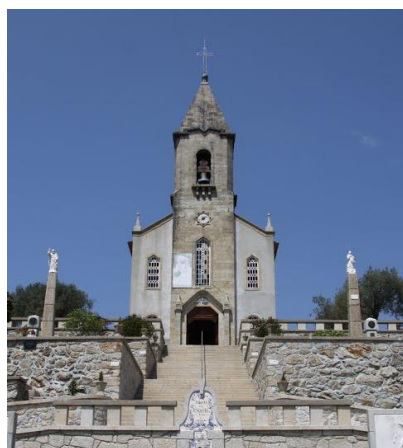
408. Retábulo-mor da igreja de S. Simão de Arões

A antiga **igreja de S. Miguel de Junqueira** é uma construção de inícios do século XVIII, com janelas de seteira, arco cruzeiro de volta perfeita com mísula no fecho do arco e portal principal de verga reta com friso e cornija. Foi intervencionado em 1790, conforme inscrição na torre sineira. Desta intervenção será a própria torre, os fogaréus que rematam a torre e a empena do frontispício e a janela do coro-alto, de verga curva.

Em 1758 a igreja era de nave única com quatro retábulos: retábulo-mor, dois colaterais dedicados a N. Sr^a do Rosário e S. Sebastião, e um retábulo lateral da invocação do St^o Nome de Jesus.¹⁶¹⁰ Atualmente o seu interior está vazio.



409. Antiga igreja de S. Miguel de Junqueira



410. Nova igreja de S. Miguel de Junqueira

Em 1945, sendo pároco de Junqueira o P. Manuel Joaquim Tavares, foi construída a nova igreja,¹⁶¹¹ da qual não encontrámos projeto. A antiga acabou por ser esvaziada e estar sem culto.

¹⁶¹⁰ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 446.

¹⁶¹¹ MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide – *Monografia de Vale de Cambra*. Vale de Cambra: Câmara Municipal de Vale de Cambra, 1993, p. 169.

A **igreja de Stª Maria de Arrifana** é uma construção iniciada em 1767, conforme inscrição no portal principal. Segundo Saúl Valente, de 1742 a 1774 a freguesia de Arrifana teve apoio régio para o custo das obras, a 4 de junho de 1776 deu-se a bênção da igreja.¹⁶¹²

Da antiga igreja, em local diferente da atual, foram sendo retirados todos os materiais que poderiam servir na nova construção, deixando o retábulo-mor de pedra de Ançã (1582), que referimos em Beduído, exposto às intempéries até 1915, data em que as ruínas da antiga igreja foram demolidas.¹⁶¹³

Em 1732 e 1758, a igreja antiga tinha uma nave e cinco retábulos. Na capela-mor o retábulo com a invocação de N. Srª da Assunção e ao lado a sacristia. No corpo da igreja, retábulo colateral do lado norte dedicado a N. Srª das Neves; capela do lado norte com o Santíssimo Sacramento e sacristia; retábulo colateral de S. Sebastião do lado sul; capela de N. Srª do Rosário do lado sul com sua sacristia.¹⁶¹⁴



411. Igreja de Stª Maria de Arrifana



412. Interior da igreja de Stª Maria de Arrifana

Em 1769 a igreja estava em construção e como o pároco não cumpria com a capela-mor, foram-lhe sequestrados os dízimos: “A Igreja se anda fazendo há m.^{tos} a^s; e por varios embarasos está por acabar, e sem Capela mor; e sobre a qual tem havido varios pleitos com o Abb^e, não obstante ter-se-lhe sequestrado já os dizimos. Serve por ora de Matrix uma pequena Capela da freg^ª”.¹⁶¹⁵ Este indicador é bastante interessante, porque revela que pelo

¹⁶¹² VALENTE, Saúl Eduardo Rebelo – *Terras da Feira. Notícias e Memórias da Freguesia de Arrifana de Santa Maria*. Coimbra: Coimbra Editores, 1937, p. 49-51.

¹⁶¹³ VALENTE, Saúl Eduardo Rebelo – *Terras da Feira. Notícias e Memórias da Freguesia de Arrifana de Santa Maria*. Coimbra: Coimbra Editores, 1937, p. 52.

¹⁶¹⁴ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 361. CARDOSO, P. Luiz – *Diccionario Geografico...* Tomo I..., 1747, p. 600.

¹⁶¹⁵ AP - *Informasoiis da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 50v.

menos parte dos dízimos seriam do abade. É o único documento relativo a este padroado que o refere.

Deste período serão os retábulos colaterais, a capela-mor só terá sido construída no início do século XIX, conforme demonstra a estrutura arquitetónica e o retábulo neoclássico.

A 18 de outubro de 1864 o visitador descreve-a como uma “*igreja boa e aceada e espaçosa, tem seis altares todos tem pedra d’ara com reliquias (...)*”, mas “*os telhados da igreja estão algum tanto arruinados e junto do altar da Senhora do Rosário com bastante agravo*”.¹⁶¹⁶ Nessa sequência certamente deve ter existido obras de manutenção dos telhados.

Em 1968 é colocado o altar *versus populum* provisoriamente e em 1975 já de forma definitiva, segundo um projeto do Arq. J. Luiz T. Jacinto.¹⁶¹⁷ Em 2001 foi iniciado um processo de remodelação e recuperação do edifício, projeto da autoria do Arq. Silva Marques, de Ovar, no qual foi concretizado um novo batistério.¹⁶¹⁸

A atual **igreja de St^a Maria de Esmoriz** é o resultado de uma reedificação que ocorreu entre 1892 e 1896.

Esta igreja durante o tempo que pertenceu aos condes da Feira e à Casa do Infantado esteve, regra geral, em bom estado de conservação e com toda a dignidade, porém nos últimos anos do século XVIII o cenário alterou-se e, com todas as circunstâncias vividas no seio da Igreja durante o século XIX, só em finais desse século foi possível proceder à sua reedificação.

A 21 de novembro de 1664 o pároco é louvado pelo enorme dedicação que tem na sua igreja, sendo o seu exemplo seguido pelos fregueses.¹⁶¹⁹ A 23 de maio de 1673 a igreja mantém-se em tão boas condições que nada é recomendado:

O Rd^o Abb^e tem provido a sua capella assim de ornamentos como de todo o mais neces^o pro culto divino, pelo q lhe não mando obras alguas.

*Aos freiguezes lhe não mando obras per me parecer não são necessárias, antes lhe louvo mt^o o zello com que servem suas confrarias, e as mt^{as} e boas peças em que as tem ornadas.*¹⁶²⁰

¹⁶¹⁶ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 72.

¹⁶¹⁷ AEP – *Proc.* 225.

¹⁶¹⁸ AEP – *Proc.* 913.

¹⁶¹⁹ AEP – *Visitações de Esmoriz*, 1664-1760, liv. 160, fl. 2v.

¹⁶²⁰ AEP – *Visitações de Esmoriz*, 1664-1760, liv. 160, fl. 6.

Até finais do século XVII não existem recomendações que não passem pontualmente por um paramento ou a substituição de uma vidraça. No século XVIII o edifício e os seus retábulos começam a precisar de alguns cuidados.

A 25 de outubro de 1705 a freguesia tinha de mandar “(...) *retelhar a Igr^a e rebocala por dentro e por fora, e concertar q fique segura huã das portas principais da Igr^a, e posta hua segura fechadura, e deº de um mês*”.¹⁶²¹

A 28 de julho de 1710, os mordomos da Confraria de N. Sr^a do Rosário “(...) *no termo de hu anno mandaram dourar o seu retabolo* (...)”.¹⁶²² Porém, parece que o douramento não chegou a ser feito, porque a 18 de outubro de 1711 o visitador louva os fregueses por terem feito os dois retábulos colaterais e o frontispício do arco cruzeiro, esperando que o pároco fizesse novo retábulo para a capela-mor *ao moderno*: “*Deve-se louvar aos freg^{es} o ter satisfeito a obra dos altares colleteraes e sobre o arco por ficar tudo muyto perfeito e melhor ficarão parecendo os ditos retabolos quando o Rdº Parocho fassa o seu da Capella mor ao moderno p. lhe corresponder* (...)”.¹⁶²³ Nesta altura, estamos a falar de retábulos em estilo nacional, com vimos em Macinhata da Seixa e Lobão.

Na sequência deste novo impulso dado pela freguesia, o visitador determina que o pároco “(...) *mande fazer a d^a obra fazendo-lhe tam[bem] huã tribuna de q muyto se necessita nesta Igr^a como tambem se necessita de uma sachristia nova, e em qtº o Rdº Parocho a não mandar fazer mandará reparar o forro da de q prez^{te} serve*”.¹⁶²⁴

A obra deve ter sido feita e neste livro, que vai até ao ano de 1760, relativamente à igreja não existem mais observações de grande monta, unicamente questões comportamentais, paramentos ou alfaias religiosas que eram necessárias.

Em 1758 a igreja tinha três retábulo: retábulo-mor com Santíssimo Sacramento e as imagens de S. Pedro e S. Paulo (hoje na capela da praia de Esmoriz); retábulo colateral do lado do Evangelho dedicado a S. Sebastião; retábulo colateral do lado da Epístola dedicado a N. Sr^a do Rosário.¹⁶²⁵ Em 1769 o visitador acrescenta que a igreja era constituída por uma sacristia e campanário com um sino: “*A Igreja hé pequena, com capela mor, sachristia, e 3 altares com aseio, e bons ornam.^{tos} da Confraria do Sacram^{to}; e campanário com um sino*”.¹⁶²⁶

¹⁶²¹ AEP – *Visitações de Esmoriz*, 1664-1760, liv. 160, fl. 41.

¹⁶²² AEP – *Visitações de Esmoriz*, 1664-1760, liv. 160, fl. 45v.

¹⁶²³ AEP – *Visitações de Esmoriz*, 1664-1760, liv. 160, fl. 46-46v.

¹⁶²⁴ AEP – *Visitações de Esmoriz*, 1664-1760, liv. 160, fl. 47.

¹⁶²⁵ BASTOS, Manuel Pires – *O Concelho de Ovar nas «Memórias Paroquiais» (1758)*. Ovar: Paróquia de Ovar, 1984, p. 20.

¹⁶²⁶ AP – *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 104.

Em 1799 a igreja estava sob ameaça de ruína, sendo a obra de recuperação do edifício arrematada por António Pereira de Válega, mas em 1813 a situação mantinha-se.¹⁶²⁷ Entre 1815 e 1850 foram feitas diversas obras para tentar resolver a situação, mas em 1861 a igreja estava de tal modo arruinada que se declarava inútil qualquer reparo no edifício. Em 1870 o arco cruzeiro estava a ruir e a chuva caía na tribuna e nos arcos laterais.¹⁶²⁸

Após um século inglório para a estrutura arquitetónica desta igreja, a situação vai-se alterando, paulatinamente, a partir de finais do século XIX.

No dia 3 de Fevereiro de 1887, João da Maia Romão, de Aveiro, apresenta orçamento para a reedificação da Igreja Matriz de Esmoriz, consistindo na abertura de “cavoucos”, renovação de terras, aplicação de argamassa, alvenaria, cantaria, realização da armação do telhado em ripa e telha de Marselha e nacional, o travejamento seria em pinho, e seria, ainda, concretizado o reboco e pinturas das paredes, as testas fingidas em janelas e pilastras, as cornijas em argamassa, o estuque, o soalho e roda pés com moldura simples, por um custo total de 7:700:000 reis, todavia o projeto não é aprovado.¹⁶²⁹

Assinado no dia 11 de junho de 1891, o projeto de António Pereira da Costa, de Esmoriz, é aprovado embora submetido a bastantes alterações.¹⁶³⁰ Em 1891, é entregue, por

¹⁶²⁷ APE – *Vizitas e Ordens*, fl. 25.

¹⁶²⁸ AMORIM, Pe. Aires de – *Esmoriz e a sua História*. Esmoriz: Edição da Comissão de Melhoramentos, 1986, p. 51-54.

¹⁶²⁹ APE – *Orçamento para a Igreja da Freguesia d’Esmoriz*, Aveiro 3 de fevereiro de 1887.

¹⁶³⁰ APE - *Projecto para a reconstrução da Egreja d’Esmoriz*, 11 de junho de 1891.

António Pereira da Costa, o novo orçamento para a reconstrução da Igreja.¹⁶³¹ As obras iniciaram-se em Agosto de 1892¹⁶³² e deram-se por concluídas em 1896¹⁶³³.

Em 1895 a Paróquia de Esmoriz paga a José Domingues da Silva¹⁶³⁴, pelas obras de pedreiro (cantaria nova, assentamento de alvenaria, aumentos, modificações, demolição de paredes e limpeza de cantarias). Em 1896 surgem as contas de liquidação do trolha, relativas às paredes, telhados, estuques, pintura e aumentos da Igreja (nave, capela-mor, sacristia, capelas laterais e batistério), e é referida a demolição de telhados “*que não esta em Orçamento*”, por um custo total de 33.750.¹⁶³⁵ Nesse mesmo ano uma fatura proveniente de Crestuma¹⁶³⁶ dá-nos a indicação da aquisição de duas colunas de ferro por 35\$150. No dia 2 de Janeiro de 1896 as obras de pedreiro já estavam concluídas¹⁶³⁷.

¹⁶³¹ APE – *Orçamento para a reconstrução da Igreja da freguezia d'Esmoriz*, 1891.

¹⁶³² Relativamente às obras de pedreiro, em fevereiro de 1893 foi iniciada a demolição de paredes que só estaria concluída em julho de 1893, altura em que se começou a assentar a alvenaria na nave da igreja, lado norte. Em agosto de 1893, continuavam os trabalhos de alvenaria e a “abertura de caboucos”, porém foi necessário demolir uma área, nos alicerces, que tinha sido aumentada e foram colocadas pilastras de cantaria, modificar as frestas da torre e aumentá-la na “faixa da frente”. Os aumentos e modificações continuaram até 1896, existindo algumas partes novas que passamos a mencionar: em outubro de 1893, assenta-se a nova cantaria dos cunhais da torre sineira; em novembro de 1893, colocam-se 10 degraus na torre; em dezembro de 1893 assenta-se a cantaria nova nos cunhais do corpo da igreja e nas frestas da nave (lado Sul); em fevereiro de 1894 é feito o nicho da fachada; em agosto de 1895 são colocados os balaustres para a platibanda da torre, e as cruzes nas capelas laterais. (APE – *Decomantações do Arrematante de Pedreiro das obras Reconstruídas na igreja Matriz de Esmoriz por ordem da Ex^{ma} Junta de Parochia desde o seu principio em Agosto de 1892, 1892-1896.*)

As obras de carpintaria iniciaram-se em 1893 com a colocação de portas, estuque e armação completa na sacristia do lado norte, e soalho na sacristia do lado Sul, em Fevereiro de 1893; restantes 8 portas, soalho, travejamento e guarnecimento da sacristia Norte, em Agosto de 1893; armação da igreja, capelas laterais e sacristias com madeira de castanho, em Julho de 1895; porta principal, porta do coro e uma travessa em castanho, porta travessa e porta da torre em pinho de Riga, em Outubro de 1895; estuque das capelas laterais, conserto de 6 portas (púlpitos, capelas laterais e sacristia), uma porta de Riga para o batistério, e o mesmo material aplicado na abobada do corpo da Igreja, em Dezembro de 1895; balaustrada e travejamento em Riga para o coro, soalho para o mesmo, púlpito novo do lado norte, porta dos santos óleos em castanho para o batistério, duas escadas com corrimão para os púlpitos, em Março de 1896; forro no baixo-coro, uma mesa para a Junta da paróquia, “tempo perdido nas Sanefas das frestas, em Agosto de 1896. (APE – *Decomantações do Arrematante de Carpinteiro das obras Reconstruídas na igreja Matriz de Esmoriz por ordem da Ex^{ma} Junta de Parochia desde o seu principio de 4 d'Agosto de 1892, 1892-1896.*)

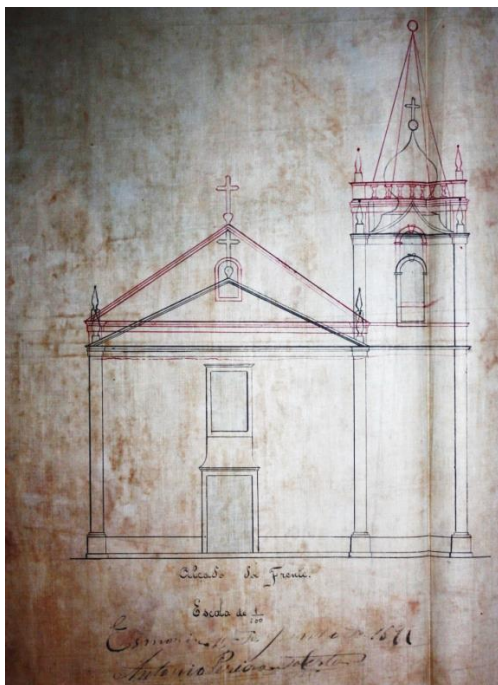
¹⁶³³ APE – *Decomantações do Fiscal das Obras Reconstruídas na igreja Matriz de Esmoriz por ordem da Ex^{ma} Junta de Parochia desde o seu principio em Agosto de 1892, 1892-1896.*

¹⁶³⁴ APE – *Liquidação de Pedreiro, da Obra Reconstruída na Igreja Matriz de Esmoriz*, 1 de setembro de 1892 a 2 de setembro de 1895.

¹⁶³⁵ APE – *Liquidação do Trólha, 18 d'Outubro de 1896.*

¹⁶³⁶ APE – *Antiga Fundação de Crestuma de Constança da Silva Paiva Freixo*, 31 de janeiro de 1896.

¹⁶³⁷ APE – *Declaração do Fiscal Sobre a Liquidação do Arrematante Pedreiro*, 2 de janeiro de 1896.



413. Risco da fachada a igreja de Esmoriz por António Pereira da Costa (APE - *Projecto para a reconstrução da Igreja d'Esmoriz*, 11 de junho de 1891.)



414. Fachada da igreja de Stª Maria de Esmoriz

Neste padroado evidencia-se a proximidade cronológica das igrejas de Castanheira do Vouga e Agadão. Estas igrejas estavam unidas, sendo Castanheira do Vouga a sede, e ao nível da fachada apresentam características similares, bem como na escolha de tetos com caixotões, que acabaram por ser pintados nos dois templos, embora as pinturas de Agadão sejam tardias.

As igrejas de Carregosa, Codal e Macieira de Cambra, feitas entre finais do século XVII e inícios do século XVIII, ao nível da fachada, relevam diversos elementos de proximidade na composição articulada entre o portal principal e a janela do coro.

De todas destaca-se o programa decorativo da fachada de 1777 da igreja de Arões, um projeto de decoração rococó de grande qualidade, e o conjunto edificado em Arrifana, quer na igreja articulada com a sua relevante escadaria, quer no trabalho de cantaria existente no arco cruzeiro e nichos dos retábulos colaterais. As opções arquitetónicas da igreja de Arrifana aproximam-se bastante das igrejas da comenda de S. Vicente de Pereira.

Quanto à referência aos dízimos que o pároco de Arrifana recebia e dos quais deveria pagar a construção da capela-mor e sacristia, é possível que a Casa do Infantado tenha optado, no seu padroado, por uma administração semelhante à que encontrámos para o caso do Mosteiro de Arouca, em que as religiosas recebiam duas partes dos dízimos e a outra parte ficava para o pároco. Aliás, em 1711, na igreja de Esmoriz, é ao pároco que o visitador determina a realização de novo retábulo-mor.

17. MORGADO DE CAMPO BELO

A atual **igreja de S. Pedro de Cesar** foi construída entre 1802-1810, pelo mestre de obras António Álvares, e beneficiou do subsídio do real de água da comarca da Feira.¹⁶³⁸ A capela-mor foi ampliada em 1940¹⁶³⁹ e por volta de 1954 o frontispício foi revestido a azulejos.¹⁶⁴⁰

O edifício segue a tradição construtiva setecentista, com portas travessas de verga reta com cornija, base dos púlpitos sobre mísula (embora já com um pendente), coro-alto sobre arco abatido e fachada com um portal e dois vãos de iluminação destacados por linhas sinuosas.

No interior os arcos dos quatro retábulos laterais e o arco cruzeiro são de volta perfeita e simples quanto ao trabalho pétreo, a talha já está na transição do gosto neoclássico para um certo ecletismo.

A 20 de outubro de 1864 o visitador diz que “*a egreja é proporcionada à população e acha-se muito decente, menos no soalho em que necessita de reparos, de que o Parocho tomou providencias (...)*”.¹⁶⁴¹

572



415. Fachada da igreja de S. Pedro de Cesar, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Cesar.)



416. Interior da igreja de S. Pedro de Cesar

¹⁶³⁸ OLIVEIRA, Samuel de bastos – *Oliveira de Azeméis e freguesias entre os Rios Antuã e Ul na visitação de 1769. Com demografia das freguesias do séc. XVI ao séc. XX*. Oliveira de Azeméis: Proleite, 1992, p. 19.

¹⁶³⁹ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 132.

¹⁶⁴⁰ AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Cesar.

¹⁶⁴¹ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 70v.

Quanto ao edifício anterior, em 1732 e 1758 tinha três retábulos: mor com Santíssimo Sacramento e as imagens de S. Pedro, Stº André, N. Srª do Carmo, S. José, S. Cristóvão e Sr. dos Passos; colateral do lado do Evangelho com as imagens de Cristo Crucificado, Stª Ana, S. Francisco Xavier, S. Gonçalo, Stº António e Stº Ovídio; colateral do lado da Epistola com as imagens de N. Srª do Rosário, N. Srª da Guia, Stº Inácio, S. Sebastião, S. João Batista e S. Lourenço.¹⁶⁴² E em 1769 encontra-se suficiente e apta, com capela-mor, uma sacristia e um campanário: “*a Igreja hé suficiente, com 3 altares ordinr^{oz}, capela mor, sachristia, e campanario com 2 sinos*”.¹⁶⁴³

A igreja de Stª Eulália de Macieira de Sarnes, anexa de Cesar, foi substituída pela igreja atual, da autoria do Arq. Fernando Lanhas, inaugurada a 1959. Porém a atual igreja não foi construída no local da anterior igreja, mas no sítio onde existia uma capela paroquial erguida em 1611 pelo abade António de Crasto, segundo inscrição no seu portal, hoje integrado na sacristia da igreja.¹⁶⁴⁴ Esta capela não é referenciada no inquérito de 1954, por esta altura já não deveria existir.



417. Pormenor do antigo portal da capela paroquial de Macieira de Sarnes

A 23 de outubro de 1864, temos notícia do estado de ruína em que a antiga igreja se encontrava, dizendo o visitador que “*a igreja está bastante deteriorada, e em partes em grande abandono (...)*”, e reforçando no final do capítulo de visita “*(...) a igreja está em grande abandono e desprezo*”.¹⁶⁴⁵ Por volta de 1954 a igreja de Macieira de Sarnes a situação mantinha-se e a igreja ameaçava ruína.¹⁶⁴⁶ Deve ter sido neste período que foi feito o projeto para nova igreja. Infelizmente, não existe no Arquivo Episcopal do Porto.

Nogueira Gonçalves ainda encontrou os antigos retábulos colaterais na nova igreja, que seriam obra de estilo nacional. Hoje já não se encontram na igreja.

¹⁶⁴² CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 310. – CARDOSO, P. Luiz – *Diccionario Geografico...* Tomo II..., 1751, p. 617.

¹⁶⁴³ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 35.

¹⁶⁴⁴ GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte...*, 1981, p. 144.

¹⁶⁴⁵ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Illº Rº Abadde de Stª Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 72v.

¹⁶⁴⁶ AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Macieira de Sarnes.



418. Antiga igreja de St^a Eulália de Macieira de Sarnes, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Macieira de Sarnes.)



419. Atual igreja de St^a Eulália de Macieira de Sarnes

Documentalmente sabemos que a antiga igreja, em 1758 era de nave única e tinha três retábulos, retábulo-mor com o Santíssimo Sacramento, retábulo colateral da direita dedicado a N. Sr^a do Rosário e no lado oposto o retábulo colateral do Espírito Santo.¹⁶⁴⁷ Em 1769 o visitador diz que “a Igreja hé suficiente, com 3 altares, e campanário com 2 sinetas”.¹⁶⁴⁸ Portanto, a torre foi construída posteriormente, e efetivamente nota-se que a torre vem amputar um dos cunhais da igreja.

Analisando a fotografia, a fachada da igreja antiga, parece uma construção de finais do século XVII ou inícios do século XVIII, com portal de verga reta com cornija, seguida de janela do coro-alto de verga reta, também com cornija sobre a qual assenta um nicho.

18. MORGADO DE FERMEDO

A igreja de St^a Maria de Fermedo será uma reedificação do século XVII, em que lhe foram construídas as duas naves, e mantido o arco cruzeiro possivelmente quinhentista, em volta perfeita com arestas chanfradas. A capela-mor foi reedificada em 1785, pela terceira vez,

¹⁶⁴⁷ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 313.

¹⁶⁴⁸ AP - *Informasoiis da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 38v.

segundo inscrição colocada no seu exterior, “TERCEIRA VES REF/ORMADA 1785 A”. A fachada é obra do século XIX.

No relatório do movimento religioso de 1922/1923 o pároco refere que “(...) *o corpo da igreja foi edificado e 1840*”.¹⁶⁴⁹ Esta data corresponde certamente à fachada e não ao corpo que é constituído por janelas de seteira, portas travessas de verga reta, base do púlpito assente em mísula simples e cinco arcos assentes em colunas toscanas.



420. Fachada da igreja de Stª Maria de Fermedo



421. Vista para o coro-alto da igreja de Stª Maria de Fermedo

Em 1758 a igreja é descrita com três retábulos, “(...) *o do Santíssimo Sacramento, o da Senhora do Rozario, o de Santo Amaro tem huma só nave*”,¹⁶⁵⁰ todavia, era constituída por duas naves, sendo uma dedicada ao Santíssimo Sacramento como refere Joaquim Thorel em 1769: “*A Igreja hé suficiente, e tem duas naves: na principal conresponde a capela mor, e 2 altares colateraes: em outra está o altar do Sacram.^{to} Tem Sachristia, e campanario com sineta*”.¹⁶⁵¹

O retábulo-mor e os colaterais, atualmente, são reaproveitamentos de talha de estilo nacional, o antigo retábulo do Santíssimo Sacramento na nave lateral é obra de finais do século XVIII, com a antiga tribuna amputada no topo para receber as imagens do Sagrado Coração de Jesus, Sagrado Coração de Maria e Menino Jesus.

¹⁶⁴⁹ *Relatório do Movimento Religioso da Diocese do Porto. Ano de 1922-23*. Porto: Tip. Medico, 1924, p. 136.

¹⁶⁵⁰ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho; LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – *Arouca – Notas Monográficas*. Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1991, p. 116.

¹⁶⁵¹ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 30v.



422. Capela-mor da igreja de Stª Maria de Fervedo



423. Antigo retábulo do Santíssimo Sacramento da igreja de Stª Maria de Fervedo

Sobre este edifício não temos mais nenhuma notícia, até à visita de 15 de outubro de 1864 em que o visitador diz que “*a igreja é proporcionada á população, e está tractada com a decência devida (...)*”.¹⁶⁵²

19. MORGADO DE PIGEIROS

A **igreja de Stª Maria de Pigeiros**, tinha sido reedificada na década de 1740, mas na noite de 24 para 25 de setembro de 1843, sofreu um incêndio e ficou reduzida a cinzas. A reedificação não tardou, aproveitando as fundações da antiga igreja, ampliando-a e dando nova configuração à torre sineira. Foi inaugurada a 11 de fevereiro de 1849.¹⁶⁵³

O portal principal de verga reta e os cunhais da fachada e torre, ainda parecem ser os da igreja anterior, no interior é tudo obra do século XIX.

A 20 de outubro de 1864 o visitador diz que “*a igreja é proporcionada á população e está decente na maior parte (...)*”,¹⁶⁵⁴ possivelmente ainda estaria a ser ornamentada.

¹⁶⁵² AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Illº Rº Abadde de Stª Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 69v.

¹⁶⁵³ MOREIRA, P. Domingos Azevedo – *Nótulas Históricas Sobre Pigeiros (Feira)*. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Tip. Da Coimbra Editora. Vol. XXXVIII, nº 150 (1972), p. 111-122.

¹⁶⁵⁴ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Illº Rº Abadde de Stª Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 71v.



424. Fachada da igreja de Stª Maria de Pigeiros

No inquérito de 1758 o pároco de Pigeiros, P. João Carlos da Rocha Tavares, diz que a igreja “*está feita de novo, à moderno, de hum só nave (...)*”.¹⁶⁵⁵

No corpo tinha duas janelas com grades de ferro e respetivas vidraças e dois retábulos “*(...) de entalha dourada abornido (...)*”. Do lado do Evangelho o retábulo colateral de N. Srª dos Remédios, “*(...) imagem milagrosa congnominada a Senhora dos Pardaes, pella tradição que há de que foi servida afugentar da freguezia os pardaes (...)*”, lateralmente S. Francisco e Stª Antónia. Do lado da Epístola o retábulo colateral dedicado a “*(...) Christo Crucificado, nelle estão em hum pedrestal Santa Anna, Nossa Senhora com Jesus entre ambas; da mesma parte São Brás de vulto piqueno; do outro lado São Sebastião*”. O frontispício do arco cruzeiro “*(...) hé pintado com vizos dourados, por cima, pintadas, no meio delle Nossa Senhora da Assumpção, e por cima dos retabelos Santo Amaro e São Gonçalo*”. O teto era pintado em tons policromos, o pavimento lajeado ao centro e lateralmente composto por taburnos numerados, e havia um púlpito. O coro tinha uma janela com grades de ferro e na parte de baixo ficava o batistério, onde existia uma pintura de N. Srª da Conceição. Tinha ainda um sino, uma porta principal e duas travessas, junto às quais estavam três pias de água benta e os confessionários.¹⁶⁵⁶

A capela-mor tinha sido mandada construir pelo abade Francisco de Matos Soares, “*(...) à sua custa no anno de 1743 (...)*”. Tinha duas janelas com grades de ferro e vidraças e

¹⁶⁵⁵ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 394.

¹⁶⁵⁶ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 394.

retábulo, com altar, tribuna e sacrário em talha dourada. No trono estava uma imagem do Menino Jesus “(...) *perfeita, que se tira quando se expõem sacramentado*. Do lado direito encontrava-se a imagem de N. Sr^a da Assunção, do lado esquerdo S. Brás. O teto “(...) *com doze painéis pintados de boas folhagens com molduras douradas, de que pende huma alampeda de prata feita à moderna com primor e custo*”. Nela ainda existia uma pia de água benta e duas portas que davam acesso às duas sacristias, “(...) *huma do parocho, e outra dos mordomos do Senhor, esta tem huma jenella com fortes grades de ferro, nella se guarda a custodia de prata, cruz de custo e mais pessas, e aquella huma janella de vista e porta para o adro (...)*”. O adro estava murado e tinha três entradas.¹⁶⁵⁷

O pároco anterior que é referido, Francisco de Matos Soares, como já verificámos quando fizemos a apresentação do padroado, era irmão de Salvador da Rocha Tavares, morgado de Pigeiros e padroeiro da igreja. Portanto, a capela-mor foi feita pelo padroeiro e as obras na igreja deve ter ocorrido entre os anos de 1730 e 1748, tempo em que esteve à frente da paróquia o referido irmão do padroeiro.

Em 1769 o visitador diz que “*a Igreja hé pequena: tem capela mor, sachristia, e dous altares com aseio ordinário, e campanário com um sino*”.¹⁶⁵⁸

20. MORGADO DE VILAR DO PARAÍSO

A igreja de **S. Pedro de Vilar do Paraíso** tem uma capela-mor excecional no contexto da comarca da Feira. Divide-a da nave dois arcos geminados, de volta perfeita, com arquivoltas, marcados nos cantos e ao centro por pilastras assentes em pedestais com a representações de grutescos. O teto da capela-mor é em abóbada de cruzaria de ogivas, de cariz gótico. Do lado do Evangelho estão os túmulos dos padroeiros da igreja, o primeiro foi construído em 1546, portanto, a capela-mor já existia nesse ano.

Em 1707, segundo inscrição no púlpito, a igreja foi intervencionada ao nível da nave, adquirindo a base do púlpito assente sobre mísula e os dois arcos de volta perfeita assentes sobre pilastras toscanas que acolheram os retábulos laterais – hoje encontram-se vazios.

¹⁶⁵⁷ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 394.

¹⁶⁵⁸ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 18.

No século XIX voltou a ser intervencionado, desta vez incidindo a empreitada sobre a fachada. Na segunda metade do século XX, para aumentar a capacidade da igreja, o coro-alto foi substituído e unido ao púlpito que passou a ser a porta de acesso ao novo coro-alto.



425. Capela-mor da igreja de S. Pedro de Vilar do Paraíso



426. Fachada da igreja de S. Pedro de Vilar do Paraíso

No inquérito de 1758 a igreja de S. Pedro de Vilar do Paraíso é descrita como uma igreja com quatro altares, uma capela-mor dividida em dois tramos e nave única:

579

*(...) dous na cappella mor a par, hum do Santíssimo Sacramento, no qual está colocada a imagem de Christo Crucificado, Sam Caetano e Sam Francisco de Xavier, no outro altar da cappella mor, está colocada a immagem de Nossa Senhora do Rosario, Sam Pedro, Santo Amaro, Sam Sebastiam. Nos altares colaterais, em hum está Sam Jozé e noutro Santa Anna e Sam Bento. (...) Esta igreja na cappella mor tem duas naves e no corpo della tem hua só nave.*¹⁶⁵⁹

Dos quatro altares, um não tinha retábulo, aquele que era considerado como altar-mor. Ao lado deste já existia um retábulo dedicado ao Santíssimo Sacramento. Segundo Joaquim Thorel, em 1769, eram todos os retábulos muito pobres, a igreja muito pequena para a freguesia, com sacristia e dois campanários. O morgado de Vilar do Paraíso estava obrigado a toda a igreja e residência paroquial. A residência estava completamente arruinada, grande parte

¹⁶⁵⁹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; Matos; BORRALHEIRO, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 790.

dos passais tinham sido vendidos pelo padroeiro e parte dos dízimos estavam em sequestro por alegadas dívidas:

A Igreja hé muito pequena; não pode acomodar nela os freguezes; com 2 colateraes; e do maior só existe o supedaneo, sem retabulo, nem couza de Altar: No outro, q fica á esquerda, está agora o Sacramento; e todoz m.^{to} pobres. Tem Sachristia suficiente; mas m.^{to} falta de algúns ornam^{tos}, e roupa branca; e 2 campanarios com uma sineta. Das Cazas da Rezidencia só se achão as paredes, e ainda estas m.^{to} aruinadas. De passal só há um bocado de Mato; porq algua Coiza, q prestava do dito passal, vendeo Fernam Camelo, Morgado da dita freg.^a Padroeiro deste Curato, e S.^r dos Dizimos, q andão arendados em 400\$000 rs, e mais. Ele não só hé obrig.^{do} á Capela mor, mas tambem a toda a Igr^a, e ornato: e se acha com sequestro nos ditos dizimos, q mandou fazer o Correg.^{or} da Com.^{ca} á instancia de vários credores.¹⁶⁶⁰

Os retábulos laterais, como já mencionamos não subsistiram, restam unicamente os arcos pétreos. O retábulo do Santíssimo é um bom retábulo rococó, o *retábulo-mor* já é obra do século XIX, com coroaento a inspirado no retábulo do Santíssimo e estrutura neoclássica.

A 23 de novembro de 1864 o visitador diz que “a egreja acha-se decente, e tem muita antiguidade (...)”.¹⁶⁶¹

21. MARQUESES DE MARIALVA

A igreja de S. Cristóvão de Nogueira do Cravo foi “(...) começada no anno de 1732 e acabada no de 1739”.¹⁶⁶² Em 1748 o abade Manuel Lopes Madureira mandou fazer a campa para os párocos, segundo lápide sepulcral colocada na capela-mor.

¹⁶⁶⁰ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 118v.

¹⁶⁶¹ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega, 1824-1864*, liv. 088, fl. 87v.

¹⁶⁶² CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 317.



427. Igreja de S. Cristóvão de Nogueira do Cravo, c. 1954 (AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954 – Nogueira do Cravo)



428. Interior da igreja de S. Cristóvão de Nogueira do Cravo

Em 1758 é referida como igreja de nave única, “(...) *formosa e magnífica. A capela mor corresponde à igreja na formosura e magnificência*”.¹⁶⁶³ Tinha cinco retábulos: retábulo-mor com o Santíssimo Sacramento, dois colaterais dedicados a N. Sr^a do Rosário e S. Gonçalo e dois laterais da invocação do Bom Jesus da Agonia e de S. Sebastião.¹⁶⁶⁴

Em 1769 o visitador diz que “*a Igreja hé nova, e boa, e a mais aseada de todas as Sobreditas, com capela mor, e sachristia comresponde; e o m.^{mo} aseio se acha nos param^{tos}. Tem torre com 2 sinos*”.¹⁶⁶⁵

Dos cinco retábulos setecentistas, resta o retábulo-mor e o colateral do lado do Evangelho, os outros três são do século XIX.

Como dizia a 23 de outubro de 1864 o visitador, “*a egreja é um rico templo em freguesias do campo (...)*”,¹⁶⁶⁶ proporcionado, de boa arquitetura, onde se destacam os vãos de acesso. No portal principal é composto por pilastras, friso e frontão curvo interrompido, com pináculos nos segmentos curvos e janela do coro-alto inserida no tímpano. A ladear a janela de verga reta, com friso e frontão triangular interrompido, há uma composição de enrolamentos que fazem a transição para os pináculos. Nas portas travessas de verga reta, com friso, repete-se o frontão triangular interrompido, com esfera a irromper do tímpano, que coroa a janela do coro alto. Na porta de acesso à sacristia repete-se, de fora mais simples, a configuração do portal principal, com pilastras que suportam um friso e um frontão curvo interrompido, porém, neste caso o tímpano apresenta uma configuração análoga aos tímpanos das portas travessas.

¹⁶⁶³ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 317.

¹⁶⁶⁴ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 316-317.

¹⁶⁶⁵ AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769*, fl. 40v.

¹⁶⁶⁶ AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088, fl. 73.



429. Portal principal da igreja de S. Cristóvão de Nogueira do Cravo



430. Porta travessa da igreja de S. Cristóvão de Nogueira do Cravo



431. Porta de acesso à sacristia da igreja de S. Cristóvão de Nogueira do Cravo

Em 1887 o edifício terá sido submetido a algumas reparações.¹⁶⁶⁷

Em 2002 uma das paredes da nave apresentava *uma barriga* e o edifício teve de ser submetido a obras de consolidação estrutural, a cargo do Engº António Moreira Rebelo, de Nogueira do Cravo.¹⁶⁶⁸

Entre 2012 e 2014 os retábulos foram submetidos a uma intervenção de conservação e restauro pelo Centro de Conservação e Restauro da Universidade Católica do Porto.

¹⁶⁶⁷ OLIVEIRA, Samuel de bastos – *Oliveira de Azeméis e freguesias entre os Rios Antuã e Ul na visitaçã de 1769. Com demografia das freguesias do séc. XVI ao séc. XX*. Oliveira de Azeméis: Proleite, 1992, p. 30.

¹⁶⁶⁸ AEP – *Proc.* 906.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do Território da Antiga Comarca Eclesiástica da Feira, analisámos cento e doze edifícios que funcionaram como igrejas paroquiais. Das cronologias das arquiteturas destas igrejas paroquiais, estudamos edifícios do século XV ao século XX, e até XXI. Neste conjunto evidenciam trinta e oito do século XVIII, vinte e quatro do século XX, vinte e três do século XIX, treze da transição do século XVII para o século XVIII e onze do século XVII.

Exceto a igreja paroquial de Fermedo, que tem duas naves, os restantes edifícios seguem as recomendações diocesanas, imanadas pelo concílio de Trento. De três naves são as igrejas de Ovar, Castelões e Pedroso. As restantes são de única nave.

Em quase todos é possível circular à sua volta, e situam-se em locais elevados, e quase todos no centro dos núcleos urbanos dos povoados.

Relativamente à composição das fachadas destas igrejas, nota-se que maior parte das torres sineiras foram colocadas posteriormente à construção da igreja, recordemos, por exemplo, o caso de St^a Marinha ou de Rio Meão, com torres sineiras oitocentistas. Durante a Época Moderna a maior parte destas igrejas tinha apenas uma sineira com a função de campanário. Atualmente todas têm torre, exceto Vila Cova de Perrinho. Na sua maioria apresentam uma única torre, sendo de destacar a igreja do Mosteiro de S. Salvador de Grijó com torre autónoma e as treze igrejas com torre central, na generalidade do século XIX, com uma exceção, a igreja de Sandim (1690-1712). Com duas torres na fachada temos doze edifícios.

Quanto às igrejas é ainda necessário destacar que deste universo de igrejas paroquiais existem três unidades monásticas, Grijó, Feira e Cucujães. Exceto Cucujães, que se assemelha bastante às igrejas paroquiais da sua época, as outras duas igrejas são exemplares de excecional qualidade arquitetónica no contexto da arquitetura religiosa da Antiga Comarca da Feira. Note-se que o Mosteiro de S. Salvador de Grijó está classificado como Imóvel de Interesse Público, desde 1938, e o Convento do Espírito Santo da Feira como Monumento de Interesse Público, desde 2012. No Mosteiro de Grijó encontra-se o túmulo de D. Rodrigo Sanches, classificado como Monumento Nacional desde 1910.

Olhando ainda para os edifícios de modo mais global, existem seis edifícios que se destacam pelas suas escadarias monumentais: Oliveira de Azeméis, Arrifana, Feira, S. João da Madeira, Sanfins e Junqueira.

Como já referimos, as próprias *Constituições Sinodais* expressam bem que na gestão do património das igrejas havia uma divisão rigorosa de responsabilidades. A capela-mor e sacristia eram da responsabilidade de quem recebia os dízimos e o restante edifício era da

responsabilidade coletiva da freguesia. Na pesquisa efetuada, encontramos edifícios que foram geridos por patronos. Para compreendermos a comarca eclesiástica da Feira, não poderíamos ignorar o elemento mais vinculativo na gestão destes espaços, a sua administração, a forma como eram geridos e agrupados – os patronos e os padroados.

Dessa análise por padroados compreendemos que, de modo geral, as igrejas que pertenceram a padroados que transitaram de padroeiro, foram perdendo grande parte do seu legado artístico, como é o caso das igrejas do padroado do Mosteiro de Grijó que foi extinto em 1770, ou ainda, da igreja de Romariz que passou por três padroeiros distintos e, naturalmente, as igrejas dos padroados da Companhia de Jesus.

Quanto aos casos isolados, em que só existia uma igreja da comarca afeta a um determinado padroado, não foi possível retirar grandes conclusões, como aconteceu com a maior parte dos padroados seculares, por sinal, pouco representativos.

O caso de Rio Meão é extremamente esclarecedor quanto à importância do direito de padroado na encomenda artística. É o único caso em que surge o padroeiro a proceder a uma encomenda conjunta de retábulos colaterais para todas as igrejas do seu padroado.

Nas comendas da Ordem de Cristo inserem-se algumas das melhores igrejas desta comarca, as igrejas de Avanca, Oliveira de Azeméis, S. Martinho da Gândara e Mosteirô. Destas igrejas já dissemos na parte inicial deste trabalho que Oliveira de Azeméis (classificada como Imóvel de Interesse Público desde 1993) e Avanca estavam entre as igrejas mais rentáveis da comarca.

O Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria, segundo a documentação que nos chegou, foi bastante zeloso em relação às suas igrejas, estando integrada neste padroado a igreja de Sandim, que adquiriu precocemente uma torre sineira central na fachada.

Dentro desta comarca ainda é de evidenciar a igreja de Vilar de Andorinho, tanto na fachada como no retábulo-mor, e a igreja de S. Jorge, pelo conjunto. Ambas do padroado do Mosteiro de Stª Clara.

Importa ainda evidenciar a qualidade das igrejas de Avintes, Espargo, Sanfins, Gulpilhares; a fachada da igreja de Fornos, e a fachada e capela-mor da igreja de Paços de Brandão. Todas igrejas do padroado do Bispo do Porto.

Quanto ao Cabido da Sé do Porto, das cinco igrejas que detinha, duas delas são de excecional qualidade no contexto das igrejas paroquiais da comarca da Feira. A igreja de Ovar com três naves e uma capela completamente forrada a talha - que dá início ao percurso dos Passos (classificados como Imóvel de Interesse Público desde 1949) - e a igreja de Stª Marinha,

obra de Nicolau Nasoni onde a arquitetura e a talha se encontram em perfeita harmonia (classificada como Imóvel de Interesse Público desde 1993).



No que respeita aos padroados seculares destacam-se acima de tudo os condes da Feira/Casa do Infantado, com as igrejas de Castanheira do Vouga, Agadão (classificada como Monumento de Interesse Público desde 2014), Arrifana e as fachadas das igrejas de Arões e Roge.





Estas igrejas, independente da diocese à qual pertenciam, eram pertença de um padroeiro. Como verificámos, o benefício paroquial da igreja de Pigeiros foi entregue ao P. Francisco de Matos Soares, irmão do padroeiro, Salvador da Rocha Tavares, morgado de Pigeiros, e foi durante o seu tempo ao serviço desta paróquia que a igreja foi reedificada. Esta parentalidade foi influenciadora desta obra. Como no caso da igreja de St^a Marinha o dinheiro entregue ao cabido para a reedificação da igreja permitiu que D. Jerónimo de Távora de Noronha Leme Cernache, fosse para além da sua capela-mor e sacristia e pudesse encomendar um projeto global a um dos melhores arquitetos a trabalhar no Porto.


Uma vez extinto o direito de padroado, os dízimos e as comendas, as igrejas viram-se entregues às Juntas de Paróquia. A Igreja vivia tempos muito difíceis e foi necessária uma adaptação aos novos princípios administrativos. Na documentação, da década de 1830 até inícios do século XX, é evidente a falta de recursos financeiros, a necessidade premente de recorrer a beneméritos, aos quais se agradecia publicamente com placas comemorativas, como por exemplo na construção da nova igreja de Ossela. Após a extinção das juntas, volta a ser necessária uma nova adaptação. Durante todo este tempo, nota-se nos edifícios construídos, nos retábulos e nas imagens adquiridas, uma redução considerável de qualidade, é neste contexto que o concílio de Vaticano II será determinante, porém, só agora estamos a começar a compreender a sua dimensão no campo artístico.





Cronologia: igrejas paroquiais da antiga
comarca da Feira

Nesta cronologia considerámos a data mais antiga da construção arquitetónica ainda existente, desde que não sejam meros vestígios. No caso de Vilar do Paraíso a capela-mor é o corpo mais antigo existente, portanto não estamos perante um mero vestígio arquitetónico, pelo que considerámos a sua datação para o posicionamento cronológico. No caso de Pedroso, embora uma das torres ainda possa ser obra do século XIV/XV já sofreu muitas intervenções e não existem factos credíveis quanto à sua antiguidade, e com a reedificação total do edifício, em 1929, os poucos elementos mais antigos que restam foram transformados em pequenos apontamentos, num edifício completamente alterado, por isso, considerámos a data de 1929. No caso da igreja de Serzedo, a base do antigo púlpito, hoje deslocado do lugar original e servindo de peanha a uma imagem, é obra das intervenções de 1709, mas mais uma vez é um mero pormenor. A igreja terá sido reedificada nos primeiros anos do século XIX, obra da qual resta a capela-mor e a fachada, o corpo da nave é obra de 1983. Aqui considerámos a reedificação oitocentista.





DATAÇÃO BASE	IGREJA	INFORMAÇÕES
Séc. XV		<p>Diocese: Porto Concelho: Santa Maria da Feira Freguesia: Rio Meão Orago: S. Tiago</p> <p>Arquitetura Construída possivelmente no século XV Reedificada na década de 1740 (estava em curso em 1748)</p> <p>Talha e Escultura Retábulo-mor e colaterais feitos em 1702 pelos irmãos Manuel da Fonseca e João da Fonseca, mestres entalhadores da cidade do Porto, e dourados em 1715 por Manuel Pinto Monteiro. Imagem de S. Tiago feita c. 1723.</p>
1546		<p>Diocese: Porto Concelho: Vila Nova de Gaia Freguesia: Vilar do Paraíso Orago: S. Pedro</p> <p>Arquitetura Construída a primeira sepultura do padroeiro em 1546, na capela-mor. Em 1707 foi a nave foi intervencionada. No século XIX a fachada terá sido reedificada.</p>
1608-1612		<p>Diocese: Aveiro Concelho: Estarreja Freguesia: Veiros Orago: S. Bartolomeu</p> <p>Arquitetura Construção feita entre 1608 e 1612, pelo pedreiro António Gomes (Arrifana) Em 1885 sofreu um incêndio. Desse ano até 1890 o edifício foi recuperado e a capela-mor ampliada.</p>





DATAÇÃO BASE	IGREJA	INFORMAÇÕES
1612-1629	 Grijó	<p>Diocese: Porto Concelho: Vila Nova de Gaia Freguesia: Grijó Orago: S. Salvador</p> <p>Arquitetura Projeto do Arq. Francisco Velasques (Toro, província de Zamora) realizado c. 1572 Construção da igreja iniciada em 1612 e concluída em 1629</p> <p>Talha Retábulos colaterais de 1711, feitos pelo mestre ensamblador António Dinis Faria (Porto), possivelmente sob a alçada do mestre imaginário Filipe da Silva (Porto). Retábulo-mor feito em 1735 pelos mestres Pedro Salgado e Francisco de Sampaio (ambos de Landim – Famalicão) segundo o risco de António Vital. Em 1736 foi dourado pelos mestres pintores e douradores Manuel Pinto Monteiro (Porto) e Pedro da Silva Lisboa (Porto), com ouro fornecido pelos mestres bate-folhas Manuel Monteiro (Porto) e Domingos Luís (Porto).</p>
1618 – c. 1743	 Feira	<p>Diocese: Porto Concelho: Stª Maria da Feira Freguesia: Stª Maria da Feira Orago: Espírito Santo</p> <p>Arquitetura Construção da capela-mor entre 1618 e 1632. Construção do arco cruzeiro e transepto entre 1625 e 1693, pelos mestres Francisco Carvalho (Porto) e Valentim Carvalho (Porto). Construção do corpo da igreja entre 1693 e c. 1705, pelo construtor Domingos Moreira (Moreira da Maia). Conclusão da torre Sul em 1743.</p> <p>Talha Retábulos colaterais executados entre 1702 e 1704 pelo mestre entalhador Domingos Nunes (Porto)</p>
c. 1673	 Macieira de Cambra	<p>Diocese: Porto Concelho: Vale de Cambra Freguesia: Macieira de Cambra Orago: Stª Maria (N. Srª da Natividade)</p> <p>Arquitetura Construção por volta de 1673.</p>
1690-1712	 Sandim	<p>Diocese: Porto Concelho: Vila Nova de Gaia Freguesia: Sandim Orago: Stª Maria (N. Srª da Expectação)</p> <p>Arquitetura Reedificação do corpo da igreja entre 1690 e 1712. O arco cruzeiro foi feito pelo mestre de obras Paulo do Couto (Grijó), c. 1690. As obras de pedraria e telhado ficaram a cargo do construtor Domingos do Couto, c. 1695. A fachada estaria acabada em 1712. A capela-mor foi reedificada depois de 1779 e concluída antes de 22 de julho de 1789.</p>






DATAÇÃO BASE	IGREJA	INFORMAÇÕES
1698	 <p>Ovar</p>	<p>Diocese: Porto Concelho: Ovar Freguesia: Ovar Orago: S. Cristóvão</p> <p>Arquitetura Reedificação entre 1670 e 1679. Construção c. 1727 da capela lateral dedicada ao Sr. dos Passos. Reedificação da capela-mor em 1762. Reedificação da fachada e aumento do pé direito do edifício entre 1830 e 1834, segundo projeto do Arq. Luís Inácio de Barros Lima. Construção da capela lateral do Santíssimo Sacramento entre 1831 e 1834, pelo mestre de obras Manuel Lourenço Afonso (Avanca)</p> <p>Talha Retábulo do Sr. dos Passos concluído c. 1735, pelo mestre entalhador José Teixeira Guimarães (Porto). Ilhargas da capela forradas a talha dourada em 1750 pelo mesmo entalhador. Retábulo do Santíssimo Sacramento feito na década de 1830, segundo risco de Manuel António da Fonseca (Stª Maria da Feira), executado por Manuel Ferreira Maia (Porto).</p>
Finais do século XVII	 <p>Fervedo</p>	<p>Diocese: Porto Concelho: Arouca Freguesia: Fervedo Orago: Stª Maria (N. Srª da Expectação)</p> <p>Arquitetura Corpo da igreja do século XVII, possivelmente de finais da centuria Reedificação da capela-mor de 1885. Reedificação da fachada c. 1840.</p>
Finais do século XVII	 <p>S. Pedro de Castelões</p>	<p>Diocese: Porto Concelho: Vale de Cambra Freguesia: S. Pedro de Castelões Orago: S. Pedro</p> <p>Arquitetura Edifício com três naves seiscentistas. Fachada reedificada em 1885.</p>
Finais do século XVII	 <p>Guisande</p>	<p>Diocese: Porto Concelho: Stª Maria da Feira Freguesia: Guisande Orago: S. Mamede</p> <p>Arquitetura Reedificação de finais do século XVII. A capela-mor e a sacristia foram reedificadas entre c. 1687 e 1690. Construção da torre sineira em 1764.</p> <p>Talha e Pintura Frontispício do arco cruzeiro da autoria do mestre entalhador Manuel da Fonseca (Porto), c. 1703.</p>






DATAÇÃO BASE	IGREJA	INFORMAÇÕES
Finais do século XVII	 Pindelo (antiga)	Diocese: Porto Concelho: Oliveira de Azeméis Freguesia: Pindelo Orago: Stª Maria (N. Srª da Assunção) Arquitetura Edifício do século XVII, reformado em 1792.
Finais do século XVII	 S. João de Ver (antiga)	Diocese: Porto Concelho: Stª Maria da Feira Freguesia: S. João de Ver Orago: S. João Arquitetura Reedificação de finais do século XVII. Reedificação da capela-mor no século XIX.
Finais do século XVII- 1704	 Oliveira do Douro	Diocese: Porto Concelho: Vila Nova de Gaia Freguesia: Oliveira do Douro Orago: Stª Eulália Arquitetura Construção/reedificação iniciadas em finais do século XVII, estando a igreja concluída em 1704. Bastante alterada em 1966, segundo projeto do Arq. F. Abrunhosa de Brito (Porto).
Século XVII e XVIII	 Ossela (antiga)	Diocese: Porto Concelho: Oliveira de Azeméis Freguesia: Ossela Orago: S. Pedro Arquitetura Reconstrução do século XVII, com fachada renovada no século XVIII e torre construída no mesmo século.
Séc. XVII/XVIII	 Arcozelo (antiga)	Diocese: Porto Concelho: Vila Nova de Gaia Freguesia: Arcozelo Orago: S. Miguel Arquitetura Construção de finais do século XVII ou inícios do século XVIII. Reedificação da capela-mor em meados do século XVIII.






DATAÇÃO BASE	IGREJA	INFORMAÇÕES
Séc. XVII/XVIII	 Canedo	<p>Diocese: Porto Concelho: Vila Nova de Gaia Freguesia: Canedo Orago: S. Pedro</p> <p>Arquitetura Edifício de finais do século XVII ou inícios do século XVIII. Reedificação da fachada em 1800.</p>
Séc. XVII/XVIII	 Carregosa	<p>Diocese: Porto Concelho: Oliveira de Azeméis Freguesia: Carregosa Orago: S. Salvador</p> <p>Arquitetura Edifício de finais do século XVII ou inícios do século XVIII.</p>
Século XVII/XVIII	 Lobão	<p>Diocese: Porto Concelho: Stª Maria da Feira Freguesia: Lobão Orago: S. Tiago</p> <p>Arquitetura Edifício de finais do século XVII ou inícios do século XVIII.</p> <p>Talha e pintura Arco cruzeiro pintado em 1726, possivelmente a data do revestimento da talha do frontispício do arco cruzeiro e execução dos retábulos colaterais.</p>
Século XVII/XVIII	 Louredo	<p>Diocese: Porto Concelho: Stª Maria da Feira Freguesia: Louredo Orago: S. Vicente</p> <p>Arquitetura Edifício de finais do século XVII ou inícios do século XVIII. Reedificação da fachada em 1909.</p>
Séc. XVII/XVIII	 Lourosa	<p>Diocese: Porto Concelho: Stª Maria da Feira Freguesia: Lourosa Orago: S. Tiago</p> <p>Arquitetura Edifício de finais do século XVII ou dos primeiros anos do século XVIII</p>






DATAÇÃO BASE	IGREJA	INFORMAÇÕES
Séc. XVII/XVIII	 Madalena	<p>Diocese: Porto Concelho: Vila Nova de Gaia Freguesia: Madalena Orago: Stª Maria Madalena</p> <p>Arquitetura Construção de finais do século XVII ou inícios do século XVIII</p> <p>Talha Retábulo-mor feito em 1741.</p>
Séc. XVII/XVIII	 Sanguedo	<p>Diocese: Porto Concelho: Stª Maria da Feira Freguesia: Sanguedo Orago: Stª Eulália</p> <p>Arquitetura Construção de finais do século XVII ou inícios do século XVIII. Reedificação da capela-mor no século XIX. Construção da torre sineira no século XX.</p>
Séc. XVII/XVIII	 Vale (antiga)	<p>Diocese: Porto Concelho: Stª Maria da Feira Freguesia: Vale Orago: Stª Maria</p> <p>Arquitetura Construção de finais do século XVII ou inícios do século XVIII. Reedificação da fachada em 1928. Reedificação da capela-mor em 1922.</p>
Século XVII/XVIII	 Vilar de Andorinho	<p>Diocese: Porto Concelho: Vila Nova de Gaia Freguesia: Vilar de Andorinho Orago: S. Salvador</p> <p>Arquitetura Construção de inícios do século XVIII.</p> <p>Talha Retábulo-mor c. 1767.</p>
Séc. XVII e XVIII	 Cucujães	<p>Diocese: Porto Concelho: Oliveira de Azeméis Freguesia: Cucujães Orago: S. Martinho</p> <p>Arquitetura Reedificação da capela-mor entre os triénios de 1659-1662 e 1665-1668. Reedificação da nave entre os triénios de 1665-1668 e 1710-1713. Reedificação da fachada no triénio de 1792-1795, segundo risco de Frei Vilaça.</p> <p>Talha O retábulo-mor estava praticamente concluído em 1756, quando o entalhador Manuel da Costa Andrade (Porto) faleceu, transitando a</p>

DATAÇÃO BASE	IGREJA	INFORMAÇÕES
		obra para o mestre entalhador José Teixeira Guimarães (Porto). No triénio de 1792-1795 Frei José de Santo António Ferreira Vilaça adaptou-o <i>ao gosto moderno</i> . Retábulos colaterais feitos segundo o risco de Frei Vilaça, no triénio de 1783-1786. Sanefa do arco cruzeiro feita segundo o risco de frei Vilaça, no triénio de 1792-1795.
Inícios do séc. XVIII	 Beduído	Diocese: Aveiro Concelho: Estarreja Freguesia: Beduído Orago: S. Tiago Arquitetura Construída em inícios do século XVIII. Sofreu um incêndio em 1922. Nesse ano procederam-se a obras de recuperação do edifício e a torre sineira foi alteada. Entre 1965 e 1970 o seu interior foi completamente alterado, seguindo um projeto do Arq. António Linhares de Oliveira.
Inícios do séc. XVIII	 Codal	Diocese: Porto Concelho: Vale de Cambra Freguesia: Codal Orago: S. Tiago Arquitetura Edifício de inícios do século XVIII, intervencionado em 1797.
Inícios do séc. XVIII	 Escariz	Diocese: Porto Concelho: Arouca Freguesia: Escariz Orago: Stº André Arquitetura Construída em inícios do século XVIII. Construção da torre sineira em 1799. Reedificação da fachada em finais do século XVIII ou inícios do século XIX.
Inícios do séc. XVIII	 Gião	Diocese: Porto Concelho: Stª Maria da Feira Freguesia: Gião Orago: Stº André Arquitetura Construção de inícios do século XVIII. Construção da torre sineira e reedificação da fachada em finais do século XVIII.






DATAÇÃO BASE	IGREJA	INFORMAÇÕES
Inícios do séc. XVIII	 Junqueira (antiga)	<p>Diocese: Porto Concelho: Vale de Cambra Freguesia: Junqueira Orago: S. Miguel</p> <p>Arquitetura Edifício de inícios do século XVIII, com remodelação e construção da torre sineira em 1790.</p>
Inícios do Século XVIII	 Vila Chã	<p>Diocese: Porto Concelho: Vale de Cambra Freguesia: Vila Chã Orago: Stª Maria (N. Srª da Purificação)</p> <p>Arquitetura Construção de inícios do século XVIII.</p>
Inícios do Século XVIII	 Vila Cova de Perrinho	<p>Diocese: Porto Concelho: Vale de Cambra Freguesia: Vila Cova de Perrinho Orago: S. João</p> <p>Arquitetura Construção de inícios do século XVIII.</p>
1ª metade do século XVIII	 Roge	<p>Diocese: Porto Concelho: Vale de Cambra Freguesia: Roge Orago: S. Salvador</p> <p>Arquitetura Construção da primeira metade do século XVIII.</p>
1712	 Riba Ul	<p>Diocese: Porto Concelho: Oliveira de Azeméis Freguesia: Riba Ul Orago: S. Tiago</p> <p>Arquitetura Construída/reedificada em 1712, foi profundamente alterada na segunda metade do século XIX e em 1984 – projeto do Arq. Aristeu Ravésio Gonçalves (S. Martinho da Gândara) e Eng. Fernando Dias Brandão (Riba Ul).</p>

DATAÇÃO BASE	IGREJA	INFORMAÇÕES
1716	 Macinhata da Seixa	<p>Diocese: Porto Concelho: Oliveira de Azeméis Freguesia: Macinhata da Seixa Orago: Stº André</p> <p>Arquitetura Construção de 1716.</p>
1716-1726	 Oliveira de Azeméis	<p>Diocese: Porto Concelho: Oliveira de Azeméis Freguesia: Oliveira de Azeméis Orago: S. Miguel</p> <p>Arquitetura Construção da igreja entre 1716 e 1726. Construção da escadaria em 1739, segundo risco do Arq. Miguel Francisco da Silva (Porto), executada pelos mestres pedreiros Manuel Rodrigues (Nogueira da Regedoura), Manuel de Sousa e António Rodrigues Pilanso (ambos de Grijó).</p>
1720-1730	 Murtosa	<p>Diocese: Aveirro Concelho: Murtosa Freguesia: Murtosa Orago: Stª Maria (N. Srª da Natividade)</p> <p>Arquitetura Construída entre 1720 e 1730. Profundamente alterada entre 1964-1968, segundo projeto do Arq. António Linhares de Oliveira.</p>
1727-cc. 1749	 Avanca	<p>Diocese: Aveirro Concelho: Estarreja Freguesia: Avanca Orago: Stª Marinha</p> <p>Arquitetura Construção do corpo da igreja iniciada em 1727 e concluída por volta de 1749. Construção da capela-mor foi feita depois de 1769, estando concluída em 1790.</p> <p>Talha Retábulos colaterais e laterais contratados em 1746, executados pelo entalhador José Martins Tinoco (Porto), seguindo o risco feito por Miguel Francisco da Silva (Porto). Retábulo-mor executado pelo entalhador Manuel Teixeira Guimarães (Porto), segundo o risco do arquiteto D. Joaquim Lourenço Ciais Ferrás de Acunha e anotações do Arquitecto das Ordens, Manuel Caetano de Sousa.</p>
1729	 Espargo	<p>Diocese: Porto Concelho: Stª Maria da Feira Freguesia: Espargo Orago: S. Tiago</p> <p>Arquitetura Construção concluída em 1729.</p>

DATAÇÃO BASE	IGREJA	INFORMAÇÕES
	Espargo	
Finais da 1ª metade do século XVIII	 Vila Maior	<p>Diocese: Porto Concelho: Stª Maria da Feira Freguesia: Vila Maior Orago: S. Mamede</p> <p>Arquitetura Construção de finais da primeira metade do século XVIII. Construção da torre em 1908. Ampliação do corpo do edifício em 1993.</p>
Dec. 1730	 Arada	<p>Diocese: Porto Concelho: Ovar Freguesia: Arada Orago: S. Martinho</p> <p>Arquitetura Reedificação da década de 1730.</p>
1731-1735	 Escapães	<p>Diocese: Porto Concelho: Stª Maria da Feira Freguesia: Escapães Orago: S. Martinho</p> <p>Arquitetura Construção de 1731 a 1735.</p>
1732-1735	 São Jorge	<p>Diocese: Porto Concelho: Stª Maria da Feira Freguesia: S. Jorge Orago: S. Jorge</p> <p>Arquitetura Construção de 1732 a 1735.</p>
1732-1739	 Nogueira do Cravo	<p>Diocese: Porto Concelho: Oliveira de Azeméis Freguesia: Nogueira do Cravo Orago: S. Cristóvão</p> <p>Arquitetura Construção iniciada em 1732 e concluída em 1739.</p>






DATAÇÃO BASE	IGREJA	INFORMAÇÕES
Depois de 1736	 São Roque	<p>Diocese: Porto Concelho: Oliveira de Azeméis Freguesia: S. Roque Orago: S. Pedro</p> <p>Arquitetura Reedificação iniciada depois de 1736, mantendo a estrutura de finais do século XVII ou inícios do século XVIII.</p>
1739	 Fornos	<p>Diocese: Porto Concelho: Stª Maria da Feira Freguesia: Fornos Orago: S. Salvador</p> <p>Arquitetura Construção de 1739. Remodelação do espaço interior entre 1967-1980, da autoria de João José de Sousa Bentes Pimenta (Lisboa)</p>
1738-1739	 Canidelo	<p>Diocese: Porto Concelho: Vila Nova de Gaia Freguesia: Canidelo Orago: Stº André</p> <p>Arquitetura Reedificação feita entre 1738 e 1739, onde trabalharam António Pereira e Caetano de Sousa Teixeira, mestres pedreiros do Porto. Construção da torre sineira em inícios do século XX na posição em que se encontra atualmente. A anterior estava no lado oposto.</p> <p>Talha Retábulo colaterais e talha do arco cruzeiro, de 1745, com risco de Miguel Francisco da Silva e entalhamneto de Manuel Pereira da Costa Noronha (Porto).</p>
1741-c.1755	 Bunheiro	<p>Diocese: Aveiro Concelho: Murtosa Freguesia: Bunheiro Orago: S. Mateus</p> <p>Arquitetura Construção da nave entre 1741 e c. 1755. Construção da capela-mor entre c. 1769 e 1789.</p>
1745-c.1763	 Santa Marinha	<p>Diocese: Porto Concelho: Vila Nova de Gaia Freguesia: Stª Marinha Orago: Stº Marinha</p> <p>Arquitetura Reedificação segundo o risco do Arq. Nicolau Nasoni. Entre 1745 e 1749 foi feita a nave. Em 1750 arrematada a obra da sacristia e em 1763 a capela-mor.</p> <p>Talha Retábulo-mor feito entre 1766 e 1767, pelos mestres entalhadores Manuel de Araújo (Landim) e António José da Silva (S. Tiago de Rebordãos)</p>


DATAÇÃO BASE	IGREJA	INFORMAÇÕES
1746-c.1788	 Válega	<p>Diocese: Porto Concelho: Ovar Freguesia: Válega Orago: Stª Maria (N. Srª do Amparo)</p> <p>Arquitetura Construída entre 1746 e c. 1788.</p>
2ª met. Séc. XVIII	 Anta	<p>Diocese: Porto Concelho: Espinho Freguesia: Anta Orago: S. Martinho</p> <p>Arquitetura A fachada é obra da segunda metade do século XVIII, o interior foi completamente alterado ao longo dos séculos, especialmente com o projeto de ampliação do corpo da igreja, de 1979, da autoria dos arquitetos Albano Seabra Moura e Mário Seabra Moura.</p>
2ª met. Séc. XVIII	 Agadão	<p>Diocese: Aveiro Concelho: Águeda Freguesia: Agadão Orago: Stª Cristina</p> <p>Arquitetura Reedificada na segunda metade do século XVIII.</p>
1756-1764	 São Vicente de Pereira	<p>Diocese: Poto Concelho: Ovar Freguesia: S. Vicente de Pereira Orago: S. Vicente</p> <p>Arquitetura Construída entre 1756 e 1764.</p>
1758	 Castanheira do Vouga	<p>Diocese: Aveiro Concelho: Águeda Freguesia: Castanheira do Vouga Orago: S. Mamede</p> <p>Arquitetura Reedificada em 1758.</p>

DATAÇÃO BASE	IGREJA	INFORMAÇÕES
c. 1758	 <p>Paços de Brandão</p>	<p>Diocese: Porto Concelho: Stª Maria da Feira Freguesia: Paços de Brandão Orago: S. Cipriano</p> <p>Arquitetura Estava em construção em 1758. Ampliada em 1985, alterando compeltamente a nave.</p>
c. 1758	 <p>Mosteirô</p>	<p>Diocese: Porto Concelho: Stª Maria da Feira Freguesia: Mosteirô Orago: Stº André</p> <p>Arquitetura Estava em construção em 1758. A capela-mor foi construída depois de 1769.</p>
1762-1787	 <p>Avintes</p>	<p>Diocese: Porto Concelho: Vila Nova de Gaia Freguesia: Avintes Orago: S. Pedro</p> <p>Arquitetura Reedificada entre 1762 (fachada) e 1787 (capela-mor).</p>
1767-1776	 <p>Arrifana</p>	<p>Diocese: Porto Concelho: Stª Maria da Feira Freguesia: Arrifana Orago: Stª Maria (N. Srª da Assunção)</p> <p>Arquitetura Construída entre 1767 e 1776.</p>
1770-1790	 <p>Ul</p>	<p>Diocese: Porto Concelho: Oliveira de Azeméis Freguesia: Ul Orago: Stª Maria</p> <p>Arquitetura Construção de 1770 a 1790.</p>






DATAÇÃO BASE	IGREJA	INFORMAÇÕES
1771-1780	 São Martinho da Gândara	<p>Diocese: Porto Concelho: Oliveira de Azeméis Freguesia: S. Martinho da Gândara Orago: S. Martinho</p> <p>Arquitetura Construção da nave entre 1771 e 1780. Construção da capela-mor entre 1908 e 1916. Reconstrução da torre sineira em 1917, depois de ter desabado parcialmente.</p>
1777	 Arões	<p>Diocese: Porto Concelho: Vale de Cambra Freguesia: Arões Orago: S. Simão</p> <p>Arquitetura Reedificada em 1777. Ampliada na segunda metade do século XX, segundo projeto do Arq. Xavier Alabares de Albuquerque.</p>
1779	 Canelas	<p>Diocese: Porto Concelho: Vila Nova de Gaia Freguesia: Canelas Orago: S. João</p> <p>Arquitetura Reedificada em 1779. Ampliada em 1978 alterando completamente a nave da igreja.</p>
1784-1787	 Gulpilhares	<p>Diocese: Porto Concelho: Vila Nova de Gaia Freguesia: Gulpilhares Orago: Stª Maria</p> <p>Arquitetura Reedificada entre 1784 e 1787, por Manuel Martins Moura (Porto).</p>
c.1796-c.1849	 Mafamude	<p>Diocese: Porto Concelho: Vila Nova de Gaia Freguesia: Mafamude Orago: S. Cristóvão</p> <p>Arquitetura Em 1794 Francisco Carvalho (Arcozelo) arremata a obra de construção da igreja, porém a construção só se iniciou depois de março de 1796 e estaria concluída por volta de 1849.</p>



DATAÇÃO BASE	IGREJA	INFORMAÇÕES
Inícios do séc. XIX	 Serzedo	<p>Diocese: Porto Concelho: Vila Nova de Gaia Freguesia: Serzedo Orago: S. Mamede</p> <p>Arquitetura Este edifício preserva a base do antigo púlpito com a inscrição de 1709, data de uma possível renovação do edifício. Em inícios do século XIX, à semelhança de Perosinho, deve ter sido reedificada. Ampliação em 1983, com demolição das paredes laterais da nave.</p>
1802	 Perosinho	<p>Diocese: Porto Concelho: Vila Nova de Gaia Freguesia: Perosinho Orago: S. Salvador</p> <p>Arquitetura Construção de 1802</p>
1802-1810	 Cesar	<p>Diocese: Porto Concelho: Oliveira de Azeméis Freguesia: Cesar Orago: S. Pedro</p> <p>Arquitetura Construída de 1802 a 1810, pelo mestre de obras António Álvares.</p>
1812-1823	 Pardilhó	<p>Diocese: Porto Concelho: Estarreja Freguesia: Pardilhó Orago: S. Pedro</p> <p>Arquitetura Corpo construído entre 1812 e 1823, a capela-mor é posterior.</p>
1820-1830	 Seixezelo	<p>Diocese: Porto Concelho: Vila Nova de Gaia Freguesia: Seixezelo Orago: Stª Maria</p> <p>Arquitetura Construída entre 1820 e 1830. Ampliada entre 1982 e 1983, alterando completamente a sua nave.</p>






DATAÇÃO BASE	IGREJA	INFORMAÇÕES
c. 1824	 São Félix da Marinha	<p>Diocese: Porto Concelho: Vila Nova de Gaia Freguesia: S. Félix da Marinha Orago: S. Félix</p> <p>Arquitetura O corpo da igreja andava em construção em 1824.</p>
1832	 Sanfins	<p>Diocese: Porto Concelho: Santa Maria da Feira Freguesia: Sanfins Orago: S. Pedro</p> <p>Arquitetura Reedificação do corpo da nave em 1832. Construção da capela-mor entre 1947-1950.</p>
1849	 Pigeiros	<p>Diocese: Porto Concelho: Santa Maria da Feira Freguesia: Pigeiros Orago: Stª Maria de Pigeiros</p> <p>Arquitetura Depois de sofrer um incêndio foi reedificada e inaugurada em 1849.</p>
2ª met. Séc. XIX	 Mozelos	<p>Diocese: Porto Concelho: Santa Maria da Feira Freguesia: Mozelos Orago: S. Martinho</p> <p>Arquitetura Reedificação da segunda metade do século XIX, antes de 1864.</p>
1852	 Olival	<p>Diocese: Porto Concelho: Vila Nova de Gaia Freguesia: Olival Orago: Stª Maria (N. Srª da Assunção)</p> <p>Arquitetura Reedificada e 1852.</p>






DATAÇÃO BASE	IGREJA	INFORMAÇÕES
1861-c.1864		<p>Diocese: Porto Concelho: Arouca Freguesia: Mansores Orago: Stª Cristina</p> <p>Arquitetura Reedificação iniciada em 1861 e ainda não estava concluída em 1864.</p>
c. 1864-1873		<p>Diocese: Porto Concelho: Stª Maria da Feira Freguesia: Argoncilhe Orago: S. Martinho</p> <p>Arquitetura Reedificação anterior a 1864, possivelmente concluída em 1873. Ampliação da zona da capela-mor em 1978.</p>
1865-1868		<p>Diocese: Porto Concelho: Stª Maria da Feira Freguesia: Souto Orago: S. Miguel</p> <p>Arquitetura Construída entre 1865 e 1868. Ampliada entre 1992 e 1996.</p>
1872		<p>Diocese: Porto Concelho: Espinho Freguesia: Guetim Orago: Stº Estevão</p> <p>Arquitetura Construção de 1872. Em 1972 foi ampliado o edifício na zona da capela-mor.</p>
1873-1875		<p>Diocese: Porto Concelho: Vila Nova de Gaia Freguesia: Valadares Orago: S. Salvador</p> <p>Arquitetura Construída entre 1873 e 1875.</p>








DATAÇÃO BASE	IGREJA	INFORMAÇÕES
	Valadares	
1876-1877	 Sermonde	Diocese: Porto Concelho: Vila Nova de Gaia Freguesia: Sermonde Orago: S. Pedro Arquitetura Construída entre 1876 e 1877.
1877-1880	 Fajões	Diocese: Porto Concelho: Oliveira de Azeméis Freguesia: Fajões Orago: S. Martinho Arquitetura Construída de 1877 a 1880.
1880-1884	 Fiães	Diocese: Porto Concelho: Stª Maria da Feira Freguesia: Fiães Orago: Stª Maria (N. Srª da Assunção) Arquitetura Construída de 1880 a 1884.
1882-1909	 Ossela (nova)	Diocese: Porto Concelho: Oliveira de Azeméis Freguesia: Ossela Orago: S. Pedro Arquitetura Construída de 1882 a 1909.
1883-1886	 São João da Madeira	Diocese: Porto Concelho: S. João da Madeira Freguesia: S. João da Madeira Orago: S. João Arquitetura Construída de 1883 a 1886, segundo projeto do Eng. António de Araújo. Construção da escadaria em 1902.

DATAÇÃO BASE	IGREJA	INFORMAÇÕES
1885		<p>Diocese: Porto Concelho: Stª Maria da Feira Freguesia: Oleiros Orago: S. Paio</p> <p>Arquitetura Construção de 1885.</p>
1886-1890		<p>Diocese: Porto Concelho: Espinho Freguesia: Paramos Orago: Stº Tirso</p> <p>Arquitetura Construída entre 1886 e 1890. Conclusão da torre sineira em 1888.</p>
1892-1896		<p>Diocese: Porto Concelho: Ovar Freguesia: Esmoriz Orago: Stª Maria (N. Srª da Assunção)</p> <p>Arquitetura Reedificada entre 1892 e 1896, sob o risco de António Pereira da Costa.</p>
1903-1904		<p>Diocese: Porto Concelho: Santa Maria da Feira Freguesia: Milheirós de Poiares Orago: S. Miguel</p> <p>Arquitetura Reedificação realizada entre 1903 e 1904 Em 1906 mudaram-se os retábulos da igreja anterior para esta.</p> <p>Talha Retábulo-mor de 1699</p>
1903-1919		<p>Diocese: Porto Concelho: Espinho Freguesia: Silvalde Orago: S. Tiago</p> <p>Arquitetura Construída entre 1903 e 1919.</p>

DATAÇÃO BASE	IGREJA	INFORMAÇÕES
1910-1918	 Cortegaça	<p>Diocese: Porto Concelho: Ovar Freguesia: Cortegaça Orago: Stª Marinha</p> <p>Arquitetura Construída entre 1910 e 1918.</p>
1918-1928	 Maceda	<p>Diocese: Porto Concelho: Ovar Freguesia: Maceda Orago: S. Pedro</p> <p>Arquitetura Construção feita entre 1918 e 1928, pelo mestre de obras Manuel Soares de Almeida (Arada, Ovar).</p> <p>Talha e Escultura Retábulos colaterais feitos em 1702 pelos irmãos Manuel da Fonseca e João da Fonseca, mestres entalhadores da cidade do Porto, e dourados em 1715 por Manuel Pinto Monteiro. Imagem de S. Pedro feita c. 1772.</p>
1920-1926	 Stª Maria de Lamas	<p>Diocese: Porto Concelho: Santa Maria da Feira Freguesia: Stª Maria de Lamas Orago: Stª Maria</p> <p>Arquitetura Construída entre 1920 e 1926.</p> <p>Talha O retábulo-mor é proveniente da igreja da Ordem Terceira de S. Domingos (Porto) Os retábulos colaterais são provenientes da Sé do Porto.</p>
1923-1929	 Nogueira da Regedoura	<p>Diocese: Porto Concelho: Santa Maria da Feira Freguesia: Nogueira da Regedoura Orago: S. Cristóvão</p> <p>Arquitetura Reedificação realizada entre 1923 e 1929.</p>

DATAÇÃO BASE	IGREJA	INFORMAÇÕES
1924-1929	 Loureiro	<p>Diocese: Porto Concelho: Oliveira de Azeméis Freguesia: Loureiro Orago: S. João</p> <p>Arquitetura Reedificada entre 1924 e 1929. A fachada é de 1925.</p>
1926	 Lever (antiga)	<p>Diocese: Porto Concelho: Vila Nova de Gaia Freguesia: Lever Orago: Stº André</p> <p>Arquitetura Reedificação de 1926.</p>
1929	 Pedroso	<p>Diocese: Porto Concelho: Vila Nova de Gaia Freguesia: Pedroso Orago: S. Pedro</p> <p>Arquitetura Reedificação de 1929.</p>
1929-1931	 Romariz	<p>Diocese: Porto Concelho: Santa Maria da Feira Freguesia: Romariz Orago: Stº Isidoro</p> <p>Arquitetura Construída entre 1929 e 1931.</p>
1935	 São Miguel do Mato	<p>Diocese: Porto Concelho: Arouca Freguesia: S. Miguel do Mato Orago: S. Miguel</p> <p>Arquitetura Construção de 1935.</p>

DATAÇÃO BASE	IGREJA	INFORMAÇÕES
1940-1942	 <p>Madaíl</p>	<p>Diocese: Porto Concelho: Oliveira de Azeméis Freguesia: Madaíl Orago: S. Mamede</p> <p>Arquitetura Construída entre 1940 e 1942, segundo projeto do Arq. Rogério de Azevedo.</p>
1942-1963	 <p>Crestuma</p>	<p>Diocese: Porto Concelho: Vila Nova de Gaia Freguesia: Crestuma Orago: Stª Marinha</p> <p>Arquitetura Construída entre 1942 e 1963, segundo projeto do Arq. António de Moraes Soares.</p>
1945	 <p>Junqueira (nova)</p>	<p>Diocese: Porto Concelho: Vale de Cambra Freguesia: Junqueira Orago: S. Miguel</p> <p>Arquitetura Construída em 1945.</p>
1953-1954	 <p>Travanca</p>	<p>Diocese: Porto Concelho: Santa Maria da Feira Freguesia: Travanca Orago: S. Mamede</p> <p>Arquitetura Reedificação do corpo da igreja realizada entre 1953 e 1954. Reedificação da capela-mor provavelente na década de 1980.</p>
1957-1980	 <p>Cepelos</p>	<p>Diocese: Porto Concelho: Vale de Cambra Freguesia: Cepelos Orago: S. João</p> <p>Arquitetura Construída entre 1957 e 1980. Projeto do Arq. Octávio Lixa Filgueiras (Porto).</p>

DATAÇÃO BASE	IGREJA	INFORMAÇÕES
1958-1960	 Duas Igrejas	Diocese: Porto Concelho: Santa Maria da Feira Freguesia: Romariz Orago: S. Silvestre Arquitetura Construída entre 1958 e 1960.
1959	 Macieira de Sarnes	Diocese: Porto Concelho: Oliveira de Azeméis Freguesia: Macieira de Sarnes Orago: Stª Eulália Arquitetura Construída em 1959, segundo projeto do Arq. Fernando Lanhas.
1968-2008	 S. João de Ver (nova)	Diocese: Porto Concelho: Santa Maria da Feira Freguesia: S. João de Ver Orago: S. João Arquitetura Construída entre 1968-2008. Projeto do Arq. Fernando Távora.
1969-1977	 Lever (nova)	Diocese: Porto Concelho: Vila Nova de Gaia Freguesia: Lever Orago: Stº André Arquitetura Construída entre 1969 e 1977, segundo projeto do Arq. Mário Emílio de Azevedo (Porto)
1973	 Vale (nova)	Diocese: Porto Concelho: Stª Maria da Feira Freguesia: Vale Orago: Stª Maria Arquitetura Projeto de 1973 da autoria do Arq. Mário de Moraes Soares
1979-1984	 Pindelo (nova)	Diocese: Porto Concelho: Oliveira de Azeméis Freguesia: Pindelo Orago: Stª Maria (N. Srª da Assunção) Arquitetura Construída entre 1979 e 1984. Projeto do Arq. J. Gomes Fernandes (Porto).
1980	 Arcozelo (nova)	Diocese: Porto Concelho: Vila Nova de Gaia Freguesia: Arcozelo Orago: S. Miguel Arquitetura Projeto de 1980, da autoria do Arq. Mário Emilio de Azevedo (Arcozelo)

DATAÇÃO BASE	IGREJA	INFORMAÇÕES
1997-2000	 <p>Rio Meão (nova)</p>	<p>Diocese: Porto Concelho: Stª Maria da Feira Freguesia: Rio Meão Orago: S. Tiago</p> <p>Arquitetura Construída entre 1997 e 2000. Projeto da autoria do Arq. Ludgero Castro</p>

Glossário

A

Abade

Pároco. Representante do bispo.

Deriva da palavra siríaca (dialeto do aramaico médio) *Abbat*, que significa pai. Esta foi a designação dada pelos primeiros monges aos seus superiores, sendo também introduzido em Portugal como sinónimo de Confessor, por tradição oriunda de Espanha onde esta denominação se estendia a todos os ministros de comunhão. Este costume ter-se-á perdido na Época Moderna.

Os escritores gregos e latinos “*chamavão Abbades, aos que hoje chamamos Padres, & isto em razão da veneração, que se devia à sua idade, profissão, & virtude*”¹⁶⁶⁹.

Em 1712, na província do Entre-Douro-e-Minho, o Abade tinha tanto peso como o **Cura**.¹⁶⁷⁰

Regra geral, abade / **prior** é o sacerdote detentor do título de **pároco** que é o único cura de almas e o único a receber a totalidade dos rendimentos do benefício paroquial.¹⁶⁷¹

Abadessa

Superiora de um convento de religiosas.¹⁶⁷²

¹⁶⁶⁹ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero, Geographico, Geometrico, Gnomonico, Hydrographico, Homonymico, Hierologico, Ichtyologico, Indico, Ifagogico, Laconico, Liturgico, Lithologico, Medico, Musico, Meteorologico, Nautico, Numerico, Neoterico, Ortographico, Optico, Ornithologico, Poetico, Philologico, Pharmaceutico, Quidditativo, Qualitativo, Quantitativo, Rhetorico, Rustico, Romano, Symbolico, Synonimico, Syllabico, Theologico, Therapeutico, Technologico, Uranologico, Xenophonico, Zoologico...* Vol. I. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712, p. 19.

¹⁶⁷⁰ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. I..., p. 18-19.

¹⁶⁷¹ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial no Antigo Regime*. Porto, 2002, Dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 120.

¹⁶⁷² BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. I..., p. 19-20.

Abadia

Igreja Paroquial.

Benefício, igreja ou mosteiro onde vivem religiosos(as) tutelados(as) por um(a) prelado(a).¹⁶⁷³

Altar

Provém da palavra *Altus*, por ser montado em lugar elevado, sendo uma obra de pedra e cal em forma de mesa.

Segundo Rafael Bluteau, o Papa Silvestre (pontificado de 314 a 335), determinou...

*(...) que todo o altar fosse de pedra a respeito de que Christo he a pedra angular do Edificio da Igreja, em cujos principios, por razão das grandes perseguições os altares erão só de madeira (...). Para o altar ser chamado de pedra, basta a pedra d'Ara.*¹⁶⁷⁴

618

O mesmo autor afirma ainda que “antigamente nas Igrejas havia um só altar para significar a unidade da pessoa de Christo em duas naturezas”¹⁶⁷⁵, referindo-se claramente aos vários altares com pedra de ara (com celebração) existentes nas igrejas até à renovação litúrgica promovida pelo concílio Vaticano II. A partir do Vaticano II voltamos a ter um único altar.

Aprendiz

Indivíduo que aprende um ofício, arte, ciência ou qualquer outra coisa.¹⁶⁷⁶ Nas igrejas paroquiais também existiam aprendizes do ofício sagrado.

Apresentação

Segundo a jurisdição canónica, a Apresentação corresponde ao ato ou nomeação “que o Padroeyro de um Benefício faz ao collator, para conseguir a provisão”¹⁶⁷⁷ de ofícios eclesiásticos.

Em suma, trata-se do direito/ poder de nomear por escrito alguém para o serviço eclesiástico: Igrejas, Benefícios e Ofícios canónicos.¹⁶⁷⁸

¹⁶⁷³ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. I..., p. 20.

¹⁶⁷⁴ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. I..., p. 285.

¹⁶⁷⁵ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. I..., p. 285-286.

¹⁶⁷⁶ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. I..., p. 450.

¹⁶⁷⁷ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. I..., p. 450.

¹⁶⁷⁸ Vd. “Apresentar” em BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. I..., p. 451.

Apresentado

Teólogo formado na Universidade. “Chamão-se *Apresentados*, por que a Província os apresenta para Mestres”¹⁶⁷⁹.

Aprovação para confessar

Como explica Eduardo Parente,

*“Para um sacerdote ser aprovado para confessar devia ser discreto, virtuoso, de bom exemplo, teólogo ou canonista ou, pelo menos, bom casuísta, saber os pecados em que se incorria em excomunhão e as excomuniões ou casos reservados ao papa ou ao bispo. Não sendo letrado, devia ter conhecimento por tratados e sumas e ser diligente e curioso em ter e ler os livros para tal ministério indispensáveis. A licença era-lhe atribuída com a validade de um ano, se não fosse por menos tempo. Ao renovar tinha que se sujeitar a exame, a não ser que fosse notoriamente idóneo”*¹⁶⁸⁰.

B

Benefício Eclesiástico / Paroquial

Segundo Eduardo Parente “por «benefício» entende-se um ofício sagrado ou espiritual pelo qual a autoridade eclesiástica anexou o direito perpétuo de receber as rendas e bens da Igreja”¹⁶⁸¹.

O título de **pároco** era considerado um benefício eclesiástico / paroquial. Tratava-se do exercício de um ofício sagrado concedido perpetuamente pela autoridade eclesiástica competente, que lhe conferia o direito de beneficiar das rendas afetas a esse cargo. Dado o âmbito deste trabalho, ao falarmos de benefício paroquial estaremos a referir o cargo de pároco.

¹⁶⁷⁹ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. I..., p. 450-451.

¹⁶⁸⁰ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 174.

¹⁶⁸¹ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 8.

Bispo

Prelado com jurisdição ordinária eclesiástica sobre um território. Representante do papa.

C

Cabeça de Comarca

Sede da comarca.¹⁶⁸²

Capela

Local de “(...) de culto independente, que não tem funções de Igreja¹⁶⁸³” e que normalmente é um “templozinho no povoado ou fora do povoado onde em geral não tem senão um altar.¹⁶⁸⁴”

Segundo Carlos Moreira Azevedo “a capela constitui um (...) pequeno local de culto, de espaço (...) único, podendo ser privada, semi-privada e pública. As capelas privadas, pertencentes a famílias, encontram-se integradas em palácios, palacetes, moradias, quintas e solares (...); as públicas, isoladas ou integradas em outras construções designadas por santuários, portanto as edificadas como espaço único de pequenas dimensões, para celebração de culto público. (...) As capelas podem ainda ser definidas pelas suas funções ou pelas instituições a que se encontram ligadas, e assim teremos: a) Sepulcrais, tumulares ou mausoléus; b) Paroquiais; c) De Confrarias e Misericórdias; d) De Mosteiros; e) De Santuários.¹⁶⁸⁵”

Segundo Rafael Bluteau trata-se de um legado ao qual se subentende um vínculo de certas rendas para encargos pios, como missas¹⁶⁸⁶, zelo e manutenção do património imóvel e móvel correlativo.

¹⁶⁸² *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. VII. Lisboa/São Paulo: Editorial Enciclopédia, Lda, 1940, p. 209. Segundo esta obra tratar-se-ia da “sede da comarca judicial”, porém até à extinção das primitivas comarcas este termo também era utilizado.

¹⁶⁸³ FEUILLET, Michel – *Vocabulário do Cristianismo*. Lisboa: Edições 70, 2002, p. 30

¹⁶⁸⁴ MACHADO, José Pedro (Coord.) – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Tomo II. [s/l] : Euro Formação-Valorização Pessoal e Profissional, Lda, 1985, p. 570

¹⁶⁸⁵ AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 155-156.

¹⁶⁸⁶ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. II...1712, p. 121-122.

Capelão

Sacerdote assalariado, que tem obrigação de dizer Missa em Oratório ou Igreja, que cuida de uma Capela pertença de uma individualidade.

Na Capela Real atua o Capelão-mor, honra concedida pelos reis de Portugal aos sucessores de São Martinho de Dume (518-579), primeiro capelão-mor.¹⁶⁸⁷

Censo /Censória

Censo significa colheita e Censo ou Censória são os direitos, rendas e pensões que a Sé do bispado recebe anualmente das suas igrejas e mosteiros.¹⁶⁸⁸

Clérigo

Deriva do grego *Cliros*, que significa Sorte.

Segundo Rafael Bluteau:

*No antigo testamento, por mandado de Deos; a distribuição das terras; herdades; ou fazendas, se fazia aos filhos de Israel, por sórtas, & a parte, que a cada hum deles cabia, (...) tambem se chamava Sorte; & assim como os Levitas, que recebem as primeiras, ofertas, & dizimos das ditas sortes, ou distribuiçoens, era gente escolhida, & como por sorte, separada da outra gente; assi os Sucessores dos Levitas, a saber os Ecclesiasticos, como sorte, & herdade do Senhor, se apartarão da mais gente, com obras virtuosas, & santos exercícios, que merecerão nome particular, & distincto.*¹⁶⁸⁹

621

Em suma, clérigo é aquele que exerce algum ministério na Igreja.

Clérigos fregueses

Auxiliares do **pároco**, minoristas (clérigos com ordens menores), clérigos de missa e religiosos, por norma naturais da freguesia onde prestavam alguns serviços pastorais, sem nenhum benefício eclesiástico, que podiam ter uma pequena remuneração ou gratificação.¹⁶⁹⁰

¹⁶⁸⁷ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. II..., p. 122-123.

¹⁶⁸⁸ VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidario das Palavras, Termos, e Frases, que em Portugal antiguamente se usárão, que hoje regularmente se ignorão*. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1798, p. 260-261.

¹⁶⁸⁹ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. II..., p. 342.

¹⁶⁹⁰ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 169,175.

Coadjutor

Auxiliar do **pároco**. Sacerdote idóneo, preferencialmente com **aprovação para confessar**, com carta de coadjutor válida por um ano e direito a um salário pago dos frutos da igreja ou comenda.¹⁶⁹¹

O pároco tinha direito a um coadjutor em duas situações:

1. Se a paróquia tivesse pelo menos cerca de 150 fregueses;
2. Se o pároco não tivesse capacidade para a cura total de almas, se fosse parco em ciência, estivesse enfermo ou velho.¹⁶⁹²

Neste último caso o coadjutor era denominado de *encomendado*.

Tratando-se de falta de ciência do pároco o salário do coadjutor seria deduzido das remunerações do pároco. Por enfermidade ou velhice do pároco a remuneração viria dos frutos da igreja, tendo o coadjutor direito à “metade, terça ou quarta parte das ofertas, benesses e pé-de-altar¹⁶⁹³”. No total o seu salário andaria próximo do ordenado de um cura.¹⁶⁹⁴

Colaço

Concessão perpétua de título eclesiástico, através de provisão canónica, na qual a autoridade eclesiástica (geralmente o bispo) designa um clérigo para ocupar um ofício sacerdotal confiando-lhe “um conjunto de faculdades, obrigações e poderes jurídicos¹⁶⁹⁵”.

Desde a criação das paróquias, a Igreja considerava a união do **pároco** com a sua paróquia como um matrimónio espiritual, por analogia à união dos bispos com a sua diocese.¹⁶⁹⁶

Consequentemente, no ato da colaço, todos os elementos afetos à paróquia em causa, principalmente os fregueses, deviam obediência e deferência ao seu pároco. Após a provisão, o titular do **benefício paroquial** devia tomar posse.

Segundo Eduardo Parente,

Na provisão, passada por escrito sob o selo da autoridade eclesiástica, ordenava-se expressamente aos fregueses da igreja em causa que, sob pena de excomunhão, o tivessem por pároco, lhe obedecessem e acudissem com bom pagamento dos dízimos, primícias e demais coisas a ela pertencentes. Além disso, mandava, sob a

¹⁶⁹¹ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 173-175.

¹⁶⁹² PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 174.

¹⁶⁹³ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 174.

¹⁶⁹⁴ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 173-175.

¹⁶⁹⁵ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 92.

¹⁶⁹⁶ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 102.

*mesma pena, a qualquer clérigo, notário, escrivão ou tabelião que ao pároco desse posse.*¹⁶⁹⁷

Assim que houvesse notícia da **vacatura**, o provisor ou vigário geral devia proceder à nomeação de um titular para o benefício vago, dentro dos prazos prescritos pela lei eclesiástica:

1. No caso de **livre colação** a ocupação do cargo seria por seis meses, podendo, se oportuno, ser adiada a provisão.¹⁶⁹⁸
2. Se o padroado fosse leigo, “devia apresentar um ou mais candidatos por tempo de 4 meses”, sob pena da colação se tornar livre.¹⁶⁹⁹

Caso não fossem cumpridos estes requisitos o direito de padroado podia ficar suspenso.

A equidade do candidato era essencial para a sua nomeação, sendo sempre escolhido o melhor entre os candidatos. Se o candidato fosse digno do cargo seria instituído dentro de dois meses, caso não o fosse(m), o padroeiro podia apontar novos candidatos num prazo de 4 meses, para padroado leigo, ou de 6 meses, para padroado eclesiástico.

623

Colação livre

Trata-se do procedimento normal de colação, no qual é escolhido, pela autoridade eclesiástica competente e sem condicionalismos, o melhor de vários candidatos ao **benefício paroquial**. Neste caso a autoridade eclesiástica designava o titular e procedia à concessão do título. Só a **tomada de posse**, pelo seu carácter complementar, podia ser assegurada por um terceiro.¹⁷⁰⁰

Colação não livre

Colação *non libera* / não livre refere-se ao ato de colação em que o candidato é nomeado por um padroeiro com **direito de apresentação**. Neste caso a autoridade eclesiástica concedia o direito ao benefício paroquial, o padroeiro apresentava o(s) candidato(s) que para si tivesse(m) todas as condições reunidas para receber o título e encontrado um candidato idóneo a autoridade eclesiástica procederia à sua **instituição**, podendo ser assegurada a **tomada de posse** por um terceiro.¹⁷⁰¹

¹⁶⁹⁷ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 103.

¹⁶⁹⁸ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 103.

¹⁶⁹⁹ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 103.

¹⁷⁰⁰ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 103-104.

¹⁷⁰¹ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 103-108.

Colado

Clérigo que foi conferido ou provido no **benefício eclesiástico**.¹⁷⁰²

Comarca

Deriva do alemão *Marc*, limite. Portanto, trata-se de um território com marca / limite, dependendo jurisdicionalmente de um corregedor. A Comarca é constituída por “um certo numero de villas” e os seus habitantes vivem debaixo da mesma vara de justiça. O Corregedor e Provedor reside na “Cidade, ou Villa grande & notável” que é cabeça de Comarca.¹⁷⁰³

A sua população é contabilizada de duas formas: os presentes, que assistem na mesma comarca, e os ausentes, que vivem em “diferentes Comarcas”.¹⁷⁰⁴

Comarca, também pode ser a divisão administrativa dos Estados da Igreja, dos quais Roma é a capital¹⁷⁰⁵, tratando-se, portanto, de uma Comarca Eclesiástica.

Comarcado

Dignidade de Comarca.¹⁷⁰⁶

Comenda

Território com rendimento entregue ao comendador.

Benefício concedido a determinados eclesiásticos ou cavaleiros de ordens militares, conferindo-lhes a categoria de **Comendador**¹⁷⁰⁷. É responsabilidade do Comendador a assistência, patrocínio e custódia do seu território.

As Comendas Eclesiásticas conferiam uma renda para a sustentação do comendador e dos encargos “da igreja de que era a encomendação”¹⁷⁰⁸.

As Comendas das Ordens podiam ser perpétuas, designadas de regulares e destinadas a eclesiásticos professos, ou temporais, destinadas a cavaleiros professos como forma de

¹⁷⁰² Vd. “Collaçam” em BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. II e III..., p. 373.

¹⁷⁰³ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. II..., p. 386-387.

¹⁷⁰⁴ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. II..., p. 386-387.

¹⁷⁰⁵ *Enciclopedia Vniversal Ilvstrada Evropeo-Americana*. Tomo 14. Madrid: Editorial Espasa Calpe, 1993, p. 521.

¹⁷⁰⁶ *Enciclopedia Vniversal Ilvstrada Evropeo-Americana*. Tomo 14..., p. 522.

¹⁷⁰⁷ *Diccionario Enciclopédico Universal*. Vol. 3..., p. 1018 (vd. Encomienda).

Dicionário Enciclopédico Alfa. 1 vol. (A-L). Lisboa: Publicações Alfa, 1992, p. 289.

RIBEIRO, F. – Comenda. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Vol. 5. Lisboa: Verbo, 1967, p. 1063.

¹⁷⁰⁸ LIMA, D. Pires – Comenda. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Vol. 5. Lisboa: Verbo, 1967, p. 1063-1064.

gratificação. As segundas, embora inicialmente com caracter temporário, transformaram-se em regime vitalício e usufrutuário.¹⁷⁰⁹

Em 1834 a *comenda* foi introduzida como sinónimo de uma distinção honorífica¹⁷¹⁰, na qual é atribuído o título de *comendador*, porém este não tem direito a nenhum rendimento.¹⁷¹¹

Segundo João Chorão as condecorações de ordens honoríficas, com referência ao ano de fundação, ainda existentes (de 1 a 11) ou já extintas (de 12 a 16) são as seguintes:

1-4. Cruz de comendador: **1.** *Ordem de Cristo, Portugal, 1319, modelo primitivo;* **2.** *Ordem de Isabel, a Católica, Espanha, 1815;* **3.** *Ordem de Vitória, Grã-Bretanha, 1890 (Knight Commander);* **4.** *Ordem de Phenix, Grécia, 1936;* **5-16. Cruz de cavaleiro:** **5.** *Legião de Honra, França, 1802, modelo de 1870;* **6.** *Ordem de Leão, Países Baixos, 1815;* **7.** *Ordem de São Gregório Magno, Santa Sé, 1831;* **8.** *Ordem de Leopoldo II, Bélgica, 1900;* **9.** *Ordem de Danebrog, Dinamarca, 1671;* **10.** *Ordem da Estrela do Norte, Suécia, 1748;* **11.** *Ordem da Rosa Branca, Finlândia, 1919;* **12.** *Ordem de Santo Estanislau, Rússia, 1765;* **13.** *Ordem de Francisco José, Áustria, 1849;* **14.** *Ordem da Coroa da Prússia, 1861;* **15.** *Ordem da Águia Branca, Sérvia, 1882;* **16.** *Ordem da Coroa Italiana, 1868.*¹⁷¹²

Comendador

Cavaleiro que tem um cargo, de dignidade superior à de Cavaleiro e inferior à de Grã-Cruz, Mestre ou Grão-Mestre, numa ordem militar ou de cavaleiros, podendo tratar-se de um religioso afeto a uma determinada comunidade religiosa.¹⁷¹³

¹⁷⁰⁹ LIMA, D. Pires – Comenda. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Vol. 5. Lisboa: Verbo, 1967, p. 1064.

¹⁷¹⁰ *Enciclopédia Fundamental Verbo*. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1982, p. 366.

CHORÃO, João Bigote – *Grande Dicionário Enciclopédico Verbo*. Vol. I. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1997, p. 632.

LIMA, D. Pires – Comenda. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Vol. 5. Lisboa: Verbo, 1967, p. 1064.

¹⁷¹¹ *Enciclopedia Vniversal Ilvstrada Evropeo-Americana*. Tomo 14..., p. 610.

¹⁷¹² CHORÃO, João Bigote – *Grande Dicionário Enciclopédico Verbo*. Vol. I. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1997, p. 633.

¹⁷¹³ *Diccionario Enciclopedico Universal*. Vol. 2. Leon: Editorial Everest, 1986, p. 712.

Enciclopedia Vniversal Ilvstrada Evropeo-Americana. Tomo 14..., p. 610.

Gran Enciclopedia Espasa. Vol. 8. Espanha: Espasa Galpe, 2002, p. 3445.

Salvat Universal. Vol. 7. Navarra: Salvat Editores, 1999, p. 3261.

Segundo Pires de Lima, “eram comendadores eclesiásticos os provedores e curadores de hospitais, com bens próprios e rendimentos independentes e sustentados por comunidades religiosas, e os feitores e procuradores dessas mesmas comunidades”¹⁷¹⁴.

O Comendador eclesiástico recebia por mercê a administração de uma casa religiosa, em ordens regulares ou militares, disfrutando dos seus rendimentos.¹⁷¹⁵

Na Alta Idade Média, comendador era um nobre cavaleiro de uma ordem militar que recebia, da própria, a *in commendam* de um domínio (igreja, mosteiro e suas possessões, castelo, colônia, terra, população ou bens), como recompensa de serviços sociais ou militares prestados.¹⁷¹⁶

Comendador colado

Cavaleiro professo.¹⁷¹⁷

Comendadoria

Benefício do qual gozavam alguns dignatários das ordens do Templo, São João de Jerusalém, Trindade, São Lázaro e Teutónica. Residência do Comendador.

O benefício de comendadoria era, normalmente, atribuído a cavaleiros que pela sua avançada idade ou por problemas de saúde não se podiam dedicar à vida militar¹⁷¹⁸, ou ainda como recompensa pelos seus préstimos à pátria.

Na Ordem de Malta existiam várias classes de comendadoria: as de *justiça* atribuídas aos mais velhos, as de *graça* concedidas por mercê aos dignatários, e as *magistrais* reservadas aos grandes mestres.¹⁷¹⁹

Corregedor

Representante do Rei na sua comarca.

Correição

1. Expedição do Corregedor e seus oficiais, pela Comarca, para tomar conta de todos os problemas encontrados e deixar capítulos esclarecendo o modo como se deve proceder.

¹⁷¹⁴ LIMA, D. Pires – Comenda. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Vol. 5. Lisboa: Verbo, 1967, p. 1064.

¹⁷¹⁵ *Enciclopedia Vniversal Ilustrada Evropeo-Americana*. Tomo 14..., p. 610.

¹⁷¹⁶ *Salvat Universal*. Vol. 7. Navarra: Salvat Editores, 1999, p. 3261.

Dicionário Enciclopédico Alfa. 1 vol. (A-L). Lisboa: Publicações Alfa, 1992, p. 290.

¹⁷¹⁷ *Enciclopedia Vniversal Ilustrada Evropeo-Americana*. Tomo 14..., p. 610.

¹⁷¹⁸ *Enciclopedia Vniversal Ilustrada Evropeo-Americana*. Tomo 14..., p. 610.

¹⁷¹⁹ *Enciclopedia Vniversal Ilustrada Evropeo-Americana*. Tomo 14..., p. 610.

2. As Câmaras e Almotaceis dirigem-se aos lugares da sua jurisdição a fim de verificar se as frentes das granjas estão feitas e os agueiros abertos.
3. Distrito da jurisdição do Corregedor, e em menor grau da jurisdição do Ouvidor, Provedor e Juiz de Fora¹⁷²⁰.

Cura

Em latim, *Cura*, significa próprio cuidado, logo, trata-se do “Pastor da Igreja”, aquele que cuida.¹⁷²¹ Também é chamado de Cura de Almas¹⁷²².

Segundo as normativas tridentinas o **pároco** devia ter como prioridade a cura e administração dos sacramentos aos fregueses, se para o bom exercício das suas funções fosse necessário podia ter um cura que o auxiliasse na cura de almas.¹⁷²³

O cura tinha direito a um salário, “de acordo com a extensão dos seus poderes”¹⁷²⁴, “até 6 mil réis em dinheiro ou o que ao bispo mais lhe parecesse justo, considerando o trabalho, lugar, número dos fregueses e rendimento da igreja”¹⁷²⁵.

Tratava-se de um cargo que podia estar limitado temporalmente.

No caso de vacatura, ou de iminência dela, numa paróquia onde havia Cura ou Coadjutor, seria ele a ficar encomendado por um mês, garantindo a salvaguarda dos bens da igreja, apoiando o pároco até à sua morte.

Curato

Igreja do Cura. Paróquia com Cura.¹⁷²⁶

D

Deposição

(relativo à **vacatura** de um benefício paroquial)

¹⁷²⁰ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. II..., p. 563-564.

¹⁷²¹ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. II..., p. 639-640.

¹⁷²² BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. VIII..., p. 485.

¹⁷²³ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 169-173.

¹⁷²⁴ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 169.

¹⁷²⁵ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 174.

¹⁷²⁶ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. II..., p. 641.

Se um **pároco** fosse acusado de um crime (por exemplo, concubinato, simonia, heresia, apostasia, etc.) e tivesse um processo canónico devidamente instaurado podia ser deposto, consignando o bispo a sua paróquia a um encomendado. Se a sentença iliba-se o pároco do respetivo crime, a encomendação era levantada e o pároco reempossado na sua igreja.¹⁷²⁷

Diácono

Deriva do grego *Diaconeein*, Ministar. Diácono é um dos Ministros do Altar e, segundo Rafael Bluteau, “chamão-lhe vulgarmente, *Clerigo do Evangelho*”.¹⁷²⁸

Direito de apresentação

(relacionado com **padroado** e **colação não livre**)

Poder que os padroeiros de uma determinada igreja tinham de apresentar à autoridade eclesiástica o(s) candidato(s) que reunia(m), na sua perspetiva, os requisitos necessários para o cargo de **pároco**. O direito de padroado, neste processo, cessava após a apresentação de um candidato idóneo que perante a autoridade eclesiástica fosse considerado como legítimo titular.

A **colação** e respetiva **instituição** eram da inteira responsabilidade da autoridade eclesiástica (bispo).¹⁷²⁹

Dízimo

Forma de oblação obrigatória, proveniente da tradição judaica.¹⁷³⁰

Ao contrário da dízima, que se pagava em dinheiro a pessoas seculares, o dízimo era pago com frutos da terra e animais a eclesiásticos, correspondendo à entrega de uma “décima parte de todos os frutos e ganhos, sem diminuição alguma, sob pena de excomunhão¹⁷³¹” ordenada pelo juízo eclesiástico.¹⁷³²

Como explica Rafael Bluteau, trata-se da...

Decima parte, que se paga às Igrejas, parochos dellas, & pessoas Ecclesiasticas para sua congrua sustentação; que assim como estes sustentão aos Fiéis com o

¹⁷²⁷ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 94-95, 101.

¹⁷²⁸ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. III...1713, p. 202-203.

¹⁷²⁹ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 103-110.

¹⁷³⁰ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 177-178.

¹⁷³¹ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 178

¹⁷³² BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. III..., p. 271. PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 177-178.

*pasto espiritual da doutrina, & Sacramentos, assim he razão, que os Fiéis sustentem aos taes ministros com a decima parte dos frutos, q colhe (...).*¹⁷³³

Pagavam-se dízimos:

1. Reais ou prediais: o pagamento era feito à igreja onde estes prédios se localizavam e “a repartição fazia-se, subtraídas as despesas e gastos, antes de se colher o pão da eira, o vinho e o azeite dos lagares, a lã dos tendais, o mel e a cera das colmeias e enxames”.¹⁷³⁴
2. Pessoais ou conhecenças: referentes aos rendimentos que os fregueses obtinham do trabalho e indústria.¹⁷³⁵

Caso não houvesse lugar próprio para o depósito dos dízimos podia-se, excecionalmente, fazê-lo nas igrejas, ermidas ou adros.¹⁷³⁶

E

Eclesiástico

Homem consagrado à Igreja.¹⁷³⁷

Encomendado

Pessoa encomendada ao cuidado de alguém.¹⁷³⁸

Assim que uma paróquia ficava vaga, o bispo devia dotá-la provisoriamente de um encomendado, um sacerdote idóneo “que a pastoreasse até ser nela colado o novo titular ou até ser levantada a encomendação por novo acto de posse do pároco deposto¹⁷³⁹”.

¹⁷³³ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. III..., p. 272.

¹⁷³⁴ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 178.

¹⁷³⁵ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 178.

¹⁷³⁶ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 179.

¹⁷³⁷ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. III..., p. 6-7.

¹⁷³⁸ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. III..., p. 91.

¹⁷³⁹ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 94.

Se um **pároco** tivesse um processo canónico a decorrer e fosse deposto, o bispo confiava a sua paróquia a um encomendado. Lida a sentença, se esta fosse favorável ao pároco a encomendação era levantada e o pároco reempossado na sua igreja.¹⁷⁴⁰

No caso das igrejas onde o pároco tinha cura ou coadjutor, seria este a ficar encomendado por um mês, garantindo a salvaguarda dos bens da igreja. Regra geral, “o prelado encomendava a igreja vaga a um clérigo que a tinha servido em vida do pastor próprio e que, face à condição de vacatura, lhe tivesse apresentado requerimento para obter a carta de encomendação”.¹⁷⁴¹

Ermida

Igreja pequena, que não tem jurisdição paroquial.¹⁷⁴² Pequeno templo, normalmente localizado em lugar ermo.

I

Igreja

Templo, “lugar sagrado, em q os Fieis se ajuntão para orar, pedir a Deos graças, & assistir aos officios Divinos.”¹⁷⁴³

A palavra “igreja¹⁷⁴⁴” é fixada na língua portuguesa no século XII e deriva da palavra latina “ecclesia” que significa assembleia, designando assim a reunião dos primeiros cristãos para

¹⁷⁴⁰ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 94-95.

¹⁷⁴¹ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 94-95.

¹⁷⁴² BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. III..., p. 189.

¹⁷⁴³ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. IV...1713, p. 44-45.

¹⁷⁴⁴ Segundo Alberto Estima, a igreja tem três dimensões: **1.** “(...) é na dimensão religiosa que o edifício encontra o sentido da sua existência, possibilitando que religião e arquitectura sejam concebidas à dimensão do homem espiritual e antropomórfico. Esta é de tal modo estreita que esteve na origem da Reforma Protestante e da Contra-Reforma da Igreja”; **2.** “no que se refere à dimensão política do edifício religioso, verifica-se que era directamente proporcional ao poder económico do meio geográfico. Os meios mais prósperos apresentavam edifícios de melhor qualidade e de dimensão superior”; **3.** “quanto à dimensão artística do edifício, esta está intrinsecamente associada à (...) cultura dominante da época.” ESTIMA, Alberto Jorge dos Santos Nogueira – *Arquitectura Religiosa em Portugal na Época Contemporânea: 1936 – 1996*. Porto, 2006. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. P. 140, 143 – 144.

Segundo D. Manuel Gonçalves Cerejeira, a Igreja “corresponde aos postulados mais universais e profundos da alma humana, apresentando-se como a resposta divina ao apelo constante da humanidade, e especialmente da inquieta alma contemporânea, à qual traz um acréscimo de luz para resolver o problema do destino humano, e

celebrar a eucaristia, e o edifício onde se desenrola a celebração e onde se reúne a comunidade cristã¹⁷⁴⁵.

As primeiras igrejas¹⁷⁴⁶ adotaram as tipologias pagãs romanas e adaptaram-nas às suas necessidades. Na idade média a capela-mor era, normalmente, orientada para oriente e a planta mais usada era em cruz latina. Com o Concílio de Trento surge uma liturgia que privilegia o espetáculo e a participação e comunhão dos crentes com o celebrante, criando necessidade de uma nova espacialidade onde a planta centralizada ganha particular importância, e onde o púlpito deixa de estar junto ao altar-mor e passa para o meio da nave. Com o Concílio do Vaticano II¹⁷⁴⁷ surge a obrigatoriedade da celebração ser feita com o celebrante virado para a assembleia, levando a uma alteração da posição do altar¹⁷⁴⁸.

As igrejas paroquiais¹⁷⁴⁹ ou matriz organizam-se em dioceses, com jurisdição de um bispo, que é interpretado como chefe de um território bem definido (diocese), e que deve estar em comunhão com outros bispos, sob a presidência do Papa de Roma.

um suplemento de força para o atingir.” CEREJEIRA, D. Manuel Gonçalves – *A Igreja e o Pensamento Contemporâneo*. 5.ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1953. p. 538.

¹⁷⁴⁵ HUMPHREY, Caroline; VITEBSKY, Piers – *Arquitectura Sagrada. Modelos do Cosmo. Forma Simbólica e Ornamento. Tradições do Leste e do Oeste*. Singapore: Evergreen para Taschen, 1997. p.124-125.

OLIVEIRA, Fernando Correia de (Trad.) – *ABCedário do Cristianismo*. Paris: Público; Edição portuguesa da Reborn, 2000. p. 62, 63

¹⁷⁴⁶ Inicialmente o cristianismo sofria “perseguições dos que lhe eram adversários. Assim os primitivos cristãos tiveram, além da necessidade de locais de culto, o angustioso problema da defesa e até da sobrevivência. É esta a razão porque os seus primeiros templos foram as catacumbas (...), galerias, cavadas na rocha dura, serpenteando pelas entranhas da terra, cruzando-se, ora estreitando-se em apertadas galerias, ora alargando-se em espaçosas salas onde o som ecoava nas paredes frias e húmidas, eram férteis em criar espaços e portanto ambientes sempre novos e diferentes.

O santuário era colocado num dos pontos mais afastados da entrada, geralmente um espaço mais largo e mais alto, onde era possível a reunião de número elevado de fiéis.”

Obtida a liberdade de culto, o número de fiéis aumentou, e consigo “a necessidade de conseguir edifícios que pudessem albergar grandes multidões tornou-se cada dia mais fremente. Para solucionar tão urgente problema recorreram às basílicas devidamente adaptadas ao novo fim”, onde “os fiéis, depois de atravessarem uma nave de pequena altura, encontram-se sob a grande cúpula.” CUNHA, Luiz – *A Arquitectura Religiosa Moderna*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1957.p. 13 – 16.

¹⁷⁴⁷ “(...) o Concílio de Vaticano II significou pela primeira vez a assunção da modernidade em toda a sua complexidade (...). Era o momento, em que, pela primeira vez se iniciava a abertura da Igreja à cultura moderna.” AREAIS, Joaquim Domingos da Cunha – *A Cultura da Pós-Modernidade e os Desafios à Evangelização*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 2000. p. 38

¹⁷⁴⁸ SOUSA, Pedro Fialho de; BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira – *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*. Coimbra: Quimera Editores, 1990. p. 70, 75, 156

GASPAR, João Gonçalves – *A Igreja e a Arte de Roma, pela Europa, até Aveiro*. Aveiro: Edição do Núcleo de Estudos Aveirenses, 1984.p. 70-73.

Concílio Ecuménico. Vaticano II. Constituições-Decretos-Declarações e Documentos Pontifícios. 10ª ed. Braga: Editorial A. O. – Braga, 1987. p.15-41, 59-65, 103-113, 164-168.

¹⁷⁴⁹ Em SOUSA, Dom João de – *Constituições Synodais do Bispado do Porto*. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1735. p. 362, diz-se que a “Igreja parochial em noffo Bispado, fe edifique em fitio alto, lugar decente, livre da humidade & defviado, quanto for poffivel, de lugares immundos, & fordidos, & de cafas particulares, & de outras paredes, em diftancia, que poffão andar prociffões ao redor della, & apartado dos lugares, em que fazem mercados ordinarios, açougues, currais, & fornos que fe faça em tal proporoção, que não fomente feja capaz dos freguefes todos, mas ainda da mais gente de fora (...)” e ainda que, “será o corpo da Igreja de hua nave, ou tres, de abobeda, ou forro de madeira, o pavimento lageado, ou ladrilhado (...)”.

Assim sendo, a catedral é o local onde se encontra a cátedra episcopal de um bispo, ou seja a igreja principal de uma diocese; a igreja paroquial é o centro de uma paróquia e a igreja matriz é o centro de uma paróquia, com jurisdição sobre outras igrejas mais pequenas, normalmente, **capelas** paroquiais, ou seja, igreja de pequenas dimensões onde geralmente não há mais do que um altar¹⁷⁵⁰.

Ainda a respeito do lugar onde se deve edificar a Igreja, diz Carlos Borromeo, que esta deve estar em lugar elevado, amlo e limpo, de preferência em forma de cruz, com uma entrada central. BORROMEIO, Carlos – *Instrucciones de la Fábrica y del Ajuar Eclesiásticos*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1985. p. 5 – 6, 11.

Em MARQUES, José A. (trad.) – *Código de Direito Canónico*. Braga: Edições Theologica, 1984. p. 747-749, diz-se que: “não se edifique nenhuma igreja sem o consentimento expreso do Bispo diocesano, dado por escrito”; “na construção e reparação das igrejas, depois de ouvidos os peritos, observem-se os princípios e as normas da liturgia e da arte sacra”; “concluída a construção, a nova igreja seja dedicada ou benzida o mais prontamente possível, com observância das leis litúrgicas”; “na igreja legitimamente dedicada ou benzida podem realizar-se todos os actos do culto divino, salvos os direitos paroquiais.” A própria Capela de Nossa Senhora da Graça, a quando da sua reedificação foi devidamente benzida, e dessa Bênção apresento em apêndice o respectivo Auto de Bênção.

Segundo José Quintão “a fachada é, entre todas as partes da idealização dos elementos construtivos do uno a construir, uma das mais difíceis de consubstanciar. O acto de a desenhar foi, é e será sempre um dos momentos mais inexoravelmente exigentes do acto de arquitectar, pese embora a importância que têm os outros componentes.” Ao longo deste trabalho, esta especial atenção dada à fachada é bem visível, visto que com excepção da Igreja de Espinho, todas as outras se apresentam com alçados laterais bastante austeros e modestos, em relação à fachada que ou na sua totalidade, ou especificamente no seu portal é mais decorativa. QUINTÃO, José César Vasconcelos – *Fachadas de Igrejas Portuguesas de Referente Clássico – Uma sistematização classificativa*. Porto, 2000. Tese de Doutoramento apresentada em Arquitectura na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. p. 41.

Os edifícios a seguir estudados têm em comum o facto de serem de nave única e a respeito de igrejas de uma só nave em RODRIGUES, Luís Alexandre – *De Miranda a Bragança: Arquitectura Religiosa de Função Paroquial na Época Moderna*. Porto, 2001. Dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 533 – 534, diz-se que “em regra, a existência dos espaços da capela-mor e da nave constituem os requisitos suficientes para a realização do cerimonial litúrgico. O poder económico e o pequeno número de habitantes dos nossos aglomerados são razões bastantes para a compreensão do generalizado modelo de igrejas com nave única”, existindo algumas variantes (**a**) capela-mor mais estreita que o corpo da Igreja – todas as igrejas matrizes aqui estudadas -, **b**)capela-mor e corpo com a mesma largura; **a**)Capela-mor mais alta que o corpo, **b**)corpo mais alto que a cabeceira - todas as igrejas matrizes aqui estudadas -, **c**)idêntica altura).

¹⁷⁵⁰ *Dicionário da Língua Portuguesa*. O Português Essencial – Selecções do Reader's Digest. [s/l]: Porto Editora, 1999. p. 299, 323, 646, 897, 1226

FEUILLET, Michel – *Vocabulário do Cristianismo*. Lisboa: Edições 70, 2002. p. 30-33, 5657, 76-79, 112-113

MACHADO, José Pedro (Coord.) – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Tomo II. [s/l] : Euro Formação-Valorização Pessoal e Profissional, Lda, 1985. p. 570

MACHADO, José Pedro (Coord.) – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Tomo III. [s/l]: Euro Formação-Valorização Pessoal e Profissional, Lda, 1985. p. 39

MACHADO, José Pedro (Coord.) – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Tomo IV. [s/l]: Euro Formação-Valorização Pessoal e Profissional, Lda, 1985. p. 534

MACHADO, José Pedro (Coord.) – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Tomo VI. [s/l]: Euro Formação-Valorização Pessoal e Profissional, Lda, 1985. p. 71

SILVA, Jorge Henrique Pais da; CALADO, Margarida – *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*. 1ª ed. Vol. 7. Lisboa: Editorial Presença, 2005. p. 76-77;85;140;199-200;276

SMITH, Eduardo – *Dicionário de Termos de Arte*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. p. 48,51,106

Enciclopédia Verbo Luso-brasileira Edição Século XX. Vol. 5. Lisboa São Paulo: editorial Verbo. 1998. p. 795-798

Enciclopédia Verbo Luso-brasileira Edição Século XX. Vol. 6. Lisboa São Paulo: editorial Verbo. 1998. p. 297-298

Enciclopédia Verbo Luso-brasileira Edição Século XX. Vol. 15. Lisboa São Paulo: editorial Verbo. 2000. p. 954-955

Instituição

(relacionado com a **colação não livre**)

No caso da colação não livre, sempre que a autoridade eclesiástica reconhecesse a idoneidade do candidato ao título paroquial apresentado pelo padroeiro era absolutamente necessário proceder à sua instituição. Desta forma a autoridade eclesiástica, geralmente o bispo, acolhia o titular escolhido através do **direto de apresentação**.¹⁷⁵¹

Ipsa jure

(relativo à **vacatura** de um benefício paroquial)

Benefício paroquial vago por não ter um titular legítimo e estar na posse de alguém desprovido de título ou com título, mas sem ter tomado posse.

Segundo Eduardo Parente, “quando o ofício não tinha titular, nem possuidor, considerava-se vago *de jure e de facto*”¹⁷⁵².

633

O

Ouvidor

Oficial de justiça que ouve e despacha, conforme a regulamentação da sua Ouvidoria. Existem três tipos de Ouvidor: do crime, da Alfandega, e posto pelo Rei num determinado lugar. A somar a estes encontram-se os Auditores - ouvidor de Mestrados, ouvidor da Câmara Apostólica e Sagrada Rota Romana, ouvidores dos Cardeais e dos Núncios, etc.¹⁷⁵³

Enciclopédia Verbo Luso-brasileira Edição Século XX. Vol. 22. Lisboa São Paulo: editorial Verbo. 2002. p. 494-497

SOUSA, Dom João de – *Constituições Synodais do Bispado do Porto*. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1735.p. 361-383.

¹⁷⁵¹ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 104-108.

¹⁷⁵² PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 96.

¹⁷⁵³ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. VI...1720, p. 161-162.

Ouvidoria

Ofício de Ouvidor.¹⁷⁵⁴

P

Padre

Santo Padre é o Papa. Padre espiritual é o confessor. Padre são os sacerdotes de todas as Ordens Religiosas e Congregações Regulares.¹⁷⁵⁵

Padroado

Direito que o Padroeiro, fundador de uma Igreja ou Benefício tem no ato da sua fundação, podendo: nomear ou apresentar sacerdote idóneo ao Benefício que fundou; ter sepultura e outras honoríficas prerrogativas na Igreja que edificou.¹⁷⁵⁶

634

Paróquia

Freguesia com Igreja Paroquial governado por um **pároco**. Deriva do grego *Parochos*, repartidor.¹⁷⁵⁷

Pároco

Sacerdote que distribui e administra os Sacramentos aos fregueses e o viático aos moribundos. Provedor da Igreja.¹⁷⁵⁸

Sacerdote idóneo provido perpetuamente, pela autoridade eclesiástica competente (Bispo), do benefício paroquial – cura de almas com direito às rendas da igreja.

Em cada paróquia só podia existir um pároco fixo e estável no exercício do seu ofício, dependente da autoridade eclesiástica e em representação do bispo.

Patrono

¹⁷⁵⁴ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. VI..., p. 162.

¹⁷⁵⁵ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. VI..., p. 177.

¹⁷⁵⁶ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. VI..., p. 178-179.

¹⁷⁵⁷ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. VI..., p. 280.

¹⁷⁵⁸ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. VI..., p. 280.

(relacionado com o **padroado**)

Tem direito ao cargo de patronato.¹⁷⁵⁹

Patronato

(relacionado com o **padroado**)

Direito jurídico-eclesiástico que tem o patrono/patronos sobre as igrejas, capelas, ou benefícios que lhe foram concedidos.¹⁷⁶⁰

O patronato leigo consiste num vínculo permitido pela Igreja na sequência da fundação de uma obra pia.

O patronato régio compreende o direito do Rei na atribuição de pessoas idóneas a cargos eclesiásticos.¹⁷⁶¹

Pé de altar

Ofertas e outros emolumentos que estão afetos aos párocos e sacerdotes que administram os sacramentos e servem o altar.¹⁷⁶²

635

Permuta

(relativo à **vacatura** de um benefício paroquial)

Como afirma Eduardo Parente, “todas as paróquias eram permutáveis¹⁷⁶³”.

Em suma, os dois permutantes, legítimos titulares de um **benefício paroquial**, aptos a renunciar à sua paróquia e receber a do outro, faziam-no de forma justa, idónea e com aprovação do padroeiro.

Primícia

Tributo, menor do que o dízimo, que os fregueses pagavam à igreja “por razão dos sacramentos que nela recebiam¹⁷⁶⁴”. O valor atribuído era variável de freguesia para freguesia.¹⁷⁶⁵

Prior

¹⁷⁵⁹ *Diccionario Enciclopédico Universal*. Vol. 5. Leon: Editorial Everest, 1986, p. 2215.

¹⁷⁶⁰ *Diccionario Enciclopédico Universal*. Vol. 5... p. 2214.

Enciclopedia Vniversal Ilvstrada Evropeo-Americana. Tomo 42..., p. 890.

¹⁷⁶¹ *Diccionario Enciclopédico Universal*. Vol. 5... p. 2214.

Salvat Universal. Vol. 19. Navarra: Salvat Editores, 1999, p. 8874.

¹⁷⁶² BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Português e Latino...* Vol. VI..., p. 334.

¹⁷⁶³ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 99.

¹⁷⁶⁴ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 182.

¹⁷⁶⁵ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 182-183.

Qualquer eclesiástico que governe um Priorado. Superior dos Conventos de Carmelitas e Cartuxos. Os Cónegos Regrantes têm dois cargos: Prior-mor e Prior Crasteiro. Na Ordem de Malta o Grão Prior é o responsável por uma grande Comenda. Em algumas zonas de Portugal o Prior corresponde a Cura. Em alguns Conventos está imediatamente abaixo do **abade**.¹⁷⁶⁶

Priorado

Benefício do qual desfruta um Prior.¹⁷⁶⁷

Prioressa

Religiosa prelada de um convento que não é abadia.¹⁷⁶⁸

Provedor de Comarca

Ministro colocado numa determinada comarca para tratar dos bens dos órfãos e viúvas, capelas, defuntos e ausentes. Anualmente desloca-se em correição junto de particulares e Confrarias para prover o que é necessário. Ao longo do ano é-lhe dado conhecimento de várias contingências e está atento aos testamenteiros e tutores, à “serventia dos officios de terra de Senhores, donde Corregedores não entram, e faz executar sem appellação, nem agravo o que couber em sua alçada”.¹⁷⁶⁹

Provedoria

Ofício de Provedor.¹⁷⁷⁰

Provisão

“Patente, alvará, ou titulo, com que alguém he provido em algum Beneficio, ou officio”. Ação de conferir um ofício ou beneficio.¹⁷⁷¹

Provisor

Substitui o Bispo no seu Bispado, embora não possa “dar Reverendas” senão quando o Bispo está muito distante.¹⁷⁷²

¹⁷⁶⁶ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. VI..., p. 747.

¹⁷⁶⁷ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. VI..., p. 747.

¹⁷⁶⁸ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. VI..., p. 747.

¹⁷⁶⁹ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. VI..., p. 802.

¹⁷⁷⁰ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. VI..., p. 802.

¹⁷⁷¹ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. VI..., p. 808.

¹⁷⁷² BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. VI..., p. 809.

R

Reitor

1. Reitor / vigário é o sacerdote que exerce a cura de almas em nome do pároco, sem autoridade para se intrometer no exercício do ofício, com direito a uma pequena fração dos dízimos.¹⁷⁷³

2. Reitor de Universidades ou Colégios. Nos Colégios da Companhia de Jesus, o Padre Reitor tem jurisdição sobre os estudantes e professores.¹⁷⁷⁴

Reitoria

Ofício de Reitor.¹⁷⁷⁵

Igreja sujeita originalmente a uma abadia / priorado.¹⁷⁷⁶

Renúncia

(relativo à **vacatura** de um benefício paroquial)

Demissão do titular de um **benefício paroquial** apresentada oficialmente à entidade eclesiástica competente, geralmente o bispo.

Este ato teria de ser voluntário e devidamente fundamentado. Justificariam este afastamento questões graves de saúde do titular, negligência pastoral, manifestação voluntária e consciente de um crime, de uma indecência ou irregularidade, ou até a insurreição dos fregueses ou a contestação da posse do benefício paroquial.¹⁷⁷⁷

Segundo Eduardo Parente,

Embora se tomasse «demissão[»], «renúncia» e «resignação» como termos sinónimos, podia-se considerar, com rigor, «demissão» como a simples cessação do benefício já possuído, «renúncia» como do ainda não possuído, mas tido já em

¹⁷⁷³ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 120.

¹⁷⁷⁴ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. VII...1720, p. 214.

¹⁷⁷⁵ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. VII..., p. 214.

¹⁷⁷⁶ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 96-97, 120.

¹⁷⁷⁷ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 96-97.

*direito, por estar feita a colação, e «resignação» como a cessação em favor de um terceiro.*¹⁷⁷⁸

A resignação a favor de um terceiro tinha de ter anuência da Santa Sé e do padroeiro da igreja.¹⁷⁷⁹

T

Tomada de posse

(relativo à **colação**)

O detentor do benefício paroquial, **pároco**, após a conclusão do processo de colação e instituição, caso esta fosse necessária, deveria tomar posse do seu título / cargo. A tomada de posse era um complemento da provisão de colação que conferia validade oficial ao titular do benefício.

A cerimónia de tomada de posse era feita no adro da igreja, na presença de um notário público e testemunhas notificadas que conheceriam o novo pároco em nome de todos os fregueses.¹⁷⁸⁰

Transferência

(relativo à **vacatura** de um benefício paroquial)

A transferência de um **pároco** para outra paróquia, não podia resultar por vontade da autoridade eclesiástica ou do titular do **benefício eclesiástico**. Servia como forma de garantir um melhor exercício paroquial. Uma vez transferido o pároco para o novo domínio paroquial, o outro ficava vago e seguiria os trâmites eclesiásticos normais.

Como exemplifica Eduardo Parente,

¹⁷⁷⁸ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 97.

¹⁷⁷⁹ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 97.

¹⁷⁸⁰ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 117-119.

*Se o pároco exercia proveitosamente o seu ministério em uma paróquia, mas era capaz de o exercer ainda com mais proveito em outra, então podia ser transferido.*¹⁷⁸¹

V

Vacatura

(De um benefício paroquial)

Apesar da colação/concessão de título ser um benefício perpétuo, não existindo hereditariedade de cargos eclesiásticos, o benefício podia vagar por morte do titular, *ipso jure*, **renúncia**, **permuta**, **transferência** ou **deposição**.

Regra geral, com o óbito do titular do benefício o direito às rendas alterava-se para metade dos frutos do ano, exceto se este falecesse entre o dia de Natal e a véspera da celebração litúrgica em honra de São João Baptista (24 de junho), nesse caso, cessando “todos os frutos como se tivesse servido o benefício até o dia em que o ano acabava, pagando-se deles o cura e os demais encargos reais da igreja”.¹⁷⁸²

Segundo Eduardo Parente, se “o titular renunciasse ou perdesse qualquer benefício curado apenas tinha direito aos frutos do tempo que o teve, contados os dias e as horas, [qu]e serviu com boa fé, sendo o restante do sucessor”.¹⁷⁸³

Durante o tempo de vacância a paróquia seria regida por um **encomendado**, nomeado pelo bispo.

Vigaria

Ofício de **Vigário**. Benefício ou Igreja que depende da jurisdição de um Cura de Almas.¹⁷⁸⁴

Igreja, unida a uma paróquia original, com um vigário nas funções de pároco.¹⁷⁸⁵

¹⁷⁸¹ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial*..., p. 101.

¹⁷⁸² PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial*..., p. 93.

¹⁷⁸³ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial*..., p. 93.

¹⁷⁸⁴ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Português e Latino*... Vol. VIII...1721, p. 485.

¹⁷⁸⁵ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial*..., p. 120, 169.

Vigário

Substitui o Prelado na sua ausência. Vigário do Papa. Vigário, Cura de Almas.¹⁷⁸⁶

Tratava-se de um auxiliar do **pároco** que exercia a cura de almas em paróquias unidas de pleno direito a um padroeiro (igreja, mosteiro, colégio, cabido, etc.), com direito às rendas do benefício paroquial.

Em suma, existiam dois benefícios: a paróquia (com respetivo pároco) e a vigariaria perpétua, cujo beneficiado era o vigário, tendo todos os direitos e obrigações dos párocos, com exclusiva responsabilidade pela cura de almas, e direito a uma parte dos frutos do benefício paroquial.¹⁷⁸⁷

Segundo a Sessão XXI, capítulo VI do Concílio de Trento, o bispo deveria nomear um coadjutor ou um vigário no caso expresso do pároco ser “ignorante”, “imperito” e “pouco apto para os ofícios sagrados”¹⁷⁸⁸, exercendo as funções do pároco e auferindo de uma parte das rendas. Esta situação já foi reportada no que respeita ao coadjutor.

¹⁷⁸⁶ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino...* Vol. VIII..., p. 485.

¹⁷⁸⁷ PARENTE, Eduardo Jorge Martins – *O Benefício Paroquial...*, p. 169.

¹⁷⁸⁸ REYCENDE, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento Em Latim, e Portuguez: Dedicado, e Confagado aos excell., Rev. Senhores Arcebispos, e Bispos da Igreja Lusitana*. Tomo II. Lisboa: Na Officina Patriarc. de Francisco Luiz Ameno, 1781, p. 71.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT – (D.) *João de Meneses*, Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv. 2, fl. 72.

ANTT – (D.) *João de Sousa*, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv. 1, nº 127, fl. 208v.

ANTT – (D.) *João de Sousa*, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 1, fl. 15.

ANTT – *A Dom Manuel Pereira, Filho de Dom Diogo Pereira, Conde da Feira, Confirmação da Jurisdição cível e crime, mero e misto império da Terra do Couto da Castanheira, no Almocharifado de Aveiro*. Chancelaria de D. Manuel I, liv. 15.

ANTT – *Aires Teles de Meneses*, Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv. 7, fl. 298.

ANTT – *Álvaro de Carvalho*, Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv. 2, fl. 58 e 74.

ANTT – *António de Sampaio Melo e Castro*, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv. 17, fl. 157v.

ANTT – *António Mendonça Furtado*, Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv. 3, fl. 246v.

ANTT – *António Teles de Meneses*, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 2, fl. 247.

ANTT – *António Teles de Meneses*, Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv. 1, f. 66.

ANTT – *Baranda e Janela para as Frestas da Capela Maior na [igreja de Santa Maria de Avanca]*. Ministério do Reino, Coleções de plantas, mapas e outros documentos iconográficos, nº 11.

ANTT – *Carta de Frei Brás dando parte a D. João II que depois de visitar o Convento de Santa Cruz fora ao de Grijó e dali passara a fundar o Convento do Salvador, que seria um dos melhores da Ordem, pedindo ao mesmo Senhor licença para certa pessoa fundar um colégio em Coimbra na Rua de Santa Sofia para nove teólogos*. Corpo Cronológico, Parte I, mc. 71, nº 20, 25 de novembro de 1541.

ANTT – *Carta de Frei Brás dando parte a D. João II que depois de visitar o Convento de Santa Cruz fora ao de Grijó e dali passara a fundar o Convento do Salvador, que seria um dos melhores da Ordem, pedindo ao mesmo Senhor licença para certa pessoa fundar um colégio em Coimbra na Rua de Santa Sofia para nove teólogos*. Corpo Cronológico, Parte I, mc. 71, nº 20, 25 de novembro de 1541.

ANTT – *Carta de Lopo Fernandes, Corregedor da Beira, para o Rei, sobre ter tomado o Mosteiro de Grijó, em seu nome e não ter encontrado nenhum trigo recolhido, apesar de o mesmo ter rendas no valor de 3000 alqueires*. Corpo Cronológico, Parte I, mc. 11, nº 22, 4 de março de 1512.

ANTT – *Fernando Xavier de Miranda Henriques*, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 20, fl. 304.

ANTT – *Fernão de Miranda Henriques*, Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv. 3, fl. 319.

ANTT – *Gonçalo Vaz Coutinho*, Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv. 3, fl. 76.

ANTT – *Igrejas do Isento de Grijó*. Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 48.

ANTT – *Igrejas do Isento de Grijó*. Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 48.

ANTT – *Igrejas do Padroado de Grijó*. Cónegos Regulares de Santo Agostinho. Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 51, traslados de c. 1749.

ANTT – *Igrejas do Padroado de Grijó*. Cónegos Regulares de Santo Agostinho. Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 51, traslados de c. 1749.

ANTT – *Inventário de Extinção do Convento do Salvador de Grijó*. Ministério das Finanças, Convento do Salvador de Grijó, cx. 2218, 1833-1835.

ANTT – *Jurisdição Secular e Privilégios dos Pontífices*. Cónegos Regulares de Santo Agostinho. Mosteiro de Salvador de Grijó, liv. 47, traslados de 1744-1761.

ANTT – *Livro da receita dos rendimentos da Comenda de Santa Marinha de Avanca respeitantes às freguesias de Loureiro e Madail*. Erário Régio, Núcleo dos Extraídos do Conselho da Fazenda, Ordem de Cristo, nº 205, cx. 85.

ANTT – *Lourenço de Melo Sá*. Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv. 5, fl. 181v.

ANTT – *Luís de Albuquerque Mendonça Furtado*, Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 15, fl. 516.

ANTT – *Luís de Miranda Henriques*, Mercês de D. Pedro II, Ordens Militares, liv. 2, fl. 373v.

ANTT – *Manuel António da Fonseca e Gouveia*, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João VI, liv. 6, fl. 250v.

ANTT – *Manuel Pereira de Lacerda*, Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv. 1, fl. 70v.

ANTT – *Manuel Pereira de Lacerda*, Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv. 2, fl. 71v.

ANTT – *Nuno Aleixo de Sousa Silva e Albuquerque*, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv. 28, fl. 364v.

ANTT – *Ornatos da Capela mor e Sacristia da igreja de Santa Maria de Avanca*. Ministério do Reino, Coleções de plantas, mapas e outros documentos iconográficos, nº 12.

ANTT – *Pantaleão de Sá Melo*. Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv. 3, fl. 72v.

ANTT – *Tristão de Mendonça*, Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv. 1, fl. 255.

ANTT – *Tristão Mendonça Furtado*, Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv. 5, fl. 370v.

BARROS, João de – *Libro das antiguidades e cousas notaveis de antre Douro, e Minho, e de outras m.^{tas} de España e Portugal*, 1549.

CRUZ, P. Dom Marcos da – *Cronica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, 1634.

Arquivo Episcopal do Porto

AEP – *Auto de Dedicção*, nº 1055.

AEP – *Escritura de contrato pertencente ao juis da Igr^a desta freg^a de S. Nicolau da Villa da Fr^a com os Religiosos do Convento da mesma villa*, 17 de dezembro de 1566, liv. 152.

AEP – *Inquérito à Diocese do Porto*, 1954.

AEP - *Inquérito da Diocese do Porto*, 1954.

AEP – *Livro que hade servir na vizita encarregada ao Ill^o R^o Abadde de St^a Maria de Vallega*, 1824-1864, liv. 088.

AEP – *Proc. 101.*

AEP – *Proc. 1022.*

AEP – *Proc. 128.*

AEP – *Proc. 161.*

AEP – *Proc. 185.*

AEP – *Proc. 206.*

AEP – *Proc. 207.*

AEP – *Proc. 212.*

AEP – *Proc. 216.*

AEP – *Proc. 218.*

AEP – *Proc. 225.*

AEP – *Proc. 240.*

AEP – *Proc. 244.*

AEP – *Proc. 246.*

AEP – *Proc. 247.*

AEP – *Proc. 250.*

AEP – *Proc. 253.*

AEP – *Proc. 256.*

AEP – *Proc. 258.*

AEP – *Proc. 266.*

AEP – *Proc. 273.*

AEP – *Proc. 286.*

AEP – *Proc. 290.*

AEP – *Proc. 298.*

AEP – *Proc. 311.*

AEP – *Proc. 316.*

AEP – *Proc. 328.*

AEP – *Proc. 356.*

AEP – *Proc. 370.*

AEP – *Proc. 38.*

AEP – *Proc. 396.*

AEP – *Proc. 399.*

AEP – *Proc. 405.*

AEP – *Proc. 410a.*

AEP – *Proc. 467.*

AEP – *Proc.* 469.
AEP – *Proc.* 483.
AEP – *Proc.* 489.
AEP – *Proc.* 523.
AEP – *Proc.* 528.
AEP – *Proc.* 548.
AEP – *Proc.* 554.
AEP – *Proc.* 6.
AEP – *Proc.* 602.
AEP – *Proc.* 604.
AEP – *Proc.* 640.
AEP – *Proc.* 649.
AEP – *Proc.* 649.
AEP – *Proc.* 679.
AEP – *Proc.* 72.
AEP – *Proc.* 724.
AEP – *Proc.* 73.
AEP – *Proc.* 731.
AEP – *Proc.* 743.
AEP – *Proc.* 743.
AEP – *Proc.* 754.
AEP – *Proc.* 8.
AEP – *Proc.* 809.
AEP – *Proc.* 838.
AEP – *Proc.* 842.
AEP – *Proc.* 844.
AEP – *Proc.* 898.
AEP – *Proc.* 901.
AEP – *Proc.* 906.
AEP – *Proc.* 907.
AEP – *Proc.* 913.
AEP – *Proc.* 914.
AEP – *Proc.* 919.
AEP – *Proc.* 935.
AEP – *Proc.* 951.
AEP – *Proc.* 955.
AEP – *Proc.* 962.

AEP – *Proc.* 972.

AEP – *Proc.* 986.

AEP – *Proc.* 995.

AEP – *S. Vicente de Per^a os fregueses. Benção*, 22 de março de 1741.

AEP – *Villa Chã. Capítulos. Visitas Pastorais*, 1719-1821, liv. 108.

AEP – *Visitações de Esmoriz*, 1664-1760, liv. 160.

APEP – *Autos de huas acções e despachos do m.^o R.^{do} Senhor D.^r governador do Bispado sobre huns requirimentos dos freguezes de Ovar*, 26 de Fevereiro de 1674.

Arquivo da Cúria Diocesana de Aveiro

ACDA – *Agadão*, 1970. Pasta. Projectos. Arcip. Águeda: Agadão, Ag. Baixo, Ag. Cima.

ACDA – *Avanca. Igreja Matriz*, 1995. Pasta. Projectos. Estarreja: Pardilhó (igreja), Beduído (igreja), Stº António (capela), Água Levada, Canelas (igreja), Fermelã (Roxico).

ACDA – *Beduído*. Pasta. Projectos. Estarreja: Pardilhó (igreja), Beduído (igreja), Stº António (capela), Água Levada, Canelas (igreja), Fermelã (Roxico)

ACDA – *Castanheira do Vouga. Igreja Matriz*. 1999. Pasta. Projectos. Arcip. Águeda: Barrô, Belazaima, Borralha, Castanheira, Espinhel, Macinhata Vouga.

ACDA – *Murtosa*. Pasta. Projectos. Arcip. Estarreja: Bunheiro, Murtosa, Pardelhas, Torreira.

ACDA – *Pardilhó*, 1966. Pasta. Projectos. Arcip. Estarreja: Fermelã, Pardilhó, Salreu.

647

Arquivo Online do Vaticano

Decretos do concílio de Vaticano II

(http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html)

Arquivo Municipal de Ovar

AMO – *Apontamentos para a nova Capella do Santissimo Sacramento da Igreja da Villa de Ovar*, pasta 1547.

AMO - *Igreja de S. Cristóvão de Ovar*, 1915.

AMO – *Património Religioso, Válega, Capela de Entreáguas*, 1970.

Arquivo Municipal do Porto

AMP – *Sé do Porto*. Desenho de Alfredo Machado, 1918.

AMP - *Convento de São Bento de Avé-Maria: roda*, 1890-1894.

AMP – *Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria*, 1890-1894, nº 29 8755.

Arquivo Municipal de Santa Maria da Feira

AMSMF – *Postal nº 4*, Comissão de Vigilância do Castelo de Stª Maria da Feira, 1909.

AMSMF – *O convento dos Loios*, Foto Paul, déc. de 1930.

Arquivo Paroquial de Arada

APA – *Actas da Comissão Fabriqueira desde 1971*, 1971-1981.

APA – *Alvará de licença nº 319*, 17 de Fevereiro de 1978.

APA – *Auto de dedicação do altar*, 24 de Março de 2009.

APA – *Aviso*, 31 de Agosto de 2002.

APA – *Câmara Municipal de Ovar. Notificação*, 2 de Julho de 2003.

APA – *Contas das obras feitas*, s/d.

APA – *Dom António Ferreira Gomes. Bispo do Porto. Provisão*, 5 de Fevereiro de 1973.

APA – *Escadaria da Igreja*, s/d.

APA – *Francisco Vilar de Sá. Factura de 10 de Março de 1977*.

APA – *Igreja Paroquial de Arada. Contrato de Prestação de Serviços*, Ovar, 15 de Janeiro de 2003.

APA – *José Fernandes Leite. Factura de 5 de Março de 1977*.

APA – *Recuperação da Igreja Paroquial de Arada*, [2002/2003?].

APA – *Secretariado Diocesano de Liturgia do Porto. Igreja Matriz de Arada (Ovar)*, 24 de Setembro de 2003.

Arquivo Paroquial de Esmoriz

APE – *A Moderna de Alberto da Costa Ribeiro. Oficina de mármore de Esmoriz*, Factura de 2 de Março de 1971

APE – *Antiga Fundição de Crestuma de Constança da Silva Paiva Freixo*, 31 de Janeiro de 1896.

APE – *Auto de Arrematação*, Carpinteiro, 24 de Julho de 1892.

APE – *Auto de Arrematação*, Pedreiro, 24 de Julho de 1892.

APE – *Auto de Arrematação*, Trolha, 24 de Julho de 1892.

APE – *Carta da Paróquia de Esmoriz ao Dr. Manuel Oliveira Dias (Câmara Municipal de Ovar)*, 22 de Novembro de 1993.

APE – *Carta da Paróquia de Esmoriz ao Presidente da Câmara Municipal de Ovar*, 17 de Fevereiro de 1989.

APE – *Carta da Paróquia de Esmoriz ao Presidente da Junta de Freguesia de Esmoriz*, 26 de Novembro de 1990.

APE – *Contas das Irmandades lidas na Igreja*.

APE – *Declaração do Fiscal Sobre a Liquidação do Arrematante Pedreiro*, 2 de Janeiro de 1896.

APE – *Decomentações do Arrematante de Carpinteiro das obras Reconstruídas na igreja Matriz de Esmoriz por ordem da Ex^{ma} Junta de Parochia desde o seu principio de 4 d'Agosto de 1892, 1892-1896.*

APE – *Decomentações do Arrematante de Pedreiro das obras Reconstruídas na igreja Matriz de Esmoriz por ordem da Ex^{ma} Junta de Parochia desde o seu principio em Agosto de 1892, 1892-1896.*

APE – *Decomentações do Fiscal das Obras Reconstruídas na igreja Matriz de Esmoriz por ordem da Ex^{ma} Junta de Parochia desde o seu principio em Agosto de 1892, 1892-1896.*

APE – *Jaime Palrilha. Calceteiro – Empreiteiro, Factura de 20 de Novembro de 1971.*

APE – *Liquidação de Pedreiro, da Obra Reconstruida na Igreja Matriz de Esmoriz, 1 de Setembro de 1892 a 2 de Setembro de 1895.*

APE – *Liquidação do Trôlha, 18 d'Outubro de 1896.*

APE – *Manuel Correia da Silva. Pirotécnico. Factura de 16 de Dezembro de 1968*

APE – *Manuel José de Almeida. Fornecedor de cantaria de Jastosa, Agoncida e Mármore, Factura de 10 de Maio de 1973.*

APE – *Orçamento para a Igreja da Freguesia d'Esmoriz, Aveiro 3 de Fevereiro de 1887.*

APE – *Orçamento para a reconstrução da Igreja da freguezia d'Esmoriz, 1891.*

APE – *Paulino D. Ferreira. Projectos, Maio de 1971.*

APE - *Projecto para a Igreja da Freguesia d'Esmoriz, Fevereiro de 1887.*

APE - *Projecto para a reconstrução da Igreja d'Esmoriz, 11 de Junho de 1891.*

APE – *Subsino antigo, 1722-1726.*

APE – *Subsino, 1803-1827.*

APE – *Tombo Velho da Irmandade do Santíssimo, 1653-1850.*

APE – *Urbanização do Adro da Igreja de Esmoriz, s/d.*

APE– *Vizitas e Ordens.*

Arquivo Paroquial de Maceda

APM - *Auto de Arrolamento da Igreja Matriz e Residência Paroquial de Maceda, 21.8.1911.*

APM – *Auto de Arrolamento, Paróquia de Arada, 21 de Agosto de 1911.*

APM - *Auto de Encerramento, 25.10.1931*

APM - *Auto de Entrega da Igreja, Residência e Capela de São Geraldo, 21.6.1934.*

APM – *Auto de Entrega, Paróquia de Arada, 1 de Setembro de 1948.*

APM – *Auto de Entrega, Paróquia de Arada, 1 de setembro de 1948.*

APM - *Conta da Receita e Despesa das Obras da Nova Igreja Matriz da Freguesia de Macêda, concelho de Ovar, 1918-1928.*

APM - *Conta da Receita e Despesa das Obras da Nova Igreja Matriz da Freguesia de Macêda, concelho de Ovar, 1972.*

APM - *Conta da Receita e Despeza das Obras da Nova Igreja Matriz da Freguesia de Macêda, concelho de Ovar*, 1959-1960.

APM - *Contas da Confraria do S^{mo} Sacram^{to} até 1761*, 1702-1761.

APM - *Inventário da Irmandade do Santissimo Sacramento de Macêda*, 8 de julho de 1917.

APM - *Inventario dos Bens da junta da Parochia ^{Igreja}daFreguezia de Sam Martinho d'Arada, do Concelho de Ovar*, 1868.

APM - *Livro dos Capitulos das Vezitas desta Igreja de S. Pedro de Maceda, que he da Sagrada Religião de Malta*, 1723-1800.

APM – *Livro dos Capitulos das Vezitas desta Igreja de S. Pedro de Maceda, que he da Sagrada Religião de Malta*, 1723 a 1800.

APM – *Protesto*, Paróquia de Arada – Igreja, agosto de 1911.

Arquivo Paroquial de Ovar

APO – *Santíssimo Sacram^{to}*, 1721-1866. [Relativo à Paróquia de Arada].

Arquivo Paroquial de Rio Meão

APRM – *Livro em que se hão de escrever os capítulos e determinações das Vizitas, desta Igr^a. De S. Tiago de Rio-Meão, que hé da Sagrada Religião de Malta*, 1718-1831.

APRM – *O Doutor Antonio de Souza Pereyra, Prothonotario Apostolico de Sua Santidade, Provisor, e Vigario Geral, Juiz dos Cazamentos, e Juiz Ordinario Conservador Apostolico da Sagrada Religião de S. João de Malta do destricto da Relação do Porto, e Baliado de Leça, etc.*, 22 de março de 1759.

Arquivo Paroquial de S. Vicente de Pereira

APSV – *Livro dos Capitulos de Vizita pela Superindencia das Fabricas destas Igrejas de Sam Vicente e Sam Mar^{inho}*, 1717-1785.

Arquivo Paroquial de Válega

APV – *Livro das Vizitas desta Igreja de Vallega desde 1749 athe 1769*

APV – *Livro que ha de servir p^a os Cap^{os} de Vezita da Freg^a de Vallega*, 1769-1840.

Arquivo Particular

AP - *Informasoins da Comarca da Feira, tiradas na Vizita de 1769.*

Arquivo da Casa Museu de Arte Sacra de Ovar

ACMAS - *Retábulo do Sr. dos Aflitos na igreja de S. Cristóvão de Ovar*, s.d.

Biblioteca Nacional

BN - *O Trabalho Perdido* (alegoria à expulsão dos jesuítas), gravura de Joaquim Carneiro da Silva, publicada em 1771 pela Tipografia Régia.

Espólio dos Herdeiros de Mons. Miguel de Oliveira

Igreja de Stª Maria de Válega, 1943.

Fontes Impressas

Almanak Ecclesiastico do Bispado do Porto para 1857. Porto: Typographia de Sebastião José Pereira, 1856.

ANDRADE, Agostinho Rodrigues de – *Diccionario Chorographico do Reino de Portugal contendo as ultimas divisões administrativa e judicial e a ecclesiastica, as estradas de 1.ª e 2.ª ordem, as distancias em Kilometros e léguas métricas, os rios e principais serras, etc., seguido de dois pequenos dictionarios Hydrographico e Orographico do nosso paiz*. Coimbra: Imprensa da Univerisdade, 1878.

BAPTISTA, João Maria – *Chorographia Moderna do reino de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1874.

BASTO, Artur de Magalhães – *Apontamentos para um dicionário de artistas e artificies que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*. Porto: Documentos e Memorias para a História do Porto – XXXII, 1964.

BASTOS, Manuel Pires – *O Concelho de Ovar nas «Memórias Paroquiais» (1758)*. Ovar: Paróquia de Ovar, 1984.

Bíblia Sagrada. Lisboa/Fátima: Difusora Bíblica, 2002.

BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero, Geographico, Geometrico, Gnomonico, Hydrographico, Homonymico, Hierologico, Ichtyologico, Indico, Ifagogico, Laconico, Liturgico, Lithologico, Medico, Musico, Meteorologico, Nautico, Numerico, Neoterico, Ortographico, Optico, Ornithologico, Poetico, Philologico, Pharmaceutico, Quidditativo, Qualitativo, Quantitativo, Rhetorico, Rustico, Romano, Symbolico, Synonimico, Syllabico, Theologico, Therapeutico, Technologico, Uranologico, Xenophonico, Zoologico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712.

BORROMEO, Carlos – *Instrucciones de la Fábrica y del Ajuar Eclesiásticos*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1985.

BRANDÃO, D. Domingos de Pinho; LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – *Arouca – Notas Monográficas*. Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1991.

BRANDÃO, Domingos de Pinho – *Obra de Talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na Cidade e na Diocese do Porto*. Vol. I e IV. Porto: Diocese do Porto, 1984-1987.

CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga: Edição José Viriato Capela, 2011. ISBN 978-972-98662-6-5

CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; MATOS, Rogério – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga: Edição José Viriato Capela, 2009.

CARDOSO, P. Luiz – *Diccionario Geografico ou Noticia Historica de todas as Cidades, Villas, Lugares e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as coufas raras, que nelles se encontraõ, affim antigas, como modernas, que escreve, e offerece ao muito alto, e muito poderoso Rey D. Joaõ V. Nosso Senhor*. II Tomos. Lisboa: Regia Officina Sylvianna, e da Academia Real, 1747-51.

CASTRO, João Bautista de – *Mappa de Portugal antigo, e moderno*. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762.

Catalogo da Fabrica Cerâmica e de Fundição das Devezas. António Almeida da Costa & C^a. Vila Nova de Gaia: Real Typ. Lith. Lusitana, 1910.

Collecção das Leis, Decretos, e Alvarás, que comprehende o Feliz Reinado Del Rei Fidelissimo D. José o I Nosso Senhor. Desde o anno de 1750 até o de 1760, e a Pragmatica do Senhor Rei D. João o V do anno de 1749. Tomo I. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1797.

Collecção das Leis, Decretos, e Alvarás, que comprehende o Feliz Reinado Del Rei Fidelissimo D. José o I Nosso Senhor. Tomo III [1769-1777]. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1790.

Collecção das Leis, Decretos, e Alvarás, que comprehende o Feliz Reinado Del Rei Fidelissimo D. José o I Nosso Senhor. Desde o anno de 1761 até o de 1769. Tomo II. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1776.

Collecção de decretos e Regulamentos Mandados Publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das Camaras Legislativas. Terceira série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1836.

Collecção de decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde que assumiu a Regencia em 3 de Março de 1832 até à sua entrada em Lisboa em 28 de julho de 1833. 2^a Série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1836.

Constituições Sinodales do Bispado do Porto. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1735.

Constituições Sinodales do Bispado de Coimbra. Coimbra: Antonio de Mariz Impressor da Universidade, 1591.

Constituições Synodales do Bispado do Porto. Coimbra: Joseph Ferreyra Impressor da Universidade de Coimbra, 1690.

Constituições Synodales do Bispado do Porto. Porto: Joseph Ferreyra, 1687.

COSTA, Agostinho Rebelo da – *Descrição Topográfica e História da Cidade do Porto*. 3ª ed. Porto: Frenesi, 2001.

COSTA, Américo – *Dicionário Chorographico de Portugal Continental e Insular. Hydrographico, Histórico, Orographico, Biographico, Archeologico, Heráldico, Etymologico*. 12 vols. Vila do Conde: Typografia Privada do Dicionário Chorografico Azurara, 1929-1949.

COSTA, Francisco Barbosa da – *Visitações da Igreja de Santa Maria de Olival Séc. XVIII*. In MORENO, Humberto Carlos Baquero (dir.) – *Gaya*. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia. Vol. I (1983), p. 65-72.

COSTA, Francisco Barbosa da; FONTES, José Joaquim – *Livro de Visitações de Sandim desde 1754*. In MORENO, Humberto Carlos Baquero (dir.) – *Gaya*. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia. Vol. III (1985), p. 87-136.

COSTA, Francisco Barbosa da; SOUSA, João de – *Visitações de Gulpilhares*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1986.

COSTA, P. Antonio Carvalho da – *Corografia Portuguesa, e descripçam topográfica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contêm; Varoens illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos; antiguidades, maravilhas da natureza, edifícios, & couzas curiosas observaçoens*. 3 Tomos. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1708-1712.

CUNHA, D. Rodrigo da – *Catalogo & Historia Dos Bispos do Porto*. Porto: João Rodriguez. Impressor de sua Senhoria, 1623.

D. Antonio Luiz de Menezes, III Conde de Cantanhede, I. Marquez de Marialva. [Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, entre 1806 e 1817], folhas soltas que acompanham uma gravura do 1º Conde de Marialva. (Biblioteca Nacional)

Diário do Governo. Nº 92, 21 de abril de 1911.

FREIRE, Antonio de Oliveira – *Descripçam Corografica do Reyno de Portugal, que contem huma exacta relação de suas Provincias, Comarcas, Cidades, Villas, Freguezias, montes, rios, portos com a sua situação, extensão, e limites, a qualidade de cada paiz, as fortalezas, o numero, costumes, e commercio dos seus habitantes, as principaes dignidades Ecclesiasticas, os títulos honoríficos de sua Nobreza, a ferie, e acçoens mais famifas de seus Reys, e tudo o mais memorável desta antiga, e illustre Monarchia*. Lisboa Occidental: Officina de Miguel Rodrigues, 1739.

LANCASTRO, Dom Manoel de – *Descripçam Corographica do reyno de Portugal, que contem huma exacta relação de suas provincias, comarcas, cidades, villas, freuezias, montes, rios, portos com a sua situação, extensão, e limites, a qualidade de cada paiz, as fortalezas, o numero, costumes, e commercio dos seus habitantes, as principaes dignidades Ecclesiasticas, os títulos honoríficos de sua Nobreza, e ferie, e acçoens mais famofas de seus Reys, e tudo o mais memorável desta antiga, e illuftre Monarchia*. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1739.

LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário Geographico, Estatístico, Chorographico, Heráldico, Arqueológico, Histórico, Bibliographico e Etymologico de todas as Cidades, Vilas e Freguezias de Portugal e de Grande Número de Aldeias*. 12 vols. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1873-1890.

LEÃO, Duarte Nunez do – *Descrição do reino de Portvgal*. Lisboa: Iorge Rodriguez, 1610.

MARIA, Fr. Agostinho de Santa – *Santuário Mariano E Historia das Imagens milagrosas de Nossa Senhora E das milagrosamente aparecidas, que se venerão no Bifpados do Porto, Vizeu & Miranda*. Tomo Quinto. Edição Fac-Símile (1716). Vila Viçosa: Alcalá, 2007. ISBN 13: 978-972-8673-40-6

MARQUES, José A. (trad.) – *Código de Direito Canónico*. Braga: Edições Theologica, 1984.

MARQUES, Pedro José – *Diccionario Geographico abreviado das oito provincias dos Reinos de Portugal e Algarves com a designação dos concelhos, comarcas, districtos, provincias, dioceses, oragos, freguezias, congruas respectivas, legoas de distanci, correios, e feiras. Seguido de interessantes noticias corograficas e históricas; assim como, d'uma tabella demosntrativa das Comarcas judiciais, Concelhos, numero de fogos, etc.* Porto: Typographia Commercial, 1853.

NIZA, Paulo Dias de – *Portugal sacro-profano ou catalogo alfabético de todas as freguezias dos Reinos de Portugal, e Algarves: das Igrejas com seus Oragos: do titulo dos Parocos, e annual rendimento de cada huma: dos Padroeiros, que apresentão: juntamente com as léguas de distancia da Metropoli do Reino e da cidade principal, e cabeça do Bifpado, com o numero de fogos*. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do santo Officio, 1767-68.

NUNEZ, Duarte – *Descrição do Reino de Portvgal*. Lisboa: Iorge Rodriguez, 1610.

PALLADIO, Andrea – *Dell'Architectvra*. Venetia: Appreffo Bartolomeo Carampello, 1581.

PEREIRA, Antonio Fernades – *Diccionario Geographico abreviado de Portugal e suas possessões ultramarinas, no qual se dá noticia de todas as Cidades, Villas e freguezias, de Portugal, com sua população, legoas de distancia, correios, e feiras principaes; seus rios, montanhas, portos, &c. E juntamente se descrevem todas as ilhas, e porções continentaes, que Portugal possui actualmente no Ultramar; suas Povoações, plantas, animaes, minas, rios, portos, commercio, &c, &c.* Porto: Typographia de Sebastião José Pereira, 1852.

PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme – *Portugal. Diccionario histórico, chorographico, heráldico, biographico, bibliographico, numismático e artístico. Abrangendo a minunciosa descrição histórica e chorographica de todas as cidades, vilas e outras povoações do continente do reino, ilhas e ultramar, monumentos e edifícios mais notáveis, tanto antigos como modernos; biographicos dos portugueses illustres e contemporâneos, celebres por qualquer titulo, notáveis pelas suas acções ou pelos seus escriptos, pelas suas invenções ou descobertas; bibliographia antiga e moderna; indicação de todos os factos notáveis da historia portugueza, etc, etc.* Lisboa: João Romano Torres – Editor, 1904.

PINA, Rui de – *Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Sancho I, segundo rey de Portugal*. Lisboa: Officina Ferreyriana, 1727.

POZZO, Andrea – *Perspectivae Pictorum at que Architectorum*. Tomo II. Augsburgo: Johann Friederich, 1709.

Relação Geral das Freguezias da Diocese do Porto. Porto: Typographia da «Palavra», 1882.

Relatório do Movimento Religioso da Diocese do Porto (ano de 1922-23). Porto: Diocese do Porto, 1924.

REYCENDE, João Baptista – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento Em Latim, e Portuguez: Dedicado, e Confagrado aos excell., Rev. Senhores Arcebispos, e Bispos da Igreja Lusitana*. 2 tomos. Lisboa: Na Officina Patriarc. de Francisco Luiz Ameno, 1781.

RIPA, Cesar – *Iconologie ov, explication novvelle de plvsievr images, emblemes, et avtres figvres. Hyeroglyphiques dês Vertus, dês Vices, dês Arts, dês Sciences, dês Caufes naturelles, dês Humeurs differentes, & dês Paffions humaines*. Paris: 1644.

Sagração da Igreja de santa Maria da Murtosa. Vila do Conde: Gráfica Santa Clara, 1968.

SANTA MARIA, Francisco de – *O Ceo Aberto na Terra. Historia das sagradas Congregações dos Conegos Seculares de S. Jorge em Alga de Venesa & de S. João Evangelista em Portugal*. Lisboa: Officina de Manoel Lopes Ferreyra, 1697.

SANTOS OTERO, Aurelio de – *Los Evangelios Apócrifos*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2006. ISBN-10: 84-7914-044-5/ ISBN-13: 978-84-7914-044-1

SANTOS, Cândido Augusto dos – *O Censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da Diocese nas vésperas do Concílio de Trento*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1973.

SERLIO, Sebastiano – *D'Architectvra*. Venetia: Appreffo Francefco Seneffe, & Zuane Krugher Alemanno, Compagni, 1566.

SOUSA, Antonio Caetano – *Provas da História Genealogica da Casa Real Portuguesa*. Tomo II. Lisboa: Regia Officina Sylviana e Academia Real, 1742.

SOUSA, D. Antonio Caetano – *Memorias Históricas, e Genealogicas dos Grandes de Portugal*. Lisboa: Regia Officina Sylviana e Academia Real, 1755.

SVEZIA, Santa Brigida di – *Rivelazioni*. Milano: Gribaudo, 1991. ISBN 978-88-7152-435-1

VASCONCELLOS, J. Leite de (coord.) – *Diccionario da Chorographia de Portugal contendo a indicação de todas as cidades, villas e freguezias, com a respectiva divisão administrativa, judicial e ecclesiastica, da parte continental e insular do Reino; dos rios e montes principaes do continente; das distancias de quasi todas as freguezias ás villas capitães de concelho, etc., da população de cada freguezia, segundo o ultimo recenseamento; dos oragos das parochias; das estações telegraphicas e de caminho de ferro; das direcções e delegações postaes, etc. etc.* Porto: Livraria Portuense de Clavel & C.^a editores, 1884.

VASCONCELLOS, José Maximo de Castro Neto Leite e – *Collecção Official da Legislação Portuguesa. Ano de 1863*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem*

erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam. 2^a ed. 2 Tomos. Lisboa: Editor A. J. Fernandes Lopes, 1865.

VORÁGINE, Santiago de la – *La Leyenda Dorada*. 2 vols. Madrid: Alianza Editorial, 2004. ISBN: 84-206-7998-4

Bibliografia

- 1^{as} Jornadas de Estudo sobre Terras de Santa Maria – actas*. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 1991.
- 1^{as} Jornadas de História Local de Santa Marinha*. Vila Nova de Gaia: Junta de Freguesia de Santa Marinha, 2001. ISBN 972-95487-3-0
- 1^o Aniversário de Elevação a Vila. Vila de Argoncilhe*. Porto: Junta de Freguesia de Argoncilhe, 1986.
- AA.VV. – *A Casa da Igreja da Madalena*. Vila Nova de Gaia: Paróquia da Madalena, 2009.
- AA.VV. – *A Divina Eucaristia no Concelho de Ovar: expressão artística e popular*. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 2006. ISBN 972-8174-34-9
- AA.VV. – *Feira: Terras de Santa Maria*. Paços de Ferreira: Anégia Editores, 2000. ISBN 972-8266-25-1.
- AA.VV. – *I congresso sobre a Diocese do Porto. Tempo e lugares de memória. Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*. 2 vols. Porto/Arouca: Centro de estudos D. Domingos de Pinho Brandão; Universidade Católica; Centro Regional do Porto; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2002. ISBN 972-8157-10-X
- AA.VV. – *Santos que curam e protegem: registos devocionais no concelho de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 2004. ISBN 972-8174-27-6
- AA.VV. – *Um Coração com Rosto: a nova devoção*. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 2005. ISBN 972-8174-32-2
- AA.VV. – *Vivências da Paixão de Cristo: a Imaginária Religiosa no Concelho de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 2003. ISBN 972-8174-25-X
- ABREU, Susana Matos – *A Docta Pietas ou a Architectura do Mosteiro de S. Salvador, Também Chamado Santo Agostinho da Serra (1537-1692). Conteúdos. Formas. Métodos Conceptuais*. Porto: Faculdade de Letras, 1999. Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras de Universidade do Porto.
- ABREU, Susana Matos – Diogo de Castilho e João de Ruão: uma parceria invulgar no traçado do Mosteiro de S. Salvador da Serra (Serra do Pilar). In *Artistas e artífices: e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa*. Porto, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2007, p 495-503.
- ADRIANI, Maurilio – *História das Religiões*. Lisboa: Edições 70, 1997. ISBN 972-44-0752-7
- AFONSO, Domingos de Araújo – *Livro de Oiro da Nobreza*. Lisboa, 1988.
- ALARCÃO, Jorge de; AMARAL, Luís Carlos – *Livro das Campainhas (códice da segunda metade do século XIV). Mosteiro de São Salvador de Grijó*. Coleção “Documentos sobre Vila Nova de Gaia 4”. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1986.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – Religiosidade Popular e Ermidas. *Studium Generale. Estudos Contemporâneos. Religiosidade Popular*, n.º 6, Porto, 1984.

- ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. 4 Vols. Lisboa: Civilização, 1970.
- ALMEIDA, Fr. António-José de – *Imagens de Papel. O Flos Sanctorum em linguagem português, de 1513, e as edições quinhentistas do de Fr. Diogo do Rosário OP – a problemática da sua ilustração xilográfica*. Porto: Faculdade de Letras, 2005. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ALMEIDA, Luís Gomes Alves de – *Notas monográficas sobre a freguesia de Santa Eulália de Oliveira do Douro*. Vila Nova de Gaia: Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, 1985.
- ALPOIM, C. Lopes – *O Padroado em face da política do Vaticano e da política da República*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1928.
- ALVES, Natália Marinho Ferreira – *A Arte da Talha no Porto na Época Barroca (Artistas e clientela. Materiais e técnica)*. 2Vols. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1989.
- AMARAL, Ana Filomena Leite – *Avintes na Margem Esquerda do Douro*. Avintes: Junta de Freguesia, 1993.
- AMARAL, Luís Carlos – *S. Salvador de Grijó na Segunda Metade do Século XIV. Estudo de Gestão Agrária*. Porto: Faculdade de Letras, 1987. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- AMARAL, Maria Emília – *Águeda deste século*. Águeda: Lito Águeda, 1992.
- AMORIM, Inês – A reconstrução de um espaço histórico: o concelho de Cambra na 2ª metade do século XVII – fontes e metodologia. *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. 7, 2006, p. 149 -168.
- AMORIM, Inês – *Descrição da Comarca da Feira – 1801 Feita pelo Desembargador, Corregedor Columbano Pinto Ribeiro de Castro*. Separata da Revista da Faculdade de Letras. II série. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994. p. 227-285.
- AMORIM, Inês – *O Mosteiro de Grijó. Senhorio e Propriedades: 1560-1720 (formação, estrutura e exploração do seu domínio)*. Braga: Edição de autor, 1997.
- AMORIM, Inês – Os Senhores da Feira e a propriedade da terra no séc. XVI: maninhos e águas. *Revista de História do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v.11, 1991.
- AMORIM, Maria Inês Ferreira de – Conventos de Grijó e de S. Agostinho da Serra. Sua Importância na Geografia Económica da Época Moderna. *Revista Gaia*. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia. Vol. II (1984).
- AMORIM, Pe. Aires – A Igreja de Esmoriz – seus altares e imagens, paramentos, pratas, festas e costumes religiosos (séculos XVI-XIX). *Aveiro e o seu Distrito*. Nº 29. (1981).
- AMORIM, Pe. Aires de – *Achegas para o Estudo da História Local*. Esmoriz: Edição da Comissão de Melhoramentos, 1989.
- AMORIM, Pe. Aires de – *Da Arte Xávega de Espinho até Ovar*. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 1999.

- AMORIM, Pe. Aires de – *Esmoriz e a sua História*. Esmoriz: Edição da Comissão de Melhoramentos, 1986.
- ANACLETO, Regina – *Arquitectura Neomedieval Portuguesa*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. ISBN 972-31-0748-1
- Annaes do Municipio de Oliveira de Azeméis*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1909.
- ARAÚJO, José Ribeiro de – *Perosinho. Apontamentos para a sua monografia*. Porto: Edição de autor, 1980.
- ARAÚJO, José Ribeiro de – *Poalhas para a História da Freguesia e Igreja de Ovar*. Cucujães: Composto e Impresso na Escola Tipográfica do Seminário das Missões, 1952.
- ARAÚJO, Norberto de – *Murtosa*. Lisboa: Ottosgráfica, 1927.
- ARAÚJO, P. Joaquim – *História da Afurada*. Cucujães: Junta de Freguesia de S. Pedro da Afurada; Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1992.
- AREAIS, Joaquim Domingos da Cunha – *A Cultura da Pós-Modernidade e os Desafios à Evangelização*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 2000.
- AREDE, João Domingos – *Cucujães e Mosteiro com seu Couto nos tempos medievais e modernos*. Famalicão: Typ. Minerva de Cruz, Sousa & Barbosa, 1922.
- AREDE, João Domingues – *Cucujães*. Porto: Empresa Gráfica A Universal, 1914.
- AREDE, João Domingues – *Museu Arqueológico e Etnológico de Cucujães. Breve Notícia Histórica da Freguesia e Vila do Couto de Cucujães e Catálogo do seu Museu*. Cucujães: Escola Tipográfica do Seminário das Missões, 1935.
- AREDE, P. João Domingos – Madaíl, do Concelho de Oliveira de Azeméis, Bispado do Porto. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Tip. Coimbra Editora. Vol. XIX, nº 73 (1953).
- AREDE, P. João Domingues – Breves Apontamentos sobre a Terra de Loureiro. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Tip. Da Coimbra Editora. Vol. XV, nº 57 (1949), p. 8-38.
- AREDE, P. João Domingues – Santa Maria de Ul. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Tip. Da Coimbra Editora. Vol. XVII, nº 67 (1951), p. 193-234.
- ARIÈS, Philipe; DUBY, Georges (dir.) – *História da vida privada. Do Império Romano ao ano mil*. 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 1989.
- ARNHEIM, Rudolf – *A Dinâmica da Forma Arquitectónica*. Editorial Presença.
- ARROYO, António; FORTES, José; QUEIROZ, Manuel Monteiro; LEITÃO, Joaquim – *Mea Villa de Gaya*. Porto: Guia Ilustrado de Portugal, 1909.
- AZEVEDO, Alfredo G.; MOREIRA, Domingos A. – *Fernedo. Aspectos da sua história*. Porto: [Edição de autor?], 1973.
- AZEVEDO, Carlos A. Moreira – Algumas Reflexões Sobre a iconografia religiosa, Popular. In *Estudos Contemporâneos*, nº 6, Porto, 1984.

- AZEVEDO, Carlos A. Moreira – *Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal (1256-1834)*. Colecção de Memórias de fr. Domingos Vieira, OESA. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2011. ISBN 978-972-8361-37-2
- AZEVEDO, Carlos A. Moreira (Coord.) – *Cristo Fonte de Esperança*. Porto: Diocese do Porto, 2000. ISBN 972-98565-1-6
- AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000.
- AZEVEDO, Carlos Moreira – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- AZEVEDO, D. Joaquim de – *Historia Ecclesiastica da Cidade e Bispado de Lamego*. Porto: Typographia do Jornal do Porto, 1878.
- AZEVEDO, José Correia de – *Inventário artístico ilustrado de Portugal*. Vol. IV. Lisboa: Edições Nova Gesta, 1992.
- BABELON, Jean-Pierre; CHASTEL, André – *La notion de patrimoine*. Paris: Editions Liana Levi, 1994. ISBN 2 86746 0/ 89F
- BAPTISTA, Fernando – *História de Sandim*. Sandim: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; Junta de Freguesia de Sandim, 2000. ISBN 972-581-034-1
- BARBOSA, Pedro Gomes (coord.) – *Arte, História e Arqueologia. Pretérito (sempre) presente*. Lisboa: Ésquilo, 2006. ISBN 972-8605-94-3
- BARBOSA, Rui (dir.) – *Igreja Matriz. Paróquia de Rio Meão [S. Tiago]. Registos de uma intervenção*. Lousada: Dalmática, 2010.
- BARRAL I ALTET, Xavier – *A Alta Idade Média. Da antiguidade tardia ao ano mil*. Alemanha: Taschen, 1998.
- BARROCA, Mário Jorge – As quatro faces de Rodrigo Sanches. *Portvgalia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nova série, vol. 34 (2013).
- BARROCA, Mário Jorge – *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séculos V a XV)*. Porto: Faculdade de Letras, 1987. Trabalho apresentado no âmbito das Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- BARROS, Abel Ernesto Barbosa; COSTA, Francisco Barbosa da – *Santo André de Lever. Notas Monográficas*. Lever: Paróquia de Santo André de Lever, 2003. ISBN 972-8152-86-8
- BARROS, Henrique da Gama – *Historia da Administração Publica em Portugal nos Seculos XII a XV*. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.
- BASTOS, A. de Magalhães – *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1950.
- BASTOS, Celina – D. Joaquim Lourenço Ciais Ferrás de Acunha, um desconhecido arquitecto, “riscador” e organeiro do último quartel do século XVIII. *Revista de Artes Decorativas*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes, nº 1 (2007), p. 115-138. ISSN 1646-8759

- BESSA, Paula – *Norte - do Minho ao Vouga*. Porto: Asa, 2002. ISBN 972-41-2902-0
- BESSA, Paula – Pintura mural na Igreja de Santa Maria Madalena de Chaviães. *Boletim Cultural de Melgaço*. Melgaço: Câmara Municipal de Melgaço, 2003, p. 9-30.
- BESSA, Paula Virgínia de Azevedo – *Pintura Mural do Fim da Idade Média e do Início da Idade Moderna no Norte de Portugal*. Braga: Instituto de Ciências Sociais, 2007. Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- BESSA, Paula – D. Diogo de Sousa e a pintura mural na capela-mor da igreja de S. Salvador de Bravães. *Revista Ciências e Técnicas do Património*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1ª Série, Vol. 2, 2003, p. 757-781.
- BESSA, Paula – *Pintura mural na Rota do Românico*. Lousada: Centro de Estudos do Românico e do Território, 2012. ISBN 978-989-97769-3-7
- BORGES, Nelson Correia – *Arquitectura Monástica Portuguesa na Época Moderna*. In *Museu*. Porto, nº 7, 1998.
- BORGES, Nelson Correia – *Arte Monástica em Lervão: Sombras e Realidade. Das origens a 1737*. Coimbra: Tese de Doutoramento em História da Arte, 1992.
- BORGES, Nelson Correia – *João de Ruão, escultor da Renascença Coimbrã / Jean de Rouen, sculpteur de la Renaissance à Coimbre*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.
- BOUÇON, Armando – *Sociabilidades e marginalidades em Espinho. Práticas Sociais, Culturais e Associativas (1889-1915)*. Lisboa: Chiado Editora, 2015. ISBN 978-989-51-4811-0
- BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – Arte Sacra – Reflexão. In *Poligrafia*, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, nº 6, 1997, p. 9-24.
- BRANDÃO, D. Domingos de Pinho; ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da Rocha; LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – *Nicolau Nasoni. Vida e obra de um grande artista. Breve Resumo*. Porto: Edição de autor, 1987.
- BRANDÃO, Francisco Azevedo – *O culto de Nossa Senhora da Ajuda em Espinho*. [S.l.]: [s.n.], 1986.
- BRAZÃO, Eduardo – *Colecção de Concordatas Estabelecidas entre Portugal e a Santa Sé de 1238 a 1940*. Lisboa: Bertrand, [s.d.].
- BRITO, António Pedro da Costa Mesquita de – *Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes do Porto, 1500-1580*. Porto: Arquivo Histórico; Câmara Municipal do Porto, 1997. ISBN 9726050464
- CAETANO, Marcelo – Recepção e execução dos Decretos do Concílio de Trento em Portugal, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1965, p. 7-87.
- CAMPO BELO, Conde de – *Para a História da Igreja de Santa Marinha de Gaia*. In MORENO, Humberto Carlos Baquero (dir.) – *Gaya*. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia. Vol. II (1984), p. 329-347.

- CARDOSO, A. Brito – *Súmula da História da Diocese de Coimbra*. Coimbra: Separata do Boletim da Diocese de Coimbra, 1980.
- CARDOSO, Carlos Alfredo Rezende dos Santos – *Subsídios para uma monografia histórica e descritiva da freguesia de Avanca*. Porto: Edição de autor, 1961.
- CATROGA, Fernando José de Almeida – *A militância laica e a descristianização da morte em Portugal 1865-1911*. Coimbra, 1988. Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CEREJEIRA, D. Manuel Gonçalves – *A Igreja e o Pensamento Contemporâneo*. 5.^a ed. Correcta e aumentada. Coimbra: Coimbra Editora, 1953.
- CHAGAS, M. Pinheiro; COLER, J. Barbosa – *História de Portugal*. 3.^a ed. Vol. 8. [s/e], 1903.
- CHAUNU, Pierre – *Le temps de réformes: histoire religieuse et système de civilisation*. Paris: Fayard, 1975.
- CHOAY, Françoise – *A alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 1999. ISBN 972-44-1037-4
- CHORÃO, João Bigote (dir.) – *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura. Edição Século XXI*. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1998. ISBN 972-22-1850-6
- CHORÃO, João Bigote (dir.) – *Grande Dicionário Enciclopédico Verbo*. 3 vols. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1997. ISBN 972-22-1785-2
- CLEMENTE, Manuel – Motivos tridentinos da nossa religiosidade popular: a pregação de Frei António das Chagas (a partir da sua biografia, escrita pelo Padre Manoel Godinho). *Studium Generale. Estudos Contemporâneos. Religiosidade Popular*, n.º 6, Porto, (1984).
- COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Mosteiro de Arouca. Do século X ao século XIII*. 2.^a ed. Arouca: Câmara Municipal de Arouca e Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988.
- COLE, Emily – *A Gramática da Arquitectura*. Livros e Livros, 2003.
- Collectânea do Património Cultural Imóvel Classificado do Concelho de Oliveira de Azeméis*. Oliveira de Azeméis: Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, 2001.
- CONCEIÇÃO, Manuel Joaquim Santos – História da edificação da igreja de Milheirós de Poiares. In *I Centenário da Igreja Paroquial de Milheirós de Poiares*. Santa Maria da Feira: Liga dos Amigos da Feira, 2007, p. 9-35.
- Concílio Ecuménico. Vaticano II. Constituições-Decretos-Declarações. Sinopse*. Braga/Porto: Secretariado Nacional do Apostolado da Oração. Livraria Apostolado da Imprensa, 1968.
- CORREIA, Amândio de Oliveira – *Nogueira do Cravo: um valor cada vez mais levantado*. Nogueira do Cravo: Comissão Organizadora da I Semana Cultural, 1990.
- CORREIA, Fernando Silva – *História da Rainha D. Leonor e da Fundação do Hospital das Caldas*. Jorge de São Paulo. Vol. I, Lisboa, 1928.
- COSTA, António Domingues de Sousa – *O mosteiro de S. Salvador da Vila de Grijó: Vila Nova de Gaia*. Grijó: Fábrica da Igreja Paroquial. 1993.

- COSTA, Francisco Barbosa da – *Notícia Histórica da Freguesia de S. Salvador de Perosinho*. [s/l]: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; Junta de Freguesia de Perosinho, 2000.
- COSTA, Francisco Barbosa da – *Notícia Histórica da Freguesia de S. Mamede de Serzedo a Propósito do Milenário da sua Igreja*. [s/l]: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; Junta de Freguesia de Serzedo, 2000.
- COSTA, Francisco Barbosa da – *S. Félix da Marinha. Notas Monográficas*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; Junta de Freguesia de S. Félix da Marinha, 2000. ISBN 972-582-036-3
- COSTA, Francisco Barbosa da – *S. João Baptista de Canelas. Notas monográficas*. Porto: Paróquia de Canelas, 1980.
- COSTA, Francisco Barbosa da – *S. João Baptista de Canelas. Uma Comunidade Rural da Terra de Santa Maria. Estudo Demográfico: 1588-1808*. Vila Nova de Gaia: Afons'eiro Edições, 1994.
- COSTA, Francisco Barbosa da – *S. Pedro da Afurada: notas monográficas*: Canelas: Gailivro, 2003.
- COSTA, Francisco Barbosa da – *S. Pedro de Pedroso. Notas Monográficas*. Canelas: Gailivro, 2003. ISBN 989-557-059-7
- COSTA, Francisco Barbosa da – *S. Pedro de Sermonde. Notas monográficas*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho, 2001. ISBN 972-531-751-1
- COSTA, Francisco Barbosa da – *Santa Maria de Gulpilhares. Notas Monográficas*. Gulpilhares: Junta de Freguesia de Gulpilhares, 2004. ISBN 9044-37-6
- COSTA, Francisco Barbosa da – *Santa Maria de Olival. Notas Monográficas*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; Junta de Freguesia de Olival, 2001. ISBN 972-581-047-3
- COSTA, Francisco Barbosa da – *Santa Marinha de Crestuma. Notas Monográficas*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; Junta de Freguesia de Crestuma, 2000. ISBN 972-582-035-5
- COSTA, Francisco Barbosa da – *Santa Marinha de Seixezelo. Notas monográficas*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal, 2000. ISBN 989-20-0015-3
- COSTA, Francisco Barbosa da; COSTA, Paulo Jorge Sousa da – *São Salvador de Vilar de Andorinho. Notas monográficas*. Porto: Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho, 2013. ISBN 978-989-20-3697-7
- COSTA, Francisco Barbosa da; MOREIRA, Maria Fernanda – *S. Cristóvão de Mafamude. Notas monográficas*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; Junta de Freguesia de Mafamude, 2001. ISBN 972-581-050-3
- COSTA, P. Manuel Pereira da – *S. Pedro de Vila-Chã ou Vila Chã de S. Roque (no concelho de Oliveira de Azeméis). Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Tip. Da Coimbra Editora. Vol. XV, nº 59 (1949), p. 161-191.

COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto – A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade. In FONSECA, Luís Adão da (dir.) – *Militarium Ordinum Analecta*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida. Nº 3/4 (1999-2000).

COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto – As Comendas: enquadramentos e aspectos metodológicos. In FONSECA, Luís Adão da (dir.) – *Militarium Ordinum Analecta*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida. Nº 11 (2009).

CUNHA, José António Barrenho; NUNES, Tomaz Pedro Barbosa Silva (coord.) – *Olhar o Património Religioso, Entender a Cultura. Guião de visitas a lugares de culto de Lisboa. Diálogo e encontro inter-religioso*. Prior Velho: Paulinas Editora, 2004. ISBN 972-751-652-1.

CUNHA, José Tavares Afonso e – *Notas Marinhoas. Notícias históricas do concelho da Murtosa e das suas freguesias Marinhoas do concelho de Estarreja*. 2 Vols. Murtosa: Livraria Ramos, 1965-72.

CUNHA, Luiz – *A Arquitectura Religiosa Moderna*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1957.

DELUMEAU, Jean – *A Civilização do Renascimento, vol.I*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. ISBN 972-33-1000-7

DELUMEAU, Jean – *La Reforma*. Barcelona: Editorial Labor, 1977.

DELUMEAU, Jean – *Naissance et affirmation de la Reforme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1973.

DIAS, Eva Sofia Trindade – A obra de Frei José de Santo António Ferreira Vilaça na igreja do antigo Mosteiro do Couto de Cucujães. *A Encomenda. O Artista. A obra*. Porto: CEPESE, 2010, p.175-194.

DIAS, Eva Sofia Trindade – *Memórias do antigo Mosteiro do Couto de Cucujães na Época Moderna: Artistas e Obras (Século XVII a XIX)*. Porto: Faculdade de Letras, 2010. Dissertação de Mestrado em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *As religiões da nossa vizinhança: história, crença e espiritualidade*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Departamento de História; Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2006. ISBN 972-8932-16-2

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – Os Beneditinos, Tibães e o Barroco. Entre o esplendor da arte e a emoção religiosa. In *Barroco. Actas do II Congresso Internacional. Porto – Vila Real – Aveiro – Arouca*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, p. 291-306. ISBN 972-9350-79-5

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – *Religião e Simbólica. O sonho da escada de Jacob*. Águeda: Granito, 2001. ISBN 972-8594-15-1

DIAS, José Sebastião da Silva – *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*. 2 Tomos. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960.

Diccionario Enciclopédico Universal. 7 vols. Leon: Editorial Everest, 1986. ISBN: 84-241-9980-4

Dicionário da Língua Portuguesa. O Português Essencial – Selecções do Reader's Digest. [s/l]: Porto Editora, 1999.

Dicionário Enciclopédico Alfa. 2 vols. Lisboa: Publicações Alfa, 1992.

Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Volume II.

DUARTE, Júlio – *Os oleiros de Coimbra: uma indústria artesanal, que durante séculos existiu neste lugar da freguesia de Santa Marinha, do concelho de Vila Nova de Gaia*. Porto: Sindicato dos Cerâmicos do Porto. 1991.

DURAND, Robert – *Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XI^e-XIII^e Siècles)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1971.

ELTON, G. R. – *The Reformation Era (1520-1559)*. In *The New Cambridge Modern History*, vol. II. Cambridge: University Press, 1957.

Enciclopédia Fundamental Verbo. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1982.

Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. 23 vols. Lisboa: Verbo, 1963-1995.

Enciclopédia Visual e Temática Larousse. Portugal: Selecções do Reader's Digest, 1993.

Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana. 120 vols. (incluindo suplementos) Madrid: Editorial Espasa Calpe, 1991. ISBN 84-239-4500-6

ESTIMA, Alberto Jorge dos Santos Nogueira – *Arquitectura Religiosa em Portugal na Época Contemporânea: 1936 – 1996*. Porto, 2006. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

FALCÃO, Manuel Franco – *Enciclopedia Católica Popular. Espiritualidade. Sagrada Escritura. Teologia. Pastoral. Liturgia. Direito. Moral*. 2^a ed. Prior Velho: Paulinas, 2006. ISBN-13 978-972-751-658-2

FAUSTINO, Artur – *Silvalde – Paróquia Milenária*. [s/l]: Junta de Freguesia de Silvalde, 2000.

FERNANDES, A. Teixeira – *A religião na sociedade secularizada*. Porto: Civilização, 1972.

FERNANDES, Aires Gomes – *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em Finais da Idade Média: dos alvares de trezentos à Congregação de Santa Cruz*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2011. Tese de doutoramento em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

FERNANDES, M. António – *A Comenda de Oliveira de Azeméis – Património e Comendadores. Ul-Vária. Arquivo de Estudos Regionais*. Oliveira de Azeméis: Museu Regional de Oliveira de Azeméis. Tomo III (1-2). (1996), p.163-187 – ISSN 0872-9785

FERNANDES, M. António – *São João da Madeira. Cidade do Trabalho*. Braga: Câmara Municipal de São João da Madeira, 1996.

FERNANDES, M. António – *São Pedro de Ossela. No Centenário da sua Nova Igreja – Memorandum*. Ossela: Fábrica da Igreja de São Pedro de Ossela, 2009. ISBN 978-972-99520-2-9

FERNANDES, Maria Eugénia Matos – *Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do séc. XVIII (1730-80)*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1992.

- FERNANDES, Maurício António; BASTOS, Manuel Pires – *Macinhata da Seixa. Documentada mostragem da terra e evolução de seu povo*. Oliveira de Azeméis: Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, 1985.
- FERREIRA, António Augusto – *Achega para uma pequena monografia da freguesia de Sermonde*. [s/l]: [s/e], 1966.
- FERREIRA, Cónego J. Augusto – *Memórias Archeologico Historicas da Cidade do Porto (Fastos Episcopales e Políticos)*. Sec. VI – Sec. XX. Tomo II. Braga: Livraria Cruz, 1924.
- FERREIRA, Vaz – *Castelo da Feira. Onde nasceu Portugal*. Lisboa: Álvaro Pinto “Ocidente”, 1955.
- FERREIRA, Vaz – *Condes da Feira. Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Coimbra Editora. Vol. XIX, nº 74 (1953).
- FERREIRA, Vaz – *Convento da Feira, pelo Padre Jorge de São Paulo. Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Oficinas Gráficas de Coimbra. Vol. XVI, nº 63 (1950), p. 189-212.
- FERREIRA, Vaz – *Convento da Feira. Lista dos Reitores – Capela-mor. Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Oficinas Gráficas de Coimbra. Vol. XV, nº 58 (1949), p. 129-138.
- FERREIRA, Vaz – *Feira: A Vila, o Concelho e o Castelo da feira onde nasceu Portugal. A Vila e as suas entradas*. Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 1989.
- FERREIRA, Vaz – *Padre Jorge de São Paulo. O Convento da Feira*. In «Arquivo do Distrito de Aveiro», Coimbra, Vol. XVII, 1951.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim J. B. – *Nótula sobre a Igreja de Santa Maria de Gulpilhares*. In MORENO, Humberto Carlos Baquero (dir.) – *Gaya*. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia. Vol. I (1983), p. 73-76.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *Elementos para a história do Convento da Madre de Deus de Monchique*. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 1 (2002), p. 129-147.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime Barros – *Actividade Arquitectónica no Porto*. *Revista da faculdade de Letras*. II Série. Vol. II, 1985.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime Barros – *Algumas obras seiscentistas no Convento de Corpus Christi*. Separata da Revista «Gaia». Vol. II, 1984.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime Barros – *Aspectos Artísticos da igreja dos Congregados em meados do Séc. XVIII*. Separata da «revista de História». Vol. IV – Centro de História da universidade do Porto. Porto, 1982.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime Barros – *Elementos para a história das sociedades entre mestre pedreiros (Séculos XVII e XVIII)*. In *Revista da Faculdade de Letras. História*. II Série. Vol. IX. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1992.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime Barros – *Pascoal Fernandes, mestre pedreiro de arquitectura. Alguns elementos para o estudo da sua actividade*, In «IX Centenário da dedicação da Sé de Braga»,

Actas do Congresso Internacional, Vol. II/2 – A Catedral de Braga na História e na Arte (séculos XII-XIX), Braga, 1990.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *A Escola de Talha Portuense e a sua influência no Norte de Portugal*. Inapa, 2001.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – A evolução da talha dourada no interior das igrejas portuenses. In *Mvsev*. IV série, nº 4. Porto: Circulo Dr. José de Figueiredo, 1995, p. 33-43.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – A talha dourada: uma área patrimonial em crise. In *Poligrafia*. Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, nº 7/8, 1999, p. 7-11

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *Iconografia e simbólica cristãs. Pedagogia da mensagem*. Separata da revista *Theologica*, II Série, vol. XXX, fasc. 1, 1995.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – O Tempo de Deus e o Tempo dos Homens. A Talha da Sé do Porto e o seu Destino. *I Congresso sobre a Diocese do Porto. Tempos e Lugares de Memória. Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*. Porto/Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão; Universidade Católica; Centro Regional do Porto; Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Departamento de Ciências e Técnicas do Património. Vol.I (2002), p. 107-123.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (coord.) – *Dicionário de Artistas e Artífices do Norte de Portugal*. Porto: CEPSE, 2008.

FEUILLET, Michel – *Vocabulário do Cristianismo*. Lisboa: Edições 70, 2002.

FIGUEIREDO, Álvaro Augusto da Cunha – *Nogueira do Cravo. As suas Instituições, Colectividades e Vivências*. Oliveira de Azeméis: Oficinas Gráficas de A Voz de Azeméis, 2002.

FONTES, João Luís Inglês – Frei João Álvares e a tentativa de reforma no Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa no século XV. *Lusitania Sacra*. Lisboa: Centro de estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. 2ª série, Tomo X (1998), p. 217-302.

FORSSMAN, Erik – *Dórico, Jónico e Coríntio na Arquitectura dos séculos XVI-XVIII*. Editorial Presença, Lisboa, 1990.

FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. 2ª ed. Vol. 1. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921.

FREIRE, João Paulo – *Estarreja: alguns apontamentos para o estudo geral deste concelho*. [S.l.]: [s.n.], 1946.

FREIRE, Maria Esmeralda –Pardilhó. *Património Artístico do Concelho Estarreja*. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja, 1982.

FREITAS, Acácio Ribeiro de – *Monografia de Louredo. Terras de Santa Maria. Breves apontamentos para a sua história*. Vol. 1. Feira: Edição de autor, 2008. (Escrito em 1967)

FREITAS, Acácio Ribeiro de – *Monografia de Louredo. Terras de Santa Maria. Breves apontamentos para a sua história*. Vol.2 – A Alma do Povo. Feira: Edição de autor, 2012.

FURTADO, José Afonso – *Estarreja*. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja, 1998.

- GASPAR - João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua História*. Aveiro: Edição da Cúria Diocesana de Aveiro, 1964.
- GASPAR, João Gonçalves – *A Igreja e a Arte de Roma, pela Europa, até Aveiro*. Aveiro: Edição do Núcleo de Estudos Aveirenses, 1984.
- GIL, Fernando (coord.) – *Enciclopédia Einaudi*. 43 vols. Porto: Imprensa nacional – Casa da Moeda, 1988.
- GIL, Júlio – *As Mais Belas Igrejas de Portugal*. 3ª ed. Vol. I. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1999.
- GODIM, Inocêncio Osório Lopes – *Avintes e suas antiguidades*. 2ª ed. Porto: Junta de Freguesia de Avintes, 1990.
- GOFF, Jacques Le – *O Nascimento do Purgatório*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. ISBN 972-33-0884-3.
- GOMES, António Jesus – *No Centenário da Igreja Paroquial de Ossela – Oliveira de Azeméis*. [s.l]: Edição de autor, 2009.
- GOMES, Joaquim Costa – *Monografia de Vilar de Andorinho*. [Vilar de Andorinho]: Junta de Freguesia, 1993.
- GOMES, Joaquim Costa – *O Couto de Avintes e a sua Interligação aos Ameidas*. Avintes: Confraria da Broa, 1998.
- GOMES, Marques – *A Vista Alegre. Memória Histórica*. Aveiro: Estante, 1993
- GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Nordeste*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1991.
- GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1981.
- GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Sul*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1959.
- GONÇALVES, A. Nogueira – *Vila da Feira. Castelo. Convento. Misericórdia*. Coimbra: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 1978.
- GONÇALVES, Flávio – *Breve ensaio sobre a iconografia da pintura religiosa em Portugal*. Lisboa, 1973.
- GONÇALVES, Flávio – *Iconografia Trinitária. A «Trindade Trifronte» em Portugal*. Porto: Tipografia Modesta, 1962.
- GUEDES, José Aves Reis – *Demografia e sociedade valadarense nos finais do séc. XIX: contributo para o seu conhecimento*. Valadares: [s.n.], 1997.
- Gran Enciclopedia Espasa*. 31 vols. Espanha: Espasa Galpe, 2002. ISBN 84-239-9953-X
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. 40 vols. Lisboa/São Paulo: Editorial Enciclopédia, Lda, 1936-1960.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Actualização*. 10 vols. Lisboa/São Paulo: Editorial Enciclopédia, Lda, 1981-1988.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Atualização. 6 vols. Lisboa: Edições Zairol, 1998-1999.

GUIMARÃES, Serafim – A visita de D. Manuel II às Terras de Santa Maria. *Villa da Feira. Terra de Santa Maria*. Ano III, nº 7, junho 2004, p. 43-52. ISSN 1645-4480

HERCULANO, Alexandre – *História de Portugal. Desde o começo da monarchia até o fim reinado de Affonso III*. 8ª ed. Tomo V. Paris – Lisboa: Livrarias Aillaud & Bertrand, [1875].

HUMPHREY, Caroline; VITEBSKY, Piers – *Arquitectura Sagrada. Modelos do Cosmo. Forma Simbólica e Ornamento. Tradições do Leste e do Oeste*. Singapore: Evergreen para Taschen, 1997.

JACQUES, Roland – *De Castro Marim à Faífo: Naissance et développement du padroado portugais d'Orient des Origines à 1659*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

JORGE, Vítor Oliveira (coord.) – *Conservar para quê?* Porto/Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Departamento de Ciências e Técnicas do Património; Centro de estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2005. ISBN 972-9350-87-6

LADEIRA, Francisco Dias – *A Vila de Águeda. Sede de Comarca, Município e Freguesia*. I vol. Águeda: Edição de autor, 1982.

LAMY, Alberto Sousa – *Dicionário da História de Ovar*. 4 Vols. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 2009. ISBN 978-972-8174-37-8

LAMY, Alberto Sousa – *Monografia de Ovar. Freguesias de São Cristóvão e de São João de Ovar*. 922-1865. 4Vols. Ovar: Câmara Municipal de Ovar – Divisão da Cultura, Biblioteca e Património Histórico, 2001. ISBN 972-8174-21-7

LARANJEIRA, Eduardo Lamy – *O Furadouro. O Povoado, O Homem e O Mar*. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 1984.

LARANJO, F. J. Cordeiro – *Cidade de Lamego. Igreja do Convento de Santa Cruz de Lamego*. Viseu: Câmara Municipal de Lamego, 1992.

LEITE, José Resende da Silva – Subsídios monográficos da freguesia de S. Martinho de Gandra. Concelho de Oliveira de Azeméis. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Oficinas Gráficas de Coimbra. Vol. XXIV, nº 95 (1959), p. 161-191.

LÍRIO, Pe. Manuel – *Monumentos e Instituições Religiosas*. Subsídios para a História de Ovar. Porto: [s/e], 1926

LÍRIO, Pe. Manuel – *Subsídios para a história de Ovar. Os Passos*. Ovar: Imprensa Pátria, 1922.

Livro sem interesse rigorosamente nenhum – existe: *S. Miguel de Arcozelo. Notas monográficas*.

LOPES, P. António – *Diocese fundadas nos territórios e padroado português a partir de lisboa com seus respectivos bispos (e substitutos no governo das Dioceses)*. Cucujães: Conferência Episcopal Portuguesa - Secretariado Nacional das Comemorações dos 5 séculos, 1994.

- LOURENÇO, Maria Paula Marçal – *A Casa e o Estado do Infantado: 1654-1706. Formas e práticas administrativas de um património senhorial*. Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995. ISBN 972-9493-19-7
- MACHADO, Cirilo Wolkmar – *Tratado de Arquitectura & Pintura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. ISBN 972-310968-9.
- MACHADO, José Pedro (Coord.) – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Tomo II. [s/l] : Euro Formação-Valorização Pessoal e Profissional, Lda, 1985.
- MAIA, Sara Vidal – *Igreja Matriz do Bunheiro*. Aveiro: Fábrica da Igreja de São Mateus do Bunheiro, 2008.
- MANUEL, Alexandre – *Portugal Moderno. Instituições*. Lisboa: Pomo, 1991.
- MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide – *Macieira de Cambra*. Vale de Cambra: Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, 1998.
- MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide – *Monografia de Vale de Cambra*. Vale de Cambra: Câmara Municipal de Vale de Cambra, 1993.
- MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide – *Retábulos das Igrejas Paroquiais de Vale de Cambra*. Vale de Cambra: Paróquias de Vale de Cambra; Jornal A Voz de Cambra, 2011.
- MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide (coord.) – *Património Religioso de Codal. Subsídios para um inventário*. Oliveira de Azeméis: Coraze, 2008.
- MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide (coord.) – *Património Religioso de Vila Cova de Perrinho – Subsídios para um inventário*. Oliveira de Azeméis: Edição de autor, 2007.
- MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide (coord.) – *Património Religioso de Macieira de Cambra – Subsídios para um inventário*. Oliveira de Azeméis: Edição de autor, 2007.
- MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide (coord.) – *Património Religioso de Rôge – Subsídios para um inventário*. Oliveira de Azeméis: Edição de autor, 2007.
- MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide (coord.) – *Património Religioso de Vila Chã – Subsídios para um inventário*. Oliveira de Azeméis: Edição de autor, 2008.
- MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide (coord.) – *Sacrários das igrejas paroquiais de Vale de Cambra: do Maneirismo ao Rococó*. Vale de Cambra: [s.n.], 2008.
- MARRANA, Cónego José António – *História do Culto de Nossa Senhora dos Remédios em Lamego*. 3ª ed. Lamego: Real Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, 2004.
- MARTINS, Fausto Sanches – *Azulejaria Portuense. História e Iconografia*. Lisboa: Edições Inapa, 2001. ISBN 972-8387-93-8
- MARTINS, Fausto Sanches – *O Colégio de S. Lourenço: 1560-1774*. Porto: Faculdade de Letras, 1986. Trabalho síntese no âmbito das Provas da Carreira Docente de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica.
- MARTINS, Fausto Sanches – O conceito de “Nihil Inhonestum” nos tratados artísticos pós-tridentinos. *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: FLUP, 2004. p.713 – 726.

- MARTINS, Mário Resende – *Monografia da vila de S. João da Madeira*. [S.l.]: [s.n.], 1944.
- MATOS, Manuel Cadafaz – *Italica Monymenta Sinica. Dos primeiros contactos da Europa com a Ásia Extrema. Para o estudo da missionação italiana em terras do Padroado português do Oriente na China. Aristóteles e as edições na China*. Coleção de Obras Completas de Manuel Cadafaz de Matos, Estudos de História da Expansão (nos séculos XVI e XVII), Série III, Vol. III. Lisboa: Centro de Estudos de História do Livro e da Edição; Edições Távola Redonda, [2010]. ISBN 978-972-9366-38-3.
- MATTOSO, António G. – *A Paróquia sua Evolução Histórica e Influência Civilizadora*. Lisboa: Separata da Revista Lúmen, 1964.
- MATTOSO, José – A nobreza medieval portuguesa e as correntes monásticas dos séculos XI a XII. *Revista de História Económica e Social*. Lisboa: [s/e]. nº 10, julho-dezembro (1982).
- MATTOSO, José – *A Terra de Santa Maria na Idade Média. Limites Geográficos e Identidade Peculiar*. Santa Maria da Feira: Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, 1993.
- MATTOSO, José – *Le monachisme ibérique et Cluny. Les monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200*. Louvain: Publications Universitaires de Louvain, 1968.
- MATTOSO, José – *O Monaquismo Ibérico e Cluny*. Vol.12. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002.
- MATTOSO, José (ed. crítica) – *Portugaliae Monumenta Historica. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Nova Série. Vol. II. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980.
- MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia – *A Terra de Santa Maria no século XIII. Problemas e Documentos*. Santa Maria da Feira: Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, 1993.
- MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia – *O Castelo e a Feira. A terra de Santa Maria nos séculos XI e XIII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.
- MEIRELES, Fr. Antonio da Assunção – *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa & Index dos Documentos do Arquivo*. Lisboa: Academia Portuguesa de História. Lisboa, 1942.
- MEIRELLES, Maria Antónia; VALE, Maria Clara do Vale – *S. Salvador de Valadares – tradição e modernidade*. Valadares: Junta de Freguesia de Valadares, 1997.
- Monografia de Arcozelo*. Vila Nova de Gaia: Junta de Freguesia de Arcozelo, 2011.
- Monografia de Canidelo*. Porto: Porto de Sempre; Junta de Freguesia de Canidelo, 2011.
- MONTEIRO, Antero – S. Sebastião. A História, a Lenda e o Mito. *Villa da Feira. Terra de Santa Maria*. Ano III, nº 8 (2005), p. 7-18. ISSN 1645-4480
- MONTEIRO, Isilda Braga da Costa – *A Administração Jesuíta do Mosteiro de Pedroso de 1560 aos finais do Século XVII*. Porto: Universidade Portucalense, 1993. ISBN 972-9354-12-X
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1850)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1998.
- MOREIRA, P. Domingos Azevedo – *Documentos Históricos sobre Pigeiros – Feira*. Águeda: Separata da Revista Aveiro e o seu Distrito, 1983.

- MOREIRA, P. Domingos Azevedo – *Freguesias da Diocese do Porto – Elementos Onomásticos Alt-Medievais: o concelho de Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1987.
- MOREIRA, P. Domingos Azevedo – Nótulas Históricas Sobre Pigeiros (Feira). *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Tip. Da Coimbra Editora. Vol. XXXVIII, nº 150 (1972), p. 111-122.
- MOREIRA, P. Domingos Azevedo – *Santa Maria de Pigeiros da Terra da Feira*. Porto: Edição de autor, 1968.
- MORENO, Humberto Baquero (dir.) – *O Mosteiro de S. Bento da Vitória. 400 anos*. Porto: Ordem Beneditina; Governo Civil do Porto; Mosteiro de Singeverga; Orquestra Clássica do Porto; Câmara Municipal do Porto; Instituto Português da Juventude; IPPAR, 1997. ISBN 972-95798-5-7
- MOTA, António Augusto – *Igreja Matriz de Nogueira do Cravo. 270 anos (1739-2009)*. [s.l.]: Edição de autor, 2009.
- MOTA, Fernando Manuel Campos de Sá – *Convento Corpus Christi de Gaia. Novos Usos do património*. Porto: Faculdade de Letras, 2016. Dissertação de Mestrado em História e Património apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016.
- MOURA, Maria Isabel – *Contributos para o estudo da demografia histórica de Vila Nova de Gaia nas freguesias de Arcozelo e Vilar do Paraíso entre 1798 a 1823*. [S.l.]: [s.n.], 1988.
- NOGUEIRA, Paulo Roberto Tavares – *Convento do Espírito Santo da Feira*. Fundação e Desenvolvimento entre os Séculos XVI-XVIII. 2 vols. Porto: Faculdade de Letras, 2007. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Nova Enciclopédia Barsa*. 14 vols. São Paulo: Encyclopedia Britanica do Brasil Publicações, 1997. ISBN 85-7026-396-1
- ODAHL, Charles Matson – *Constantine and the Christian Empire*. 2º ed. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2010. (ISBN 0-203-85028-9)
- OLIVEIRA, António de – *O Levantamento Popular de Arcozelo em 1635*. Separata da Revista Port. História, nº 17, 1978.
- OLIVEIRA, Eduardo Vaz de – *A Terra de Santa Maria. O Território; os Homens; a História; e Hoje? Villa da Feira. Terra de Santa Maria*. Ano I, nº 1, junho 2002, p. 27-34. ISSN 1645-4480
- OLIVEIRA, Fernando Correia de (Trad.) – *ABCedário do Cristianismo*. Paris: Público; Edição portuguesa da Reborn, 2000.
- OLIVEIRA, Luís Filipe – *Fajões. Passado e Presente*. Fajões: Junta de Freguesia de Fajões, 2009.
- OLIVEIRA, Miguel de – *O Mosteiro de Cucujães e o seu fundador*. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Oficinas Gráficas de Coimbra. Vol. VIII, nº29 (1942), p. 12-15.
- OLIVEIRA, Mons. Miguel de – *Igrejas na Terra de Santa Maria no ano de 1320*. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: [s/e]. Vol. VI, nº 24 (1940), p. 288.
- OLIVEIRA, P, Miguel de – *História Eclesiástica de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1994. (edição revista e atualizada)

- OLIVEIRA, P. Miguel – *As Paróquias Rurais. Sua origem e formação*. Lisboa: União Gráfica, 1950.
- OLIVEIRA, P. Miguel de – *Ovar na Idade Média*. Lisboa: Edição da Câmara Municipal de Ovar, 1967
- OLIVEIRA, P. Miguel de – *Válega. Memória histórica e descritiva*. [s/d]: Edição da Câmara Municipal de Ovar, 1981.
- OLIVEIRA, Roberto Vaz de – *Freguesia de S. Nicolau da Vila da Feira. Capelas. Oratórios. Alminhas. Cruzeiros. Vias Sacras. Passos. Outros Padrões*. Águeda: Edição de autor, 1974.
- OLIVEIRA, Samuel – A igreja de Fajões: do ano de 1068 ao século XX. *Villa da Feira. Terra de Santa Maria*. Feira: Liga dos Amigos de Santa Maria da Feira. Ano VIII, nº 22 (2009), p. 87-92. ISSN 1645-4480
- OLIVEIRA, Samuel de Bastos – *As Igrejas e Capelas das Freguesias de Oliveira de Azeméis esbulhadas dos seus bens pelo Governo da República, em 1911. Os párocos que solidários com o Bispo do Porto destituído, recusaram a pensão do Estado*. Oliveira de Azeméis: Escola Tipográfica das Missões – Cucujães, 2012. ISBN 978-972-98342-7-1
- OLIVEIRA, Samuel de Bastos – *Memórias Setecentistas do Concelho de Oliveira de Azeméis*. Oliveira de Azeméis: Edição de autor[?], 2001. ISBN 972-98342-2-9
- OLIVEIRA, Samuel de Bastos – *Oliveira de Azeméis e freguesias entre os Rios Antuã e Ul na visitaçāo de 1769. Com demografia das freguesias do séc. XVI ao séc. XX*. Oliveira de Azeméis: Proleite, 1992.
- OSSWALD, Helena – Contributo para o estudo das relações entre o trono e o altar. A diocese do Porto e o esforço fiscal na Restauração. *Estudos de homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 815-827.
- PAIVA, José Pedro – *Cultura, Ciência, Culto: testemunhos documentais do Colégio de Jesus de Coimbra*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 2004.
- PALOMO, Frederico – *A Contra-Reforma em Portugal (1540-1700)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.
- PARDINHAS, Albertino Alves – *Monografia de Cortegaça*. 3ª ed. [s/l]: Edição de autor, 1997
- PARENTE, Eduardo Jorge Martins - *O benefício paroquial no Antigo Regime*. Porto, 2002. Dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- PEREIRA, Álvaro – *Espinho: monografia*. [S.l.]: A. Pereira, 1970.
- PEREIRA, Isaías da Rosa – Para a História do Mosteiro de S. Pedro de Canedo. *Arquivos do Centro Cultural Português*. Vol. V. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p. 507-520.
- PEREIRA, Paulo (coord.) – *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- PEREIRA, Vergílio (com notas monográficas de Manuel Rodrigues Simões Júnior) – *Cancioneiro de Arouca*. 2ª ed. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, 1990.
- Paróquia de Santo André de Lever e a sua nova Igreja Paroquial 1969/1994 (Comemorações das Bodas de Prata do lançamento da 1ª pedra)*. [Lever]: [Paróquia de Santo André de Lever], 1994.
- PIMENTEL, Alberto – *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*. Lisboa: Livraria Editora Guimarães Libânio, 1899.

- PINA, Manuel Correa de Bastos – *A execução das leis de fazenda na extinção dos conventos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1896.
- PINHO, Isabel Maria Ribeiro Tavares de – *O Mosteiro de São Bento da Avé Maria do Porto, 1518/1899. Uma arquitectura no século XVIII*. Vol. I. Porto: Faculdade de Letras, 2000. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- PINHO, João Frederico Teixeira de – *Memórias e Datas para a História de Ovar*. [s/l]: Edição da Câmara Municipal, 1959
- PINHO, José Alves de – Casa da Feira. *Villa da Feira. Terra de Santa Maria*. Ano II, nº 6 (2004), p. 33-45. ISSN 1645-4480
- PINHO, P. Alves de – Construção da Actual Igreja de Escapães. Processo e Intervenientes. Introdução. Localização e generalidades. *Villa da Feira: Terra de Santa Maria*. Ano V, nº 15 (2007), p. 51-100. ISSN 1645-4480
- PINHO, P. José Alves de – Estatutos da Confraria do SS.mo Sacramento de Sanfins – 1735. *Villa da Feira. Terra de Santa Maria*. Liga dos Amigos da Feira. Ano IV, nº 11 (2005), p. 71-85.
- PINHO, P. José Alves de – *Outrora...Fornos*. Santa Maria da Feira: Liga dos Amigos da Feira, 2005.
- PINTO, A. Ferreira – *Actividade Pastoral (Diocese do Porto)*. Porto: Oficinas Gráficas da Sociedade de Papelaria, Lda, 1951.
- PINTO, António Ferreira – *Defendei Vossas Terras... monografia de Guisande*. Reedição atualizada. Cucujães: Escola Tipográfica das Missões, 1999.
- PINTO, Paulo Mendes – *Santos e Beatos de Portugal. Rostos de Santidade*. [s.l]: Correios de Portugal, 2014. ISBN 978-972-8968-62-5
- PINTO, Pe. Augusto d'Oliveira – *Resêsha Histórica. Freguesias de Souto, S. Vicente de Pereira e S. Martinho da Gandra*. [s/l]: Edição de autor, 1935.
- PIZARRO, José Augusto P. de Sotto Mayor – *Os Patronos do Mosteiro de Grijó (Evolução e Estrutura da Família Nobre – Séculos XI a XIV)*. Porto: Faculdade de Letras, 1987. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- POCINHO, Margarida – *Metodologia de Investigação e Comunicação do Conhecimento Científico*. Lisboa: Lidel – edições técnicas, 2012. ISBN 978-972-757-916-7
- Polis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado. Antropologia, Direito, Economia, Ciência Política*. 5 vols. Lisboa/ São Paulo: Verbo, 1983-1987.
- POLÓNIA, Amélia – Espaços de intervenção religiosa do Cardeal Infante D. Henrique: actuação pastoral, reforma monástica e inquisição. In *Em torno dos espaços religiosos monásticos e eclesiais*. *Actas do colóquio de homenagem a Frei Geraldo Coelho Dias*. Porto: Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, 2005, p. 17-37.
- PRAÇA, J. J. Lopes – *Ensaio sobre o Padroado Portuguez. Dissertação Inaugural para o acto de Conclusões Magnas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1869.

- QUEIROGA, Francisco M. V. Reimão – *Inventário patrimonial de Vale de Cambra*. Vale de Cambra: Câmara Municipal, 2001.
- QUEIROZ, Francisco – Desafios da articulação entre arquitectura contemporânea e preexistências. O caso da renovação da Igreja da Madalena (Gaia). *Invenire - Revista de Bens Culturais da Igreja*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, n.º 4 (julho - dezembro 2011).
- QUEIROZ, José Francisco Ferreira (coord.) – *Santa Maria Madalena de Fermucia (Madalena – Vila Nova de Gaia)*. *História, Sociedade e Território*. [s.l]: Junta de Freguesia da Madalena, 2005.
- QUINTA, João – *Espinho*. Espinho: edição de autor, 1999.
- QUINTÃO, José Cesar Vasconcelos – *Fachadas de igrejas portuguesas de referente clássico – Uma sistematização classificativa*. Porto, 2000. Tese de doutoramento apresentada em Arquitetura na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- RÉAU, Louis – *Iconografia del arte cristiano*. 5 Vols. Barcelona: Ediciones del serbal, 2000. ISBN 84-7628-189-7
- REGO, António da Silva – *História das missões do Padroado português do Oriente*. Índia 1500-1542; Braga, 1993.
- REGO, António da Silva – *O Padroado português no Oriente e a sua historiografia*. 1838-1950; Lisboa, 1978.
- REIS, António Matos – O Património Artístico do Mosteiro de Refoios do Lima. In *Subsídios para a história do Convento de Refoios*. Ponte de Lima: Instituto Politécnico de Viana do Castelo, 1988, p. 37-41.
- REIS, Maria Cecília Rodrigues – *Lourosa. Sua História e Gentes. Monografia*. Porto: Edição de autor, 1989.
- REIS, Roberto Carlos – Ao redor do Convento dos Loios. *Villa da Feira. Terra de Santa Maria*. Ano III, nº 9 (2005), p. 141-152. ISSN 1645-4480
- REIS, Roberto Carlos – *Memórias paroquiais de Santa Maria da Feira: 1758*. Feira: LAF-Liga dos Amigos da Feira, 2006.
- RIBEIRO, Barbosa – *Crestuma. O Douro a seus pés*. [s.l]: Edição de autor, 1997.
- RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*. Tomo III, 2ª parte. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1813.
- RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*. Tomo IV, 2ª parte. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1819.
- RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo – *Nova história da militar Ordem de Malta, e dos senhores Grão-Priores della, em Portugal: fundada sobre os documentos, que só podem supprir, confirmar, ou emendar o pouco, incerto, ou falso, que della se acha impresso; servindo incidentemente a outros muitos assumptos, com geral utilidade*. Vol. I. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800.

- RIBEIRO, Manuel Joaquim Barbosa; CRUZ, Nanci de Sousa Marques da; MATOS, Maria Filomena Lopes Garcia de; MELO, Carlos Alberto de Sousa – *Esboço Monográfico de Santa Marinha de Crestuma*. Gaia: Junta de Freguesia de Crestuma, 1984.
- RIBEIRO, Tavares – *Ossela. Estudos monográficos*. Oliveira de Azeméis: Caima Press-Edições, 2003. ISBN 972-8410-16-6
- RIOS, J. de Sousa – *Paróquia de Mozelos Condenada à Morte pelos Bispos do Porto (1972-1992)*. Espinho: Edição de autor, 1994.
- ROCHA, Joaquim Correia da – *Recordar: 900 anos de Paços de Brandão*. Paços de Brandão: Junta de Freguesia, 1995.
- ROCHA, José António – *A Igreja Paroquial de Santa Cristina de Mansores. Memória por ocasião do restauro (2009-2010)*. Porto: Grupo Dinamizador das Obras de Restauro 2009-2010, 2012. ISBN 978-989-20-2823-1
- ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Altars e imaginária num convento de monjas beneditinas*. Separata da revista Poligrafia, nº3, 1994, p. 99-113.
- ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Altars e invocações na Sé de Braga: a formação de um espaço contra-reformista*. Separata da revista Museu, IV série, nº 2, 1994, p. 37-53.
- ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Arquitectura Civil e Religiosa de Braga nos Séculos XVII e XVIII. Os Homens e as Obras*. Braga: Coleção Centro de estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1994.
- ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Conceito de Património num autor do século XVIII*. In *Poligrafia*. Porto: Centro de Estudos de D. Domingos de Pinho Brandão, 1992, p. 143-150.
- ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Dirigismo na produção da imaginária religiosa nos séculos XVI-XVIII: as Constituições Sinodais*. In Separata da Revista Museu, IV Série, nº 5, 1996.
- ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Manuel Fernandes da Silva. Mestre e Arquitecto de Braga (1693 – 1751)*. Porto: Coleção Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1996.
- ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Património – A autenticidade da qualidade*. In *Espaço e Memória. Revista de Património*. Porto: Departamento de Ciências Históricas e da Educação da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1996, p. 13-21. ISSN 0874-2081
- ROCHA, Manuel Moreira da – *A Memória de um Mosteiro. Santa Maria de Arouca (Séculos XVII-XX). Das Construções e das Reconstruções*. Porto: Edições Afrontamento, 2011.
- ROCHA, Manuel Olívio da – *Santo António do Monte. Bodas de Ouro*. Murtosa: Paróquia de Santo António do Monte, 1982.
- RODRIGUES, Albertino Amaro de Sousa – *S^{to} Estevão de Guetim – A Freguesia (Subsídios para uma monografia)*. Vol. II. Anta: Edição de autor, 1995.
- RODRIGUES, Albertino Amaro de Sousa – *S^{to} Estevão de Guetim – A Paróquia (Subsídios para uma monografia)*. Vol. I. Anta: Edição de autor, 1987.

- RODRIGUES, David Simões – Em 1502 | Sentença de D. Manuel I contra o Conde da Feira. Versão actualizada. *Villa da Feira. Terra de Santa Maria*. Ano IV, nº 11 (2005), p. 55-58. ISSN 1645-4480
- RODRIGUES, David Simões – *Rio Meão – A Terra e o Povo na História*. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal da Feira e Junta de Freguesia de Rio Meão, 2001.
- RODRIGUES, Luís Alexandre – *Bragança no século XVIII. Urbanismo. Arquitectura*. Bragança, 1997. Dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- RODRIGUES, Luís Alexandre – *De Miranda a Bragança: Arquitectura Religiosa de Função Paroquial na Época Moderna*. Porto: Faculdade de Letras 2001. Tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- RODRIGUES, Luísa Fernanda Ferreira – *O Mosteiro de Corpus Christi de Vila Nova de Gaia. Arquitectura, Pintura e Escultura num espaço dominicano feminino (1675-1873)*. Vol. I. Porto: Faculdade de Letras, 1998. Dissertação de mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ROQUE, Maria Isabel Rocha – *Altar Cristão. Evolução até à Reforma Católica*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2004.
- ROSAS, Lúcia Cardoso (coord.) – *Monografia da Rota do Românico no Vale do Sousa*. Lousada: Valsousa, 2008 p. 170-171. (ISBN 978-989-95691-0-2)
- ROSAS, Lúcia Maria Cardoso e BOTELHO, Maria Leonor (coord. científica) – *Arte Românica em Portugal*. Aguilar de Campo: Fundación Santa Maria la Real – Centro de Estudios del Románico e Fundación Ramón Areces, 2012. ISBN: 978-84-15072-59-1.
- RUÃO, Carlos – *Arquitectura Maneirista no noroeste de Portugal. Italianismo e Flamenguismo*. Coimbra: Instituto de História da Arte da Universidade de Coimbra; EN – Electricidade do Norte, 1996.
- SÁ, Carlos; BARBOSA, Manuel – *História*. [s/l]: Junta de Freguesia de Maceda, 2000.
- SÁ, P. Manuel F. de – *Monografia de Paramos*. Figueira da Foz: Tipografia Popular, 1937.
- SÁ, P. Manuel F. de – *Santa Maria de Fiães da Terra da Feira. Subsídios para a sua história*. Porto: Tip. da Casa Nun'Alvares, 1940.
- SÁ, P. Manuel Francisco de – *Monografia de Duas Igrejas do Termo da Feira*. Porto: Oficina Gráfica «O Comércio do Porto», 1968.
- Salvat Universal*. 24 vols. Navarra: Salvat Editores, 1999. ISBN 84-345-9500-1.
- SAMODÃES, Conde de – *O Culto de Maria Santíssima na Diocese do Porto*. Porto: Typ. Catholica de José Frucluoso da Fonseca, 1904.
- SÁ-NOGUEIRA, Bernardo – A organização do Padroado régio durante o reinado de D. Dinis. Listas das apresentações (1279-1321); Lisboa, 1995.
- SANTOS, Augusto Gomes dos – “A Santinha de Arcozelo” – *D. Maria Adelaide de Sam José e Sousa*. Arcozelo: A. G. Santos, 1980.

- SANTOS, Celso Francisco dos – *A Arquitectura do Mosteiro de S. Salvador de Grijó (1574-1636)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989. Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- SANTOS, Guilherme G. de Oliveira – *Para a História de Ovar e de São Vicente de Pereira*. Lisboa: Livraria Portugal, 1975.
- SANTOS, P. M. Fernandes dos – *A Minha Terra. Breves apontamentos sobre Romariz*. Porto: Tip. Sociedade e Papelaria, 1940.
- SANTOS, Sandra – *Oliveira de Azeméis. Dois Séculos de História*. Penafiel: Netbe, 2000. ISBN 972-97870-6-9
- SANTOS, Valter – *Cucujães – Antigo e Moderno*. Cucujães: Escola Tipográfica das Missões, 1983.
- SANTOS, Cândido dos – *História e cultura na época moderna: estudos e documentos*. Porto: Universidade do Porto, 1998.
- SÃO PAYO, Luiz de Mello Vaz de – *D. Nuno Soares o que fez Grijó*. Lisboa: [s/e], 1987.
- SARAIVA, P. José da Costa – *Canidelo no passado e no presente*. Cucujães: Fábrica da Igreja Paroquial de Santo André de Canidelo, 1995.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. Póvoa do Varzim: Editorial Verbo.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Livro das Igrejas e Capelas do Padroado dos reis de Portugal – 1574*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.
- SERRÃO, Joel – *Dicionário de história de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971.
- SERRÃO, Vítor – *A Cripto-História de Arte*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. ISBN 972-24-1135-7
- SERRÃO, Vítor – *A pintura protobarroca em Portugal 1612-1657. O triunfo do naturalismo e do tenebrismo*. Lisboa: Edições Colibri, 2000. ISBN 972-772-011-0
- SERRÃO, Vítor – *A Trans-Memória das Imagens. Estudos iconográficos de pintura portuguesa (séculos XVI-XVII)*. Chamusca: Edições Cosmos, 2007. ISBN 972-762-287-9
- SILVA, Amélia Maria Polónia – *Recepção do Concílio de Trento em Portugal: as normas enviadas pelo Cardeal D. Henrique aos bispos do reino, em 1553*. Separata da Revista de História. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1990, p.133-143.
- SILVA, Armando de Sousa e; SILVA, Alberto de Oliveira e – *‘S. Xpistofori de Nucaria da Rugidoira’*. Nogueira da Regedoura. *A Terra e a Gente. Breve incursão monográfica*. Santa Maria da Feira: Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura, 2004. ISBN 972-9071-95-0
- SILVA, Francisco Ribeiro da – *A Misericórdia de Santa Maria da Feira: breve notícia histórica*. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Série II, vol. 12, 1995, p. 355-370.
- SILVA, Francisco Ribeiro da – *Corregedores/Ouvidores e correições nos concelhos portugueses: um exemplo setecentista do Condado da Feira*. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. III série, vol. 8 (2007), p. 421-442.

- SILVA, Francisco Ribeiro da – Foral da Vila da Feira e Terra de Santa Maria: comemoração dos 500 anos. *Villa da Feira: Terra de Santa Maria*. Ano XII, nº 36 (2014), p. 9-45. ISSN 1645-4480
- SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Bispado do Porto à luz das constituições sinodais da época moderna: valores clericais e normas de comportamento*. In *Tempos e lugares de memória: homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*. Vol. 1. Porto: Diocese do Porto, 2002, p. 57-81.
- SILVA, Francisco Ribeiro da – O Foral da Feira e Terra de Santa Maria. *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nº 11, 1991, p. 95 -130.
- SILVA, Francisco Ribeiro da – Os Frades Lóios, a Câmara Municipal e o Ensino. *Villa da Feira. Terra de Santa Maria*. Ano I, nº 2, outubro 2002, p.57-59. ISSN 1645-4480
- SILVA, Francisco Ribeiro da – Sucessão dos Senhores e Condes da Feira Segundo as Doações e Confirmações Régias. *Villa da Feira. Terra de Santa Maria*. Ano IV, nº 10 (2005), p. 55-70.
- SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e – A Ordem de Cristo (1417-1521). In FONSECA, Luís Adão da (dir.) – *Militarium Ordinum Anaclesta*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida. Nº 6 (2002).
- SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e – *As Comendas Novas da Ordem de Cristo. Século XV*. In FONSECA, Luís Adão da – *Militarium Ordinum Anaclesta*. Porto: CEPESE. nº 13 (2012), p. 177-181. (ISBN 978-989-8434-17-3)
- SILVA, Joaquim Candeias da – *S. Martinho de Cucujães. De Mosteiro Beneditino a Seminário das Missões (Século XII a XX) – Subsídios históricos*. Cucujães: Escola Tipográfica das Missões, 2005.
- SILVA, Jorge Henrique Pais da – *Estudos sobre o Maneirismo*. 3ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1996. ISBN 972-33-1164-X
- SILVA, Jorge Henrique Pais da – *Páginas de História da Arte. Artistas e monumentos*. 1 vol. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1992. ISBN 972-33-0897-5
- SILVA, Jorge Henrique Pais da – *Páginas de História da Arte. Estudos e ensaios*. 2 vol. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. ISBN 972-33-0898-3
- SILVA, Jorge Henrique Pais da; CALADO, Margarida – *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*. 1ª ed. Vol. 7. Lisboa: Editorial Presença, 2005.
- SILVA, Lisbeth Mirilin Santos da – *As Visitas Pastorais na Diocese do Porto (1675-1800). Os comportamentos desviantes censurados*. 2 vols. Porto: Faculdade de Letras, 2007. Dissertação de Mestrado em História Local e Regional apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SILVA, Orlando da – Frei Simão de Vasconcelos. Um frade liberal mártir da liberdade. *Villa da Feira. Terra de Santa Maria*. Ano I, nº 3 (2003), p. 89-103. ISSN 1645-4480
- SILVA, Severino Emanuel Cruz da – *O Convento de São João Novo dos Eremitas de Santo Agostinho. Instituição, Património e Arte na cidade do Porto*. Porto: Faculdade de Letras, 2003. Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SIMÃO, Ana Catarina Lage Ladeira – *Introdução ao estudo das Confrarias do Porto (Época Moderna)*. Porto, 1996. Dissertação de Mestrado em História da Cultura Portuguesa (Época Moderna) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- SISNIEGA, Lorenzo Portillo (dir.) – *Magna Enciclopedia Universal*. 40 vols. Navarra: Durvan-Carroggio, [1998]. ISBN 84-7254-615-2
- SISNIEGA, Lorenzo Portillo (dir.) – *Nueva Enciclopedia Durvan*. 30 vols. Navarra: Durvan Ediciones, 1998. ISBN 84-7677-430-3
- SMITH, Eduardo – *Dicionário de Termos de Arte*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.
- SMITH, Robert – *Nicolau Nasoni. Arquitecto do Porto*. Lisboa: Livros Horizonte, 1966.
- SMITH, Robert C. – *A talha em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1962.
- SMITH, Robert C. – *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. Escultor Beneditino do Século XVIII*. 2 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.
- SOUSA, Arlindo – *O concelho da Feira. História. Etnografia. Arte. Paisagem*. Espinho: Tipografia Espinhense, 1947.
- SOUSA, Arlindo de – *O Concelho de Espinho. Notas do seu passado medieval (séculos IX-XVI). Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: [s/e]. Vol. XXIX, nº 113 (1963).
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens Religiosas em Portugal: Das Origens a Trento. Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.
- SOUSA, Fernando – *O Arquivo Histórico Municipal de Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal, Casa Municipal de Cultura/Solar Condes de Resende, 1993. ISBN 972-581-009-0.
- SOUSA, Fernando Alberto Pereira de – *A população portuguesa nos inícios do século XIX*. Porto: Faculdade de Letras, 1979. Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SOUSA, Fernando de – *O clero da diocese do Porto ao tempo das cortes constituintes. Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. II, 1979, p. 245 – 263.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Metodologia da Investigação, Redacção e Apresentação de Trabalhos Científicos*. Porto: Civilização, 1998. ISBN 972-26-1559-9
- SOUSA, João Bernardino Leite de – *Memórias Paroquiais do Séc. XVIII – II. Freguesia de S. Cristóvão de Ovar*. In *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol. XXXIV, 1968, p. 205-206.
- SOUSA, Maria Gracinda Coelho de – *Histórias com tradição: Fiães: Santa Maria da Feira*. [S.l.]: M.G.C.S., 1998.
- SOUSA, Pedro Fialho de; BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira – *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*. Coimbra: Quimera Editores, 1990.
- SOUZA-BRANDÃO, António de – *Ferreiras de Guisande (Terras de Santa Maria) Séculos XVI-XIX*. Separata da revista Ul-Vária, I (1-2), Oliveira de Azeméis, 1994, p. 245-278.
- TAVARES, Pedro Vilas Boas – *Em Busca das Virtudes Primordiais do «Estado Apostólico»: Os Fundadores Lóios nas «Memórias» de Paulo de Portalegre (+1510). Línguas e Literaturas. Revista da Faculdade de Letras*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. XX, nº 1 (2003), p. 261-271.

TAVARES, Pedro Vilas Boas – *Os Lóios em Terras de Santa Maria – do Convento da feira à realidade nacional da congregação*. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 2009. ISBN 978-989-8183-04-0

TAVARES, Pedro Vilas Boas – *Os Lóios em Terras de Santa Maria – do Convento da feira à realidade nacional da congregação*. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 2009.

TAVARES, Pedro Vilas Boas – *Participação dos Lóios nas primeiras «missões» africanas*. In *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época. Actas*. Vol. V (Espiritualidade e Evangelização). Porto: Universidade do Porto; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, p. 555-563.

TEDIM, José Manuel – Miguel Francisco da Silva Arquitecto das Escadas Monumentais de Oliveira de Azeméis. *Revista de Ciências Históricas*. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Vol. IV (1989), p. 362-366. ISSN 0871-2352

TEIXEIRA, Júlio A. – *Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo. Genealogias, Braços, Vínculos*. Lisboa: J. A. Telles da Sylva, 1990.

Terra de Santa Maria. Portugal. [s.l]: Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, 1994.

Válega vila há 12 anos. (100 anos do nascimento do Mons. Miguel de Oliveira). [s/l]: Junta de Freguesia de Válega, [s/d].

VALENTE, Saúl Eduardo Rebelo – *Terras da Feira. Notícias e Memórias da Freguesia de Arrifana de Santa Maria*. Coimbra: Coimbra Editores, 1937.

VALLE, Carlos – *A Freguesia de Santa Maria de Gulpilhares*. Vila Nova de Gaia: Junta de Freguesia de Gulpilhares, 1987.

VASCONCELLOS, António de – *Nota chronológica-bibliográfica das constituições diocesanas portuguesas, até hoje impressas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1911.

VASCONCELOS, Joaquim de – *Arte Religiosa em Portugal*. Porto: Emilio Biel & C^a – Editores, 1914-1915.

VAZ, José – *Avintes a pequena Suíça ao pé da porta – 1887*. Vila Nova de Gaia: Gailivro, 2002. ISBN 972-8723-47-4

VECHINA, Sofia – Methodologies for a Contextual Inventory of Religious Ovarense Heritage. In *3rd meeting of Young researches at UP*. Porto: Universidade do Porto, 2010.

VECHINA, Sofia Nunes – Arquitetura Religiosa de Januário Godinho em Ovar e Válega. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto, vol. IX-XI, (2010-2012), p. 439-461.

VECHINA, Sofia Nunes – Arquitetura Religiosa de Januário Godinho em Ovar e Válega. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto, vol. IX-XI, (2010-2012).

VECHINA, Sofia Nunes – Arquitetura Religiosa de Januário Godinho em Ovar e Válega. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. IX-XI (2010-2012).

- VECHINA, Sofia Nunes – *A Igreja Matriz de Ovar nos séculos XVII-XIX: obras e artistas*. In FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *A Encomenda. O Artista. A Obra*. Porto: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2010, p. 523-545. ISBN 978-989-8434-03-6
- VECHINA, Sofia Nunes – *Arquitetura religiosa de Januário Godinho em Ovar e Válega*. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Vol. IX-XI (2010-2012). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013, p. 439-461.
- VECHINA, Sofia Nunes – *Arte & Documentação da Antiquíssima Paróquia de Cortegaça*. Cortegaça: Paróquia de Cortegaça, 2010.
- VECHINA, Sofia Nunes – *Manuel Soares de Almeida: um mestre de obras no Concelho de Ovar (c. 1872-1956)*. *Poligrafia*. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, nº 13/14, (2006/2007), p. 69-102.
- VECHINA, Sofia Nunes – *Metodologias para uma inventariação contextualizada do património artístico religioso. A Ordem Terceira de São Francisco de Ovar na Comemoração dos 350 anos – estudo de caso*. *DUNAS*. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 2011, p. 73-92.
- VECHINA, Sofia Nunes – *O Reflexo da Arte Internacional nos Azulejos Policromos de Válega*. *População e Sociedade*. Nº 20. Porto: CEPESE, Edições Afrontamento, 2012, p. 110-127.
- VECHINA, Sofia Nunes – *Ordem Terceira de São Francisco de Ovar. Procissão das Cinzas. Uma procissão com três séculos*, In FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (coord.) – *Os Franciscanos no Mundo Português III. O Legado Franciscano*. Porto: CEPESE, 2013.
- VECHINA, Sofia Nunes – *Retábulos e Escultura Devocional em Pedra, nos séculos XV e XVI, nas Igrejas Paroquiais das Terras de Santa Maria*. In RIBEIRO, Agostinho – *Ao Tempo de Vasco Fernandes*. Viseu: DGPC / Museu Nacional Grão Vasco, 2016, p. 187-213. ISBN 978-972-776-472-3
- VECHINA, Sofia Nunes – *Roteiro Turístico. Centro Histórico de Ovar. Arte Sacra*. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 2012.
- VENTURA, Fr. Fortunato de S. Boa – *Memórias para a vida da Beata Mafalda*. Reedição com introdução e notas de D. Domingos de Pinho Brandão. Arouca: Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 2008.
- Vila de Argoncilhe. 1º aniversário de elevação a vila*. Argoncilhe: Junta de Freguesia de Argoncilhe, 1986.
- ZEVI, Bruno – *A Linguagem Moderna da Arquitectura. Guia ao código anticlássico*. Lisboa: Edições 70, 2002. ISBN: 972-44-1149-4